



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JULIA DE SOUZA ABDALLA

**ALIANÇAS, ENCONTROS E MARGENS:
Feminismos negros e interseccionalidade na Frente
de Mulheres Negras de Campinas e Região**

**CAMPINAS
2020**

JULIA DE SOUZA ABDALLA

**ALIANÇAS, ENCONTROS E MARGENS:
Feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres
Negras de Campinas e Região**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: PROFA. DRA. BARBARA GERALDO DE CASTRO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA JULIA DE SOUZA
ABDALLA E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. BÁRBARA GERALDO DE CASTRO

**CAMPINAS
2020**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Ab31a Abdalla, Julia de Souza, 1988-
Alianças, encontros e margens : feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região / Julia de Souza Abdalla. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Bárbara Geraldo de Castro.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Feminismo negro. 2. Movimentos sociais. 3. Interseccionalidade. 4. Relações raciais. 5. Feminismo. I. Castro, Bárbara, 1984-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Alliances, encounters, margins : black feminisms and intersectionality in the Black Women Front in Campinas and the surrounding region

Palavras-chave em inglês:

Black feminism

Social movements

Intersectionality

Race relations

Feminism

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutora em Sociologia

Banca examinadora:

Bárbara Geraldo de Castro [Orientador]

Regina Facchini

Mario Augusto Medeiros da Silva

Flavia Mateus Rios

Keisha-Khan Yemaine Perry

Data de defesa: 28-07-2020

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-1527-7075>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3017888578314878>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28 de julho de 2020, considerou a candidata Julia de Souza Abdalla aprovada.

Profa. Dra. Bárbara Geraldo de Castro (Presidente da Comissão Examinadora)

Profa. Dra. Regina Facchini (UNICAMP)

Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva (UNICAMP)

Profa. Dra. Flávia Mateus Rios (UFF)

Profa. Dra. Keisha-Khan Yemaine Perry (Brown University)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Para a minha avó,
Nilda Cabral.*

Agradecimentos

Essa tese é o resultado possível de anos de trabalho árduo e delicioso e representa uma travessia que envolve mais do que minha formação como pesquisadora e socióloga. Esses agradecimentos certamente não fazem justiça a tudo que aqueles aqui mencionados trocaram comigo ao longo desses anos.

À minha orientadora Bárbara Castro, por seu lugar definidor em minhas escolhas profissionais e pessoais e por tudo que me ensina, que ultrapassa o que cabe numa tese e ao que espero fazer jus nesse texto e adiante. Agradeço infinitamente às leituras, conversas, estímulos, debates, sugestões, retomadas; à paciência com os meus desesperos e à generosidade com as minhas limitações. E tudo o mais.

Agradeço a Regina Facchini, Flávia Rios, Mario Medeiros e Keisha-Khan Perry por comporem a banca de defesa e pelas leituras atenciosas e generosas que dedicaram à tese. E novamente a Keisha-Khan pela carinhosa e alegre recepção na Brown University, à qual serei sempre grata, e pelos debates, recomendações e estímulos, e ao Mário, por sua presença decisiva na minha formação e por aceitar meu afeto destrambelhado. Agradeço também a Josué Pereira da Silva, um precioso orientador e mestre na minha formação, com quem tive imensa sorte de conviver e aprender. A Sávio Cavalcante, pela supervisão no estágio docente, e a Michel Nicolau Netto, pelo bom humor e dicas nas comissões, avaliações e reuniões de departamento. Ainda, a Ângela Araújo, Andreia Galvão por terem me mostrado, lá no comecinho da graduação,

Dentre os amigos que me acompanharam nesse período e cujas leituras, conversas e trocas são parte do resultado dessa tese, agradeço profunda e primeiramente a Ana Claudia Lopes, Thyago Marão Villela, Camila Teixeira Lima, Rúbia Araújo Ramos, Juliana Miraldi e Vítor Queiroz – pelas leituras e comentários dos capítulos e por tantas outras coisas tão ou mais importantes. Pelos diálogos enriquecedores em vários sentidos, agradeço a Flavia Paniz, Iasmin Vieira, Maria Caroline Tresoldi, Edwiges Lima, Letícia Pavarina, Marina Brito, Manoela Munhoz, Ana Cesaltina Barbosa, Ana Carolina Santos, Cauê Gomes Flor, Wellington Castelucci Júnior, Enrico Bueno; e a Gabriel Lorca, Milena Machado Jesus, Dafne Sponchiado, Ana Maria Guimarães Cabral e Manoela Munhoz por ainda um pouco mais. A Sidélia Silva e a Tiago de Souza Luz, agradeço adicionalmente pelas várias e maravilhosas oportunidades de pensar junto. Agradeço, ainda, a Livia Murari Rocha pela transcrição das entrevistas, ao Rafael

Baldam pelos infográficos e ao Felipe Souza Leite pelos mapas – trabalhos lindos e realizados com cuidado e paciência ímpares.

À minha mãe, Claudia, pelo amor, segurança e estímulo; pelos portos seguros e certezas, e também pelos empurrões para o novo. Ao meu pai, Nacib, pela confiança, desafios, amizade e inspiração. Às minhas irmãs Luíza e Márcia e aos meus irmãos Marcelo e Antônio Carlos pelos sobrinhos todos e pelas várias trocas que fomos construindo. Aos meus tios e tias, em especial à Flávia e à Cristina. Aos meus queridos primos e primas, em especial ao Pedro. Aos meus avós, Nilda Cabral e Nacibe Abdalla, pelas janelas para outros mundos e por apontarem, de diversas maneiras, para o incomensurável.

À minha família de santo do Ilê Axé Ifé Ogum Oranian, em especial ao meu pai de santo Mário Fernandes dos Reis Filho, por acompanhar e proporcionar tudo. A Silvana Mendes, Rui Rothe-Neves, Cátia Massotti, Wanda Almeida e Alexandre Alves, pela firmeza através das passagens. Ao Francisco, por lembrar do tamanho do futuro e das inversões produtivas.

A Felipe Souza Leite, pelo amor, segurança e felicidade nos últimos (e primeiros) anos e pela parceria ao longo de um intenso trabalho de campo, uma ausência de seis meses e mais de um ano de escrita de tese. E também à Ângela, cuja alegria, brilho e carinho merecem todas as homenagens.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço pela bolsa de doutorado que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa e pela bolsa de doutorado sanduíche, que garantiu seu crescimento em direções imprevistas, bem como aos funcionários do Departamento de Sociologia por seu importante trabalho e auxílios diversos ao longo desses anos.

Por fim, agradeço profundamente às militantes da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região. A Magali Mendes, Regina Teodoro, Kota Rifula, Regina Semião, Alessandra Ribeiro Martins, Lucia Castro, Maíra Silva, Cibele Rodrigues, Taina Santos, Sidélia Silva, Cristiane Anizeti e às outras mulheres inspiradoras que me permitiram o prazer e a honra de acessar um pedaço de suas histórias e trajetórias, agradeço profundamente pela inspiração, aprendizado e por me mostrarem um mundo sempre mais complexo.



Figura 1 - A FMNCR no ato do 8 de Março de 2016, no centro de Campinas

Resumo

Este trabalho se debruça sobre o cenário dos feminismos e movimentos de mulheres negras brasileiras de meados dos anos 2010, marcado pela pluralização de sujeitos políticos, formatos organizativos e linguagens e estilos de contestação. Tendo como foco privilegiado de observação a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região (FMNCR), um movimento social vigente entre 2015 e 2018 e que procurou articular uma série de atores individuais e coletivos em torno de uma agenda política unificada das mulheres negras, o principal objetivo da pesquisa foi compreender os debates e ações coletivas em torno da produção de desigualdades simultâneas, em especial os usos, debates e ações organizados a partir da categoria “interseccionalidade”. Especificamente, a pesquisa se voltou às formas de construção de alinhamento em torno de agendas e estratégias de militância, às relações entre diferentes atores coletivos e individuais que se encontravam nas redes mobilizadas pela FMNCR e às marcações e negociações das diferenças no cotidiano do grupo conforme buscava produzir espaços e categorias compartilhadas. Observei essa rede ampla e permeada por uma série vasta de diferenças, negociações, tensionamentos e acordos pensando-a em relação ao trajeto político e organizativo do movimento de mulheres negras brasileiro e à bibliografia que sistematiza criticamente esse percurso, assim como à luz de alguns dos debates recentes sobre os movimentos sociais contemporâneos, em especial aqueles que vem se ocupando das atuais estratégias e formatos empregados pelas novas gerações ativistas. A metodologia aplicada articula entrevistas em profundidade, análise de documentos e observação participante. Ao caracterizar tal cenário, a pesquisa contribui para o conhecimento sobre os deslocamentos recentes nos movimentos sociais e para a bibliografia voltada à análise dos movimentos e feminismos de mulheres negras brasileiras.

Palavras-Chave: feminismo negro; movimentos sociais; interseccionalidade; raça e gênero; feminismos.

Abstract

This research analyzes contemporary Black feminist organizing in Brazil, as it is marked by the pluralization of political subjectivities, forms of organization, and contestation languages and styles, aiming to explain some of its current debates, projects, and processes of subject formation. Its main objective was to understand the collective debates and actions around the simultaneous production of social inequalities, especially as these debates and actions were organized around the category “intersectionality”. The work explores the history of Black women’s collective organizing in Brazil from the 1970s and focuses on a recent group, the Black Women Front in Campinas and the Surrounding Region, a social movement active between 2015 and 2018 which sought to articulate individual and collective actors around a shared platform of political action. Based on in-depth interviews with the participants, document analysis, and participant-observation with the group, the study looks into how differences between the women and among the several groups they participate in are treated and negotiated within the making of shared spaces, categories, agendas, and organizing propositions. It also observes such trajectories in light of recent debates on social movements, which focus on transformations like the formation of new generations and intergenerational coexistence, new formats of action and organization, intersectional alliances and agendas, and prefiguration. By performing a comprehensive investigation of a contemporary Black feminist organization, it contributes with the literature on Black feminist organizing in Brazil, specifically to characterize its current scenario, as well as to the characterization of recent social movements’ practices and transformation.

Keywords: black feminism; social movements; intersectionality; race and gender; feminist theory.

Ilustrações

Figura 1 - A FMNCR no ato do 8 de Março de 2016, no centro de Campinas	8
Figura 2 - A FMNCR na Marcha de Mulheres Negras de 2015, em Brasília	137
Figura 3 - Femenagem realizada no Sarau das Aliadas de julho de 2016, na Casa de Cultura Tainã	140
Figura 4 - Atividade no Dia da Mulher Afro-Latina e Caribenha de 2017, no MIS-Campinas	141

As imagens fotográficas encontram-se disponíveis na página da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região no Facebook (<https://www.facebook.com/frentemulheresnegras/>).

Tabelas

Tabela 1 - Pontos de pauta da Carta-Manifesto separados em eixos.....	154
---	-----

Mapas

Mapa 1 - Bairros e Espaços	221
Mapa 2 - Espaços de sociabilidade e pontos de cultura em Campinas.....	222
Mapa 3 - Centro expandido de Campinas e o trajeto do Ato do 8 de Março	316

Lista de Abreviaturas

AB	Aos Brados!!! Por uma Vivência Digna da Sexualidade
AMG	Associação de Mulheres Guerreiras
AMNB	Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
APs	Agentes de Pastorais
APNs	Agentes de Pastorais Negros
AsP	Assembleia do Povo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CEMUFPP	Centro de Mulheres de Favela e Periferia
CEPPIR	Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
CJDR	Comunidade Jongo Dito Ribeiro
CM	Carta-Manifesto da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região (2016)
CMNLG	Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez
CN	Comitê Impulsor Nacional da Marcha de 2015
CMDM	Conselho Municipal de Direitos da Mulher
CNDM	Conferência Nacional de Direitos das Mulheres
COAS/CTA	Centro de Referência de Orientação e Apoio Sorológico
CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONEPPA	Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EFLAC	Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe
ENJF	Encontro Nacional de Jovens Feministas
ENMN	Encontro Nacional de Mulheres Negras
ENJUNE	Encontro Nacional da Juventude Negra
FECONEZU	Festival Comunitário Negro Zumbi
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

FMNCR	Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região
FNB	Frente Negra Brasileira
IBAP	Instituto de Advocacia Pública
IPCN	Instituto de Pesquisa da Cultura Negra, no Rio de Janeiro.
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp.
LER-QI	Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional
Marcha	Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-viver
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MN	Movimento negro
MNU	Movimento Negro Unificado
MDP	Movimento do Ministério Público Democrático
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NEN	Núcleo de Estudos Negros (Unicamp)
NCN	Núcleo de Consciência Negra (Unicamp)
PFC	Penitenciária Feminina de Campinas
PLANAPIR	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PLPs	Promotoras Legais Populares
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PO	Pastoral Operária
PSOL	Partido do Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial
SIND.DOM.	Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STU	Sindicato de Trabalhadores da Unicamp

Sumário

Introdução	16
1. Desenho e percurso da pesquisa	19
2. Sobre a interseccionalidade	25
3. Dados sobre o trabalho de campo	44
4. Organização da tese	48
Capítulo 1. Movimentos e feminismos de mulheres negras brasileiras da redemocratização à crise da democracia.	53
1. O movimento de mulheres negras na redemocratização e na estabilização da democracia (1979-2010)	56
1.1. Coletivos autônomos e sujeitos políticos (1979-1985)	58
1.2. Encontros, ONGs e formas de organização (1985-1995).....	69
1.3. Internacionalização e institucionalização no Estado (1995-2010)	83
2. Novos enredos e feminismos negros brasileiros.....	96
2.1. Negras jovens feministas.....	98
2.2. Feministas interseccionais e periféricas	103
3. Feminismos negros na crise da democracia	112
Capítulo 2. A Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região	115
1. A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-Viver	116
2. A mobilização para a Marcha em Campinas e a formação da FMNCR.....	123
3. Fases e Atividades	134
Capítulo 3. <i>Por que marchamos?</i> A Agenda.....	143
1. Apresentar a FMNCR: autonomia, unificação e os objetivos.	147
2. O conteúdo da pauta	151
2.1. Identidade, reconhecimento, cultura	154
2.2. Classe, trabalho e Pobreza.....	167
2.3. Estado, instituições, direitos e violência	177
3. A política possível	187
Capítulo 4. As margens da experiência universal. Periferia e comunidade política.	193
Dinâmicas grupos e FMNCR	196
1. Grupos antirracistas	200
1.1. Ativismos culturais negros	201
1.2. Coletivos voltados à educação	210
1.3. Comunidade negra e território político	214
2. Organizações trabalhistas	223
2.1. O Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo	223

2.2. A Associação das Profissionais do Sexo de Campinas Mulheres Guerreiras	228
2.3. Os lugares das trabalhadoras negras.....	233
3. Feminismos populares	241
3.1. O Grupo de Mulheres na Periferia	242
3.2. As Promotoras Legais Populares e a Associação Cida da Terra	246
3.3. Periferias da periferia	251
4. Interseccionais e Periféricos	258
4.1. Aos Brados!!! Por uma vivência digna da sexualidade	259
4.2. Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez.....	262
4.3. Mapeando as margens: periferia, privilégio e acesso	266
5. Discursos, disputas e encontros: a periferia em três tempos	272
Capítulo 5. <i>Sabemos o que nos separa. O que nos une?</i> Diferenças, disputas e alianças.	278
1. “As mais velhas” e “as meninas”	281
2. A universidade.....	290
2.1. Domésticas e doutoras.....	292
3. O movimento de mulheres negras	301
4. O movimento negro	307
5. O movimento feminista	313
5.1. O ato do 8 de Março.....	315
5.2. A FMNCR e o feminismo	324
6. Os partidos políticos	328
6.1. O lugar dos partidos na FMNCR.....	335
7. Aliadas: antecipações e diálogos intergeracionais.....	341
Considerações finais	347
Referências	354
Anexos.....	380
Anexo I: Trabalho de Campo – Entrevistas e Eventos.....	380
Anexo II: Questionário	383
Anexo III: Perfil e Trajetória de Organização Coletiva das Militantes	384
Anexo IV: Carta-Manifesto (2016)	387
Anexo V: Dados dos grupos	391

Introdução

Interseccionalidade – disso que vocês chamam de interseccionalidade, que, no meu tempo, era “sexo, raça e classe”.¹

A fala acima – um recorte de um diálogo entre Hilda, uma ativista “histórica” cuja trajetória de militância remonta aos anos 1970, e militantes mais jovens em um evento de debate promovido por um coletivo político que, então, tinha pouco mais de um ano – oferece pistas sobre as formas como os movimentos de mulheres negras têm enfrentado as questões dos cruzamentos de opressões nas experiências de seus sujeitos.

A atividade,² uma formação coletiva³ voltada a debater a ideia de interseccionalidade e frequentada majoritariamente por jovens negras que tinham entre 20 e 35 anos,⁴ foi iniciada com uma dinâmica⁵ em que as participantes deveriam escrever, em uma palavra, o significado que atribuíam a cada um dos vocábulos fixados em um bloco de cavalete, no qual lia-se “raça”, “gênero”, “classe” e “opressões”. Após uma exposição de um texto de Kimberle Crenshaw, uma das referências abordadas na formação,⁶ acompanhada de dados

¹ Fala de Hilda, aproximadamente 60 anos. Diário de campo, 23/10/2016.

² A atividade, nomeada “Formação #1 – Interseccionalidade: Experiências Empíricas”, foi realizada em 23 de outubro de 2016, na Casa de Cultura Tainã. Foi aberta ao público e divulgada pelo Facebook. Dados e descrição da proposta do evento estão disponíveis em: <https://pt-br.facebook.com/events/1183721245053478/>

³ “Formações” são eventos que tem por objetivo familiarizar os presentes com os principais debates e referências acerca de um tema determinado e estimular o diálogo sobre esse tema. Geralmente, incluem referências de leitura ou produções audiovisuais diversas e uma das integrantes do grupo que oferece a formação apresenta e discute essas referências na abertura do evento. Costumam ser iniciadas com uma apresentação dos presentes, seguida por uma exposição do tema levada pela formadora responsável pela atividade, dinâmicas coletivas voltadas a coletar os entendimentos e percepções das presentes acerca do tema e avaliações finais, nas quais discute-se a efetividade do método, a pertinência do tema e possíveis encaminhamentos políticos a respeito do que foi discutido.

⁴ Além da maioria de jovens negras, entre as cerca de trinta pessoas presentes na atividade encontravam-se quatro mulheres negras de faixas etárias superiores (duas de 40 a 50 anos e duas acima dos 50), três jovens brancas (eu inclusa) e o companheiro de uma das participantes do coletivo, um jovem branco que preparou e distribuiu café e bolachas, tirou fotos do evento, etc.

⁵ “Dinâmicas” são momentos de interação guiada entre as pessoas presentes e são muito usadas por vários dos coletivos em rodas de conversa, oficinas e formações, sendo praticamente uma regra nesses contextos. Nelas, a mediadora ou “formadora” – a responsável por preparar, apresentar e coordenar a discussão – geralmente faz uma pergunta ou propõe uma reflexão ou atividade em torno do tema central, procurando promover a discussão e estabelecer conexões entre o debate e as experiências pessoais de cada uma das participantes.

⁶ Tratava-se do texto “A interseccionalidade na discriminação de gênero e raça”, publicado em português em 2004. Além dele, era indicado o artigo de Lélia Gonzalez, “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, escrito no início da década de 1980, e um texto da própria mediadora da formação, Sidélia Silva, intitulado “Indicadores dos espaços de mulheres: uma reflexão sobre interseccionalidade”, escrito em 2016, em que ela refletia sobre a experiência de um ano de duas organizações locais de mulheres negras e suas interlocuções com grupos feministas da cidade.

biográficos e acerca da área de estudos da autora, a dinâmica da escolha das palavras voltou ao centro do debate.

Continuando a formação, a mediadora pediu que cada uma das participantes compartilhasse com o grupo as razões de suas escolhas de palavras e as relações entre o texto apresentado e suas experiências pessoais. As primeiras falas destacaram a singularidade do lugar e das experiências sociais das mulheres negras e criticaram movimentos sociais (negro, feminista, estudantil e LGBTQI), partidos políticos e sindicatos por desconsiderarem a simultaneidade das formas de opressão e, com isso, oferecerem modelos incompletos e excludentes de reflexão e ação política. Refletiram, também, sobre as referências empregadas na construção dessas reflexões e ações – por exemplo, sobre o alcance de Marx e de autores marxistas europeus para a compreensão de suas realidades. Algumas falas procuraram distinguir a interseccionalidade de uma “soma de opressões”, relacionada à constituição de “um sujeito campeão das opressões, a rainha máxima das opressões, a mulher negra, deficiente, trans, pobre”.⁷ Juntamente à imagem da mulher negra “militante”, “sobrevivente” e “guerreira”, a busca pela “campeã das opressões” foi atribuída principalmente a um olhar externo que “exotifica e objetifica”. Essa imagem também remetia a dificuldades de diálogo: na relação com outros movimentos e espaços políticos, sua presença personificava a capacidade de inclusão da diversidade, sem que isso implicasse na formulação de agendas ou diálogos efetivos; internamente ao feminismo negro e associada à discussão sobre “lugar de fala”, ela simbolizava o risco de truncamento do diálogo, já que “se tiver alguém aqui na roda que é a campeã das opressões, só ela pode falar”.

Em contraste, a interseccionalidade foi descrita como um aporte para a construção de um pensamento político que rejeite modelos de consciência impostos de fora e que reduzam a expressão subjetiva e política dos grupos socialmente marginalizados, substituindo-os por referenciais autodefinidos e humanizadores. Em vez de procurar o “sujeito mais oprimido”, tratava-se de focar os “privilégios” – descritos como “conjuntos de situações” de vida qualitativamente diferentes – e os desafios que eles impõem aos espaços e grupos políticos. Dessa forma, a ideia apontava para exercícios de considerar como “os marcadores diferentes [...] afetam os diferentes sujeitos” e refletir sobre “em que lugar nós estaremos dentro dessas funções do privilégio”, o que não devia resultar em hierarquizações.

⁷ As frases citadas entre aspas duplas nesse trecho da Introdução são todas extraídas desse mesmo evento a partir de anotações no Diário de Campo e gravações. Aqui e ao longo de toda a tese, emprego aspas duplas para citações das falas das interlocutoras da pesquisa, termos êmicos e citações de textos. O itálico é usado para termos estrangeiros, nomes de eventos, documentos e destaques no texto.

Advertindo sobre o cuidado com hierarquizações rígidas, uma das presentes resumiu: “[a questão é] perceber onde está nosso privilégio, abrir mão dele e não sermos, por exemplo, mulheres negras que reproduzem opressões, por exemplo, com outras mulheres negras”.

A militante citada na epígrafe, Hilda, mais experiente e muito respeitada, era a última inscrita nessa rodada de falas. Questionando a relevância da noção de interseccionalidade, palavra que dizia sempre sílaba por sílaba, para o movimento de mulheres negras brasileiro, ela explicou ter escolhido as palavras “negritude”, “pobreza”, “mulher” e “tríplice opressão” na dinâmica inicial porque as compreendia como “o que tem a ver completamente com *a nossa luta*”. Rememorou parte da história e do acúmulo político das mulheres negras brasileiras e suas diversas questões e disputas com os movimentos negro e feminista ao longo dos anos 1980 e 90, e indagou “em que medida gênero se aproximou de raça no Brasil” e se era possível enxergar esses movimentos da mesma forma que “uma advogada feminista negra nos Estados Unidos [Crenshaw]”. Perguntando “que caminho é esse que nós estamos fazendo para a interseccionalidade?”, Hilda defendeu a contextualização dos debates e ações políticas a partir do “histórico das lutas” local e, como as outras participantes procuravam responder às suas interpelações, afirmou que:

Gente, olha, eu não sou contra o debate da interseccionalidade. Eu só queria chamar atenção que a luta das mulheres negras no Brasil já havia colocado antes dessa categoria, desse conceito, sei lá, a palavra tríplice exploração, que é a interseccionalidade à la Brasil. [...] Quando eu chamo atenção no conceito, é só para que a gente não perca a história das lutas. Eu não tô negando a interseccionalidade [...]. Tô dizendo assim, essa capacidade de fazer a interseccionalidade, mas olhando pro nosso, digamos assim, o nosso estágio, a nossa situação, os nossos processos de luta contra todas essas formas de opressão. É difícil, eu sei. Aqui é grupo de formação [...], então nós temos que pensar nos conceitos, nas categorias, e como isso muda. Principalmente como isso muda. Como é que essa palavra, esse conceito que eu tô trazendo, ele nos ajuda a alterar essa situação e pensar a superação?

Ao colocar em questão a habilidade do conceito para atender às demandas e formas de organização coletiva brasileiras, Hilda retomou a figura da “campeã de opressões”, perguntando em que medida essa “conjunção de interseccionalidades” tinha relação com o “processo histórico brasileiro” e poderia ser pensada como “estrutural”, o que definiu como aquilo que “se mexer [...], desmorona o processo opressivo”.

Sua fala deu novo fôlego à conversa e a polêmica sobre a especificidade da noção de interseccionalidade e seu potencial para “dialogar com a nossa realidade” tornou o principal assunto da tarde. Além dos pontos que já haviam sido mencionados, em especial o potencial da interseccionalidade para engendrar espaços mais inclusivos e solidários no campo dos movimentos sociais, a discussão se voltou também aos usos da noção na produção de políticas públicas, ao que a militante “histórica” também destacou a particularidade da história

e do contexto brasileiro, alegando que a obtenção de diálogos com o Estado e a possibilidade de formular políticas públicas era muito recente. Em resposta ao enquadramento da interseccionalidade como algo “de fora” e “alheio à nossa realidade”, que marcava sua especificidade em meio a outros termos que apareciam no debate (como “tríplice opressão”), algumas falas procuravam estabelecer uma relação de continuidade entre os dois polos. Nesse sentido, uma das presentes afirmou que: “na verdade, interseccionalidade é o que Lélia [Gonzalez] faz, é o que a Patricia Hill Collins faz, é o que a Angela Davis faz. Então ela [Crenshaw] pega essa discussão inteira e cunha um termo pra isso”. Ao fim da formação, todas avaliaram como positivas as conversas e dúvidas levantadas e a mediadora salientou que seu objetivo ao tratar da interseccionalidade era justamente o de abordar um conceito que traz tantas questões e demonstrar sua proximidade com a realidade vivida das presentes.

1. Desenho e percurso da pesquisa

Este trabalho se debruça sobre o cenário dos feminismos e movimentos de mulheres negras brasileiras de meados dos anos 2010 e, a partir de um estudo de caso com uma organização feminista negra formada em 2015 na cidade de Campinas (SP), procura compreender seus debates, projetos e processos de formação de sujeitos coletivos, buscando contribuir para os estudos sobre movimentos sociais contemporâneos.

O principal objetivo da pesquisa foi compreender os debates e ações coletivas em torno da produção de desigualdades simultâneas – isto é, daquilo que, na seção anterior, recebeu os nomes de “tríplice opressão”, “sexo/gênero, raça e classe” e “interseccionalidade” – na atuação de feministas negras contemporâneas. Em poucos momentos as incongruências percebidas na noção de interseccionalidade e a heterogeneidade das percepções a seu respeito no campo foram tão expostas e explicadas como no debate entre militantes “históricas” e “jovens” que se deu no evento relatado acima; não obstante, as divergências e tensões entre as perspectivas e termos empregados para compreender a simultaneidade de raça, gênero e classe nas experiências de opressão das mulheres negras brasileiras estiveram quase sempre presentes. Vinculada a outros termos que se tornaram correntes nas últimas duas décadas no Brasil, como “lugar de fala” e “privilégios”, que procuram ressaltar a complexidade das hierarquias e desigualdades sociais e ampliar a relevância da experiência nos debates políticos, a interseccionalidade ocupa um espaço aberto e disputado.

O estudo é baseado em uma observação participante realizada entre agosto de 2016 e julho de 2018 com a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região (FMNCR), um

grupo político formado em julho de 2015 para organizar a participação das mulheres da região na Marcha das Mulheres Negras de 2015, além de entrevistas com várias de suas participantes e análise de alguns documentos (manifestos, chamadas para eventos e postagens em redes sociais). Como detalharei adiante, a FMNCR reunia um grande número de atores individuais e coletivos inseridos nas redes dos movimentos sociais e “grupos”⁸ políticos campineiros – movimentos negros, feministas, periféricos, de moradia, sindicatos, partidos políticos, atores institucionais, entre outros –, e procurava construir alinhamentos políticos entre estes em torno de uma agenda de pautas e ações coletivas das mulheres negras organizadas. Observei essa rede ampla e permeada por uma série vasta de diferenças, negociações, tensionamentos e acordos pensando-a em relação ao trajeto político e organizativo do movimento de mulheres negras brasileiro e à bibliografia que sistematiza criticamente esse percurso. Também o fiz à luz de alguns dos debates recentes sobre os movimentos sociais contemporâneos, em especial aqueles que vem se ocupando das atuais estratégias e formatos empregados pelas “novas gerações ativistas” e com a ampliação e diversificação dos formatos, estratégias e públicos dos movimentos. Destacadamente, o trabalho dialoga com os conceitos de “campos discursivos de ação” de Sonia Alvarez, “contrapúblicos subalternos” de Nancy Fraser, assim como com outras formulações dessas autoras. Como argumentarei ao longo da tese, esses conceitos ajudam a pensar as redes que a FMNCR constituiu, mobilizou ou com as quais se relacionou, destacando os vínculos dos movimentos sociais congregados na organização com heranças políticas e ativistas mais amplas e longevas, bem como chamando atenção para os conflitos e disputas em torno de pertencimento, sujeitos políticos e definições veiculadas por essas redes. Ao mesmo tempo, o trabalho de campo permite colocar um conjunto de questões a esses conceitos, particularmente referentes à formação dessas redes e às relações entretidas entre elas – ou, em uma palavra, à delimitação desses campos e esferas públicas.

Apesar das diferenças temáticas e metodológicas, essa pesquisa foi desenvolvida em continuidade com minha dissertação de mestrado, defendida em 2015. Nela, desenvolvi uma discussão teórica com parte da produção bibliográfica acerca da divisão do trabalho doméstico no interior da família, tendo por principal questão, nas palavras de Helena Hirata, por que “a servidão doméstica parece refratária às grandes mutações da atividade feminina”.⁹ Embora aquele trabalho estivesse centrado apenas nas dinâmicas intrafamiliares da

⁸ “Grupo” é a categoria êmica mais corrente para uma série de movimentos sociais, casas de cultura, setoriais de partidos, iniciativas mercadológicas, etc., e não corresponde a uma forma de organização, tamanho ou acesso a recursos específicos.

⁹ Hirata, 2004, p.1.

divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados e tivesse abordagem estritamente bibliográfica, sua realização me aproximou de algumas das discussões travadas pelo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas Laudelina de Campos Melo ao longo dos anos de 2013 e 2014.

Em meio às circulações do Sind.Dom. e suas interlocuções com outros sindicatos, grupos políticos, academia, Estado e movimentos feministas, chamou-me especial atenção o processo de construção dos atos do 8 de Março. Como em outras localidades,¹⁰ esse processo foi marcado, nos anos em questão, por grandes tensões entre os diferentes grupos presentes. Via-se, então, uma forte divisão entre, por um lado, um grupo que propunha priorizar como pauta do ato a oposição ao governo Dilma Rousseff, enfaticamente à realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil (como destaca a “bandeira” proposta em 2014: “À Copa eu digo não, contra Dilma e o patrão”), e, por outro lado, um conjunto de militantes e grupos que, a despeito de suas críticas aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), procurava valorizar as conquistas desses governos – notadamente, a PEC das Domésticas e a política de ações afirmativas, os programas Bolsa Família e Mais Médicos e formulações como a titularidade preferencial da terra e dos programas sociais às mulheres, que destacavam a transversalidade do gênero na formulação de políticas públicas em todas as áreas.

Interessada principalmente nas diferenças sociodemográficas que marcadamente se sobrepunham a essas divisões políticas – nomeadamente que, no primeiro grupo, encontravam-se predominantemente mulheres jovens, universitárias ou com ensino superior completo, brancas e filiadas a organizações e partidos ditos “revolucionários” (como o PSTU, a LER-QI e agrupamentos feministas vigentes no interior desses espaços) e, no segundo, uma maioria de mulheres mais velhas, filiada a organizações trabalhistas e coletivos autodenominados “populares” e com maioria de mulheres negras – e pelas formas como esses dois conjuntos de diferenças se relacionavam, ingressei no doutorado com um projeto que propunha investigar as políticas para as mulheres e a transversalidade de gênero nas políticas públicas formuladas e aplicadas ao longo dos governos petistas. Por um lado, tratava-se de compreender os efeitos, as realizações e as carências dessas políticas nas vidas de suas beneficiárias, considerando os diferentes grupos sociais, raciais, etários e políticos nessa análise. Por outro lado, eu pretendia avaliar as concepções de desigualdade de gênero veiculadas por esses governos – em especial, pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)

¹⁰ Para outras descrições dos atos do 8 de Março desses anos, cf., por exemplo: Gomes, 2018; Carmo, 2018,

– acerca da posição das mulheres na sociedade e a efetividade dessas concepções na aplicação das políticas. Contudo, antes ainda que eu tivesse finalizado a seleção das políticas para a análise e quando ainda estava iniciando os contatos com as gestoras das políticas, a SPM foi encerrada e o modelo de políticas que eu pretendia estudar deixou de ser aplicado.

Conheci a FMNCR no início de 2016, quando eu redesenhava o projeto e, por conta dos próprios objetivos iniciais da pesquisa, estudava a noção de interseccionalidade e as contribuições dos feminismos negros estadunidense e brasileiro. Como outros grupos organizados para Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem-viver, que aconteceu em novembro de 2015 em Brasília, a FMNCR, que partilhava de algumas das redes e espaços nos quais eu havia acompanhado o Sind.Dom., é composta por mulheres com perfis muito variados em termos de organização coletiva, filiação e experiência política e partidária, geração, origem geográfica, sexualidade, ocupação e pertencimento de classe.¹¹ Ainda antes da Marcha, à medida que debatem suas agendas e se percebem um grupo inteiramente formado por militantes de outros movimentos sociais, associações, coletivos e entidades da região, as participantes deliberam pelo caráter permanente da FMNCR. Com isso, passam à condição de “representantes” de seus grupos na organização e ela se converte em um fórum voltado à produção de uma agenda “unificada” das mulheres negras da região e à estabilização de uma rede e ações políticas conjuntas em torno do avanço dessa agenda.

A ideia de “unificação” mobilizada pela organização expressa a junção de mulheres de aproximadamente vinte grupos,¹² cujas agendas (vinculadas aos movimentos negro, feminista e LGBTQI, pautas da juventude e associações trabalhistas), formas de organização e de atuação (coletivos, setoriais de partidos políticos, casas de cultura, etc.) e longevidades (grupos com quase cinquenta anos e recém formados) comportam, como os perfis individuais, grande variação. Aponta, ao mesmo tempo, para a originalidade da FMNCR no contexto local, pois, embora a região de Campinas exiba um longo ativismo negro e outras agremiações formadas exclusivamente ou majoritariamente por mulheres negras tenham existido e continuem a existir,¹³ em seu tempo, a FMNCR era a única agremiação que pretendia

¹¹ Cf. Lemos, 2016a.

¹² Dezenove grupos assinam a Carta-Manifesto, porém, ao longo da atuação da FMNCR, três outros – o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo, o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp e o Quilombo Urbano OMG – declaravam-se seus integrantes.

¹³ Por exemplo, a Comissão de Mulheres Negras de Campinas, de 1989, formada por militantes dos movimentos negro e feminista, que posteriormente se torna a Casa Laudelina, até hoje em funcionamento e que tem ação centrada nas trabalhadoras domésticas e atua como organização da sociedade civil (cf. Roland, 2000; Rodrigues, 2006; Cardoso, 2012). Não descarto a possibilidade de outros grupos terem se formado em torno de propostas

representar a totalidade do grupo “mulheres negras” por meio de uma composição ampla. Em outras palavras, enquanto os outros grupos se constituíam em torno de estratos dessa população – jovens, trabalhadoras domésticas, de terreiro, etc. –, a FMNCR buscava congregar os diferentes estratos. Para que essa congregação se efetivasse, era preciso, além de buscar o solo comum entre as participantes, procurar a construção de alinhamento e suporte mútuo para as pautas diversas que a “unificação” agora abrigaria.

A urgência dessa proposta de unificação era justificada não apenas pela ida à Marcha, mas também em razão do contexto político e social mais amplo. Refiro-me esquematicamente ao período iniciado próximo ao fim dos anos 2000, que vem sendo caracterizado – em suas diferentes variações e não apenas para os países do dito Sul Global – como uma crise da democracia. De forma ampla, tal momento vem sendo marcado por processos de “desdemocratização”¹⁴ e pela “rejeição em todo o mundo da democracia liberal, assim como sua substituição por algum tipo de autoritarismo populista”,¹⁵ processos estes que têm como alguns de seus pontos comuns: sua generalização para além de regiões com regimes democráticos historicamente instáveis; sua característica “furtiva”¹⁶ – que indica uma erosão das instituições “por dentro”, em vez dos ostensivos golpes que caracterizaram os rompimentos democráticos de outras décadas e momentos históricos; assim como sua relação com as políticas neoliberais¹⁷ adotadas em diversos países e regiões do mundo.

No Brasil, esse contexto já vinha sendo formado pelo menos desde os últimos anos da década de 2000, com o crescimento das lideranças conservadoras e cristãs no Congresso Nacional e as disputas legislativas em torno de questões caras à chamada “agenda moral” (que privilegia temas como o aborto e direitos LGBT).¹⁸ Aqui, esse processo também é marcado pela reação à expansão das políticas públicas voltadas às parcelas mais vulneráveis econômica e socialmente da população ao longo dos anos 2000, representativas de uma abertura do Estado

semelhantes à época. No entanto, nos circuitos militantes em que a FMNCR esteve envolvida e que incluíam boa parte da rede ativista local, não havia outro grupo com proposta semelhante.

¹⁴ Brown, 2019; Dardot e Laval, 2019.

¹⁵ Appadurai, 2017, p.19.

¹⁶ Przeworki, 2020. Appadurai (2017) e Krastev (2017) também chamaram atenção para o papel das eleições nesse período, as quais se tornaram formas de *saída da democracia* – e não de endereçamento de demandas por aperfeiçoamentos ou reorientações – e para a substituição de uma concepção de regime democrático voltado ao “favorecimento da emancipação das minorias pela democracia como um regime político que assegura o poder das maiorias” (Krastev, 2017, p.103).

¹⁷ Há divergência, contudo, no que tange à consideração da atual crise da democracia como um momento de formação de um “novo neoliberalismo” (cf., por exemplo: Dardot e Laval, 2019) ou como um rompimento e rejeição ampliada das políticas neoliberais de forma global (cf. a esse respeito: Brown, 2019).

¹⁸ Cf. Vital e Lopes, 2013; Bulgarelli, 2018a. Cabe salientar que a ênfase nessa agenda foi associada à tentativa, por parte da direita, de reconquistar “ao menos uma parte da base social [eleitoral] que perdera com as políticas de combate à miséria associadas ao PT” (Miguel, 2018, posições 226-233 [e-book])

às demandas da sociedade civil organizada que, em menor ou maior medida, caracterizava o cenário institucional desde meados da década de 1990. Juntamente a essa reação, é notável o crescimento de um conservadorismo social que, deslocando o “discurso político aceitável”,¹⁹ responde por discursos de ódio cada vez mais espalhados e a um crescente domínio eleitoral das “novas direitas” sobre as instituições. As políticas e legislações debatidas nos atos do 8 de Março são, portanto, fatores relevantes nessa inflexão política e simbólica que se materializa nas manifestações de 2013, 2014 e 2015²⁰ e tem como alguns de seus cumes a ruptura institucional de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018. Projetos e programas como o Bolsa Família, a PEC das Domésticas e a política de ações afirmativas nas universidades, entre outras, elevaram o nível de emprego e as condições de negociação de contratos e relações de trabalho, o poder de consumo e garantiram a inserção de uma parcela da população (pobre e racializada) em diferentes espaços sociais previamente inacessíveis e largamente restritos às classes médias. As ameaças percebidas às hierarquias sociais, as quais geraram reações por parte, principalmente, das classes médias,²¹ estiveram no ponto de partida e no centro dessas articulações políticas e discursivas, que reivindicavam, em contraposição, um “discurso meritocrático que apresentava a desigualdade como a retribuição justa às diferenças entre os indivíduos”.²²

É nesse contexto, acentuado com o aprofundamento da instabilidade política e institucional resultante de sucessivas e cumulativas crises econômicas e políticas, que se exacerbava, para as militantes campineiras, a necessidade de articulações coletivas e transversais por parte de grupos sociais marginalizados. No entanto, a série de diferenças reconhecidas e frequentemente reiteradas pelas participantes fez desse projeto, conforme definido por uma delas, “um exercício constante de lidar com a diversidade”.²³ Salientando suas

¹⁹ Miguel, 2018, pos. 256.

²⁰ Refiro-me aos protestos de Junho de 2013 (cf. Maricato, 2013; Alonso e Mische, 2016); àqueles contrários à realização da Copa do Mundo no Brasil, principalmente em 2014; aos voltados a questionar a legitimidade da segunda eleição de Dilma Rousseff, em 2014-5, e aos protestos pró impeachment entre 2014 e 2016. Cf. tb. Alonso, 2017.

²¹ Contudo, o agente político típico desse momento, que Chaguri, Nicolau Netto e Cavalcante (2019b) nomeiam de “homem-médio”, “tem como principal característica [de sua] posição social a posse de quantidades de capitais – econômico, cultural e social – típicos da classe a que reconhece pertencer [a classe média], mas insuficientes para lhes garantir o status correspondente a essa classe e uma posição nela estável” (idem, ibidem, p.1)

²² Miguel, 2018, pos.262. Uma dimensão interessante da oposição das classes médias às políticas sociais pode ser encontrada no fato de que, para alguns pesquisadores, o “antipetismo” – cujo raciocínio de oposição à corrupção incorpora também a oposição às as políticas sociais, consideradas formas de compra de voto – seria o principal fator de coesão, identidade coletiva e mobilização de grupos à direita que, para além disso, seriam bastante heterogêneos – conclusão esta válida tanto para mobilizações “espontâneas” como aquelas que partiam de grupos organizados como o Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL) (Solano, 2018, p.4).

²³ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

diferenças e a disposição para a unificação, as participantes da organização se autodescreviam como “aliadas” – termo que aparece, por exemplo, no nome de seu principal evento aberto ao público, o *Sarau das Aliadas*. Levando em conta a multiplicidade de sujeitos individuais e coletivos reivindicada pelas participantes da FMNCR, assim como sua proposta de construir unidade – que, como argumentarei ao longo da tese, deve ser entendida como um conjunto de alianças de natureza política em permanente negociação – a partir das diferenças, apostei que a FMNCR seria um terreno profícuo para pensar os encontros e negociações entre diferentes sujeitos, posições sociais e proposições políticas. É para esse “exercício de lidar com a diversidade” que olharei nesta tese.

2. Sobre a interseccionalidade

A noção de interseccionalidade é o ponto de partida da pesquisa. Essa ideia, oriunda dos textos da jurista estadunidense Kimberle Crenshaw,²⁴ tornou-se menção frequente na boca de militantes, intelectuais e agentes institucionais no Brasil nas últimas duas décadas. Além de um crescimento vertiginoso das discussões acadêmicas e militantes dedicadas a ela,²⁵ a interseccionalidade é nomeada em programas de políticas públicas, mapeamentos de indicadores demográficos e sociais da população, protocolos de direitos humanos e agendas de sustentabilidade de organismos regulatórios supranacionais, colunas de jornais, bate-bocas e eventos divulgados em redes sociais, nomenclaturas vinculadas a movimentos sociais e grupos políticos, entre outros.²⁶ Nessas aparições, como na contenda entre as militantes no encontro de formação, o termo assume diferentes sentidos, usos e encaixes políticos e teóricos, ora como reivindicação ético-política no campo dos movimentos sociais ou forma de nomeação das práticas políticas destes,²⁷ ora como perspectiva analítica e metodológica imprescindível aos estudos voltados à compreensão da desigualdade social.

A bibliografia que circunscreve teoricamente esse campo analítico e político é, também, um conjunto também amplo e multifacetado de referências de diferentes origens e

²⁴ Crenshaw, 1989, 1991.

²⁵ Por ora, cabe notar que entre a “chegada” do termo a partir de uma palestra de Crenshaw na Conferência de Durban, em 2001 e marcada por uma coletânea da Revista Estudos Feministas (vol.10, n.1, 2002) voltada à conferência, e a publicação, em 2019, do texto introdutório “O que é interseccionalidade”, de Carla Akotirene, a interseccionalidade se tornou menção frequente. Para um mapeamento desse debate, cf.: Moutinho, 2014.

²⁶ Cf., entre outros: Brasil, 2008; IPEA, 2011; Truscan e Bourke-Martignoni, 2016; Collins e Bilge, 2016.

²⁷ Rios e Maciel, 2018; Rios, Perez e Ricoldi, 2018; Medeiros, 2019.

perspectivas,²⁸ cada uma delas com grande heterogeneidade interna, além de possíveis subdivisões e disputas acerca de seu estatuto de participação nessa literatura. Ao mesmo tempo que a vastidão de obras que se reivindicam (ou são “reivindicadas”) participantes da discussão dos cruzamentos – ou mesmo da interseccionalidade – aponta para inconsistências nos sentidos e usos dessas noções, essa multiplicidade também sinaliza um espaço aberto, no qual, de forma semelhante ao que aparece no evento mencionado no início desta Introdução, as disputas se dão não apenas em torno de sentidos prontos, mas também de sua construção. Em outras palavras, as genealogias e categorias centralizadas como as mais relevantes para o debate variam de acordo com o contexto nacional, geográfico e social e com o ambiente institucional e político, e, portanto, tanto a constituição do debate sobre formas de opressão entrecruzadas, como, mais especificamente, o debate sobre interseccionalidade, são pautados e dão origem a categorias políticas definidas contextualmente, as quais são acionadas de formas diferentes de acordo com as experiências e trajetórias políticas dos participantes e grupos.

Assim, ao tomar a interseccionalidade como referência para um mapeamento das abordagens de feministas negras contemporâneas ao debate acerca da desigualdade social, deparei-me com uma série de questões acerca de seu estatuto teórico, aplicabilidade e conteúdo. Essas questões, que já renderam uma série de bons trabalhos, em especial nos Estados Unidos,²⁹ fogem ao escopo dessa tese, cujo foco analítico está, antes, nos modos como grupos de mulheres negras brasileiras têm se apropriado desses debates em sua prática cotidiana e, em diálogo com e sobre eles, produzido encontros entre suas várias agendas políticas. Dessa forma, ao observar a prática da FMNCR, procuro levar em conta como essas categorias aparecem e são mobilizadas em diferentes contextos e lugares de pertencimento e não pertencimento, observando os elementos e práticas conectadas a essas ideias e as formas como elas são dispostas em formulações que ressaltam ora a continuidade entre conceitos e agendas, ora sua especificidade. Em outras palavras, procuro levar a sério tanto a alegação das mais jovens de que, se as militantes históricas “não usavam a palavra [interseccionalidade], mas [a prática e a teorização nesse sentido] estava[m] lá” e, ao mesmo tempo, as colocações das históricas, que procuram

²⁸ Para nomear apenas algumas das contribuições teóricas que são ou foram em algum momento aproximadas ou inseridas nas genealogias da interseccionalidade: os feminismos pós-coloniais (Mohanram, 1999), descoloniais (Segato, 2012; Lugones, 2008, 2014; Miñoso, Correal e Ochoa-Muñoz, 2014; Curiel, 2013), indígenas/originários da América Latina (Paredes, 2010; Gargallo, 2013) os feminismos *women of color* (Ruíz, 1998; Belausteguigoitia, 2007; Allarcón, 1989; Cho, Lipsitz, Chin, 2013; Anderson, 1996), *queer of color* (Lorde, 2007; Tinsley, 2018), feministas do “terceiro mundo” e transnacionais (Mohanty, 2003; Alexander, 2005; Hodagneu-Sotello, 1997) e, novamente, os feminismos negros de diferentes origens geográficas (cf. S. Santos, 2007).

²⁹ Cf.: McCall, 2005; Yuval-Davis, 2006; Davis, 2008; Nash, 2008, 2017, 2019; Alexander-Floyd, 2012; Wilson, 2013; May, 2015; Hancock, 2016; Carastathis, 2016; Collins e Bilge, 2016; Romero, 2018.

romper essa continuidade e marcar as diferenças entre esses lugares teóricos e políticos. Mais do que apenas apontar para as especificidades ou continuidades da categoria interseccionalidade, portanto, trata-se de olhar para as diferentes formas e experiências de militância que são mobilizadas nesses embates e como estas foram levadas em conta e localizadas na formação dessa instância de representação comum.

Na formação relatada, as diferentes posições enunciadas pelas participantes podem ser organizadas em torno de três pontos que já se encontravam indicados nos textos selecionados e na proposta do evento³⁰ – formulações do *black feminism* estadunidense; a produção de Lélia Gonzalez e a trajetória política e intelectual do movimento de mulheres negras brasileiro; e, não menos importante, as experiências das participantes. Compreendo esse tripé frequentemente retomado nas atividades da FMNCR,³¹ e que chamava atenção por incluir referências com distâncias temporais e contextuais notáveis,³² como um caminho para as formas como a noção de interseccionalidade e, de forma mais ampla, os debates em torno dos cruzamentos, vêm sendo mobilizados no campo dos movimentos de mulheres negras. Esses conceitos e debates intelectuais têm grande circulação entre o conjunto das militantes da FMNCR e informam suas reflexões e ações. Ao convidar referências que respondem a agendas e trajetórias de militância distintas e remetem a sentidos variados para o debate, essas conversas entre militantes sinalizam que investigar a discussão acerca dos cruzamentos de formas de opressão, no Brasil, implica necessariamente em dialogar com as diversas formas como esses

³⁰ Refiro-me à proposta apresentada no convite para o evento e retomada no início da formação, que explicava que o principal objetivo da formação era realizar um diálogo aberto e pautado nas experiências das e dos presentes, buscando conectar “as problemáticas que esses textos expõem e [que] dialogam com nosso cotidiano”. Dessa forma, explicava-se a que o texto da mediadora seria priorizado na formação – que centralizava as “experiências empíricas” – e que a leitura prévia desse e dos dois outros textos não era um requisito para a participação.

³¹ Vale dizer que os debates do feminismo descolonial, que tem se constituído como uma importante referência para feministas negras brasileiras (cf. Cardoso, 2012; Alvarez, 2014), tinham incorporação tímida entre as militantes da FMNCR e os debates nesse sentido, quando ocorriam, eram centrados em contribuições mais longevas, tais como as de Frantz Fanon, Molefi Asante e Lélia Gonzalez. Entre as mulheres da FMNCR, igualmente, tinham pouca ressonância os debates formulados a partir da recepção do pós-estruturalismo nos Estados Unidos, como os textos de Judith Butler.

³² Valeria investigar, porém, se, assim como as proposições antirracistas de ambos os países foram beneficiadas e forjadas a partir de suas interlocuções (cf. Hooker, 2017; Domingues, 2013), o mesmo poderia ser dito das construções feministas negras. Trocas, comparações e diálogos entre as formulações de mulheres de ambos os países estão indicados, por exemplo, nas trajetórias internacionais de militantes como Lélia Gonzalez (cf. Ratts e Rios, 2010; Perry e Sotero, 2019), Tereza Santos (cf. Santos, 2008) e Luiza Bairos. Acerca de Gonzalez, pode-se afirmar que esta apresentou seus trabalhos e participou de debates em pelo menos doze países diferentes e que manteve contato com importantes ativistas e intelectuais como Angela Davis, Stokely Carmichael, Molefi Asante, Carlos Moore e Anani Dzidzienyo, diálogos relevantes, por exemplo, no desenvolvimento da ideia de *amefricanidade* (cf. Gonzalez, 1988b; Cardoso, 2014). Vale sinalizar também que militantes negras brasileiras que iniciavam suas organizações autônomas nos anos 1990 tiveram como referências, além de produções nacionais, autoras e autores negros estadunidenses, uma literatura “traduzida solidariamente por elas mesmas, umas para as outras” (Cardoso, 2012, p.215).

cruzamentos foram pensados e articulados, levando em conta obras, trajetórias e autores que empregaram outros termos para nomear sua simultaneidade.

A partir dessa brevíssima incursão aos debates que minhas interlocutoras trazem à discussão quando conversam sobre interseccionalidade e *dupla* ou *tripla opressão*, parece-me notável que, assim como nas conversas entre elas, esses termos – especialmente, interseccionalidade – ganham uma multiplicidade de sentidos, indicando, ao mesmo tempo, as experiências de vida de mulheres negras (ou não brancas), as questões que se referem às formas de organização coletiva (inclusão, exclusão, movimentos sociais, partidos, sindicatos, associações, etc.), as fontes de construção de ferramentas para interpretar a realidade (conceitos, métodos, objetos, etc.) e os demarcadores de históricos de disputas. Sem a pretensão de esgotar o debate, apresento, no que se segue, alguns contornos da discussão acerca dos cruzamentos de formas de opressão e desigualdade nos feminismos negros brasileiros e norte-americanos, tomando como pontos cardeais as duas principais referências trazidas pela FMNCR – Kimberle Crenshaw e Lélia Gonzalez.³³

*

Jennifer Nash organizou as acirradas disputas acerca da criação, originalidade e especificidade da noção de interseccionalidade nos Estados Unidos por meio de três principais “histórias de origem”³⁴ do termo: uma primeira, formada por feministas negras nas Ciências Sociais, atribuiria ao conceito de “matriz de dominação” de Patricia Hill Collins a prioridade na “fundação” desses debates; a segunda, defendida por “humanistas feministas negras”,³⁵ elege

³³ Salvo indicação, todas as traduções que aparecem na tese são de minha autoria. Os trechos originais encontram-se após os anexos.

³⁴ Para Nash (2019), “histórias de origem” [*origin stories*] são diferentes de “genealogias intelectuais” [*intellectual genealogies*]. As primeiras são identificadas com a busca por uma “origem coerente e compreensível, que descreva um momento específico de criação da interseccionalidade” e a “pressuposição que a interseccionalidade emergiu não por meio de debate e colaboração, mas através de uma voz, momento histórico ou texto fundacional particular” (Idem, p.39). Essas histórias são motivadas, para a autora, pela oposição ao “embranquecimento da interseccionalidade” [*whitening of intersectionality*] (Idem, ibidem; cf.: Bilge, 2013) e à “apropriação” de sua criação pelos estudos feministas norte-americanos, fixando uma origem única ao conceito e que se dá como um debate interno ao feminismo negro sobre “quem cunhou o termo, quem é seu acadêmico inaugural e em qual terreno a interseccionalidade se localizava ‘originalmente’ (Idem, ibidem). Já as genealogias, segundo Nash, “rastream como conceitos emergem a partir de múltiplas tradições ou analisam como diferentes tradições teóricas tratam o mesmo conceito de formas diferentes” (Idem, ibidem). A crítica de Nash está situada em um contexto nacional e institucional específico – a academia norte-americana, em especial os *women’s studies* – de intensa disputa acerca da validade, originalidade, conteúdo, produção e localização acadêmica da noção de interseccionalidade, que a autora chama de “guerras da interseccionalidade” [*intersectionality wars*]. Considero produtivo o modo como Nash organiza o debate, remontando suas linhagens a partir das disputas contemporâneas que explicitam mais sobre a academia em sua relação com as intelectuais negras do que propriamente o significado do termo em debate (cf. Nash, 2008, para uma análise da interseccionalidade como ferramenta analítica). Não estou sugerindo, todavia, que esse raciocínio deva ser estendido aos usos da interseccionalidade no Brasil, já que a trajetória do termo aqui difere bastante do contexto norte-americano.

³⁵ Nash, 2019, p.41.

Crenshaw como a principal referência nesse sentido, destacando a especificidade de sua contribuição; por fim, esforços voltados a realçar o caráter inovador da produção de feministas negras “históricas”, como Deborah King, Frances Beal, o *Combahee River Collective* e, de forma ainda mais longínqua, Anna Julia Cooper, Ida B. Wells e Sojourner Truth, procuram situar a produção inicial da noção de interseccionalidade entre essas intelectuais. A despeito das posições acerca da produção de Crenshaw – seja tomando-a como “criadora” da interseccionalidade, seja para afirmar outros pontos de partida –, o debate raramente prescinde de diálogos com sua obra, que, ainda que disputada, dificilmente é excluída.

Crenshaw é creditada pela criação do termo interseccionalidade, o que ela faz nos artigos “Demarginalizing the intersection of race and sex”, de 1989, e “Mapping the margins”, de 1991. Apesar das diferenças nos percursos dos argumentos e nos interlocutores com os quais a autora dialoga,³⁶ os dois artigos partem de casos empíricos – a representação jurídica das mulheres negras como requerentes nos tribunais estadunidenses e as políticas públicas de intervenção na violência contra as mulheres, respectivamente – para demonstrar a insuficiência do “enquadramento em um eixo único” [*single-axis framework*] na identificação e reparação dos problemas e barreiras sociais com os quais as mulheres negras se deparam. Em ambos os textos, Crenshaw analisa também o tratamento das questões das mulheres não brancas³⁷ por parte de grupos feministas e pela comunidade negra, que, em sua perspectiva, são ocultadas, esquecidas ou secundarizadas. Demonstrando as lacunas nesse sentido em uma série de análises feministas e proposições públicas acerca da posição das mulheres na comunidade negra,³⁸ a autora aponta como esses discursos se baseiam implicitamente nos sujeitos “privilegiados exceto por [*otherwise privileged*]”, aqueles cuja inserção social seria completa “não fosse por [*but for*]” sua raça ou gênero.

³⁶ Em “Demarginalizing...”, Crenshaw parte de observações de processos judiciais para demonstrar a singularidade da discriminação das mulheres negras em relação aos enquadramentos previstos na lei. O principal interlocutor é o campo do direito, mas ela também tece considerações acerca da militância feminista e da comunidade negra. Em “Mapping the Margins”, Crenshaw propõe um diálogo com as algumas das críticas à política identitária, argumentando que “o problema com a política identitária não é que ela não consegue transcender as diferenças, como dizem alguns críticos, mas o contrário – que ela frequentemente mistura [*conflates*] ou ignora as diferenças intragrupo” (p.1242). Nesse artigo, a autora procura mostrar a invisibilidade das mulheres não brancas em políticas públicas, formulações teórico-políticas e produções culturais acerca da violência contra as mulheres.

³⁷ Há uma oscilação de termos porque, por um lado, Crenshaw procura tratar das mulheres não brancas [*women of color*], mas, quando aponta para suas comunidades étnico-raciais, por outro lado, refere-se de forma específica à comunidade negra.

³⁸ Por exemplo, as análises sobre a divisão entre esfera pública e esfera privada, a proteção da castidade das mulheres e, no segundo caso, as discussões sobre violência doméstica e famílias monoparentais lideradas por mulheres negras.

Posicionando-se como uma feminista negra e recorrendo às experiências e análises registradas por mulheres como Sojourner Truth,³⁹ Ida B. Wells-Barnett⁴⁰ e Anna Julia Cooper,⁴¹ a autora indica três dimensões nas quais se dão as “experiências interseccionais” das mulheres não brancas. De um ponto de vista *estrutural*, ela afirma que as abordagens dos problemas dessas mulheres devem levar em conta as circunstâncias específicas de suas realidades, pois “as mulheres não brancas estão situadas de formas diferentes no mundo econômico, social e político”ⁱⁱ e frequentemente ocupam “posições fisicamente e culturalmente marginalizadas da sociedade dominante”ⁱⁱⁱ, de forma que “[...] as informações devem ser voltadas especificamente a elas para atingi-las”.^{42iv} Na dimensão *política*, ela aponta para a separação entre as reflexões e agendas feministas e antirracistas, o que implica, em qualquer um dos casos, a “negação de uma dimensão fundamental da nossa subordinação e impede o desenvolvimento de um discurso político que empodere plenamente as mulheres não brancas”.^{43v} Por fim, o aspecto *representativo* da interseccionalidade procura evidenciar que as representações sociais e culturais dos grupos valorizam os membros privilegiados em detrimento dos “interseccionais” o que, no caso das mulheres e da população negra, relega às mulheres negras um lugar de invisibilidade. Ela também aponta para o papel de imagens culturais distorcidas e estereótipos na perpetuação e ampliação da vulnerabilidade à violência e à opressão e, portanto, como um sustentáculo para essas desigualdades e barreiras.

O argumento central de Crenshaw é que, para levar em conta as mulheres negras de forma informada e efetiva, em vez de se adotar uma perspectiva generalista, é necessário *partir* de suas experiências e não derivar essas experiências de proposições genéricas acerca das mulheres ou da população negra. Em suas palavras, “porque a experiência interseccional é maior [*greater*] que a soma do racismo com o sexismo, qualquer análise que

³⁹ Sojourner Truth (1797-1883) foi uma abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres estadunidense e se tornou conhecida principalmente por um discurso que proferiu na Convenção de Direitos das Mulheres de Ohio, em 1851, *Ain't I a woman?* [“E não sou uma mulher?”], no qual contestava os modelos de feminilidade afirmados na sociedade e a inclusão das mulheres negras nas disputas pelos direitos das mulheres.

⁴⁰ Ida B. Wells-Barnett (1862-1931) foi uma jornalista e ativista estadunidense e uma das fundadoras da NAACP (*National Association for the Advancement of Colored People*). Uma de suas principais pesquisas, *Southern Horrors: Lynch law in all its phases* (Wells, 2017), analisa os linchamentos no sul dos Estados Unidos e demonstra a existência de racionalidade econômica e social para essa prática e contradizendo os argumentos comuns para justificá-la.

⁴¹ Anna Julia Cooper (1858-1964) foi uma educadora e ativista estadunidense, conhecida por sua profícua produção intelectual – em especial o livro *A voice from the South* (Cooper, Lemert e Bhan, 1998) – e por suas reflexões acerca das mulheres negras.

⁴² Crenshaw, 1991, p.1250.

⁴³ Idem, p.1252.

não inclua a interseccionalidade não poderá resolver a contento a forma particular da subordinação das mulheres negras”.^{44vi}

A recomendação de que a produção de conhecimento e informação, para atingir as realidades das mulheres não brancas, deve partir de suas experiências tem, no pensamento de Patricia Hill Collins, formulações ainda mais definitivas. Concentrada na agência e nas formas como mulheres negras resistem às formas de opressão às quais se encontram submetidas socialmente, Collins sublinha o lugar dessas mulheres como produtoras de conhecimento, que, por conta de seu posicionamento social específico, geram observações da sociedade e da interação social distintas das formuladas por outros grupos. Esse argumento, que perpassa sua obra, é encontrado de forma sintética em “Learning from the outsider within”, de 1986.⁴⁵ Nesse artigo, a autora discute como a posição específica e exclusiva que as mulheres negras tradicionalmente ocuparam na sociedade norte-americana – nesse caso, suas posições como trabalhadoras domésticas, que permitia que observassem a “sociedade branca” a partir de dentro sem, por outro lado, pertencer a ela – garantiu a elas um “ponto de vista especial” [*special standpoint*] e único sobre a sociedade e, com isso, resultou em alguns temas comuns em suas reflexões. Nas palavras de Collins, porque ocupam posições subjugadas em diferentes conjuntos de opressão, as mulheres negras:

portanto, tem uma visão mais clara sobre a opressão que grupos que ocupam posições mais contraditórias em relação ao poder masculino branco – ao contrário das mulheres brancas, elas não têm ilusões de que sua branquura vá negar a subordinação feminina, e, ao contrário dos homens negros, não podem fazer um apelo questionável à masculinidade para neutralizar o estigma de serem negras^{46 vii}

Os temas centrais ao pensamento feminista negro nos Estados Unidos, nesse artigo, seriam, em primeiro lugar, o significado da autodefinição e autovalorização – isto é, o esforço por substituir imagens depreciativas definidas por terceiros, as “imagens de controle” [*controlling images*], por imagens autodefinidas e voltadas à valorização das mulheres negras. Em segundo lugar, a percepção da natureza interconectada [*interlocking*] das opressões, que implica em inquirir os modos e pontos de conexão entre diferentes formas de opressão, construindo “novas formas de interpretação das relações sociais” (em vez de procurar incluir as mulheres negras em modelos prontos). Segundo Collins, à medida que o pensamento

⁴⁴ Crenshaw, 1989, p.140.

⁴⁵ Uma tradução recente foi publicada sob o título “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro” (Revista Sociedade e Estado, Vol. 31, No 1, 2016). Antes dessa tradução, o termo tinha sido vertido como “forasteiro de dentro” (Cardoso, 2012). Mais recentemente, na tradução de *Pensamento feminista negro*, Jamille Pinheiro Dias opta por “outsider-interna” (Collins, 2019).

⁴⁶ Collins, 1986, p.19.

feminista negro inclui uma análise da subordinação de outros grupos, ele resulta também em uma “visão humanista da organização social”. Por fim, o último tema é a importância da cultura das mulheres afro-americanas, definida como espaços e relações sociais por meio das quais as mulheres negras criam e transmitem formas autodefinidas de resistir a opressões interconectadas – e que, nessa medida, constituem formas de resistência que tradicionalmente não foram pensadas como tal pelas Ciências Sociais.

Em *Black Feminist Thought*,⁴⁷ trabalho em que Collins busca sistematizar os debates e características principais do pensamento feminista negro norte-americano de forma abrangente, esses temas são acrescidos por cinco outros – trabalho, família e opressão; política sexual; relacionamentos afetivos; maternidade; e ativismo. Em BFT, a autora expande o debate do artigo de 1986, destacando a produção de conhecimento ancorada na experiência corporificada dos grupos marginalizados e situando-a em uma “dialética de opressão e ativismo”.⁴⁸ Trazendo para o primeiro plano da análise as experiências e reflexões de Ida Wells-Barnett, Sojourner Truth, Frances Harper,⁴⁹ Angela Davis, Barbara Smith,⁵⁰ entre muitas outras, a autora esmiúça as condições de vida das mulheres negras estadunidenses em diferentes momentos históricos⁵¹ e aponta três dimensões centrais em sua opressão. Segundo Collins, esta é caracterizada por uma dimensão econômica, que incorpora a superexploração do trabalho dessas mulheres, uma dimensão política, que se refere a padrões institucionalizados de opressão (como restrição ao voto e à inclusão no sistema educacional geral) e, por fim, uma dimensão ideológica, conformada pelas “imagens de controle”, que favorecem e são criadas pelos grupos dominantes e procuram justificar e fundamentar a opressão das mulheres negras.

A partir dessas condições contextuais e históricas específicas, a autora formula o conceito de *matriz de opressão*, que exprime “a organização social geral, a partir da qual as opressões interseccionadas têm origem, se desenvolvem e na qual estão contidas”,^{52viii} e que é estruturada a partir de “um arranjo específico de sistemas de opressão interseccionados – i.e., raça, classe social, gênero, sexualidade, status de cidadania, etnicidade e idade”^{ix} e

⁴⁷ Publicado originalmente em 1990, BFT, que foi alçado ao lugar de clássico feminista negro, é geralmente lido em sua versão revisada, de 2000. Apesar de, como indicado na nota 45, já haver uma tradução disponível (Collins, 2019), como cito o texto original, opto por manter o título não traduzido.

⁴⁸ Collins, 2000, p.3.

⁴⁹ Frances E. Harper (1825-1911) foi uma escritora abolicionista e sufragista norte-americana.

⁵⁰ Barbara Smith é uma feminista negra e lésbica estadunidense e uma das participantes do *Combahee River Collective*, cujo manifesto, escrito em 1977 publicado em 1982, se tornou um dos textos referenciais na discussão sobre interseccionalidade (Combahee, [1977] 2000). Cf. Carastathis, 2016, cap.1; Hull, Bell Scott e Smith, 1982.

⁵¹ Ao longo de sua obra, Collins empreende sucessivos esforços nesse sentido, com estudos especialmente sobre os temas da família (cf. 1998a, 1998b), controle sexual e reprodutivo (2004) e produção cultural (2006).

⁵² Collins, 2000, pp.227-8.

corresponde a “uma organização particular dos domínios de poder – estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal”.^{53x} Em suma, a matriz de opressão expressa a “organização de relações de poder hierárquicas em uma dada sociedade”,^{54xi} na qual estão contidas as opressões interconectadas, e que toma formas específicas de acordo com o contexto histórico e social. Contendo as “camadas” e eixos de poder em simultaneidade, a percepção das relações de poder social por meio de uma matriz procura iluminar as conexões entre diferentes grupos oprimidos,⁵⁵ ao mesmo tempo em que evidencia a existência de “poucas vítimas ou opressores puros”⁵⁶ xii e é também “suscetível à agência humana”.^{57xiii} Dessa forma, a interseccionalidade ou as “opressões interseccionadas” são *integrantes* de uma matriz de opressão e, portanto, os dois conceitos são diferentes.

Por fim, em *Intersectionality: Key Concepts*, volume escrito com Sirma Bilge e publicado em 2016, destaca-se a magnitude da contribuição da *interseccionalidade* em aspectos extra teóricos e o modo como o conceito transitou por diversos espaços. Embora o texto alegue resistir a uma definição ou “história correta [*straight*]” da interseccionalidade, as autoras procuram situá-la como uma produção dos movimentos sociais e dos protestos nos Estados Unidos da década de 1960 e asseveram que a noção está necessariamente vinculada a horizontes de erradicação das desigualdades e a projetos de justiça social – em suas palavras, “sua *raison d’être* não é simplesmente oferecer análises mais complexas e abrangentes de como e porque as desigualdades sociais persistem, [...] mas também entreter questões de justiça social”.^{58xiv} Nesse sentido, tratam a interseccionalidade como um instrumento na busca por justiça social e salientam que, a despeito da importância das questões relacionadas à experiência e à identidade nos debates sobre a interseccionalidade, o conceito é voltado à reflexão sobre a desigualdade social conformada por diferentes eixos de diferenciação coletiva. Dessa forma,

⁵³ Idem, p.299. Segundo Collins, cada um desses domínios tem um significado no que tange às formas de opressão: o estrutural diz respeito ao funcionamento das instituições e à disposição da organização social – i.e. “como as instituições são organizadas para reproduzir a subordinação das mulheres negras ao longo do tempo” (Collins, 2000, p.277); o disciplinar “opera disciplinando as pessoas de formas que colocam suas vidas em caminhos que fazem algumas opções parecerem viáveis e outras fora do alcance” (Collins e Bilge, 2016, cap.1, p.10 [e-book]); o hegemônico (posteriormente renomeado “cultural”) fundamenta e “justifica” as hierarquias e opressões por meio da produção e circulação de ideias comuns voltadas a explicar a vida social, como as de “competição entre iguais” e “meritocracia”; e o interpessoal “influencia a experiência cotidiana vivida e a consciência individual formada a partir dela” (Collins, 2000, p.276), referindo-se às “vidas das pessoas, como elas se relacionam umas com as outras e quem é favorecido ou desfavorecido no contexto das interações sociais” (Collins e Bilge, 2016, cap.1, p.13).

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵ Idem, p.233.

⁵⁶ Idem, p.287.

⁵⁷ Idem, p.290.

⁵⁸ Collins e Bilge, cap.8, p.17 [paginação de e-book].

vincula-se à percepção da complexidade das relações sociais,⁵⁹ nas quais vários eixos de poder social interagem e se constituem mutuamente. Esses eixos de poder, por sua vez, devem ser analisados em suas conexões ou intersecções e, ao mesmo tempo, levando em conta sua ação em domínios de poder específicos – estrutural, disciplinar, interpessoal e cultural.⁶⁰ Essa perspectiva, segundo as autoras, demanda um estudo compreensivo e focado nas interconexões, uma “tentativa de forjar um entendimento complexo e interativo das relações entre história, organização social e formas de consciência pessoais e coletivas”,^{61xv} pois “relações interseccionadas de poder moldam identidades, práticas sociais, arranjos institucionais e representações culturais e ideologias de modos contextualizados e historicizados”.^{62xvi}

Collins e Bilge defendem, ainda, que a interseccionalidade é fundada em uma sinergia entre investigação crítica [*critical inquiry*] e práxis crítica [*critical praxis*]. A dimensão da investigação incorpora a aplicação de modelos, métodos e orientações interseccionais (ou seja, pautados “nas experiências e lutas das pessoas marginalizadas”)^{63xvii} para estudar os fenômenos sociais. A práxis crítica, por sua vez, diz respeito aos usos de teorias e estudos interseccionais no cotidiano de indivíduos e grupos. Contudo, as autoras salientam que não há um ambiente específico que concentre essas dimensões. Dito de outro modo, a investigação crítica pode acontecer na vida cotidiana e na organização coletiva comunitária e a práxis pode ser incorporada à academia. Segundo elas:

Uma perspectiva da práxis não se restringe à mera aplicação do conhecimento acadêmico a um problema social ou conjunto de experiências, mas, ao contrário, usa o conhecimento assimilado na vida cotidiana para refletir sobre essas experiências e sobre o próprio conhecimento acadêmico. Essa perspectiva da práxis não separa pesquisa e prática, com a primeira provendo teorias e modelos e a segunda relegada a pessoas que aplicam essas ideias em contextos reais ou a problemas da vida real. Em vez disso, esse conjunto de preocupações vê *tanto* a pesquisa *quanto* a prática como intimamente ligadas e mutuamente constitutivas, rejeitando visões da teoria como superior à prática.^{64xviii}

Os textos de Crenshaw e, sobretudo, Collins valorizam as reflexões anteriores que procuraram teorizar sobre a posição das mulheres negras na sociedade estadunidense e procuram trazê-las à análise – sejam as contribuições teóricas realizadas em meio aos movimentos por direitos civis dos anos 1960 e que incorporam, posteriormente, autoras como Frances Beal, Deborah King, Audre Lorde, Barbara Smith e a conhecida declaração do

⁵⁹ Cf. McCall, 2005; Walby, 2007.

⁶⁰ Cf. nota 44.

⁶¹ Collins e Bilge, 2016, cap.8, p.7.

⁶² Idem, cap.8, p.18

⁶³ Idem, cap. 2, p.8.

⁶⁴ Idem, cap. 2, p.18, grifos no original.

Combahee River Collective, seja, ainda, a produção mais longínqua de mulheres como Sojourner Truth, Anna Julia Cooper e Ida B. Wells, Maria Stewart, entre outras. Apesar das várias diferenças entre essas contribuições, bem como outras que são eventualmente incluídas no debate acerca das “origens da interseccionalidade”, elas têm em comum a preocupação de articular raça, sexo/gênero e classe e, em alguns casos, veicular a ideia de que o fim da opressão das mulheres negras representaria o desmantelamento de todas as formas de poder, uma vez que estas se encontram na base da estrutura social. Cabe salientar, ainda, que a mobilização dessas intelectuais e autoras geralmente procura valorizar as contribuições e reflexões acerca das formas de opressão entrecruzadas vivenciadas por mulheres negras construídas previamente à incorporação da interseccionalidade à academia e às instituições, processo que se daria a partir das formulações de Crenshaw e que é lido por uma série de autoras como o princípio do “embranquecimento” [*whitening*] da interseccionalidade e desvinculação dos propósitos emancipatórios aos quais ela seria originalmente relacionada.⁶⁵

No Brasil, a principal referência chamada aos debates é o pensamento da socióloga e filósofa Lélia Gonzalez. Sua produção acerca das condições sociais e do histórico de resistência das mulheres negras começa a se avolumar a partir do fim da década de 1970, no contexto de antagonismo à ditadura militar e formação dos primeiros grupos autônomos de mulheres negras da época. Uma das formadoras desses grupos e, em grande medida, uma das responsáveis pela articulação do movimento de mulheres negras contemporâneo no Brasil, Lélia Gonzalez e seu pensamento são pontos nodais dos debates feministas negros nacionais.⁶⁶ Em seus textos, são abundantes as ideias em torno do “agravamento de sua [da mulher negra] condição de servilidade por ser mulher, negra e pobre” e termos como “superexploração”, “dupla opressão”, “tripla opressão” e “tríplice discriminação”.

⁶⁵ Cf. por exemplo, Alexander-Floyd, 2012; Bilge, 2013; May, 2015; Collins e Bilge, 2016. Cf. tb. Collins, 2012.

⁶⁶ Acerca do lugar referencial de Lélia Gonzalez no momento de formação e articulação do movimento de mulheres negras, vale trazer uma fala de Luíza Bairros – que, além de ministra da extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), foi uma importante militante do Movimento Negro Unificado e do movimento de mulheres negras: “Conheci Lélia Gonzalez quando entrei para o Movimento Negro Unificado/MNU em 1979. Ela era membro da Comissão Executiva Nacional, e a todos surpreendia pelo comportamento ousado, a risada de corpo inteiro, o linguajar popular, bem ao modo do falar carioca, salpicado de expressões acadêmicas, que até permitia que nós, os militantes mais novos, entendêssemos o que é epistemologia! Na época não havia ninguém com a capacidade dela de pulverizar os argumentos racistas nos debates de que participávamos, de defender a legitimidade e a necessidade do movimento negro quando todos os setores auto-intitulados progressistas nos acusavam de divisionistas da luta popular. Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU, e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres. Mas através de muitas e longas conversas e dos textos dela, aprendemos como incorporar um certo modo de ser feminista às nossas vidas e à nossa militância, articulamos nossos próprios interesses e criamos condições para valorizar a ação política das mulheres negras” (Bairros, 2000, p.2.).

Militante do movimento negro e do movimento feminista, assim como participante ativa de debates da esquerda progressista de sua época,⁶⁷ parte da produção de Gonzalez se relaciona à sua participação e seus olhares críticos sobre esses espaços, o que é especialmente perceptível em seus comentários e textos sobre a esquerda e os movimentos feministas. Acerca do movimento feminista, Lélia Gonzalez apontava a exclusão das mulheres negras e a abstração da “natureza multirracial e pluricultural” da sociedade brasileira e latino-americana que, em sua perspectiva, resultaria numa forma de “racismo por omissão, cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade”.⁶⁸ Assim, ao negar às mulheres negras “o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, se não de nossa própria história”, o feminismo reforçaria o “racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco”, o qual procura combater.⁶⁹ Acerca do movimento negro, por sua vez, Gonzalez salienta o “esquecimento” da atuação das mulheres negras que, em sua perspectiva, é fundamental à formação e ao crescimento desse movimento, destacando que, como no movimento feminista, trata-se da reprodução de “certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo”.⁷⁰ Chama atenção, ainda, para “o caráter mais acentuado do machismo negro, uma vez que este se articula com mecanismos compensatórios que são efeito direto da opressão racial”.⁷¹ Contudo, segundo Gonzalez, as disputas e brigas com o movimento negro, ao contrário daquelas com o movimento feminista, “desenvolvem-se num plano mais igualitário cujas raízes [...] provêm de um mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum”.⁷²

Por fim, sua participação nos debates da esquerda da época foram outro foco de tensões e críticas por parte da intelectual, que salientava a “tentativa por parte das esquerdas em geral de reduzir a questão do negro a uma questão meramente econômico-social”,⁷³ que, nesse raciocínio, seria automaticamente resolvida com o fim da luta de classes e a busca pelo socialismo. Apontando para a “minimização” e para a censura do discurso antirracista na esquerda, Gonzalez também atribui essa percepção da realidade a um “discurso que se articula

⁶⁷ Lélia Gonzalez foi filiada a dois partidos de esquerda ao longo de sua vida – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelos quais foi candidata a deputada estadual e federal nos anos 1980. Cf. Pereira, e Buarque de Hollanda, 1980.

⁶⁸ Gonzalez, 1988a, p.135.

⁶⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁰ Gonzalez, [1979c] 2008, p.38.

⁷¹ Idem, p.39. Trata-se de um argumento que foi mobilizado com alguma frequência nas proposições teóricas feministas negras no Brasil e nos Estados Unidos. Cf. tb. hooks, 1984; Collins, 1986.

⁷² Idem, *ibidem*.

⁷³ Pereira e Buarque de Hollanda, 1980, p.204.

dentro dos valores de uma civilização ocidental”,⁷⁴ enquanto que, da perspectiva antirracista, tratar-se-ia de “tentar subverter a ordem desse discurso”.⁷⁵ Dessa forma, em interlocução com os debates acerca do capitalismo periférico e da tese do desenvolvimento desigual e combinado,⁷⁶ Gonzalez analisou a posição de classe da população negra e, em especial, das mulheres negras, e sua obra possivelmente constitui a abordagem mais sistemática à sociedade de classes pela perspectiva feminista negra no Brasil.⁷⁷

Suas análises acerca do pertencimento e vivências de classe das mulheres negras, em sintonia com as questões da militância da época, reforçavam a discussão do trabalho doméstico remunerado e o papel das mulheres negras em suas famílias. Em “A mulher negra na sociedade brasileira”, escrito em 1979, Gonzalez discute as transformações no mundo do trabalho nas décadas precedentes e situa as mulheres negras nesses processos. Segundo a autora, nesse período, a despeito da industrialização, “da feminilização dos “setores burocráticos de mais baixo nível [...] (prestação de serviços em escritórios, bancos, etc.)”,⁷⁸ e da formação das classes médias brasileiras, as mulheres negras continuaram majoritariamente concentradas no serviço doméstico e em outras funções de “serventes”. Para Gonzalez, isso aconteceria por conta de uma seleção racial na contratação que, no caso da indústria, “favorece muito mais a operária branca ou ‘morena’ do que a negra” e, no caso dos serviços, teria por justificativa, quando não a ausência de qualificação educacional suficiente, a demanda por “boa aparência”, cujo significado a autora vincula ao racismo: “que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas”.⁷⁹

Essas proposições estão relacionadas à sua análise da incidência – ou, em seus termos, a “eficácia estrutural” –⁸⁰ do racismo na estrutura de classes que, perpassada por privilégios materiais e simbólicos demarcados racialmente, apresentaria restrições à ascensão

⁷⁴ Idem, p. 207.

⁷⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁶ De forma sucinta, cabe salientar que Gonzalez intervêm nesse debate a partir de diálogos com autores como Caio Prado Jr., José Nun, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva. Dialogando com esses autores, ela afirma que “o desenvolvimento econômico brasileiro resultou num modelo de modernização conservadora excludente, segundo esses analistas. Poderíamos considerá-lo, também, com base na noção de desenvolvimento desigual e combinado, em que a formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a permanência de formas produtivas anteriores, de outro, constituem-se como fatores que tipificam o sistema” ([1979c] 2008, p.31).

⁷⁷ Pereira, 2016, p.141.

⁷⁸ Gonzalez, [1979a] 1982, p.97.

⁷⁹ Idem, *ibidem*. Acerca dessa questão, Gonzalez dirá, ainda, em outro texto: “toda atividade que signifique lidar com o público “seleto” exclui a trabalhadora negra, a começar pelas atividades de babá, copeira, na área do serviço doméstico. No entanto, se o negócio é ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, não há problema se a empregada for negra” (Gonzalez, [1982] 2018, p.128).

⁸⁰ Gonzalez, 1979b, p.9.

social da população negra. Para Pereira, na obra de Gonzalez, “raça” determinaria o nível de sujeição à exploração, as relações entre as classes sociais e relações internas a cada uma delas, enquanto “classe” estabeleceria “o contexto macrosociológico em que as relações sociais são travadas”.⁸¹ Sua formulação mais explícita nesse sentido é encontrada em “Cultura, trabalho e etnicidade”, também escrito em 1979. Segundo ela:

tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isto significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não-brancos.⁸²

Assim como em suas análises de outros aspectos das condições de vida das mulheres negras, sua perspectiva acerca da posição de classe e das formas de trabalho em que esse grupo está super-representado é subsidiada por um recuo analítico ao período da escravidão e do pós-abolição, a partir do qual sublinha conexões e um aspecto de continuidade com o período da análise.⁸³ Ela aponta para as funções das mulheres negras escravizadas como *trabalhadoras do eito e mucamas*, destacando a sobrecarga de trabalho,⁸⁴ a combinação de trabalho doméstico e de cuidados para a família branca e para a sua família, a vulnerabilidade à violência e à exploração sexual e seu papel como sustentáculo moral, afetivo e material de suas comunidades.

⁸¹ Pereira, 2016, p.133. Vale dizer que, para Gonzalez, a diferença racial é, no Brasil, o principal fator de estratificação interna da força de trabalho, delimitando, por um lado, o *exército industrial de reserva* – predominantemente branco e que retém sua função na reprodução da estrutura de classes e da exploração da força de trabalho – e a *massa marginal* – majoritariamente negra e cujas chances de inclusão no mercado de trabalho industrial é limitada, mesmo quando o exército de reserva é acionado. Cf. Gonzalez, 1979b, [1979c] 2008.

⁸² Gonzalez, 1979b, pp.9-10.

⁸³ Trata-se de um recurso frequente não só na obra de Gonzalez (1984, 1988a, por exemplo), mas nos textos e discursos políticos de várias feministas negras brasileiras e estadunidenses. No que tange às formas de ocupação das mulheres negras, esse recurso geralmente procura evidenciar a combinação de exploração do trabalho, corpo e capacidade reprodutiva. Cf., nesse sentido: Stetson, 1982; Davis, [1981] 2016; Collins, 2000; Adrienne Davis, 2002, 2003; Giacomini, 1988.

⁸⁴ Para Gonzalez, essa posição de *superexploração* das escravizadas, em especial as trabalhadoras do eito, garante-lhes proeminência no impulso às revoltas e rebeliões. Em suas palavras, “Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta, uma vez que, trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela” (Gonzalez, [1979a] 1982, pp.92-93). Cabe ressaltar a semelhança desses argumentos com os de Angela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* ([1981] 2016). Davis afirma que as mulheres escravizadas realizavam tarefas tão ou mais exaustivas e pesadas do que as realizadas pelos homens e, submetidas à exploração sexual e a cruéis formas de punição e tortura, tinham um papel preponderante na liderança de revoltas. Cf. tb. Barreto, 2005.

Embora refira-se a ambas as formas de trabalho, Gonzalez se concentra na *mucama*, que, em textos como “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 1984,⁸⁵ constituirá a base de suas reflexões sobre as representações sociais das mulheres negras. Nesse texto, a autora procura analisar os lugares atribuídos às mulheres negras no “mito da democracia racial”,⁸⁶ desdobrando da figura da *mucama* as imagens contemporâneas da *doméstica* e da *mulata*. Engendrados a partir da figura da *mucama* – a “amásia escrava” e “ama de leite”,⁸⁷ cujo trabalho deveria “manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande”⁸⁸ e submetida a variadas formas de violência física e sexual – e referenciados também na figura da *mãe preta*, esses papéis referem-se à dupla (e conjunta) função desempenhada pela *mucama* enquanto “função trabalho” e “função sexo”. O primeiro sentido remete às trabalhadoras domésticas, cujo cotidiano a autora descreve da seguinte forma:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais [...], ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da inferioridade que lhe seriam peculiares. E tudo isto acrescido pela problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem que enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos no cuidado dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, se dirige à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isto sem contar quando tem que acordar mais cedo (3 ou 4 horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar algum filho doente; ou então, quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um

⁸⁵ Publicado pela primeira vez nos Anais do Encontro da ANPOCS de 1980, e, posteriormente, na revista *Ciências Sociais Hoje* em 1984, esse texto é considerado por militantes e intelectuais que conheceram e conviveram com Lélia Gonzalez como “emblemático de seu pensamento” (Bairros, 2000, p.8).

⁸⁶ Gonzalez, 1984. A questão do “mito da democracia racial” é central na obra de Gonzalez., bem como nos debates e na agenda dos movimentos negro e de mulheres negras até meados dos anos 2000 (Rios, 2019). Para ela, a *democracia racial* é uma ideologia própria da forma de colonização que se deu no Brasil, a qual, disposta a partir de sociedades (a portuguesa e ibérica de forma geral) extremamente “racialmente estratificadas, dispensariam formas abertas de segregação, uma vez que as [rígidas] hierarquias [sociais] garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante” (Gonzalez, 1988b, p.73). Nessas, predominam os valores da aculturação e do assimilacionismo, marcados por uma forma de racismo específica, que a autora chama de *denegado* – isto é, que pretende-se inexistente e envergonha-se de si mesmo. Para Gonzalez, a eficácia particular dessa forma de racismo residiria na construção de identificação entre “colonizados” e “colonizadores”, brancos e não brancos, que dissimula e impede “a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado ‘inferior’” (Gonzalez, 1988b, p.74). Nesse contexto, seu principal efeito seria o “estilhaçamento [e a] fragmentação da identidade racial que ele produz” (1988b, p.73).

⁸⁷ Gonzalez, 1984, p.229.

⁸⁸ Gonzalez, [1979a] 1982, p.93.

comportamento “desajustado” que os tornam “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar”.⁸⁹

Como vemos, a reflexão de Gonzalez nesse sentido procura conectar raça, gênero e classe, mas também apresentar as dimensões ideológicas e representativas (“a internalização da diferença”) vinculadas a essa experiência, assim como conectar essa forma de trabalho e seus efeitos nas famílias e comunidades negras.⁹⁰ Adiante, Gonzalez trará como elemento central desse trabalho o abuso e a exploração sexual, muitas vezes orquestradas pelas próprias patroas, “que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas; mas o objetivo principal é o de que os seus jovens filhos possam ‘iniciar-se’ sexualmente com elas”.⁹¹

No segundo sentido, enquanto “função sexo”, a *mucama* originaria a imagem da *mulata*, que ressalta atributos sexuais e “desejáveis”⁹² e remete ao aspecto de hipersexualização presente nas imagens das mulheres negras. Para explicar essa imagem, Gonzalez se volta ao carnaval, um espetáculo que, em sua perspectiva, representa um papel de reencenação cíclica do mito da democracia racial. Recorre também à trilha indicada por Heleieth Saffioti, para quem as relações sexuais entre senhores e escravas constituíram, “na pessoa do mulato, a forma de um foco dinâmico de tensões sociais e culturais”⁹³ que “paulatinamente, minava a ordem estabelecida” em suas dimensões econômicas e familiares.⁹⁴ Nesse sentido, Gonzalez sugere que, ao ocupar o lugar simbólico reservado à *mucama* “[prestadora] de serviços sexuais”,⁹⁵ a *mulata* contemporânea mantém em cena e recicla sua função de “desordem na ordem constituída do cotidiano”.⁹⁶ Dotada de uma “malemolência perturbadora”,⁹⁷ a exaltação da *mulata* carnavalesca se relaciona à manutenção dos argumentos

⁸⁹ Idem, pp.97-8.

⁹⁰ Cf. tb. Collins, 2000; Jones, 1946.

⁹¹ Idem, pp.99-100. A função de “iniciadora sexual” no período da escravidão foi analisada por Giacomini (1988). Segundo a autora, “as relações sexuais entre o filho do senhor e a escrava parecem ter sido discretamente consentidas pela senhora” (Idem, p.69). Estudos recentes apontando para a permanência e a constância de abusos e violência sexual no cotidiano de trabalhadoras domésticas (Bernardino-Costa, 2007, 2015a; Brites, 2007), assim como para a manutenção da “função iniciática” descrita acima (Corossacz, 2014).

⁹² Correa, 1996, p.34 (ambas).

⁹³ Saffioti, [1969] 2013, p.236.

⁹⁴ A seguinte citação de Saffioti resume, grosso modo, seu argumento: “Na medida em que a exploração econômica da escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora da força de trabalho, se fazia também através de seu sexo, ela se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar. A valorização sexual da mulher negra levava, de uma parte, a comportamentos antieconômicos por parte do senhor, tais como a venda e a tortura de negros com os quais aquele competia no terreno amoroso. De outra parte, as relações sexuais entre senhores e escravas desencadeavam, por mais primárias e animais que fossem, processos de interação social incongruentes com as expectativas de comportamento que presidiam à estratificação em castas” (Saffioti, [1969] 2013, pp.237-8). Cf. tb. Corrêa, 1996.

⁹⁵ Saffioti, [1969] 2013, p.240.

⁹⁶ Correa, 1996, p.41.

⁹⁷ Gonzalez, 1984, p.230.

acerca da inexistência do racismo no Brasil, oferecendo “provas concretas da ‘democracia racial’ brasileira”.⁹⁸ Nas palavras de Angela e Onik’a Gilliam, “a mulata, assim construída como um objeto de desejo, tornou-se um símbolo nacional” e “símbolo concreto de uma índole mais ampla [em que] encarnado uma ideologia inteira, ela se torna a representação do Brasil mesmo”.⁹⁹ Gonzalez salienta, ainda, a “profissionalização” desses estereótipos por meio da “profissão mulata”, à qual atribui um “processo extremo de alienação” que, ao ludibriar as jovens negras sobre a possibilidade de ascensão social e saída da condição de pobreza, faz com que se submetam à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupas possíveis), através do ‘rebolado’, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional”.¹⁰⁰

Contudo, cabe salientar que essas imagens são vigentes de forma simultânea (e não separada) nas experiências sociais das mulheres negras, o que, para Gonzalez, explica a exploração sexual das trabalhadoras domésticas. Dessa forma, o cotidiano áspero e difícil das trabalhadoras domésticas constituiria “o outro lado do endeusamento”¹⁰¹ das mulatas do carnaval. A doméstica seria, então, a “mucama permitida”, aquela cuja função primordial de trabalhar pela família branca a situaria como “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”¹⁰² e que representaria, para a autora, “o ‘*lugar natural*’ da mulher negra que trabalha nas cidades”.¹⁰³ Esse lugar, assim como o reforço da perspectiva de que as mulheres negras são vistas através dessas duas figuras, seriam exemplificados pelo tratamento recebido por mulheres negras de classe média, às quais “não adianta serem ‘educadas’ ou estarem ‘bem-vestidas’ (afinal, ‘boa aparência’, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria ‘branca’, unicamente atribuível a ‘brancas’ ou ‘clarinhas’),”¹⁰⁴ pois continuam sendo identificadas como empregadas domésticas e encaminhadas às entradas de serviço dos prédios.

Por fim, Gonzalez menciona também a figura da *mãe preta*, que, em oposição ao aspecto sensual e sexual da *mucama* situada no “plano da desordem”,¹⁰⁵ ressalta a face

⁹⁸ Gonzalez, [1979a] 1982, p.99.

⁹⁹ Gilliam e Gilliam, 1995, p.530. Acerca desse lugar de “representação nacional”, Angela e Onik’a Gilliam ainda destacam que “A mulata mítica, como figura não apenas para ser **pintada**, mas **sentida** como criatura não para ser **esposável**, mas para ser **comida**: (preenche) o lugar recorrente do desejo imaginário escravocrata. A deificação sexualizada da mulata está constrangida pelo fato de que o homem/senhor delimita o espaço em que ela pode ser senhora em vez de escrava” (p.529, grifos no original).

¹⁰⁰ Gonzalez, [1979a] 1982, p.98. Acerca da “profissão mulata”, cf. Sônia Giacomini, 2006.

¹⁰¹ Gonzalez, 1984, p.229.

¹⁰² Idem, p.230. Cf. tb. Collins, 2000, p.45.

¹⁰³ Gonzalez, [1981] 2018, p.107, grifo da autora.

¹⁰⁴ Gonzalez, 1984, p.230.

¹⁰⁵ Correa, 1996, p.41.

amável, afetuosa e “bem vinda” da escravidão e da exploração contemporânea – a cuidadora fundamentalmente assexuada, casta e envelhecida, que “sabe o seu lugar”¹⁰⁶ e, dessa forma, enquadra-se perfeitamente à ordem dominante. Ao representar a inclusão pela via da submissão e da docilidade – isto é, como “o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face” –,¹⁰⁷ a figura da *mãe preta* também desempenha seu papel na sustentação do mito da democracia racial, delineando os caminhos possíveis (e preferenciais) à integração. Destacando a construção dessa figura como a face não ameaçadora da feminilidade negra – a única, em suas palavras, que recebe a “colher de chá”¹⁰⁸ da casa grande – , a autora, contudo, aponta para outra direção.

Para Gonzalez, a *mãe preta*, “aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância [...], cuidou e educou os filhos de seus senhores”,¹⁰⁹ tem por efeito garantir que a cultura e o imaginário brasileiro – a mitologia que a anima, os hábitos e costumes, valores, linguagens e formas de falar¹¹⁰ das “culturas africanas que essas mães pretas representavam”¹¹¹ – sejam eminentemente africanos. Por conta dos valores e crenças africanas inseridas na cultura brasileira pelas *mães pretas*, Gonzalez a posiciona como a “mãe” da cultura brasileira e evidencia, em suas ações, uma forma de “resistência passiva”.¹¹²

As reflexões de Lélia Gonzalez são referência para boa parte das formulações feministas negras brasileiras¹¹³ e em sua obra se concentram as leituras mais sistemáticas acerca dos cruzamentos de formas de opressão nas experiências dessas mulheres. Partindo de referenciais teóricos distintos – porém, compartilhando a formulação de desigualdades a partir do capitalismo, pensado em interlocução com as formulações marxianas – , autoras como Sueli Carneiro e Jurema Werneck também procuraram enfatizar a inscrição diferencial das mulheres negras na sociedade brasileira. Essas contribuições procuram conferir centralidade ao

¹⁰⁶ Collins, 2000, pp.72-73. Nesse sentido, cf. tb. Pereira, 2013.

¹⁰⁷ Gonzalez, [1979a] 1982, p.93.

¹⁰⁸ Gonzalez, 1984, p.235. Note-se, nesse sentido, que a atribuição binária e oposta de características às mulheres negras em termos de sexualidade/castidade, docilidade/agressividade e trabalho é bastante semelhante à demonstrada por Collins no contexto norte-americano (cf. Collins, 2000, cap.3).

¹⁰⁹ Gonzalez, [1979a] 1982, p.93.

¹¹⁰ Uma das ramificações desse debate acerca da “africanização da cultura brasileira” (Gonzalez, 1984, p.236) leva a uma questão central na obra de Gonzalez: “a africanização do português falado no Brasil” (1988b), o *pretuguês*. Em conjunto, esses fatores permitem que Gonzalez assevere que “por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas” (1988b, p.69). Essas reflexões também constituirão a formulação da noção de *América Ladina* que, constituída em diálogo com MD Magno, será central para o conceito de *amefricanidade* (1988b).

¹¹¹ Gonzalez, [1979a] 1982, p.94.

¹¹² Idem, p.93.

¹¹³ Cf. Rodrigues, 2006; Barreto, 2005; Pereira, 2016.

eurocentrismo e ao “ocidentalismo” que, no movimento feminista ou na sociedade como um todo, impõem barreiras adicionais à concretização de direitos e condições de vida justas às mulheres negras;¹¹⁴ ressaltam suas experiências de organização coletiva, agendas políticas e os modos como essa organização interfere e modifica os movimentos negro e feminista – ou, nas palavras de Carneiro, “promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país”;¹¹⁵ enfatizam as formas como mulheres negras constituem referenciais próprios de organização, autoimagem e comunidade. Com destaque, por fim, essas análises procuram apontar para a recusa a identidades sociais homogêneas e para a valorização das diferenças, e defendem “uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade”:¹¹⁶

A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude reductora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta.¹¹⁷

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. [...] Articulações que se desenvolveram apesar (e a partir) das ambiguidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador, de forte marca fenotípica (visual) e cuja amplitude de aniquilamento se estende ao genocídio e ao epistemicídio. Assim, os processos de constituição das diferentes identidades “mulheres negras” incluem também a necessidade de sua ultrapassagem, fazendo existir novos conceitos instáveis “mulheres negras”, mais adequados ao que necessitamos, queremos e devemos ser nos diferentes cenários políticos.¹¹⁸

*

¹¹⁴ Para Carneiro, por exemplo, “a origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social” (Carneiro, [199-], s/p, online). Na percepção de Werneck, por sua vez: “As diferentes frentes de luta que empreendemos, seja no interior dos movimentos sociais, seja nas esferas nacionais e globais, longe de representar somente um aprisionamento às regras do racismo patriarcal transnacional e estatal, traduzem nossa recusa à desagregação do que somos, à sublimação das condições materiais imediatas de vida a das necessidades de transformação social profunda, ou ainda a nossa não adesão às demandas burguesas de manutenção do *status quo* econômico e político que nos aniquila. Reconhecemos os perigos desta trajetória e o que pode representar de cooptação, de adesão aos modelos eurocêtricos que nos desqualificam, de abdicação ou retardamento da nossa afirmação a partir do princípio da autonomia” (Werneck, 2010, p.16).

¹¹⁵ Carneiro, [199-], s/p.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹¹⁸ Werneck, 2010, p.10.

Esses textos e autoras são parte importante das reflexões acerca dos cruzamentos de formas de opressão encontradas na FMNCR e são explicativos dos termos e elementos usualmente trazidos às suas discussões – tais como as experiências sociais e políticas das mulheres negras, suas críticas às formas de ação coletiva excludentes aos sujeitos “interseccionais” e a construção de novas ferramentas para interpretar a realidade. À medida que indicam a imprescindibilidade da dimensão da prática política para a compreensão da interseccionalidade ou dos cruzamentos e apontam para os problemas de inclusão das mulheres negras nos pensamentos e movimentos sociais negros e feministas, constituindo críticas pungentes acerca desses movimentos, e, por fim, recusam uma noção de identidade em favor de uma política pautada na articulação, esses textos me conduzem a uma questão geral acerca da formação do sujeito político dos feminismos negros na prática cotidiana desses movimentos. Em outras palavras, tomando a marcação de diferenças como constitutiva dos movimentos feministas brasileiros e latino-americanos – algo que permeia seus momentos, disputas e avanços, como, desde sua formação, o movimento de mulheres negras expõe e testemunha –, essa pesquisa procura observar e compreender como essas diferenças internas (entre as participantes de um mesmo grupo) e externas (entre grupos distintos) operam e transitam no interior de um mesmo movimento ou grupo e de que forma elas se relacionam com a formação de sujeitos políticos e públicos para esse grupo.

3. Dados sobre o trabalho de campo

Quando conheci a FMNCR, em 2016, ela já tinha aproximadamente um ano e contava algumas vitórias, como a bem-sucedida ida à Marcha de 2015 e a própria manutenção da organização após a passeata. Os primeiros encontros se deram na Semana da Mulher Afrolatina e Caribenha, uma semana de atividades realizada em 2016 e que, como discutirei adiante, foi um dos eventos decisivos para o posicionamento da FMNCR no cenário local. Além das várias parcerias e da rede que, nessa altura, a organização já mobilizava, já nos eventos dessa Semana me chamava atenção o que, logo depois, me levou a escolher a FMNCR para o trabalho de campo dessa pesquisa: a proposta de representar o conjunto das mulheres negras da região de Campinas, ao mesmo tempo que reivindicava uma ampla diversidade de experiências, formas organizativas e questões entre suas integrantes e grupos vinculados. Esse lugar que acionava, simultaneamente, pertencimento e diferença, colocado e frequentemente reiterado pelas próprias participantes da organização, levou-me a imaginar, como já afirmei, que a

FMNCR seria um bom espaço para acompanhar as formas de mobilização das diferenças e de produção e manutenção das alianças políticas.

Desde o início, apresentei-me a todas as integrantes da FMNCR como uma doutoranda que construía uma pesquisa em torno da noção de interseccionalidade. Logo após as atividades da Semana do 25 de Julho de 2016, realizei uma primeira entrevista com uma das participantes mais jovens da FMNCR e, a partir daí, como ela realizava apenas duas atividades frequentes, os Saraus das Aliadas e as Plenárias, e eu poderia participar apenas da primeira delas, iniciei a investigação frequentando o maior número de atividades possível não apenas da FMNCR, mas também dos coletivos. Com isso, eu pretendia mapear a rede de atores individuais e coletivos que se encontravam na e com a FMNCR, assim como acompanhar suas interações, diálogos e a série de temas, formatos e trocas que essas atividades demonstravam. Assim, o foco da observação participante era compreender as formas como o grupo se situava em relação aos diferentes campos com os quais interagia, como se davam as relações e diálogos entre as participantes e as estratégias empregadas na delimitação de sua agenda política e disputa com outros grupos por recursos e perspectivas.¹¹⁹ De forma geral, o trabalho de campo e o texto desta tese acompanham: 1) as formas como os diferentes eixos de poder e opressão foram mobilizados, tematizados e disputados na FMNCR; 2) as dinâmicas de marcação de diferenças e construção de solidariedade e pactos políticos dentro e fora da organização; e 3) as diferentes posicionalidades que permeiam esses processos.

As tarefas eram organizadas e realizadas por grupos e não havia uma estrutura administrativa centralizada em indivíduos – e, conseqüentemente, uma liderança ou alguém a quem pedir autorização para a pesquisa. No decorrer dessas primeiras atividades, aproximei-me de algumas das participantes individualmente e expliquei a proposta da pesquisa, convidando-as para uma entrevista, o que aconteceu logo depois, em quase todos os casos. Algum tempo depois, fui informada de que a pesquisa havia sido discutida em uma das plenárias e, a partir da concordância geral, cada uma das participantes decidiria individualmente se gostaria ou não de participar dela, cedendo-me entrevistas. O fato de algumas das participantes já me conhecerem por conta de uma série de espaços compartilhados – a universidade, o feminismo e o candomblé, principalmente – e de ter sido apresentada ao grupo inicialmente por uma de suas integrantes certamente facilitou a recepção no início da pesquisa e a realização de

¹¹⁹ Entre os documentos mencionados encontram-se manifestos, folhetos de divulgação, textos produzidos pelas participantes, chamadas para eventos e debates em redes sociais, etc. Para uma lista completa destes e dos eventos acompanhados no trabalho de campo, ver Anexo I.

uma primeira leva de entrevistas em 2016, em sua maioria com as mulheres mais jovens da FMNCR. A centralidade que a ideia de interseccionalidade tinha, nessa época, na forma como eu apresentava a pesquisa também pareceu relevante para explicar a abertura que as mulheres mais jovens da FMNCR demonstraram às entrevistas. Como se tratava de algo que elas discutiam bastante e que suscitava diferentes opiniões, perspectivas e, em grande medida, dúvidas – e que boa parte delas relacionava à prática política dos movimentos sociais menos do que à teorização acadêmica –, nossos diálogos eram vistos como oportunidades de reflexão sobre o tema e trocas de ideias que contribuía para os dois lados.

Contudo, os mesmos espaços e elementos que facilitavam nossas trocas e vínculos em alguns contextos eram mobilizados como impeditivos ou barreiras em outras ocasiões, e minha presença – de uma mulher jovem, branca e percebida como feminista e acadêmica – esbarrou em uma série de desconfiças acerca de meus propósitos, as quais foram manifestadas por essas interlocutoras especialmente no início da pesquisa. À exceção dos saraus, fui frequentemente interpelada sobre minha opinião ou percepção quanto ao que acontecia e era discutido nos eventos e, em algumas ocasiões, era perceptível que minha presença rompia a expectativa de parte do público presente de que aquele fosse um espaço exclusivo para mulheres negras. Nesse período, também me aproximei das participantes mais experientes; contudo, elas frequentemente me dirigiam de volta às integrantes com as quais eu já dialogava, dizendo que “interseccionalidade” era “coisa das mais jovens”. Por conta dessas colocações – que me levavam a reposicionar o objeto e as perguntas da pesquisa, que, cada vez mais, tomava a interseccionalidade como uma das bússolas possíveis ao campo do movimento de mulheres negras – e também por suas agendas sempre cheias e suas relações mais “calejadas” com pesquisadores, que eram frequentemente mencionadas por elas, demorei a aborda-las para solicitar entrevistas, priorizando a observação participante. Essas entrevistas se concentraram em 2018, quando também voltei a entrevistar algumas das militantes mais jovens. Diferentemente daquelas realizadas em 2016, que aconteceram majoritariamente em ambientes informais e sem que as participantes solicitassem o roteiro ou conversas prévias, com apenas uma exceção, as conversas com as militantes mais experientes aconteceram nas sedes dos coletivos e movimentos ou nas casas das entrevistadas e foram precedidas por diálogos mais extensos sobre o roteiro que a entrevista seguiria.

As entrevistas foram, em sua maioria, com as militantes mais assíduas do grupo – isto é, aquelas que estavam sempre em suas atividades e, por diversas razões, participavam mais de seu cotidiano. Levando em conta também a diversidade entre as participantes, procurei entrevistar mulheres com diferentes perfis, especialmente em termos

geracionais e de capital político percebido.¹²⁰ Ao todo, foram realizadas quatorze entrevistas com doze participantes da FMNCR. Além das duas entrevistas realizadas com as mesmas participantes, em momentos distintos, algumas das entrevistas previstas não foram realizadas, por diferentes razões.¹²¹ As entrevistas buscavam compreender o percurso pessoal e militante das mulheres, seu papel e relação com os diferentes grupos políticos dos quais participavam, suas perspectivas acerca da formação da FMNCR e sua percepção da atuação da organização.¹²²

Entre esses dois momentos, o início e os últimos meses do trabalho de campo, minhas relações com as participantes da FMNCR tinham sido alteradas significativamente. A passagem progressiva de um lugar de desconfiança para o de “aliada”, como algumas vezes fui chamada, se deu à medida em que eu participava das atividades em diferentes capacidades e me tornava conhecida, pois, como foi se tornando evidente ao longo desse tempo, o que estava implícito nos desconfortos eram questões sobre minha capacidade de escuta, de traduzir para a linguagem de uma tese as preocupações políticas e reflexões do grupo e, não menos importante, de participar não só como “plateia”, mas também como apoio à realização das atividades e projetos dos coletivos e da FMNCR. Um acontecimento relevante na definição de nossas relações se deu em um dos eventos no fim de 2016, quando fui surpreendida pela presença do meu pai de santo, que, acompanhado de alguns amigos, me “reapresentou” a boa parte das militantes como sua filha de santo. Embora algumas das participantes da FMNCR já soubessem que eu era “de terreiro”, essa “reapresentação” inseriu uma série de rituais religiosos em nossa convivência (como formas de cumprimento e trocas de cantigas, materiais e receitas) e abriu diálogos mais íntimos nos encontros que se sucederam.

Ao longo desse tempo, auxiliei na parte prática e logística dos eventos, participei da redação de projetos e textos, dei aulas e formações em cursos promovidos pelos grupos, fui aluna e representante da Unicamp no curso na Penitenciária Feminina de Campinas,¹²³ entre várias outras atividades. Essa convivência organizou a pesquisa e minhas percepções acerca de sua questão central, inclusive, por meio da minha experiência em campo. Assim, o fato de permanecer, inevitavelmente, uma *outsider* ao grupo, ainda que próxima e *aliada*, tornou alguns dos espaços da FMNCR inacessíveis, como as plenárias e

¹²⁰ Uma lista das entrevistas, perfil das entrevistadas e trajetória de militância delas é encontrada no Anexo III.

¹²¹ As entrevistas e eventos acompanhados encontram-se listadas no Anexo I.

¹²² O questionário foi adaptado e ampliado em cada entrevista, levando em conta os dados que eu já tinha sobre a militante e os grupos dos quais ela participava. Para o roteiro padrão, ver Anexo II.

¹²³ O projeto do curso redigido pelas militantes foi submetido à aprovação como curso de extensão na Unicamp. O principal objetivo dessa submissão foi que as participantes recebessem um certificado de realização do curso por parte da universidade e, ao mesmo tempo, que o apoio da instituição facilitasse as negociações em torno da realização do curso com os representantes da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

outras discussões internas, o que constitui um limite da pesquisa. Ao mesmo tempo, essa posição também proporcionou reflexões acerca da efetivação desses cruzamentos e intersecções a partir das relações vividas em campo.

Por fim, a tese valeu-se também da análise de alguns documentos da FMNCR e dos coletivos. Além da Carta-Manifesto da FMNCR, que fundamenta a análise da agenda política da organização realizada no terceiro capítulo, recolhi e levei em conta panfletos de chamada para reuniões e eventos, manifestos e cartas abertas acerca de questões pontuais, jornais e informativos produzidos pelos coletivos (como o *Jornal Aos Brados* e o *Informafricativo*) e registros em vídeo e foto das atividades e debates.

Ao longo da tese, emprego os nomes reais das participantes nas falas que fui diretamente autorizada a citar – as entrevistas e algumas de suas colocações feitas em público. Ainda que todas as militantes estivessem cientes da realização da pesquisa e do registro dos debates em todos os momentos, em algumas ocasiões, emprego pseudônimos e descrições. Após a defesa, o trabalho foi encaminhado para as participantes da FMNCR que haviam me concedido entrevistas e foi por elas avaliado previamente ao depósito da tese. O uso extensivo de citações das falas das militantes procura privilegiar os modos como elas percebem a construção e o período de vigência da FMNCR e destacar os diferentes termos e interpretações que formulam e empregam em sua atuação política.

4. Organização da tese

Ao propor uma investigação em profundidade de uma organização contemporânea e na qual convivem diferentes perfis de militantes, o estudo procura contribuir para a bibliografia voltada à análise dos movimentos de mulheres negras brasileiras. A maioria dos trabalhos disponíveis parte dos anos 1980 e se concentra na trajetória do movimento conforme formado naquela época.¹²⁴ Considerando a pluralização dos movimentos de mulheres negras – ou, como passaram a ser chamados mais recentemente, dos feminismos negros – nas últimas décadas, o trabalho procura contribuir para uma avaliação do cenário contemporâneo desses movimentos e para a compreensão das interações entre diferentes gerações de militantes negras que convivem, atualmente, na esfera pública. Nesse sentido, esta pesquisa se beneficiou de discussões centradas nas novas gerações e práticas não apenas dos movimentos feministas

¹²⁴ Cf., por exemplo: Lemos, 1997; Rodrigues, 2006; Moreira, 2007; Cardoso, 2012; Pereira, 2016.

negros, mas também dos movimentos feminista, negro e LGBT.¹²⁵ Ao investigar as formulações em torno dos cruzamentos de opressões partindo dos modos como essas ideias são mobilizadas e disputadas em movimentos sociais, o trabalho procura colaborar com debates em torno da interseccionalidade e de suas contribuições para a compreensão da desigualdade social. Por fim, cabe a ressalva de que não se trata de uma pesquisa voltada a discutir as teorias dos movimentos sociais, ainda que alguns referenciais teóricos nesse sentido sejam mobilizados de modo a situar e analisar os dados de campo.

No primeiro capítulo, “Movimentos e feminismos de mulheres negras brasileiras da redemocratização à crise da democracia”, abordo a trajetória do movimento de mulheres negras a partir das décadas de 1970 e 80, caracterizando-o como um “campo discursivo de ação” e acompanhando seus momentos de formação, institucionalização e pluralização até meados dos anos 2010. Ao mapear essas histórias e momentos, o capítulo estabelece um diálogo com autores que discutiram esses movimentos e retraça as principais questões e estratégias políticas desenvolvidas nesse percurso, procurando destacar: 1) os investimentos coletivos e disputas em torno da construção de um sujeito político coletivo (“mulher negra”); 2) as estratégias de construção e acúmulo de capital político nos diferentes momentos históricos e político-institucionais e as posições em torno dessas estratégias; 3) a formação de novas gerações de militantes, a convivência intergeracional e os contornos gerais do campo dos movimentos de mulheres negras na atualidade. Principalmente nesse último ponto, o capítulo também se vale de pesquisas sobre outros campos de ação coletiva, como os movimentos LGBT, negros e feministas, com os quais os atuais movimentos de mulheres negras compartilham algumas características e questões. Em vista do recorte temporal amplo e da disponibilidade das fontes bibliográficas, o texto se centra nas organizações situadas na região Sudeste do Brasil e apresenta limites em algumas das discussões que permearam a trajetória desses movimentos, passando por alto em alguns de seus eventos e temas centrais – como, em especial, os debates sobre sexualidade anteriores à década de 1990. Por fim, embora a divisão do capítulo atente para uma organização cronológica, o foco recai sobre diferentes fases do movimento de mulheres negras, as quais, por vezes, se sobrepõem.

O segundo capítulo, “A Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região”, parte do contexto delineado ao fim do primeiro, marcado tanto pelas transformações promovidas pela expansão de políticas públicas e direitos, a formação de novas gerações

¹²⁵ Tais como: Rios e Maciel, 2018; Carmo, 2018; Gomes, 2018; Zanoli, 2019; Facchini, Carmo e Lima, 2020; entre outros.

ativistas e, com elas, novos estilos, linguagens e questões políticas, como pela virada à direita e pelo crescente conservadorismo no Brasil. A partir desse contexto, apresento a formação da organização enfocada nessa pesquisa, assim como uma visão geral de sua atuação, fases e atividades, aspectos que serão desdobrados ao longo dos capítulos seguintes. Início o texto relatando o processo de organização e construção da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-Viver, que, como mencionado, orienta a formação da FMNCR, conectando-a com as questões que a organização campineira levará para sua atuação e que definirão alguns de seus aspectos. Em seguida, apresento o processo de mobilização para a Marcha em Campinas e a formação inicial da FMNCR, procurando demonstrar como a organização foi concebida pelas militantes e a que lacunas e desejos políticos visava responder. Por fim, apresento as fases atravessadas pela organização enquanto esteve vigente e as atividades desenvolvidas por ela.

O terceiro e o quarto capítulo discutem os dois propósitos que orientaram a formação da FMNCR – a construção de uma agenda política unificada e de um espaço de articulação dos grupos políticos aos quais as militantes eram filiadas – , pensando-os como espaços de compartilhamento das militantes e seus projetos, os quais elas procuravam sobrepor às suas diferenças.

No terceiro capítulo, “Por que marchamos? A agenda”, discuto o primeiro desses propósitos, a construção da agenda política da FMNCR, sua relevância para o grupo, temas, princípios e processo de construção. Para isso, parto principalmente da Carta-Manifesto, documento redigido pelas participantes antes da Marcha de 2015 como um compêndio de suas pautas e questões, mas também considero os modos como ela seguiu sendo desenvolvida ao longo das atividades e debates subsequentes. Divido o conteúdo da Carta em três eixos que respondem aos principais temas contidos nos pontos de pauta, pensando-os como críticas à injustiça institucionalizada, nos termos de Fraser. São eles: 1) identidade, reconhecimento e cultura; 2) classe, trabalho e pobreza; 3) Estado, instituições e poder político. Contudo, como argumento, se a Carta-Manifesto é apresentada como um âmbito de consenso entre as militantes, as percepções, diálogos, disputas e ajustes nessa pauta ao longo, principalmente, do primeiro ano de atividades da FMNCR demonstram os diferentes entendimentos em torno da constituição de uma agenda comum e as disputas que permearam essa formulação coletiva. Dessa forma, procuro dar atenção aos processos de reconstrução, debate e reposicionamento da pauta ao longo da atuação da FMNCR, relacionando alguns desses movimentos e tensões à coexistência de diferentes gerações e, com elas, perspectivas políticas e organizacionais. Ao discutir os embates, consensos, tensões e princípios que permearam a construção (e

reconstrução) dessa agenda, busco demonstrar os processos de ajuste e negociação de sujeitos políticos, pautas e princípios que se fizeram presentes na organização durante todo o tempo em que esta esteve ativa.

No quarto capítulo, “As margens da experiência universal: periferia e comunidade política”, parto do segundo objetivo central da FMNCR – o de constituir um espaço de articulação de grupos políticos locais, solidificar uma rede em torno da agenda política pactuada – e apresento os grupos políticos filiados à FMNCR, especialmente aqueles que tiveram maior influência na organização, na articulação e na definição de suas pautas e visões de mundo. Divido-os considerando as formas como eles se automeavam e eram reconhecidos – grupos antirracistas ou do movimento negro; trabalhistas; feministas populares; e interseccionais e periféricos – e relato suas trajetórias, principais questões, debates, categorias políticas e redes. Busco caracterizar as redes que a FMNCR aciona em sua formação e aquela que visa, ela mesma, formar, a partir de um diálogo com os conceitos de “contrapúblicos subalternos” e “campos discursivos de ação”,¹²⁶ que permitem apresentar tais grupos como espaços privilegiados de formação comunitária e situar seus posicionamentos e interpretações da realidade em conjuntos e disputas de sentidos. Ao mesmo tempo, o trabalho de campo permite devolver algumas questões a esses conceitos, especialmente no que diz respeito à sua delimitação e composições internas. Ao longo das apresentações, destaco as colocações e reflexões acerca da periferia, uma categoria central aos discursos políticos dos diferentes grupos e militantes da organização. Acompanhando os variados sentidos e usos emprestados a essa categoria, argumento que ela aponta para uma série de experiências de marginalidade que constituem um espaço compartilhado através das diferenças, proporcionando um espaço de elaboração dos encontros e alianças.

Tendo em vista o “exercício de lidar com a diversidade” e as múltiplas diferenças que permearam a vigência da FMNCR, o quinto e último capítulo da tese, “Sabemos o que nos separa. O que nos une? Diferenças, disputas e alianças”, discute as formas como a diferença foi marcada, compreendida e mobilizada na atuação da organização, em suas relações internas (entre as militantes da organização) e externas (com outros campos de ação coletiva). No primeiro sentido, apresento dados referentes às interações geracionais das militantes, especialmente como estas se dão na disputa por pautas marcadas pela inserção no espaço universitário e nas interações entre grupos organizados. No segundo, acompanho as percepções

¹²⁶ Fraser, [1990] 1997; Alvarez, 2014.

e relações da FMNCR e de suas participantes com os movimentos negro, feminista e de mulheres negras, além de com os partidos políticos, as tensões e disputas com esses espaços e a forma como se refletiram na organização e na colaboração das militantes. Como procuro demonstrar, apesar da separação analítica, é precisamente na imbricação dessas duas dimensões – isto é, nas relações práticas das várias participantes com diferentes campos, nos quais procuram inserir-se ou disputar – que as diferenças são vivenciadas mais efetivamente, com consequências para a manutenção da organização. Ao perseguir as diferenças que FMNCR e suas militantes procuraram marcar com variados campos movimentais, discuto também as formas como procurou constituir capital político para si e suas participantes, tornando-se (e tornando-as) uma interlocutora legítima no cenário local. Por fim, discuto a categoria “aliadas”, autodenominação empregada pelas militantes para descrever seus pactos políticos, destacando, na constituição e efetivação prática dessas alianças, a dimensão de prefiguração – entendida como a antecipação dos resultados esperados da ação política, de construir ou viver no presente aquilo que se busca construir para o futuro por meio da ação política – e o papel das cooperações intergeracionais, as quais, vinculadas à proposta de unificação através das diferenças, foram operantes na constituição de capital político para a organização e suas militantes.

Capítulo 1. Movimentos e feminismos de mulheres negras brasileiras da redemocratização à crise da democracia.

Nas últimas décadas, é perceptível o aumento de visibilidade das práticas ativistas de mulheres negras brasileiras no espaço público. A proliferação, pluralização e ampliação horizontal dos movimentos sociais e grupos políticos de mulheres negras a partir dos anos 2000 e, especialmente, a partir de 2010, é visível na frequência identificada em grandes eventos como o festival Latinidades Afrolatinas e a Marcha de Mulheres Negras de 2015, que juntaram dezenas de milhares de mulheres de variadas idades, profissões, sexualidades, origens geográficas e posições e filiações políticas.¹²⁷ Levando em conta a grande ampliação e diversificação do público presente nessas atividades, a multiplicação dos próprios eventos e debates e das formas de nomeação e autodefinição política de suas atrizes centrais – como vemos nos dois eventos mencionados e também em uma multiplicidade de saraus, debates, formações coletivas, *slams*¹²⁸ e atividades de protesto e debate em universidades e redes sociais – e a visibilidade e notoriedade pública tomada pelo movimento de mulheres negras, parto do conceito de “campos discursivos de ação”¹²⁹ para acompanhar os movimentos de mulheres negras e os feminismos negros nas últimas décadas.

Formulado por Sônia Alvarez como uma alternativa a “movimentos sociais”, o conceito de “campos discursivos de ação” procura destacar uma variedade de atores coletivos e individuais que mobilizam um determinado espaço discursivo – como o feminismo e o antirracismo, por exemplo – e disputam visões de mundo, linguagens políticas e significados no interior desse campo. Conectados por uma “espécie de gramática política que vincula autoras/es que se identificam”¹³⁰ a formação dos campos discursivos de ação tem como constitutivas as disputas por pertencimento e em torno de significados. Os *sidestreams* ou “fluxos horizontais”, por sua vez, diriam respeito ao momento atual do feminismo, em que, segundo a autora, haveria uma multiplicação dos “discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de

¹²⁷ Cf. Lemos, 2016a; Collins e Bilge, 2016.

¹²⁸ *Slams* são encontros voltados à declamação e performance pública de poesias, organizados como batalhas e seguidos por avaliações.

¹²⁹ Alvarez, 2014.

¹³⁰ Idem, p.19.

campos feministas”¹³¹ Assim, persigo o que afirma Alvarez, acerca do movimento de mulheres negras, isto é, que este, “ao se entrecruzar cada vez mais com outros feminismos em diversos pontos e momentos, hoje talvez constitua, em si mesmo, um campo discursivo de ação, extenso e diverso, ele próprio composto por várias vertentes, vários ‘*sidestreams*’”,¹³² tais como organizações quilombolas, lésbicas, jovens, capoeiristas, de trabalhadoras domésticas, de comunidades tradicionais de matriz africana, entre outros.

Como outros movimentos sociais contemporâneos, o movimento de mulheres negras começa a se formar como um campo organizado no fim dos anos 1970, na toada dos novos movimentos sociais, e toma fôlego na década de 1980, quando ocorrem a redemocratização do país, o processo constituinte e o centenário da abolição da escravatura. Desde então, atravessa diferentes fases, marcadas, cada uma delas, por questões, formas de organização, estratégias políticas e personagens próprias. Cabe salientar, porém, que as formas de organização coletiva e resistência das mulheres negras precedem o recorte temporal desse capítulo, espalhando-se em momentos, figuras e associações mais próximas¹³³ e mais longínquas¹³⁴ na história brasileira. Entre esses diferentes pontos de partida para a trajetória de mobilização política e produção teórica das mulheres negras brasileiras, por um lado, e o reconhecimento e discussão dessas contribuições pela academia brasileira – cuja produção a esse respeito se inicia no fim da década de 1990 e se intensifica a partir de meados dos anos 2000 –, ¹³⁵ há uma enorme fenda temporal. Cabe questionar, portanto, que mudanças no contexto social brasileiro proporcionaram que essas demandas e formulações teóricas não fossem mais confiscadas e passassem a aparecer de forma tão evidente na esfera pública.

Esse capítulo reconstitui o percurso do movimento de mulheres negras nacional desde a formação de grupos autônomos no fim da década de 1970 até a “nova guinada nas subjetividades negras contemporâneas”¹³⁶ apontada por Flávia Rios e Regimeire Maciel, passando pelo crescimento das organizações não governamentais na década de 1990, os

¹³¹ Idem, p.17.

¹³² Alvarez, 2014, p.41, grifos da autora.

¹³³ Como a escritora Maria Firmina dos Reis, a militante Laudelina de Campos Melo (Pinto, 1993; Bernardino-Costa, 2015) e as *iyalorixás* Mãe Stella de Oxóssi (Campos, 2003; Azevedo, 2010), Mãe Olga de Alaketu e Mãe Beata de Yemanjá (Costa, 2010), assim como na participação das mulheres na Frente Negra Brasileira (Domingues, 2007b) e na formação do Conselho da Mulher Negra, na década de 1950 no Rio de Janeiro (Lemos, 1997; Gonzalez [1988d] 2018).

¹³⁴ Por exemplo, nas menções a Luíza Mahin, Aqualtune, Dandara dos Palmares, às rainhas Nzinga e Nã Agontimé (Verger, 1992) e à escravizada Esperança Garcia, mas também na discussão do papel das mulheres nos quilombos (cf. Gonzalez, 2018) e na Revolta dos Malês (Gonzalez, [1979a] 1982, [1985] 2018).

¹³⁵ Cf.: Azeredo, 1994; Caldwell, 2000. Cf. tb. nota 385, adiante nesse capítulo.

¹³⁶ Rios e Maciel, 2018, s/p [online].

avanços e retrações nas interlocuções com o Estado e a formulação de um pacote de políticas públicas e leis, nos anos 2000, que, juntamente a outros fatores, proporcionou a formação de novas gerações de feministas negras. Ao revisitar esse caminho, tomo como fios centrais: 1) os investimentos e disputas em torno da formação de identidades coletivas, materializados nos debates em torno de pautas, formas de organização e nomeações; 2) as formas de constituição de capital político no campo do movimento de mulheres negras e em suas relações com outros movimentos sociais e com o Estado; 3) as diferenças e semelhanças entre as formas de atuação e organização de militantes negras ativas atualmente, procurando delinear os contornos desse campo no momento presente.

Para isso, o capítulo se vale de uma interlocução crítica com uma série de estudos voltados ao movimento de mulheres negras, como os de Rosália Lemos, Cristiano Rodrigues, Núbia Regina Moreira, Claudia Pons Cardoso, Matilde Ribeiro, Ana Claudia Jaquetto Pereira, entre outros. Especialmente, acompanha as pesquisas de Flávia Rios e Regimeire Maciel, para quem a trajetória do movimento de mulheres negras no período em questão comporta três momentos, nomeados “movimento de mulheres negras clássico”, “negras jovens feministas” e “feministas interseccionais”, e vinculados aos ciclos políticos nacionais. Seguindo as autoras, procuro acompanhar as ações coletivas de mulheres negras ao longo dos períodos seguintes: a redemocratização, período situado entre 1979, com o retorno do pluripartidarismo, e 1989, com o fim do processo da Constituinte e a primeira eleição direta para a presidência da república; a pós-transição democrática, iniciada em 1990 e comportando, a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1994, um período de estabelecimento democrático que perdura até a segunda metade dos anos 2000; e crise da democracia, isto é, o momento inaugurado próximo ao início da década de 2010, agravando-se ao longo do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e culminando, em 2016, em um rompimento democrático. O capítulo se organiza em torno das importantes colocações de Rios e Maciel acerca da caracterização das gerações de feministas negras ativas no Brasil recente, procurando dialogar também com pesquisas que analisaram outros campos de ação coletiva – como os movimentos feministas, LGBT e negros – que, na atualidade, também são marcados por novas gerações, questões e vocabulários, tais como as de Vinícius Zanoli, Carla Gomes, Íris do Carmo, Regina Facchini e Stephanie Lima.

1. O movimento de mulheres negras na redemocratização e na estabilização da democracia (1979-2010)

A organização coletiva e autônoma das mulheres negras brasileiras iniciou-se entre o fim dos anos 1970 e o início dos 1980, período marcado pelo enfraquecimento do regime ditatorial e pelo início do processo de redemocratização. Por autonomia, deve-se entender, nesse caso, a constituição de agremiações (em geral, coletivos e grupos pequenos) separadas dos movimentos negro e feminista, nos quais essas militantes tiveram parte de sua formação política. A constituição desses coletivos – muitos dos quais, futuramente, foram responsáveis pela obtenção e consolidação de uma série de conquistas em termos de institucionalização do movimento, bem como pela formação de redes nacionais e internacionais e “encaixes institucionais” no Estado (i.e., “pontos de acesso [ao Estado], órgãos, regras, prioridades, leis”)¹³⁷ – e do traçado de suas relações com os movimentos sociais e as estruturas partidárias e institucionais, responde pela estruturação incipiente do então denominado “movimento de mulheres negras”, dito “clássico” e referido no singular,¹³⁸ sua identidade coletiva e a construção das primeiras redes de interlocuções. A partir do início da década de 1980, a formação dos primeiros conselhos de mulheres e da população negra no Estado, entre outros processos de institucionalização das agendas da sociedade civil, amplia a permeabilidade do Estado aos movimentos sociais e a interlocução entre ambos. Assim, como para outros movimentos sociais da época,¹³⁹ alguns dos principais debates desse período dizem respeito à forma e a intensidade do diálogo com o Estado e as instituições, entendidos como interlocutores necessários e privilegiados na disputa pela “cidadania civil alicerçada na luta pelos direitos sociais”,¹⁴⁰ assim como os diálogos com outros movimentos, partidos políticos e grupos de esquerda.

Entre meados dos anos 1980 e a primeira metade da década de 1990, o grande número de novos grupos e coletivos, sobretudo as organizações não governamentais, a realização e participação em grandes encontros e a formação de redes nacionais e internacionais, testemunham o momento de expansão e institucionalização do movimento de mulheres negras, bem como sua consolidação como um ator na sociedade civil brasileira. Nesse momento de efervescência da política nacional, em que coincidem o processo de

¹³⁷ Gurza Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako, 2019, p.24.

¹³⁸ Rios e Maciel, 2018, s/p.

¹³⁹ Cf.: Rodrigues, 2006; Alvarez, 1990; Rios, 2019.

¹⁴⁰ Rios e Maciel, 2018, s/p.

redemocratização, o centenário da abolição, o fim da década internacional da mulher,¹⁴¹ uma série de eventos de grande alcance garante impulso à autonomização das organizações coletivas de mulheres negras no Brasil. As atividades e debates são intensificados, ampliam-se os públicos e o movimento se volta à formação de instâncias conjuntas de atuação, com o debate acerca das formas de organização ocupando lugar central. Nesse período, o fechamento das interlocuções com o Estado, ao menos em nível nacional, implica no reposicionamento dos formatos de organização e a formação de uma série de ONGs é um dos principais acontecimentos, de modo que o movimento passa por relevantes “processos de formalização de suas organizações civis, muitas das vezes apoiadas por organizações internacionais”.¹⁴²

No período seguinte, entre meados da década de 1990 e o fim dos anos 2000, o movimento de mulheres negras – em especial sua parte profissionalizada e institucionalizada, as ONGs – amplia de forma consistente sua participação em redes transnacionais de *advocacy* e circuitos de ativismo por direitos humanos, e, com isso, incrementa suas condições de diálogo e negociação com o Estado brasileiro. Nessa dinâmica, o movimento de mulheres negras experimenta um rápido processo de institucionalização e complexificação que aumenta sua visibilidade e amplia suas interlocuções com o Estado, que, ao longo do período, se aproxima e se torna mais poroso às demandas da sociedade civil organizada, resultando, especialmente nos anos 2000, na construção de novos encaixes institucionais. Tais encaixes possibilitam alterações na legislação e a formulação de políticas públicas em acordo com as demandas do movimento e, por conseguinte, influenciam mutações nas condições de vida de uma parcela significativa das mulheres negras brasileiras. Por outro lado, as tensões que permeiam a discussão acerca de uma organização nacional do movimento são acirradas com a criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Como um dos resultados desse quadro, novas formações feministas negras surgem na esfera pública.

¹⁴¹ A década internacional da mulher (1975-1985) foi declarada pela Organização das Nações Unidas como consequência dos debates da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, em 1975 no México (Jain, 2005). Ao longo do decênio, foi produzida e assinada, em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e um grande número de países signatários constituiu, pela primeira vez, conselhos, comissões e secretarias voltadas ao levantamento de dados e atuação em prol da eliminação da desigualdade das mulheres. A Década teve impacto significativo na América Latina, sendo responsável e motivadora de uma série de novas normas voltadas à equalização das condições de homens e mulheres no trabalho, educação, lei familiar, entre outras questões, e, por outro lado, promoveu a compreensão da vulnerabilidade das mulheres à violência e discriminações (Jaquette, 2009). Validando e legitimando porções das agendas feministas (Sternbach, Navarro-Aranguren, Chuchryk e Alvarez, 1992), a Década Internacional da Mulher – e, com igual ênfase, o Ano Internacional da Mulher, com o qual ela foi inaugurada – ofereceram possibilidades de organização às mulheres brasileiras ainda no contexto da ditadura militar (Alvarez, 1990; Blay, 2017).

¹⁴² Idem, *ibidem*.

1.1. Coletivos autônomos e sujeitos políticos (1979-1985)

O vasto número de coletivos de mulheres negras a partir dos últimos anos da década de 1970, ainda mais ampliado após 1985, pode ser analisado a partir de três grupos cujas trajetórias e questões são representativas da época: o Aqualtune/REMUNEA, o NZINGA, ambos do Rio de Janeiro, e o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo.

O **REMUNEA**¹⁴³ (**Reunião de Mulheres Negras Aqualtune**), primeiro coletivo de mulheres negras do qual se tem notícia no período, foi fundado em 1978 no interior do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN).¹⁴⁴ O Aqualtune, como ficou conhecido, tinha como proposta discutir a imagem das mulheres negras na sociedade¹⁴⁵ e questionar a baixa participação das mulheres no movimento negro, sobretudo no próprio IPCN.¹⁴⁶ No breve período em que esteve ativo,¹⁴⁷ o grupo realizou grandes e emblemáticas reuniões, tornando-se um “ponto de encontro” das mulheres negras organizadas no Rio de Janeiro.¹⁴⁸ Além disso, produziu uma série de artigos nos jornais SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil/África),¹⁴⁹ bem como uma cartilha própria, que versava sobre o trabalho doméstico, pauta central da organização das mulheres negras.¹⁵⁰

De acordo com as fontes disponíveis sobre suas atividades, o Aqualtune foi exemplar das tensões e problemas encontrados por mulheres negras em movimentos antirracistas da época. Acerca disso, é significativo que a ativista Pedrina de Deus, uma das participantes do grupo desde seu início, defina como eixo de discussão do coletivo “o *uso da mulher negra* pelas chamadas ‘entidades negras’”.¹⁵¹ Segundo de Deus, na tensa experiência de organização dentro do Instituto, o grupo encontrava suas reuniões frequentemente esvaziadas e boicotadas “porque o IPCN e outras entidades do Movimento Negro precisavam da sala e dos

¹⁴³ Lemos (1997) se refere ao grupo como REUNIMA; nas demais referências apontadas ao longo do texto, ele aparece como REMUNEA. Sobre o Aqualtune, ver: Roland, 2000; Lemos, 1997; Rodrigues, 2006

¹⁴⁴ Sobre o IPCN, cf. Alberti e Pereira, 2005.

¹⁴⁵ Silva e Pereira, 2014; Pires e Santos, 2016.

¹⁴⁶ Lemos, 1997, p.69-70.

¹⁴⁷ Considerando a posterior divisão do grupo e a ausência de uma centralização de seus documentos, não há dados precisos acerca da data em que o Aqualtune foi encerrado. Sabe-se, porém, que seu fim se deu antes do ano de 1983, quando tiveram início os dois outros grupos analisados nessa sessão.

¹⁴⁸ Lemos, 1997, p.71.

¹⁴⁹ Segundo fontes do CPDOC/FGV, o Sinba foi publicado no Rio de Janeiro pela primeira vez em 1977; após dois anos, voltou a ser lançado em 1979, mantendo-se até 1981. Ver: CPDOC, “Imprensa Alternativa” (Verbetes). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>

¹⁵⁰ Algumas das militantes entrevistadas por Lemos (1997) sugerem que teria havido mais de uma edição dessa cartilha; no entanto, a bibliografia consultada só oferece informações acerca da primeira edição.

¹⁵¹ Silva e Pereira, 2014, p.209, grifos meus.

nossos braços para as tarefas ‘ditas’ de mulher”¹⁵² – isto é, trabalho doméstico, secretarial e serviços:

Em pouco tempo viramos o “departamento feminino” do IPCN, e de todas as entidades negras que usavam a sede do IPCN. Em uma determinada noite estávamos reunidas e fomos solicitadas a desocupar a sala porque os homens tinham uma “importante” reunião. Bendita noite!!! As negas rodaram a baiana!!! Fizemos nossa reunião sentadas na escada... Aquela escada estreita, em caracol. Uma mulher falava lá em cima e outra respondia lá embaixo. Na pauta daquela reunião estava o uso da mulher negra pelas chamadas “entidades negras” reproduzindo os mesmos métodos dos segmentos racistas da época. Dessa reunião nasceu a REMUNEA – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune. E veio o troco dos homens e de mulheres em forma de preconceito: “são lésbicas, são feministas, são divisionistas, nem parecem negras”! Quando nos assumimos como uma Reunião de Mulheres, independente do IPCN, a pressão interna e externa foi intensa. Anexo a essa memória um bilhete manuscrito do Presidente na época solicitando às “irmãs” a participação efetiva na condução dos trabalhos da Entidade “acima de nossas diferenças”. Enfatizando: voltem a varrer, arrumar, limpar, servir café, providenciar a divulgação (sair pelas ruas distribuindo panfletos), fazer comida para vender e arrecadar finanças para a instituição.¹⁵³

Em 1979, devido a divergências políticas entre suas participantes acerca do caminho que a organização deveria seguir, o grupo se dividiu e encerrou suas atividades no interior do IPCN. A disputa entre os grupos de Suzete Paiva, que, apesar das tensões e dificuldades, acreditava que o coletivo deveria continuar vinculado ao IPCN e ao movimento negro, e Pedrina de Deus, que defendia a autonomização do Aqualtune (segundo Paiva, inspirada nas formas de organização do movimento feminista)¹⁵⁴ são exemplares das tensões que permearam o movimento de mulheres negras naquela fase. No entanto, segundo Pedrina de Deus, o encerramento das atividades no IPCN não foi o fim do Aqualtune; as reuniões teriam continuado de forma independente, em diversos lugares, com a proposta de “fortalecer a consciência crítica e gerar conteúdo sobre a questão racial e feminina”:¹⁵⁵

As Aqualtunes estudavam para conhecer e avaliar os processos usados pelas *ideologias (no plural) de dominação*, criando, paralelamente, uma *contra-ideologia* e uma postura de combate, que ajudasse a desmistificar valores equivocados que a sociedade reproduz sobre mulheres negras. A Reunião de Mulheres Negras Aqualtune era um encontro de preparo, de formação, de formulação de estratégia de combate à dominação de raça e sexo. A tática era “infiltrar-se” nas entidades reivindicativas para dar fundamento às reivindicações e aos discursos, algumas vezes somente de palavras bonitas e frases de efeito.¹⁵⁶

Destacando as diferenças entre as mulheres reunidas – em suas palavras, “nossa afinidade era de luta” – ¹⁵⁷, a militante explica que o Aqualtune não era uma entidade,

¹⁵² Idem, *ibidem*.

¹⁵³ Idem, pp.209-10.

¹⁵⁴ De fato, segundo Pedrina de Deus relata em entrevista a Amauri Pereira, ela participava, nessa época, tanto do IPCN como do Centro da Mulher Brasileira (Silva e Pereira, 2014, p.208).

¹⁵⁵ Silva e Pereira, 2014, p.211.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁷ Idem, p.212.

mas um grupo voltado a “incomodar racialmente e sexualmente dentro e fora do movimento negro e do movimento feminista”,¹⁵⁸ atuando nesses e em outros movimentos sociais, bem como em partidos políticos, organizações comunitárias e de bairro e na sociedade. A REMUNEA, em suas palavras, “morreu por falência múltipla do tempo”¹⁵⁹, por volta de 1980, deixando, porém, importantes frutos de mobilização entre suas participantes e redes de atuação.

Segundo Lemos,¹⁶⁰ as questões em relação ao movimento negro, além da ausência de debates e ações voltados especificamente às mulheres negras, diziam respeito às atitudes dos homens de seus quadros em relação à organização das mulheres e ao lugar e papel reservados a elas no movimento. A autora faz referência a vários aspectos tensos na relação das mulheres negras com o movimento negro no período: além da forma de tratamento dispensada às mulheres organizadas (como a fala de Pedrina de Deus exemplifica), cita o uso de estereótipos, a naturalização do machismo, o assédio sexual e o reforço de fronteiras simbólicas à participação mais efetiva das mulheres, como, por exemplo, serem chamadas de “xeretas” quando demonstravam interesse e desejo de maior envolvimento nas questões políticas do movimento ou as menções masculinas à necessidade de uma organização exclusiva dos homens para barrar a formação de debates autônomos sobre as questões próprias às mulheres negras. Esse lugar incompleto e subordinado é descrito por Vânia Santana, militante do movimento negro e de mulheres negras da época, nos termos seguintes:

Não sejamos nem um pouco ingênuas a respeito. O espaço de realização das mulheres tinha que ser à sombra de um homem. Eu ficava bastante impressionada que o papel das mulheres... [...] Aí, você ajeita a mesa, você põe o microfone e alguém [outra pessoa] vai falar. Isso realmente, já com meu passado de casa, com minha iniciante trajetória política, achava isso uma prática inconcebível [...]. Eu acho que isso também fez com que as mulheres negras viessem buscar seu espaço, tomar o microfone.¹⁶¹

Para Elizabeth Viana, as relações “tensas e machistas”¹⁶² com os movimentos negros, que permanecem, em alguma medida, desafiadoras, explicam-se, também, pela perspectiva política de tais movimentos, a saber, que “a palavra de ordem [deles] era a não-‘divisão’ frente ao ‘inimigo maior’: o mito da democracia racial brasileira”. Para Viana, tratava-se de “uma tática política defendida principalmente pelos setores marxistas do e no movimento que tinha a luta de classes, em articulação com a raça, como a prioridade”.¹⁶³

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁰ Lemos, 1997, pp.47-54.

¹⁶¹ Entrevista de Santana em: Lemos, 1997, p.52.

¹⁶² Viana, 2010, p.55.

¹⁶³ Idem, *ibidem*. Tais questões, vale dizer, são semelhantes às vivenciadas por militantes do movimento feminista dessa época em suas relações com partidos políticos e grupos de esquerda (Cf. Alvarez, 1990).

O NZINGA/Coletivo de Mulheres Negras¹⁶⁴ formou-se em 1983, no Rio de Janeiro, por iniciativa de experientes militantes do movimento negro, como Lélia Gonzalez, Jurema Batista, Elizabeth Viana, Pedrina de Deus, Rosália Lemos e Jurema Gomes.¹⁶⁵ O principal objetivo do grupo, segundo Lemos, era “integrar a discussão de gênero e raça e articul[ar] ações de mulheres negras pobres e de classe média”,¹⁶⁶ lutando “contra todas as formas de violência [o racismo, o machismo e a opressão de classe] que fazem de nós o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira”.¹⁶⁷ Esses objetivos estavam relacionados à atuação de algumas das militantes em associações de moradores e movimentos de bairro, além de movimentos negros, feministas, partidos políticos e grupos de esquerda e o trabalho do coletivo – trabalhos em favelas, comunidades e presídios, assim como nos movimentos com os quais as integrantes do Nzinga estavam envolvidas – era dividido em campos de atuação que procuravam acompanhar filiações e aptidões políticas de suas integrantes.¹⁶⁸

O foco do grupo no trabalho e mobilização de mulheres de baixa renda e moradoras de comunidades periféricas relacionava-se à percepção de sua importância entre as trabalhadoras negras.¹⁶⁹ Tal ênfase, animada pelo mandato da então vereadora Benedita da Silva (PT-RJ), concretizou-se também na construção de dois Seminários de Mulheres de Favela e Periferia – que, por sua vez, impulsionaram a formação do Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFPP),¹⁷⁰ um dos mais importantes grupos de mulheres negras do período. Em entrevista a Raquel Barreto e a União dos Coletivos Pan-Africanistas, Elizabeth Viana descreve o grupo da seguinte forma:

O NZINGA, o nome até já encaminha, Coletivo de Mulheres Negras, e ele abrangeu na época mulheres que moravam na baixada [...], que moravam em favelas e, também, que moravam... no caso, Lélia, na época, morava no Cosme Velho. O objetivo era reunir essas mulheres com a perspectiva antirracista e anticlassista, no combate a todas as discriminações e tinha como sua liderança a perspectiva da mulher negra, como fonte geradora de poder e de ação. *A nossa linha era bem contundente de raça, classe e sexo; era isso que nos orientava.* [...] O NZINGA é considerado o primeiro grupo feminista negro no Brasil, ele foi idealizado por Lélia Gonzalez, ela nos convidou, ela que foi a mentora do NZINGA. Nossa dinâmica era: fazíamos as reuniões, íamos para as comunidades, tivemos muito contato com comunidades... muitas dessas mulheres de comunidades tiveram ações coletivas com o NZINGA... [...] atuamos muito na dinâmica da redemocratização [...]. *A questão democrática era*

¹⁶⁴ Entre o Aqualtune e o NZINGA, encontra-se registrado também o Grupo de Trabalho Luíza Mahin, relacionado ao MNU e concebido por Lélia Gonzalez e Zezé Motta (Santos, 2015, p.26).

¹⁶⁵ Santos, 2015, p.26-7. Outras integrantes mencionadas na fundação do grupo são: Ivonete Miramar Corrêa (Lemos, 1997, p.74), Geralda Alcântara, Helena Maria de Souza, Mariza Martins Pereira, Regina Coeli e Ana Batista – esta última, segundo os relatos, a única mulher branca presente (Santos, 2015).

¹⁶⁶ Lemos, 1997, p.74.

¹⁶⁷ Gonzalez, 1996 *apud* Viana, 2006, p.110-11.

¹⁶⁸ Barreto, 2005, pp.27-8.

¹⁶⁹ Viana, 2006, p.111.

¹⁷⁰ Viana, 2006, p.112.

fundamental [...]. Então, nós participamos da campanha das Diretas, participamos contra violência policial com mulheres de favela, como no Morro do Encontro, Morro dos Prazeres, Coroa, Rocinha. Então, a gente dinamizava muito, sobretudo na perspectiva do morador.¹⁷¹

Declaradamente feminista, O NZINGA alcançou amplitude nacional e internacional, participando de eventos como: o Encontro de Entidades Negras do Rio de Janeiro, realizado em Nova Iguaçu-RJ, e o I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC), ocorrido em Lima, no Peru, ambos em 1983; o I Encontro de Mulheres Negras, em São Paulo, a *I Conferência de la Mujer Negra de las Américas*, na Costa Rica, a *African-American Women's Political Caucus*, em Baltimore, Estados Unidos, todos realizados em 1984; e, em 1985, o III EFLAC (Bertioga-SP). Além destes, o NZINGA esteve envolvido em uma série de eventos e debates nacionais e teve um papel relevante na construção de grandes eventos do movimento negro e feminista e na articulação do movimento de mulheres negras na época,¹⁷² consolidando, portanto, uma ampla rede de diálogo e ação política.

Entre 1985 e 1989,¹⁷³ o grupo publicou o jornal *Nzinga Informativo*, pioneiro na conformação de uma imprensa feminista negra, que contribuiu para ampliar a visibilidade e a atuação do coletivo.¹⁷⁴ Em suas cinco edições o jornal divulgou as reflexões e experiências práticas do grupo,¹⁷⁵ além de histórias de resistência e exemplos, localizados na sessão *Mulheres negras e guerreiras*.¹⁷⁶ Com a orientação de “divulgar as questões específicas das mulheres negras”¹⁷⁷ e “tirar da invisibilidade pública a [sua] situação de subordinação”,¹⁷⁸ a produção do *Informativo* era realizada pelas participantes do coletivo, que concentravam os processos de decisão sobre os temas relevantes, a perspectiva política do jornal e a forma de redação dos textos. Contudo, ele era direcionado ao público geral e preocupava-se com a ampliação dos leitores, incluindo “um número sempre maior de mulheres e homens, brancos e

¹⁷¹ In.: Gonzalez, 2018, p.458.

¹⁷² Por exemplo, em 1986, o convite às mulheres do NZINGA para dialogar com os movimentos negros maranhenses sobre a construção dos movimentos de mulheres negras nos estados do Nordeste teria estimulado a formação do Coletivo Mãe Andresa em São Luís, uma importante organização feminista negra ainda em atividade (Lemos, 1997; Rios e Freitas, 2018, p.34).

¹⁷³ Ano em que as atividades do coletivo foram interrompidas para serem retomadas apenas em 1995 (Lemos, 1997, pp.77-78).

¹⁷⁴ Freitas, 2017; Rios e Freitas, 2018.

¹⁷⁵ Freitas, 2017, p.109-10.

¹⁷⁶ Freitas, 2017; Rios e Freitas, 2018. Segundo esses trabalhos, o jornal foi publicado com auxílio de um financiamento recebido da Global Ministries, uma fundação filantrópica estadunidense vinculada à United Methodist Church, à qual teria sido submetido o projeto *História contemporânea das lutas das mulheres negras*. O projeto propunha “resgatar a história de participação política e social da mulher negra na sociedade brasileira, tendo como perspectiva a ‘articulação entre racismo e sexismo’” (Rios e Freitas, 2018, pp.34-5). Sobre o NZINGA Informativo, ver: Ratts e Rios, 2010, pp.95-105; Freitas, 2017, pp.103-112.

¹⁷⁷ Rios e Freitas, 2018, p.52.

¹⁷⁸ Idem, p.33.

negros que estejam preocupados com as mesmas questões” que o jornal.¹⁷⁹ Com isso, o Nzinga Informativo se posicionava no entrecruzamento das imprensas e grupos negros e feministas, como demonstra um editorial do jornal:

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar à parte, sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral.¹⁸⁰

Além disso, também são frequentes e significativas as publicações acerca da desigualdade de classes, entendida como produto das diferenças raciais e de gênero, especialmente das diferenças raciais relacionadas ao legado das relações coloniais. Nesse sentido, segundo Rios e Freitas, “o Nzinga acreditava que a defesa da tese de que a luta de classes era a questão prioritária – invisibilizando, assim, os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia –, consistia, fundamentalmente, na ‘manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza’”.¹⁸¹

Assim como no Aqualtune, algumas das motivações do grupo se relacionavam aos dilemas advindos da participação em outros movimentos sociais e das relações com esses – no caso do Nzinga, a “necessidade de dividir com outras mulheres, negras e brancas, as inquietações vividas pelas militantes no interior do movimento negro”.¹⁸² As relações com o “feminismo tradicional”¹⁸³ foram marcadas por debates em torno de inclusão e representação, manifestas, em alguns casos, por meio de atitudes caridosas e benevolentes¹⁸⁴ e, em outros, manifestamente hostis e agressivas. Refletindo sobre suas experiências em grupos feministas e negros, Pedrina de Deus diz: “encontrei problemas semelhantes, porque eu chegava

¹⁷⁹ Nzinga informativo n.1, 1985, p.1 apud Rios e Freitas, 2018.

¹⁸⁰ Editorial, Nzinga Informativo, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2 apud Rios e Freitas, 2018, pp.33-4.

¹⁸¹ Idem, p.39. Cf. tb. Rios e Freitas, 2018, p. 42.

¹⁸² Lemos, 1997, p.75.

¹⁸³ Idem, p.VI et seq.

¹⁸⁴ Um dos eventos motivadores de sua formação teria sido a passeata do 8 de Março, em 1983 no Rio de Janeiro, ocasião em que uma integrante do movimento feminista pintou o rosto com tinta preta e saiu com um cartaz que dizia “*três vezes discriminada: mulher, negra e favelada*” (Lemos, 1997, pp.75-76, grifos da autora). As mulheres negras presentes na ocasião, por sua vez, recriminaram a tentativa de representação (afinal, elas estavam presentes) e o emprego de uma fantasia para isso. Nas palavras de Jurema Batista: “esse era o problema: não precisava ter representante, a gente estava lá, estávamos presentes. Então, a solidariedade era, por exemplo, [o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em] Bertioga [1985] ter espaço para as mulheres negras pobres estarem lá” (Idem, p.76, grifos meus). Retornaremos ao evento a que se refere Batista adiante.

com o pensamento de mulher e de negra: no IPCN brigava pela questão da mulher inserida na questão racial; e no CMB [Casa da Mulher Brasileira] brigava pela questão da raça inserida na luta da mulher”.¹⁸⁵ As atitudes de omissão das feministas quanto à “questão da mulher negra” e ao racismo, expressas na incorporação deficitária ou nula de suas pautas pelo movimento feminista e na escassa produção e reflexão acerca dessas questões por parte de suas intelectuais,¹⁸⁶ como vimos nos textos de Lélia Gonzalez, assim como as acusações de sectarismo e a constituição de um “lugar de negro” nas discussões feministas¹⁸⁷ reforçaram a percepção das militantes negras de que suas questões seriam relegadas a um espaço secundário e restrito no movimento feminista e acirraram as tensões nessas relações.

Essas tensões também são atravessadas por diferenças de classe e pelo caráter elitizado do movimento feminista da época.¹⁸⁸ Segundo Lemos,¹⁸⁹ tais diferenças interferiam na formulação de pautas conjuntas, pois, embora compartilhassem algumas preocupações gerais, como a organização do trabalho e a vivência da sexualidade, essas questões “não se enunciava[m] da mesma forma para mulheres negras e brancas”.¹⁹⁰ No primeiro caso, tratava-se de pensar na inserção das mulheres negras em diferentes mercados de trabalho desde a escravidão, considerando que, para elas, “o trabalho sempre foi uma constante e a maioria delas começou a trabalhar cedo”;¹⁹¹ no segundo, a pauta do desfrute da sexualidade livre era reposicionada a partir da necessidade de ponderar as condições gerais de vida das mulheres negras, as quais condicionariam suas possibilidades de vivenciar experiências sexuais e afetivas satisfatórias.¹⁹² Para Lemos, a distância entre as perspectivas de mulheres negras e brancas na construção de pautas feministas é um dos elementos na separação entre “movimento feminista”

¹⁸⁵ Silva e Pereira, 2014, p.208.

¹⁸⁶ Cf. Azerêdo, 1994; Caldwell, 2000.

¹⁸⁷ Isto é, de um lugar voltado especificamente para as questões das mulheres negras, as quais não são entendidas como integrantes dos debates “gerais” do movimento. Para Lemos, isso aparece principalmente na ausência das mulheres brancas em discussões relativas a raça.

¹⁸⁸ Por exemplo, Jurema Batista narra seu incômodo com “as babás carregando carrinhos das patroas, das madames” (Lemos, 1997, p.76) em atos do 8 de Março.

¹⁸⁹ Lemos, 1997, pp.62-4.

¹⁹⁰ Idem, p.63.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

¹⁹² A fala de Jurema Batista a Rosália Lemos (1997, pp.63-4) nesse sentido é significativa: “Eu me lembro daquelas reuniões que a gente fazia do Fórum Feminista, que a gente falava: não, a gente tem que falar de carregar água, sim! Que também mexe com a sexualidade, porque *a mulher que carrega água o dia inteiro, como ela vai ter vontade de fazer sexo?* E o pessoal achava que era maluquice. Tipo assim: ‘não tem a ver a bica d’água com feminismo’. E a gente falava que tinha: se eu vou discutir sexualidade, vou ter que ter um pouco de condições de vida também, né?”. Luíza Bairos (1988) parece referir-se à mesma questão em seu texto “Mulher Negra e Feminismo”, em que diz, acerca da entrada das mulheres negras no movimento feminista: “questões soavam estranhas, fora de lugar na cabeça da mulher negra [...]. Falava-se na necessidade de a mulher pensar o seu próprio prazer, conhecer o corpo, mas reservava-se à mulher pobre negra, em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d’água” (Bairos, 1988 *apud* Ribeiro, 1995, pp.446-7).

e “movimento de mulheres” vigente nessa época. Além disso, segundo ela, essa separação refletiria a tendência das mulheres negras da época a “negar o feminismo” e sua busca por produzir um pensamento e organização coletiva pautadas na população negra.¹⁹³

Um ponto central dessas disputas é a luta por creches, como transparece na fala de Jurema Werneck:

As mulheres negras recusavam... não reconheciam nas suas bandeiras o feminismo, porque feminismo era uma coisa feia de Betty Friedan, de mulher feia que rasgava sutiã, de mulheres lésbicas que muita gente não queria se identificar... essas coisas assim, o pejorativo disso. O feminismo da década de 80 no Brasil era o feminismo do direito ao corpo, nossos corpos nos pertencem; as mulheres negras sempre reivindicavam para além dessas coisas sem discutir o valor dessas questões. [...] reivindicavam direito ao trabalho, à creche, direito a casa, à vida, à autoimagem, era muito diferente. [...] E que as feministas não estavam procurando esse tipo de coisa, sequer estavam considerando isso como pauta do feminismo.¹⁹⁴

Na questão das creches, torna-se exposta uma matéria implícita em todos esses debates, qual seja, o lugar relacional e complementar ocupado por mulheres brancas e negras na sociedade. Nas palavras da militante Sandra Bello: “Quando nós reivindicávamos creche, o movimento feminista falava: Isso não é feminismo, porque a mulher tem que estar sempre ligada à criança? Claro, as crianças ‘delas’ tem babá”.¹⁹⁵ A crítica indicada nessas falas é constituída, de forma sintética, da seguinte forma: para que as brancas sejam incorporadas à força de trabalho na esfera pública, dependem do trabalho – geralmente informal e precário – das babás negras; ao passo em que garante os cuidados das crianças brancas, esse trabalho implica no abandono das crianças negras.¹⁹⁶ É nesse sentido que Lélia Gonzalez classifica o “silêncio ruidoso”¹⁹⁷ das organizações feministas quanto às questões das mulheres negras como expressivo da “necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra”.¹⁹⁸

Essas questões também estiveram presentes no **Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo**,¹⁹⁹ formado em 1984 por militantes como Sueli Carneiro, Edna Roland, Thereza Santos e Vera Saraiva e que teve seu início motivado pela demanda por representação no recém-criado Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF). Instituído em

¹⁹³ Lemos, 1997, p.65.

¹⁹⁴ Lemos, 1997, p.62; Moreira, 2007, p.60.

¹⁹⁵ Fala de Sandra Bello em Lemos, 1997, p.64.

¹⁹⁶ Cf. Gonzalez, [1979a] 1982 [citação na página 39 da Introdução].

¹⁹⁷ Gonzalez, 1988a.

¹⁹⁸ Gonzalez, 1979b, p.15; cf. tb. Gonzalez, 1979a [1982], pp.100-101.

¹⁹⁹ Referindo-se à formação do coletivo, Edna Roland, em entrevista a Cristiano Rodrigues (2006) diz que “a postura [das militantes negras] frequentemente era de denúncia às mulheres brancas, né, porque ‘nós somos as empregadas domésticas que ficamos em casa cuidando dos filhos de vocês enquanto vocês podem ir fazer militância feminista, tá tá tá, tá tá tá. Era um pouco esse o clima da discussão, né?’” (p.158).

1982 pelo governador do estado, André Franco Montoro (PMDB), o CECF era proposto como um canal entre o Estado e representantes dos interesses das mulheres, por meio do qual as conselheiras teriam acesso e influência sobre o desenho e a implementação de políticas públicas. A briga por representação no CECF e a criação do Coletivo de São Paulo se inserem em um cenário de intensa disputa política – internamente ao partido, entre as mulheres do PMDB e as de outros partidos (especialmente do PT) e, ainda, entre os movimentos de mulheres como um todo, incluindo grupos independentes em termos de filiação partidária.²⁰⁰ A desconfiança difundida entre os movimentos sociais de que os conselhos e órgãos estatais seriam, nas palavras de Thereza Santos, “‘paredes’, ou seja, que serviriam para ‘aparar’ para o governo as reivindicações dos movimentos populares”²⁰¹ era agravada, no caso do CECF, pela ausência de orçamento independente e poderes de implementação das políticas para o conselho e, ainda, por ele ser composto por trinta conselheiras (15 efetivas e 15 suplentes) *todas* filiadas ao PMDB, brancas e oriundas das classes média e alta.

Segundo Edna Roland e Thereza Santos, as críticas à representatividade das mulheres negras no CECF foram iniciadas pela radialista negra Marta Arruda.²⁰² A severidade das críticas da jornalista e seu posicionamento “malufista”,²⁰³ segundo Roland, levaram à mobilização das mulheres negras para ocupar o espaço do Comitê, preferivelmente, com uma mulher de esquerda.²⁰⁴ Santos, depois escolhida como conselheira, relata que “um pequeno grupo de mulheres negras foi chamado pelas feministas para apagar o incêndio entre elas e a mulher negra [Arruda]”; em sua perspectiva, “as feministas queriam que resolvêssemos o problema para elas, mas não queriam nossa participação no Conselho, e nós resolvemos que iríamos participar”.²⁰⁵ Contudo, “foi preciso efetuar várias críticas, questionamentos, queixas e exercer uma forte pressão durante quase um ano inteiro para que as mulheres negras pudessem se inserir nesse espaço governamental”.²⁰⁶ Somado às complicadas relações entre as feministas inseridas no conselho e as mulheres negras que reivindicavam entrada, esse contexto fez com que “muitas militantes, que outrora recusavam qualquer forma de colaboração com o aparelho

²⁰⁰ Cf. Alvarez, 1990, p.166 et seq.; Silva e Wolff, 2019, p.9 et seq.

²⁰¹ Santos, 2008, p.90.

²⁰² Cf.: Roland, 2000; Santos, 2008; Rodrigues, 2006; Silva e Wolff, 2019, pp.13-14.

²⁰³ Santos, 2008, p.90

²⁰⁴ Rodrigues, 2006, p.171.

²⁰⁵ Santos, 2008, p.90.

²⁰⁶ Silva e Wolff, 2019, p.14. Nesse sentido, algumas militantes relatam que o Coletivo foi forjado em resposta às afirmações de que a ausência de mulheres negras no conselho não representaria discriminação, pois as mulheres negras não teriam histórico de militância feminista ou estariam organizadas (Cf. Silva e Wolff, 2019., 15-6; Rodrigues, 2006, p.171).

estatal, mudassem definitivamente de opinião e decidissem atuar no órgão de políticas públicas relativas à mulher”.²⁰⁷

Porém, as indicações para o CECF de Thereza Santos, importante e conhecida militante do movimento negro na época, e Vera Lúcia Freitas Saraiva, sua suplente, não arrefeceram as tensões. Em razão dos debates que se seguiram, marcados por hostilidade e embates,²⁰⁸ o Coletivo de Mulheres Negras, cujas ações se deram sempre em parceria com as representantes no CECF, se concentrou nas seguintes linhas de atuação: 1) o monitoramento e participação nas ações do CECF, muitas vezes denunciando a ausência das questões raciais; 2) disputas com as instâncias governamentais para o aumento do número de conselheiras;²⁰⁹ 3) o reforço à mobilização das mulheres negras em parceria com as conselheiras; e 4) a produção de textos e obras de referência sobre as condições das mulheres negras brasileiras.²¹⁰ O Coletivo também encampou a discussão relativa à saúde e aos direitos reprodutivos das mulheres negras, em especial a questão das esterilizações forçadas, que se tornaram primordiais ao movimento de mulheres negras nas décadas seguintes; ampliou os debates acerca das condições de vida das mulheres negras;²¹¹ implementou, em 1986, a Comissão para Assuntos da Mulher Negra, com 20 membros, no interior do CECF; e, por fim, elaborou e executou, em 1988, o Tribunal Winnie Mandela, que realizou um júri fictício da Lei Áurea e do Estado brasileiro e procurava inserir as mulheres negras nos eventos referentes ao centenário da abolição.²¹²

Para Cristiano Rodrigues, a participação das mulheres negras no CECF, que posteriormente garantiu-lhes um lugar no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e abriu outros espaços de interlocução com as instituições, é simbólica de sua inserção

²⁰⁷ Silva e Wolff, 2019, p.16.

²⁰⁸ Por exemplo, “Thereza [Santos] relata as hostilidades no momento da sua posse como conselheira [...] As conselheiras evitavam qualquer relação com as militantes negras eleitas e, além disso, aspiravam, através desse ato de absentismo, expor suas desaprovações em relação à nomeação de Thereza, bem como punir sua incorporação no seio do grupo e criar uma atmosfera de constrangimento para ela” (Silva e Wolff, 2019, p.18). Segundo Santos (2008, p.91), “elas [as feministas no CECF] não escondiam, de forma alguma, a discriminação e o racismo e recebiam sempre resposta à altura”.

²⁰⁹ O que obtiveram somente em 1985, com a formação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), em cuja inauguração Thereza Santos e Vera Saraiva intervieram para discutir o status de um requerimento escrito por elas ao CECF, demandando mais duas vagas para mulheres negras – o que requeria a remoção de duas conselheiras do grupo originalmente alocado.

²¹⁰ Destacam-se as publicações *A mulher negra brasileira na década da mulher* e *Mulher negra: política governamental da mulher*, ambos de 1985 e redigidos por Santos e Carneiro, além de *Mulher negra: dossiê sobre a discriminação racial*, de 1986 e contando com várias autoras. Essas tornaram-se publicações referenciais no campo e, simultaneamente, marcadores na história dos movimentos de mulheres negras.

²¹¹ Além dos debates acerca da ascensão social e participação no mercado de trabalho, violência contra as mulheres e o mito da democracia racial, o Coletivo discutiu as diferenças entre as mulheres, racismo e sexismo na educação, violência policial, os estereótipos das mulheres negras e outros temas.

²¹² O Tribunal, elaborado em parceria com o CNDM e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi composto por autoridades brasileiras e pela própria Winnie Mandela. Cf. Silva e Wolff, 2019, pp.24-29.

e diálogo com o Estado ainda antes do movimento negro.²¹³ Sua posição nesse sentido acompanha Edna Roland, que relata que:

o Coletivo já surge com foco no Estado. Foi uma organização autônoma criada para poder pressionar o Estado e enfrentar a questão da representação de mulheres negras no interior do Conselho da Condição Feminina de São Paulo. [...] E o Coletivo surge, portanto, muito próximo, muito vinculado ao Conselho”.²¹⁴

Segundo Roland, ainda, essa interlocução é devedora das relações das mulheres negras organizadas com grupos feministas, cuja experiência nesse sentido precede a do movimento negro. Em suas palavras: “por sua *condição de gênero*, fato que as coloca na mesma categoria que as demais mulheres, as mulheres negras, a partir de uma demanda de representação, abrem um diálogo com o Estado antes que os homens do movimento negro”.²¹⁵

As relações do movimento negro (ou mesmo do “segmento político negro”)²¹⁶ com o Estado merecem análise mais demorada, pois, como notou Flávia Rios, este movimento nutriu, na época, uma estratégia de inserção no Estado que priorizava a via eleitoral. Pode-se afirmar, portanto, que, nesse período, o MN e o MMN apresentavam, ao menos inicialmente, distintas estratégias de inserção no Estado e relações com este, mesmo que com trocas e influências.²¹⁷ Ainda assim, a trajetória do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e sua atuação no CECF foram importantes vetores na construção de encaixes institucionais no Estado para o movimento de mulheres negras.

Os três grupos analisados, que coexistem e estimulam a formação de uma série outros grupos de mulheres negras no período, são exemplares de relações centrais no processo de consolidação dos feminismos negros brasileiros – i.e., aquelas com os movimentos negros, feministas e com o Estado.²¹⁸ Segundo Rodrigues, esse momento também é relevante para compreender as “as rupturas políticas [mais explícitas] das mulheres negras com o movimento feminista do que com o movimento negro”,²¹⁹ uma diferença que, para o autor, é explicada pela centralidade da questão racial e do racismo na explicação da “posição

²¹³ Rodrigues, 2006, p.170.

²¹⁴ Entrevista de Edna Roland (Rodrigues, 2006, p.171).

²¹⁵ Roland, 2000, p.227. Grifos no original.

²¹⁶ Rios, 2019, p.259.

²¹⁷ Segundo Rios (2019), o avanço do CECF influenciou a formação, em 1984, do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Ressaltando a priorização de outras estratégias políticas por parte do MN, a autora afirma que “A conquista das mulheres paulistas serviu de referência para o segmento político negro, que não logrou sua representação política legislativa durante a campanha eleitoral de 1982 e nem conquistou espaço executivo durante a gestão Montoro. Essa dupla derrota, por assim dizer, forçou as lideranças que ocupavam cargos de terceiro escalão no governo e lideranças civis a lutarem por um espaço de voz, visibilidade e maior participação na estrutura estatal” (pp.258-259).

²¹⁸ Cf.: Lemos, 1997; Roland, 2000; Rodrigues, 2006; Moreira, 2007; Cardoso, 2012.

²¹⁹ Rodrigues, 2006, p.158.

subalterna’ das mulheres negras na sociedade brasileira”, o que encontramos nas proposições de Lélia Gonzalez e de outras feministas negras brasileiras – como, exemplarmente, a de Sueli Carneiro, para quem “um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades”.²²⁰ Para o autor, a disputa entre movimentos de mulheres negras e movimentos negros na época trata, sobretudo, de disputas por espaços de poder nas organizações negras. Contudo, se a perspectiva programática e epistemológica do movimento de mulheres negras tinha maior proximidade aos debates desenvolvidos nos movimentos negros, é por meio de suas trocas e debates com os movimentos feministas que se entendem as formas organizativas (coletivos pequenos) e os diálogos (forte interlocução com o Estado) desses movimentos. Nesse sentido, como veremos, a participação e interações com o movimento feminista tem um papel relevante nas formas de constituição e acúmulo de capital político e na consolidação da autonomia dos movimentos de mulheres negras.

1.2. Encontros, ONGs e formas de organização (1985-1995)

A partir de 1985, verifica-se um grande crescimento do número de coletivos e grupos de mulheres negras.²²¹ O III *Encuentro Feminista Latino-Americano e Caribenho* (EFLAC), que aconteceu em Bertioga, no estado de São Paulo, em 1985, além uma referência na história dos movimentos de mulheres negras brasileiras e dos feminismos latino-americanos,²²² é um dos marcos iniciais desse período. Precedido por um encontro que teve como uma de suas principais discussões os cruzamentos de raça e sexo,²²³ o II EFLAC, a grande participação em Bertioga, de aproximadamente 800 mulheres, mostrava, por contraste, o pequeno número de mulheres negras – apenas 116. Além de uma situação de conflito aberto entre um grupo de mulheres negras e pobres que procurava entrar no evento sem ter efetuado a inscrição, por um lado, e a organização do evento, que deliberou de forma contrária à

²²⁰ Carneiro, [199-], s/p [online].

²²¹ Cf. Roland, 2000; Rios, 2014.

²²² Cf.: Sternbach et. al, 1994; Rodrigues, 2006; Lemos, 1997; Ribeiro, 1995.

²²³ Segundo Sternbach et. al. (1994, p.272), no IIEFLAC, em 1983, no Peru, um pequeno workshop sobre racismo “proporcionou um fórum para criticar a falta de espaço no *Encuentro* para enfrentar o racismo. Esse *workshop*, do qual participaram basicamente negras e índias, desafiou o encontro de Lima e os subsequentes a tratar do racismo, não apenas levando em conta as experiências vividas por mulheres em seus variados contextos sociais, culturais e nacionais, mas também dentro do próprio movimento feminista”.

participação desse grupo,²²⁴ por outro lado, uma série de problemas de alinhamento político e diferença social caracterizaram as relações entre mulheres negras e brancas. Como explica Luiza Bairros a Cristiano Rodrigues:

Eu acho que aquele encontro de Bertioga, ele tem uma importância muito grande na formação do movimento de mulheres negras, porque aquilo ali foi a expressão mais visível do tipo de recusa que as feministas tinham sobre a realidade que as mulheres negras traziam para dentro do movimento. E nós, outras mulheres negras que entramos e participamos do encontro, passamos lá o tempo todo tendo embates muito sérios, né? Com essas feministas, e fomos o tempo todo muito questionadas, “você não são feministas na verdade!” Não sei o quê! “você não conseguem radicalizar nas questões!” E não tinha como! A gente não podia ter um tipo de análise sobre a questão da maternidade, sobre a questão da família do mesmo modo que as feministas tinham, a gente não tinha nem família nuclear dentro da comunidade negra, entendeu? Essa coisa de famílias chefiadas por mulheres é uma realidade que historicamente é muito antiga entre nós negras, mulheres negras chefes de família. Quer dizer, então, isso era uma diferença muito grande da forma como elas tratavam, né? Uma diferença muito grande. E, então, com essas tensões, esses conflitos todos que aconteceram no encontro de Bertioga, eu acho que isso acabou fortalecendo nas mulheres negras a ideia de que elas tinham que ter um movimento em separado, que a gente não devia mais ficar insistindo pra ser parte daquele movimento de mulheres, né? Não é à toa que três anos depois acontece o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras em 88, né?²²⁵

A fala de Bairros ressalta alguns elementos cruciais nas relações conflituosas entre feministas brancas e negras e torna explícitas as relações entre o III EFLAC e a institucionalização dos movimentos de mulheres negras. Em sua reflexão sobre o mesmo evento, Matilde Ribeiro²²⁶ sublinha a falta de construção de uma política de trabalho conjunto entre mulheres negras e brancas e as discussões acerca da limitada incorporação das problemáticas referentes à raça e ao racismo no movimento feminista e sobre “quem é ou não

²²⁴ Uma série de mulheres cariocas, em um ônibus organizado, segundo alguns relatos, pelo CEMUFP, em sua maioria negras, chegaram a Bertioga com o intuito de participar do III EFLAC. Sem ter pago a inscrição do evento, a qual era alvo de críticas em todas as suas edições em função do alto valor (60 dólares em 1985), sua participação foi deliberada pela coordenação do evento, que decidiu não permitir a entrada. O evento é narrado em detalhes por Sternbach et al. (1994), que afirma que, além da negação da entrada, “o aspecto mais lastimável do incidente foi que as discussões se concentraram mais no ônibus (quem o enviara e por que motivos?) e na admissão ou não de suas passageiras do que nas implicações de raça e classe para o movimento suscitadas por sua presença” (p.276). O impedimento da participação acabou gerando um “evento paralelo”, como salientou Cardoso (2012, p.189). Segundo Jurema Batista, que estava no ônibus: “As mulheres da República Dominicana, da Nicarágua, de Cuba, todas iam fazer o encontro conosco: rachamos o encontro. Ficamos lá todos os dias. Fazíamos dinâmica, debate sobre questão do imperialismo, discussões sobre a mulher e a política, tudo que não rolava inclusive lá dentro, onde ficou uma coisa mais light, uma coisa de corpo. Foi uma tremenda experiência. Voltei de lá achando que não devia estar somando num movimento que, na verdade, não somava em nada para mulheres populares, apesar de reconhecer realmente que o movimento feminista foi a pedra de toque para mulherada deslanchar no mundo, para reivindicar seus espaços. Eu, porém, divergia de muitas coisas da concepção delas do modo de ver o mundo, até porque elas viam o mundo de outro ponto de vista, que era o de mulheres de classe média, cheias de informação. Vimos, que coincidentemente, a maioria das mulheres que estava no ônibus era negra” (Idem, ibidem). Cf. tb. Ribeiro, 1995.

²²⁵ Rodrigues, 2006, pp.175.

²²⁶ Assim como Bairros, Matilde Ribeiro é uma importante militante e intelectual do movimento negro e de mulheres negras, tornando-se, em 2003, a primeira ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), cargo que desempenhou até o início de 2008.

feminista, que cara tem ou deveria ter o movimento feminista brasileiro, as possibilidades de aliança e rumos do movimento feminista”.²²⁷ Os desafios enfrentados no III EFLAC – como a negligência às pautas das mulheres negras e pobres e a percepção das diferentes perspectivas a partir das quais ambos os grupos formulam sua consciência política – fortalecem a necessidade de autonomização, contabilizada como um dos fatores centrais na sensível ampliação dos grupos de mulheres negras a partir de 1986.²²⁸ Retomando as percepções de Luiza Bairros:

[O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988] Que já vem assim, efetivamente, como uma resposta, e não é à toa também o fato de que esse 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras teve um protagonismo muito grande das mulheres negras do Rio de Janeiro, exatamente aquelas que organizaram o tal ônibus que foi recusado em Bertioga. Elas tiveram uma presença muito grande na organização desse 1º Encontro Nacional. E aí, com o primeiro encontro nacional, agora eu não lembro se o Geledés já existia ou não naquele período, ou se foi criado logo em seguida, parece que sim... 88, é, ele foi criado mais ou menos nesse período também. E também, exatamente nesse período da segunda metade dos anos 80 pro final é... o CEAP [Centro de Articulação de Populações Marginalizadas] no Rio de Janeiro é... o grupo de mulheres que havia dentro do CEAP acabou saindo pra formar a Criola, né? Então começa a haver esse processo que é um processo de autonomização dos grupos de mulheres, né?²²⁹

Outro evento que acentuou a necessidade de organização autônoma foi o IX Encontro Nacional Feminista, em 1987, na cidade de Garanhuns, em Pernambuco. Segundo Ribeiro, a ausência das discussões sobre raça e racismo no temário do evento, as acusações de que de que as mulheres negras estavam cindindo o movimento feminista e as indisposições e alterações resultantes teriam estimulado a concepção do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), a qual teria sido deliberada ao longo do próprio IX ENF.²³⁰ Além das questões em torno da temática racial, para Joselina da Silva, esses problemas revelavam assimetrias de classe e diferentes formas de organização, pelepas que tinham que ver tanto com o caráter “popular”²³¹ de determinados grupos de mulheres, como com as estratégias políticas empregadas pelos movimentos sociais com os quais estavam envolvidas.²³² Segundo essa

²²⁷ Ribeiro, 1995, p.449.

²²⁸ Entre 1986 e 1992, Flávia Rios (2017, p.239) relaciona a formação dos seguintes coletivos: Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/ Casa de Cultura da Mulher Negra (1986); os já mencionados Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (MA) e Centro de Mulheres de Favela e Periferia (RJ), ambos fundados em 1986; Maria Mulher (RS), de 1987; Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, fundado em 1987 e que, a partir de 1993, passou a se chamar Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte; Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 1988, e o primeiro a se constituir em formato de organização não governamental; Comissão de Mulheres Negras de Campinas, de 1989; Criola (RJ), fundado em 1992, além de vários outros. Cf. tb. Roland, 2000.

²²⁹ Rodrigues, 2006, p.175-6. Cabe salientar que, segundo as entrevistas realizadas por Lemos (1997), a entidade organizadora do ônibus seria o já mencionado Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFPP).

²³⁰ Ribeiro, 1995, p.448.

²³¹ Este termo, geralmente empregado em associação à noção de “classes populares”, será debatido no capítulo 3.

²³² Joselina da Silva destaca, por exemplo, as relações das mulheres das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) com as organizações feministas no IX ENF, dizendo que: “Seus cantos – ouvidos com frequência, em meio às

autora, ainda, a proposta de realizar um encontro nacional de mulheres negras era anterior a Garanhuns, de modo que o ENF teria apenas garantido um salto organizativo em razão das coalizões e debates que proporcionou. Segundo a autora:

As mulheres negras oriundas do Rio de Janeiro – que haviam ido ao conclave [IX ENF] objetivando estimular uma articulação com vias a organizar um encontro nacional de mulheres negras – foram tomadas de surpresa. Ativistas de outros estados também estavam ali com o mesmo propósito, sobretudo as de São Paulo (Capital e Santos) e algumas do Nordeste.²³³

Juntamente às tensões com o campo feminista, Ribeiro e Roland destacam que o avolumamento das organizações e atividades do movimento de mulheres negras, nesse período, era inspirado pelo centenário da abolição da escravatura, em 1988, que, como já apontado, intensificou os debates e ações dos movimentos negros.²³⁴ O espírito desse momento, manifesto em atividades como o Tribunal Winnie Mandela, é sintetizado na afirmação de Lélia Gonzalez de que a data não deve ser tomada como uma celebração, mas como fonte de reflexão, uma vez que “para nós, mulheres e homens negros, nossa luta pela libertação começou muito antes deste ato de formalidade jurídica e se estende até os dias de hoje”.²³⁵

Assim, em dezembro de 1988, foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), na cidade de Valença, no Rio de Janeiro.²³⁶ O Encontro foi financiado por pelo menos sete entidades brasileiras e estrangeiras²³⁷ e teve a presença de cerca de 450 mulheres de todas as regiões brasileiras.²³⁸ O planejamento prévio à sua realização –

palestras das líderes feministas – e suas falas pautadas pela Teologia da Libertação eram, naquele momento, algo pouco entendido pelas feministas mais clássicas, que lá estavam” (Silva, 2014, p.23). A autora cita também uma fala de Sandra Bello, militante negra que participou desses eventos: “A questão de classe estava entre nós. Muitas mulheres não aceitavam que mulheres negras com um outro perfil periférico, autônomo, suburbano, favelado estivessem à frente do movimento. Que fossem a vanguarda daquela revolução. Que estavam praticando tese (não formulando apenas) de ruptura com o eurocentrismo Feminista. Ruptura com o maternalismo... onde as feministas definiam cotas de participação de Mulheres Negras nos Encontros. Muitas se acomodaram nessa condição, pois acreditavam estar representando as Mulheres Negras. Todos os anos era a mesma coisa e as mesmas pessoas nos definindo e determinando quantas poderiam participar. As oficinas que se encerravam nelas mesmas... reforçando teses distanciadas da maioria... ao invés de reclamarmos, nos organizamos, fomos quebrando os sorrisos simpáticos do maternalismo e passamos a rejeitar... por isso, fomos chamadas de agressivas, malucas, etc. Claro!!! Quando se desafia o poder...” (Idem, p.21).

²³³ Silva, 2014, p.22. Cabe dizer que, a esta altura, já haviam ocorrido, no Rio de Janeiro, dois encontros estaduais de mulheres negras – o Encontro de Mulheres Negras, de 1983, e I Encontro Estadual de Mulheres Negras, de 1987 (Cf. Silva, 2014; Gonzalez, 1988b) – que registraram grande participação. Também amplamente frequentado e relevante teria sido o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, organizado pelo Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo em 1984 (Roland, 2000, p.239; Gonzalez, 1988b).

²³⁴ Ribeiro, 1995, p.450; Roland, 2000, p.239.

²³⁵ Gonzalez, 1988a, p.133.

²³⁶ Silva, 2014, pp.28-9; Cardoso, 2012, pp.207-8.

²³⁷ Silva, (2014, p.25) menciona como financiadoras internacionais do I ENMN a Fundação Ford, *War on Want*, *Church Women United*, *Unicef*, *NOVIB* (Oxfam); e nacionais, LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o coletivo Nzinga.

²³⁸ Cf. Silva, 2014, p.14.

reuniões de organização, discussões acerca dos propósitos e expectativas em torno do evento, alterações e divergências em questões práticas, eventos para levantar fundos, entre outros – se estendeu por um ano e foi coordenado por duas comissões de alcance nacional. A Comissão Organizadora, da qual participavam os estados representados nas reuniões de preparação para o evento,²³⁹ respondia pela “linha política, as articulações, os desdobramentos” do encontro, assim como “questões polêmicas como o critério de delegação [...] e a não participação dos homens”.²⁴⁰ A Comissão Executiva, por sua vez, responsabilizou-se por implementar essas decisões durante o Encontro, encaminhando, ainda, a logística, o levantamento de fundos e a alocação do evento.

O Encontro foi orientado para a definição da plataforma política das mulheres negras – isto é, de seus referenciais próprios – ,²⁴¹ tendo como centrais as discussões sobre a interface com outros movimentos sociais e a forma de organização e estruturação ideais para a consolidação de canais de diálogo e ativismo unificados nacionalmente.²⁴² As principais questões diziam respeito à forma de estruturação do movimento (se seria uma rede de grupos diversos, uma articulação de fóruns locais, etc.), a forma de relação com os demais movimentos (se deveria ou não estar vinculado a outros grupos e qual forma de diálogo e parceria travar com eles), o caminho para a construção de uma plataforma única (seminários nacionais, processos sequenciados de deliberação municipal, estadual e nacional, etc.) e as estratégias unificadas de luta contra o racismo e o sexismo.²⁴³ Trata-se, portanto, de questões referentes à organização interna – isto é, das formas pertinentes para desenvolver plataformas e estratégias conjuntas – e externa do movimento – a forma de organização e apresentação nacional, assim como o desenho da relação com outros atores da sociedade civil organizada.

O amplo escopo temático do Encontro é demonstrativo da tentativa de construção de uma perspectiva própria e que abrangesse as várias filiações das mulheres presentes. Nesse temário, são propostos quinze grupos de discussão voltados a uma variedade de áreas, todos eles intitulados *Mulheres negras e...* (sexualidade, trabalho, mito da democracia

²³⁹ Realizadas em Salvador (janeiro/1988), São Paulo (março/1988) e Brasília (abril/1988).

²⁴⁰ Nzinga Informativo, 1989, p.3. Disponível na íntegra em: Viana, 2006, pp.231-246.

²⁴¹ Haja vista, por exemplo, o I Boletim do I ENMN: “Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um “racha” nos movimentos sociais como alguns nos acusam. *Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais*, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou da mulher branca” (trecho citado em Silva, 2014, p.22; Rodrigues, 2006, p.176. Grifos meus).

²⁴² Rodrigues, 2006, p.176.

²⁴³ Idem, p.180; Ribeiro, 1995, p.451.

racial e assim por diante).²⁴⁴ No entanto, conforme relata Neusa das Dores, uma das integrantes da Comissão Executiva do evento, a Claudia Pons Cardoso, tal proposta de organização e metodologia, entendida como “tomada de empréstimo do movimento feminista branco”,²⁴⁵ não foi aceita pela maioria das participantes, tendo sua adequação questionada, inclusive, pelas feministas negras presentes no evento. Referindo-se aos conflitos em torno dos feminismos presentes no Encontro, no texto *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*, de 1988, Lélia Gonzalez critica a “afirmação de um feminismo erroneamente chamado de radical, quando na verdade sua marca é a do sectarismo”²⁴⁶ e, em seu bojo, o fechamento da discussão em torno da organização partidária e posições que indicam “que a revolução só pode se dar através da radicalização da luta entre homens e mulheres”.²⁴⁷ Reafirmando, ao fim do texto, a responsabilidade ética e política de construir um movimento que incluía as diferentes vivências sociais e organizativas das mulheres negras, diz:

Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas.²⁴⁸

Dessa forma, pode-se afirmar que esses conflitos não orbitavam apenas em torno das formas organizativas e metodologias feministas, ou mesmo da diferença percebida entre estas e as formas de mobilização do movimento negro, mas são atribuídos à grande diversidade de filiações políticas encontradas entre as presentes – membros de sindicatos, partidos, grupos de esquerda, movimentos negros, movimentos feministas, movimentos de bairros e de favelas, comunidades eclesiais de base, movimentos populares, grupos de mulheres rurais, organizações de religiões de matriz africana, academia, grupos culturais, etc. Nesse contexto, Cardoso aponta que as divergências acerca das formas de organização são engendradas, por um lado, pela “diversidade das mulheres negras e suas diferentes formas de organização política, realidade que, até então, ainda era percebida como problema” e, por outro, por “diferentes concepções de feminismo”.²⁴⁹ Para Joselina da Silva, ainda, a significativa presença de mulheres cujas experiências políticas eram tão variadas oportuniza um

²⁴⁴Organizações da sociedade civil; trabalho; educação; legislação; mito da democracia racial; ideologia do embranquecimento; sexualidade; meios de comunicação; arte e cultura; sua história na África e no Brasil; políticas de controle da natalidade; saúde; violência; estética; sexismo (Silva, 2014, p.34).

²⁴⁵ Cardoso, 2012, p.207.

²⁴⁶ Gonzalez, [1988c] 2018, p.363.

²⁴⁷ Idem, p.364.

²⁴⁸ Idem, p.366.

²⁴⁹ Cardoso, 2012, p.208.

questionamento a “parte expressiva da literatura sobre o movimento de mulheres negras brasileiras, que o designa como resultante das dissidências com os movimentos feminista e negro”, pois, “quando nos debruçamos sobre o temário do IENMN, vemos que não são aqueles dois movimentos – negro e feminista – os interlocutores preferenciais das mulheres negras nacionalmente organizadas”.²⁵⁰

Para Rodrigues, por sua vez, essa diversidade de filiações, experiências e perspectivas políticas explica a dificuldade que o autor percebe entre as mulheres do movimento de mulheres negras de “estabelecer as bases sobre as quais se assentaria a autonomia do movimento”.²⁵¹ Questões como a pertinência e a intensidade de diálogo e filiação do movimento de mulheres negras a outros movimentos, que já apareciam na formulação dos primeiros coletivos autônomos,²⁵² e a busca de representação da heterogeneidade e pluralidade das concepções políticas e organizativas das mulheres do MMN,²⁵³ são centrais na etapa de construção e consolidação dos movimentos de mulheres negras brasileiras compreendida nesse período.

Essas questões continuaram em pauta nos eventos seguintes, como o II Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em Salvador no ano de 1991. Neste evento, cujo tema foi “Organização: Estratégias e Perspectivas”, os intensificados esforços de diálogo acerca das formas de organização foram canalizados para o fortalecimento dos fóruns estaduais existentes e a busca de representação da pluralidade das experiências e perspectivas políticas das mulheres negras.²⁵⁴ Na ausência de grupos nacionais considerados representativos dessa pluralidade, aprovou-se uma proposta de realização de seminários nacionais, os quais seriam precedidos por seminários estaduais e regionais e teriam por objetivo aprofundar as conversas sobre formas organizativas e a plataforma comum, procurando pensar a articulação de raça, gênero e classe. Os dois primeiros seminários seriam realizados em 1993 e 1994.

²⁵⁰ Silva, 2014, p.35.

²⁵¹ Rodrigues, 2006, p.177-8.

²⁵² Esses debates, que permeiam a formação dos coletivos apresentados no tópico anterior, são sintetizadas por Edna Roland (2000) em três posições: a negação da necessidade de autonomização dos movimentos de mulheres negras em função de diferenças internas; a defesa da subsunção das pautas das mulheres negras aos movimentos negros; a mesma defesa em relação aos movimentos feministas. Cf. tb. Nzinga Informativo, 1989, em Viana (2006, pp.231-246).

²⁵³ Essa crítica se relacionava também ao formato das comissões que organizaram os ENMN de 1988 e 1991, que eram formadas por uma titular e uma suplente de cada um dos estados representados. Para Ribeiro, “esta forma, no entanto, não garante a diversidade das forças políticas que emergem neste processo, agilidade nos encaminhamentos, nem o fortalecimento do movimento nos estados que sediam os encontros, pois este não tem autonomia quanto à organização do evento. Apresenta-se, ainda, a necessidade de definir se a Comissão Nacional de Mulheres Negras constitui-se ou não representação das mulheres negras em nível nacional” (Ribeiro, 1995, p.452).

²⁵⁴ Ribeiro, 1995, pp.451-2. Cf. tb. Cardoso, 2012.

Alguns meses antes do primeiro Seminário Nacional de Mulheres Negras, outro evento central na história do movimento de mulheres negras acontece em Itapequerica da Serra, no estado de São Paulo. Trata-se do Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos, considerado um marco na organização das mulheres negras brasileiras e organizado pelo Geledés, uma das primeiras e mais importantes ONGs de mulheres negras brasileiras, fundada em 1988, em caráter preparatório para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, em 1994 no Cairo. Com a participação de lideranças de vários e diversos movimentos sociais, o Seminário é especialmente marcante por conta da redação e divulgação da Declaração de Itapequerica da Serra, um documento amplamente assinado, que conta com o apoio de “praticamente todas as forças políticas atuantes no movimento”.²⁵⁵ Segundo Rodrigues, esse documento constitui o primeiro momento em que o movimento de mulheres negras emite, como um conjunto, “uma posição política controversa”,²⁵⁶ divergindo, a um só tempo, de posições prevalentes nos movimentos negro e feminista.²⁵⁷ A Declaração também logrou ampliar os espaços de interlocução entre o movimento de mulheres negras e o Estado brasileiro, já que alguns de seus pontos foram incorporados no documento oficial do Governo brasileiro a ser apresentado na Conferência do Cairo, e, além disso, algumas das participantes do Seminário também compuseram o próprio processo preparatório para aquela Conferência. O mesmo se deu na interação com os organismos internacionais de regulação e instituições financiadoras, em que o movimento de mulheres negras brasileiro ampliou sua rede de contatos internacionais e seus diálogos e representação. Tal interlocução é percebida no direcionamento de fundos provenientes principalmente de fontes internacionais²⁵⁸ para projetos voltados à saúde das mulheres negras e da população negra em geral. Como sinaliza Rodrigues, depois de Itapequerica da Serra, a maior parte das organizações e grupos de mulheres negras

²⁵⁵ Rodrigues, 2006, p.182.

²⁵⁶ Idem, *ibidem*. Grifos meus.

²⁵⁷ Em poucas palavras, o documento sustentava que o Estado brasileiro tratava a reprodução como questão pública, alvo de regulação e legislação, e, contraditoriamente, “os meios de manutenção da vida – habitação, saúde, educação, alimentação e trabalho – como questão privada” (Declaração de Itapequerica da Serra, 1993, p.3 apud Rodrigues, 2006, p.182), o que, na perspectiva do movimento, representava uma “inversão de papéis” (idem, *ibidem*). Segundo Rodrigues, ao demandar liberdade reprodutiva (“liberdade reprodutiva é essencial para as etnias discriminadas”), condições de vida e serviços eficazes e humanos de saúde e planejamento familiar, o movimento de mulheres negras antagoniza, de uma só vez, com as posições que prevaleciam no movimento negro – que, partindo dos debates sobre esterilizações forçadas, defendia que qualquer forma de controle de natalidade representava um instrumento do genocídio da população negra, empreendido em especial pelo Estado – e no movimento feminista – que, por sua vez, almejava “a completa desregulamentação das práticas de controle de natalidade” (Rodrigues, 2006, p.183).

²⁵⁸ Rodrigues menciona entre os órgãos financiadores: Ministério da Saúde, ONGs internacionais de mulheres, Fundação MacArthur, Fundação Ford, ONU, entre outras (p.184).

passou a se dedicar a programas e projetos de saúde para as mulheres negras, e essa questão passou a ser um dos principais focos do movimento.²⁵⁹

Nesse sentido, a centralidade da temática [da] saúde para as organizações de mulheres negras pode ser entendida a partir do impacto dessa declaração, da disponibilidade de recursos para o desenvolvimento de atividades referentes à temática, da influência de centros de pesquisa como o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que produziam dados sobre a situação de saúde da mulher negra e da importância que a temática de saúde sempre teve para o movimento feminista, um importante interlocutor do MMN.²⁶⁰

Os dois primeiros Seminários Nacionais de Mulheres Negras mantiveram o debate acerca das formas organizativas e buscaram consolidar a plataforma comum e a “cara” do movimento de mulheres negras brasileiro. No primeiro desses seminários, realizado em 1993 em Atibaia, no estado de São Paulo, a discussão em torno de uma Rede Nacional de Mulheres Negras ganhou destaque em meio às proposições que visavam consolidar “uma organização mais criativa do movimento”²⁶¹ a qual pudesse acomodar a pluralidade das participantes. Para algumas analistas, as posições comunicadas nesse seminário, que admitiam a necessidade e a riqueza de posições políticas antagônicas²⁶² e, por conseguinte, assentavam “o exercício de uma mobilização política democrática e plural”,²⁶³ refletem amadurecimentos do movimento de mulheres negras no que tange às suas diferenças internas. Essa percepção é vinculada à definição ampla do movimento que consta no documento final do seminário, em que têm destaque a preocupação com a amplitude e a inclusão de diferentes perspectivas e filiações políticas, por um lado, e as diferenças interpessoais e de experiência, por outro. Segundo o documento:

o movimento vem se construindo a partir do cruzamento entre gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo, independente, composto por mulheres de diversos setores (por exemplo, originárias de movimentos como negro, sindical, popular, partidário). Deve estar articulado prioritariamente com o Movimento Negro e Feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta das mulheres negras, mantendo suas especificidades.²⁶⁴

²⁵⁹ Idem, p.184.

²⁶⁰ Idem, *ibidem*.

²⁶¹ Rodrigues, 2006, p.181.

²⁶² Borges da Silva, 2000, s/p.

²⁶³ Cardoso, 2012, p.211.

²⁶⁴ Trecho citado em: Geledés, 1995, p.20; Cardoso, 2012, pp.211-12; Rodrigues, 2006, pp.181-2; Ribeiro, 1995, p. 453; Moreira, 2007, p.108. Segundo Moreira, ainda, este seria o primeiro registro público do uso do vocábulo “gênero” pelo movimento de mulheres negras brasileiras.

Com isso, como salienta Ribeiro,²⁶⁵ consolida-se, simultaneamente, o sujeito político “mulheres negras” e, agora nas palavras de Rodrigues, seu apoio em uma “dupla militância no movimento negro e feminista, mas sem estar subordinado a pauta de nenhum dos dois movimentos”.²⁶⁶

O II Seminário Nacional de Mulheres Negras, em 1994 na cidade de Salvador, cujo tema foi “Respostas organizativas das mulheres negras no fim do século”,²⁶⁷ comportou uma série ampla de debates, mantendo em pauta, contudo, a questão da organização. Nele, voltou a ser discutida a ideia de uma Rede Nacional de Mulheres Negras como “um instrumento político igualitário na articulação com a sociedade e para fortalecer os Fóruns Estaduais de Mulheres Negras”.²⁶⁸ A proposta de uma rede nesse formato, entretanto, não teria alcançado consenso e acabou sendo substituída pela ideia de uma Articulação Nacional de Mulheres Negras, cujo formato e estrutura organizativa seriam definidos futuramente.²⁶⁹ Embora conceda avanços no desenvolvimento de uma complexa plataforma de pautas e interpretações sociais do movimento, para Rodrigues, esse seminário representou “a desarticulação do processo [de organização unificada] que teve impulso em Itapeçerica da Serra e no I Seminário de Mulheres Negras, ocorrido em Atibaia”.²⁷⁰ Matilde Ribeiro acompanha essa consideração: “Estes seminários cumpriram um importante papel, o de detalhar e aprofundar debates que esboçam-se há vários anos. Porém, foram pouco propositivos no sentido de contribuir para gestão de formas de operacionalização das definições”.²⁷¹ Assim, a questão dos formatos para uma possível organização nacional unificada segue em discussão ao longo dos eventos e mobilizações subsequentes.

Como resultado das disputas em torno da forma de organização do movimento, a multiplicação dos grupos vinculados ao movimento de mulheres negras nesse período, em especial a partir dos encontros nacionais de 1988 e 1991, passaria por uma segmentação de formatos. Segundo Rodrigues, enquanto parte desses grupos, sobretudo os da região Nordeste, permaneceram ligados ao movimento negro e reforçaram seus vínculos com ele e uma segunda parte tomou decisão semelhante em relação ao movimento feminista, um conjunto numeroso de grupos, em especial no Sudeste e como outros movimentos sociais na

²⁶⁵ Ribeiro, 1995, p.446.

²⁶⁶ Rodrigues, 2006, p.176.

²⁶⁷ Ribeiro, 1995, p.453.

²⁶⁸ Rodrigues, 1995, p.185.

²⁶⁹ O que, segundo Rodrigues, não chegou a acontecer.

²⁷⁰ Idem, p.186.

²⁷¹ Ribeiro, 1995, p.453.

época, teria adotado o formato de organização não governamental (ONG),²⁷² que se tornou preponderante nessa região.

Para Rodrigues, esses diferentes formatos – sobretudo os relacionados pelo autor às regiões Nordeste e Sudeste – se explicam por meio da trajetória e dos investimentos políticos realizados pelos grupos ou suas militantes ao longo do período anterior. Dessa forma, muitos dos grupos do Nordeste tinham se originado no movimento negro e já contabilizavam grandes avanços no que tangia às disputas por espaço, poder e direcionamento do movimento, “garantindo-lhes uma certa tranquilidade em relação ao que viviam as mulheres negras em outras organizações e regiões do país”²⁷³ e permitindo a continuidade desses vínculos. As trajetórias políticas das sudestinas, por outro lado, – em grande medida, definidas na disputa e na interlocução com os movimentos feministas – tinham sido mais voltadas à inclusão e interlocução com o Estado e marcadas pelo aprofundamento das animosidades com o movimento negro.²⁷⁴

Assim, a forte inclinação à formação de organizações da sociedade civil nessa época também responde à percepção das militantes de que esses espaços de interlocução com o Estado se fechavam, tanto no nível federal como no estadual.²⁷⁵ Segundo Flávia Rios, a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, dá início a uma política de retração do Estado e diminuição de sua porosidade às demandas dos movimentos sociais após um período de institucionalização desses movimentos no Estado, notável por seu sucesso no que tange à “construção de encaixes institucionais e seus resultados em termos de incorporação da agenda societal” – que Rios nomeia de processos de “institucionalização pública estatal” ou “institucionalização no Estado” por parte desses movimentos.²⁷⁶ As restrições orçamentárias e o esvaziamento político da ação dos conselhos e outros espaços de disputa e negociação no âmbito federal engendraram um reposicionamento das estratégias dos movimentos sociais. Os principais resultados desse deslocamento são a proliferação de organizações na sociedade civil, “a profissionalização das lideranças, a especialização de suas associações e, sobretudo, a intensificação do apoio internacional das fundações e dos organismos multilaterais”.²⁷⁷ Tais

²⁷² Cf. Facchini, 2005; Alvarez, 1998, 1999.

²⁷³ Rodrigues, 2006, p.179.

²⁷⁴ As afirmações de Rodrigues não permitem inferir os modos como se deram as relações do grupo ao qual ele atribui maior filiação ao movimento feminista. Como veremos, sua argumentação sugere que, nesse período, os principais formatos se encaixariam nas classificações “organizações não governamentais autônomas” e “grupos subsidiários do movimento negro” (Idem, pp.177-180).

²⁷⁵ Rodrigues, 2006, p.179 et seq.

²⁷⁶ Rios, 2019, p.256.

²⁷⁷ Idem p.263.

processos são nomeados por Rios de “institucionalização pública não estatal”, caracterizada pela reconfiguração das estruturas organizacionais dos movimentos nos sentidos enumerados acima.²⁷⁸

O Geledés – Instituto da Mulher Negra é um caso emblemático. Fundado por mulheres que anteriormente haviam integrado o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, o Instituto já nasce como um ator de peso no cenário do movimento de mulheres negras brasileiras, contando com financiamentos oriundos da Fundação Ford, *International Women’s Health Coalition* e ONGs internacionais para seus primeiros projetos – além do SOS Racismo,²⁷⁹ um programa de saúde das mulheres negras. Segundo Edna Roland, que havia sido militante do grupo:

Quando houve o fechamento do Conselho Nacional [dos Direitos da Mulher], Sueli [Carneiro, uma das fundadoras do Geledés] estava negociando o SOS Racismo entre o Conselho e a OAB, acho que a OAB de São Paulo. Ela então passa a negociar com a Ford a transferência [do SOS racismo] do Conselho para que fosse uma parceria da OAB com o nascente Geledés. Ela negociou isso e entrou, a pedido da Ford, um terceiro parceiro, que foi Núcleo de Estudos da Violência da USP.²⁸⁰

Segundo Sônia Santos em seu estudo acerca das organizações não governamentais de mulheres negras fundadas nesse período,²⁸¹ duas práticas principais definem a atuação desses grupos: “o empoderamento das mulheres negras em suas próprias comunidades e o desenvolvimento de redes locais, nacionais e transnacionais de *advocacy* e

²⁷⁸ No entanto, a autora sinaliza que a ampliação das relações com distintos atores da sociedade civil não significou o abandono das estruturas estatais, já que o esvaziamento da participação na gestão nacional teria como contrapartida a densificação das interações entre movimentos sociais e Estado nas esferas estaduais e municipais. Ainda, cabe notar que Rios reconstitui o período em questão levando em conta a trajetória do movimento negro; o emprego de pontos de seu argumento para o movimento de mulheres negras, portanto, é de minha responsabilidade.

²⁷⁹ Em linhas gerais, trata-se de um “serviço de assistência jurídica e acompanhamento de vítimas de discriminação racial, ancorando-se na Lei Federal n. 7.716/1989” (Rios, 2019, p.269).

²⁸⁰ Alberti e Pereira, 2007.

²⁸¹ Outros grupos formados nessa época e que compartilham algumas das características organizativas do Geledés – em especial, as formas de financiamento – são a ONG Criola, fundada em 1992 no Rio de Janeiro, e o grupo Maria Mulher, iniciado em 1987 em Porto Alegre. Segundo Sônia Santos (2008), o Maria Mulher é formado em a partir de um grupo de mulheres do movimento negro que, frente às dificuldades de discutir suas questões no movimento, decidem autonomizar “como as feministas” (Santos, 2008, p.237). De acordo com Cardoso (2012, p.381), sua atuação principal seria no sentido de “propor políticas públicas que possibilitem a promoção de cidadania das mulheres [e] instrumentalizar as mulheres negras para que atuem efetivamente na sociedade como agentes de sua história”. Já o Criola se formou a partir do CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), com a proposta de um trabalho específico sobre a questão da esterilização em massa. Sua atuação é focada em regiões pobres e geralmente com altos índices de violência, especialmente a Baixada Fluminense. Acerca de seus objetivos e atuação, Santos (idem) destaca a concentração na área da saúde e no trabalho com jovens negras, assim como a discussão sobre sexualidade; Cardoso, por sua vez, chama atenção para o uso de tecnologias, a produção de conhecimento e pesquisas, o apoio a lideranças locais e a interlocução com governos, gestores e instâncias públicas. Acerca de outras organizações não governamentais feministas negras, cf. Santos, 2008, 2009; Cardoso, 2012, especialmente pp.380-382.

construção de coalizões”.^{282xix} No primeiro polo, encontra-se um foco “na formação da identidade coletiva racial e política das mulheres negras”^{283xx} mediante iniciativas voltadas à base [*grassroots*] e voltadas a aglutinar as mulheres negras de diferentes comunidades de baixa renda por meio de workshops, oficinas, conversas, treinamentos, etc., e, não raro, oferecendo suporte organizacional e financeiro aos grupos de mulheres negras nessas comunidades. No outro polo, destaca-se a cooperação e solidariedade em redes construídas com outros movimentos sociais, ONGs e instituições:

Trabalhando por meio de alianças, essas organizações elaboram estratégias e discursos, em particular táticas de *advocacy*, para impactar as políticas públicas e, portanto, desafiar diretamente o Estado brasileiro a tomar responsabilidade pela erradicação dos mecanismos que causaram disparidades e marginalização socioeconômica às mulheres e à população negra do país. Essa é uma forma muito interessante de construir projetos sociais para resistir à dominação do Estado, já que as alianças com outros grupos marginalizados permitem que cada um deles contribua com seu conhecimento específico e distinto acerca do que significa opressão e como ela se manifesta para cada grupo em termos de gênero, raça, classe e sexualidade. [...] Outra vantagem crucial de construir resistência por meio de coalizões é que esse sistema parece favorecer as possibilidades de construção de novos processos sociais nos quais o poder e os recursos podem ser igualmente acessados e distribuídos. Assim, as redes e outras formas de alianças parecem vitais para qualquer movimento social em seu confronto com o poder estatal.^{284xxi}

Entre as características e atividades das ONGs, a autora ainda adiciona o investimento em conhecimento técnico acerca de uma série de temas – como educação, saúde, emprego, etc. – e a produção de material a respeito da experiência das mulheres negras, com vistas a qualificar as ativistas em sua interlocução com o Estado e outros espaços de poder e a atuação por meio de linhas e projetos,²⁸⁵ assim como treinar as lideranças locais das áreas de aplicação dos projetos. A atuação e *advocacy* das ONGs Criola e Geledés, por exemplo, é entendida como parcialmente responsável pelos avanços na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.²⁸⁶

Desde sua formação, as ONGs ocupam o centro de alterações e moções críticas no movimento de mulheres negras. Tal disputa é descrita por Rodrigues nos seguintes termos:

A relação com o Estado, as instituições internacionais de fomento e o peso dado ao binômio gênero-raça constituíram os principais conflitos vividos pelo nascente Movimento de Mulheres Negras no final da década de 80. Enquanto as mulheres

²⁸² Santos, 2008, p.166.

²⁸³ Idem, p.209.

²⁸⁴ Idem, pp.209-10.

²⁸⁵ Segundo a autora, a ONG Criola, por exemplo, tem como principais linhas de ação: (i) os workshops, cursos e treinamentos; (ii) geração de renda e economia; (iii) saúde das mulheres negras; (iv) *advocacy* em defesa e garantia de direitos humanos; (v) ação política e alianças com instituições e movimentos sociais; (vi) publicações, disseminação de informações e documentação. Cf. Santos, 2008, pp.209-246, para outras associações.

²⁸⁶ Idem, p.215.

vinculadas ao movimento negro acusavam as mulheres de ONGs de terem se vendido ao imperialismo americano, estas acusavam-nas de se submeterem ao controle masculino das organizações mistas, não sendo capazes de se legitimarem como sujeitos políticos autônomos.²⁸⁷

De acordo com Santos, uma das principais críticas às ONGs teve que ver com sua forte interlocução com o Estado. Procurando constituir-se como mediadoras entre Estado e sociedade civil, tais organizações foram acusadas de buscar uma forma de atuação vista como “impossível” – uma compreensão pautada no entendimento do Estado como uma “máquina emperrada”,^{xxii} impermeável e incompetente – ²⁸⁸ ou, ainda, de aproximar-se do centro responsável pela violência e intolerância contra as populações socialmente marginalizadas – segundo Rodrigues, uma imagem do Estado prevalente no movimento negro até o início dos anos 2000 e que ajudaria a explicar porque os movimentos de mulheres negras se aproximaram do Estado antes do movimento negro.

As disputas em torno do que constitui a militância “de base” e outra, vista como “elitizada”, são centrais na contestação entre diferentes tipos de organizações de mulheres negras, bem como entre as mulheres organizadas em ONGs e seu público. Núbia Moreira registra essa mesma alteração em seu estudo. Para a autora, trata-se de um “conflito de princípios”,²⁸⁹ em que “as mulheres que se posicionavam como combativas e mais voltadas para as classes populares acusavam as que defendiam a institucionalização [em formato ONG] do movimento de traidoras e entreguistas”, vinculando o formato à secundarização da questão de classe na composição das desigualdades e opressões que incidem sobre as mulheres negras.²⁹⁰ Para Moreira, essa questão guarda relação com o processo de ascensão social que parte das lideranças dos grupos institucionalizados havia vivenciado a partir do início dos anos 1980, que, segundo ela, foi “favorecida pela formação escolar contínua, articulada com uma aprendizagem na militância política”²⁹¹ – a qual também é ressaltada por Santos.²⁹²

Tais críticas, segundo Moreira, se encontram vinculadas ao fato do trabalho nas ONGs ser remunerado. Nesse sentido, vale ressaltar as questões em torno de suas fontes de financiamento – i.e., instituições, organismos de regulação e organizações filantrópicas

²⁸⁷ Rodrigues, 2006, p.180.

²⁸⁸ Idem, p.272.

²⁸⁹ Moreira, 2007, p.102.

²⁹⁰ Idem, pp.102-3.

²⁹¹ Moreira, 2007, p.103. De acordo com a autora, ainda, no momento das entrevistas, essas lideranças, em sua maioria, “possuíam nível superior, com pós-graduação em nível de mestrado e doutorado; a renda familiar perfazia mais de dez salários mínimos; possuíam acesso frequente aos bens culturais, mas nem todas se constituíam como proprietárias de imóveis, carro próprio, etc.”.

²⁹² Santos, 2008, pp.265-268. Para Santos, a concentração das ONGs nas regiões Sul e Sudeste também pode contribuir nesse sentido.

internacionais –, frequentemente percebidas como redutoras das agendas dos movimentos sociais e voltadas ao lucro. Tais questões aparecem, inclusive, nos discursos das mulheres envolvidas nas formações de tipo ONG. Nas palavras de uma das interlocutoras de Moreira, a “militância profissionalizada” tem pontos positivos, pois “não é mais uma reunião no final da tarde, depois que você deu 500 aulas ou cuidou de filhos e marido. Você é financiado para poder se organizar”; por outro lado, “em muitos momentos, você vai ter que agir de acordo com agendas das financiadoras. Isso fortalece do ponto de vista de uma organização, mas muitas vezes não ajuda ao movimento enquanto tal, porque o movimento quer fazer a revolução. Ninguém financia revolução”.²⁹³

1.3. Internacionalização e institucionalização no Estado (1995-2010)

Em meados dos anos 1990, partes do movimento de mulheres negras ampliam seu contato com organismos e agências regulatórias internacionais, o que se dá principalmente por meio de sua participação em eventos globais como a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, em 1994, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, mais conhecida como Conferência de Beijing ou Pequim, em 1995, e a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em 2001. Segundo Sueli Carneiro, a internacionalização do movimento de mulheres negras na época é devida ao foco crescente de organismos internacionais nas questões das populações marginalizadas e ao crescimento dessas populações, o que teria estimulado o movimento a assumir uma “perspectiva internacionalista de luta”²⁹⁴ e auxiliado na ampliação das relações com o Estado brasileiro. Segundo Carneiro:

Essa visão internacionalista está promovendo a diversificação das temáticas, com o desenvolvimento de novos acordos e associações e a ampliação da cooperação interétnica. Cresce entre as mulheres negras a consciência de que o processo de globalização, determinado pela ordem neoliberal que, entre outras coisas, acentua o processo de feminização da pobreza, coloca a necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil a nível mundial. Essa nova consciência tem nos levado

²⁹³ Moreira, 2007, p. 102. Note-se a semelhança de tais críticas àquelas encontradas no movimento feminista em relação à formação das ONGs, conforme inventariadas por Sonia Alvarez (1998, pp.306-8). Resumidamente, trata-se dos seguintes pontos: 1) absorção dos itens mais aceitos culturalmente das agendas feministas (consequentemente, enfraquecendo pautas tidas como mais radicais, como a legalização do aborto); 2) crescente especialização e profissionalização dos quadros feministas, o que engendraria, novamente, seu distanciamento de grupos e pautas de base; 3) enquadramento das políticas e pautas feministas no “desenvolvimentismo” [*developmentalization*] internacional e transformação das populações marginalizadas e movimentos sociais em “clientelas”; 4) erosão e crescimento da ineficácia do Estado, por meio da terceirização de suas obrigações para com a população; e 4) abertura às políticas e perspectivas neoliberais de redução do Estado. Cf. tb. Fraser, 2009; Alvarez, 1999.

²⁹⁴ Carneiro, [199-], s/p, online.

ao desenvolvimento de ações regionais no âmbito da América Latina, do Caribe, e com as mulheres negras dos países do primeiro mundo, além da participação crescente nos fóruns internacionais, nos quais governos e sociedade civil se defrontam e definem a inserção dos povos terceiro-mundistas no terceiro milênio.²⁹⁵

O ano de 1995, em que aconteceram a Conferência de Pequim e a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, marca o início desse período e tem grande importância para o movimento de mulheres negras.

A Conferência de Pequim teve grande participação das organizações de mulheres negras e, de acordo com Cristiano Rodrigues, “determinou a dinâmica do movimento nesse período, a despeito de seus problemas de organização política interna”.²⁹⁶ Para o autor, a atuação dessas organizações no processo preparatório nacional e regional²⁹⁷ teria proporcionado visibilidade para as pautas do movimento, as quais constaram no documento oficial enviado pelo governo brasileiro e no documento formulado pela organização. Matilde Ribeiro afirma que, embora ampla, a participação das mulheres negras se deu “sem definição de estratégias próprias como movimento”, inserindo-se “no processo [de preparação] construído pelo movimento feminista e nos fóruns oficiais”²⁹⁸ por meio de ações dos Fóruns Estaduais de Mulheres e da Articulação Nacional de Mulheres.²⁹⁹ Ainda assim, a autora destaca a grande pressão por incorporação da agenda das mulheres negras, cujo principal objetivo – “integrar as avaliações, reafirmando que o racismo e machismo têm que ser tratados conjuntamente” –³⁰⁰ teria sido, em seu juízo, bem sucedido. Em meio a uma série de declarações, dossiês e atividades realizadas na preparação para Pequim, Ribeiro destaca o documento “Propostas das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas para Beijing”, elaborado no Fórum de ONGs Preparatório para a IV Conferência da Mulheres em 1994, na Argentina, cujos principais elementos seriam:

o reconhecimento de que o continente Latino-Americano e Caribenho é formado por populações multirraciais e multiculturais e da diversidade protagônica das mulheres negras nos espaços onde decidem seus destinos; a exigência de que os governos implementem políticas de desenvolvimento para saldar a dívida histórica contraída com nossas populações e especialmente que as mulheres negras sejam beneficiárias prioritárias; a exigência de que se formulem e implementem estratégias apropriadas

²⁹⁵ Idem, *ibidem*.

²⁹⁶ Rodrigues, 2006, p.186.

²⁹⁷ Segundo Lemos (1997, p.111), uma série de mulheres negras de ONGs, sindicatos e associações se mobilizaram, com sucesso, para enviar representantes à Conferência.

²⁹⁸ Ribeiro, 1995, pp.454-455.

²⁹⁹ A Articulação Nacional de Mulheres, na qual se inseriram as organizações de mulheres negras, foi fundada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, em 1995, com o objetivo centralizar a preparação para Beijing. Cf. Schwarzstein e Barros, 2018.

³⁰⁰ Ribeiro, 1995, p.455.

que assegurem às mulheres negras o direito de ter acesso à terra, trabalho, saúde, moradia, educação, meio ambiente favorável e identidade diferenciada.³⁰¹

Para esses autores, os debates realizados durante a Conferência de Pequim lograram inserir a questão racial na discussão mundial sobre gênero, assim como no documento produzido como resultado do evento,³⁰² amplificando sua visibilidade e parcerias internacionais. Segundo Lemos, ainda, Pequim teria importantes desdobramentos para o movimento de mulheres negras brasileiro, tais como, exemplarmente, a rearticulação da Rede de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, fundada em 1991.³⁰³

Ainda mais que a já mencionada Conferência do Cairo, Pequim demonstra o crescente interesse e investimento do movimento de mulheres negras na articulação com a sociedade civil mundial.³⁰⁴ Os processos preparatórios para essas conferências também implicam em avanços em sua interlocução com os movimentos sociais, em especial, o movimento feminista, e com o Estado brasileiro. Nesse sentido, destaca-se a participação das organizações de mulheres negras na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, em 1995, no Rio de Janeiro, que contou com aproximadamente 700 mulheres e teve como um de seus resultados a produção do documento “Declaração das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher”.³⁰⁵ Esse documento foi aprovado por aproximadamente 4000 delegadas de 25 fóruns estaduais³⁰⁶ e entregue ao governo brasileiro. Segundo Ribeiro, a volumosa e destacada participação das mulheres negras constituiu-se “não mais apenas [das] reuniões para munir-se de forças para denunciar a ausência de suas questões na pauta, mas [pela] busca de elaboração conjunta, dando visibilidade à questão racial”.³⁰⁷ Dessa forma, ela destaca não só o êxito em compor a pauta das organizações feministas e a declaração oficial enviada pelo governo brasileiro, mas também as relações mais amistosas e produtivas entre feministas negras e brancas.

³⁰¹ Idem, p.455.

³⁰² Cf. *Beijing declaration and platform for action*, 1995 (disponível em: https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Beijing_Declaration_and_Platform_for_Action.pdf). Para uma visão dissonante, nesse sentido, cf. o depoimento de Benedita da Silva ao Senado Federal, acerca do encontro. Segundo a senadora, “em relação à **mulher negra**, o que presenciamos foi uma quase ausência de decisões nas resoluções finais em relação à questão de gênero e a discriminação racial, até por que a Conferência dos Direitos Humanos, de 1994, reafirmou que os direitos humanos das mulheres são direitos universais e o racismo é também uma violação dos direitos humanos” (Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/174236>, destaques no original).

³⁰³ Lemos, 1997, p.112. Segundo a autora, a fundação dessa rede teria se dado em um encontro feminista na Argentina. Trata-se possivelmente do V Encontro Feminista da América Latina e do Caribe (V EFLAC), que aconteceu em San Bernardo, na Argentina, em 1990.

³⁰⁴ Rodrigues, 2006, p.186.

³⁰⁵ Cfemea, 1995, p.1.

³⁰⁶ Articulação de Mulheres Brasileiras, 2000, p.2 apud Piscitelli, Pereira de Melo, Maluf e Puga, 2006, p.67.

³⁰⁷ Ribeiro, 1995, p.455-456.

A Marcha Zumbi, que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília no dia 20 de novembro do mesmo ano, marca o início da reabertura das relações com o Estado brasileiro. Ainda que não tenha sido organizado exclusivamente pelo movimento de mulheres negras,³⁰⁸ o evento é significativo por conta do deslocamento discursivo do Estado brasileiro no que diz respeito ao racismo e à discriminação racial: trata-se da primeira vez que o principal líder político nacional – o então presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – reconhece o Brasil como um país racista.³⁰⁹ Em resposta às demandas dos militantes, concentradas no “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, entregue ao presidente ao fim da Marcha, o qual, segundo Ribeiro, “apresentava uma série de reivindicações visando à inclusão da população negra nas políticas públicas, com destaque para o mercado de trabalho, a educação, a cultura e a comunicação, a saúde, o combate da violência, a religião e a terra”,³¹⁰ é criado, por decreto presidencial expedido nessa data, o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra.³¹¹ Os trabalhos do GTI, formado por dez representantes do Estado e oito da sociedade

³⁰⁸ Cabe destacar, na versão do manifesto da Marcha Zumbi que consta no *Jornal da Marcha* cerca de um mês antes da passeata, o seguinte parágrafo: “As novas formas de articulação e de expressão da militância nos locais de trabalho, no campo, nos sindicatos, nos movimentos populares, partidos, universidades, parlamento, nas entidades religiosas, órgãos governamentais etc, vêm nos últimos anos acrescentando melhores armas no combate ao racismo. Há de se destacar ainda, nessa empreitada, a emergência do Movimento de Mulheres Negras, com fisionomia própria e caráter nacional, que duplamente lutam contra a opressão racial e de gênero” (*Jornal da Marcha*, outubro de 1995, p.4)

³⁰⁹ Na ocasião, Fernando Henrique Cardoso diz, logo no início de seu discurso: “Sou comprometido pessoalmente com os estudos da questão negra no Brasil. Escrevi dois livros sobre a matéria, na época em que se mantinha a ideia de que, no Brasil, não havia um problema negro e que não havia discriminação racial. Com o professor Florestan Fernandes e com Otávio Ianni, sob a inspiração de Roger Bastide, fizemos pesquisas que mostraram o oposto: *havia preconceito, havia discriminação*. É para que pudesse se concretizar o ideal de democratização do Brasil implicaria que os que lutam pela democracia e pela liberdade, assumissem também a luta em favor da igualdade racial” (Brasil, 1998, p.2, grifos meus). Essa proposição, repetida e esmiuçada em outras comunicações posteriores do presidente (ver, por exemplo, seu discurso na abertura do seminário “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, em 2 de julho de 1996, no mesmo documento), é acompanhada por outra interessante colocação, no mesmo evento, por parte do mandatário: “Se quisermos um indicador seguro à inversa, pode-se dizer que quando encontrarmos uma mulher do interior do Nordeste, que tenha filhos, que não tenha marido, e seja negra, ela é a mais pobre da região. *A pobreza se concentra nessas características*” (Idem, p.3, grifos meus).

³¹⁰ Ribeiro, 2008, p.990

³¹¹ Jaccoud e Beghim, 2002, p.20. Instituído por meio de um decreto presidencial (cf.: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/DNN/Anterior_a_2000/1995/Dnn3531.htm), o GTI era vinculado ao Ministério da Justiça. Os representantes do Estado eram vinculados ao MJ e aos Ministérios da Saúde, Trabalho, Educação, Relações Exteriores, Esportes, Justiça, Cultura e Planejamento, além das Secretarias de Comunicação Social e de Assuntos Estratégicos (cf. Moura e Gregori, 1997, p.63; Santos, Souza e Sasaki, 2013, p.548). Visto como simbólico da abertura de espaço para a ampliação da participação da sociedade civil no desenvolvimento de políticas voltadas à igualdade racial, o GTI trabalhou nas seguintes frentes: 1) Informação - Quesito Cor; 2) Trabalho e Emprego; 3) Comunicação; 4) Educação; 5) Relações Internacionais; 6) Terra (Remanescentes de Quilombo); 7) Políticas de Ação Afirmativa; 8) Mulher Negra; 9) Racismo e Violência; 10) Saúde; 11) Religião; 12) Cultura Negra 13) Esportes; 14) Legislação; 15) Estudos e Pesquisas e 16) Assuntos Estratégicos. Contabilizou, ao longo de sua curta atuação, uma série de ganhos, como o desenvolvimento do Programa Nacional

civil, todos eles militantes do movimento negro, se deram em torno de medidas compensatórias,³¹² políticas de saúde, comunidades quilombolas, parâmetros curriculares de educação inclusiva e direitos humanos e foram desenvolvimentos notáveis da interlocução do Estado com o movimento negro.

Segundo Rios, a gestão de Fernando Henrique Cardoso constitui o início do período de “estabelecimento democrático”,³¹³ durante o qual a permeabilidade do Estado aos movimentos sociais na esfera nacional tornaria a ser ampliada. Além da retomada e do fortalecimento de alguns conselhos, grupos de trabalho e políticas públicas, no que tange à desigualdade racial, o governo FHC é relevante para a ampliação da porosidade e da interação entre Estado e movimentos sociais em razão de suas próprias aproximações com lideranças do movimento negro em âmbito partidário,³¹⁴ mas também da já mencionada discordância do mandatário com a ideia de democracia racial. Apesar de significativos, contudo, os avanços na absorção e interlocução com a agenda dos movimentos sociais foram, ao menos no caso do movimento negro, tímidos. Isso porque, segundo Márcia Lima, foram priorizados o aspecto de informação – isto é, campanhas e pesquisas que salientavam a condição social da população negra e programas de conscientização sobre o racismo – e a dimensão de valorização da população negra e sua contribuição ao país. Para a autora, “a estratégia discursiva e política desse governo foi promover o reconhecimento sem investimentos no aspecto redistributivo, embora a desigualdade racial fosse a principal justificativa para as políticas de valorização da população negra, expressão fartamente encontrada nos documentos oficiais”.³¹⁵ Assim, para Lima, as políticas do período podem ser pensadas como um “momento de construção de uma base para uma ação política mais efetiva”.³¹⁶

Um evento decisivo no processo de (re)institucionalização no Estado do movimento de mulheres negras e do movimento negro foi a Conferência Mundial contra o

de Anemia Falciforme. Com atividades reduzidas e, posteriormente, paralisadas ao longo da última década, o GTI foi encerrado pelo Decreto 10.087 de 2019. Cf., também: Brasil, 1998; IPEA, 2003; Santos, 2014.

³¹² Souza, Santos e Sasaki (2013) destacam, ainda, que o GTI formulou “um dos primeiros conceitos de ação afirmativa no país”, o qual teria sido bastante empregado. Nesse conceito, “ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros”. (Brasil, 1996, p. 10, *apud* Santos, Souza e Sasaki, 2013, p.548).

³¹³ Rios, 2019, p.263.

³¹⁴ *Idem*, pp.276-277. Segundo Jaccoud e Beghin (2002), por exemplo, “a proposta [do Grupo de Trabalho Interministerial] nasce dentro do governo a partir da articulação de setores do Movimento Negro que defendem uma atuação mais incisiva do governo federal no estabelecimento de políticas públicas e sem a marca culturalista que muitas vezes prevalece no âmbito do Estado quando se pensa no segmento negro” (p.19).

³¹⁵ Lima, 2010, pp.81-2.

³¹⁶ *Idem*, p.82. Cf. tb. Jaccoud e Beghim, 2002.

Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, realizada pela Organização das Nações Unidas em Durban, na África do Sul, em 2001. De forma semelhante a Pequim para o movimento feminista, Durban representa um salto de institucionalização para o movimento negro brasileiro e a ampliação de suas relações com o Estado e com as arenas políticas transnacionais. O documento resultante da Conferência, que teve como eixo central a discussão sobre políticas reparatórias e ações afirmativas, demanda a alocação de recursos especificamente para a população afrodescendente³¹⁷ no interior de todas as políticas públicas do Estado e estimula o ensino de história e cultura africana e afrodescendente nas escolas. Segundo Luíza Bairos, o documento avança ao caracterizar a população negra como vítima de racismo e definir o combate às práticas de discriminação racial como incumbência dos Estados.³¹⁸ Com isso, constituiu-se como instrumento para que o movimento “[forçasse] o Estado a assumir essa responsabilidade”³¹⁹ sobre essa questão, o que implicou na ampliação dos canais de comunicação e troca entre o movimento negro e o Estado e, de acordo com Bairos, deu força ao projeto de criação da SEPIR (Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial da Presidência da República), que voltou parte significativa de seus esforços ao impulsionamento das políticas e ações afirmativas, assim como outros aportes específicos do Estado brasileiro. Assim, delimitando “a passagem do campo das discussões para o campo das proposições e implementações de políticas públicas”,³²⁰ Durban é tido como “um ponto de inflexão no enfrentamento ao racismo no Brasil”.³²¹

Nesse contexto, há um grande destaque e protagonismo das mulheres negras brasileiras e suas organizações, perceptível não apenas nos cargos e posições ocupadas por elas na estrutura oficial da conferência – por exemplo, a escolha de Edna Roland como relatora geral das reuniões, o segundo cargo na hierarquia do evento – ³²², mas também no processo de preparação do encontro em eventos locais e regionais e, ainda, na aprovação e inclusão de suas

³¹⁷ Cabe notar que o termo “afrodescendente” teve seu uso em instâncias regulatórias e deliberativas internacionais decidido na Conferência de Durban, o que ocorreu por meio de uma votação durante a conferência.

³¹⁸ Alvarez e Bairos, 2012. (Entrevista com Luiza Bairos)

³¹⁹ Idem, p.838.

³²⁰ Rodrigues, 2006, p.197.

³²¹ Alvarez e Bairos, 2012, p.838. Uma das medidas relacionadas à relevância da Conferência de Durban para o movimento negro brasileiro é a dimensão da delegação brasileira na conferência, a maior de todas as presentes, com aproximadamente 600 membros (Rodrigues, 2006, p.195)

³²² Cf. tb. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3008200106.htm>. Além de Roland, aponta-se a participação de uma militante do movimento de mulheres negras (cujo nome não consta na bibliografia consultada) na comissão de acompanhamento da implementação das diretrizes da Conferência no pós-encontro, uma comissão de acompanhamento composta por 5 pessoas de várias regiões para trabalhar com o ACDR (Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas).

demandas no documento resultante.³²³ Segundo Rodrigues, a posição do movimento de mulheres negras – em especial, das ONGs e suas representantes – foi garantida por sua concentração e expertise na interlocução com os agentes governamentais e interferência na agenda política em espaços amplos. Para Bairros, a centralidade do movimento de mulheres negras na Conferência se explica, sobretudo, por conta do acúmulo de conhecimento técnico no ativismo precedente a Durban:

Como eu entendo, as mulheres negras acumularam condições políticas para participar de forma mais ativa do processo de Durban, também pela proximidade com o movimento feminista. Já tinham uma experiência com conferências mundiais; as mulheres negras se apropriaram mais rapidamente das ferramentas que você precisa para participar de uma conferência das Nações Unidas, que têm um processo bastante longo, feito de várias instâncias e etapas que se realizam em diferentes lugares do mundo. Esses processos, na prática, são levados pelas representações de governos e acompanhados por setores da sociedade civil que se credenciam junto às Nações Unidas para influenciar as posições que o país toma dentro dessas instâncias. As Nações Unidas têm uma etiqueta, uma linguagem, procedimentos definidos sobre como você acessa ou não determinados espaços. O conhecimento disso estava nas mãos das mulheres negras, que aprenderam com a participação com o movimento feminista nas conferências de mulheres. Outros setores do movimento negro quase não tinham experiência nessa área.³²⁴

Nesse sentido, Rodrigues e Bairros ressaltam que esse protagonismo teria se dado de forma progressiva ao longo do processo preparatório, iniciado em 2000,³²⁵ à medida em que as mulheres negras “foram demonstrando sua capacidade organizativa, seu conhecimento dos mecanismos para influenciar os processos de negociação”³²⁶ – que, para Rodrigues, guardavam relação com a aquisição e acúmulo de conhecimento e capacidade técnica ao longo da construção e do trabalho nas ONGs. Segundo o autor:

A aprovação da Declaração e do Programa de Ação de Durban, em que a maioria das reivindicações consensuadas na Conferência Preparatória Regional das Américas, ocorrida em Santiago do Chile é incorporada, representa de maneira inequívoca esse protagonismo das mulheres negras brasileiras, já que foram elas as principais responsáveis pela influência para que a Declaração de Santiago contivesse a exigência por reparações, por exemplo.³²⁷

³²³ Cf. tb. Carneiro, 2002.

³²⁴ Alvarez e Bairros, 2012, p.838-839.

³²⁵ Carneiro, 2002. Segundo a autora, o trabalho foi iniciado com a formação de Comitê Impulsor Pró-Conferência que se incumbiu das principais tarefas organizativas, bem como do contato com organismos internacionais, como o *International Law Group*. Por meio do comitê, teria sido formado o Fórum Nacional de Entidades Negras. No plano internacional, a atuação se deu pela *Alianza Estrategica Afro-Latino-Americana y Caribeña Pró III Conferencia Mundial del Racismo*, que organizou a *Conferencia Ciudadana*, a qual teria sido o “fórum paralelo das ONGs, que antecedeu a Conferência das Américas, em dezembro de 2000, estabelecido com o objetivo de fortalecer as alianças e coalizões entre ONGs e influir nas decisões da III Conferência Mundial contra o Racismo e de seus eventos preparatórios” (Idem, p.210).

³²⁶ Rodrigues, 2006, p.193.

³²⁷ Idem, p.195.

Em decorrência disso, os autores apontam a transformação e crescimento do lugar ocupado pelo movimento de mulheres negras no interior dos movimentos negros – algo que Alvarez e Bairros concordam que já havia ocorrido nos movimentos feministas: “A consequência disso é que você teve a afirmação do movimento de mulheres negras dentro do movimento negro; é quando, efetivamente, ele se descola do movimento negro tal como a gente o conhecia até então. *Ganha uma identidade própria* [no interior do movimento negro]”.³²⁸ Dessa forma, para Rodrigues, Durban constitui um marcador “tanto por seus desdobramentos quanto por materializar, em certa medida, um processo de consolidação e visibilidade política das mulheres negras que se iniciou no início dos anos 90”.³²⁹

Concomitantemente, permaneciam as disputas internas em torno de formas de organização unificadas para o movimento de mulheres negras e que fossem legitimadas por suas várias forças políticas. Em 2000, durante um seminário nacional realizado no Rio de Janeiro e coordenado pelo Geledés, Crioula e Maria Mulher, o qual congregou mulheres negras de ONGs de todo o Brasil e especialistas em conferências da ONU, foi criada a Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB), uma representação nacional cujo objetivo expresso era influenciar o processo preparatório e a Conferência de Durban. A Articulação é voltada às organizações já estruturadas, visando promover um espaço de elaboração de estratégias conjuntas.³³⁰ Segundo Rodrigues, ela reúne grupos compostos exclusivamente por mulheres negras, tendo como um de seus focos “o desenvolvimento e empoderamento de *ONGs de mulheres negras*”;³³¹ Claudia Pons Cardoso, por sua vez, afirma que a AMNB também abriga algumas instituições de composição mista, mas que tenham em seus programas de ação a perspectiva de gênero e raça.³³²

Além da intervenção específica na preparação e na Conferência de Durban – que envolveu angariar recursos, fazer *advocacy*, atuar na conferência e “preparar integrantes de entidades de mulheres negras para sua participação e intervenção nos processos nacionais,

³²⁸ Alvarez e Bairros, 2012, p.840, grifos meus.

³²⁹ Rodrigues, 2006, p.193. Cf. tb. ONU, 2002, pontos 9, 50, 51, 53, 54, 69 e 70.

³³⁰ Cardoso, 2012, p.212.

³³¹ Rodrigues, 2006, p.211, grifos meus.

³³² Cardoso, 2012, p.212. Como há distância de seis anos entre a publicação dos dois trabalhos, é possível que a composição da Articulação tenha se alterado. De acordo com consulta realizada no site da organização (<http://www.amnb.org.br/composicao.asp#ancora>) em janeiro de 2020, a composição atual da AMNB conta com 29 organizações de 18 estados brasileiros, com predominância de organizações das regiões Sudeste (9) e Nordeste (8), seguidas pelas regiões Sul (5) e Centro-Oeste (5), sendo, portanto, a região Norte (4) a menos representada. Algumas dessas organizações não são formadas exclusivamente por mulheres negras, como o Irohin, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ), o CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará e o Observatório Negro, entre outros. Um dos membros da AMNB é a organização campineira Casa Laudelina, já mencionada na Introdução.

regionais e internacionais da III Conferência”³³³ – , a atuação da AMNB é voltada também a impulsionar a plataforma política do movimento de mulheres negras e torná-la visível na sociedade, contando com estratégias de inserção na mídia, ampliação da articulação nacional e internacional e influência em políticas públicas. Tendo em vista tais propósitos, a AMNB procura ocupar espaços políticos e institucionais diversos e ampliar canais de diálogo tanto com o Estado, visando influenciar sua agenda de políticas e destinações orçamentárias, como com organizações reguladoras. Posteriormente a Durban, a Articulação teve um importante papel no monitoramento da implementação e efetivação dos compromissos acordados nas resoluções da Conferência, tornando-se uma importante atriz no cenário político latino-americano.

Outra instância de representação criada nesse momento é o Fórum Nacional de Mulheres Negras, iniciado em 2003 após uma série de reuniões de elaboração.³³⁴ Embora poucas informações mais específicas estejam acessíveis,³³⁵ em contraste com a AMNB, o Fórum parece ter maior participação de mulheres de entidades do movimento negro, em vez de apenas organizações compostas exclusivamente por mulheres negras.³³⁶ Segundo Rodrigues, apenas duas ONGs seriam participantes do Fórum, enquanto que o restante das organizações seriam grupos de militância em caráter voluntário (não remunerado), em sua maioria associações de base.³³⁷ Por conta dos diferentes perfis pelos quais são formados, o Fórum e a AMNB teriam impactos políticos bastante diferentes, o que se reflete sobretudo nas possibilidades e canais de influência política e diálogo com diversas instituições. Na percepção do autor, as duas organizações viriam a funcionar como polos em uma disputa por legitimidade e representatividade no movimento de mulheres negras. A fala de Edna Roland é ilustrativa das diferenças entre as instâncias de representação e os conflitos em torno e entre elas:

Então, se resulta nesta realidade lamentável de hoje em dia, na minha avaliação, em que você tem Fórum Nacional de Mulheres Negras de um lado e a Articulação de ONGs de Mulheres Negras de outro. A Articulação de ONGs com muito mais acesso a visibilidade, acesso a recursos, internacionalização, etc. e tal, entendeu?, em que a coordenação da Articulação não consulta aos membros da Articulação. Não há consulta. Não há processo democrático dentro da Articulação. [...] E o problema dum Fórum, por outro lado, são as imensas dificuldades de organização, né, a grande maioria dos grupos que fazem parte do Fórum são grupos com um precário grau de organização, né, sem acesso à internet, sem acesso a computador, sem acesso à informação, sem profissionalização, etc., etc., etc. Então essa é uma divisão que é terrível para o movimento de mulheres negras, né?! É absolutamente fundamental e

³³³ Fala de Lúcia Xavier em: Cardoso, 2012, p.212.

³³⁴ Idem, *ibidem*.

³³⁵ Acerca do Fórum Nacional de Mulheres Negras, encontrei apenas breves descrições nos principais textos sobre o movimento de mulheres negras. Sabemos, porém, que o Fórum foi um dos organizadores da Marcha das Mulheres Negras de 2015, conforme consta nos relatos do evento (cf. AMNB, 2016)

³³⁶ Rodrigues, 2006, pp.210-211.

³³⁷ Idem, p.211.

necessário e... e ambos, é um lado execrando o outro. Eu não sei se já tá se conseguindo superar um pouco esse tipo de coisa. Mas é absolutamente essencial que o Movimento de Mulheres Negras supere esta estupidez dessa divisão, né?! É preciso que as mulheres que estão nas ONGs deixem de ter DESPREZO, porque é esta a palavra, pelas organizações de base, pelas mulheres que estão no Fórum Nacional. E é preciso que as mulheres que estão no Fórum Nacional reconheçam a importância e a necessidade de um diálogo com as mulheres que estão nas ONGs! Porque não há salvação para o Fórum Nacional de Mulheres Negras se não puder contar com a participação, a presença e a influência das mulheres que estão nas ONGs. E não há representatividade para a Articulação de ONGs e mulheres negras se elas não puderem contar com a legitimidade das organizações que estão no Fórum Nacional de Mulheres Negras. A solução só pode ser superar essa questão.³³⁸

Acompanhando a fala de Roland, Rodrigues apresenta como razões para a disputa entre as duas organizações os diferentes objetivos, estratégias e recursos para influência política possuídos por ONGs e associações de base: enquanto a AMNB teria os recursos e o desenvolvimento organizativo e político para se consolidar como instância política das mulheres negras, a ausência de participantes ou líderes vinculadas a grupos de base corrói sua legitimidade como representação geral; por outro lado, o Fórum, que teria caráter representativo nesse sentido, “não consegue se legitimar, sobretudo na esfera político-institucional, como interlocutor válido”.³³⁹ Na esteira dessa questão, um conflito do movimento à época da Conferência de Durban diz respeito à alocação de recursos para as organizações, que concentrou-se em poucas organizações no Sudeste, realçando as disparidades entre os diferentes grupos do movimento de mulheres negras. Acerca das engrenagens específicas dessas disparidades, a colocação de Nilma Bentes, coordenadora do CEDENPA (Centro de Defesa e Estudos do Negro do Pará), a Cristiano Rodrigues é ilustrativa:

Estava ciente de que quem tivesse conhecimento de outras línguas, sobretudo o Inglês, as entidades mais bem organizadas e com experiência em conferências mundiais, teriam, certamente, maiores possibilidades de garantir a participação, inclusive com certa antecedência. Não teriam que esperar, por exemplo, o apagar das luzes, para saber se viajarão ou não para Durban.³⁴⁰

Edna Roland, na época da ONG Fala Preta!, expressa percepção semelhante:

Eu julgava que não ia ter espaço de participação na Conferência de Durban porque a Fundação Ford tinha concentrado os recursos nas mãos do Geledés e, em seguida, nas mãos do Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, em Brasília, que era aliado do Geledés. Então, a minha avaliação política, ao se iniciar Processo Preparatório de Durban, é: “A Fala Preta não tem nenhuma possibilidade. Nós não teremos nenhum espaço no Processo de Durban, não temos recursos, as portas, é, serão fechadas e... num tem possibilidade, né?!³⁴¹

³³⁸ Idem, pp.211-212.

³³⁹ Idem, p.211.

³⁴⁰ Idem, p.194.

³⁴¹ Idem, pp.194-5.

As percepções de Bentes e Roland, vale notar, refletem posições formuladas a partir de dentro das ONGs, apontando para um cenário interno mais complexo e heterogêneo.

O pós-Durban foi um momento de profusão de atividades, em especial as relacionadas ao monitoramento da implementação das resoluções da Conferência de 2001. O movimento de mulheres negras, a despeito da contenda acerca de legitimidade e representação, manteve o protagonismo que sustentou ao longo do processo de Durban, influenciando decisivamente a agenda do Estado. Algumas das principais atividades nesse período, todas com incontestável atuação e peso da AMNB, foram: a formulação de estratégias de comunicação e divulgação do processo e dos resultados da conferência; a participação na elaboração dos relatórios sobre o cumprimento da CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres); a participação na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, em 2002, e inclusão de um capítulo sobre a questão racial na plataforma resultante;³⁴² a realização, em 2003, do seminário *Reformas: Raça, gênero e políticas de inclusão social* no Senado Federal; participação e organização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, que resultou no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; participação e preparação na I Conferência Nacional da Igualdade Racial (CONAPIR), em 2005, que teve como resultado o I Plano Nacional de Políticas para a Igualdade Racial (PLANAPIR); e o início dos trabalhos para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o qual teve relação com os encaminhamentos da I CONAPIR e tomou quase uma década para ser aprovado.³⁴³

Assim, de 1995 em diante – e especialmente a partir de 2001 – tornamos a ver um processo de institucionalização dos movimentos sociais no Estado.³⁴⁴ Os efeitos mais concretos de Durban se deram a partir de 2003, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com a criação da SEPPIR. Segundo Rios, pelo menos duas condições foram fundamentais à abertura da Secretaria:

(1) a ascensão da temática racial na esfera federal e internacional sustentada pela rede de ativismo antirracista; (2) a mobilização da militância negra no interior do PT em sua interação com o núcleo de poder do governo, especialmente com a corrente da articulação, o que evidencia o papel da interação socioestatal via partido na esfera do poder político.³⁴⁵

³⁴² O evento foi uma conferência em Brasília, em 2002, chamada pela organização feminista Cfemea, para formar uma plataforma para os candidatos da eleição presidencial daquele ano.

³⁴³ Rodrigues, 2006, p.199; Rios, 2019, p.273. Sobre o Estatuto da Igualdade Racial, cf. tb. Lemos, 2016a.

³⁴⁴ Cf. Rios, 2019.

³⁴⁵ Rios, 2019, p.272.

Luiza Bairos, penúltima ministra da Secretaria, enfatiza que tanto a SEPPIR como a SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República) – outro importante aporte e espaço de intervenção do movimento de mulheres negras, criada no mesmo período – surgiram de “processo[s] provocado[s] pelo movimento”.³⁴⁶ Ainda que inicialmente sem dotação orçamentária própria,³⁴⁷ a criação de uma agência indutora de políticas de promoção de igualdade racial, com status de ministério e interlocução direta com a presidência e conduzida, em grande medida, por membros de movimentos sociais,³⁴⁸ é parte de uma “nova inflexão no movimento negro”.³⁴⁹ Segundo Rios:

se expandiram os espaços de atuação do ativismo em direção ao Estado mediante a construção de encaixes institucionais; parte expressiva de suas lideranças tornou-se mediadora do movimento social frente ao poder político durante os governos com maior porosidade para as demandas vindas da sociedade organizada, o que foi verificado nas administrações federais, sob o comando do Partido dos Trabalhadores.³⁵⁰

Por meio dessas interlocuções e encaixes, tanto os movimentos de mulheres negras como os movimentos negros lograram obter uma série de conquistas à época, dentre as quais se destacam: a adoção do sistema de ações afirmativas para a entrada de estudantes negros nas universidades federais (Lei 12.711/2012) – que, segundo Flávia Rios, constituiu “o campo de disputa mais significativo do movimento social [negro] em sua interação com o Estado na primeira década do século XXI”;³⁵¹ a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis da educação (Lei 10.639 de 2003); a “ampliação da rede federal de ensino superior, técnico e tecnológico, o que resultou em considerável crescimento do sistema [de ensino]”,³⁵² inclusive da rede privada; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial,³⁵³ ainda que, em vista das várias reformulações ao longo do processo legislativo pelas quais o texto passou, com perdas significativas em seu conteúdo propositivo,³⁵⁴ a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; entre outros.

³⁴⁶ Alvarez e Bairos, 2012, p.846.

³⁴⁷ Em 2008, as regras referentes à SEPPIR e à SPM são alteradas, passando a conferir às secretarias um orçamento próprio, ainda que reduzido em comparação aos dos demais ministérios.

³⁴⁸ Os cinco ministros que passaram pela SEPPIR, sem exceção, tinham vínculos com o movimento negro e de mulheres negras. São eles: Matilde Ribeiro, Édson Santos, Elói Ferreira Araújo, Luiza Bairos, Nilma Lino Gomes. A SPM foi conduzida de forma semelhante.

³⁴⁹ Rios, 2019, p.277.

³⁵⁰ Idem, *ibidem*.

³⁵¹ Rios, 2019, p.277; cf.tb. pp.270-274.

³⁵² Sotero, 2013, p.42.

³⁵³ Cf. Lemos, 2016a; Rios, 2019.

³⁵⁴ Rios, 2019, pp.272-3. Por reunir muitas demandas históricas do movimento negro (saúde, liberdade religiosa, titulação de quilombos, ações afirmativas, cotas partidárias, participação da população negra no audiovisual, entre outros), o Estatuto, ainda que descaracterizado ao longo do processo de tramitação no legislativo, é considerado um marco político. Cf.: Lemos, 2016a.

Tomados em conjunto, os eventos que se deram entre meados da década de 1990 e o fim dos anos 2000 são demonstrativos de transformações nas relações institucionais, do aumento da visibilidade do movimento de mulheres negras na esfera pública e de sua influência em diferentes instâncias, principalmente por meio de sua interação com o Estado e os governos, os organismos de regulação e as organizações diversas no plano internacional, assim como pela crescente visibilidade em sua relação com outros movimentos sociais e na mídia. Cabe notar, acompanhando os processos descritos nesse item do capítulo, o percurso de aprendizado político-institucional do movimento de mulheres negras e de constituição de um capital político acumulado através das disputas com o Estado e com o movimento feminista, reforçado por meio da atuação das ONGs e, finalmente, aplicado no avanço das pautas e canais de interlocução institucional do movimento negro. Como é ressaltado no processo de Durban, a inserção destacada das mulheres negras nos eventos que marcaram esse período teve que ver com sua expertise técnica acumulada, a qual garantiu, em contrapartida, um espaço de participação e distinção no movimento negro. Como salientam algumas falas, ainda, esse capital político também circulou de modos diferentes no interior do movimento de mulheres negras.

Rodrigues afirma que esse período constitui, por um lado, um momento de amadurecimento teórico e prático do movimento de mulheres negras, em que o movimento fortalece seus vínculos no cenário nacional e internacional; por outro lado, é interrompido o processo de articulação interna, voltado à conformação de uma organização nacional comum, o que se agrava, ainda, pelo cenário de crescente disputa entre a AMNB e o Fórum de Mulheres Negras.³⁵⁵ É preciso notar, contudo, que embora as disputas em torno de representatividade e legitimidade – isto é, em torno de qual formato de organização, vínculos e estratégias de ação melhor correspondem às expectativas e percepções da realidade do movimento de mulheres negras de forma ampla – atravessem as décadas, as condições gerais em que esse conflito se desenrola encontram-se alteradas nesse momento particular. Refiro-me especificamente ao conteúdo da fala de Luíza Bairros sobre o período pós-Durban para as mulheres negras:

Você se coloca para o movimento feminista a partir da identidade de mulher negra, mas para dentro do movimento de mulheres negras também passam a ocorrer outros movimentos. Você começa a assistir a um processo que a gente ainda não discutiu tanto quanto deveria no qual vão se especificando outras identidades entre as mulheres negras, e isso aconteceu muito rapidamente. Se você pensa no que foi o caminho anterior até a gente se constituir como mulher negra e no que é o momento atual, você percebe um outro movimento que é para especificar quem são essas mulheres. É como se em determinado momento mulher negra tivesse deixado de ser uma categoria

³⁵⁵ Rodrigues, 2006, pp. 185 e 190.

universal, porque não representa mais todas as possibilidades dessa experiência numa sociedade como a brasileira.³⁵⁶

2. Novos enredos e feminismos negros brasileiros

A fala de Bairros assinala um processo de complexificação e pluralização interna do chamado movimento de mulheres negras clássico.³⁵⁷ Alguns elementos desse processo seriam: o crescimento e prevalência da denominação “feminismo negro”, que era objeto de disputa nas décadas anteriores,³⁵⁸ a passagem para um tratamento no plural dos movimentos de mulheres negras e o crescimento das formas de denominação políticas (“mulherismo africana”, “feministas jovens”, “feministas interseccionais” etc.). Embora no movimento de mulheres negras “no singular” já fosse encontrada uma vastidão de organizações, proposições e formatos, como busquei demonstrar, não é apenas o aumento nesses sentidos que confere às “múltiplas possibilidades de organização política da identidade [da mulher] negra”³⁵⁹ às quais se refere Bairros (quilombolas, de terreiro, jovens, lésbicas) o atributo de uma nova geração de ativistas.³⁶⁰ Para compreender a diferença geracional no feminismo negro, implicada na fala de Bairros e analisada por Rios e Maciel, faz-se necessário considerar a conjuntura político-institucional e o contexto social herdados por essas mulheres, considerando como estes produzem necessidades, formatos organizativos, estratégias e vínculos políticos particulares.

Ao longo do percurso político-institucional transcorrido entre os primeiros anos da década de 2000 e meados dos anos 2010, tal como sinalizado por Bairros, os caminhos tomados pelos movimentos e feminismos de mulheres negras brasileiras, conforme analisados por Rios e Maciel, apontam para a formação de duas novas gerações de ativistas negras. Segundo as autoras, nos anos 2000, acompanhando os espaços e possibilidades galgadas nas décadas anteriores, as “negras jovens feministas” constituem, tal como o movimento de mulheres negras havia feito, uma densa rede nacional e têm sua atuação militante marcada pela realização de encontros presenciais, pela formação de organizações autônomas na sociedade civil e pelo foco de atuação no Estado. A constituição dessa geração ativista tem forte vínculo com a grande entrada de jovens negras na universidade³⁶¹ e, ainda que mantenha formatos

³⁵⁶ Alvarez e Bairros, 2012, pp.840-841.

³⁵⁷ Rios e Maciel, 2018.

³⁵⁸ Cf. Lemos, 1997; Souza, 2015; Rodrigues, 2006.

³⁵⁹ Alvarez e Bairros, 2012, p.841.

³⁶⁰ Rios e Maciel, 2018.

³⁶¹ A política de ações afirmativas e cotas raciais na rede federal de ensino superior se tornou obrigatória com o sancionamento da lei 12.711, em 2012, e o início de sua aplicação em 2013. A lei uniformizou os critérios de aplicação das ações afirmativas, já em vigor em algumas universidades à época, e, juntamente ao REUNI

organizacionais e estratégias semelhantes às da geração que as precede, diferenças são percebidas não só no uso das redes sociais tendo em vista a mobilização e transmissão de informações para um público mais amplo, mas também o reposicionamento de agendas e pautas do movimento de mulheres negras.

As relações de continuidade com o movimento de mulheres negras serão desestabilizadas de forma mais significativa pelas chamadas “feministas interseccionais”, que, ainda de acordo com Rios e Maciel, aparecem na cena pública principalmente a partir de 2010 e cuja autonomização descreve uma prática política que procura centralizar a inclusão de debates vistos como insuficientemente trabalhados pelas gerações anteriores, como sexualidade, afetividade, identidade de gênero, colorismo³⁶² e a questão das periferias. Essa novíssima geração, a qual se forma em um contexto de crescente instabilidade política que culmina, em 2016, no impedimento da presidenta Dilma Rousseff, apresenta diferenças também em termos de linguagem e estilo políticos, além de investir em formas de organização diferentes das tradicionalmente empregadas – tais como *saraus* e, destacadamente, o uso das redes sociais como espaços privilegiados de formação de identidades e comunidades políticas.

Ao analisar o cenário contemporâneo dos movimentos e feminismos negros brasileiros, em que convivem essas três gerações, porém, Rios e Maciel apontam a existência de continuidades entre elas, tais como o emprego do feminismo e do antirracismo como “linguagens de contestação”,³⁶³ o intenso uso dos recursos midiáticos disponíveis, as práticas presenciais de encontro e a construção de redes de mobilização coletiva. Segundo elas:

nem tudo é novo no feminismo negro contemporâneo. Sua amplitude, diversificação, descentralização e expressão digital talvez sejam as formas mais visíveis de sua

(Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), programa federal criado em 2007 e voltado à ampliação e interiorização das vagas no ensino superior federal, ampliou significativamente o número de vagas no ensino superior público federal. Como salientam Freitas, Portela, Feres Júnior, Bessa e Nascimento (2020), os anos de maior concentração da instituição de políticas de ação afirmativa nas universidades federais foram 2008, por conta do estímulo do REUNI, e 2013, ano da aplicação da lei. Não submetidas às regras vigentes para a rede federal, as universidades estaduais apresentam maior diversidade de critérios, porcentagem reservada de vagas e modelos de aplicação da política de cotas, além de maior diversidade no ritmo e momento de aplicação dessas políticas – algumas, como as universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e da Bahia (UNEB) foram pioneiras na implementação da política, que data de 2003 nessas instituições; outras, como a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade de São Paulo, foram retardatárias quanto à adoção de uma política especificamente voltada à população negra, optando pela política em 2017 e passando a aplicá-la no vestibular de 2019. Ao contrário que foi visto nas universidades federais a partir de 2015, ainda, as vagas reservadas para os diversos grupos cotistas (população negra, alunos de escola pública, pessoas portadoras de deficiências, indígenas e quilombolas) nas universidades estaduais não superou a oferta de vagas de ampla concorrência em momento algum (*idem*, p.23).

³⁶² O termo “colorismo” ou “pigmentocracia” faz referência às diferenças no tratamento de pessoas negras tendo em vista o tom de pele. Em outras palavras, procura salientar que pessoas com pele mais escura tendem a sofrer mais discriminação, enquanto que pessoas com peles mais claras seriam menos vitimizadas por práticas de racismo. Cf., nesse sentido: <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>

³⁶³ *Idem*, s/p.

performance na esfera pública, mas a longevidade, as bases organizacionais, a institucionalização e as redes centralizadas também marcam simultaneamente a contemporaneidade e a historicidade da mobilização das mulheres negras no país, entendida aqui como expressão de uma rede de ativismo político que integra os movimentos sociais brasileiros atuantes na sociedade civil, ininterruptamente, há quatro décadas.³⁶⁴

Cabe salientar, ainda, que as nomeações “negras jovens feministas” e “feministas interseccionais” são aplicadas por Rios e Maciel acompanhando as formas como as militantes por elas entrevistadas se autodescreviam e se apresentavam. Acerca da primeira delas, Alvarez salienta que várias feministas dessa faixa etária por ela entrevistadas afirmaram que “a autoidentidade como ‘feminista jovem’ era mais comum entre as que circulavam no circuito ONGs-ONU-Cooperação Internacional-Estado e nos meios partidários, sindicais, e estudantis, os quais as demarcam institucional e discursivamente enquanto tal”. Em contraposição, a autora diz que “muitas outras com quem conversei simplesmente se reconheciam como feministas e ponto, ou com adjetivos como “anarcas” ou anticapitalistas ou negras ou queer, mas não primordialmente como ‘jovens’”.³⁶⁵ Dessa forma, ainda que as características das novas gerações de feministas negras oferecidas por Rios e Maciel possam ser compartilhadas com outros grupos de mulheres negras organizadas, esses grupos não necessariamente empregarão as mesmas nomeações encontradas pelas autoras em seu campo de análise.

2.1. Negras jovens feministas

Formada no início dos anos 2000, num segundo momento do período do estabelecimento democrático, a geração de militantes automeada “negras jovens feministas” analisada por Rios e Maciel teria parte de suas características relacionadas ao contexto institucional, político e social anteriores à sua constituição, do qual são herdeiras. Além serem beneficiárias de políticas públicas desenvolvidas para diversas áreas, com destaque para as ações afirmativas e outras medidas de acesso ao ensino superior – segundo as autoras, são, em sua maioria, “jovens universitárias que integram o primeiro grupo de estudantes cotistas [...] oriundas de vários territórios periféricos ou suburbanos do país” – ³⁶⁶, elas desfrutariam de estruturas estatais e governamentais relativamente consolidadas voltadas à tematização e produção de políticas públicas para a população negra, a juventude e as mulheres – como a

³⁶⁴ Idem, *ibidem*.

³⁶⁵ Alvarez, 2014, p.34.

³⁶⁶ Idem, s/p.

SEPPPIR, a SPM e o CONJUVE (Conselho Nacional da Juventude). Ainda, a visibilidade e amplitude do movimento de mulheres negras e outros movimentos sociais formados ao longo das décadas anteriores, acentuada pela interlocução e influência no Estado e na formulação de políticas desses movimentos e também amplificada pela emergência das redes sociais e a democratização do uso da internet, são fatores cruciais na organização e temário dessas militantes. Assim, trata-se de um grupo que frequentemente realiza encontros, eventos e festivais e que se organiza em organizações autônomas na sociedade civil e coletivos.

O grupo que se autodenomina “negras jovens feministas” é formado a partir da mobilização de jovens feministas no X EFLAC, realizado em Serra Negra, no estado de São Paulo, em 2005.³⁶⁷ Uma apresentação do grupo que aparece em seu blog afirma que a série de atividades realizadas nessa ocasião teriam garantido o avanço da agenda das mulheres jovens no interior do feminismo brasileiro e expandido seus espaços de interlocução com o Estado. A descrição também salienta os feitos das negras jovens feministas no X EFLAC, que, além de garantir a incorporação de seus pontos ao documento apresentado pelas jovens feministas ao evento, decidiram tornar-se autônomas a partir da oficina *Diálogo entre movimentos feministas e movimento negro*. Dessa forma, segundo a página, “as jovens saíram deste espaço com desejo de organizar um espaço para mobilizar, socializar, dialogar sobre a história do feminismo negro e do que é ser uma jovem negra feminista na sociedade brasileira”.³⁶⁸

A partir do X EFLAC, uma das agendas prioritárias do grupo foi a participação no I Encontro Nacional de Jovens Feministas, que aconteceria em 2008 na cidade de Maracanaú, no Ceará, e uma série de atividades prévias e demandas ao encontro foram elaboradas. Segundo Latoya Guimarães, militante que participou da preparação para o encontro, a organização visava assegurar a participação de jovens negras na comissão organizadora e como palestrantes e convidadas do evento; um espaço de debate apenas para o segmento ao longo do encontro e cujos resultados seriam divulgados em um *fanzine*;³⁶⁹ a redação conjunta de uma carta prévia contendo as perspectivas e expectativas das jovens negras;³⁷⁰ e a busca de apoio para garantir a presença do maior número possível de jovens

³⁶⁷ Gonçalves, Freitas e Oliveira, 2013.

³⁶⁸ Cf.: <http://negrasjovensfeministas.blogspot.com/2009/11/apresentacao.html>, 11/11/2009. O mesmo texto foi replicado de forma completa ou parcial no site do Geledés (cf.: <https://www.geledes.org.br/salvador-i-encontro-nacional-de-jovens-negras-feministas/>) e no Observatório de Gênero (cf.: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/eventos/1o-encontro-nacional-de-negras-jovens-feministas>).

³⁶⁹ Publicação autônoma, não oficial e montada em formato de revista, geralmente com colagens e voltada a um tema de interesse do grupo ou indivíduo que a produz.

³⁷⁰ Disponível em: <https://dialogoj.wordpress.com/2008/03/11/carta-das-negras-jovens-feministas/>

negras no evento.³⁷¹ Nesse encontro, foi formada a Articulação Nacional de Jovens Feministas, à qual as jovens negras estão filiadas. A necessidade de manter espaços próprios, segundo elas, respeita à percepção que:

o feminismo negro ao qual tinham pertencimento político poderia se apresentar na Articulação [ANJF], mas a concepção política, histórica e filosófica desse feminismo não vertebraria aquele espaço. Mais uma vez, as demandas, expectativas e anseios das jovens negras seriam destacadas apenas como uma pauta específica.³⁷²

Ainda antes do I ENJF, o grupo já havia participado da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPMM), em 2007, na qual logrou apresentar suas pautas por meio de uma *fanzine* intitulada *Feminismo não combina com racismo*;³⁷³ influenciar alterações no do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres nos eixos 10 (“Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”) e 11 (“Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas”);³⁷⁴ e obter alguns compromissos públicos por parte da ministra da SPM, Nilceia Freire, tais como a representação das jovens na comissão de relatorias da conferência, apoio ao encontro de jovens delegadas na Conferência Nacional de Juventude e uma vaga no Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM).³⁷⁵

Dessa forma, como salientam Rios e Maciel, esse grupo tem atuação voltada, entre outras coisas, a espaços de formulação de políticas públicas e à intervenção institucional, sendo bastante pautado pelo Estado e tendo como uma de suas estratégias centrais a busca de espaços de diálogo e participação nas instituições. Esse foco é reiterado, por exemplo, no I Encontro de Negras Jovens Feministas (I ENJF), que aconteceu em Salvador, em novembro de 2009. Segundo as autoras:

Nesse encontro, reuniram-se cerca de cento e vinte jovens negras de todo o país, em sua maioria estudantes, com o objetivo de discutir políticas emancipatórias para mulheres a partir do enfrentamento do racismo e do sexismo. Com uma ampla programação, o encontro contemplou discussões como: conjuntura política, feminismo negro e movimento de mulheres negras no Brasil, religião, cultura, segurança pública, corpo, afetividade, educação, sexualidade etc. Ao olharmos a programação do encontro, é possível dizer que a *sua principal preocupação foi assegurar a discussão em torno de políticas públicas para mulheres negras no país*, cujos resultados integrariam uma carta de princípios a ser entregue a instituições do poder público para que fossem pensadas ações para a juventude negra.³⁷⁶

Tais objetivos e formas de organização tornariam oportunas, também, as trocas e interlocuções com as organizações e instâncias de mulheres negras formadas ao longo

³⁷¹ Guimarães, 2008, s/p. Disponível em: <https://dialogoj.wordpress.com/2008/10/05/negras-jovens-feministas/>

³⁷² Blog *Jovens Negras Feministas*, “Apresentação”, 11/11/2009.

³⁷³ O *fanzine* encontra-se disponível em: <https://dialogoj.wordpress.com/2007/08/19/jovens-feministas-presentes/>

³⁷⁴ Cf. II PNPM (Brasil, 2008).

³⁷⁵ Blog *Negras Jovens Feministas*, “Apresentação”, 11/11/2009

³⁷⁶ Rios e Maciel, 2018, s/p. Grifos meus.

dos períodos anteriores, em especial as ONGs. É notável, nesse sentido, que várias entre as organizações atualmente filiadas à AMNB foram formadas a partir da segunda metade dos anos 2000 e/ou se aproximam da forma de trabalho da geração das negras jovens.³⁷⁷ Esse contato também é exemplar da relação visada com as organizações e representantes do movimento de mulheres negras, em relação às quais as negras jovens feministas se posicionam como herdeiras – lendo seus textos e discutindo-os coletivamente em cursos e reuniões; convidando-as para palestras e aulas em seus eventos e cursos; realizando trabalhos conjuntos e frequentando as mesmas articulações³⁷⁸ etc. Em contrapartida, o movimento de mulheres negras atua para “atrair e formar novas gerações de ativistas, especialmente no tocante à transferência intergeracional do legado do ativismo do feminismo negro”³⁷⁹ e, dessa forma, também estimula a proximidade entre os grupos, colocando-se à disposição para atividades, diálogos e outros eventos. Em uma fala durante uma das edições do Latinidades Afrolatinas, um festival organizado por jovens negras, em 2012,³⁸⁰ Sueli Carneiro se declara “uma feminista histórica muito animada com o que [está] vendo” e enaltece os avanços em campos de atuação conduzidos pelas jovens, como a ampliação das discussões acerca da universidade, o enfrentamento de novas questões, o investimento na divulgação das pautas do feminismo negro, a realização de debates, eventos e festivais e, por fim, os esforços em torno das atividades

³⁷⁷ Como, por exemplo, o Odara – Instituto da Mulher Negra (BA), o INEGRA - Instituto Negra do Ceará (CE) e o Pretas Candangas (DF).

³⁷⁸ Mas também criando suas próprias, como a Articulação Nacional de Jovens Negras Feministas. Segundo a página da organização no Facebook (<https://www.facebook.com/negrasjovens/>), a ANJN é iniciada em 10 de setembro de 2017 em concomitância com a organização do 2o Encontro de Jovens Negras Feministas, em São Paulo. Desde então, a ANJN já realizou, além do encontro, algumas reuniões e participou de projetos como o “Ampliando Capacidades para a Defesa dos Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos de Adolescentes, Jovens e Mulheres Negras”, que tem suporte do Fundo de População da ONU (UNFPA), e o “Diálogos de Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030”, da ONU Mulheres, e que foi realizado com presença e suporte da Embaixada dos Países Baixos, UnB, SPM, SEPPIR, IBGE e o IPEA (Cf. <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/ativistas-e-especialistas-participam-do-dialogos-mulheres-negras>).

³⁷⁹ Rios e Maciel, 2018, s/p.

³⁸⁰ O Latinidades Afrolatinas é exemplar dos grandes eventos realizados por jovens negras feministas nos últimos anos, os quais podem constituir um dos elementos comuns a esse grupo de ativistas. Juntando diversos públicos no mesmo lugar e alcançando milhares de pessoas, o Latinidades é realizado anualmente desde 2008, e atualmente se declara o maior festival de mulheres negras da América Latina. Segundo seu site: “Em doze anos, o projeto atingiu mais de 300.000 pessoas como público direto, realizou mais de 200 formativas, mais de 200 apresentações artísticas, quatro publicações, oito milhões de valoração de mídia (sendo a maior parte mídia espontânea)” (cf.: <https://www.afrolatinas.com.br/quem-somos/>). O Latinidades junta movimentos sociais, intelectuais e ativistas brasileiros e estrangeiros, professores de todos os níveis de ensino, estudantes, famílias, artistas, representantes de escola de samba, agentes do Estado, etc., e tem “elementos de um simpósio acadêmico, um evento de organização política, de raízes africanas e patrimônio, um festival musical de massa, todos juntos” (Collins e Bilge, 2016, cap.1, pp.36), proporcionando discussões de inúmeros temas e tópicos, apresentações culturais e outras atividades.

relativas ao Dia da Mulher Afro-Latino Americana e Caribenha, “uma data que vem ganhando força na sociedade [e que] está sendo levada e construída fundamentalmente pelas jovens”.³⁸¹

Cabe ressaltar que, para Rios e Maciel, há muita semelhança entre esses dois grupos – “históricas” e “jovens” – em termos de pautas, estratégias e formas de organização. Segundo elas, as negras jovens feministas “ainda mantinham grande parte do seu repertório de discurso e moviam-se em espaços políticos – via ONGS, conferências e espaços de mediação sócio-estatais – construídos pelo movimento de mulheres negras organizado nesse período”.³⁸² Em consideração a essas proximidades e, simultaneamente, às novas agendas forjadas por esses grupos, as autoras chamam atenção para:

o espaço estrategicamente construído por essas jovens mulheres negras entre o legado do feminismo negro clássico – no que diz respeito à ampliação da conquista no campo das políticas públicas – e a geração atual [feministas interseccionais] que organiza pautas diversificadas e tem as redes sociais como campo privilegiado para visibilidade e construção das mesmas.³⁸³

Para Sueli Carneiro, o elemento crucial na formação dessa geração e das novas pautas formuladas por ela são as políticas de acesso ao ensino, ou, em suas palavras, o significado da existência de uma “nova universidade, uma universidade que com todas as dificuldades e contradições, tem um contingente hoje, uma presença de jovens negros” que permite uma “experiência multirracial num campus universitário”, em contraste com as vivências de sua geração, cuja experiência na universidade ela descreve como “muito solitária”.³⁸⁴ Com isso, como apontam Rios e Maciel, a educação ocuparia a posição de “eixo estratégico” para essa geração, o que se refletiria, antes de mais nada, na ênfase na ocupação de espaços acadêmicos e governamentais. Nesse sentido, vale destacar a nova onda de grupos de estudos, pesquisas e eventos dedicados às discussões sobre as mulheres negras.³⁸⁵ Embora esse

³⁸¹ Entrevista de Sueli Carneiro durante o festival *Latinidades Afrolatinas* de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bandUC5OMB0>.

³⁸² Idem, s/p.

³⁸³ Idem, ibidem.

³⁸⁴ Idem, ibidem.

³⁸⁵ Até meados dos anos 2000, por exemplo, as únicas dissertações/teses exclusivamente dedicadas à análise das condições sociais e dos movimentos de mulheres negras são as de Sonia Giacomini (1988) e Rosália Lemos (1997). Em contrapartida, entre 2005 e 2010, temos, para citar apenas alguns trabalhos: Rodrigues, 2006; Ratts, 2006; Caldwell, 2007; Moreira, 2007; Werneck, 2007; Santos, 2008; Pacheco, 2008; Ratts e Rios, 2010. Para um levantamento dos trabalhos que centralizam as mulheres negras no Brasil entre 1987 e 2017, cf.: Mattos, Santos e Mattos, 2020. Entre os eventos, destaca-se, por exemplo, o Sernegra (Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça), realizado anualmente desde 2012 no Instituto Federal de Brasília, que junta acadêmicos, artistas, movimentos sociais e outros atores, sendo “um simpósio acadêmico aberto a todos e todas, qualquer pessoa [...] [que] não exige credenciais para participar, titulação, nada disso”, além de concentrar uma série de atividades artísticas e voltadas à convivialidade. Segundo uma das organizadoras, a professora Neide Rafael, o Sernegra resulta de uma compreensão de que “nós precisamos ocupar urgentemente esses espaços de saberes para que tenhamos informações para uma formação cidadã” (Falas extraídas do vídeo de apresentação do congresso. Cf.: <https://www.sernegra.org/o-que--czom>). O Sernegra recebe centenas de pessoas a cada ano para suas atividades,

processo tenha sido iniciado no pós-Durban, a passagem dos anos 2000 para a década de 2010 marca o auge de “embates sobre desigualdade social, autoridade e conhecimento, largamente influenciados pelo acesso de integrantes de grupos racialmente subordinados à universidade”.³⁸⁶

Ainda segundo Rios e Maciel, o foco na questão educacional também se refletiria no emprego privilegiado da “formação coletiva”, o que, para as autoras, “talvez seja o principal elemento aglutinador desse grupo de mulheres”.³⁸⁷ As formações tornam-se “instrumento indispensável para a construção de suas lutas”³⁸⁸ e constituem um espaço privilegiado para reflexões acerca do lugar histórico e contemporâneo das mulheres negras na sociedade brasileira. Nelas, procura-se efetivar os propósitos de garantir “acesso aos bens culturais”,³⁸⁹ “agregar à escolarização formal aspectos marcantes das trajetórias de cada integrante” e construir “novos referenciais para nortear a prática política a partir do pensamento e reflexões feministas e antirracistas” a partir da “valorização do conhecimento produzido dentro e fora da acadêmica, como os terreiros, as comunidades tradicionais e os demais saberes produzidos em espaços não hegemônicos”. Dessa forma, tais “encontros, reuniões e cursos tornam-se processos de trocas e fortalecimento coletivo”.³⁹⁰

2.2. *Feministas interseccionais e periféricas*

A atuação nas redes sociais e seu uso como um canal consistente de organização política, construção de debates e divulgação de atividades e reflexões dos coletivos é ainda mais característica de uma terceira geração, as “feministas interseccionais”.³⁹¹ Entre os

que duram quase uma semana e já tiveram participação de grandes referências desses debates, como a socióloga norte-americana Patricia Hill Collins.

³⁸⁶ Pereira, 2016, p.62.

³⁸⁷ Rios e Maciel, 2018, s/p.

³⁸⁸ Idem, ibidem.

³⁸⁹ Idem, ibidem. Nesse trecho, as autoras citam a Associação Mulheres de Odun (AMO), de acordo com a seção “Quem Somos” de seu site (<https://comunicaamo.wordpress.com/about/>).

³⁹⁰ Idem, ibidem. Como exemplo de tais características, as autoras mencionam o curso “Produção Intelectual de Mulheres Negras”, oferecido em pelo menos duas edições pela Associação Mulheres de Odun (AMO), uma organização de negras jovens feministas. A divulgação, inscrição e realização do curso se deram inteiramente por meio de ferramentas digitais online. Segundo dados apresentados pelas autoras acerca da frequência do curso, entre os mais de 5000 inscritos, havia uma predominância sensível de mulheres (acima de 86%), pessoas heterossexuais (cerca de 71,5%) e pessoas com formação superior completa ou incompleta (cerca de 82%). Além disso, 47,5% eram negros (categoria que não correspondia à soma de pretos e pardos, como em sua aplicação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), aproximadamente 35% eram brancos, cerca de 15% declaravam-se pardos e uma categoria menor (2,5%) se descreviam como “outros”. Por fim, 42% eram moradores do estado de São Paulo, para onde o curso havia sido originalmente oferecido com exclusividade.

³⁹¹ Rios e Maciel, 2018, s/p [online].

grupos e coletivos dessa geração, formados a partir de 2010 e compostos por uma maioria de mulheres entre 20 e 30 anos de idade, as redes sociais constituem “[um] espaço comunitário de troca de experiências, informações e ideias, tornando-se assim ambiente de formação de identidade coletiva, além de ferramenta para projeção de objetivos e construção de formas para atuação política”.³⁹² Assim, enquanto as negras jovens feministas usariam as redes sociais especialmente como “formas *alternativas* de ampliação do seu espaço de visibilidade e atuação”,³⁹³ as feministas interseccionais, ainda que também promovam encontros presenciais, teriam no ambiente online a “base dessa rede” e seu espaço privilegiado de atuação. Segundo Rios e Maciel, ainda, essa diferença frequentemente implica em relações tensas entre as duas gerações:

as jovens [segunda geração], ao serem questionadas sobre os contrastes entre gerações mais recentes das feministas negras e/ou interseccionais, que integraram o I e o II Encontro de Negras Jovens Feministas (2009 e 2017, respectivamente), ressentem-se da baixa presença de famosas ativistas digitais na construção coletiva de marchas, encontros e organizações negras ou até mesmo de coletivos políticos”³⁹⁴

No entanto, como ressaltam as autoras, encontros presenciais também são realizados por essa geração, tais como o I Acampamento de Feministas Interseccionais, que reuniu aproximadamente 300 mulheres em São Paulo, em 2015. Entre as organizadoras do Acampamento e, de forma mais geral, as integrantes dessa geração, a denominação “interseccional” aparece como “nome social”, isto é, participa da “dimensão da identidade coletiva [...], relacionada à construção identitária”³⁹⁵ dos grupos. Trata-se, como mencionado na Introdução, de um dos caminhos de expansão do escopo semântico do termo. Nas palavras das autoras:

A interseccionalidade não é apenas uma ferramenta política ou um conceito útil nas ciências sociais e jurídicas. Na verdade, trata-se de uma categoria que passou a ser usada por agentes sociais para nomear sua apresentação pública. Como identidade coletiva, ela surge no Brasil junto às novas coletividades antirracistas e feministas que atuam na interface entre as redes digitais e as ruas.³⁹⁶

Feministas interseccionais entrevistadas por Rios e Maciel descrevem sua prática como voltada à luta “contra o racismo, contra o patriarcado e pelo protagonismo das mulheres negras, sempre preocupadas com a questão da sexualidade”. Assim, “interseccional” nomeia uma ferramenta empregada na concepção de suas perspectivas, práticas e reflexões. Desse modo, as “feministas interseccionais” procuram incorporar e inserir-se na disputa por

³⁹² Idem, *ibidem*.

³⁹³ Idem, *ibidem*. Grifos meus.

³⁹⁴ Idem, *ibidem*. Grifos meus.

³⁹⁵ Idem, *ibidem*.

³⁹⁶ Idem, *ibidem*.

demandas “ainda negligenciadas ou que foram insuficientemente trabalhadas pelas gerações anteriores” ou que, em sua avaliação, ainda não tenham avançado suficientemente na esfera pública – tais como afetividade, sexualidade, colorismo, cuidado de si, etc.³⁹⁷ Cabe um destaque à discussão de sexualidade, já que, conforme notam as autoras, a “[garantia de] espaço e voz para as mulheres lésbicas e transsexuais” é uma das questões centrais na definição do grupo como interseccional – segundo elas, “além do destaque temático, há nesse empreendimento a visibilidade e a consagração de mulheres cujas orientações são homoafetivas, perfazendo não apenas múltiplas identidade de gênero, como atrelando-as à linguagem e a performance política do feminismo atual”.³⁹⁸

A emergência da interseccionalidade como um termo que circula a partir e entre as novas gerações de movimentos sociais também vem sendo destacada em trabalhos acerca dos cenários contemporâneos dos movimentos feministas – como os de Carla Gomes e Iris do Carmo – , negros – com destaque para os trabalhos de Stephanie Lima – e LGBTQI – em especial os trabalhos de Vinícius Zanolli e Regina Facchini.³⁹⁹

Por conta da tomada da noção por uma multiplicidade de grupos, que sugere uma ampliação na circulação de “discursos e categorias e formas de fazer política”⁴⁰⁰ entre diferentes movimentos sociais, Zanolli sugere que:

ainda que o termo interseccionalidade esteja sendo mobilizado na apresentação pública de sujeitos ou coletivos, não se trata de tomar a interseccionalidade como uma categoria identitária, mas como um “marco interpretativo” a partir do qual esses sujeitos definem, em conjunto com sua identidade política, suas propostas de mudança social.⁴⁰¹

Para o autor, o emprego da categoria interseccionalidade no campo aparece não somente para descrever a atuação política dos indivíduos envolvidos nos movimentos – ou, em suas palavras, uma “identidade coletiva que opere e se sustente na relação com outras identidades sustentadas nos movimentos”⁴⁰² – , mas também como um enquadramento, um esquema interpretativo a partir do qual o movimento identifica, analisa e comunica sua percepção da realidade social, suas bandeiras e questões aos seus interlocutores. Ademais, considerando sua tomada por uma gama ampla e diversa de movimentos sociais, assim como a convivência desses movimentos e

³⁹⁷ Idem, *ibidem*. Todas as citações desse parágrafo são de Rios e Maciel, 2018, s/p.

³⁹⁸ Idem, *ibidem*. Cf. tb. Carmo, 2018. Cabe salientar que a inserção do debate de sexualidade na primeira geração constituiu uma disputa que, em grande medida, foi assumida por algumas de suas organizações mais prestigiosas e institucionalizadas, como a ONG Criola. Acerca do trabalho realizado pelas mulheres da primeira geração nesse sentido, cf. Cardoso, 2012; Santos, 2008.

³⁹⁹ Gomes, 2018; Carmo, 2018; Lima, 2019; Zanolli, 2019; Facchini, Carmo e Lima, 2020.

⁴⁰⁰ Zanolli, 2019, p.38.

⁴⁰¹ Idem, p.37.

⁴⁰² Idem, *ibidem*.

os processos de troca e aprendizagem verificados entre eles, Zanoli sinaliza que a interseccionalidade – nesse sentido, equivalente a uma orientação para “o combate a todas as formas de opressão” – vem progredindo no sentido de tornar-se um “*master frame*”, ou seja, um marco interpretativo da realidade ou “modo de dar sentido à ação política que pode passar a orientar diversos movimentos sociais”, como seriam, entre outros, “frames associados a ‘direitos’ ou aqueles ligados a propostas de ‘retorno à democracia’”.⁴⁰³ Essa outorga de sentido à ação política mencionada pelo autor procura valorizar (ou mesmo acoplar) diferentes experiências de ação coletiva, sinalizando as limitações de uma política organizada em torno das identidades.⁴⁰⁴

Facchini, Carmo e Lima também salientaram que, em vez de uma formulação que procura formular identidades, a interseccionalidade vem sendo mobilizada em proximidade à noção de experiência e procura dar destaque às diferenças – compreendidas tanto a partir da dimensão da produção da subjetividade como de questões estruturais, como o racismo. O investimento na experiência, tendo em vista as limitações percebidas em identidades estanques para “da[r] conta das realidades do sujeitos”⁴⁰⁵ ou, nas palavras das autoras, o grande foco dos coletivos e movimentos sociais contemporâneos na articulação de “subjetividades múltiplas e instáveis” das quais os sujeitos dos movimentos seriam portadoras e que tornam “as negociações entre diferenças [...] o cerne dessas organizações”⁴⁰⁶ ganham destaque. Vale marcar que, nessa inflexão, a entrada da “sexualidade” como um fator de preocupação nos movimentos feministas jovens e negros é um elemento central. Dessa forma, as autoras vinculam a ampliação do uso da noção de interseccionalidade à mobilização da noção de experiência, sendo esta acionada em proximidade à centralidade do corpo, “considerado a partir das relações sociais de poder que o constituem”,⁴⁰⁷ e trabalhada no lugar de uma ênfase nas identidades. Como Zanoli, também, elas destacam que, ainda que possa ser mobilizada como

⁴⁰³ Idem, *ibidem* (todas).

⁴⁰⁴ Importa notar que Zanoli está olhando para o Aos Brados, um coletivo LGBT que “nasceu no fim dos anos 1990 [...] da crítica ao identitarismo quando assumiu que as orientações sexuais e identidades de gênero do acrônimo LGBT não davam conta da *realidade dos LGBT periféricos e/ou populares* – trabalhadores (e pessoas desempregadas) de classe média baixa e baixa que habitavam as *periferias* da cidade” (Idem, p.27, grifos no original). O “identitarismo” que o grupo criticaria é compreendido, mais especificamente, como “uma forma de olhar para a realidade social que toma apenas um eixo de diferenciação ou uma categoria identitária como central na constituição da realidade e da subjetividade” ou, ainda, pela construção e priorização de “identidades que não levam em conta a realidade multifacetada dos sujeitos e os múltiplos eixos que compõem suas formas de estar no mundo” (idem, *ibidem*). O Aos Brados, como mencionado, integrou a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região, objeto da presente tese e será retomado nos capítulos que se seguem.

⁴⁰⁵ Zanoli, 2019, p.39.

⁴⁰⁶ Facchini, Carmo e Lima, 2020, p.12.

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*.

categoria de identidade, “interseccional” tem constituído um conjunto de nomeações que operam como clivagens políticas (como também seria o caso de “feminismo radical” ou “*rad*”) e demarcadores da complexidade dos sujeitos dos movimentos sociais, que não mais teriam no “essencialismo estratégico” uma ferramenta prioritária de ação.

Retomando as considerações de Rios e Maciel acerca das novíssimas gerações de feministas negras brasileiras, a localização geográfica e ênfase política nas periferias urbanas é outra característica comum à miríade de coletivos políticos e grupos nas redes sociais que forma essa rede ampliada. Segundo Jonas Medeiros, os grupos “feministas periféricos” formados na Zona Leste de São Paulo nesse período teriam como uma de suas principais preocupações e eixos de debate a situação social das mulheres periféricas negras e como mais frequentes aportes de reflexão e atuação, o feminismo negro, o “mulherismo africana”⁴⁰⁸ e a interseccionalidade.⁴⁰⁹ Segundo o autor, os coletivos funcionam como um meio de descoberta de aspectos da experiência dos vários grupos de mulheres negras e a compreensão sobre sua posição na sociedade é vista como o primeiro passo na produção de soluções para os problemas diagnosticados. Centralizando experiências de racismo no mercado de trabalho e violência contra as mulheres e com motivação racial, as entrevistas realizadas por Medeiros oferecem testemunho da maior presença das dimensões de afetividade, valorização e autoestima, e os efeitos psicológicos e psicossociais do racismo e do machismo – segundo ele, a formação dos coletivos é frequentemente narrada como criação de espaços para “falar da nossa dor”.⁴¹⁰ Em contrapartida, a “questão da invisibilidade da mulher negra”,⁴¹¹ que tem destaque na retórica dos coletivos, é a chave de abertura de uma série de debates e atividades em torno de questões referentes a identidade, estética e autoestima. Várias dessas atividades – oficinas de turbante, workshops de maquiagem, dinâmicas coletivas voltadas à construção de autoestima e outras atividades voltadas a “mostrar a beleza da mulher negra, a importância de

⁴⁰⁸ Trata-se de uma linha de pensamento político fundamentada por Clenora Hudson-Weems e que, segundo ela, diferencia-se tanto dos feminismos “branco” e “negro”, mas também do mulherismo proposto por Alice Walker (cf. Gonzalez, [1988c] 2019). Segundo Hudson-Weems, “O mulherismo *africana* é uma ideologia criada e pensada para todas as mulheres de descendência africana. É baseado na cultura Africana e [,] portanto, se concentra necessariamente nas experiências, lutas, necessidades e desejos de mulheres *africana*. Ele aborda criticamente a dinâmica dos conflitos entre o feminismo dominante [*mainstream*], o feminismo negro, o feminismo Africano e o *mulherismo Africana*” (Hudson-Weems *apud* Alexander-Floyd e Simien, 2006, p.67, grifos meus). Vale ressaltar que a denominação *africana* tem por referência a descendência africana e a diáspora, salientando as conexões entre diferentes povos de descendência africana (cf. Henry, 2000, cap.6). Para mais debates e textos fundamentais nessas definições, cf. Phillips, 2006.

⁴⁰⁹ Medeiros, 2017, p.167. Vale destacar que, embora as interlocutoras de Medeiros, em especial as feministas negras, tenham algumas características comuns com o grupo analisado por Rios e Maciel (2018), as conexões entre esses dois grupos precisariam ser mais investigadas.

⁴¹⁰ Medeiros, 2017, p.168.

⁴¹¹ Idem, p.174.

se assumir” – ⁴¹² acontecem com frequência nos vários saraus realizados pelos coletivos, os quais também são um elemento recorrente em vários grupos feministas jovens contemporâneos.⁴¹³

A adoção e o emprego crescentes da retórica e dos argumentos antirracistas e feministas negros pelas participantes não negras e brancas desses grupos, para Medeiros, é evidência de um salto na incorporação da questão racial nos feminismos periféricos. Seguindo essa consideração do autor, Rios e Maciel concluem que o vínculo construído entre periferia, racialidade e feminismo demonstra que:

pelas lentes do pesquisador, mulheres negras têm construído suas identidades nas periferias em seus locais de moradia e de sociabilidade, e não apenas nas proximidades dos centros universitários, como se via antes nos feminismos dos ciclos anteriores.⁴¹⁴

Por outro lado, as interlocutoras de Medeiros empregam uma distinção forte entre “feminismo negro” e “feminismo branco”, sendo que, segundo o autor, o “feminismo branco” era geralmente rejeitado como um movimento “que não faz nada” pelas mulheres da periferia ou cuja linguagem política e forma de posicionamento não convidariam as mesmas à participação, “porque não adianta você ficar citando vários nomes sendo que aquelas mulheres precisam sentir necessidades básicas”.⁴¹⁵ De forma semelhante, Rios e Maciel observaram que as integrantes dessa geração “vivem em conflito com o que chamam de ‘feminismo branco’”, ainda que defendam pautas vinculadas ao mesmo, sempre a partir das “especificidades políticas e discursivas das mulheres negras, destacando as desigualdades enfrentadas por esse segmento em vários campos da vida”.⁴¹⁶ Já o vínculo com o feminismo negro, segundo Medeiros é tanto associado à militância e organização coletiva⁴¹⁷ como, em outros casos, visto como relacionado ao que o autor chama de “primado da experiência”, isto é, “não seria preciso haver nem uma organização formal nem uma reivindicação consciente para que uma mulher seja feminista,

⁴¹² Idem, p.175. Fala retirada da entrevista com participante da organização Fayola Odara.

⁴¹³ Sobre o emprego de saraus, cf. tb. Balbino, 2016; Carmo, 2018; Oliveira, 2019. Para uma análise dos saraus como política cultural periférica, ver também: Nascimento, 2011.

⁴¹⁴ Rios e Maciel, 2018, s/p. As autoras salientam, em contrapartida, “os esforços durante a democratização de coletivos de mulheres negras, como o NZINGA, que atuaram fortemente em territórios periféricos, como os morros e favelas” (Idem, ibidem).

⁴¹⁵ Medeiros, 2017, p.185. Falas retiradas da entrevista com participante da organização Semente Crioula.

⁴¹⁶ Rios e Maciel, 2018, s/p.

⁴¹⁷ Uma fala da entrevistada do coletivo *Semente Crioula* exemplifica: “Eu me considero feminista negra, porque eu acredito na interseccionalidade, não é só uma questão de classe e não é só uma questão de gênero. É também uma questão de gênero e etnia, né. A mulher negra passa por questões que nem todas as mulheres passam. *E o feminismo negro vem depois...* Vem depois como movimento organizado, mas também vem antes nas situações do cotidiano e também precisa fazer enfrentamento dentro do próprio movimento feminista que não considera essas questões, né?” (Medeiros, 2017, p.188, grifos meus)

enfatizando situações da vida cotidiana [como formadoras dessa posição política].”⁴¹⁸ Vale ressaltar que as mulheres que se vinculavam ao mulherismo africana entendiam-no, em alguns casos, como oposto ao “feminismo branco” e centrado nas questões das mulheres e da comunidade negra e, em outros, como significativamente diferente também do “feminismo negro”.⁴¹⁹ Assim, esses textos sugerem haver tanto uma expansão do alcance do debate racial nos coletivos feministas não formados exclusivamente por mulheres negras, como também apontam para uma exacerbação das diferenças entre os grupos.

Segundo Flávia Rios e Regimeire Maciel, ainda, o grupo das ativistas negras interseccionais vem demonstrando maior impacto sobre o mercado de consumo do que as gerações anteriores, com algumas militantes conhecidas tornando-se, posteriormente à sua consagração como referências desse campo, associadas a produtos de diferentes segmentos mercadológicos, os quais frequentemente procuram vincular-se a conteúdos políticos. Como salientam Facchini, Carmo e Lima, o poder de influenciar opiniões, estilos de vida e comportamentos identificado por Rios e Maciel nessa geração também envolve a produção direta de festas e atividades culturais e comerciais por parte de jovens e feministas negras.⁴²⁰

Embora a distância cronológica efetiva entre as negras jovens feministas e as feministas interseccionais seja muito curta, de modo que ambas as gerações são, em alguma medida, herdeiras dos avanços obtidos no período de estabilização democrática, a constituição das feministas interseccionais enquanto sujeito coletivo na esfera pública se dá em um contexto em que os avanços políticos que – como a aprovação da chamada PEC das Domésticas (EC72),⁴²¹ em 2013 – são acompanhados por crescentes retrocessos no domínio simbólico e ideológico. Refiro-me às “abertas reações conservadoras contra a expansão dos direitos das mulheres e dos negros no Brasil”, que Rios e Maciel caracterizam, acompanhando Sueli Carneiro,⁴²² como “a perda de hegemonia do racismo cordial nas relações sociais”.⁴²³ Tais

⁴¹⁸ Idem, p.187.

⁴¹⁹ Medeiros cita um texto publicado no portal Revista Fórum por uma integrante do Fayola Odara em que ela explica sua identificação com o mulherismo africana opondo-o aos feminismos “negro” e “branco”: “Entendo o feminismo como uma ideologia branca, burguesa e eurocêntrica que serve para as brancas, mas gera divisão entre os pretos, promove com sucesso a desintegração do nosso povo e que fragmenta a luta” (idem, p.192).

⁴²⁰ Facchini, Carmo e Lima, 2020.

⁴²¹ A PEC das Domésticas é uma emenda constitucional promulgada em 2013 e que estende à categoria os direitos trabalhistas vigentes para o restante dos trabalhadores brasileiros, conforme constantes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tornarei a falar sobre ela nos dois próximos capítulos.

⁴²² Ver a entrevista de Sueli Carneiro na Revista Cult em 9 de maio de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>

⁴²³ Rios e Maciel, 2018, s/p. Ambas as citações.

reações podem ser pensadas, em seu aspecto retórico, como “discursos de reprivatização”⁴²⁴ [*reprivatization discourses*].

Estes, conforme definidos por Nancy Fraser, seriam discursos orientados à defesa e ao reestabelecimento dos limites prévios acerca do que constitui um problema público e digno de atenção das instituições, limites estes que se veem ameaçados por novos discursos e práticas societárias e institucionais. Em outras palavras, são discursos articulados em oposição à politização de questões anteriormente situadas no domínio privado – como, para seguir o exemplo da autora, a violência doméstica intraconjugual – e que passam a ser tomadas como assuntos públicos com o auxílio de “discursos oposicionais” [*oppositional discourses*], os quais “contestam as barreiras vigentes que separam a ‘política’ da ‘economia’ e do ‘doméstico’” e oferecem interpretações alternativas das necessidades admitidas como matéria-prima para a intervenção pública por meio de políticas, leis, etc.”.^{425xxiii} Assim, os discursos de reprivatização se opõem aos discursos oposicionais – ainda que dialoguem e se refiram a estes – ⁴²⁶ , procurando empurrar as questões emergentes trazidas por estes para fora do âmbito da política.

Para o contexto em questão, vale notar que tais discursos são anteriores à ruptura institucional de 2016. Frequentemente orientados contra as ações afirmativas nas universidades (Lei 12.711/2012), o programa Mais Médicos (Lei 12.871/2013)⁴²⁷ e, em especial, a mencionada PEC das Domésticas,⁴²⁸ o crescimento desses discursos antecipa e abre espaço para a articulação dessa ruptura, que culmina, posteriormente, na desarticulação de muitas das estruturas institucionais voltadas à incorporação de demandas das mulheres, da população negra, da juventude, da população LGBT, entre outros. Nesse contexto, redes

⁴²⁴ Fraser, [1989] 2013.

⁴²⁵ Fraser, [1989] 2013, p.67.

⁴²⁶ “É interessante que os discursos de reprivatização misturam o velho e o novo. Por um lado, parecem simplesmente explicitar interpretações sobre determinadas necessidades que dispensavam, anteriormente, articulações discursivas. Por outro lado, ao produzir tais articulações, esses discursos simultaneamente as modificam. Porque os discursos de reprivatização respondem a interpretações dispostas como oposições [*oppositional*] e que competem entre si, elas são internamente dialógicas, incorporando referências às alternativas às quais resistem, ao mesmo tempo em que as rejeitam” (Fraser, [1989] 2013, p.68).

⁴²⁷ O programa Mais Médicos foi lançado em 2013, pelo governo de Dilma Rousseff, com o propósito de ampliar a presença de médicos no interior e periferias brasileiras. Com cooperação da Organização Pan-Americana da Saúde, vinculada à Organização Mundial da Saúde (OMS), o programa foi fundado sobre um acordo entre Brasil e Cuba, em que médicos cubanos recebiam bolsas de formação para trabalhar no Brasil, atuando em comunidades com carência de profissionais da saúde. Com mais de 60 milhões de atendimentos e grande capilaridade em cidades do interior e reservas indígenas, o programa, que foi considerado uma excelente prática de cooperação sul-sul, foi encerrado em agosto de 2019 pelo governo Jair Bolsonaro e substituído pela iniciativa Médicos pelo Brasil, que colocou novas exigências aos profissionais em atividade e culminou na saída de Cuba da cooperação.

⁴²⁸ Nesse sentido, ficou conhecida a coluna *A PEC das Empregadas* escrita pela *socialite* Danuza Leão na Folha de São Paulo em 24 de março de 2013 (disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/danuzaleao/2013/03/1251556-a-pec-das-empregadas.shtml>). Acerca de tais discursos, cf. tb. Sousa e Nascimento, 2008; Fontana e Cestari, 2014.

sociais, que aceleram e de algum modo trazem a público debates outrora restritos a reuniões políticas e encontros de movimentos sociais, tornam-se, também, trincheiras nas quais o embate entre os diferentes “discursos acerca das necessidades”⁴²⁹ se desenrola.

Um importante deslocamento introduzido por essa novíssima geração, em consonância com o destaque de pautas menos relevantes nos projetos das gerações anteriores, está na “imagem autodefinida”⁴³⁰ produzida e veiculada pelos grupos. Em contraste com a figura da “mulher negra guerreira, forte e corajosa” que se estendeu pela primeira e segunda geração – construída em oposição “à imagem conservadora do sexo frágil atrelada às mulheres brancas” –, ⁴³¹ na imagem autodefinida da novíssima geração, há lugar e destaque para a fragilidade e a dimensão psíquica e afetiva das mulheres negras. Assim, se a segunda geração não apresentou diferenças significativas em seu perfil de atuação, formatos e estratégias em relação às mulheres que construíram, no contexto da transição democrática, o movimento de mulheres negras, pois “em síntese, prevalecia nelas o caráter institucionalista dos movimentos sociais emergentes do contexto destacado, assim como uma subjetividade marcada pelo ‘ethos guerreiro’⁴³² das mulheres negras”,⁴³³ na terceira geração, começamos a ver uma série de deslocamentos na conformação identitária e estratégica dos feminismos negros.

As autoras salientam que essa “nova guinada nas subjetividades negras contemporâneas” é vista por ativistas da segunda geração como “relativamente estranh[a] e até contrastiv[a] às das duas gerações mais antigas na cena pública”.⁴³⁴ Destacam-se, nesses deslocamentos, os diferentes estilos políticos e retóricos das ativistas da mais recente geração, associados às suas influências e referenciais teóricos, que incluem não apenas as obras de representantes dos movimentos de mulheres negras no Brasil, notadamente Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, mas também alguns debates desdobrados a partir da recepção do pós-estruturalismo nos Estados Unidos, com destaque para Judith Butler e a discussão sobre performances de gênero e, mais importante, as produções de feministas negras estadunidenses, nas quais as práticas autobiográficas têm grande espaço. Nesse sentido, a produção de autoras como Patricia Hill Collins, Angela Davis e, especialmente, Audre Lorde e Kimberle Crenshaw, juntamente à “influência do suporte da redes sociais, que trazem a

⁴²⁹ Fraser, [1989] 2013.

⁴³⁰ Collins, 2000.

⁴³¹ Rios e Maciel, 2018, s/p.

⁴³² Note-se, por exemplo, que os nomes dos grupos (Aqaltune, Nzinga, Geledés, etc), referem-se a mulheres cujas histórias foram marcadas pela resistência ao colonialismo e à escravidão ou a sociedades de guerreiras africanas.

⁴³³ Rios e Maciel, 2018, s/p.

⁴³⁴ Idem, ibidem.

linguagem pessoal como sua característica dominante para conferir autenticidade ao discurso e dar o estatuto de verdade frente aos integrantes das comunidades virtuais”,⁴³⁵ teriam sido elementos centrais na configuração dessa nova linguagem política empregada pela novíssima geração de feministas negras brasileiras. Como exemplo desses diferentes estilos políticos e retóricos, chamo atenção para a análise de Rios e Maciel a respeito de uma mesa de discussão com Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro no I Acampamento Interseccional. Além da diferença entre os eixos temáticos apresentados pelas ativistas – enquanto a primeira destacou os feitos e pautas de sua geração de ativistas negras, a segunda relatou suas pesquisas acerca de contribuições críticas ao feminismo pelas lentes de raça e sexualidade:

Nota-se, ademais, marcação da trajetória e experiência pessoal da segunda [Ribeiro], em contraste com a referência quase sempre coletiva da primeira [Carneiro]: de um lado, o uso da primeira pessoa no plural (pronomes “nós”); do outro, o uso da primeira pessoa no singular (pronomes pessoais “eu”). Para a geração de Carneiro, falar no singular não seria suficiente para abarcar a construção coletiva e organizacional das mulheres negras; já para a geração de Ribeiro, a escrita na primeira pessoa, embora singularize sua individualidade, seria também forma de expressar uma experiência coletiva.⁴³⁶

As trocas e encontros entre essas gerações relatadas ao longo desse tópico evidenciam que, além de se referenciar em ativistas com longas trajetórias no movimento de mulheres negras, tanto as feministas interseccionais quanto as negras jovens feministas já lograram construir suas próprias referências contemporâneas e locais – além da própria Djamila Ribeiro, Winnie Bueno, Stephanie Ribeiro, Rosane Borges, Preta Rara, entre várias outras. Dessa forma, em segundo lugar, não se trata de uma sucessão em que um conjunto de atrizes sai da cena para que outro entre: ao contrário, como sinaliza a citação no parágrafo anterior, a “coexistência temporal e até espacial”⁴³⁷ dessas três gerações, relacionadas a diferentes tempos sociais e políticos, é uma das características do feminismo negro brasileiro na contemporaneidade.

3. Feminismos negros na crise da democracia

Nesse capítulo, apresentei um histórico das ações coletivas e organizações de mulheres negras brasileiras desde a última década da ditadura militar até o momento recente, procurando relacionar suas agendas, estratégias e questões aos momentos políticos, institucionais e sociais que se deram ao longo desse trajeto. Como vimos, os avanços, encaixes

⁴³⁵ Idem, *ibidem*.

⁴³⁶ Idem, *ibidem*.

⁴³⁷ Idem, *ibidem*.

institucionais e estratégias de organização e formação de redes logrados pelo movimento de mulheres negras ao longo das décadas de 1980 e 1990 garantiram, com maior ênfase nos anos 2000, em um cenário de reabertura do Estado às demandas da sociedade civil organizada, sua participação e influência no desenho e formulação de políticas públicas voltadas às mulheres e à população negra. Conjuntamente a outras alterações na sociedade e na esfera pública brasileira, as progressivas transformações engendradas pela ampliação das políticas públicas e direitos sociais mencionados – com ênfase, para citar apenas uma, a políticas de ações afirmativas e o crescimento do número de estudantes universitários negros – têm como um de seus resultados a formação de novas gerações ativistas, com vocabulários, agendas e formas de organização próprias. Como pontuei ao longo do capítulo, a ampliação e pluralização dos grupos, coletivos e organizações de mulheres negras – assim como a formação de uma série de atrizes que, individualmente, são reconhecidas como integrantes desse movimento ao mobilizar elementos discursivos, estratégicos e políticos reconhecidos como parte da gramática comum do MMN – e sua convivência na esfera pública brasileira na atualidade nos permitem pensar, com Sônia Alvarez, a ampliação do movimento de mulheres negras de forma a constituir, em si mesmo, um campo discursivo de ação.

Partindo dessa caracterização, é notável que, se a multiplicação e a pluralização das formas e experiências organizativas das mulheres negras brasileiras se inicia em um momento caracterizado por Rios e Maciel como de “estabelecimento democrático” e marcado pela expansão das políticas públicas e sociais voltadas às mulheres, à população negra, à juventude e a uma série de outros grupos, é em um cenário que vem sendo tratado como de crise da democracia que devem ser situadas, atualmente, essas relações, organizações e agendas. Este cenário é o ponto a partir do qual compreendo a emergência de novas estratégias de ação coletiva não apenas no movimento de mulheres negras, mas para os movimentos e campos de organização coletiva de forma geral – como procurei demonstrar por meio do diálogo com a produção recente com outros campos empíricos.

Se, como outrora chamou atenção Sueli Carneiro, “o Movimento de Mulheres Negras nasce marcado pela contradição que advém da necessidade de demarcar uma identidade política em relação a esses dois movimentos sociais [feminista e negro] de cujas temáticas e propostas gerais também partilha e que, em última instância, determinam a sua existência e ambiguidades”,⁴³⁸ vemos, no momento presente, uma ampliação das contradições e

⁴³⁸ Carneiro, 1993b, p.14.

ambiguidades com as quais esses movimentos precisam lidar não apenas em sua relação com outros grupos organizados da sociedade civil e com o Estado, mas também no interior de seu próprio campo. Nesse contexto, as estratégias de ação dos diversos atores incluídos nesse campo se voltam ao reconhecimento (por vezes público e notório) da pluralidade e da diversidade das forças que atualmente o compõem, assim como a formas de organização que logrem mobilizar essas várias forças. Uma dessas estratégias, como notou Alvarez, é a formação de grande marchas, entendidas como “uma metodologia inovadora” e que promove o “reconhecimento dessa diversidade”⁴³⁹ de perfis e experiências que atualmente se encontram no interior dos campos discursivos de ação. Assim, eventos como a Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-viver, que ocorreu em novembro de 2015, são parte de estratégias de reorganização e mobilização de um campo de ativismos e intervenções plurais em um contexto de conservadorismo crescente.

Levando em conta essas questões, no próximo capítulo, apresentarei a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região, pensando-a como uma organização imaginada e desenvolvida em meio a esse contexto e que busca responder à necessidade de construir formas organizativas e estratégias de mobilização próprias à intervenção no momento presente e, ao mesmo tempo, precisa “lidar com a diversidade” que encontra em sua própria composição. Com essa apresentação de sua formação, fases e debates, procurarei chamar atenção para os aspectos e questões da organização que serão melhor desenvolvidas nos capítulos seguintes.

⁴³⁹ Alvarez, 2014, p.42 (citação de entrevista coletiva com feministas negras soteropolitanas).

Capítulo 2. A Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região

No capítulo anterior, apresentei o percurso da militância e organização coletiva dos movimentos de mulheres negras brasileiras da redemocratização até os dias atuais, período marcado por uma crise da democracia. Procurei apontar como as estratégias, formas de organização e pautas desses movimentos foram disputadas ao longo desses períodos e como a formação do sujeito “mulheres negras” se deu de forma contingente através das diferentes perspectivas, filiações e experiências sociais das militantes e organizações, salientando, ainda, a formação de novas gerações ativistas que, a partir dos anos 2000, evidenciam a pluralização e diversificação do campo dos movimentos de mulheres negras, aportando vocabulários e repertórios de organização e resistência que se distinguem dos mobilizados pela geração anterior. Dessa forma, se, de início e juntamente a uma série diversas de frentes de disputa, o movimento de mulheres negras elabora e divulga uma crítica a outros movimentos sociais e seus sujeitos políticos – e, portanto, “nasce da contradição” com esses movimentos, como apontei seguindo a caracterização de Sueli Carneiro –, essa crítica é reencontrada e reelaborada em seu interior ao longo de diferentes momentos e problemáticas.

A Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região é formada nesse contexto e é também herdeira do acúmulo político e institucional dos movimentos sociais dos períodos que a precedem. Fundada em meados de 2015 com o objetivo inicial de organizar a ida das mulheres da cidade à Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-viver e tendo em vista o levantamento de fundos e recursos necessários à viagem e à passeata, a FMNCR compartilhava com a organização da Marcha a percepção de avanços e conquistas institucionais que, se não eram suficientes ou mesmo totalmente satisfatórios, ainda assim deviam ser defendidos em um contexto de crescente conservadorismo social e ascensão de lideranças e pautas oriundas de diretas cada vez mais aguerridas – isto é, o desafio de “herdar também as conquistas de um governo popular sem fazer dessa herança uma máquina que neutralize as desobediências críticas, as rupturas, as novas urgências”.⁴⁴⁰ Também como ela, encontrava-se frente à tarefa de formular formatos organizacionais criativos e que respondessem aos desafios recentes à ação coletiva.

⁴⁴⁰ Tible e Moraes, 2015, p.18.

Nesse capítulo, apresento a formação da FMNCR e uma visão geral sobre sua atuação e organização. Na primeira seção, discuto a construção e a realização da Marcha das Mulheres Negras de 2015, levando em conta as negociações entre os movimentos de mulheres negras, suas pautas, relações com o Estado e as instituições, debates internos e questões. Procuo também apontar como alguns dos embates e questões dos MMN e feminismos negros brasileiros na atualidade se desenrolam nela. Na segunda seção, relato o processo de mobilização para a Marcha em Campinas e a consequente formação da FMNCR a partir da perspectiva de suas integrantes. Procuo destacar alguns dos elementos que justificam o êxito da FMNCR em relação a outros projetos e possibilidades de mobilização para a Marcha em Campinas, destacando as características da organização visadas pelas militantes e que foram importantes nesse sentido – tais como “horizontalidade”, “não centralidade”, “permanência” e autonomia –, assim como seus objetivos principais – a formulação da agenda política unificada, a solidificação da rede de grupos políticos em torno dessa agenda e a constituição de capital político para suas integrantes – e as redes que a organização logrou mobilizar em Campinas. Por fim, na terceira seção, apresento uma breve periodização das atividades da organização entre 2015 e 2018 e as atividades organizadas pela FMNCR, os Saraus e as Plenárias, considerando, ainda, as formas como elas são modificadas ao longo desse período. Tais apresentações e elementos tem por objetivo situar a organização e prover uma visão geral de sua atuação e questões, e voltarão a ser discutidos nos próximos capítulos.

1. A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-Viver

Não tem mais como você pensar o país desconsiderando a população negra, que é a maioria da população. Desconsiderando a mulher negra. Sem isso você não estaria fazendo nada, não estaria pensando nada. E a Marcha está dizendo isso.⁴⁴¹

Um dos momentos mais significativos da trajetória dos movimentos e feminismos de mulheres negras no Brasil, a Marcha de Mulheres Negras de 2015, é resultante do processo de institucionalização dos movimentos de mulheres negras, da formação de uma série de instâncias representativas e das interlocuções com o Estado, conforme vimos no capítulo anterior. O evento, que reuniu cerca de 50 mil mulheres e diferentes entidades e grupos

⁴⁴¹ Fala de Luiza Bairros em AMNB, 2016, s/p [e-book].

em Brasília, demonstrou a coexistência de diferentes gerações de militantes negras brasileiras e buscou construir uma agenda ampla das mulheres negras brasileiras, descrita por algumas de suas organizadoras como a construção de “um novo modelo civilizatório para o país”⁴⁴² ou “um novo pacto de civilização”.⁴⁴³

Segundo Rosália Lemos, a passeata teria sido concebida por duas militantes da região Norte, Nilma Bentes – creditada como a “madrinha” do evento e fundadora, em 1980, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, um importante e tradicional espaço do movimento negro – e Maria Malcher – vinculada às Comunidades Eclesiais de Base, à Pastoral Afro-Brasileira, a uma série de associações e cooperativas quilombolas, além de, posteriormente, filiada ao CEDENPA. Bentes explica que a ideia da Marcha foi apresentada ao movimento de mulheres negras no Fórum Afro XXI, que aconteceu em novembro de 2011 em Salvador, já que, em um primeiro momento, ela acreditava que a iniciativa de realizar o evento deveria partir dos estados do Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, principalmente) e da Bahia, onde está concentrada a maior parte da população negra brasileira em números absolutos.⁴⁴⁴ Entre a apresentação da ideia, em 2011, e o lançamento oficial da Marcha na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em 2013,⁴⁴⁵ a preparação da passeata seria objeto de uma série de discussões, negociações, buscas de financiamento e processos de construção de pautas e formatos.

Segundo as idealizadoras do evento, foi necessário negociar e pactuar não apenas os apoios estatais, partidários, sindicais e dos movimentos de cada localidade, mas também a aceitação e inserção da Marcha na agenda do movimento de mulheres negras nacional. Bentes destaca a discussão em torno do nome inicialmente proposto para a passeata: a *Marcha das 100 mil Mulheres Negras*. Segundo ela, “por ser uma proposta ousada, houve alguma reação, mas após algumas discussões a Marcha foi tomando forma”.⁴⁴⁶ O apoio da AMNB, considerado fundamental para que a proposta avançasse, teria sido facilitado pela participação de Bentes na coordenação da Articulação à época, e também pela atuação de algumas das entidades, que pressionaram para que a AMNB incluísse a Marcha em sua

⁴⁴² Idem, *ibidem*.

⁴⁴³ Marcha [Manifesto], 2015, p.1. Cf. tb. Figueiredo, 2018.

⁴⁴⁴ Lemos, 2016a, p.233.

⁴⁴⁵ No qual estavam presentes e atuavam como propulsoras da organização inicial da Marcha a ministra da SEPPIR, Luíza Bairros, e Regina Adami, que havia sido assessora da SPM. Contudo, segundo Lemos (2016a, p.236), a resolução de realizar a passeata não consta nas atas e relatórios do CONAPIR.

⁴⁴⁶ Lemos, 2016a, p.233.

agenda.⁴⁴⁷ As militantes destacam as disputas que precisaram ser travadas para a obtenção desse apoio, que, para Lemos, são exemplares dos conflitos presentes na formulação da passeata.

Segundo Maria Malcher:

Houve um conflito na AMNB que algumas instituições não queriam a Marcha, isso não é novidade para ninguém, tem umas donas que subiram no trio [na Marcha], mas em janeiro de 2012 no Fórum Social Mundial, falavam mesmo assim: "Que a AMNB tem que refletir a Marcha, se era viável ou não fazer", na época era a Marcha das 100 mil Mulheres Negras. Só que a Conceição e a Nilma, elas foram muito incisivas no sentido de "Nós vamos fazer a Marcha". Eu digo: aqui só o Pará, nem que seja só o Pará, o Pará vai marchar. A reunião da AMNB foi em maio de 2012, e decidiram que teria a Marcha, mas que seria retirada [a parte das] 100 mil mulheres negras. Seria só Marcha das Mulheres Negras. [...] nós fizemos a primeira oficina da Marcha em novembro de 2012 e, nós convidamos o Fórum, convidamos a AMNB. Havia também a reflexão se a AMNB ia ser só parceira e não só Comitê Impulsor.⁴⁴⁸

A oficina mencionada por Malcher aponta para o papel da SEPPIR no processo preparatório, em especial na figura da ministra Luíza Bairros, cuja simpatia pela ideia é tida como fundamental à constituição da Marcha. Segundo as organizadoras, a oficina em questão seria resultante diretamente do contato com a ministra ao longo das conferências e encontros do movimento de mulheres negras. Todavia, a julgar pelo volume de financiamento da SEPPIR ao evento – que, segundo algumas interlocutoras da pesquisa de Lemos, foi restrito à ida de algumas gestoras e militantes para a passeata –, ⁴⁴⁹ essa relação parece especialmente devedora da atuação militante e do emprego de capital e influência política da ministra.⁴⁵⁰ A oficina, assim como vários outros eventos no mesmo mês, foi responsável por algumas das primeiras deliberações em torno da Marcha. Nela, foi definido o nome que a passeata assumiu,

⁴⁴⁷ Bentes e Malcher referem-se às seguintes entidades e grupos nesse sentido: a ONG Maria Mulher, do Rio Grande do Sul; o Instituto ODARA, da Bahia; a AMMA Psiquê, de São Paulo; o NZINGA de Minas Gerais; IMENA/MÃE VENINA do Amapá; MÃE ANDRESA, do Maranhão; o IROHIN, do Distrito Federal; a Rede Feminista do Paraná; o CEDENPA, do Pará.

⁴⁴⁸ Idem, p.242. Lemos não oferece mais dados que permitam identificar Conceição, militante citada nesse trecho. Em outro trecho do texto, menciona Conceição Fontoura, integrante da ONG Maria Mulher, de Porto Alegre.

⁴⁴⁹ Segundo Lemos, esse apoio da SEPPIR foi condicionado à realização da oficina mencionada. Ela também menciona um diálogo acerca de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que teria se disposto a auxiliar, por meio de um projeto de alocação de recursos, uma feira com atividades ao longo da preparação do evento; segundo Lemos, contudo, o projeto enviado não recebeu aprovação (Lemos, 2016a, 254).

⁴⁵⁰ A gestão de Bairros na SEPPIR se deu entre 2011 e 2015 e foi encerrada anteriormente à realização da Marcha, quando a ministra era Nilma Lino Gomes. Bairros, que faleceu em julho de 2016, tinha uma longa trajetória de participação no movimento negro e no movimento de mulheres negras. Além de integrar o Movimento Negro Unificado desde sua fundação e de ter iniciado nele o Grupo de Mulheres do MNU, Bairros, considerada uma das mais influentes intelectuais do movimento, participou de boa parte dos encontros e eventos feministas que narrei nas páginas anteriores como parte da trajetória do movimento de mulheres negras. Por meio de seu trabalho na Organização das Nações Unidas e outros órgãos internacionais, ela atuou também na implementação e desenvolvimento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) em Pernambuco e na Bahia, sendo posteriormente convidada a servir como Secretária de Promoção da Igualdade Racial no estado da Bahia, onde trabalhou entre 2008 e 2011. Cf. Magalhães Pinto e Freitas, 2017.

Marcha da Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver, para o qual Nilma Bentes oferece a seguinte explicação:

mesmo se sabendo que o racismo por si só já é uma violência, o termo foi incorporado para ressaltar a impunidade na matança de negros, sobretudo da juventude, pela mão da polícia; pelo sistema de saúde (assassinatos de mulheres negras vêm sendo praticados principalmente quando grávidas e idosas); e, ainda, porque o feminicídio tem atingido mais as negras. Já o Bem Viver foi incorporado para sinalizar que acreditamos na necessidade de mudança do chamado “modelo de desenvolvimento”, combatendo, portanto, a mercantilização mercantilização-financeirização dos recursos naturais/bens comuns, o consumismo exacerbado, o lucro insano, o capitalismo neoliberal, enfim.⁴⁵¹

Ainda em novembro de 2012, outros eventos voltados à discussão sobre a agenda da passeata resultaram em importantes documentos e cartas que, endereçadas a diversas autoridades governamentais, procuraram abrir diálogos com diferentes instâncias e divulgar o evento. Nesse sentido, o VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e o I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento à Feminização de DST/Aids, ambos realizados em Curitiba pela Rede Mulheres Negras do Paraná, foram responsáveis pela produção da Carta de Curitiba, apontada como o primeiro documento de divulgação ampla da Marcha.

Na Carta de Curitiba, procura-se dar relevo ao volume das mulheres negras na população brasileira (“as 49 milhões de mulheres negras no país”) e destacam-se como propósitos da Marcha “exigir do Estado” e da “sociedade brasileira” a plena participação e cidadania das mulheres negras, ressaltando que, a despeito dos compromissos assumidos nas Conferências do Cairo, Pequim e Durban, “muito pouco ou quase nada foi feito para remover as barreiras que historicamente impedem a projeção, protagonismo e a participação das mulheres negras nos espaços de decisão e nas agendas do desenvolvimento brasileiro”.⁴⁵² Os três argumentos destacados – i.e., a relevância numérica das mulheres negras brasileiras, a retomada dos acordos e protocolos resultantes das conferências internacionais e o endereçamento da fala ao Estado e à sociedade brasileira – serão replicados pelos documentos seguintes (como as Cartas de Brasília, de Goiânia e do Nordeste, entre outras), assim como pelo próprio Manifesto da Marcha. Cabe ressaltar a importância crescente da defesa da institucionalidade democrática ao longo do processo organizativo, que, segundo Lemos,

⁴⁵¹ AMNB, 2016, s/p. Segundo Rosália Lemos (2016a), a noção de bem-viver é um conceito em construção, oriundo de noções povos andinos e que se contrapõe às noções mais correntes de desenvolvimento e às formas de vida e relação com o meio ambiente predominantes/dominantes. Cf. tb. Gudynas e Acosta, 2011. Cabe salientar que, a despeito da fala de Bentes, o Manifesto da Marcha não menciona feminicídio.

⁴⁵² Lemos, 2016a, p.373 (Anexo 4).

responde à percepção generalizada de ampliadas instabilidades na conjuntura política.⁴⁵³ Levando em conta tais elementos, é importante salientar que o desafio colocado pelo contexto político não apenas para a FMNCR, mas também, de forma mais ampla, para as militantes mais jovens – isto é, o de defender as conquistas obtidas ao longo do ciclo petista e, ao mesmo tempo, marcar as limitações e restrições dessas conquistas (o que, no caso das militantes jovens, ainda é complexificado pelo caráter geracional da recusa ou desconfiança com relação aos partidos) –, também é relevante para compreender a Marcha. Ainda que não seja possível comentar as relações das organizadoras da passeata com a política partidária de forma específica, a tensão entre a defesa dos avanços institucionais recentes – especialmente à medida em que aprofundava-se a instabilidade institucional – e as críticas às limitações dessas mesmas conquistas na constituição da cidadania das mulheres negras parecem ter imposto uma ambiguidade à Marcha.

Cabe notar, em todos esses documentos, a ausência de referências ao termo feminismo negro, que, segundo Lemos, acompanha o que havia sido definido para o Manifesto da Marcha.⁴⁵⁴ Para a autora, essa ausência demonstra que o “acúmulo [de debates acerca] do tema no passar dos tempos não foi o suficiente para que a temática [feminismo negro] fosse incorporada no discurso das ativistas que propuseram e lideraram a Marcha”.⁴⁵⁵ Ainda de acordo com essa autora, também sinaliza que a coordenação principal do evento era centralizada pelas “mulheres do movimento negro, para além das organizações de mulheres negras”,⁴⁵⁶ destacando as diferentes nomeações empregadas pelos grupos políticos. Segundo ela:

o feminismo negro não foi incorporado de forma incisiva para o conjunto de mulheres negras. Existem aquelas, que se autodefinem como sendo do movimento de mulheres negras; ou que são feministas, mas se são negras, poderiam se autodefinir como feministas negras, o que gera certa imprecisão; existe, ainda, uma parcela, que se entende por mulherista ou mulherista africana. O fato é que o feminismo negro entrou na pauta da Marcha das Mulheres Negras 2015 devido à atuação das feministas negras nas diferentes regiões do Brasil, que acabaram por incorporá-lo nos encontros, atividades, reuniões e plenárias, o tema. Consequentemente, *o feminismo negro iniciou sua fase de popularização, de divulgação e de presença nos espaços coletivos das ativistas e das mulheres negras sem atuação institucional*, que atendiam ao convite para participar da Marcha.⁴⁵⁷

Além das diferentes denominações e da crença que “movimento de mulheres negras” seria um termo de escopo mais amplo e, portanto, mais convidativo às potenciais participantes, Lemos

⁴⁵³ Nesse sentido, destacam-se as bandeiras de “Fora Cunha” na Marcha e a fala pública da deputada Benedita da Silva no evento, que termina com: “Basta de intolerância! Não queremos retrocesso, mas queremos, sobretudo, defender o Estado Democrático de Direito” (AMNB, 2016, s/p).

⁴⁵⁴ Lemos, 2016a, p.243.

⁴⁵⁵ Idem, p.230.

⁴⁵⁶ Idem, p.250.

⁴⁵⁷ Idem, ibidem.

ressalta que o uso desse termo em todo o conteúdo produzido pela Marcha revelou antagonismos entre os diferentes grupos de militância de mulheres negras, expressos como acusações de “tentativas de centralização, apropriação e domínio”⁴⁵⁸ da passeata. Dentre esses antagonismos, cabe notar que, segundo a autora, “feminismo negro” aparece principalmente como uma denominação assumida pelas mais jovens e, como ressalta a citação acima, sem atuação institucional.⁴⁵⁹ Por um lado, essas circunstâncias ilustram a convivência intergeracional ao longo do processo de construção da Marcha; por outro lado, demonstram que a despeito do reconhecimento da diversidade interna do MMN e das várias estratégias de inclusão dessa diversidade (como as próprias Marchas), a multiplicação e pluralização dos sujeitos políticos dos movimentos sociais – dos quais os MMN são um exemplo entre outros – não se dá, mesmo mais recentemente, sem tensionamentos.

A noção de interseccionalidade também está ausente desses documentos, ainda que tenha aparecido ao longo do processo preparatório (por exemplo, no nome do evento em que foi formulada a Carta de Curitiba). Para Lemos, a Marcha procurou ampliar as “antigas demandas [em direção] às atuais reivindicações interseccionadas nos aspectos de gênero, raça, orientação sexual e religiosa, geracional e de classe”,⁴⁶⁰ os quais ela procura associar diretamente ao debate sobre desigualdades, que, em sua perspectiva, estariam no cerne da identidade do movimento. Ainda que a autora não discuta a ausência desse termo no Manifesto final, como faz para “feminismo negro”, em seu texto e para suas interlocutoras, a “interseccionalidade” aparece como: contribuições de teóricas estadunidenses que começam a ser incorporados no Brasil a partir de Durban; filiações políticas (“feminismo negro interseccional”) que Lemos classifica como “pleonásticas”, “uma vez que o feminismo negro é, por definição, interseccional”;⁴⁶¹ perspectivas assumidas pelas instituições para a construção de políticas públicas;⁴⁶² e ponto de partida para uma “epistemologia feminista negra”.⁴⁶³

⁴⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁹ Ainda que tal conclusão pareça vir de encontro ao que colocam Flávia Rios e Regimeire Maciel (2018), que afirmam a permanência de uma ação política voltada à interlocução com o Estado por parte das negras jovens feministas, deve-se notar que, ao olhar para as diferentes participantes da Marcha de 2015, Lemos procura contrastar grupos amplos e heterogêneos – por um lado, militantes com experiências mais longevas de ativismo e, via de regra, algum potencial de interlocução com o Estado e, por outro lado, um conjunto amplo e heterogêneo de militantes mais jovens, dentre as quais potencialmente incluem-se participantes das duas novas gerações apresentadas por Rios e Maciel. Se tais conclusões aparentemente divergentes apontam, como já sinalizado previamente, para a heterogeneidade interna dos grupos de militantes jovens, uma comparação entre elas imporia uma incursão mais demorada nas unidades de análise empregadas nesses trabalhos. Sobre o caráter geracional da nomeação “feminista negra”, cf. tb. Figueiredo, 2018, pp.1090-1091.

⁴⁶⁰ Idem, p.236.

⁴⁶¹ Idem, p.121.

⁴⁶² Idem, p.164.

⁴⁶³ Idem, pp.38-41.

A busca por financiamento, participação e divulgação da Marcha foi organizada a partir de uma estrutura de comitês com níveis distintos de atuação: um comitê nacional, em Brasília, centralizava as principais decisões, enquanto comitês estaduais e municipais, chamados Comitês Impulsores (CI), processavam as demandas das cidades e dos estados e buscavam, por meio de atividades variadas, acumular condições de ida à passeata. Nilma Bentes explica que ao longo dos quatro anos que precederam a Marcha, os CIs desenvolveram uma série de ações – “reuniões, torneios esportivos, rodas de samba/de conversas, bingos, cartas, e-mails, etc.” – ⁴⁶⁴ para ampliar a participação e os montantes reservados para a ida à Marcha. Em 2015, ainda segundo Bentes, uma série de lideranças históricas teriam endossado e se envolvido mais diretamente na organização para a passeata, o que potencializou sua divulgação e alcance. Ela também destaca a “utilização inovadora das ferramentas de comunicação” e o “boca a boca”⁴⁶⁵ como centrais à divulgação e comparecimento na Marcha.

Os Comitês Impulsores tinham representações de diversas organizações e, por meio deles, as pautas e orientações encaminhadas pelo Comitê Nacional eram postas em debate em cada estado ou região. Nos três anos que antecederam a Marcha, os CIs procuraram realizar plenárias mensais para manter a mobilização e estimular os debates. Para Bentes, a organização por comitês foi uma boa decisão e poderia ser empregada para a formação de uma frente nacional, “para dar conta da ampla diversidade que a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver colocou na rua”.⁴⁶⁶ Outras militantes entrevistadas por Lemos acompanham Bentes na percepção positiva dos comitês.

Em contraste, várias militantes criticam os comitês. As principais objeções à atuação do CN dizem respeito à falta de atenção às especificidades regionais na distribuição dos recursos e auxílios, ao que é percebido como “distância da base” e a falhas na comunicação dos processos que aconteciam nas várias regiões, conectando os CIs e possibilitando a ampliação da articulação nacional. No trabalho de Lemos, a questão da distribuição dos recursos aparece como a principal contenda. As militantes entrevistadas alegam que o CN se concentrou em algumas regiões e militantes, em detrimento de outras, negligenciando, por exemplo, a necessidade de recursos mais volumosos para o deslocamento de mulheres de regiões distantes – como as quilombolas e as habitantes de regiões muito vastas, como a região

⁴⁶⁴ AMNB, 2016, s/p.

⁴⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁶⁶ Lemos, 2016a, p.255.

Norte.⁴⁶⁷ Segundo Lemos, ao contrário de determinados estados e delegações que quase não receberam auxílios, “algumas regiões receberam significativos recursos para garantir o transporte de suas delegações”, de modo que, para ela, “esse é um dos indicativos de que os critérios para distribuição dos recursos não tiveram a transparência e a necessária distribuição igualitária entre todas as regiões do país”.⁴⁶⁸ O CN também foi criticado por ser “muito disperso, distante da base”⁴⁶⁹ e privilegiar um grupo de militantes – que, embora não seja nomeado, é possivelmente composto por figuras integradas aos quadros do Estado e filiadas às principais associações realizadoras da Marcha, além de militantes importantes ou “famosas” – em detrimento da “massa militante”.

Por outro lado, o CN, caracterizado como desorganizado, com poucas pessoas à disposição e uma divisão de trabalho que onerava apenas algumas das mulheres envolvidas, apresentaria “problemas com seu ‘papel informativo’” e teria pecado em não alinhar as regiões do país e fornecer informações acerca do processo em cada uma delas às outras. A fala da ativista Giselle Santos, da região Sul, por exemplo, proporciona essa leitura:

Esta Coordenação Nacional deixou a desejar em muitos aspectos [...]. Considerando a magnitude do nosso país e as dificuldades que cada um desses núcleos impulsores vivenciaram individualmente, teria sido muito importante ter tido uma relação mais próxima [entre os diversos grupos organizados para a Marcha]. [...] Poderia também falar da dificuldade que o grupo x teve e o grupo y também teve, e colocá-los em contato para ver como superar. Eu acho que teria sido muito importante ter esse tipo de conexão feita especialmente pelo Núcleo Impulsor Nacional, mas ao mesmo tempo, a gente tem que reconhecer as limitações que estavam dadas na constituição desse Núcleo. No decorrer do processo, querendo ou não, os próprios núcleos foram criando estratégias, foram criando formas de garantir a mobilização e articulação de um maior número de mulheres. É óbvio que, talvez, se a participação do Nacional tivesse sido mais próxima, mais efetiva, o resultado poderia ter sido ainda maior, mas ainda assim, eu acho que é importante salientar, que por mais que tivesse tido essas brechas, para não dizer equívocos, eu preferi e coloquei como brechas, o resultado foi positivo.⁴⁷⁰

2. A mobilização para a Marcha em Campinas e a formação da FMNCR

A percepção de que a organização para a Marcha de 2015 contava com pouco apoio, seja por parte dos Comitês Impulsores, seja por parte da municipalidade e de seus órgãos voltados à construção de políticas antirracistas, também era encontrada em Campinas. A

⁴⁶⁷ Ativistas das regiões Norte e Nordeste sinalizam que parte significativa de seu trabalho implicou em mobilizar regiões distantes, em especial quilombos, destacando que essas viagens são caras, longas e difíceis de ser realizadas e que, portanto, demandariam a alocação de recursos específicos da organização. Essas ativistas e organizadoras manifestam a sensação que, nas palavras de Malcher, “a gente tem que dividir o pão igual, mas o pão não foi tão igual assim” (Idem, p.259).

⁴⁶⁸ Idem, p.267.

⁴⁶⁹ Idem, p.254.

⁴⁷⁰ Idem, p.256.

mobilização efetiva para a passeata na cidade começa apenas alguns meses antes do evento, em junho de 2015, quando a Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) convoca as mulheres dos movimentos sociais da cidade para uma reunião no Sindicato dos Bancários de Campinas.⁴⁷¹ A reunião tinha por objetivo estimular as mulheres da região a construir um Comitê Impulsor local para encampar o processo organizativo em colaboração com a organização nacional mais ampla e, segundo algumas das presentes, sinalizar a impossibilidade da organização central auxiliar financeiramente a ida das mulheres da cidade. A escassez de recursos de que a organização dispunha para o evento era atrelada à limitação do financiamento do poder público, como aparece na fala de Taina Santos, uma ativista filiada ao Núcleo de Consciência Negra da Unicamp e ao Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez,⁴⁷² que esteve presente na reunião:

Uma das críticas foi que a Marcha foi um evento chamado e apoiado pela SEPPIR e que eles não deram suporte nenhum, investiram em outras coisas, mais estruturais do evento, e não deram muito suporte para nós, de outros lugares. [...] E é o Estado, né? Logicamente, a gente achou que o Estado ia financiar alguma verba, algum edital, alguma coisa para a gente ter transporte. E não teve isso. [...] Em São Paulo, criaram o núcleo impulsor de São Paulo, que aí tinha assessoria, mas saiu [só] um ônibus. Para as regiões, não dava conta. O estado de São Paulo tem mais de 600 municípios [...]. E aqui não tinha, a CEPPIR [Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, municipal] daqui é muito pobre. Aqui não tinha dinheiro.⁴⁷³

Além de ecoar as questões referentes à distribuição dos recursos disponíveis mencionadas na seção anterior, a ausência de atribuição financeira suficiente à Coordenadoria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, marcada na fala da militante, deve ser colocada em discussão, uma vez que não tratamos aqui de um município de pequeno porte ou com restritas fontes de arrecadação. Ao contrário, Campinas, localizada no centro-oeste paulista, é atualmente a 14^a maior cidade do país em população, com mais de 1 milhão e 200 mil habitantes,⁴⁷⁴ e a terceira maior do estado de São Paulo. Em termos econômicos, é a 11^a cidade na listagem de municípios brasileiros ordenados pelo Produto Interno Bruto (PIB), posicionando-se a frente de capitais como Recife, Goiânia e Campo Grande. Possui também o

⁴⁷¹ O sindicato é vinculado à Central Única dos Trabalhadores e à setorial Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), da mesma central. Como outros sindicatos e associações trabalhistas que possuem sedes e estrutura de organização de eventos, concede espaço, material e aparelhos necessários à organização de eventos de movimentos sociais e grupos políticos.

⁴⁷² O NCN é um grupo de estudantes, funcionários e docentes negros da Unicamp, voltado a debates e a ações políticas referentes à inserção da população negra na universidade. Já o CMNLG é um coletivo político formado por jovens negras e voltado à atuação nas regiões periféricas de Campinas. Falarei melhor deles no quarto capítulo.

⁴⁷³ Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016. Todas as entrevistadas eram integrantes da FMNCR. Para uma lista completa de entrevistas, ver Anexo I.

⁴⁷⁴ IBGE, 2020.

3º maior PIB do estado de São Paulo, que, por sua vez, dispõe de quase um terço da arrecadação total da Federação. Refletindo sua importância local, o município é a sede da Região Metropolitana de Campinas (RMC), o que testemunha sua capacidade de “agregar à sua dinâmica metropolitana e área de influência outros vinte municípios [...] que possuem grande parque industrial e de serviços em seu conjunto”.⁴⁷⁵

Em função dessas limitações, e considerando que a proposta da Marcha e as cartas e documentos divulgados já vinham sendo discutidos em alguns grupos políticos campineiros, algumas das mulheres presentes nessa primeira reunião decidem convocar um encontro no 25 de julho, o Dia da Mulher Afro-Latina e Caribenha, na Casa de Cultura Tainã. Nesse encontro, as militantes propunham uma conversa sobre suas percepções sobre a Marcha e sobre a possibilidade de organizarem coletivamente sua ida. Segundo Cibele Rodrigues, uma ativista de 36 anos e filiada à Casa do Hip Hop de Campinas e uma das envolvidas nesse primeiro momento, essa necessidade se relacionava também à rejeição por parte de algumas das militantes quanto às formas de organização até então propostas. Como ela relata, esse primeiro momento foi planejado por Magali Mendes, uma importante militante histórica local vinculada a grupos culturais negros e ao ativismo feminista da região, e Mariana, uma ativista jovem e então vinculada à Casa de Cultura Tainã e outras iniciativas movimentais da cidade.

Foram formados comitês impulsores para que organizasse a saída das mulheres de movimentos sociais para Brasília, naquele esquema de ônibus da CUT, ônibus de sei lá o que, e a gente entendeu que isso seria inviável pra gente. E aí a Magali e a Mariana sentaram e conversaram comigo e falaram, “Olha, dia 25 de julho agora é o dia que a gente comemora a mulher negra latino-americana e caribenha. O que você acha da gente propor um encontro, e desse encontro a gente formula se participamos ou não dessa marcha? Você ajuda a mobilizar?”. E a gente se juntou, se mobilizou, foi um sucesso, aqui na Tainã, vieram muitas mulheres de diversos setores e neste dia a gente decidiu que a marcha era histórica, que nós gostaríamos de participar dela sim, mas que achávamos inviável ir por essas vias de comitê impulsor e tudo isso. E aí a gente resolveu naquele dia que nós iríamos e que nós iríamos nos organizar pra ir. E foi assim que nasceu esse vínculo, não a Frente [FMNCR] propriamente.⁴⁷⁶

Sua fala demonstra que, além da problemática dos recursos necessários para a viagem e formas de organização da passeata e da viagem, bem como de outras iniciativas locais voltadas a possibilitar a participação das militantes, o projeto de ida à passeata contou com redes locais de ativistas que se conheciam e que foram acionadas nessa ocasião.

Do ponto de vista das redes de ação coletiva existentes em Campinas, uma cidade de forte e longo ativismo, destaca-se o grande número de coletivos, casas de cultura e associações negras, centrais sindicais, movimentos e coletivos feministas, associações e

⁴⁷⁵ Andreotti, 2015, pp.14-15.

⁴⁷⁶ Entrevista Cibele Rodrigues, 36 anos, filiada ao PT e próxima da Casa de Cultura Tainã, em 25/09/2016.

movimentos populares, entre outros, e um território em que alguns debates, como a adoção das ações afirmativas para ingresso na universidade pública, estavam especialmente prementes à época.

Tais redes guardam relações com a história da cidade. Nesse sentido, deve-se destacar, primeiro, a magnitude da população negra campineira que, constituída inicialmente durante a economia escravista, quando a cidade contava o maior contingente de cativos do estado de São Paulo,⁴⁷⁷ manteve-se bastante relevante ao longo de sua história. Tal população atravessou importantes processos de reposicionamento na cidade, marginalização e segregação e constituiu-se, ao longo desses processos, como uma “comunidade negra”,⁴⁷⁸ logrando formar espaços de sociabilidade e esferas públicas próprias, marcados por práticas e agrupamentos de resistência e preservação da comunidade – grandes rebeliões, jongos, maracatus e irmandades católicas, a ampla atuação da Frente Negra Brasil (FNB), sindicatos, movimentos, etc.⁴⁷⁹ A memória dessas práticas de resistência é reivindicada e atualizada por um grande número de organizações e movimentos sociais da cidade – além dos movimentos negros, alguns sindicatos e movimentos urbanos e periféricos –, vários dos quais incluíram-se na FMNCR. Voltarei a essa questão no Capítulo 4.

Outro importante fator na conformação dessa rede é o grande contingente de migrantes que chega à cidade a partir dos anos 1960 que, acompanhando uma tendência geral das áreas urbanas do Sul e do Sudeste nessa época,⁴⁸⁰ é o principal componente que explica o crescimento populacional da cidade, vultuoso e ininterrupto até a década de 1980. O contingente de migrantes explica também a explosão demográfica e geográfica das periferias da cidade que, como tornarei a falar no Capítulo 4, são os espaços privilegiados de formação e atuação de uma série de movimentos sociais. Contudo, a expansão das periferias nesse período

⁴⁷⁷ Segundo Robert Slenes (1987), desde o início da produção de açúcar em Campinas, que se deu nos últimos anos do Século XVIII com a Revolução Haitiana e gerou uma “revolução econômica e demográfica” (p.78) no município, o crescimento explosivo da população cativa foi uma regra até a Abolição, em 1888, adaptando-se às várias leis antiescravistas (cf. Lemes, 2015, 2016; Pirola, 2012) e ultrapassando, em muitos momentos, a população livre da cidade. Segundo Abrahão (2016), ainda, nas últimas décadas de escravidão legal no Brasil, entre 1870 e 1890, a posse de escravos ainda compunha entre 28% e 17% da riqueza das classes altas do município – enquanto que, na capital paulista, esse mesmo número caíra de 18% para 5% no mesmo período (Abrahão, 2016, p.307 et seq.).

⁴⁷⁸ “Comunidade negra” é uma categoria êmica que permeou a pesquisa, aparecendo e sendo reivindicada em uma série de espaços e eventos ao longo do campo. Essa mesma categoria aparece nas pesquisas de Zanoli (2019) e Giesbrecht (2011a, 2011b), que buscou caracterizá-la de forma mais específica. A discutirei mais diretamente no Capítulo 4. Cf. tb. Maciel, 1987, 1997; Ribeiro Martins, 2016.

⁴⁷⁹ Cf.: Maciel, 1985, 1997; Pirola, 2012; Xavier, 1993; Lemes, 2015; Ribeiro Martins, 2016; Domingues, 2008b; Giesbrecht, 2011a.

⁴⁸⁰ Para um panorama da migração no Brasil a partir dos anos 1950, cf.: Camarano e Abromovay, 1999. Para uma análise dessa questão em Campinas ao longo do século XX, cf. Baeninger et. al., 1992.

é explicada não apenas pelo contingente de migrantes que chega à cidade, mas também pela forma de gestão do território vigente em Campinas, a qual, conjugando os interesses dos capitais imobiliário, industrial e de transportes, afastou a população pobre e trabalhadora da região central da cidade e a aproximou das indústrias, que ocupavam as margens da malha urbana, especialmente os entornos das rodovias. A criação dos Distritos Industriais de Campinas (DICs), bairros loteados para as indústrias e conjuntos habitacionais populares e que tornaram, posteriormente, alguns dos principais vetores de expansão da cidade, é exemplar desse processo.⁴⁸¹ O encarecimento das moradias na região central, a precariedade dos empregos industriais e as abordagens truculentas e policiaescas ao problema do déficit urbano em um contexto de ampliação exponencial das ocupações irregulares e habitações precárias⁴⁸² resulta na formação de uma série de movimentos sociais e populares voltados aos direitos à moradia e à terra urbana e às condições de vida nas periferias.

A existência de redes de organização coletiva e o fato de que essas redes encontravam-se mobilizadas em torno de uma série de questões à época foram questões decisivas para a forma como se deu a recepção da proposta da Marcha na cidade. Em primeiro lugar, como já mencionado, vários desses grupos já estavam familiarizados com a Marcha e vinham discutindo suas propostas e a organização para a passeata. Dentre os analisados nessa pesquisa, incluíam-se: a Casa de Cultura Tainã, um importante ponto de cultura negra em Campinas, com fortes relações com a comunidade negra da cidade; a Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, outro ponto de cultura afro-brasileira que, resultante de uma ocupação de uma antiga fazenda de café, é conhecida pela salvaguarda das práticas de jongo; o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo, o mais antigo sindicato de trabalhadoras domésticas do país, fundado em 1979, e vinculado à CUT; o Grupo de Mulheres na Periferia, possivelmente o mais antigo grupo feminista vigente atualmente em Campinas; e o recém formado Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, um coletivo de jovens negras universitárias que promovia formações em espaços periféricos.

Além disso, de acordo com informações coletadas ao longo da pesquisa de campo, duas iniciativas anteriores à FMNCR tentaram mobilizar esforços coletivos para a ida

⁴⁸¹ Entre 1978, quando foi inaugurado o DIC1, e os dias atuais, a região do Ouro Verde, na porção sudoeste da cidade, passou de praticamente inabitada a portadora de aproximadamente 25% da população de Campinas. Sobre os DICs, cf.: Garcia, 2011; Lima, 2013.

⁴⁸² Segundo Helena Rizzatti Fonseca (2014), a taxa de crescimento de ocupações irregulares em Campinas é da ordem de: 4% nos anos 1960; 29% na década de 1970; 21% nos 1980; e, finalmente, 44% nos anos 1990 – período no qual se formam algumas das maiores ocupações de Campinas, como Eldorado dos Carajás, na região dos DICs, e o Parque Oziel.

à Marcha, uma em 2014, levada pelos Agentes de Pastorais Negros (APNs), um grupo vinculado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e com um histórico de atuação na região,⁴⁸³ e uma segunda, mais próxima à data da passeata, proposta pela CUT e encabeçada por Maria Regina Teodoro, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo, da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)⁴⁸⁴ e, posteriormente, integrante da FMNCR. Nenhuma das iniciativas foi adiante. Elas parecem ter sido atravancadas, no primeiro caso, pela ineficácia da tentativa de mobilização – que, apesar das discussões mencionadas acima, teria resvalado na ausência de movimentos sociais que sustentassem o processo organizativo local – e, no segundo, pela autonomia que se visava guardar em relação aos grupos associados a ela. Os dois casos são comentados por Eva, uma militante de 42 anos e vinculada a setores do movimento negro e ao Partido dos Trabalhadores, e Regina Teodoro, organizadora da primeira iniciativa:

Então, em 2014, a gente pensou em fazer um grupo de mulheres negras mesmo, e aí já tinha a discussão da organização da Marcha das Mulheres Negras, tanto que a primeira reunião que houve é de um grupo que eu também faço parte, que são os Agentes de Pastoral Negros do Brasil, APNs. Naquele momento, em 2014, que ocorreu em setembro a primeira reunião para organizar a Marcha, não havia ainda nem o Lélia [Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez], nem a Frente [FMNCR]. Então, eu não sei se tinha um outro coletivo de mulheres negras. Quer dizer, tinha o Sindicato das Domésticas, tinha a Associação de Mulheres Guerreiras, mas assim, que eu tenha conhecimento, não tinha. Pode ser que tivesse, eu sei que tem o [Grupo de] Mulheres da Periferia, mas não tem esse recorte de raça, só esse de periferia. Então, aí a gente começou essa discussão [...].⁴⁸⁵

Eu, enquanto “cutista”, enquanto representação da CUT – ainda eu estava na confederação [Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço – CONTRACS] – quando ia acontecer a preparação da Marcha, acontecer a Marcha eu tinha o compromisso de organizar as mulheres pela CUT, para a gente sair daqui, [ter] o ônibus, aquelas coisas, [fazer] debate, [construir] a pauta que a gente queria pra Campinas, tudo isso. [E aí] é o que eu te falei lá na frente, eu fiz a primeira chamada, fiz uma segunda chamada e não tive sucesso [...] *porque eu estava chamando enquanto CUT, e as mulheres dos movimentos, as mulheres, elas não queriam estar, como que eu diria, ligadas ou seguir a linha “cutista”*. Aí, não consegui, e aí eu me isentei de estar puxando isso, desse compromisso.⁴⁸⁶

Dessa forma, os empecilhos em torno da ida à Marcha não se concentravam apenas na questão dos recursos necessários para a viagem, mas também nas formas e possibilidades de organização propostas pela passeata e em âmbito local. Tratava-se, em outras

⁴⁸³ Sobre a atuação das CEBs e os Agentes de Pastorais em Campinas nas décadas de 1960 a 1980, cf. Roy, 2005; Santana, 1988.

⁴⁸⁴ A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) é fundada em 1997, com sede inicialmente em Campinas, e filia-se à CUT e à CONTRACS em 1999 (cf. Bernardino-Costa, 2007, pp.224-228).

⁴⁸⁵ Entrevista Eva, 42 anos, filiada ao PT, ao CMNLG e ao CONEPPA, realizada em 08/12/2016.

⁴⁸⁶ Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às Promotoras Legais Populares, em 12/07/2018.

palavras, não apenas de conseguir financiamento para ir à passeata, mas, como salienta Lucia Castro, uma das participantes da FMNCR, de “ver *como* a gente vai participar da Marcha de Mulheres Negras em Brasília”.⁴⁸⁷ De forma breve, os debates nesse sentido convergiam, além do problema de financiamento, na forma de organização da Marcha e em seu conteúdo político e programático. Como as interlocutoras de Lemos, algumas das militantes entendiam que os limitados auxílios financeiros eram concentrados em lideranças históricas, sem atenção às diferenças locais e ao contexto político instável, que demandava maior concentração sobre a base; por outro lado, reclamavam do caráter “não reivindicatório” que a organização da passeata reivindicava e que possivelmente esteve relacionado à conjuntura. Ademais, consideravam o programa da passeata pouco atento às questões de mulheres LGBT e às disputas por ações afirmativas no âmbito dos estados e rejeitavam a organização por meio dos Comitês Impulsores, que julgavam “centralizadora” e distante da base, e a aproximação com as centrais sindicais. Tornarei a discutir essas objeções nos capítulos 3 e 5. Note-se, por enquanto, os formatos de organização preferidos pelas militantes para responder à falta de representação sinalizada por Eva, que, opondo-se aos que entendiam como não horizontais e centralizados, pretendiam constituir uma rede composta especificamente por movimentos sociais e populares e que resultasse na formação de uma referência autônoma de organização das mulheres negras da cidade. Nas palavras de Regina Teodoro:

aí as mulheres resolveram chamar, fazer o chamado [para a Marcha] então enquanto movimento, um movimento aberto, né? E aí ficou mais fácil, de tanto que se deu aquele grupo enorme, teve vários encontros e aí ficou fechado que iria pra Marcha nessa Frente de Mulheres Negras pessoas que se comprometessem a acompanhar o debate, tudo que foi planejado, e aí ficou... criou-se essa frente com as mulheres que ficaram.⁴⁸⁸

Conforme acontecem as primeiras reuniões do grupo que se organizou para a Marcha a partir do 25 de Julho na Casa de Cultura Tainã e são definidas as tarefas, atividades e a divisão de encargos para o levantamento de fundos para a viagem, iniciam-se também as conversas sobre as perspectivas das participantes acerca da passeata. Rapidamente, tais conversas se encaminham para elaborações acerca do formato, atuação e agenda política de uma organização local de mulheres negras. O início do processo organizativo já havia demonstrado, como mencionado, que não havia, na cidade, uma agremiação desse tipo que propusesse encampar a discussão, o que não significava dizer que não houvesse reflexão e possibilidades nesse sentido, como destaca Cibele:

⁴⁸⁷ Entrevista Lúcia Castro 1, 43 anos, filiada ao PT, à CUT, à CJDR e ao Aos Brados, em 08/12/2016.

⁴⁸⁸ Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018.

E a forma como [a Marcha] foi organizada também, aqui na cidade de Campinas mais especificamente, formalmente, ao nosso ver, foi uma forma injusta, mas trouxe reflexões que resultaram no que é a Frente hoje. Não éramos organizadas, primeiro, para que a gente reivindicasse esse protagonismo de organizar uma ida à Brasília. *Não éramos organizadas, então não tinha esse ponto de referência. Não tínhamos identidade política, um denominador comum entre nós.* Por que? Lógico, existem negras na cidade de diversos setores e todas elas não se comunicavam. Ao mesmo tempo, todas nós sabíamos quem éramos, [quem eram] as outras [de nós]. Então, na verdade, [a reflexão em torno da Marcha] foi uma força maior que foi conduzindo que a gente chegasse nesse resultado de hoje.⁴⁸⁹

Este lugar vago de organização, articulação ou referência das mulheres negras da região que, como vimos, já vinha sendo abordado por alguns grupos políticos e militantes da região, foi um importante motivador na formação da FMNCR.

A decisão de formar uma organização permanente e autônoma – isto é, não submetida a nenhuma organização preexistente e não pontual ou voltada para uma questão específica – se deu em outubro de 2015, na terceira reunião geral do grupo de mulheres que se organizava para a Marcha. Os relatos acerca dessa ocasião salientam que a decisão foi devida à percepção da necessidade de mobilização permanente das mulheres negras – já que “o racismo [e o machismo] não vão acabar com uma marcha em Brasília” – que, por sua vez, era reforçada pelo contexto de deterioração da institucionalidade e da democracia no país. Essa decisão, relacionada pelas militantes a uma agenda de representação precedente, que já vinha sendo gestada nos grupos, e vinculada simultaneamente ao momento político nacional e a questões referentes à dinâmica dos movimentos sociais locais, tem, na preparação para o evento nacional, um impulso. Nessa medida, a Marcha gerou as condições para que as mulheres negras de Campinas se reunissem e discutissem formas de organização, colando-se a uma agenda já pensada de forma incipiente por algumas das militantes. Nesse sentido, cabe salientar seu papel no posicionamento do movimento de mulheres negras como emanador de oportunidades políticas e impulsionador de institucionalização de grupos desse movimento.

Mais especificamente, as militantes procuravam constituir um espaço de auto-organização e que procurasse, de forma democrática e “horizontal”, representar os vários interesses das mulheres negras da região. Mariana, uma das articuladoras da FMNCR, descreve a organização da seguinte forma:

a ideia da Frente de Mulheres Negras é essa organização mesmo de coletivos, de entidades, de grupos que dialogam ou no movimento negro, ou no movimento feminista, ou como nós do [Coletivo de Mulheres Negras] Lélia [Gonzalez], na pauta interseccional. Mas isso eu acho que é uma coisa que ela tende... eu acho que é difícil também pra todas nós aprendermos a lidar com isso, do que que é *um movimento não centralizado* no sentido de que só faz sentido ele existir quando se tem outros grupos se encontrando para dar vida a isso, mas não dá [para ser mais um coletivo]. [...] A

⁴⁸⁹ Entrevista Cibele Rodrigues, 25/09/2016.

Frente não é pensada para isso, ela não pode ser um grupo, porque a gente já têm muitos grupos, e talvez eu acho que o maior desafio que a gente tem hoje nos movimentos sociais é que os grupos possam conversar e compor pautas unificadas, e de perceber que não tem jeito, a Dona Gracinha, quando tá no conselho da mulher [Conselho Municipal dos Direitos da Mulher], ela tá ali enquanto uma mulher negra discutindo talvez o primeiro grupo organizado de mulheres de Campinas, o [Grupo de] Mulheres da Periferia, e que ao mesmo tempo vai caber a ela manter esse debate das questões específicas da mulher negra. Para mim, foi isso, eu acho que a Frente é muito dessas conversas de que é necessário uma organização permanente, a gente tem que se readaptar, não dá pra ter sempre as mesmas [formas de organização], se organizar e processar as coisas só num dado momento.⁴⁹⁰

Assim, segundo ela, a FMNCR foi pensada como um espaço de mobilização “permanente”, “não centralizado” e voltado à construção de “pautas conjuntas”. Em vez de uma organização pontual, em função da Marcha ou de questões ou eventos pontuais, portanto, o objetivo da FMNCR era manter diálogos continuados entre participantes de diversos grupos sobre uma agenda pactuada por meio desses diálogos, assim como construir ações em prol dessa agenda. Como procura integrar públicos variados por meio das representantes dos grupos, a ideia de “descentralização” implica na ausência de lideranças e em “horizontalidade”. Ao apontar para a posição ocupada por Dona Gracinha – militante de aproximadamente 70 anos e liderança do Grupo de Mulheres da Periferia que, quando discute as questões formuladas pelo movimento social do qual participa, precisa invariavelmente “manter esse debate das questões específicas da mulher negra” – , Mariana salienta a ausência de um espaço em que integre os diversos âmbitos de questões levadas pelas militantes, pensando especificamente, por exemplo, as mulheres negras da periferia. Dessa forma, a FMNCR procuraria remendar as cisões entre essas posições sociais, questões políticas e militâncias, constituindo um espaço de movimentos sociais voltado ao debate, elaboração e condução conjunta de uma agenda das mulheres negras da região, levando em conta as diferentes posições – trabalhadoras, cidadãs, pobres, periféricas, LGBTQs, estudantes, militantes, etc. – que ocupam.

A construção desse espaço comum de diálogo e atuação para as militantes negras da região também dizia respeito à necessidade de articular seus espaços de militância e formular agendas conjuntas, levando em conta as pautas dos grupos e, ao mesmo tempo, pressionando-os a incorporar as questões das mulheres negras que os compunham. Desse modo, após a primeira plenária de novembro de 2015, quando foi debatida e consensuada a agenda que orientaria as ações do grupo, cada uma das participantes repassou o conteúdo do manuscrito aos grupos dos quais participava e negociou para que esses o assinassem. Além do acordo com suas pautas e apoio às ações realizadas em função delas, assinar a Carta-Manifesto da então

⁴⁹⁰ Entrevista Mariana, 32 anos, participante do CMNLG, das PLPs e da Casa de Cultura Tainã, 17/07/2018.

nomeada Frente de Mulheres Negras de Campinas⁴⁹¹ significava fazer parte da organização, uma tarefa que alterava o status das mulheres envolvidas de participantes individuais para representantes de seus grupos.⁴⁹² Em síntese, a construção dessa instância de representação coletiva teve como principais objetivos, por um lado, a construção conjunta de uma agenda política comum e compartilhada e, por outro lado, a obtenção e manutenção de uma aliança entre os grupos integrantes da organização em torno dessa agenda.

O conjunto de dezenove grupos que assinou a Carta-Manifesto nesse primeiro momento é formado por ativismos negros, feministas, trabalhistas, LGBT e comunitários. Trata-se de atores com diferentes formatos, tamanhos e níveis de institucionalização. Em sua maioria, têm bastante variação no número de membros, com muitos filiados e um número bem menor de participantes assíduos em suas atividades de organização.

Entre eles, encontramos uma variedade de grupos e atores antirracistas como: o Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), fundado em 1978 e que organiza um festival cultural anual com grande participação; algumas militantes do Movimento Negro Unificado (MNU), do mesmo ano e com abrangência nacional; o Grupo de Teatros e Danças Populares Urucungos, Puítas e Quinjêngues, fundado em 1988 e que realiza apresentações e pesquisas sobre repertórios culturais negros; a União de Negros pela Liberdade (UNEGRO), fundada em 1988 e articuladora de protestos e debates com alcance nacional; a Casa de Cultura Tainã, de 1989, que articula artistas e produtores culturais e realiza projetos educativos, culturais e de inclusão digital, além de abrigar reuniões de uma série de movimentos sociais; a Soweto – Organização Negra, fundada em 1991 e realizadora de debates, oficinas e formações; a Comunidade Jongo Dito Ribeiro (CJDR), iniciada em 2005 e voltada à pesquisa, recuperação e apresentação de repertórios de jongo; a Djumbo Fortalece a Autoestima, uma grife de roupas e acessórios criada em 2006; a Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, cujo processo de formação foi iniciado em 2007 e que realiza atividades e apresentações culturais, debates, formações, cursos e cede espaço para uma série de movimentos sociais e grupos políticos; o movimento Raízes de Dandá, iniciado em 2011 por membros da Fazenda Roseira e tendo em vista a recuperação de manifestações culturais negras; o Núcleo de Consciência Negra da

⁴⁹¹ A organização adicionou o “e Região” ao seu nome em uma plenária realizada no primeiro semestre 2016, na cidade de Pedreira.

⁴⁹² As participantes da FMNCR se autodescreviam de formas diversas – “participantes”, “integrantes”, “membros” – e, em alguns momentos, expressaram suas dúvidas quanto à melhor categoria de pertencimento à organização. “Representante” não era uma categoria de pertencimento empregada com frequência, à exceção dos momentos em que se referiam diretamente aos grupos dos quais participavam e que integram a FMNCR.

Unicamp*,⁴⁹³ formado em 2012 com proposta de debate, desenvolvimento de ações em prol da implementação de ações afirmativas étnico-raciais na Unicamp e acolhimento de pessoas negras na universidade; o Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades (CONEPPA), iniciado em 2014 e formado por um grupo de educadores que debatem estratégias em torno da aplicação da Lei 10.639/2013; o Coletivo de Negros e Negras Raízes da Liberdade, fundado em 2014 e que promovia debates e procurava promover a inclusão das pautas desenvolvidas na agenda do PSOL; e o Quilombo Urbano OMG (Oziel, Monte Cristo, Gleba B)*, um espaço cultural e comunitário iniciado em 2014, que abriga uma série de reuniões e atividades de grupos de jovens e movimentos sociais, além cursos e formações.

Entre os grupos que se afirmam feministas, temos: o Grupo de Mulheres da Periferia, formado em 1980 para articular associações e grupos de mulheres dos bairros da periferia de Campinas e que realiza reuniões, oficinas, protestos e participa de canais institucionais como o CMDM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher), definindo-se como feminista popular; as Promotoras Legais Populares – Associação Cida da Terra, um projeto de educação popular feminista presente em toda a América Latina e, nesse formato, iniciado em 2005 em Campinas, e que realiza cursos de formação, atividades com as mulheres da periferia e intervenções em casos de violência contra as mulheres, definindo-se também como feminista popular; o Coletivo Feminista Rosa-Lilás, formado em 2011 por um grupo de jovens universitárias vinculadas ao PSOL e que, além de participar das ações do movimento feminista local, realiza debates e atividades voltadas a articular as questões de gênero e pressioná-las na pauta do partido; o grupo Flores do DIC, formado em 2015 por um grupo de mulheres dos Distritos Industriais de Campinas, bairros periféricos da cidade, e realiza protestos, reuniões e debates entre mulheres da periferia, definindo-se como feminista popular; o Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, formado em 2015 por jovens universitárias negras e que realiza formações, cursos, atividades culturais e debates com jovens nas regiões periféricas de Campinas, além de atividades com trabalhadoras negras, e define-se como feminista negro.

Havia, ainda, associações de caráter trabalhista, como a Associação das Profissionais do Sexo de Campinas Mulheres Guerreiras, fundada em 2007, que realiza atividades de debate, informação, autoestima e proteção com as trabalhadoras sexuais, além de se articular com redes nacionais e internacionais em torno da regulamentação do trabalho

⁴⁹³ Os grupos marcados com asteriscos assinaram a Carta-Manifesto posteriormente à ida à Marcha

sexual; e o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo*, que realiza atividades, protestos e diálogos com trabalhadoras domésticas e com o poder público, além de ter sido um importante ator nas articulações nacionais e internacionais em torno da aprovação de legislação trabalhista para as domésticas.

Por fim, um coletivo que se define como LGBT negro da periferia, o Aos Brados!!! Por uma vivência digna da sexualidade, que foi fundado em 2001 e realiza atividades culturais, educativas e voltadas à integração da população LGBT, além de relacionar-se com vários grupos da cidade.⁴⁹⁴

Com estes grupos, os quais eram integrados pelas militantes da FMNCR, a organização procura constituir compromissos de apoio e participação mútuas – atos conjuntos, participação em eventos, apoio logístico. Nesses casos, a construção da organização visa estabilizar e solidificar uma rede de relações previamente traçadas de forma menos sistemática, com efeitos práticos para a pauta unificada, assim como para as plataformas dos grupos.

Adicionalmente, a formação da organização tinha por objetivo arregimentar essas militantes e grupos em torno da disputa de espaços e grupos políticos vistos como impermeáveis ou hostis às questões das mulheres negras – em especial, os partidos políticos e alguns redutos feministas. Nesses casos, a FMNCR seria um espaço de fortalecimento das mulheres envolvidas, valendo-se do capital político que procurava acumular para encampar suas disputas políticas. Todavia, assim como a consolidação de uma rede afeita às pautas da FMNCR demandou processos de construção e fortalecimento dessas relações, os espaços fechados a ela não são fixos ou passíveis de definição a priori – já que nem todos os grupos dos quais as mulheres da FMNCR participam integram a organização e os grupos feministas ou partidários, que tendem a ser vistos com desconfiança, são também próximos de alguns grupos filiados à organização e podem ser aproximados em determinadas circunstâncias. Em suma, essas disposições também não são fixas, alterando-se, por vezes, no curso específico dos eventos.

3. Fases e Atividades

Os primeiros meses da FMNCR foram voltados à formação da organização, definição de pautas, diálogos e pactos com os grupos filiados, concentrando-se especialmente

⁴⁹⁴ As características dos grupos filiados encontram-se sintetizadas no Anexo V (Dados dos Grupos).

no levantamento de fundos para a Marcha de 2015. As principais atividades nesse período eram saraus abertos ao público e plenárias para definir sua organização e manter debate internos.

As **plenárias** eram espaços exclusivos às participantes, nos quais eram realizadas as discussões que competiam apenas a elas. Nelas, era definida a estrutura e atividades dos saraus e outros eventos, a divisão das tarefas e responsabilidades do grupo, as formas de obtenção de fundos para as atividades, as questões que deveriam ser discutidas com o público, assim como as estratégias e os focos políticos da organização. Até novembro de 2015, quando aconteceu a Marcha, as plenárias aconteceram mensalmente e foram realizadas na Casa de Cultura Tainã, na Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira e na Casa de Cultura Andorinhas, no período da tarde do último ou do primeiro domingo do mês. Durante esse período, foram suplementadas por reuniões paralelas e comissões, as quais tinham por objetivo, além da organização para a Marcha e das atividades, a própria organização das plenárias, sua dinâmica de fala e organização e os métodos e estratégias empregados nos debates. Assim como a FMNCR, as diferentes comissões tinham grupos no WhatsApp e havia um contato frequente entre as participantes.

Acerca de sua dinâmica e estrutura, as plenárias eram geralmente guiadas por uma pergunta (“Por que nossa marcha é permanente?”, “O que nos une enquanto negras?”, etc.)⁴⁹⁵ definida no encontro anterior e as interações eram voltadas a debater as questões em torno das perguntas colocadas. Nos encontros desse período, foi definido o caráter permanente da FMNCR, o leque de questões que orientaria suas ações, posteriormente consolidado na Carta-Manifesto, e as relações que teceria com os grupos filiados. Além de solicitarem que todas as participantes contribuíssem com pratos ou bebidas para um lanche, as tarefas da cozinha costumavam ser realizadas por um grupo de homens próximos às integrantes da FMNCR, geralmente seus companheiros, filhos ou familiares, que serviam os lanches, recolhiam os pratos, etc. Eles também se responsabilizavam por cuidar das crianças durante o evento e, mais eventualmente, aspectos de logística. Como outros grupos e pessoas próximas à FMNCR, que ofereciam apoio logístico em suas atividades e formas variadas de suporte à organização, eles eram chamados de “aliados”.

Segundo Mariana, essas práticas teriam sido influenciadas por sua convivência com o CEDENPA, mencionado no capítulo anterior, e com encontros de mulheres

⁴⁹⁵ Para alguns dos panfletos de divulgação das plenárias e atividades, cf. Anexo VI (Linha do tempo).

negras e quilombolas no Pará e no Amapá organizados por este e por outros grupos, e propostas à FMNCR como experiência. Segundo ela:

Até hoje a maior parte desse encontro, ele é feito 100% financiado pelas participantes, então cada delegação que vai de um lugar leva arroz, leva feijão, leva comida, e cada uma delas também delega pelo menos um homem pra ir pra esse encontro que tem uma função de estrutura, porque esses homens, o que que acontece, eles que cozinham, eles cuidam das crianças, cozinham pra que as mulheres tenham o seu foco todo em participar do evento. Então, quem faz toda a organização do que vai ser chamado do grupo de estrutura que é o grupo que por exemplo vai lavar, vai limpar, são os homens. E isso também pra mim foi uma coisa muito louca a primeira vez de ter vivenciado, porque é uma prática que quase nunca você vai ver aqui pro Estado de São Paulo. Em geral a gente não tem os homens assumindo esse lugar do cuidado pra que mulheres possam discutir, e aí eu acho que o CEDENPA me deu muito dessa visão de mundo. [...] Isso é uma ideia que foi trazida do CEDENPA, não foi uma ideia criada por nós [FMNCR]. Foi uma ideia de experimentar uma organização que... então, na verdade isso da Frente vem dessa experiência né⁴⁹⁶

A segunda atividade periódica da FMNCR eram os saraus abertos. O *Sarau das Aliadas* teve frequência mensal nos 18 primeiros meses da organização e foi realizado principalmente na Casa de Cultura Tainã – à exceção de poucas vezes em que ocorreu no Quilombo Urbano OMG ou na Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira. Até novembro de 2015, ele era a principal forma de recolher recursos e fundos para a ida a Brasília, que envolvia transporte, alimentação, confecção de camisetas e outras necessidades. Assim, as participantes da FMNCR vendiam ingressos para os saraus que custavam de 20 a 25 reais; contudo, como eles eram realizados em espaços abertos ao público, os ingressos não restringiam a participação, mas eram solicitados apenas no momento em que a comida era servida. Em todos os saraus, foram preparados e servidos pratos da culinária afro-brasileira, como vatapá, caruru, omolocum, ximxim de galinha, acarajé, feijoada, etc. Em algumas ocasiões, enquanto as pessoas comiam, alguma das militantes explicava a história e o significado ritual dos pratos, muitos dos quais são oferecidos aos orixás do candomblé e entidades da umbanda.⁴⁹⁷

Os saraus contavam com apresentações musicais, de poesia, hip hop, *slam*, apresentações de manifestações da cultura negra local como jongo e samba de bumbo, peças teatrais e mostras de filmes, além de falas políticas, apresentações dos grupos da FMNCR e de outros grupos presentes, manifestações de repúdio quanto a eventos de racismo e machismo, comunicação do calendário de atividades da organização e dos grupos filiados e, em alguns momentos, sugestões de ações transversais e alianças em questões ou em função de situações específicas, as quais tendiam a tornar-se proposições concretas e converter-se em encaminhamentos de ação. Geralmente, eram frequentados por integrantes de vários

⁴⁹⁶ Entrevista Mariana, 17/07/2018.

⁴⁹⁷ Em 2016, inclusive, a feijoada servida em um dos saraus foi preparada por membros de um terreiro da região.

movimentos sociais de Campinas e de outras cidades próximas, assim como rappers, produtores culturais, *slammers*, cantores, artistas cênicos, bandas, artistas em geral, além de educadores e muitos jovens. Além das apresentações programadas, costumava-se afirmar que o microfone estava aberto para intervenções variadas, que poderiam ser de quaisquer tipos – poemas, músicas, falas, denúncias, etc. As apresentações e intervenções, quase sempre iniciadas com uma incursão no “lugar de fala” do enunciador e em algumas experiências de sua vida, eram demonstrativas das redes que a FMNCR mobilizava, contando com figuras que se tornavam referências a jovens negras e periféricas – como Preta Rara,⁴⁹⁸ Luana Hansen⁴⁹⁹ e Mel Duarte⁵⁰⁰ –, além de políticos locais e antigos militantes.

O trabalho de preparação e realização das atividades – compras de comidas, bebidas e outros itens necessários, obtenção e preparação de estrutura (copos, pratos, cadeiras, decoração, etc.), confecção e venda de convites, o traslado de convidadas, contas e acompanhamento financeiro, entre outras coisas – era dividido entre as participantes do grupo, uma divisão que se alterou ao longo do tempo.



Figura 2 - A FMNCR na Marcha de Mulheres Negras de 2015, em Brasília

A partir do início de 2016, com a publicação da Carta-Manifesto e após a ida à Marcha, a FMNCR entra numa fase de muitas atividades – encontros, formações, oficinas,

⁴⁹⁸ Preta Rara é rapper, modelo plus size, arte-educadora e fundadora da marca de roupas Audácia Afro Moda. Tornou-se conhecida com a página no Facebook *Eu, empregada doméstica*, que recebia e publicava relatos de experiências de trabalhadoras domésticas nas casas em que trabalhavam.

⁴⁹⁹ Luana Hansen é uma rapper, DJ e produtora cultural paulistana. Tornou-se conhecida pela composição da música-tema da Marcha de Mulheres Negras de 2015, *Negras em marcha*, que apresentou durante a passeata. À época da pesquisa, mantinha um estúdio de gravação para rappers mulheres e LGBTs.

⁵⁰⁰ Mel Duarte é uma escritora, produtora cultural e *slammer* paulistana. Publicou seu primeiro livro, *Fragmentsos dispersos*, em 2013 e, desde então, já foi destaque na FLIP, representou a literatura brasileira no Festival de Literatura Luso-Afro-Brasileira, em Angola, e participou de TED Talks e comerciais.

rodas de conversa, protestos e atos – , engajando-se também em sessões solenes e debates na Câmara dos Deputados, com o Conselho Tutelar, reuniões e atividades de movimentos sociais e audiências públicas. Passou também a participar da programação e organização do ato do 8 de Março e do 20 de Novembro, esteve presente em debates com candidatos às eleições municipais e engajou-se na disputa por ações afirmativas nas universidades paulistas.

Nesse período, as plenárias passaram a ser bimensais e, com isso, questões urgentes de organização e logística, e mesmo debates políticos, foram muitas vezes antecipados ou debatidos por e-mail ou utilizando as redes sociais, em especial os grupos no WhatsApp, usados com bastante frequência e intensidade. Alguns dos debates desse período foram as relações da FMNCR com outros grupos políticos da cidade – como a participação nos atos do 8 de Março e do 20 de Novembro, o apoio a candidatas e partidos políticos nas eleições municipais,⁵⁰¹ entre outros – , a agenda de debates e intervenções na cidade, o cronograma de atividades da FMNCR e a divisão de tarefas, que levou a tensionamentos entre as participantes em alguns momentos. Além dos espaços já mencionados, uma das plenárias foi realizada na cidade de Pedreira, onde moravam algumas de suas integrantes.

Após a Marcha, os saraus deixaram de centralizar o levantamento de fundos e passaram a priorizar a sociabilidade, interação e diversão dos presentes. Com o reposicionamento da proposta do Sarau, a principal alteração na estrutura do evento foi o fim de um momento especificamente programado para apresentações e dinâmicas dos grupos e coletivos, que foram bastante encurtadas e passaram a ocorrer de forma espontânea. Segundo algumas militantes, as apresentações eram importantes de início, pois a maior parte dos frequentadores dos saraus não conheciam os grupos políticos presentes; ao longo do tempo, porém, passaram a avaliar essas atividades como “maçantes” para os presentes. Assim, as falas de apresentação foram substituídas por dinâmicas mais breves e interativas e em diversos momentos o público foi sondado acerca de quais atividades teriam sua atenção e interesse.

Em vez de tornar o sarau um “espaço de diversão” mais do que um espaço político, o que parece ter ocorrido, na verdade, é a constituição de uma *linguagem política diversa*. Como descreveu uma das participantes da FMNCR, “pararam de tornar [as atividades políticas] um evento; ainda acontece, mas fica mais opcional a participação”.⁵⁰² Assim, no lugar

⁵⁰¹ Retomarei essa questão no Capítulo 4. Por ora, informo apenas que, ainda que a FMNCR tenha deliberado por não apoiar nenhum candidato ou partido nas eleições, os conflitos em torno dessa questão permaneceram ao longo de toda a sua atuação.

⁵⁰² Entrevista Sidélia Silva, 29 anos, participante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e do FECONEZU, em 11/08/2016.

de apresentações formais dos grupos e debates, passaram a prevalecer as atividades com participação dos presentes e que visavam ao compartilhamento de perspectivas acerca de um determinado tema. Como salienta a fala de Mariana, esse deslocamento na linguagem política foi estratégico para que certos debates pudessem ocorrer:

Eu acho que a gente podia apresentar a audiência de hoje, como a gente pensou, porque na última audiência a gente... a avaliação da galera foi assim, “pô, foi muito pesado”... aquele começo, muitas falas, muito choro, e aí quando terminou ficou... “e agora? Eu volto pra casa chorando? Eu corto os pulsos?”. E aí, a gente trouxe uma metodologia. E aí eu vou apresentar o *Sarau das Aliadas*, eu acho que a Ju podia apresentar a proposta do *Sarau das Minas*, né?⁵⁰³

Dessa forma, os saraus são vistos métodos de suavizar a discussão política e torná-la mais fluida e menos aflitiva aos presentes. A transformação do Sarau em um espaço de interação e diversão apartado de um discurso político tradicional não implicou na despolíticação do evento – em todos eles, elementos como a busca de articulação com outros grupos (como cursinhos populares, grupos da juventude e militantes negras da cidade), a apresentação da proposta da FMNCR (por exemplo, com a exibição de seu documentário, *Em Marcha Sempre*)⁵⁰⁴ e uma série de discussões por meio de dinâmicas mantiveram o ambiente recheado de questões políticas.

Dois saraus especialmente importantes nesse período foram os realizados em julho e outubro de 2016. No primeiro deles, a FMNCR comemorava um ano e, em razão disso, foi realizada uma “femenagem” – termo empregado em substituição a “homenagem”, salientando que todas as celebradas eram mulheres – às mulheres negras da cidade que tivessem mais de 60 anos e tivessem um histórico de contribuição à comunidade negra local. Nessa atividade, que atraiu um público de mais de cem pessoas à Casa de Cultura Tainã, as mulheres mais jovens premiavam as indicadas “mais velhas”, que recebiam uma medalha e flores e faziam um discurso de agradecimento. Boa parte das “femenageadas” não era integrante da FMNCR e, com isso, o sarau foi amplamente frequentado por uma série de pessoas cujas biografias têm importância na conquista de direitos e visibilidade das mulheres negras de Campinas, bem como por diferentes movimentos sociais, alcançando um público mais vasto e diverso. Juntamente à atribuição das tarefas de cozinha e cuidado das crianças aos homens próximos das integrantes e a outros aspectos das atividades da FMNCR, essas subversões da linguagem e das expectativas dos presentes quanto a papéis de gênero e raça eram centrais na dimensão da “prefiguração”, que discutirei no Capítulo 5. Esse sarau fechava uma semana de atividades em função da Semana da Mulher Afro-Latina e Caribenha, a qual teve três rodas de

⁵⁰³ Fala de Mariana durante a Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia e Sarau das Aliadas, 15/10/2016.

⁵⁰⁴ O documentário, produzido pelas integrantes da FMNCR a partir de filmagens da ida à Marcha e do processo de preparação, encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OzYRe2jQowE&t=233s>.

conversa sobre sexualidade, geração, direitos e violência, além de um mutirão de grafitti feminino.



Figura 3 - Femenagem realizada no Sarau das Aliadas de julho de 2016, na Casa de Cultura Tainã

O segundo sarau, em outubro de 2016, foi realizado juntamente à Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, que, além de uma série de grupos de juventude, cursinhos populares, organizações pró-cotas e grupos políticos voltados à pauta da educação, reuniu também membros do poder público, conselhos consultivos e ONGs de direitos humanos, totalizando mais de 150 pessoas na atividade ao longo do dia. Além de uma apresentação de uma peça teatral, bandas de rap, *slams*, o documentário da FMNCR e uma série de discursos, esse sarau contou com uma dinâmica de microfone aberto nomeada *Por que eu odeio o Estado?*, em que em que cada um dos presentes – majoritariamente jovens de até 19 anos – se apresentava e falava sobre seus problemas em relação ao Estado brasileiro, ali representado por um grande boneco com o qual os participantes interagiam e no qual jogavam bexigas com água. Como no sarau de julho, constituiu-se um espaço de diálogo e troca, fortalecendo os vínculos da FMNCR com diferentes estratos da militância organizada na região de Campinas.

Assim, embora o público predominante dos saraus fossem jovens negras, eles eram amplamente frequentados por vários grupos – uma quantidade relevante de mulheres e idosas negras; um grupo menor, mas relevante, de homens negros; poucas mulheres e homens brancos. Os homens negros, mulheres e homens brancos presentes eram frequentemente os mesmos em todos os saraus. O público LGBTQ, bastante assíduo às atividades, variava entre

grupos grandes e representações pontuais. Havia sempre crianças e frequentemente seu cuidado era assumido por várias pessoas ao longo dos eventos, que costumavam começar por volta de duas da tarde e terminar depois das oito da noite. Na percepção de algumas das integrantes da FMNCR, o Sarau oferecia a possibilidade de maior integração das jovens nas redes de ativismo, como salienta a fala de Eva:

O sarau tem acontecido, eu acho que é um momento importante, principalmente de meninas mais jovens que têm procurado saber do sarau e colado lá e se inteirado de uma discussão que muitas vezes não é oferecida em outros espaços. E aí a gente faz a rede, né? [Quem] Sabe do Sarau, sabe das PLPs, dos coletivos... a gente acaba fazendo essa questão da rede de integração das mulheres negras.⁵⁰⁵Em 2016 e 2017, a FMNCR participou também da organização do ato do 8 de Março em Campinas, com grandes tensões, disputou a participação de artistas LGBT no ato do 20 de Novembro, fez atos na Delegacia da Mulher em Campinas, esteve nas audiências públicas acerca das ações afirmativas na Unicamp e integrou uma série de eventos em torno dessa pauta. Em 2017, uma das participantes da FMNCR organizou o grupo *Nenhuma a Menos* em Campinas em função de um caso de feminicídio e, ainda no início do ano, esse grupo realizou um grande protesto, que reuniu centenas de pessoas. Realizou, ainda, uma atividade de debate no 25 de julho, no Museu da Imagem e do Som, com alta frequência.



Figura 4 - Atividade no Dia da Mulher Afro-Latina e Caribenha de 2017, no MIS-Campinas

⁵⁰⁵ Fala de Eva na Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, 15/06/2016.

A partir do segundo semestre de 2017, as atividades foram bastante reduzidas e a FMNCR entrou em um processo de “desmobilização”, como nomeiam as participantes. Algumas importantes atividades ainda foram realizadas, como o 3º Caruru da FMNCR, em setembro, e algumas reuniões. Contudo, os crescentes desentendimentos entre algumas participantes em torno da relação da FMNCR com partidos políticos, movimentos feministas e, em alguns casos, outros movimentos e mesmo entre as participantes, levaram ao progressivo rareamento das atividades e, finalmente, ao seu encerramento. Ao longo desse processo, que teve como marcador final a participação no 8 de Março de 2018, reuniões foram convocadas e algumas participantes investiram em algumas tentativas de reorganização. Nesse período, e mesmo depois, a maior parte delas referia-se aos problemas como passageiros e expressava o desejo de retomar as atividades. Todavia, isso não aconteceu.

Capítulo 3. *Por que marchamos? A Agenda.*

A gente se reúne para escrever um manifesto e *ver como a gente vai participar da Marcha de Mulheres Negras em Brasília*, a primeira Marcha. E dentro dessa formação, dessa apresentação, a gente percebe que a gente é diversa, percebe a pluralidade de mulheres ali, e aí vem a questão do entendimento de por que marchamos, né?⁵⁰⁶

Até aqui, apresentei a formação da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região, procurando situá-la no conjunto da experiência militante das organizações de mulheres negras brasileiras e pontuar algumas de suas características que a posicionam em relação a essa herança. Também busquei apresentar os motivos pelos quais as ativistas julgavam necessária a composição de uma nova organização local e os formatos pretendidos para essa organização. Como afirmei, a FMNCR é construída em função de um alinhamento de grupos políticos e militantes locais e visava criar as condições e o espaço para uma discussão compartilhada e uma agenda comum de militância. Mais do que uma necessidade sentida a partir de sua formação, a construção dessa pauta ou agenda unificada, levando em conta o acúmulo teórico e político-estratégico dos grupos filiados à organização, foi um dos principais impulsos à construção da organização. Nesse capítulo, analiso a agenda unificada construída pela FMNCR, perguntando por sua relevância e função para o grupo, seus temas, princípios e processo de construção. Enfocando os processos de construção e reconstrução aos quais a agenda foi submetida, o capítulo procura relacionar a coexistência de pautas variadas (e, por vezes, conflitantes) à convivência de diferentes gerações de militantes no interior da organização e destacar, simultaneamente, a produção de consenso na constituição dessa agenda.

Ao pensar o conteúdo da agenda como “críticas à injustiça institucionalizada” – especificamente no sentido formulado por Nancy Fraser, segundo o qual “a justiça requer arranjos sociais que permitem que todos participem como pares na vida social” e, conseqüentemente, “superar a injustiça implica em dismantelar obstáculos institucionalizados que impedem que algumas pessoas participem em posição de paridade com outras, como

⁵⁰⁶ Entrevista Lúcia Castro 1, 43 anos, filiada ao PT, à CUT, à CJDR e ao Aos Brados, em 08/12/2016.

parceiros completos na interação social^{507xxiv} – , o capítulo procurar destacar a comunhão e imbricação de agendas relacionadas à classe social e ao trabalho com aquelas vinculadas aos debates sobre cultura, e identidade, salientando o endereçamento de ambos os conjuntos de demandas às instituições.

Para fazê-lo, parte da Carta-Manifesto, documento produzido como síntese dos debates e proposições de suas participantes e grupos. Pontualmente, essa agenda foi construída na plenária anterior à Marcha, em 1º de novembro de 2015, por meio de uma dinâmica intitulada *Por que Marchamos?*, proposta como método de construção coletiva das demandas do grupo. As respostas de aproximadamente 30 mulheres presentes versaram sobre seu interesse na Marcha de 2015, as razões pelas quais buscavam se organizar coletivamente e suas expectativas para uma organização regional de mulheres negras. Parte dessas falas foi gravada em vídeo e disponibilizada no canal da FMNCR no YouTube!⁵⁰⁸ A Carta-Manifesto (CM), levada à Marcha de Mulheres Negras e disponibilizada posteriormente ao público, em março de 2016, é resultado dessa discussão e de uma série de processos de escrita coletiva, expressando e cristalizando a agenda que será perseguida pela FMNCR nos tempos seguintes.⁵⁰⁹ A versão da Carta publicada em 2016 é composta de uma seção de Apresentação da organização, o cronograma de Saraus e Plenárias da FMNCR para os meses seguintes, uma lista das entidades e grupos que a compõem, algumas frases e uma seção intitulada “Por que Marchamos?”, na qual constam 45 pontos de pauta sem numeração. Para os objetivos desse capítulo, recortei a CM, disponível na íntegra no Anexo IV, numerando os pontos de pauta e reorganizando-os em três eixos: 1) identidade, reconhecimento e cultura; 2) classe, trabalho e pobreza; 3) Estado, instituições e poder político. No segundo item desse capítulo apresento os pontos de pauta em sua totalidade.

Se a CM sintetiza e cristaliza uma agenda da organização, a série de debates e deliberações que formam a agenda política da FMNCR se iniciam nas primeiras conversas acerca das propostas e da forma de organização da Marcha e seguem em elaboração ao longo das atividades, em especial durante o primeiro ano da organização. Segundo Cristiane Anizeti, responsável pela redação final do documento, a composição da CM teria acontecido por meio de “dinâmicas presenciais” (em especial, a já mencionada dinâmica na plenária de 1º de

⁵⁰⁷ Fraser, [2004] 2013, p.193.

⁵⁰⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC-ASJRcG3ysuy82SGUhJI8Q>

⁵⁰⁹ Cf. Anexo IV (Carta-Manifesto).

novembro de 2015) e a “construção do texto”, um processo mais amplo de diálogo e redação conjunta. Sobre esse processo, diz:

teve uma construção muito harmônica e tem uma construção também cheia de conflitos, né, de posições, e é curioso porque assim, [quando discutimos] o que nos unifica, e aí é muito harmonioso... então, eu lembro no processo de construção do manifesto [CM], várias mãos, mas várias mãos distantes, escrever aqui um pedaço, pega essa pauta, envia o texto, lê o texto, o retorno do texto, aliás [isso foi como] uma outra dinâmica da construção do manifesto. E foi uma coisa que de início chamou a atenção assim, porque muitas vezes trabalho coletivo ele é mais lento, né? Você manda uma coisa [e] alguém [responde] "ah tá, ok", e é um ok formal... E a construção do manifesto foi uma coisa assim, as pessoas comentando, então, olha, o pessoal leu mesmo, aí depois isso vira uma diagramação, a diagramação volta.⁵¹⁰

Esse processo explica as diferenças entre as dezoito falas da dinâmica *Por que Marchamos?* disponibilizadas online e a publicação resultante. Além de demonstrar a maturação da discussão e da organização, que passa a apresentar pautas mais precisas, aponta suas parcerias e seu calendário de atividades, a especificação das pautas na redação final do Manifesto amplifica o foco no Estado e nas instituições, com o apontamento de ações e políticas institucionais voltadas a intervir em questões que, nas falas da dinâmica, não eram enquadradas necessariamente como da alçada institucional (como algumas colocações em relação a identidade), e, além disso, reforça a defesa e a centralidade do debate em torno de classe e trabalho, especificando alguns grupos vistos como especialmente vulneráveis. Como sinaliza Cristiane Anizeti, esse primeiro momento de construção foi seguido, ainda, por uma recomposição dessas pautas ao longo da atuação do grupo:

tinham as reuniões né, [com as suas] as pautas; o sarau de certa forma ele também acabava construindo a pauta né, porque, era isso, a gente acabava sempre fazendo uma roda, ou, mesmo a dinâmica do microfone [aberto], surgem questões, e aí esses aspecto do que nos unifica, do que são os nossos problemas, era muito harmoniosa, ao mesmo tempo que tem os conflitos de tempo, espaço, território, né.⁵¹¹ Assim, entendo que as atividades posteriores à publicação também são relevantes para entender o projeto avançado pela organização. Por meio desses eventos, parcerias e debates, essas demandas são reelaboradas, especificadas e posicionadas em discursos mais complexos, os quais procuram delinear prioridades e ressaltar interconexões. As experiências vivenciadas ao longo da atuação e consolidação do grupo também têm papel importante na sedimentação ou deslocamentos encontrados na pauta. O principal exemplo nesse sentido é a ida à Marcha de 2015, cujo impacto nos entendimentos das

⁵¹⁰ Entrevista Cristiane Anizeti, 32 anos, filiada ao PSOL e participante do Coletivos de Negras e Negros Raízes da Liberdade e do Coletivo Feminista Rosa-Lilás, em 20/07/2018.

⁵¹¹ Entrevista Cristiane Anizeti, 20/07/2018.

mulheres da FMNCR acerca dos propósitos de sua militância e de seu potencial enquanto movimento social, ajudou a delimitar e moldar a organização. O aprofundamento da instabilidade na conjuntura política e econômica a partir de 2015, por sua vez, também tem influência nos objetivos coletivos e a dinâmica de atuação da FMNCR. Nesse contexto, os debates orientam-se ora em função da preservação dos avanços institucionais e políticos pavimentados pelos movimentos de mulheres negras e pelos movimentos sociais em geral, ora em torno de perspectivas mais críticas a um status quo que, a despeito de avanços, segue excludente e repressor às mulheres negras.⁵¹²

Dessa forma, sustento que a agenda política da FMNCR é melhor compreendida como processos de debates, disputas, posicionamentos e reposicionamentos, do que como definições fechadas e estáveis – inclusive porque, ao longo da organização, as mulheres não recorriam a votações, mas procuravam “construir consensos” por meio de longos diálogos. Assim, ainda que a CM não seja alterada ao longo da atuação da FMNCR e seja sempre apresentada como o “lugar do consenso” entre as mulheres, há diferentes interpretações ou pesos para cada um de seus pontos, os quais permaneceram em debate na organização. Com isso, os sentidos atribuídos a essas pautas foram especificados, afinados e, por vezes, ressignificados no decorrer da militância conjunta. Nesse sentido, a carta formaliza uma série de princípios, compromissos e posicionamentos no campo político, que tomam formas específicas à medida em que se alteram as condições sociais com as quais a organização dialoga. Levando isso em conta, o capítulo olha para a pauta não apenas conforme ela é encontrada na CM – tomada aqui como um mapa ou referencial dos debates, atividades e posicionamentos encontrados e produzidos na organização – , mas também observa os processos de reposicionamento e disputa aos quais essa pauta é submetida em sua construção inicial e nos debates e na atuação subsequente da FMNCR. Dessa forma, vale-se não apenas do documento referencial da organização, mas do acompanhamento e registro de suas atividades posteriores. Além da CM e da plenária *Por que marchamos?*, procuro observar como essas pautas foram debatidas ao longo das atividades da FMNCR, dispostas como conflitos e reelaboradas na interação entre as participantes.

⁵¹² Nessa medida, a FMNCR acompanha um argumento central da organização central da Marcha de 2015. Cf. AMNB, 2016; Lemos, 2015, 2016a, 2016b.

1. Apresentar a FMNCR: autonomia, unificação e os objetivos.

Além de central na mobilização inicial da FMNCR e na definição de suas atividades e prioridades políticas, a agenda política – especialmente a Carta-Manifesto, impressa e entregue nos eventos, atos e espaços frequentados pela FMNCR – teve um papel na definição da imagem pública do grupo. Na sessão “Apresentação” da CM, a organização se define da seguinte forma:

A FMNCR começou a ser construída no dia 25 de julho de 2015, quando, reunidas na Casa de Cultura Tainã, nós, mulheres negras de diferentes coletivos, organizações, entidades e movimentos sociais, pactuamos construir ações permanentes de combate e erradicação do racismo, machismo, sexismo e pobreza.

Entre as ações, deliberamos a participação na Marcha Nacional de Mulheres Negras – 18 de novembro de 2015 – e pensamos o quanto seria interessante sintetizarmos uma posição das mulheres de Campinas no sentido de contribuir para o debate do que é o “Bem-viver”, que está diretamente relacionado às nossas questões interseccionadas entre raça, gênero e classe.

A partir daí, nossa proposição foi a de estabelecer um debate amplo e autogestado com mais mulheres negras que hoje integram a FRENTE: coletivos e movimentos sociais dos municípios de São Paulo, Pedreira e Hortolândia que participaram da Plenária de Mulheres Negras ocorrida no dia 1o de novembro, na Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Nessa plenária, também deliberamos que nossa marcha, que é permanente e constante, possui caráter denunciatório e reivindicatório.⁵¹³

É notável que, apesar das falas e entrevistas das participantes apontarem para a Marcha como a razão principal da formação da FMNCR, nessa Apresentação, a passeata é situada como uma “entre as ações” voltadas ao “combate e erradicação do racismo, machismo, sexismo e pobreza” para as quais a organização de Campinas foi fundada. O trecho, especialmente a última frase, também sinaliza diferenças entre a forma de organização e a agenda política atribuídas à passeata, por um lado, e a proposta definida para a FMNCR (“permanente”, “constante”, “reivindicatória” e “denunciatória”), por outro lado. Segundo algumas das entrevistadas, a ideia de que a Marcha não era “reivindicatória” teria sido divulgada pelo Comitê Impulsor de São Paulo e pelo Comitê Nacional:

as discordâncias [com a Marcha] que o nosso Manifesto traz são essas, em qual sentido? A Marcha, para nós, ela era reivindicatória e por isso vem o [nosso] Manifesto. [...] E aí, por que a gente dizia isso? Porque não faz sentido nenhum a gente mobilizar milhares de mulheres para irem para Brasília para fazer uma manifestação de rua com o nome de marcha e não vai ser reivindicatória, o que que a gente vai... a gente vai marchar em Brasília no final, pra que? A gente não estava precisando confraternizar e nem tinha motivo de confraternização de ganhos no sentido de “ó, [a gente] superou tudo e estamos aqui pra [comemorar] que está tudo resolvido”. A gente não tinha isso. [...] Então as discordâncias, o Manifesto surge disso, porque, de fato, num dado momento, o que o Comitê Impulsor Nacional da

⁵¹³ CM, 2016, p.1, grifos meus.

Marcha apresenta é isso, não é reivindicatória, [...] aí usava muito também uma sucessão de discurso de que essas manifestações reivindicatórias colocam a mulher negra numa posição de submissão, de vitimismo e que nós não poderíamos aceitar esse papel, esse lugar de vítima que era colocado pela sociedade pra nós. Não era nada disso que gente estava discutindo, porque pra nós era muito nítido [que] a nossa Carta-Manifesto, quando ela é reivindicatória, não é porque a gente está dizendo, “olha como eu sou uma pobre coitada que passo [por dificuldades]”. Não! A gente está apontando para nós, [para] as nossas pautas e [para] as coisas que a gente acha que o Estado brasileiro tem que mobilizar porque é uma obrigação dele, e aí era isso [...] De fato, é uma coisa decisiva de porque a Frente de Mulheres Negras nunca esteve alinhada ao comitê nacional de organização da Marcha.⁵¹⁴

Ainda, a busca de uma definição própria de bem-viver, cujo resultado sintético é a própria CM, também remete a uma das conversas do grupo acerca da noção, segundo a qual o termo era muito amplo e “intelectualizado”:

o movimento da Marcha num dado momento ele se transforma num diálogo bastante intelectualizado girando em torno de um posicionamento latino americano que é essa ideia do bem viver, e se a gente olhar mesmo nesse movimento intelectualizado de discussão, o que é o bem viver? Enquanto conceito, ele é uma pauta bem presente no feminismo latino americano e bastante pautado pelas mulheres indígenas, né? E hoje bastante também ele vem junto com as discussões do feminismo descolonial. E aí o que a gente tinha? A gente tinha uma marcha que começa a ser construída em cima de um mundo de ideias.⁵¹⁵

Sim, que é isso, a gente diz exatamente que é bem viver pra gente, e elas [a Marcha] colocam que bem viver é uma coisa muito genérica e pouco palpável, né, bem viver pra nós é ter garantido nossos direitos básicos, né e pra mim isso é importante [...]. quando Campinas leva esse manifesto e esse manifesto é aceito e recebido pelas quarenta mil mulheres que estavam na marcha, pra mim isso é uma demonstração pública que a gente está construindo algo que a gente sabe onde quer chegar, né? [...] Para nós de Campinas foi uma demonstração de consciência mesmo, de chegar lá com um texto escrito do que era bem-viver pra nós, o que era organizar mulheres negras, das necessidades das mulheres negras, então eu acho que foi super positivo. Se eu pensar nessa construção. eu acho que foi politicamente uma das melhores construções que a gente fez.⁵¹⁶

A ideia de que a pauta unificada corresponde ao significado específico de bem-viver para as mulheres campineiras em suas diversas posições sociais, expressa acima, é ecoada em uma série de falas e momentos.

Ao procurar redimensionar a importância da Marcha na formação da FMNCR, essa sessão da CM é representativa de uma proposição narrativa que acompanha a organização ao longo de sua trajetória: a busca pela separação ou “autonomização” da Marcha de 2015, ou seja, sua constituição como um grupo político não vinculado estritamente à

⁵¹⁴ Entrevista Mariana, 32 anos, participante do CMNMG, das PLPs e da Casa de Cultura Tainã, em 17/07/2018.

⁵¹⁵ Entrevista Mariana, 17/07/2018. Sobre a noção de bem-viver, Cf. nota 451. Note-se, também, que a noção vem sendo trabalhada por grupos de trabalhadoras rurais brasileiras, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Marcha das Margaridas.

⁵¹⁶ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONZU e ao STU, 10/07/2018.

passseata.⁵¹⁷ Tal questão, contudo, permanecerá marcada por oscilações não apenas entre as diferentes versões das participantes – algumas das quais defendem que a FMNCR “nunca foi organização pra ir pra Brasília”,⁵¹⁸ enquanto, para outras, ela foi feita “para a Marcha, e aí depois ia ver, a partir da Marcha, a construção [de uma frente permanente]”⁵¹⁹ –, mas também nas falas de cada uma delas. Nesse sentido, em alguns momentos, mesmo as mulheres que salientam as divergências políticas com a Marcha e a autonomia da FMNCR remetem e filiam-se à passeata em suas falas públicas, destacando seu caráter “histórico”, sua pujança e a importância que a participação teve para as militantes e para o feminismo negro:

o único setor hoje que tem acúmulo somos nós, mulheres negras. *Nós botamos 40 mil mulheres na rua. Só não vieram mais por causa da questão da economia.* Então, a gente tá aqui pra ser respeitada, porque hoje nós somos um setor do movimento social, que está abalado, um setor muito importante. Nós somos o setor que está falando, nós somos o setor que está em movimento, nós somos um setor que temos mil divergências, mas que estamos juntas. Então, há de se pensar, os setores que economicamente têm algumas condições hoje, que nós, sem condição nenhuma, estamos fazendo. Nós estamos fazendo.⁵²⁰

Essa história de ir participar da primeira Marcha de Mulheres Negras no Brasil, em Brasília, no ano de 2015 [...] esse vídeo [documentário *Em Marcha Sempre*] na verdade é uma devolutiva, porque nós fomos, nós vivenciamos tudo aquilo. Só que não foram todas as mulheres negras que puderam ir e vivenciar tudo aquilo. A gente queria de alguma forma contar como foi. Então, são vivências e percepções das pessoas que estiveram lá. Eu espero que todos e todas tenham percebido a intensidade que foi. Foi uma marcha de 5 horas, foi uma marca gigantesca. Muitas, mas muitas mulheres, 50 mil mulheres negras. Então o quanto isso fortaleceu os nossos elos, mostrou que a nossa luta, que a luta do feminismo negro [...]... E aí eu acho que esse vídeo, pra mim, é reviver, né? Eu nem quis ficar aqui porque eu sempre dou bafo, eu choro, entendeu? Porque é muito forte. Vivenciar aquilo foi muito importante pra mim, para as minhas filhas, para as pessoas que [estavam lá]. Eu vou contar essa história para as minhas netas e vou dizer, “olha, foi um momento épico. Foi um momento único”. Então, foi muito importante a gente conseguir ir, realizar, vivenciar, e o que a gente gostaria de fazer é devolver um pouco disso pra vocês, e que vocês se fortaleçam nessas imagens dessas 50 mil mulheres, num dia de novembro de 2015, por 5h, dominaram Brasília. E enfrentamos coxinhas e levamos tiros, mas foi lindo e maravilhoso, como se fosse uma família gigante de 50 mil mulheres.⁵²¹

⁵¹⁷ Vale ressaltar que a CM foi produzida antes da Marcha, mas *publicada* depois dela. O próprio reposicionamento nesse sentido, portanto, só é possível dada a continuidade das discussões entre a reunião de 01/11/2015 e a publicação da CM, em março de 2016.

⁵¹⁸ Entrevista Mariana, 17/07/2018.

⁵¹⁹ Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às Promotoras Legais Populares, em 12/07/2018.

⁵²⁰ Diário de campo, 13/11/2017. Fala na mesa de debates *Mulheres Negras, Violência e Resistência*, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) em 13/11/2017.

⁵²¹ Entrevista Cibele Rodrigues, 36 anos, filiada ao PT e próxima da Casa de Cultura Tainã, em 25/09/2016. Os enfrentamentos e tiros mencionados dizem respeito a um confronto entre algumas manifestantes e integrantes de um acampamento pró-intervenção militar na Esplanada dos Ministérios, no qual dois policiais civis deram tiros para o alto. Notícia referente ao caso disponível em: <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2015/11/durante-marcha-das-mulheres-negras-manifestante-acampado-no-congresso-da-tres-tiros-e-e-detido/>

Tais falas, geralmente públicas, demonstram que a Marcha desempenhou um papel não apenas como emanadora de oportunidades para a formação de grupos de mulheres negras, como afirmei anteriormente, mas também como fortalecedora do capital político desses grupos, como parece ser o caso da FMNCR.

Em contrapartida ao distanciamento que a apresentação da FMNCR na CM procura estabelecer em relação à Marcha, a organização de Campinas é aproximada dos grupos que a integram, com os quais anuncia um pacto voltado a ações conjuntas e permanentes. Ao se colocar principalmente como uma articulação dos grupos locais, formada por “mulheres negras de diferentes coletivos, organizações, entidades e movimentos sociais”, citar espaços de ativismo locais conhecidos e respeitados (como as casas de cultura Tainã e a Fazenda Roseira), apresentar uma lista (encontrada na seção final da CM) dos diferentes grupos filiados e anunciar, ainda, que vem expandindo seus debates para outros municípios, a sessão de apresentação registra mais uma das fontes de capital político que auxiliarão a FMNCR em sua constituição e posicionamento no e a partir do cenário local. Além de engrandecer a organização em meio aos diversos grupos do movimento de mulheres negras e em uma série de campos de movimentos sociais na cidade, esse posicionamento também se remete aos próprios grupos filiados à FMNCR. Em outras palavras, é também na relação com eles que esse capital político será empregado:

[A FMNCR tem um] espírito mesmo de coletividade, espírito da gente estar junta, da gente *falar pra dentro das nossas organizações o que as mulheres negras precisam, o que que as mulheres negras querem*, que o momento é esse [em] que nós estamos na pauta nacional, mas ganhar qualidade pra isso, né, quando a gente.. nós, pra dentro das PLPs, a gente conseguiu fazer essa intervenção de mulher negra e não porque eu já era militante [das PLPs] mas porque a gente tinha uma pauta escrita, a gente tinha uma pauta escrita que ia... passava pelas trabalhadoras, pelas prostitutas, pelas donas de casa, por todos os problemas, pelo racismo, por todos os problemas sociais que nós temos, pela pobreza, né, o que que a gente é a favor, o que que a gente é contra, pelo aborto, passava por tudo isso e como é importante a gente falar disso.⁵²²

Especialmente em grupos exteriores à FMNCR, porém, entende-se que a constituição de uma frente que agregava quase vinte coletivos, movimentos sociais e entidades e endossava as decisões dessas mulheres nos grupos políticos dos quais participavam, incrementava suas condições de ultrapassar as barreiras que limitavam sua atuação e o crescimento de seu papel nesses e em outros espaços. Dessa forma, portanto, o reposicionamento em relação à Marcha e aos grupos locais é evidência do ancoramento da

⁵²² Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018. As PLPs (Promotoras Legais Populares) são um projeto de educação popular feminista, voltado à capacitação jurídica e ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Embora atuem frequentemente como organização não governamental, em Campinas as PLPs se entendem como um movimento social. Voltarei a falar sobre elas no próximo capítulo.

organização no cenário local. Contudo, se a FMNCR rapidamente se constituiu como uma organização *de grupos políticos e movimentos sociais* que disputava a inserção de suas participantes e agendas em grupos *externos*, ela também se voltava ao exercício da articulação desses grupos internos, processo este capitaneado pelas militantes – isto é, mesmo que os grupos internos expressassem maior simpatia e abertura às proposições da organização, o alinhamento e composição de forças interno à FMNCR também envolveu um processo de disputa.

Assim, além de oferecer uma “referência” às ações endossadas ou produzidas pelo grupo, a construção da agenda política da FMNCR, constituída em proximidade com a agenda dos grupos locais e das mobilizações no campo do movimento de mulheres negras e transmitida em todos os espaços frequentados pela organização, buscou constituir uma “credencial” para o grupo, por meio da qual ele é reconhecido no contexto mais amplo e na militância de Campinas.

2. O conteúdo da pauta

No processo de criar uma agenda que sintetizasse a percepção da FMNCR acerca do que constitui o bem-viver, descrito como “diretamente ligado às nossas questões interseccionadas entre raça, gênero e classe”,⁵²³ a organização procurou incorporar questões e pautas formuladas por variados segmentos no interior da população das mulheres negras. Conforme dito anteriormente, organizo o conteúdo da CM em três eixos principais: 1) identidade, reconhecimento e cultura; 2) classe, trabalho e pobreza; e 3) institucionalidade, Estado e poder político. Na tabela abaixo, listo as pautas elencadas na CM e sua organização em eixos:

Eixo 1. Identidade, Reconhecimento e Cultura

<u>Ponto</u>	<u>Pauta</u>
2	Pela visibilidade de nossas lutas, em defesa de nossos direitos, nossa cultura, tradição e ancestralidade;
3	Pelo reconhecimento de nossas guerreiras negras, como Aqualtune e Dandara, que contribuíram para a formação do povo brasileiro;
5	Pela afirmação de nossa identidade;
11	Pelo respeito e preservação das religiões de matriz africana;
12	Contra a intolerância religiosa e pelo reconhecimento e preservação dos saberes materiais e imateriais da população negra (cultura, tecnologia, arquitetura, culinária, etc.);

⁵²³ CM, 2016, p.1.

19	Pelo acolhimento e garantia de direitos, incluindo a inserção nas universidades e no mercado de trabalho, para as mulheres imigrantes e refugiadas;
20	Pela garantia de políticas de ação afirmativa e reparação nos concursos públicos;
27	Pela efetivação das políticas de acesso e permanência com recorte racial nas universidades privadas, com regulamentação do ensino e criação do Plano Nacional de Universidades Privadas;
28	Pelo direito à educação pública de qualidade, acesso e permanência na universidade. Garantia da implementação da Lei de Cotas Raciais de acesso às universidades na USP, Unesp e Unicamp (contra o PIMESP) e acesso pelas cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas ou particulares;
29	pela efetiva implementação da Lei 10.639/03 (obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica), pela garantia do direito de monitoramento da implementação da referida Lei pelas organizações da sociedade civil e para que avancemos na obrigatoriedade do respeito à lei no ensino superior;
30	pela garantia de inclusão da educação com perspectiva de gênero e raça nas escolas e Planos de Educação em todos os níveis, como política de combate à discriminação e à violência machista, racista e LGBTfóbica
44	Pela construção de alianças entre homens e mulheres no combate à violência e todas as vilipendências cotidianas;
45	Para que todas as mulheres negras possam viver e amar!

Eixo 2. Classe, trabalho e pobreza

<u>Ponto</u>	<u>Pauta</u>
13	contra a retirada de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras;
14	contra a retirada de direitos e a precarização do trabalho, que nos afeta mais duramente, como o expresso em projetos como o da ampliação ilimitada da terceirização
15	por mais emprego, melhores salários e igualdade salarial para as mulheres negras;
16	pela garantia de direitos para trabalhadoras e trabalhadores que hoje estão na economia informal, com inclusão no regime de previdência e proteção social;
17	por direitos previdenciários e contra os cortes expressos nas MPs 664 e 665/2015;
18	pela valorização do trabalho e do emprego doméstico (respeito e regulamentação de todas as conquistas previstas na Lei Complementar 150/2015);
21	pelo fim da pobreza e ampliação dos direitos;
22	contra a exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes;
43	Pela visibilidade social da profissional do sexo de maneira digna, contra uma construção que tende a marginalizá-la e pelo reconhecimento e regularização legal da profissão;

Eixo 3. Estado, instituições e poder político

<u>Ponto</u>	<u>Pauta</u>
1	Pela Marcha e Mobilização Permanente de Mulheres Negras! Em Marcha Sempre!
4	pelo fim do racismo em todos os seus modos de incidência

-
- 6 pelo empoderamento político das mulheres negras
 - 7 pela ocupação dos espaços de poder
 - 8 pelo fim do machismo, do sexismo, da lesbofobia, bifobia e transfobia em todos os seus modos de incidência
 - 9 pelo fim do preconceito e da discriminação de qualquer natureza
 - 10 para que o enfrentamento ao racismo e a todas as formas correlatas de opressão seja também de responsabilidade de homens e mulheres não negras e organizações democráticas, progressistas e humanitárias;
 - 23 Contra todas as formas de violência contra as mulheres e em defesa do PL 643/2015, pela reestruturação e abertura das Delegacias de Defesa da Mulher 24 horas;
 - 24 Em defesa do reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas (com fortalecimento e mais investimentos no desenvolvimento das políticas públicas destinadas a essa população) e respeito ao direito às terras indígenas;
 - 25 em defesa do uso das áreas que não cumprem a função social constitucional para a reforma agrária, com titulação preferencial para as mulheres desses movimentos e comunidades;
 - 26 na defesa da moradia digna, do direito à cidade e à urbanidade por políticas públicas de efetivação do direito à moradia para mulheres negras, com aumento dos investimentos e unidades de programas habitacionais em nível federal, estadual e municipal, aceleração dos processos de desapropriação de imóveis fechados para especulação imobiliária e destinação destes imóveis para moradias populares;
 - 31 Em defesa do Sistema Único de Saúde, pela efetivação do Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra e contra o racismo institucional;
 - 32 Em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos (aborto legalizado e seguro): pelo fim da violência obstétrica e das mortes das mulheres negras por aborto, e pela redução da mortalidade materna;
 - 33 Contra a redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação dos jovens;
 - 34 Contra o genocídio da juventude negra e periférica;
 - 35 Pela desmilitarização das polícias e pelo fim da justiça militar, contra as revistas vexatórias e pelo respeito à lei que proíbe tais revistas;
 - 36 Contra a seletividade do sistema penal e do Judiciário, que criminalizam e encarceram a população negra e, em especial, a mulher negra (cujos índices de cárcere aumentaram em 246% na última década);
 - 37 Pela garantia de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal para a população idosa, em particular as mulheres negras (na cultura, saúde, educação, lazer, moradia, enfrentamento à violência e acesso e mobilidade);
 - 38 Pela democratização dos meios de comunicação e por políticas que garantam o pleno exercício do direito à comunicação e à liberdade de expressão às mulheres negras: com ações de combate ao racismo e à intolerância religiosa nos meios;
 - 39 Pelo fortalecimento da mídia popular e comunitária;
 - 40 Pelo fim das verbas publicitárias para veículos que induzem ao racismo;
 - 41 Pela garantia da participação e da representatividade da mulher negra na mídia;
 - 42 Contra o Racismo Institucional, nas suas diversas formas.
-

Tabela 1 - Pontos de pauta da Carta-Manifesto separados em eixos

Ao apresentar tais debates da organização, procurarei apontar também, em cada um dos eixos, para as soluções propostas aos problemas diagnosticados, que aparecem tanto nas demandas efetivas na CM como em debates mais amplos. Ainda que essas questões se aproximem das variadas linguagens políticas presentes na organização, cabe salientar, porém, que essas dimensões não são autônomas e frequentemente as injustiças identificadas requerem remédios que dependem da intervenção simultânea nas três ordens de questões.

2.1. Identidade, reconhecimento, cultura

Um primeiro eixo temático nas discussões e na agenda pode ser inscrito no chamado “paradigma do reconhecimento”, remetendo a “injustiças [...] ancoradas em padrões sociais de representação, interpretação e comunicação”.^{524xxv} A discussão, que aponta para a preservação e valorização da diferença, incorpora questões em torno de identidade, identificação, cultura e políticas educativas e reparatórias e pode ser dividida, na FMNCR, em duas linhas principais: 1) uma referente à identidade negra na formação da sociedade brasileira e a busca de identificação positiva; e 2) outra, que ressalta a heterogeneidade interna da categoria mulheres negras, dialogando sobre identidade e diversidade. No primeiro ponto, o aspecto normativo da discussão aponta para o papel da educação crítica, enquanto que, no segundo ponto, procura-se valorizar a diversidade e destacar a necessidade de inclusão, visibilidade e voz.

2.1.1. “Pela afirmação de nossa identidade”⁵²⁵

A primeira linha de conversas sobre identidade na FMNCR vincula-se a uma revisão crítica da formação social brasileira a partir da centralização da questão racial. Essas conversas tinham como principais temas a democracia racial, miscigenação e branqueamento no Brasil, destacavam seus efeitos na identidade da população negra do país por meio de termos como “apagamento”, “negação”, “cooptação” e “apropriação” e salientavam, ainda, o apoderamento comercial das manifestações e estratégias voltadas à autoidentificação positiva da população negra – por vezes expresso por meio da noção de “apropriação cultural”. Tal conjunção de elementos era formulada a partir dos discursos do movimento negro e, em

⁵²⁴ Fraser e Honneth, 2003, p.12 e 13, respectivamente.

⁵²⁵ Quinto ponto de pauta da Carta-Manifesto.

especial, tomava por centrais as proposições dos grupos negros presentes na FMNCR – especificamente, a Casa de Cultura Tainã, o Festival Comunitário Negro Zumbi, o Jongo Dito Ribeiro, a Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, o Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades, entre outros – os quais, concentrados na intervenção política por meio de ações culturais e voltadas à educação, procuram fomentar a identificação positiva com a negritude e resgatar laços de pertencimento por meio de manifestações culturais. Frequentemente as atividades voltadas a esses temas eram auxiliadas por textos ou referências a autores que eram entendidos como marcos desses debates no Brasil – tais como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Oliveira Viana, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Kabengele Munanga, Sueli Carneiro, Hebe Mattos, Giovana Xavier e Lia Schucman, entre outros. Embora tal debate se dê sobretudo em vínculo à noção de raça, em alguns momentos buscou-se qualificar as especificidades do debate a partir da posição das mulheres negras nessa formação nacional. Apenas ocasionalmente tais considerações foram polemizadas em relação à sexualidade e geração.

As falas das participantes nos debates acerca dessa questão costumavam destacar suas experiências pessoais ou próximas, as quais teriam sido ressignificadas com a “formação militante” e o conhecimento dos debates nesse âmbito. Partiam, dessa forma, da dificuldade de construção da identidade racial dado o apagamento e aviltamento de negritude no contexto brasileiro, assim como do desejo de escapar do “estigma da negritude”:⁵²⁶

[Eu] acho que [identidade] é talvez a maior causa de eu estar marchando e de eu estar indo à Marcha... eu tenho 22 anos e eu me declarei negra há dois anos. Então, eu sofri o apagamento da minha identidade por muito tempo e eu tô conseguindo recuperar isso agora com muito pesar, com muito esforço. Não é uma coisa fácil, e estar ali com as minhas irmãs negras, com as mulheres mais velhas, que podem me ensinar muito nessa questão da identidade... Isso não deixa de ser uma ação política, mas também marchar é um ato político, quando você marcha em direção a algo, você enfrenta um problema.⁵²⁷

Até então [quando se entendeu negra], acho que eu pensava “eu sou diferente” e o outro é o normal. Tanto que a minha ideia era, quando descobri que não era branca, eu queria ser qualquer coisa... eu queria ser morena... eu tenho uma bisavó que é índia, eu queria resgatar a minha bisavó, a minha ancestralidade indígena, mas eu não queria de jeito nenhum falar que eu era negra.⁵²⁸

⁵²⁶ Tomo emprestada a expressão de Sueli Carneiro (2011): “temos [a população negra] sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias.” (p.64).

⁵²⁷ Fala de Carol Bonifácio, membra do Raízes da Liberdade e do Núcleo de Consciência Negra da PUCC, na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KCz8bts6XuE&list=PLCz-yfs6ZXTEIGMS2PKgXbhluNBA8Dz6N&index=13>

⁵²⁸ Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016.

Eu quero marchar e marcho todos os dias com base um pouco na minha experiência da busca da minha identidade. Hoje a gente tem mulheres jovens negras que ainda não encontraram a sua identidade. Eu acho que isso é um problema muito sério que a gente tem, porque quando a gente encontra a nossa identidade, encontra de onde a gente veio, quem que a gente é, a gente se fortalece para a luta. E como eu circulo muito pela juventude, eu vejo muitas jovens negras com essa dificuldade, inclusive. Então, estou indo marchar por essa busca mesmo, né, para que mais jovens negras encontrem sua identidade, se gostem, se amem, para que a gente possa ir para a luta com mais firmeza, com mais amor, com mais efetividade, né? Então eu marcho aí pela identidade da mulher jovem negra.⁵²⁹

As falas também conectam a questão da identificação racial com a possibilidade de aglomeração e constituição política. Isso fica evidente na fala de Cibele Rodrigues na plenária *Por que Marchamos?*, em que a “desconexão do pertencimento”, como ela nomeia, é posicionada como parte do que impede a indignação e aglomeração política em relação ao genocídio da população negra, pois, em suas palavras, “[a pessoa] vê 10, 20 morrendo e não se apropria daquela dor. Não percebe que são os nossos que estão morrendo”.⁵³⁰ Dessa forma, tais falas não se voltam estritamente à definição de “quem é negro no Brasil”,⁵³¹ mas abrem debates em torno de representação e das condições de politização dessa identidade. Nesse sentido, a fala de Alessandra Ribeiro é significativa:

O que mais tem me mobilizado a pensar a importância dessa Marcha é o fortalecimento da nossa aliança enquanto mulheres negras. Eu acho que é a minha maior expectativa, desejo, nesse processo todo é esse fortalecimento, que a gente se encontre em nós. Cada vez que a gente, quando estiver marchando, quando a gente estiver fazendo as nossas coisas com todas essas demandas de direitos e necessidades concretas que a gente tem, de violências que a gente sofre, mas que a gente consiga fortalecer a nossa aliança de mulheres negras, porque eu acho que é a partir disso que a gente consegue as outras coisas todas, né?⁵³²

Assim, busca-se construir o debate acerca da identidade em vínculo com a militância e, em certa medida, afastá-lo de um espaço estritamente relativo à subjetividade individual. Em pautas como “pela visibilidade de nossas lutas, em defesa de nossos direitos, nossa cultura, tradição e ancestralidade”⁵³³ (ponto 2) e “pelo reconhecimento de nossas guerreiras negras, como Aqualtune e Dandara, que contribuíram para a formação do povo

⁵²⁹ Fala de Vanessa Dias, aproximadamente 35 anos, membra da Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira e do Jongo Dito Ribeiro, na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UoRodU7PhGc>

⁵³⁰ Fala de Cibele Rodrigues na plenária de 01/11/2015. Disponível em: e

⁵³¹ Munanga, 2004.

⁵³² Fala de Alessandra Ribeiro, 42 anos, participante do Jongo Dito Ribeiro e da Casa de Cultura Fazenda Roseira, na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mIxWJOYHOFc&list=PLCzyfs6ZXTEIGMS2PKgXbhluNBA8Dz6N&index=18>

⁵³³ Essas três dimensões encontram-se conectadas na segunda pauta acerca das religiões de matriz africanas (ponto 12), uma vez que essas religiões são de maioria – tanto em membros em geral como em lideranças – femininas. De forma semelhante, alguns estudos enfatizam a relevância dos terreiros e das religiões de matriz africana como importantes espaços de resistência e produção de conhecimento e consciência política, em especial às mulheres negras. Ver: Harding, 2000, 2008; Sterling, 2010, 2012; Perry, 2013.

brasileiro” (ponto 3), por exemplo, o vocabulário da discussão do reconhecimento cultural é mobilizado para ressaltar um histórico de atuação e a conformação de bens culturais e históricos comuns ao grupo.

Cabe notar também que a filiação a uma concepção política de negritude comporta um marcador geracional, como vemos no destaque às “mulheres mais velhas que podem [...] ensinar muito nessa questão da identidade” e das “mulheres jovens negras que ainda não encontraram a sua identidade” encontrados nas falas mencionadas acima. Nesse sentido, a preocupação com identificação positiva é frequentemente vinculada à juventude negra, e expressada tanto por mulheres que se entendem como parte desse grupo, como também por militantes como Vanessa e Cibele, que refletem sobre essa juventude olhando para uma faixa etária menor que as suas próprias. A preocupação, nesse sentido, é sobretudo em relação à preparação desses jovens para lidar com a violência, especialmente por parte do Estado. Aqui, enfoca-se a crítica às “apropriações”, deturpações e mesmo da “colonização” mercadológica das formas culturais associadas à resistência, que também constituem questões mais longevas dos movimentos negros.⁵³⁴ Em especial, trata-se dos instrumentos disponíveis à juventude – como o rap, o hip hop e o grafitti –, cuja dimensão política teria sido alienada e que, dessa forma, teriam deixado de se apresentar como alternativas ao “estigma da negritude” e proporcionadores de identificação positiva. Assim, ao passo em que várias das mulheres entre 25 e 40 anos da FMNCR atribuem sua formação acerca da questão racial ao rap produzido nas periferias urbanas e principalmente ao longo dos anos 1990,⁵³⁵ elas verificam também as mudanças recentes nesse cenário:

o rap é uma coisa que me encanta demais. Eu acho que [por conta dele] teve uma ruptura muito importante pra pensar identidade negra, jovem, nossa, eu acho que foi... É tipo um antes e depois do Michael Jackson, sabe? Acho que foi um instrumento muito importante de empoderamento da juventude negra, da juventude periférica, então eu fico de cara. Hoje tem outros rumos, né, a questão do tema, o que tá sendo cantado já foi cantado, mas ainda precisa porque o Estado genocida tá aí vitimando a população jovem da periferia, principalmente negra.⁵³⁶

Hoje o rap já foi bombardeado, já não atinge mais, já não chega mais nos jovens da periferia como chegava nos anos 90, quando foi a minha segunda infância, né? E eu fico preocupada porque as referências... Essa referência que me formou, hoje, eu lidando com crianças e adolescentes, eu sei que não tem. Não tá tendo. Não tem um

⁵³⁴ Cf., por exemplo: Gonzalez, [1979a] 1982; 1984; 1988b.

⁵³⁵ Por exemplo: “Eu sempre falo que minha questão racial, onde eu me formei, foi ouvindo o CD dos Racionais [MCs], foi escutando rap. Eu escutava muito rap. [...] Então, o rap traz uma indignação, você sabe que aquilo acontece” (Entrevista Sidélia Silva, 29 anos, participante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e do FECONEZU, em 11/08/2016).

⁵³⁶ Entrevista Eva, 42 anos, filiada ao PT, ao CMNLG e ao CONEPPA, realizada em 08/12/2016.

movimento social ou cultural que atinja diretamente [esses jovens], que tenha essa ordem da arte da periferia.⁵³⁷

Em contraposição, as falas das mulheres mais experientes, em especial as acima de 40 anos, tratam com naturalidade a questão do pertencimento racial. Em seus relatos nas entrevistas, a identificação racial aparece desde cedo e geralmente em vínculo à convivência entre membros da população negra segregados em bairros, atividades e espaços majoritariamente negros. Entre essas militantes, os questionamentos acerca da “descoberta” de sua identidade racial, uma fala corrente entre as mais jovens, são encarados com estranheza e as respostas apontam, em vez disso, para a “descoberta do racismo”, associado à ampliação de suas experiências fora dos ambientes segregados, salientando, nas palavras de uma dessas militantes, que “como ao entorno da gente tinha muita gente negra, talvez a gente não sentisse o impacto do racismo por conta disso, o que pra gente foi muito bom.”⁵³⁸

Por fim, as principais soluções ou remédios para as questões identificadas nesse domínio são as políticas de valorização da identidade negra, assim como políticas reparatórias com ênfase nos campos da educação e cultura. No que tange à juventude, os principais e mais recorrentes apontamentos priorizam a educação, abordada por uma série de participantes. Cibele Rodrigues, por exemplo, sugere que a educação deve ter papel preponderante na formação da identificação racial positiva, assumindo o papel de proteção dos jovens negros tanto da alienação de sua identidade racial quanto, em suas palavras, do ódio da mesma. Uma série de falas salienta que, para reforçar o sentimento de pertença e promover autoestima e orgulho, a educação precisa constituir-se como uma ferramenta de liberdade e ser voltada a uma formação crítica e cidadã – reflexões que aparecem vinculadas principalmente a Paulo Freire e bell hooks – ,⁵³⁹ em vez de, como seria o caso atualmente, descaracterizar ou apagar a herança, a cultura e a contribuição negra à sociedade e fomentar estereótipos. Nesse sentido, as conversas destacam o “desaparecimento” da população negra dos livros de história após a abolição da escravidão e a cumplicidade das narrativas oficiais e regras de convivência no ambiente escolar com práticas racistas e intolerantes. Assim, como salienta Dona Gracinha, trata-se de “educação de verdade, não essa que está aí há 500, quase 600 anos”.⁵⁴⁰

⁵³⁷ Fala Cibele Rodrigues na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GdV6CCqhaBg>

⁵³⁸ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

⁵³⁹ Em especial, a *Pedagogia do Oprimido* de Freire, publicada em 1968, e o livro *Ensinando a transgredir*, publicado por hooks originalmente em 1994.

⁵⁴⁰ Fala de Maria das Graças Cruz, diretora do Grupo de Mulheres da Periferia, na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q72RMppAs4U&list=PLCz-yfs6ZXTEIGMS2PKgXbhluNBA8Dz6N&index=4>

Especificamente, essas questões se traduziram em pautas como a “efetiva implementação da Lei 10.639/2003” (ponto 29) e o seu monitoramento por organizações da sociedade civil para garantir avanços em sua aplicabilidade no ensino superior, assim como a “inclusão da [...] perspectiva de gênero e raça” (ponto 30) na educação e nas escolas, visando ao combate à violência.

No entanto, como as militantes compreendiam as instituições de ensino – em especial o ensino superior público e de qualidade – como marcadas por um caráter elitista e excludente e considerando o momento específico em que se encontrava a discussão local acerca do acesso e permanência da população negra nessas instituições, as pautas especificaram-se nesse sentido, incluindo, por exemplo, a ampliação do sistema de ações afirmativas para as universidades privadas (ponto 27), a extensão desse mesmo sistema às universidades estaduais e a oposição ao PIMESP⁵⁴¹ (ponto 28). Cabe salientar que a FMNCR e vários coletivos filiados a ela acompanharam e apoiaram as disputas de cursinhos populares e estudantes que visavam à implementação do sistema de ações afirmativas para ingresso na graduação da Unicamp, uma questão que implicou em um espinhoso processo de debate e negociação que só foi encerrado no fim de 2017.⁵⁴² Levando em conta, ainda, o descompasso das universidades estaduais paulistas com as federais, que já se aproximavam de uma década da implementação das ações afirmativas, é compreensível que o conjunto de pautas da FMNCR voltadas à educação seja onde parece haver maior divergência das propostas da Marcha,⁵⁴³ que são voltadas ao cenário nacional.

Por fim, é digna de nota a atuação das integrantes da FMNCR na proposta de educação crítica discutida, não só por conta da presença de uma série de educadoras sociais e professoras de vários níveis do ensino na organização, mas também pelo uso expressivo das formações coletivas como instrumentos de debate político pela organização. Esse método de diálogo político, que, para Rios e Maciel, constitui o principal elemento comum à segunda geração de feministas negras brasileiras, foi realizado valendo-se de estruturas disponibilizadas

⁵⁴¹ O Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP), lançado nos últimos meses de 2012, é um programa de inclusão de alunos negros e de escola pública no ensino superior elaborado pelos reitores das universidades estaduais paulistas. Algumas das controvérsias em torno desse programa diziam respeito à proposição de um curso universitário com duração de 2 anos para esses alunos, após o qual teriam seu desempenho classificado e poderiam, então, ingressar nos cursos superiores regulares, e, além disso, à substituição de parte das aulas presenciais por ensino à distância.

⁵⁴² Cf.: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/22/em-decisao-historica-unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-e-vestibular>.

⁵⁴³ Quanto à educação, a carta da Marcha elabora três pontos principais: políticas de permanência para os estudantes negros, efetivação e aprimoramento da aplicação das leis 10.639 e 11.645, e políticas voltadas à evasão escolar e defasagem idade-série dos alunos negros e indígenas.

pela parceria com os grupos filiados (espaços físicos, recursos de audiovisual, entre outros) e tendo diferentes públicos-alvo (trabalhadoras terceirizadas, adolescentes negras, cursinhos populares, jovens da periferia, etc.). Além de exposições de temas e debates em torno de textos e recursos diversos, algumas dessas formações buscavam promover a “reapropriação” dos modos de resistência. É o caso, por exemplo, da atividade nomeada *Batalha do Conhecimento*, realizada anualmente desde 2016, na qual integrantes do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e alguns MCs de Campinas promovem um desafio aos rappers jovens, que deveriam produzir rimas em *freestyle* (isto é, de improviso) sem recorrer a jargões machistas, racistas, homofóbicos ou “gordofóbicos”.⁵⁴⁴ O desafio, ao contrário, era criar letras emancipadoras, que buscassem construir representações positivas dos diversos grupos marginalizados socialmente.

2.1.2. Identidade e diversidade: os “universos de mulheres negras”

a gente só se forma politicamente... a gente tem a nossa experiência própria, que já vai estar nessa formação, mas a gente precisa expandir essa experiência para além do subjetivo.... não subjetivo, do pessoal. Ou seja, eu sou uma mulher negra, mas eu sou uma mulher negra heterossexual; vim da periferia, mas não são todas as mulheres que vieram do mesmo lugar que eu; não são todas as mulheres negras que tem a mesma visão que eu, nesse sentido, diversidade de gênero, sexual, enfim... aí a gente foi pensando nessas atividades também nesse percurso de entender o que é ser uma mulher negra no Brasil, o que é esse universo. Que é um universo, né?⁵⁴⁵

A segunda linha de discursos em torno das noções de identidade e reconhecimento na FMNCR procura destacar a diversidade interna do grupo e a pluralidade de experiências contida na categoria mulheres negras. Essa diversidade é perceptível, por exemplo, na série de designações e definições de suas identidades e agrupamentos políticos que encontramos na CM, em que, além de “mulheres negras”, também aparecem: “guerreiras”, “militantes” e “mulheres negras de diferentes coletivos, organizações, entidades e movimentos sociais”; “trabalhadoras”, trabalhadoras “na economia informal” e “terceirizadas”,

⁵⁴⁴ A discussão acerca da “gordofobia” apareceu poucas vezes nos debates dos coletivos formados por mulheres mais jovens e diz respeito à discriminação e às barreiras e ofensas enfrentadas por pessoas gordas em diversos espaços.

⁵⁴⁵ Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016.

“domésticas”, “profissionais do sexo”; mães, vítimas de abortos clandestinos e violência obstétrica, mães de jovens, jovens, estudantes e/ou universitárias, “mulheres negras idosas”; “imigrantes e refugiadas”, “quilombolas”, “indígenas”, “mulheres [de] movimentos e comunidades” que lutam por reforma agrária e direito à moradia; religiosas e mulheres envolvidas em produção cultural, que resguardam “nossa cultura, tradição e ancestralidade”.⁵⁴⁶

Considerando suas diferenças em termos de origem geográfica, classe social, acesso à educação formal, geração, sexualidade e posicionamento, filiação e experiência de atuação política, essa reivindicação de heterogeneidade, que também aparece em outros trabalhos sobre o movimento de mulheres negras,⁵⁴⁷ é elaborada na FMNCR como uma oportunidade de formação política, como aparece na fala na epígrafe, que, por sua vez, impõe desafios à organização coletiva. Acerca desses dois elementos, a ocasião de organização para a Marcha de 2015 é ilustrativa, sendo que um dos fatores que leva as participantes da FMNCR a entenderem a passeata como “histórica” é justamente oferecer essa possibilidade de aprendizado e organização:

A questão da visibilidade, para mim, eu tô dentro de um contexto [específico] de mulher negra. Né? Eu sou hétero, sou universitária... Mas uma mulher negra lésbica tem outra demanda, um mulher negra quilombola tem outra demanda, e todas essas mulheres têm que ser visibilizadas. Eu acho que em um contexto de marcha vão aparecendo as demandas... a mulher negra periférica, a mulher negra trans... E aí, assim por diante, *vão aparecendo as demandas e eu acho importante que elas tenham voz*. Eu acho que a Marcha é isso, é muita gente e muitas mulheres negras com várias lutas, mas que são mulheres negras e dentro desse contexto sofre uma especificidade de opressão⁵⁴⁸

A intenção [da ida à Marcha] é encontrar todas as outras mulheres, para que a gente possa colocar o nosso local de mulher negra dentro do processo da nossa visibilidade. Que a gente possa bradar as questões da nossa sexualidade e trazer as questões que nos afligem no sentido de reivindicar posturas e posições políticas onde a gente possa ter um fortalecimento e um empoderamento de nós mulheres negras. Essa marcha traz hoje, ela vem sendo construída e a gente tem um anseio dessa construção, a gente não sabe como vai ser... Mas *é um marco na história, em que a gente consegue trazer vários pensamentos de mulheres negras de várias regiões e consegue trazer para fazer uma bandeira única do nosso pensamento*. Então, eu acho que a visibilidade é

⁵⁴⁶ Termos extraídos da CM (2016).

⁵⁴⁷ Além dos trabalhos de Werneck (2007, 2010) citados na introdução, essa heterogeneidade é salientada também por Pereira (2016) e Santos (2008). Para considerar, simultaneamente, a reivindicação de heterogeneidade e a possibilidade de alinhamento e formação de grupos – ou identidades –, Pereira investiga o “plano prescritivo das ações do movimento de mulheres negras” (p.155), tomando as ideias e ações do movimento como fundamentadoras dessa identidade. Já Santos investe principalmente em aspectos demográficos (idade, orientação sexual, pano de fundo socioeconômico, entre outros) como agregadores, apresentando também a constituição de carências compartilhadas em relação a outros espaços de representação.

⁵⁴⁸ Fala de Sidélia Silva, na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DhEQHk7WyyU&list=PLCzyfs6ZXTEIGMS2PKgXbhluNBA8Dz6N&index=9>

*uma questão muito forte para todas nós, para que a gente possa trabalhar as nossas sexualidades e o nosso ser mulher*⁵⁴⁹.

Em ambas as falas, o aprofundamento do conhecimento acerca dos diversos estratos da população de mulheres negras é situado em termos políticos e aparece acompanhado da questão acerca da possibilidade de alinhamento entre esses vários segmentos. A heterogeneidade é enquadrada de forma positiva, indicando a composição de uma representação complexa, que inclui a “especificidade de opressão” de cada um dos grupos mencionados e enfatiza as consequências políticas e organizativas das diferenças – i.e., ter uma “demanda diferente”. Nesse sentido, a presença de mulheres com experiências e características distintas amplia a pauta do movimento e o torna mais atraente (“histórico”) às participantes da FMNCR. Ainda, cabe destacar a presença de categorias como diversidade, visibilidade e voz nesses discursos, as quais remetem à possibilidade de representação de demandas plurais e à inclusão de diferentes segmentos no movimento mais amplo. Como já mencionei algumas vezes, as questões relativas à representação de uma multiplicidade de forças e experiências, além de constitutivas da trajetória organizativa dos MMN, são especialmente prementes no momento recente e relacionadas à tomada das marchas como estratégia organizativa.

As perspectivas acerca da Marcha de 2015, nesse sentido, integram também aquilo que, para as participantes, torna destacada a atuação política da FMNCR. Ao tomar as experiências, saberes, agendas políticas, formas de organização, perspectivas e questões de grupos variados e diversos de mulheres negras, a organização procura contribuir, como sugere a citação que abre esse tópico, para a formação política das militantes, inclusive as mais experientes, que, em algumas ocasiões, chamaram atenção para a importância das questões levantadas pelas mais jovens e para a necessidade de incluí-las na militância.⁵⁵⁰ Em função disso, uma das ideias que informou a criação da FMNCR foi a de “aliança”, pautada sobre a noção de que *todos* os membros da sociedade são responsáveis pelo dismantelamento de sistemas de opressão nela vigentes, devendo realizar um compromisso ativo nesse sentido – ainda que os diretamente afetados devam ter prioridade e tomar a frente na discussão,

⁵⁴⁹ Fala de Lúcia Castro, na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pt4w9i2zoGY>

⁵⁵⁰ Por exemplo, segundo uma das militantes mais experientes, “as meninas, as jovens, trouxeram pra nós um outro ponto de reflexão, porque a gente falava de violência, e violência pra nós é quando deixa marca, né, violência pra nós é coisa física. Elas trouxeram uma questão que coloca pra nós que violência já não é mais aquilo que a gente pensava [...]. Então, as jovens trouxeram um problema pra gente que nos fez nos posicionar, porque na nossa época muita gente ficava calada né? O avô, a avó, o pai pegava a mão da menina e punha no peitinho da menina, punha na bucinha da menina e ninguém falava nada, ninguém dizia ‘ó, você tá abusando ela sexual’ e pra mim [perceber] isso foi de uma riqueza [enorme]” (Entrevista Magali Mendes, 55 anos, 10/07/2018)

especialmente no que tange à formulação das pautas e demandas próprias do grupo. Esse princípio de solidariedade e alinhamento aparece na CM exclusivamente em relação a outros grupos políticos, com destaque para a solicitação de que “homens e mulheres não negras e organizações democráticas, progressistas e humanitárias” também encarem como sua responsabilidade o desmantelamento do racismo e do machismo (ponto 10) e na busca pela “construção de alianças entre homens e mulheres no combate à violência e todas as vilipendências cotidianas” (ponto 44). No entanto, como relatam várias das participantes, esse exercício foi um dos pontos centrais da interlocução entre as participantes da FMNCR:

Por exemplo, eu não sei quais são as demandas [dos grupos que militam na questão] da sexualidade. Só que nem por isso eu vou ser um parasita social com relação à sexualidade. A Lúcia [Castro] tá lá [na FMNCR], ela manja, chamo ela pra conversar, é uma pessoa super aberta. A Magali [Mendes] trabalha com mulheres de periferia há tempos, então não tem ninguém melhor para falar de classe, gênero e questão socioeconômica do que do a Magali, sabe? Não tem como negar. E aí tem o pessoal do NCN, a Taina [Santos]... Então tem vários marcadores que estão presentes nas próprias pessoas que compõem a Frente. E a gente partiu sempre dessa coisa: não somos iguais, não sei direito, mas nem por isso não vou falar de sexualidade porque, “ah, eu não sei, deixa isso aí pra quem tá no movimento LGBT falar”. Não! *Isso aí tem que ser uma coisa que tem que estar na ponta da língua de todas nós. Não é só um problema dos LGBTs a questão LGBT, é um problema de todo mundo. Assim como a questão racial, a questão das mulheres e a questão das mulheres negras.*⁵⁵¹

A fala acima caracteriza de forma mais precisa o “exercício de lidar com a diversidade” que constituiu a experiência da FMNCR. Em uma palavra, não se trata de uma busca de “infinitas diferenças”, mas da formação de uma estrutura política e organizativa que toma a diferença como constitutiva de quaisquer ações coletivas e que resiste à homogeneização das identidades, associada à “essencialização” e à “desumanização” dos sujeitos. Estes, embora fossem todos marcados por inscrições de diferença em relação a uma série de padrões, compartilhavam a exclusão (ou a inserção desigual) na sociedade. Apesar das várias diferenças internas ao grupo e destacadas nas falas e conversas entre as participantes, algumas questões como sexualidade, trabalho sexual e encarceramento feminino foram adotadas de forma prioritária pela FMNCR ao longo de sua atuação, frequentemente mediadas por uma dinâmica interna do grupo que procurava responder à pergunta “Quem são as mulheres mais invisíveis do que nós?”. Essa dinâmica, vale salientar, buscava apontar para as diferenças que mais implicavam em vulnerabilidade e precariedade e tratava de urgências políticas e existenciais, mais do que exclusivamente de uma gradação. Tais questões se refletem em pautas como a oposição às “revistas vexatórias” de mulheres na entrada de presídios e penitenciárias, à

⁵⁵¹ Entrevista Sidélia Silva, 29 anos, participante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e do FECONEZU, em 11/08/2016.

exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes, à “seletividade do sistema penal e do judiciário” com ênfase no encarceramento das mulheres negras, e “pela visibilidade social da profissional do sexo de maneira digna, contra uma construção que tende a marginalizá-la e pelo reconhecimento e regularização legal da profissão” (ponto 43). Ainda, destacava-se a construção de políticas públicas para “a população idosa, em particular as mulheres negras” (ponto 37)⁵⁵² e pautas referentes a mulheres quilombolas, indígenas e militantes de movimentos de moradia urbana e segurança alimentar. Assim, se internamente ao grupo, a marcação das diferenças parecia limitar a constituição de um sujeito político único e desprovido de fissuras, na ação política efetiva, a incomensurabilidade dessas experiências não obstruiu o desenvolvimento de um plano conjunto e pautado em prioridades e alianças.

Curiosamente, considerando a relevância desse debate ao longo da atuação da FMNCR e que uma das críticas feitas à Carta da Marcha era justamente a de que esta partiria de uma perspectiva heteronormativa, a questão da sexualidade não aparece com destaque na CM, com apenas dois pontos e apenas um deles tratando-a centralmente: “Pelo fim do machismo, do sexismo, da lesbofobia, bifobia e transfobia em todos os seus modos de incidência” (ponto 8).⁵⁵³ Em contraposição, essa questão apareceu em praticamente todos os debates e eventos da FMNCR e constava entre as principais preocupações de muitas das mulheres. Um evento marcante em torno dessas polêmicas foi a roda de conversa *Mulheres negras e Sexualidade*, que aconteceu na Semana da Mulher Afro-latina e Caribenha realizada pela FMNCR em 2016 e tida pelas militantes como uma das principais proezas da organização. A roda foi mediada por Roberta, uma participante de aproximadamente 40 anos do Aos Brados, um grupo filiado à FMNCR que atua com a população LGBT negra e da periferia e as debatedoras foram: Carolina, uma mulher transsexual com cerca de 35 anos e que trabalhava como psicóloga infantil na rede pública de ensino; Ana Maria, uma participante do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas que tinha cerca de 75 anos e atuava também em um grupo feminista popular; Marcela, uma representante da associação voltada aos direitos das trabalhadoras sexuais, a Associação das Mulheres Guerreiras, que também militava em um

⁵⁵² A FMNCR manteve, ao longo de sua atuação, um esforço de consideração das necessidades das mulheres idosas e de valorização de suas histórias e experiências, tidas como saberes não hegemônicos. Esse esforço, como o que se deu em torno da discussão de sexualidade, foi mais visível na organização dos eventos e ao longo dos mesmos do que propriamente enquanto uma pauta na CM. O debate parece ter tido sequência em especial em alguns dos grupos de origem, como as Promotoras Legais Populares, que tem organizado grupos e rodas de conversa sobre a questão geracional, que é, nesse caso, sempre equalizada a uma questão pertinente à população *idosa*, não a diferenças de outra natureza entre grupos etários.

⁵⁵³ O outro ponto de pauta, referente à educação “não homofóbica” foi incluído no item anterior do texto (2.1.1.).

grupo que se define como feminista popular e tinha idade aproximada de 45 anos; e Flávia, uma rapper e produtora cultural que tinha cerca de 35 anos e se apresentou como lésbica.

A conversa entre as cinco mulheres passou por temas como as representações negativas e estereótipos das mulheres negras na sociedade e a rejeição de perspectivas construídas “de fora”, suas diferentes buscas pelo lugar de sujeitas de suas próprias histórias e seus desejos, sexualidade, afetividade, cuidado de si e maturidade. Suas falas apontavam para a identidade como construída por meio de um processo de auto entendimento e deslocamento das expectativas e preconceitos exteriores, sejam as voltadas à questão racial ou às outras questões centralizadas nesse debate em especial – envelhecimento, transexualidade, homo/bissexualidade e trabalho sexual. Ressaltaram, também, a forma como diferentes marcações sobre seus corpos se intersectavam na construção dessas expectativas. Carolina, por exemplo, afirmou uma conjunção do “fetiche com o corpo das mulheres negras” com a imposição de “condições ideais” à existência transsexual que, segundo ela, se manifestam como uma exigência, que colocou nos seguintes termos: “quer ser mulher, então seja *mulher*. *Aquela* mulher” – isto é, a mulher negra desejável, “passista de escola de samba”.⁵⁵⁴

As imagens, estereótipos e nomeações impostas “de fora” foram tratados por todas como relevantes fatores em suas vidas, os quais constituíam barreiras e, ao mesmo tempo, estímulos ao autoconhecimento. Por um lado, portanto, essas imagens criavam uma série de constrangimentos e eram (ou já tinham sido) fontes de sofrimento para as participantes; por outro lado, à medida em que percebiam que não se encaixavam naquelas representações – o que foi atribuído a reflexões pessoais, mas, sobretudo, ao diálogo com outras mulheres e à compreensão de que esses problemas eram compartilhados com um grupo mais amplo –, buscavam se conhecer a partir de outros referenciais. A relevância das representações sociais estereotipadas parecia gozar de consenso entre as participantes, que relatavam em uníssono as dificuldades e necessidades de “superar o preconceito com a gente mesmo, com o nosso corpo”.⁵⁵⁵

Em contraposição, as conversas sobre sexualidade, afetividade e principalmente a noção apresentada como “solidão da mulher negra”⁵⁵⁶ evidenciaram as diferenças entre as palestrantes. Como resposta a uma das pessoas da plateia, que questionou

⁵⁵⁴ Carolina, Diário de Campo, 29/07/2016.

⁵⁵⁵ Ana Maria, Diário de Campo, 29/07/2016. Para algumas discussões sobre essas representações, cf.: Gonzalez, 1984; Collins, 2000, 2004. Vale sinalizar a proximidade dessa construção de identidade a partir de uma relação dialética entre sofrimento, por um lado, e reflexão/emancipação, por outro, com o que Collins (2000) indica como a tensão fundadora do pensamento feminista negro, i.e., uma dialética de opressão e ativismo.

⁵⁵⁶ Sobre essa noção, cf. Pacheco, 2008.

como cada uma delas vivenciava essa solidão, Flávia e Carolina, as duas mulheres mais jovens e com maior proximidade ao movimento LGBTQI, relataram uma série de problemas em suas trajetórias pessoais, como sentirem-se preteridas ou objetificadas, ceder ao padrão estético e de expressão de gênero e sexualidade e a reprodução de práticas e discursos que as depreciavam. Ambas ressaltaram que a saída encontrada para esses sentimentos foi a aproximação de pessoas que passavam por situações semelhantes e de grupos políticos voltados a polemizar essas questões. Marcela e Ana Maria, mais experientes e com maior vínculo às organizações trabalhistas, por sua vez, responderam que não se identificavam com a noção. Ana Maria, por exemplo afirmou decisivamente, “não sou vítima dessa solidão, não me considero”, relatou ser orgulhosa de si mesma e amada e querida por muitas pessoas, inclusive em sentido afetivo e sexual, e terminou dizendo “xô, solidão”.⁵⁵⁷ Marcela salientou que não se casou por opção pessoal, descrevendo-se como independente e com “ótima autoestima” e terminou afirmando que só mantinha relações que a satisfiziam. Ambas ressaltaram que suas vivências no campo afetivo eram devidas a opções e escolhas pessoais e destacaram sua autonomia em relação a parceiros. Contudo, também mencionaram que possuíam expectativas sobre os homens – ambas declaravam-se heterossexuais – as quais nem sempre são atendidas. Marcela, por exemplo, relatou que tinha tido mais relações afetivas e clientes que eram homens brancos e afirmou que “os homens negros não gostam das mulheres negras”.⁵⁵⁸

Independentemente da identificação com a ideia de “solidão da mulher negra” – uma questão que retornou aos debates da FMNCR várias vezes –, é notável que, ainda que apontassem regularidades e recorrências (como que “os homens negros não gostam das mulheres negras”), as falas das militantes mais experientes associavam o sentimento de solidão a escolhas, atitudes e características pessoais (autoestima, independência, expectativas sobre os homens), expressando estranhamento em relação à noção, enquanto que as duas primeiras entendiam a questão como algo que marcava as mulheres negras de forma geral e a associavam a parcerias e coletividades. A variação das perspectivas acerca de afetividade e solidão demonstram que, como salientam Rios e Maciel, há crescente politização da subjetividade entre os grupos mais jovens e que a afetividade é posicionada progressivamente “como componente fundamental da economia política”,⁵⁵⁹ ao passo em que, entre militantes da geração anterior, prevalece “a mulher negra guerreira, forte e corajosa”⁵⁶⁰ – no caso “independente”, “com ótima

⁵⁵⁷ Ana Maria, Diário de Campo, 29/07/2016.

⁵⁵⁸ Marcela, Diário de Campo, 29/07/2016.

⁵⁵⁹ Rios e Maciel, 2018, s/p.

⁵⁶⁰ Idem, ibidem.

autoestima” e dona de suas escolhas. Contudo, a reduzida diferença etária aparente entre Marcela e Carolina sinalizam que outros fatores – como os repertórios e linguagens de seus âmbitos de militância (associações de caráter trabalhista e feminismo popular, no caso da primeira, e movimento LGBT, no caso da segunda) e as disputas práticas em torno das quais se organizam – ⁵⁶¹ também influenciam essas perspectivas.

2.2. Classe, trabalho e Pobreza

A preocupação com as desigualdades definidas a partir da estrutura de classes sociais – isto é, referentes ao mundo do trabalho, distribuição de recursos e, de forma mais ampla, as críticas ao caráter racial e gendricado do capitalismo – aparece nos discursos das mulheres da FMNCR, por um lado, em uma discussão sobre pobreza, na qual a sobreposição de raça, gênero e classe é considerada determinante de uma vulnerabilidade extrema e aponta-se a necessidade de políticas públicas corretivas. Por outro lado, refere-se à necessidade de regulamentação, proteção e garantia de direitos trabalhistas e sociais para uma série de grupos de trabalhadoras, dentre as quais as mulheres negras são maioria.

2.2.1. Trabalhadoras negras, pobreza urbana, direitos e políticas públicas

A busca de direitos trabalhistas é uma das principais preocupações das militantes e é trazida à discussão em praticamente todas as suas atividades. Algumas das participantes mais ativas da FMNCR são lideranças, referências ou participantes de longa data de organizações sindicais campineiras como o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e a Associação de Profissionais do Sexo de Campinas Mulheres Guerreiras (AMG)⁵⁶² e, de forma geral, as conversas a respeito de trabalho na FMNCR tomam como ponto de partida os lugares sociais ocupados por essas trabalhadoras. O reconhecimento dessas militantes – e, especialmente, do Sind.Dom. –, as quais tem relações e diálogos com centrais sindicais, partidos e uma série de sindicatos e grupos políticos na cidade, parece ser o principal elemento a garantir de que os eventos voltados a essa discussão sejam quase sempre frequentados por

⁵⁶¹ Boa parte dos argumentos de Marcela foram voltados a grupos e espaços específicos (as feministas, o Estado, os partidos, etc.), em relação aos quais afirmava a “posição de sujeito” das trabalhadoras sexuais e a escolha do trabalho sexual como profissão. Já Carolina se remetia à dimensão cultural de forma mais ampla – referindo-se pontualmente ao “cidadão de bem”, “os homens”, etc. e não reivindicou o imperativo de “colocar-se como sujeito”.

⁵⁶² Em sentido estrito, a AMG não é um sindicato e não se restringe a debater e atuar nas questões referentes aos direitos trabalhistas de suas filiadas. No entanto, como representa a categoria das trabalhadoras sexuais – a qual não tem autorização da legislação vigente para constituir um sindicato – e disputa as demandas trabalhistas desse grupo, entra aqui no mesmo sentido. Retomarei tal questão no capítulo 3.

membros de partidos e sindicalistas de Campinas e usualmente contam com o apoio de alguns sindicatos e grupos de trabalhadores em sua organização e nas discussões propostas.⁵⁶³

Os debates sobre trabalho costumam focalizar as demandas de trabalhadoras domésticas, profissionais do sexo, terceirizadas, trabalhadoras informais e uma série de grupos envolvidos em trabalho entendido como precário. Parte dessas categorias, compostas por grande número de mulheres negras, disputam ainda a participação na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a inserção na categoria “trabalhadores” conforme compreendida pelo Estado e pela legislação brasileira e, portanto, os direitos básicos reservados aos mesmos, como carteira assinada, férias remuneradas, aposentadoria e licenças por problemas de saúde. Dessa forma, as falas feitas em nome de suas organizações costumam se referir à categoria trabalhista como um todo e, valendo-se de dados estatísticos, econômicos e políticos, recorrem frequentemente a um contraste entre a realidade das trabalhadoras e o imaginário social a respeito delas – empregando dados como o número de trabalhadoras das categorias, a taxa de informalidade, o número de horas de trabalho e a importância econômica dessas formas de trabalho sobre a receita pública. Além disso, procuram relatar a longevidade, os avanços e percalços de sua atuação e mobilização, nomear lideranças e realçar suas pautas e demandas em termos de leis e regulamentações, enfatizando a busca de direitos.

Além de pautas e recursos retóricos semelhantes, há também importantes diferenças entre os discursos, em especial entre aqueles proferidos por trabalhadoras domésticas e sexuais. A fala de Marcela, principal representante da AMG na FMNCR, na já mencionada roda de conversa *Mulheres Negras e Sexualidade: Diálogos Intergeracionais*, é exemplar dessas diferenças. Seu discurso se inicia com um relato de partes de sua história de vida – sua migração aos 13 anos do Maranhão para Campinas, a gravidez na adolescência, o aborto e a entrada na prostituição, seguida, em outro momento, por um relato sobre suas filhas e como as criou graças ao seu trabalho – ao longo do qual ela realiza uma performance corporal em que caminha pela sala do evento de forma sensual, tira peças de roupa e se aproxima de vários dos presentes. Depois desse momento, que durou por volta de quinze minutos, ela se veste e se senta, iniciando uma fala mais demorada e proferida em tom sério. Então, na segunda parte da fala, Marcela adere ao modelo mais comum de discurso sobre trabalho e organização sindical – salienta a importância da profissão, oferecendo dados sobre a magnitude do número de

⁵⁶³ Sindicatos dos Químicos, Metalúrgicos, STU e outros sindicatos da CUT, especialmente por via do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas e de Magali Mendes que, tendo participado por décadas do STU, tem contatos sólidos nesse sindicato.

trabalhadoras sexuais na cidade, região, estado e país e asseverando a relevância econômica dessa atividade, destaca aspectos da condição de vida das trabalhadoras e enfatiza a busca por direitos. O foco central de sua fala é a regulamentação do trabalho sexual e os elementos mobilizados ao longo do discurso procuram enfatizar que, em suas palavras, “prostituição é, sim, trabalho”.⁵⁶⁴

A fala de Marcela ressalta uma dualidade presente na forma como se constituíam os discursos acerca de trabalho na FMNCR, os quais eram protagonizados principalmente por essas duas categorias trabalhistas. Por um lado, tratava-se de um discurso sindical comum, que enfatizava a busca de direitos e mobilizava argumentos de teor econômico e numérico, voltados a comprovar a existência de uma categoria profissional apartada da legislação trabalhista de forma injusta. Por outro lado, esses mesmos discursos procuravam enfrentar barreiras de ordem cultural ou moral que impediam que essas atividades fossem tratadas como trabalho, reconhecendo que parte importante das dificuldades encontradas para remediar essas injustiças reportam-se a “padrões institucionalizados de valor cultural”,^{565xxvi} e enfatizando a subjetividade e agência das trabalhadoras. Assim, apesar de suas diferenças, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras sexuais compartilhavam o imperativo de enfrentar padrões e crenças de ordem cultural e moral que relegam seus trabalhos a atividades aos domínios do privado, familiar, secreto ou invisível – portanto, fora do domínio do público, reconhecido e sujeito à regulamentação. Os dois casos notabilizam a inseparabilidade, por um lado, da crítica aos horizontes de valores culturais normativos organizados por meio das categorias “gênero”, “raça” e “sexualidade”, e, por outro, da problemática das classes sociais. Neles, essas dimensões encontram-se atreladas.

Enquanto trabalhadoras negras em várias ocupações à margem da regulamentação trabalhista, ambas as categorias são vistas, na FMNCR, como as camadas mais pauperizadas e vulneráveis da classe trabalhadora. Como seus discursos na organização, as pautas correspondentes às questões trabalhistas na CM, além das já mencionadas no tópico anterior, são geralmente enquadradas como direitos. São elas, por exemplo: a oposição à “retirada histórica de direitos” e à terceirização e precarização do trabalho (ponto 14); a ampliação dos empregos e pela igualdade salarial para as mulheres negras (ponto 15); garantia de direitos aos trabalhadores informais (ponto 16); direitos previdenciários e oposição aos

⁵⁶⁴ Marcela, Diário de campo, 29/07/2016.

⁵⁶⁵ Fraser e Honneth, 2003, p.29.

cortes das Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 de 2015⁵⁶⁶ (ponto 17); a valorização do trabalho doméstico e a plena implementação da Lei Complementar 150/2015⁵⁶⁷ (ponto 18); e a garantia de direitos e inclusão para as mulheres imigrantes e refugiadas (ponto 19).

As pautas de categorias trabalhistas não representadas coletivamente na FMNCR – i.e., com grupos ou associações de categoria integrando a organização – foram construídas por meio das interações com as trabalhadoras em oficinas, palestras e outros eventos de militância, assim como sua participação individual na FMNCR. Algumas integrantes da FMNCR participavam frequentemente de encontros de movimentos sociais, eventos de outros grupos e reuniões com o poder público em várias localidades, além de buscarem fomentar atividades comuns, momentos em que aproveitam para se inteirar dos debates de outros grupos. Em uma mesa de debates intitulada *Mulheres negras e violência*, organizada na Unicamp em novembro de 2017, uma das participantes da FMNCR, convidada como debatedora, afirma:

Sexta-feira agora nós tivemos aqui em Campinas o encontro estadual de catadoras de reciclável. [...] É um setor que tem muitas mulheres negras. Nós PLPs fomos chamadas pra dar uma oficina de prevenção de violência contra a mulher. E das 50 mulheres que estavam na sala com a gente, pelo menos 40 eram mulheres negras. Esse é um setor de mulheres negras. Então, eu sinto muito, gente, com todo respeito... Eu estive junto com a luta das meninas universitárias, jovens universitárias, mas nosso olhar tem que ser outro. Nosso olhar tem que ser [em busca de] onde estão as mulheres negras. As mulheres negras são trabalhadoras domésticas, nós éramos um setor muito forte no serviço público, mas agora nós estamos nas terceirizadas, nós somos catadoras. E aí, vamos ter que pensar nisso. Nosso olhar vai ter que se voltar pra isso e nós [mulheres negras] somos o setor, hoje, do movimento social que tá ativo e vivo.⁵⁶⁸

A fala acima, enunciada por uma participante da FMNCR com extensa experiência militante, também indica percepções acerca da circulação dessas pautas no campo da organização coletiva das mulheres negras, sugerindo que, em sua perspectiva, debates associados à “luta das meninas universitárias” têm ganhado preponderância, em detrimento do foco na discussão de classe e trabalho, apontada como majoritária.

A centralização dessas trabalhadoras como a camada mais pauperizada e vulnerável não apenas da classe trabalhadora, mas também no interior do movimento de mulheres negras, se aproxima das perspectivas de autoras como Lélia Gonzalez e Claudia Jones acerca da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e na sociedade. A ideia de

⁵⁶⁶ As duas medidas provisórias aprovadas em 2014 alteram a legislação previdenciária e trabalhista, dispondo novas condições para acesso à pensão por morte, auxílio doença, seguro desemprego e abono salarial. Ver: <http://www.planejamento.gov.br/tema/MPs-664-665/noticias/medidas-provisorias-do-ajuste-fiscal-sao-aprovadas-pelo-congresso>.

⁵⁶⁷ A Lei 150/2015 regulamenta especificamente os encargos, tributos e direitos das trabalhadoras domésticas. Voltarei a falar dessa lei no próximo capítulo.

⁵⁶⁸ Diário de campo, 13/11/2017.

“superexploração”, empregada por ambas as autoras para caracterizar a posição das mulheres negras na base da estrutura ocupacional e de classes reflete que “por conta de sua localização na sociedade entre os trabalhadores mais explorados e mal pagos, o valor do trabalho das mulheres negras tende a beneficiar várias outras frações de classe (inclusive outros trabalhadores explorados)”.^{569xxvii} Tanto em Jones como em Lélia Gonzalez, tal caracterização, que parte justamente do emprego doméstico, leva em conta a realização, por parte das mulheres negras, do conjunto das “tarefas mais servis e mal pagas”,⁵⁷⁰ a ausência de direitos trabalhistas, a realização de duplas jornadas e as condições irregulares, injustas indignas de trabalho. Além das condições de trabalho, elas destacam as relações entre empregadas e patroas como um elemento central nesse trabalho, destacando a relevância desse “relacionamento madame-serva” [*madam-maid relationship*]⁵⁷¹ no “reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da inferioridade que lhe seriam peculiares”.⁵⁷² Ainda, ambas ressaltam o papel dos mecanismos de seleção racial no mercado, como a demanda por “boa aparência”, e dos estereótipos e representações negativas das mulheres negras na manutenção dessas hierarquias. Assim, esses obstáculos simbólicos ajudariam a manter as mulheres negras em um circuito de pobreza que, considerando seu lugar como sustentáculos de suas famílias e comunidades – como aparece na CM, “arrimos de família” –,⁵⁷³ impediria a ascensão das comunidades negras como um todo. Para Jones, isso significa que “como as mulheres negras são frequentemente as chefes da família, comunidades negras inteiras permanecerão na pobreza se as mulheres negras continuarem subempregadas e superexploradas”.^{574xxviii}

Somada às questões vivenciadas pelas trabalhadoras negras, a crescente camada de mulheres negras que sequer consegue inserção no mundo do trabalho ou que, a despeito de uma inserção precária, não reúne condições de sobrevivência, aponta para o papel da pobreza nas preocupações da FMNCR. As falas enfatizam que “as mulheres negras são [o grupo] mais pobre do mundo”⁵⁷⁵ e procuram destacar a relação entre pobreza e vulnerabilidade social, expressa em questões como a ausência de condições dignas de vida, a exposição a doenças e à violência, a superexploração da força de trabalho, etc. Além disso, procuram expor

⁵⁶⁹ Boyce-Davis, 2007, posição 1128 [e-book].

⁵⁷⁰ Jones, 1949, p.5.

⁵⁷¹ Jones, 1949, p.12.

⁵⁷² Gonzalez, [1979a] 1982, p.99.

⁵⁷³ CM, 2016, p.3.

⁵⁷⁴ Boyce-Davies, 2007, posição 1100 [e-book] Cabe destacar, ainda, que essa conexão entre trabalho, família e comunidade também é frequente nas obras feministas negras (cf. tb. Collins, 2000; Davis, [1982] 2016)

⁵⁷⁵ Fala de Magali Mendes na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sfubP-0n43E>

e reposicionar explicações para a perpetuação da pobreza que se apoiam em conexões entre pobreza e condições psicológicas (como “ser folgado” ou “não gostar de trabalhar”), doenças e transtornos (como ser dependente químico) e atributos ou ações individuais (como a “decisão” de ser traficante ou atuar nos mercados ilícitos de várias formas), rejeitando tais conexões em favor de uma explicação que prioriza a ausência do Estado e de alternativas no mundo do trabalho para a sobrevivência. Nessa medida, seus discursos e ações se inserem na disputa pelos “termos empregados para descrever a vida social”,^{576xxx} por vezes reivindicando para si categorias que revelam espaços de marginalidade e buscando significados próprios a elas:

Sou uma mulher de quebrada mesmo, sou uma mulher de um bairro discriminadíssimo dessa cidade, onde morrem jovens e onde as mães estão sofrendo porque tem filhos que morrem pela polícia e filhos que morrem pelo tráfico. Isso é um problema de mulher negra. Não porque nossos filhos são por excelência traficantes. Assim como o Mandela dizia que ninguém nasce discriminando, racista, eu quero dizer aqui que ninguém nasce usuário de drogas. Torna-se usuário de drogas, por conta de um mercado hoje que é o maior mercado do mundo, e que nossos filhos hoje, por falta de políticas públicas, estão vulneráveis a isso.⁵⁷⁷

A pobreza aparece como algo que unifica os diferentes estratos ou subgrupos de mulheres negras e, ao mesmo tempo, é posicionada como uma luta assumida pela FMNCR que extrapola a própria categoria “mulheres negras”. Além de voltar-se aos já mencionados grupos de trabalhadoras negras urbanas e considerando que “as mulheres negras que trabalham, mas continuam pobres formam um importante segmento da classe trabalhadora negra”,^{578xxx} as falas destacam a necessidade de proteger e defender uma gama de grupos expostos a camadas adicionais de vulnerabilidades e cuja pobreza parece apresentar-se como condição permanente ou inescapável, para as quais o mercado de trabalho, mesmo informal ou precário, é praticamente inacessível – como quilombolas, indígenas, grupos organizados em disputas por moradia, as mulheres “da quebrada”, dependentes químicas e encarceradas:

se é verdade que estatisticamente nós [mulheres negras] somos hoje as mais pobres, eu marcho pelo fim da pobreza. Mas, marchando pelo fim da pobreza e sabendo que ela não vai acabar amanhã, eu marcho para que o Minha Casa, Minha Vida melhora... não para que ele acabe, mas para que ele melhora, porque milhares de mulheres negras foram beneficiadas por ele. [...] Então eu marcho para que o Bolsa Família não acabe, e sim melhora. Eu marcho para que a juventude negra que tá reivindicando aí escola pública, que amplie mais ainda... [...] E se a gente vai nas quebradas, a gente vê muita gente passando fome. Tem muita gente que não sabe o que vai jantar, tem muita gente que não sabe o que vai comer amanhã, tem muita gente que ainda dá água com fubá pro filho. Em particular, eu marcho também por todas as minhas amigas craqueiras, que não são meninas, são mulheres da minha idade, e que a gente também não tem noção disso, e que essas pessoas não estão tendo tratamento. Marcho por todas as minhas amigas presidiárias, que não têm um exame, né? Se a gente tá reclamando que não tem exame ginecológico, não tem [atendimento médico de qualidade], elas não

⁵⁷⁶ Fraser e Gordon, 1994 [In.: Fraser, 2013, p.84].

⁵⁷⁷ Diário de Campo, 13/11/2017.

⁵⁷⁸ Collins, 2000, pp.61-62.

tem nem um terço disso. Elas só saem ali para o [Hospital] Mario Gatti quando já estão morrendo, a pressão sobe. Até nisso nosso sistema é machista, quando aquele presídio era masculino, todo mundo sabia que ele existia; agora que ele é feminino [Penitenciária Feminina de Campinas], ninguém sabe que ele existe. Então, quero marchar para que esse presídio que tem em Campinas seja um presídio humanizado. Não quero dar conta de todos os problemas que tem lá, mas quero marchar para dizer que as políticas públicas dessa cidade não existem. [...] Quero marchar pelas minhas amigas prostitutas que apanharam ali, quero marchar pelo pessoal do meu bairro, quero marchar por todos nós... mas, essencialmente, isso se chama fim da pobreza.⁵⁷⁹

Como a fala acima indica, essa linha de discursos frequentemente enfatiza a importância das políticas públicas de geração e transferência de renda, moradia, saúde e educação, tomadas como instrumentos imprescindíveis na transição da pobreza (“sabendo que a pobreza não vai acabar hoje”) para uma situação de segurança alimentar, financeira e trabalhista. Assim, acerca dessa questão, os objetivos e demandas são dispostos em termos de políticas públicas – por exemplo: a “defesa do reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas” e indígenas, acompanhada pelo “fortalecimento e mais investimentos no desenvolvimento das políticas públicas destinadas a essa população” (ponto 24); o estímulo à política de reforma agrária para as áreas que não cumprissem a função social da terra e a titularidade preferencial das mulheres nessas políticas (ponto 25); e a defesa do direito à moradia, à cidade e à urbanidade, que serão efetivados por meio de políticas públicas (tais como o aumento dos programas e unidades habitacionais, a aceleração dos processos de desapropriação dos imóveis fechados e sua transformação em moradias populares) (ponto 26).

Ao passo em que as proposições acerca da superexploração formuladas por autoras como Gonzalez e Jones são voltadas à crítica dos modelos de organização trabalhista que dispensam a articulação e a luta por direitos das mulheres negras envolvidas no trabalho doméstico – e, portanto, já apontam para uma relação de pertencimento complexo na classe trabalhadora organizada – a discussão acerca da pobreza adiciona uma dimensão extra à discussão sobre classes sociais na FMNCR. A descrição de uma condição social que, por mérito da atuação institucional e vinculada a obstáculos e representações depreciativas na dimensão simbólica, se torna endêmica, permanente e inescapável, indica que o modo como essas mulheres percebem seu pertencimento de classe não toma como ponto de partida apenas sua posição nas relações de produção, mas também dispõe como centrais experiências de privação, segregação e estigmatização. Dito de outro modo, os debates da FMNCR em torno de trabalho e classe não se concentram exclusivamente nas posições ocupadas por elas em relação ao

⁵⁷⁹ Fala de Magali Mendes na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sfubP-0n43E>

mundo do trabalho (no sentido de “força de trabalho”), mesmo nas formas como essas foram criticadas levando em conta as categorias “gênero” e “raça”,⁵⁸⁰ mas enfatizam a construção de subjetividade e sentidos a partir dessa vivência. Nessa medida, os debates de classe social na FMNCR parecem empregar uma noção de classe que incorpora e, ao mesmo tempo, extrapola o conceito de “classe trabalhadora” conforme tradicionalmente trabalhado pela sociologia do trabalho brasileira.⁵⁸¹

2.2.2. O lugar da classe

A intensidade dos debates e pautas em torno de trabalho, exploração, pobreza, direitos e políticas públicas e a argumentação voltada à priorização dessas questões, demonstram que as perspectivas construídas a partir do debate sobre classes sociais tem lugar importante na ação política da FMNCR. Este lugar, contudo, foi bastante disputado.

Ao me relatar suas razões para a participação na FMNCR após a Marcha, Regina Teodoro, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, explica que seu objetivo era “trazer [para a organização] a pauta das trabalhadoras domésticas” e, com isso, superar um dos principais problemas que, em sua perspectiva, atrasam a obtenção de direitos por parte da categoria: a dificuldade de mobilização.⁵⁸² Para ela, porém, esse objetivo não foi realizado a contento: “Também nesse meio em que é nosso, é de mulheres negras, mulheres pobres, a gente ficou no mesmo lugar como a gente está no Congresso [Nacional], como a gente está em qualquer outro lugar. Não avançou, a pauta das domésticas, nem entre nós avança”. Explicando

⁵⁸⁰ Acerca da crítica de gênero, ver, por exemplo: Souza-Lobo, 1991; Saffioti [1969] 2013. Para as arguições centradas em raça, cf., por exemplo: Gonzalez, [1979a] 1982; Gonzalez e Hasenbalg, 1982.

⁵⁸¹ Para uma visão compreensiva sobre essa produção, cf. Oliveira, Ramalho e Rosenfield, 2019. Uma aproximação possível daquilo que as mulheres da FMNCR elencam como elementos de sua percepção de classe seria a discussão em torno da “subclasse urbana” ou “subclasse negra” [*black underclass* ou *urban underclass*], em especial as produções sobre os “guetos” e a apropriação desse debate pela produção do *black feminism* na sociologia (cf. Collins, 2000, cap.3). Acerca desse extenso debate, que foge aos limites dessa tese, ressalto apenas uma breve definição do debate que sintetiza alguns de seus principais elementos: “Ao fim dos anos 1970, a imagem de famílias pobres e pertencentes a minorias raciais atoladas em um ciclo interminável de desemprego, gravidez fora do casamento, analfabetismo e dependência resultou em um conceito potente e imperioso: a subclasse urbana. Na visão de muitos brancos pertencentes às classes médias, as cidades do interior abrigavam uma imensa população de mães solteiras com baixa educação formal e homens sem empregos, em sua maioria negros e porto-riquenhos, cuja probabilidade de saída da pobreza e construção de autossuficiência eram baixas. No debate nacional acerca das causas dessa pobreza persistente, três explicações teóricas emergiram gradualmente: cultura, racismo, economia e políticas sociais” (Massey e Denton, 1998, pp.4-5). Cf. tb. Fraser e Gordon, 1994.

⁵⁸² Regina ressalta que a possibilidade de mobilização das trabalhadoras domésticas é limitada por suas próprias condições de trabalho. Em suas palavras: “E o que nós temos hoje que é muito ruim é que não tem estímulo, as trabalhadoras não querem vir pro sindicato, não querem fazer a luta, não querem paralisação, não querem viajar pra fazer um debate, elas até dão o nome, não pagam ônibus, nada, mas chega no dia elas não vão, elas têm receio, tem muito receio de ir, da patroa saber, da patroa mandar embora. Ainda hoje, com o registro em carteira obrigatório, muitas estão sem registro, muitas...” (Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018).

o que seria esse avanço e as razões para que ele não aconteça, ela retoma a questão da mobilização:

Não sei dizer porque [não avança], eu falo que... a gente fala que é um preconceito com o nosso setor, eu falo que as pessoas, em todos os grupos, [para todas] as pessoas, as domésticas é uma coisa muito sem importância, é uma coisa que parece que [...] ela só faz importância quando a pessoa pega um microfone e vai fazer a fala, mas na prática, vê se vem alguém aqui pra estar com a gente nas ações, nas coisas! Não tem, você não tem, não adianta. Não fortalece, não fortalece, cada um quer fortalecer o seu grupo e as domésticas estão em todos os grupos mas os grupos não estão com as domésticas. Isso é uma realidade que a gente começou a falar agora com muita insistência.⁵⁸³

A percepção de que as pautas das trabalhadoras domésticas não são prioritárias ou que a validade de seu conteúdo – i.e., a busca de direitos trabalhistas – é disputada dentro dos movimentos e feminismos de mulheres negras foi razão de tensionamentos contínuos na FMNCR. As participantes mais experientes da organização, mesmo as que não se incluíam na categoria, frequentemente se expressavam em favor da aglomeração de aliados em torno dessas agendas e expressavam frustração com a falta de “alinhamento do discurso” das diversas feministas negras a esse respeito, pressionando pela priorização das demandas de trabalhadoras negras, em especial as domésticas. Entre várias outras falas semelhantes, destaco uma, possivelmente a mais longa que testemunhei ao longo do trabalho de campo:

Não dá para pensar na “mulher negra”, na gente, sem pensar numa categoria de 8 milhões de mulheres, que são as trabalhadoras domésticas. Elas dizem agora que são nove [milhões de mulheres], e que 80% dessas 8 milhões de mulheres são negras, as trabalhadoras domésticas. Elas vem de uma luta de dignidade e equiparação de salários e de direitos e, na contradição, a gente vem dizendo que a gente quer acabar com esse emprego agora. Mas esse emprego não começou ontem, nem vai terminar nos próximos 100 anos. Então, como elas são organizadas, a gente precisa pensar: como é que a gente enquanto negras se soma a elas, à luta e à pauta delas? Se é verdade que em 88 a Constituição Cidadã [...], a organização das mulheres, a organização dos negros brasileiros, dos trabalhadores permitiu alguns avanços, é verdade também que uma das poucas categorias que não acompanharam esses avanços na constituição foram as trabalhadoras domésticas. E aí, 20 anos depois, por conta da própria luta delas, elas avançam e chegam à PEC das Domésticas. Uma PEC que não saiu como elas queriam, mas foi o possível de ser feito e que não tá sendo respeitada. E a gente como negros e negras não tá prestando atenção nisso, na maior categoria de trabalhadores do país. E aí, para a nossa felicidade, as grandes lideranças nacionais de trabalhadoras domésticas e a própria convenção da OIT sobre o trabalho doméstico se pautou na organização de Campinas. [...] E essas mulheres às vezes necessitam que a gente vá pra rua com elas. E aí a gente que é mulher negra e que fala que tá na luta, às vezes não sabe nem onde é o sindicato delas. Falo isso pra provocar mesmo, pra nos convocar a estar na luta das trabalhadoras domésticas. É uma luta nossa, que se, individualmente, muitas de nós não passou pelo trabalho doméstico, historicamente não tem uma de nós que não teve uma mãe, uma tia, uma parente doméstica. Então é uma luta que nós temos que incorporar como uma luta nossa. Uma luta histórica, uma luta que não acabou, uma luta que tem a sua linha, que tem suas contradições – porque vocês estão falando em cota e vocês estão falando na universidade, mas 8 milhões de

⁵⁸³ Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às Promotoras Legais Populares, em 12/07/2018.

mulheres ainda são trabalhadoras domésticas, uma boa parcela delas ainda é analfabeta. Como é que a gente junta essas duas coisas? É um desafio nosso de mulheres negras. [...] E como militante, e por conta até do histórico dos movimentos negros brasileiros que colocaram a questão do racismo e hoje, mesmo que as pessoas digam que não, todo mundo sabe que essa sociedade é racista, o Estado reconheceu que existe racismo no Brasil. Então, o meu papel de militante hoje é provocar. Provocar e perguntar: o que é que estamos fazendo por nós? E dizer pra nós que nós precisamos pautar a política pública que queremos, e que nós precisamos exigir os nossos direitos.⁵⁸⁴

Essa colocação aconteceu durante o evento *Mulheres negras: violência e resistências*, na Universidade Estadual de Campinas, em que a maior parte do público era composto por jovens universitárias negras. Além de ser demonstrativa dos elementos que costumam estar integrados nesses discursos – os já mencionados argumentos demográficos e numéricos, a retomada dos percursos históricos dos movimentos e a demanda por direitos trabalhistas, por exemplo –, a fala é significativa da busca por aproximar dois grupos que, de formas diferentes, entendem-se como integrantes da trajetória de militância das mulheres negras brasileiras. No trecho citado, a militante em questão, que havia se apresentado declarando sua participação em diversos momentos históricos do movimento de mulheres negras (como o I ENMN de 1988, a participação em movimentos negros e a construção dos movimentos sociais no contexto da redemocratização) e posicionando-se como uma “mais velha” em relação ao público presente, questiona posições que entende como contraditórias ao acúmulo de conquistas das mulheres negras.

A ideia de que há militantes negras que se colocam a favor do fim do trabalho doméstico, como ela diz, remete a uma questão que frequentemente retornava nas conversas informais entre as mulheres da FMNCR (e, em menor medida, aparecia em discursos como o citado acima). Tal questão diz respeito às formas como, segundo as participantes da organização, algumas jovens feministas negras têm mobilizado o trabalho doméstico como um lugar de desprestígio e vergonha, do qual procurariam se afastar. As trabalhadoras domésticas e militantes mais experientes se ressentiam com esses discursos “na contramão” de suas demandas e enfatizavam um paradoxo, que exponho empregando as palavras de uma delas: “ao mesmo tempo que vocês [militantes jovens] estão na contramão [do que as trabalhadoras domésticas dizem que buscam em sua luta], vocês estão dizendo que são filhas de domésticas”.⁵⁸⁵ Cabe destacar que tratava-se de uma questão colocada no âmbito da prática política, de modo que, embora as militantes mais experientes alegassem compreender as razões

⁵⁸⁴ Diário de Campo, 13/11/2017.

⁵⁸⁵ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

para a rejeição desse lugar por parte das jovens, elas salientavam o descompasso dessas posições com as pautas e estratégias de luta das trabalhadoras domésticas. Para muitas das militantes mais experientes, como Teodoro, essas divergências refletem diferenças entre as militantes dispostas, também, como diferenças de classe:

Eu acho que o setor de classe é bem forte [na explicação dessas divergências], porque a gente tem, por exemplo, as nossas mulheres negras educadoras. Elas poderiam estar junto com a gente, mas também não está. Então, é uma questão de classe, sim. É uma questão de classe. Se você olhar os textos, as listas de assinatura, os textos que falam um pedacinho de alguém, onde é que nós estamos *sempre*? No pé do texto, é que nem a pirâmide [socioeconômica]... Nós estamos no pé do texto. Nenhum documento, em nenhum lugar que falam de nós, nem dentro da CUT, nem dentro da CONTRACS, [Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e nos Serviços] dentro de lugar nenhum, nem nessa carta [CM], você pode olhar o manifesto onde a gente está, no pé do texto, e são tudo gente nossa.⁵⁸⁶

Assim, de forma ainda mais eminente do que nas discussões sobre identidade e reconhecimento, no debate em torno de trabalho, pobreza e classes sociais na FMNCR, há uma inclinação a conflitos entre um grupo formado por militantes mais experientes, geralmente filiadas a sindicatos e associações trabalhistas e que prioriza tais questões como centrais na militância e um outro grupo, percebido como formado por mulheres mais jovens e universitárias, para as quais outros debates seriam prioritários.⁵⁸⁷ Decerto, embora essa divergência seja apontada no interior da FMNCR, tais questões envolviam, indispensavelmente, grupos no entorno da organização, como demonstram as falas citadas. Entendo que, nessas disputas, os discursos e esforços das militantes mais experientes – situados a partir de uma perspectiva entendida como global ou sistêmica e que entendem como expressão máxima das intersecções de gênero, raça e classe a figura da trabalhadora doméstica – são por tornar a questão de classe um *princípio* na FMNCR. Em outras palavras, mais do que um conjunto de pautas, buscava-se consolidar a importância da questão de classe e da interlocução com as militantes que levavam esse debate em *todas* as discussões e ações propostas na FMNCR.

2.3. Estado, instituições, direitos e violência

Eu vou marchar por isso, [por conta do] Estado, que é extremamente violento com a população negra, com os negros e negras do país. É fato que se a gente for colocar, o Estado tá matando todos nós. É uma política de extermínio. E de todas as

⁵⁸⁶ Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018.

⁵⁸⁷ Retomarei essa questão no capítulo 4. Por ora, cabe indicar que, na perspectiva de várias das militantes mais experientes, alguns dos debates que estariam em antagonismo à prioridade de classe são aqueles voltados à discussão de afetividade, sofrimento psíquico e solidão.

formas institucionais, psíquicas, espirituais, na saúde, financeiramente, no mercado de trabalho... por todos os lados, tem uma violência muito forte e a maior parte disso é por forma estatal. E aí dentro desse sistema capitalista que não deixa ninguém pra trás, também, né? Então, a minha questão é essa, mostrar que tem reivindicação sim, que a gente quer os nossos direitos sim e que a gente vai reafirmar eles como for preciso, dentro de uma marcha, nas questões cotidianas, a gente vai tentando montar coletivo, montar a frente, fazer ações políticas no nosso âmbito, com as nossas demandas.⁵⁸⁸

As instituições – em especial, o Estado, mas também o mercado, a mídia, os partidos e outros – desempenham um papel significativo nas conversas da FMNCR, agregando grande número de falas e uma série de atividades ao longo do período em que a organização esteve ativa. As discussões em torno do Estado denunciavam que a população negra, nas palavras de uma participante, “vive como se estivesse sentenciada, com uma sentença de morte”,⁵⁸⁹ o que era identificado com a *presença* do Estado na forma como ele se fazia representado para essas mulheres e suas comunidades, em seu braço militarizado, policialesco e violento, mas também com sua *ausência* enquanto árbitro das desigualdades sociais e na forma de infraestrutura, serviços e políticas públicas. Esse binômio aparecia sempre que estavam em pauta as demandas da FMNCR e, também, sempre que o evento garantia um espaço voltado a denúncias ou à elaboração de experiências.

2.3.1. O binômio da presença do Estado: justiça injusta e ausência marginalizadora

As colocações acerca da *presença* do Estado partem do sistema penal e de segurança pública, considerando o racismo e a segregação racial como elementos centrais – estruturais – e não incidentais da composição desses sistemas. A ideia de “justiça injusta”, veiculada em várias atividades da FMNCR, incorpora debates sobre as concepções de crime e criminalidade; a prática de *racial profiling*, descrita pelas participantes como a determinação

⁵⁸⁸ Fala Sidélia Silva, na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DhEQHk7WyyU&list=PLCzyfs6ZXTEIGMS2PKgXbhluNBA8Dz6N&index=9>

⁵⁸⁹ Fala de Mariana na plenária de 01/11/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=REeTsNoYu8I&index=2&list=PLCzyfs6ZXTEIGMS2PKgXbhluNBA8Dz6N>

apriorística e racializada do “tipo físico de um criminoso”;⁵⁹⁰ a seletividade do sistema penal, que pune desproporcionalmente a população negra, e o consequente encarceramento em massa dessa população, com ênfase nas mulheres e jovens negros; as várias chacinas contra a população negra, em especial os jovens; as condições oferecidas à população carcerária, especialmente as mulheres. Essas condições desdobram-se, principalmente, nas seguintes pautas:

Contra a redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação dos jovens;

Contra o genocídio da juventude negra e periférica;

Pela desmilitarização das polícias e pelo fim da justiça militar, contra as revistas vexatórias e pelo respeito à lei que proíbe tais revistas;

Contra a seletividade do sistema penal e do judiciário, que criminalizam e encarceram a população negra, e em especial a mulher negra (cujos índices de cárcere aumentaram em 264% na última década).⁵⁹¹

Importantes debates nesse sentido aconteceram na roda de conversa *Mulheres Negras e Direitos*, realizada em 29 de julho de 2016 no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, uma das atividades da Semana da Mulheres Afro-Latina e Caribenha daquele ano. Nela, estiveram presentes como debatedoras: Mônica, uma experiente militante dos movimentos negros, de mulheres negras e centrais sindicais, que então integrava o Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas e tinha mais de 50 anos; Virgínia, uma advogada e militante de partidos políticos e centrais sindicais, de aproximadamente 30 anos; Emília, uma integrante de movimentos negros e casas de cultura campineiras, de aproximadamente 40 anos; e Mariana, uma militante de movimentos de mulheres negras e de jovens negros, de aproximadamente 30 anos.

Mônica apresentou as atividades da Semana, as outras participantes da mesa, introduziu a noção de “justiça injusta” e salientou que as mulheres negras eram a maioria da população feminina brasileira e que, ainda assim, não teriam suas questões plenamente incorporadas nos debates feministas. Salientando suas experiências de participação nos encontros de mulheres negras ao longo das décadas de 1980 e 1990 e na organização para a Conferência de Pequim, em 1995, ela refletiu sobre “a briga com o feminismo tradicional por conta da violência policial e do narcotráfico contra os nossos filhos” e enfatizou que essas questões, já entretidas nessas décadas, continuavam vigentes e se aprofundavam. Referindo-se

⁵⁹⁰ Idem. Em outras ocasiões, as militantes discutiram o princípio jurídico de “presunção de veracidade” das alegações e declarações de policiais militares como um dos elementos que permite arbitrariedades nesse processo.

⁵⁹¹ CM, 2016, p.4.

às chacinas contra a juventude negra e os permanentes enfrentamentos com o judiciário, terminou dizendo que “não existe feminismo sem discutir nossas famílias”.⁵⁹²

Virgínia, a segunda a falar, afirmou que 74% das prisões realizadas no Brasil estão relacionadas ao tráfico de drogas e têm como única testemunha o policial militar que efetuou a prisão, além de frequentemente serem realizadas com base em confissões dos acusados, dentre as quais, segundo ela, apenas 11% acontecem nas próprias delegacias. Ela afirmou que a polícia e o sistema penal brasileiros eram “construídos em réplica da estrutura escravocrata” e, portanto, eram voltados ao encarceramento da população negra e sua constituição como força de trabalho precária nos presídios. Refletindo sobre o modelo de encarceramento vigente, que classificou como “discriminatório na origem”, e sobre a aceitação tácita de formas de tortura nos presídios, ela contrastou esse modelo com os fundamentos do Estado de direito. Outro ponto importante de sua fala foi a sinalização de uma relação entre a violência perpetrada pelo braço armado do Estado e a desestruturação das famílias negras. Enfocando o encarceramento feminino e empregando a ideia de genocídio da população negra e, sobretudo, da juventude, Virgínia destacou uma causalidade intencional nessas práticas e empregou uma expressão frequentemente usada pelas militantes: “o Estado como um instrumento de extermínio”. Ela reportou que 50% das mulheres negras encarceradas teriam entre 18 e 29 anos e a maioria delas estaria localizada no estado de São Paulo, destacando que o encarceramento preferencial de mulheres em idade reprodutiva, somada ao esvaziamento das funções ocupadas pelas mulheres na família – que, para além do tradicional trabalho de cuidados, socialização e afetividade, incorpora aqui o “ensina[r] seus filhos como se comportar diante da polícia para evitar engrossar os números do genocídio de Estado contra a população negra” – eram sintomáticos do projeto de desestruturação dessas famílias. Para Virgínia, refletir sobre essas questões era um projeto relacionado à interseccionalidade, a qual ela descreveu como “um exercício constante de vencer a invisibilização das mulheres negras nos próprios movimentos negro e feminista”.

Emília prosseguiu com a linha de reflexão que conjugava violência do Estado e famílias negras, salientando que, enquanto mulher negra e moradora de um bairro na periferia de Campinas, teve uma relação próxima com essas questões e com a violência ao longo de sua vida. Ela relatou a morte e prisão de alguns de seus familiares, amigos e conhecidos em função de ações policiais no seu bairro e, refletindo sobre o encarceramento de seu filho, discutiu o

⁵⁹² Diário de campo, 29/07/2016.

tratamento recebido pelas mulheres que vão aos presídios realizar visitas, destacando que a esmagadora maioria das visitas a pessoas encarceradas são feitas por mulheres, as quais são tratadas como se fossem, elas mesmas, as presas. Emília afirmou ter passado em silêncio por inúmeros constrangimentos e violências ao realizar visitas, pois temia que, caso protestasse, essas fossem suspensas e os presos castigados, destacando, ainda, que vários utensílios de higiene básica não eram oferecidos nas penitenciárias gratuitamente e eram levados exclusivamente pelas visitantes. Ela mencionou, ainda, o estigma vivenciado pelos egressos do sistema penitenciário, que os mantém à margem da sociedade, às vezes sem acesso ao mínimo necessário à sua sobrevivência. Por isso, disse, “nunca fico ao lado do policial. Mesmo que o menino esteja cometendo algo, ele é a vítima”. Segundo Emília, sua principal razão para se organizar na FMNCR seria o que ela chamou de fortalecimento pessoal através da convivência com outras mulheres negras, que a tornaria mais apta para preparar sua família em relação à vulnerabilidade da juventude negra. Sua fala exemplifica o emprego da trajetória pessoal para a construção dos argumentos de teor político, algo que aconteceu com bastante frequência nos debates acerca de violência institucional na FMNCR.

Mariana, que também desempenhava o papel de mediadora do debate, manteve a discussão em torno das condições das mulheres encarceradas e da desestruturação das famílias negras por conta da violência institucional. Mariana afirmou que embora os números oficiais afirmem que 70% da população carcerária feminina é composta por mulheres negras, “visualmente” elas contariam de 90 a 95%. Segundo ela, não fosse a problemática da identificação racial no Brasil, a população carcerária seria entendida como quase completamente negra. Ela destacou a diferença de tratamento entre homens e mulheres nos presídios, apontando, por um lado, para os bloqueios e dificuldades ao exercício do direito à visita íntima para as mulheres e na impossibilidade quase generalizada no sistema carcerário brasileiro de que mulheres encarceradas recebam visitas íntimas de parceiras do sexo feminino e, por outro lado, para a falta de atendimento a questões específicas das mulheres – por exemplo, o uso das mesmas listas de compras dos presídios masculinos, negligenciando as necessidades higiênicas e corporais específicas de mulheres (como a compra de absorventes menstruais) e as condições em que são experienciadas gestações e partos. Essas conversas apontam para um lugar semelhante ao que diz Crenshaw quando alega que “parece que eu preciso dizer que as mulheres negras são iguais e prejudicadas por serem tratadas de forma diferente ou que são diferentes e prejudicadas por serem tratadas de forma igual. Mas não posso dizer as duas

coisas”.⁵⁹³ Ao “dizer as duas coisas”, portanto, as militantes procuram sublinhar, tal como Crenshaw, um espaço de vulnerabilidade que somente é visto por meio de lentes voltadas especificamente a ele. Ainda segundo Mariana, as mulheres encarceradas são completamente alijadas de seus laços afetivos e comunitários, pois geralmente não recebem visitas e, quando egressas, não têm sequer condições financeiras para retornar às suas cidades ou estados. Ela destacou, ainda, que, quando as detentas estão grávidas ou com filhos pequenos, há um prazo determinado pelo Estado durante o qual suas famílias podem reivindicar a tutela e, caso isso não ocorra, as crianças são enviadas para adoção e, segundo ela, “a maioria dessas mulheres nunca mais vai ver os filhos”. Comparando essa questão com as experiências femininas do genocídio da juventude negra, Mariana destacou que as mães negras são privadas de enterrar os seus filhos e salienta, considerando todas as questões mencionadas em sua fala, uma grande privação de afetividade na vida dessas mulheres. Em suas palavras, são “vidas interrompidas que [por sua vez,] interrompem outras”.

Como Virgínia, ela também relacionou a reflexão sobre essas questões à interseccionalidade, que descreveu como “um olhar para o ser humano em sua completude, globalmente”. Antes de concluir sua fala, apresentou e convidou os presentes a conhecer e integrar o *Projeto 111 – Contra a passividade diante do genocídio negro*, cujo nome faz referência aos 111 tiros disparados contra cinco jovens negros em novembro de 2015, no Rio de Janeiro. O projeto foi definido como uma proposta de produção cinematográfica para inventariar e divulgar as violências infringidas pelo Estado à população negra brasileira. Ressaltando que resistir ao “aparelho repressivo do Estado é se opor à fragmentação da população negra”, Mariana expôs um primeiro vídeo produzido pelo projeto⁵⁹⁴ e explicou que “filmar o genocídio”⁵⁹⁵ era uma das formas que tinha de responder às questões “O que é que vamos fazer por nós? Quantos seríamos hoje, se não fosse pelo extermínio?”.

Essa roda de conversa, que reuniu grande parte dos argumentos frequentemente empregados pela FMNCR acerca da violência institucional e ampla participação de diversos grupos e movimentos sociais voltados a essas questões, foi significativa desses debates. Cabe destacar, ainda, que a importância da juventude negra nas pautas referentes à violência estatal se deu, também, por meio de interlocuções com as próprias

⁵⁹³ Crenshaw, [1989] 2000, p.216.

⁵⁹⁴ Vídeo de divulgação do manifesto: <https://www.youtube.com/watch?v=Tx1Y58WhDvk>.

⁵⁹⁵ Cabe salientar que procedimentos semelhantes tem sido analisados por Patricia Hill Collins e outras feministas negras como formas de resistência das mulheres negras à violência policial, sob a linguagem de “presenciar e testemunhar” [*witnessing and testifying*]. Cf. Collins, 2015; Ritchie, 2018.

crianças e jovens e vários espaços voltados a essa discussão eram abertos para sua expressão. A despeito dos temas e discussões de cada um desses eventos, a presença de crianças e jovens nos saraus e atividades sempre foi estimulada e uma série de discursos procurava convidá-los a se colocar e “protagonizar” suas questões. Um exemplo nesse sentido foi o sarau de outubro de 2016, realizado conjuntamente à Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, em que boa parte dos jovens presentes eram habitantes das periferias da Região Metropolitana de Campinas, estudantes de escolas públicas ou cursinhos populares situados nessas regiões. Em eventos como esse, as militantes buscavam aproximar a FMNCR de um público mais jovem, algo que se manteve em pauta ao longo de sua atuação. Nesse evento, por exemplo, foi votada e aprovada uma proposta de criação de um comitê de monitoramento da violência policial em Campinas formado principalmente por movimentos sociais de jovens e mulheres negras.

O evento foi iniciado com a já mencionada dinâmica de microfone aberto *Por que eu odeio o Estado?*, em que cada um dos presentes refletia sobre sua percepção acerca do Estado brasileiro e terminava jogando uma bexiga com água em um grande boneco que o representava. As colocações dos jovens versaram sobre violência policial, o fato de serem sempre vistos como criminosos e as dificuldades que enfrentavam para estudar, ingressar na universidade e constituir uma carreira. Entre elas, foi especialmente marcante a fala de uma menina que aparentava ter entre 10 e 12 anos e que se apresentou como MC Leoa. Reportando as histórias e encontros que teve com a polícia nos bairros em que morou, ela relatou ser criada pela avó desde que seus pais foram encarcerados e disse: “O que as crianças fizeram para os policiais para que eles fossem truculentos e violentos com as crianças? Por que os policiais batem nos adultos na frente das crianças por motivos que as próprias crianças percebem que não são razão para tudo aquilo [por exemplo, urinar na rua]?”.⁵⁹⁶ MC Leoa encerrou sua fala, que durou cerca de 10 minutos, cantando uma música de sua composição, a qual terminava com o seguinte verso: “Sou guerreira da favela/ Luto na favela/ Para as crianças ser feliz e não morrer nas vielas”. Os presentes acompanham atentamente seu comentário cheio de humor, mas também interrompido por momentos de choro e canto, alternando, também, entre risadas, admiração, choque e tristeza.

Se as discussões sobre violência policial e seletividade do sistema judiciário guardam relações e são influenciadas pelo vínculo da FMNCR e de suas participantes com a agenda dos movimentos negros, o segundo termo do binômio, a ausência do Estado, é

⁵⁹⁶ Diário de Campo, 15/10/2016.

construído discursivamente retomando a falta de políticas e instrumentos públicos de qualidade e a privação ou supressão de direitos, discursos que vão ao encontro das proposições de grupos que se autodenominam feministas populares, como as Promotoras Legais Populares e o Grupo de Mulheres na Periferia (GMP).⁵⁹⁷ Tais contribuições, na FMNCR, aparecem imiscuídas com uma preocupação específica com a população negra e baseiam-se no entendimento geral que, à medida em que o Estado não disponibiliza serviços básicos necessários à sobrevivência e ao bem-estar da população negra, ou que o faz de forma desigual, isso também reflete um sentenciamento. Como mencionou uma das participantes da FMNCR no sarau de outubro de 2016:

Discutir que a nossa população é a que mais morre é discutir como o Estado chega pra gente. A gente é a parte da população que paga mais imposto e a única parte do Estado que chega pra gente é a polícia. Infelizmente, a gente não tem acesso à educação de qualidade, segurança pública, saúde de qualidade. O mínimo que a gente tem que ter é acesso a esses bens sociais que a gente mesmo provê.⁵⁹⁸

Os vários bens e recursos enfocados nas pautas são geralmente abordados por uma perspectiva generalista, visando cobrir o máximo possível de situações e, ao mesmo tempo, buscam levar em conta a especificidade das mulheres negras em cada uma das circunstâncias discutidas. Nessa perspectiva, à medida em que se direcionam ao questionamento da ação (ou da inação) institucional, incluem-se na percepção de ausência de Estado parte significativa das questões mencionadas nos tópicos anteriores – direitos, formulação de legislação, execução penal, políticas públicas e infraestrutura voltada à educação, cultura, trabalho, renda, moradia, violência institucional, etc. Assim, a questão da ausência do Estado relaciona-se, sobretudo, aos debates em torno da pobreza.

Dentre as áreas ainda não mencionadas, a saúde e o campo da representação e da representatividade, vale notar, nas pautas, o acoplamento de perspectivas próprias às mulheres negras, por um lado, e compartilhadas com outros grupos (no caso, outras mulheres e outras pessoas negras). No caso da saúde, uma questão que ocupou um espaço bastante relevante nos movimentos de mulheres negras ao longo de sua trajetória, em especial durante os anos 1990, são notáveis as conexões com pautas identificadas com o feminismo e com o antirracismo – tais como, por um lado, a defesa da saúde pública, a “efetivação do Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra” e a oposição ao racismo institucional (ponto 31) e, por outro lado, a “defesa dos direitos sexuais e reprodutivos (aborto legalizado e seguro)”,

⁵⁹⁷ Cabe salientar que a reflexão sobre a ausência do Estado a partir de movimentos sociais, associações e indivíduos situados nas periferias urbanas foi um tema importante na sociologia e na antropologia urbanas, em especial ao longo da década de 1980. Para uma discussão nesse sentido, cf. Araújo Silva, 2015.

⁵⁹⁸ Diário de Campo, 15/10/2016.

o combate à violência obstétrica, à mortalidade materna e às “mortes de mulheres negras por aborto” (ponto 32).

As questões de representação e representatividade são vistas como caminhos de entrada e penetração no Estado e nas instituições e como possibilidades de orientar as formas como sua presença e ausência se dão nos territórios periféricos e em relação à população negra. A dimensão das representações diz respeito às imagens formuladas e veiculadas na sociedade acerca de um determinado grupo. Nesse sentido, as preocupações se orientavam aos modos como mulheres negras, suas famílias e comunidades estavam presentes no imaginário nacional de forma depreciativa (como “traficantes”, “drogados”, “encostados” e “vagabundos”, principalmente) e como a ação estatal se guiava por essas percepções estigmatizadas. A questão apresentada como “representatividade”, por sua vez, dizia respeito à possibilidade de membros de grupos marginalizados e estigmatizados ocuparem espaços de poder e, dessa forma, influenciar a formulação de políticas, legislação e da redistribuição dos bens sociais de forma geral. Assim, as militantes destacavam a baixíssima participação de mulheres negras nos âmbitos de poder e representação e as barreiras que impediam seu acesso a esses espaços. Além de posições no próprio Estado, tinha-se em vista, principalmente, a imprensa e a universidade. Tais questões correspondem aos pontos 6 (empoderamento político), 7 (ocupação de espaços de poder), 20 (ações afirmativas em concursos públicos), 38 (democratização da mídia), 39 (fortalecimento da mídia comunitária), 40 (verbas publicitárias para veículos de mídia), 41 (representação e representatividade das mulheres negras na mídia) e 42 (racismo institucional) da CM.

Um ponto de destaque nessas pautas é a ideia de “racismo institucional”, frequentemente empregada em oposição à noção de que o racismo constituiria uma manifestação da consciência e dos afetos pessoais e que, dessa forma, posiciona o Estado e as instituições como sujeitos das violências e da manutenção das desigualdades da população negra. Assim, ainda que não tenha sido formulada uma definição explícita do termo – por vezes, referido também como “racismo estrutural” ou “sistêmico” – na CM ou na atuação da FMNCR, as várias discussões que empregavam essa ideia tinham por dimensão central a demonstração de que o racismo era constituinte da organização das instituições e das oportunidades abertas à população negra, definindo o acesso a bens e serviços urbanos de qualidade, as oportunidades de ascensão social, a inserção no mercado de trabalho, a relação com a justiça, entre outros fatores. Esse termo, atribuído originalmente aos ativistas estadunidenses Stokely Carmichael e Charles Hamilton, é descrito por Jurema Werneck da seguinte forma:

o racismo institucional (RI), que possivelmente é a dimensão mais negligenciada do racismo, desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais. É também denominado racismo sistêmico e garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos.⁵⁹⁹

A definição apresentada por Werneck é uma boa síntese dos modos como o termo “racismo estrutural” foi empregado pela FMNCR. Se, como quer Werneck, esse conceito equivale a “ações e políticas institucionais capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo”,⁶⁰⁰ a orientação do ativismo da FMNCR em direção ao Estado e à formulação de políticas públicas era pautada na percepção de que eram necessárias intervenções na lógica e no funcionamento das instituições para a eliminação do racismo.

Cabe notar também a correlação entre direitos e políticas públicas estabelecida nessas pautas, em especial no ponto referente à democratização dos meios de comunicação. Nesse nexos, de incidência mais ampla nas falas das participantes da FMNCR, os direitos são assegurados e aprofundados pelas políticas e aparecem como os objetivos finais da luta política, integrando o núcleo central das reivindicações. Essa ideia de direito levava em conta que sua obtenção demanda uma inclusão na legislação vigente, o que, por sua vez, requer o reconhecimento por parte do Estado das narrativas sobre justiça e injustiça formuladas por grupos marginalizados – ou, em outras palavras, a regulamentação estatal de uma determinada questão depende da admissão de um tratamento desigual, muitas vezes por parte do próprio Estado. Nesse sentido, além dos benefícios potencialmente oriundos dos direitos – já que as reflexões das militantes geralmente ressaltavam a luta por efetivar direitos já garantidos a diferentes grupos, os quais não eram respeitados –, eles eram vistos como fontes de deslocamentos narrativos por parte das instituições. Tal conexão é exemplificada nas palavras de uma das militantes que, ao discursar na abertura do Sarau de outubro de 2016 sobre a política de ações afirmativas na Unicamp, defendeu que: “Essa é a ideia das cotas mesmo: mudar os

⁵⁹⁹ Werneck, 2016, pp.541-542. Outra definição que atende ao que as militantes compreendiam como “racismo estrutural”, “institucional” ou “sistêmico” é fornecida por Lawrence e Keleher (2004, p.1). Segundo os autores: “O racismo institucional acontece no interior e entre as instituições. O racismo institucional envolve tratamento discriminatório, políticas injustas e impactos e oportunidades desiguais, com base em raça, os quais são produzidos e perpetuados pelas instituições (escola, mídia de massa, etc.). Indivíduos nessas instituições podem representar seu poder quando agem de formas que criam vantagens e desvantagens para o público com base em raça”. É notável, ainda, que “institucional”, “estrutural” e “sistêmico” apontam para variadas escalas na percepção do fenômeno, ainda que todas atendam à proposta de rejeitar a percepção do racismo como uma manifestação da consciência individual. Para alguns contornos dessa discussão no Brasil, cf. Guimarães, 1995.

⁶⁰⁰ Idem, p.543.

lugares na mesa. As pessoas que nunca falaram agora vão falar e vão ser aplaudidas”.⁶⁰¹ Dessa forma, as políticas sociais eram colocadas em um plano mais próximo da política e vistas soluções mais diretas para enfrentar problemas prementes e os direitos, seu objetivo final, envolviam não apenas a redistribuição dos bens e recursos sociais, mas também um reordenamento na plano simbólico.

Por fim, as pautas e debates da FMNCR dialogam de forma direta com a percepção, compartilhada com outros movimentos sociais, de uma ascensão conservadora verificada tanto nas esferas institucionais como na sociedade brasileira de forma mais ampla. Com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, retratado pelas participantes da FMNCR como um dos cumes de uma série de crises políticas e institucionais que atravessavam a organização desde seu início, a defesa de uma série de políticas públicas está vinculada também à percepção da instabilidade na política institucional – o que aparece especialmente em pautas e falas como “em defesa do SUS”, “contra a redução da maioria penal”, ou, ainda, “eu marcho para que o Bolsa Família não acabe”, questões que vinham sendo discutidas (ou rediscutidas) na esfera pública – assim como ao crescimento das direitas radicais e de manifestações de caráter discriminatório contra uma série de grupos. Como explica Eva, esse contexto, especialmente a percepção de uma ruptura da institucionalidade democrática, influenciou um reposicionamento nas perspectivas de atuação da FMNCR:

Se a gente for se projetar pra um contexto mais amplo, é trágico, porque a nossa articulação se propõe a agir na institucionalidade, né, a pressionar por política pública ou cobrar as que o movimento conquistou e que eram implementadas e deixaram de ser implementadas, ou estão sendo implementadas de forma insatisfatória [...]. Então, mas eu acho que a função da Frente daqui por diante é a gente tentar atuar junto aos outros movimentos pra tentar restituir a institucionalidade que garante política social, e enfim, sempre pautar essa questão de mulher negra.⁶⁰²

3. A política possível

- É o primeiro texto jurídico no Brasil, questionando o governador-geral da colônia, um texto dela dizendo: “olha, a minha condição não está adequada, porque eu sou um ser humano que tem direito à liberdade”. [...] A Esperança Garcia era uma escravizada que é capturada, chega no Brasil já letrada e pela experiência que ela tinha, na vida dela, da liberdade, ela vai olhando pra situação brasileira e vai percebendo que a

⁶⁰¹ Diário de Campo, 15/10/2016.

⁶⁰² Entrevista Eva, 42 anos, filiada ao PT, ao CMNLG e ao CONEPPA, realizada em 08/12/2016.

situação dela é uma negação de humanidade.

- Mas ela tá pedindo alforria?

- Não, ela tá pedindo bem-viver.⁶⁰³

A Carta-Manifesto e a discussão e desenvolvimento da agenda política indicada nela, como vimos, procuravam expandir a ideia de “bem-viver” e relacioná-la diretamente à perspectiva das demandas locais representadas pela FMNCR. Ao longo desse capítulo, procurei demonstrar como os problemas e obstáculos a esse bem-viver, assim como as demandas que compõem a agenda da organização, podem ser observados como críticas à injustiça institucionalizada. Dessa forma, embora outras formas de classificar ou separar as discussões presentes na CM e na atuação da FMNCR em seu primeiro ano sejam possíveis, procurei apresentar a agenda política da organização por meio das três dimensões que: 1) tiveram maior preeminência nesse período e geraram mais debates e tensionamentos entre as participantes; 2) resultaram em agendas políticas concretas, sejam estas ordenamentos em relação ao Estado e às instituições ou prescrições de atividades, formações e debates adicionais na organização e com os grupos dos quais a FMNCR procurou se aproximar. Tais escolhas visavam dar conta dos meus objetivos – ou seja, compreender como espaços de disputa e diferenças são dialogados, costurados e posicionados de modo a permitir um projeto comum – e, simultaneamente, de um dos imperativos frequentemente trazidos pelas participantes da FMNCR acerca de sua atuação conjunta: que esta fosse voltada a resultados, propostas e soluções tangíveis. Levando isso em conta, há, ainda, dois destaques que devem ser feitos.

Em primeiro lugar, vimos que as críticas e pautas são endereçadas às instituições, em especial ao Estado, ainda que não sejam orientadas por suas aberturas e pelas possibilidades de inserção de atores da sociedade civil – já que não só a organização foi iniciada em função das restrições colocadas pela ação estatal, já limitadas pela crise econômica e política, como também porque nesse momento, em que avançava o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff e verificava-se uma ascensão de discursos conservadores e refratários aos avanços sociais proporcionados por políticas voltadas à população mais vulnerável,⁶⁰⁴ as participantes já entendiam que as janelas de interlocução com o Estado se fechavam. Ainda que este contexto não seja o objeto primordial da análise proposta nessa tese, ele é imprescindível para compreender as formulações e ações da FMNCR, cuja formação

⁶⁰³ Diálogo entre Mariana e Hilda em uma formação do CMNLG (Diário de Campo, 23/10/2016).

⁶⁰⁴ Cf. Facchini e Sívori, 2017.

relacionou-se diretamente aos desafios colocados pela conjuntura política e institucional. Em outras palavras, a FMNCR se encontra desafiada por sua inserção em um momento de interregno, uma passagem de, por um lado, uma série de governos que, de formas e com intensidades distintas, partilham uma orientação à abertura do Estado aos grupos marginalizados e à sociedade civil organizada, assim como tomam como tarefa das instituições a redução da desigualdade por meio de políticas públicas, e, por outro lado, um novo momento político, marcado pela crescente instabilidade institucional, a redução das políticas sociais e uma tendência ao conservadorismo e, progressivamente, ao reacionarismo social.

Nesse sentido, a demanda por políticas e direitos parece deslocar ou complementar a visão do Estado enquanto “instrumento de extermínio” e vigilância e abrir espaço para sua tomada como interlocutor e potencial amortizador de desigualdades e, conseqüentemente, em vez de repelida, sua presença como corretor das injustiças sociais é desejada. Essas duas perspectivas se encontram, ainda, na discussão sobre racismo estrutural, em que as instituições são responsabilizadas pelas desigualdades raciais e, nessa medida, um projeto antirracista de transformação da sociedade depende, igualmente, da intervenção nessas instituições. A partir dessas relações, pergunto: Como conciliar um Estado genocida com um Estado de bem-estar social, que potencialmente compartilha noções de justiça com os movimentos sociais? Ainda, dado esse estado de coisas em que o Estado é tomado como responsável e, ao mesmo tempo, fiador de uma solução para o problema, é possível um movimento social ou organização política esquivar-se ou dispensar o diálogo com o Estado?

Como salienta Rita Segato, considerando o papel histórico do Estado como um destabilizador e promotor de rompimentos no tecido comunitário de comunidades originárias latino-americanas, as políticas públicas que o Estado endereça às comunidades e populações marginalizadas visam remediar problemas pelas quais as instituições (históricas ou contemporâneas) são, ao menos, majoritariamente responsáveis – em suas palavras, “o Estado entrega com uma mão aquilo que já retirou com a outra”.⁶⁰⁵ Dessa forma, a autora pergunta pela possibilidade e características de um diálogo salutar entre as comunidades e as instituições, perguntando-se acerca do melhor papel que o Estado poderia desempenhar.⁶⁰⁶

Guardadas as várias diferenças contextuais e teóricas, trago as questões de Segato para evidenciar um elemento que permeou as reflexões e proposições da FMNCR. Como sugeri acima, a organização procurou orientar seus debates e reflexões conjuntas para

⁶⁰⁵ Segato, 2012, p.110.

⁶⁰⁶ Idem, p.112.

encaminhamentos práticos, algo que as interlocutoras dessa pesquisa frequentemente nomeavam como “o plano do real”. Trata-se de uma orientação pragmática e voltada a avanços que, entende-se, teriam como primeiro obstáculo a ausência de uma representação unificada das mulheres negras em Campinas. Assim, ainda que parte significativa das participantes privilegiassem e investissem em projetos de transformação e rejeitassem formas de organização vistas como “institucionalizadas”, as peijas travadas pela FMNCR priorizaram “bagunçar os lugares da mesa”, para emprestar a frase de uma das participantes, e podem ser pensadas como críticas à cidadania incompleta das mulheres negras e disputas por paridade de participação.⁶⁰⁷ Nesse sentido, a “política possível” da organização aproxima-se de uma colocação de Collins acerca de organizações contemporâneas de mulheres negras, tais como o *Black Lives Matter*:⁶⁰⁸

O tipo de feminismo negro promovido no Black Lives Matter ilustra o significado de como movimentos sociais de base trazem uma perspectiva antagônica [*oppositional standpoint*] à democracia participativa. *Desenvolver uma agenda de justiça social requer aprofundar a participação democrática, ações que realçam a tensão criativa entre o desejável, o possível, o provável e o prático.*^{609xxii}

De forma semelhante à conclusão de Segato, para quem “apesar do caráter permanentemente colonial de suas relações com o território que administra, um bom Estado, longe de um Estado que impõe sua própria lei, será um Estado restituidor da jurisdição própria e do foro comunitário, garantia da deliberação interna”,⁶¹⁰ portanto, um bom Estado, para a FMNCR, é aquele com o qual há interlocução e possibilidade de avanço em termos de políticas e direitos. Aqui, o recorte de um Estado de bem-estar social comprometido com a reordenação das relações sociais a partir de um reconhecimento e enfrentamento das hierarquias de classe e status na sociedade por meio de intervenções corretivas é, no “plano do real”, isto é, da prática e do possível, o melhor papel que o Estado pode desempenhar.

Se, desse ponto de vista, a interlocução com o Estado é incontornável, as variadas posições políticas e filiações das militantes da FMNCR, assim como as diferentes posições em relação à inserção das militantes no Estado, barram um fechamento da questão em

⁶⁰⁷ Fraser, [2004] 2013.

⁶⁰⁸ O *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) nasceu em 2013 nos Estados Unidos em resposta à absolvição do policial George Zimmerman, acusado de executar o adolescente negro Trayvon Martin, e se tornou conhecido mundialmente a partir dos protestos relativos à execução dos jovens negros Michael Brown, na cidade de Ferguson e Eric Garner em Nova York. Fundado por três mulheres Negras, Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi, e fortemente ancorado em uma perspectiva interseccional (“Afirmamos a vida de pessoas negras queer e transexuais, com deficiências motoras, imigrantes ilegais, egressos do sistema penitenciário, mulheres e todas as vidas negras em todo espectro de gênero. Nossa rede centraliza todos aqueles que foram marginalizados nos movimentos de liberação negra.”), o movimento tem sido lido como uma manifestação feminista negra específica ao momento atual. Cf.: <https://blacklivesmatter.com/>.

⁶⁰⁹ Collins, 2017, p.34, grifos meus.

⁶¹⁰ Segato, 2012, p.112.

definitivo. Apesar da defesa de políticas públicas e da interlocução com o Estado integrarem, portanto, o primeiro plano das reivindicações da organização, está sempre presente a lembrança de que “as ferramentas do mestre nunca irão dismantelar sua casa”.^{611xxxiii} Dessa forma, a questão acerca da relação com o Estado permanece aberta e paradoxal, sendo experimentada de perspectivas diferentes ao longo dos diferentes governos e de formas diferentes por cada uma das participantes.

O segundo aspecto a ser destacado na constituição da agenda da FMNCR é o estabelecimento de parcerias por meio de responsabilidades compartilhadas, que apresentei como um princípio de ordenação da ação e reflexão política da FMNCR. Como expliquei em outro momento, por “princípio” deve ser entendido aquilo que perpassa todas as ações da organização e embasa suas decisões e reflexões políticas. Dessa forma, tanto a CM como os debates que a formularam e que se seguiram a ela enfatizaram a participação de diferentes grupos sociais na erradicação das diversas formas de opressão. Concomitantemente, os projetos e pautas formuladas procuram estabelecer um compromisso de todas com as diversas pautas que integravam a FMNCR, seja por meio de organizações – como as da juventude negra, das trabalhadoras sexuais e das transsexuais – seja em função dos interesses e preocupações das participantes – como as das mulheres encarceradas.

A construção de solidariedade por meio do compartilhamento de responsabilidades responde, por um lado, ao avanço do projeto da FMNCR no domínio societal, pois, apesar de endereçar várias de suas demandas ao Estado, as questões e pautas colocadas ao longo de seus debates não são completamente resolvidas por soluções institucionais, mas requerem transformações nos “horizontes compartilhados de valores culturais”⁶¹² que regulam as relações intersubjetivas e os padrões de valoração vigentes na sociedade – inclusive aqueles mantidos pelas próprias participantes, pelas organizações que compõem a FMNCR, e por aquelas com as quais ela busca dialogar. Por outro lado, mais do que uma forma de organização externa e relativa a grupos em seu campo de diálogo, as parcerias e alianças são parte dos objetivos centrais em relação à própria FMNCR. Assim, ao jogar luz nos espaços de conflito na constituição da agenda da organização, procurei indicar como essa agenda é, ela própria, um espaço de busca de produção de consensos e os argumentos e formas mobilizadas nesse sentido. Dessa forma, se os vários debates contidos nas pautas dizem respeito ao acúmulo de questões provenientes de seus grupos filiados, questão que será objeto do próximo capítulo, é a partir

⁶¹¹ Lorde, [1979] 2007, p.110-112.

⁶¹² Fraser e Honneth, 2003.

dos encontros entre esses espaços e perspectivas – e não de sua sobreposição mecânica – que é forjada a agenda política da FMNCR.

Capítulo 4. As margens da experiência universal. Periferia e comunidade política.⁶¹³

No último capítulo, apresentei a agenda da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região, uma das razões para sua formação. Ao fazê-lo, procurei destacar os conflitos e processos de formação e reconstrução de consenso que permearam sua constituição e reposicionamento ao longo das atividades da organização. Como indiquei, as variadas perspectivas das que permearam esses processos e se dispuseram de formas mais ou menos conflituosas ao longo destes dizem respeito aos diferentes posicionamentos sociais e experiências políticas de suas enunciadoras, remetendo à multiplicidade interna do grupo.

A FMNCR também foi formada como um espaço de articulação de coletivos políticos, movimentos sociais e associações, uma arena de encontro de grupos, sensibilidades e experiências que procurava, além da formulação de uma agenda política das mulheres negras da região, produzir alinhamento político em torno dessas questões. Embora a participação não fosse restrita a mulheres “organizadas” ou “militantes”, esse grupo foi selecionado prioritariamente por meio da rede acionada para a formação da FMNCR e consolidado ao longo de suas ações, de modo que a organização foi constituída por e para militantes. Neste capítulo, apresento alguns dos grupos filiados, considerando sua forma e trajetória, bem como suas principais questões, debates e redes. Ao longo dessa apresentação, procuro mostrar como esses grupos e seus discursos e práticas se inserem na FMNCR e destaco, ao fim, um aspecto comum a eles e central na articulação: a ideia de periferia.

No que se segue, portanto, procuro caracterizar a rede formada pela FMNCR em seu projeto de constituir um fórum de deliberação intergrupos, assim como os aspectos dos discursos desses grupos que são relevantes para a organização e modelam a forma tomada pelos debates de gênero, raça, sexualidade, classe, trabalho, ocupação e periferia. Apresentar e discutir as trajetórias e discursos de cada um deles seria inviável e foge aos propósitos dessa tese. As descrições dos referidos grupos é um recorte a partir da observação da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região. Desse modo, vale-se de uma seleção dos atores centrais na organização – isto é, aqueles que, seja por sua frequência e empenho em sua

⁶¹³ Uma versão preliminar desse capítulo foi apresentada no Simpósio de Pesquisas Pós-graduadas do 43º Encontro da ANPOCS, em outubro de 2019. Agradeço aos comentários das professoras Paloma Valle Meneses (UFF), Marcela Carvalho Araújo da Silva (UFRJ), Luana Motta (UFSCar), Taniele Rui (Unicamp), Carly Barboza Machado (UFRRJ) e Camila Pierobon (CEBRAP).

construção, seja por sua longevidade e posição referencial nos debates propostos por ela, aparecem como mais influentes na conformação da visão de mundo e das estratégias políticas da FMNCR. Para apresenta-los, divido-os em conjuntos que destacam as principais categorias por meio das quais se identificam ou são identificados em seus encontros e compartilhamentos na organização e na cidade – grupos antirracistas, trabalhistas, feministas populares e interseccionais e periféricos. Não custa dizer que essa não deve ser uma abordagem exaustiva, mas um mapeamento dos temas, atores, práticas e discursos presentes na FMNCR. Assim, as descrições a seguir, ordenadas a partir desse ponto de vista, são necessariamente parciais e realizadas a partir da percepção das integrantes da organização e da minha análise de campo.

Em primeiro lugar, trato dos grupos antirracistas, com destaque para os “ativismos culturais negros”⁶¹⁴ e os grupos voltados à pauta da educação, apresentando suas histórias e agendas. Considerando a complexidade, multiplicidade de formatos organizativos e a longevidade e capilaridade de alguns desses grupos na cidade, emprego o conceito de “contrapúblicos subalternos”, de Nancy Fraser, para destacar como eles podem ser imaginados como espaços privilegiados de formação e preservação da memória da “comunidade negra” campineira, para a qual, mais do que movimentos sociais, atuam como “esferas públicas” ou “arenas discursivas paralelas” nas quais está inserida uma ampla variedade de atores individuais e coletivos e “contradiscursos são inventados e circulados”.⁶¹⁵

Em seguida, apresento os sindicatos e associações de caráter trabalhista presentes na FMNCR – as organizações de trabalhadoras domésticas e sexuais – e a partir das quais os debates acerca de classe, trabalho e direitos encontrados na organização são formulados. Procuo também caracterizar a inclusão/incorporação desses discursos nos “contrapúblicos subalternos” negros da cidade, algo que discutirei novamente ao fim do capítulo.

Na terceira seção do texto, discuto, a partir do conceito de “campos discursivos de ação”, de Sônia Alvarez,⁶¹⁶ os agrupamentos da FMNCR que se entendem a partir da denominação “feminismo popular”.⁶¹⁷ Argumento que se, por um lado, esse conceito realça as disputas por pertencimento no interior de um mesmo campo, as quais, como demonstrarei, são centrais na formação da identidade política “feminista popular” em oposição ao que é entendido como “feminismo tradicional” e em vínculo com “a realidade vivida dos

⁶¹⁴ Giesbrecht, 2011a; Zanoli, 2019.

⁶¹⁵ Fraser, [1990] 1997.

⁶¹⁶ Alvarez, 2014.

⁶¹⁷ Medeiros, 2017, 2018.

bairros” e com a negação da institucionalização das organizações coletivas, por outro lado, essas disputas não estão completamente contidas no interior de um mesmo campo, de modo que sua compreensão depende da percepção das interlocuções e embates com outros, o que, por sua vez, levanta questionamentos acerca da delimitação desses campos.

Na quarta seção, olho para os coletivos mais recentes da FMNCR, formados principalmente por jovens e que se definem como interseccionais e periféricos. Apresento suas trajetórias de formação e atuação e os modos como incorporaram categorias como “interseccionalidade” e assumiram um enquadramento de ação voltado ao “combate de todas as formas de opressão” por meio de uma centralidade do corpo e da experiência. Discuto também sua autodefinição (dos coletivos e participantes) como “periféricos”, procurando compreender a ampliação semântica do termo “periferia” a partir de categorias como “privilégio” e “acesso” e tomando-a, assim como a ideia de “interseccionalidade”, como um elemento que marca diferenças móveis e baseadas no corpo e na experiência.

Ao fim de cada uma das apresentações, me concentro em alguns dos discursos que circulam nesses grupos, notadamente aqueles em que figura a noção de “periferia”. Tendo em vista as experiências políticas, elementos discursivos e estratégicos que os grupos aportam à FMNCR e procurando pensar seus encontros na cidade e na organização, retomo, na seção final do capítulo, os discursos em torno da periferia, argumentando que a polissemia resultante dos diferentes lugares de enunciação descritos acima faz da periferia o universo privilegiado de atuação desses grupos, indicando que as análises, preocupações e visões de mundo das participantes e grupos podem ter, nessa ideia, um espaço de convergência de suas diferentes concepções e narrativas. Assim, se a multiplicidade de sentidos, temporalidades e interpretações da periferia, já apontada em uma série de estudos,⁶¹⁸ impõe riscos analíticos, é justamente essa polissemia que permite que ela seja tomada como um espaço de elaboração de semelhanças e diferenças encontradas na FMNCR. Nessa seção, retomo também os conceitos de “contrapúblicos subalternos” e “campos discursivos de ação”, sintetizando o que entendo como sua rentabilidade para pensar a rede analisada na presente pesquisa e, adicionalmente, as questões que ela coloca a ambos.

⁶¹⁸ Cf.: Frúgoli Jr, 2005; Frúgoli Jr. e Cavalcanti, 2013; Nascimento, 2011; Magnani, 1992, 2013; D’Andrea, 2013.

Dinâmicas grupos e FMNCR

AFMNCR é integrada por aproximadamente vinte grupos, dentre eles coletivos políticos, casas de cultura e grupos culturais e voltados à memória da comunidade, movimentos sociais e populares, ONGs, associações, iniciativas mercadológicas, etc. Não se trata exclusivamente de movimentos sociais, mas há uma pluralidade de formatos avançada e reivindicada por esses atores. Há também grande variedade em termos de longevidade, prioridades e pautas centrais, perfil e número de filiados, número e alcance de suas atividades e intensidade de sua participação na FMNCR. A maioria de suas participantes está inserida em mais de um desses espaços e várias delas se filiaram a outros dos grupos participantes da FMNCR a partir de sua convivência com eles na organização.⁶¹⁹

O papel dos grupos filiados começa a ser delineado nos primeiros meses da articulação, período em que a principal meta era a ida à Marcha. Os convites para a primeira convocação às interessadas em participar da passeata são direcionados aos grupos e movimentos sociais da cidade,⁶²⁰ com a ressalva de que a participação era exclusiva às mulheres negras. Em poucos meses, a articulação dos grupos filiados passou a ter prioridade na organização:

Depois a gente foi descobrindo que todo mundo fazia parte de um coletivo extra ou de algum coletivo e decidi montar uma frente de mulheres negras que tivesse, por exemplo, eu faço parte de algum sindicato [ou] de algum coletivo que não contempla a questão racial, então a Frente era o espaço para a gente contemplar essa questão e levar pro coletivo menor. [...] Então foi pra isso que a gente criou a Frente: para discutir as questões raciais e o político.⁶²¹

foi interessante que já nesse começo a pauta não era só a Marcha, né? Já nesse começo [...] já tinha um processo de [procurar saber] o que cada coletivo está fazendo e como a gente se soma com cada coletivo. E [isso] foi uma coisa assim que eu olhei e falei “nossa, é isso”, porque não é que a gente está construindo um único evento, uma frente autônoma, mas *na verdade a gente está construindo um processo* em que um coletivo está olhando o que o outro está fazendo, mesmo que não seja aquela a minha pauta prioritária, a minha ação prioritária, mas eu vou contribuir de alguma forma, eu vou divulgar, eu vou integrar né, e eu acho que esse foi um processo bem rico assim, quase que um modelo assim de... ah, de coisas que a gente fez certo.⁶²²

Assim, em outubro de 2015, é discutida e aprovada pelas ativistas a proposta de que a FMNCR fosse um espaço de filiação e articulação de espaços e grupos de militância – isto é: não uma organização de indivíduos, mas um fórum de troca e deliberação intergrupos.

⁶¹⁹ Cf. Anexo III (Perfil e trajetória de organização coletiva das militantes).

⁶²⁰ A convocação, que circulou em uma ampla rede de grupos de Campinas, foi enviada a partir do sistema da Casa de Cultura Tainã, onde as primeiras reuniões das mulheres que formaram a FMNCR foram realizadas.

⁶²¹ Entrevista Sidélia Silva, 29 anos, participante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e do FECONEZU, em 11/08/2016.

⁶²² Entrevista Cristiane Anizeti, 32 anos, filiada ao PSOL e participante do Coletivos de Negras e Negros Raízes da Liberdade e do Coletivo Feminista Rosa-Lilás, 20/07/2018.

Na mesma reunião também é aprovado o seu caráter permanente, tornando-a uma composição política para além da Marcha, de modo que a filiação por meio dos grupos é concebida como parte da estrutura de funcionamento geral da organização e deliberada coletivamente. A partir dessa decisão, remetida aos grupos de origem ainda antes da carta de pautas e princípios ser discutida e redigida, as participantes passam a “falar pelos coletivos” na FMNCR, tornando-se suas representantes na organização.

A Carta-Manifesto já segue para Brasília assinada pelos grupos, formalizando a aliança. O processo de negociações necessárias para que os grupos assinassem a CM e estivessem filiados à FMNCR é descrito pelas participantes como uma decisão tranquila e sem maiores dificuldades:

É, teve discussão [nos coletivos sobre assinar a CM] no início, sim, porque aí quem estava ali [nas plenárias] que não tinha o poder de assinar, voltou, dialogou e assinou ou não. Eu acho que não conheço ninguém que não assinou, mas quem não podia, não estava ali respondendo [pelo grupo filiado] voltou [para discutir com ele] e depois assinou. E eu acho que não foi gente de partido, acho que foi... até porque partido não estava assinando. Por exemplo, um exemplo é o povo do Jongo, que não tinha segurança pra assinar, teve que voltar e depois assinar, mas foi um pouco isso que aconteceu entre nós.⁶²³

[Foi] tranquila [a discussão sobre participar da FMNCR], porque aí era uma pauta única da mulheres negras, era uma marcha nacional, sem problema nenhum, o problema é as pessoas se comprometerem com a construção e com a manutenção, no dia de “ah, vamos fazer”, todo vai e faz mas a manutenção das oficinas, das reuniões, dos debates, as pautas que vão aparecendo, e que precisa das mulheres pra estar no enfrentamento, é isso que não tem.⁶²⁴

Nas ações da Frente de Mulheres Negras, de modo geral, quando a gente apoiou a Marcha e a Carta-Manifesto para a Marcha, foi muito tranquilo, porque a gente estava conectado, por exemplo, com a questão da Marcha, muito mais por fazer parte da comissão nacional dos pontos de cultura do que diretamente com a ação municipal. [...] E a gente tinha convergência do campo nacional, estadual e municipal de pautas comuns, então foi muito tranquilo. Tem coisas que para a gente fazer aqui não precisa de muita discussão porque já é orgânico, já sabe que isso rola. Acho que a gente passa pra discutir aquilo que a gente sabe que pode não rolar. O que não é convergente, a gente discute. O que a gente sabe que é convergente, a gente já toca o barco.⁶²⁵

Após a Marcha, a expansão das atividades da FMNCR para além do levantamento de fundos para a viagem redimensiona suas relações com os grupos filiados. Nesse processo, a relação entre os grupos e a FMNCR toma formas mais concretas que, em termos analíticos, podem ser separados em duas dimensões: uma referente aos compromissos

⁶²³ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

⁶²⁴ Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às Promotoras Legais Populares, em 12/07/2018.

⁶²⁵ Entrevista Alessandra Ribeiro, 42 anos, participante do Jongo Dito Ribeiro e da Casa de Cultura Fazenda Roseira, 08/08/2018.

firmados em termos de apoio prático e outra relativa às trocas de conhecimento e formação política.

O primeiro sentido trata de acordos que fomentam a divulgação recíproca das atividades e participação de seus integrantes, aliados e redes em atividades, debates, protestos e negociações políticas, com ênfase na mobilização política em torno da agenda unificada das mulheres negras, ou seja, a FMNCR estimula a participação e divulgação das atividades e pautas dos grupos e estes, por sua vez, fazem o mesmo para ela, além de, por vezes, construírem atividades conjuntas. Diferentes formas de apoio são perceptíveis na relação da FMNCR com os coletivos. Em alguns casos, trata-se quase exclusivamente da “montagem de pautas”⁶²⁶ e sua transmissão na rede por meio da CM, dos eventos e das atividades. Além disso, os grupos e coletivos que possuem sedes – em especial, as casas de cultura Tainã e Fazenda Roseira e o Quilombo Urbano OMG – frequentemente as concedem para as reuniões e atividades da FMNCR, ação que não apenas auxilia a organização, mas, no caso de atividades abertas, como os saraus, amplia a divulgação dos espaços e potencializa ganhos financeiros dos grupos por meio da venda de mercadorias diversas⁶²⁷ e aumento de frequência aos seus eventos. As parcerias, ainda, estimulam a realização de atividades conjuntas entre os grupos, que vão de formações e saraus à realização de projetos mais longos, como o curso de promotoras legais populares na Penitenciária Feminina de Campinas, realizado conjuntamente e por intermédio do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez.

A frequência das atividades tem dois sentidos relevantes. Para boa parte das integrantes, o número de participantes nas atividades expressa a “capacidade de mobilização” em termos de “quantas pessoas [o grupo/liderança] consegue colocar na rua”,⁶²⁸ um indicador de capital político dos movimentos sociais (e, eventualmente, das participantes enquanto lideranças); ainda, da perspectiva tanto dos grupos filiados quanto da FMNCR (principalmente durante a mobilização para a Marcha), a frequência é o principal modo de garantir a manutenção do coletivo em termos materiais e a possibilidade de organização e

⁶²⁶ Termo frequentemente empregado no campo para o processo de debate e definição de suas prioridades ou posições perante a uma questão ou situação.

⁶²⁷ Vale dizer que nenhuma dessas casas de cultura realiza vendas, a não ser de bebidas ou comidas em suas atividades abertas. Contudo, durante essas atividades, seus membros e/ou pessoas próximas costumam vender artigos de sua produção própria, como cadernos, agendas, tecidos, roupas, desenhos, quadros, etc., além de oferecer serviços como a feitura de tranças, turbantes e maquiagens.

⁶²⁸ Entrevista Sidélia Silva, 29 anos, participante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e do FECONEZU, em 11/08/2016. Note-se que a associação entre a CM, a participação na FMNCR e a Marcha, nessas falas, demonstra que, para algumas participantes, as divergências com a Marcha não eram centrais, e fortalece a passeata como parte das condições de possibilidade da criação da FMNCR, como mencionei no segundo capítulo.

financiamento de seus projetos. Nesse sentido, além da FMNCR amplificar as plataformas políticas dos grupos, ela ampliou a frequência em atividades fundamentais à sobrevivência e desenvolvimento de alguns de seus projetos.

Além de aumentar a frequência e proporcionar ganhos financeiros, a dimensão do apoio prático é permeada por questões de ordem política, que envolvem a divulgação das pautas dos grupos, o apoio em questões públicas e a realização de atividades conjuntas. O compromisso com a montagem de pautas e sua transmissão na rede associada à FMNCR e em outras redes em que esses grupos e mulheres estão inseridos, assim como a mediação na recepção e incorporação das pautas nessas redes e uma troca de conhecimentos de mão dupla entre FMNCR e grupos – processo composto por uma série de formações, atividades, palestras, rodas de conversa, oficinas e debates – integram esse aspecto. A divulgação desses espaços e eventos, bem como pequenas reuniões e conversas informais, por meio do qual se busca a sensibilização e o aumento do apoio à agenda unificada das mulheres negras e dos grupos de origem também constitui a dimensão de formação política. Nesse âmbito, a agenda conjunta é qualificada a partir dos debates e atividades dos grupos, que formam um acúmulo de pautas e debates que permite forjar conexões e espaços de encontro entre as diferentes agendas dos grupos.

Um exemplo relevante, entre outros identificados pela pesquisa, são as atividades da já mencionada Semana da Mulher Afro-latina e Caribenha, em junho de 2016, que versaram sobre: 1) as reformas trabalhista e previdenciária e seus efeitos sobretudo para as trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais e precarizadas, uma discussão levada por representantes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, do PT, do PSOL e advogadas trabalhistas; 2) o genocídio da juventude negra, violência policial, encarceramento em massa e direitos da população negra, destacando a relevância dessas questões para o feminismo negro, com participação do Conselho de Direitos Humanos, advogadas e militantes pela desmilitarização das forças policiais e grupos voltados a essa pauta, como o Projeto 111; 3) sexualidade, homofobia, transfobia, com ênfase nas experiências de mulheres LBTT negras, a luta pela regulamentação do trabalho sexual, a sexualidade e o amor na maturidade, com participação do Aos Brados, da Associação de Mulheres Guerreiras, militantes transativistas, integrantes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e rappers e produtoras culturais; 4) a posição das mulheres negras nas movimentações culturais periféricas, como o hip hop e o *grafitti*, realizada juntamente com um mutirão de *grafitti* feminino e levada principalmente por uma militante da FMNCR que esteve envolvida na fundação da Casa do Hip Hop de Campinas;

5) o histórico de militância de mulheres negras em Campinas, com uma “femenagem” às mulheres negras importantes na militância campineira com mais de 60 anos de idade.

As atividades da Semana procuraram reunir diferentes referências e perspectivas acerca de cada um dos temas discutidos, apresentar os diversos grupos e tornar conhecida a proposta da FMNCR aos expectadores – muitos dos quais eram também membros de movimentos sociais e grupos políticos campineiros. Eventos como esse realçam e, mais especificamente, refletem modos de ativação das parcerias que mobilizam recursos materiais e capital político, pautas e agendas e conhecimento. Dessa forma, não apenas situam a organização no mapa do ativismo campineiro a partir do acúmulo das trajetórias e atividades dos grupos, como também apresentam esses grupos e perspectivas que se alinham em sua formulação. Nesse sentido, as trocas e parcerias inauguradas com os grupos filiados são centrais no estabelecimento da FMNCR como um espaço de representação legitimado entre os movimentos sociais campineiros e na tonificação do projeto de construí-la como uma referência nos debates e ativismo sobre as questões das mulheres negras na cidade. Portanto, além de selecionar uma participação expressiva de mulheres organizadas, ao longo dos primeiros dezoito meses de atuação da organização, a relação com os grupos políticos foi reforçada e sistematizada de várias formas, promovendo a FMNCR como um espaço de articulação de pautas e estratégias de diversos grupos.

1. Grupos antirracistas

O grande número de grupos antirracistas na Frente de Mulheres Negras inclui: o Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), o grupo Urucungos, Puítas e Quinjengues, a Casa de Cultura Tainã, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro e a Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, o Movimento Negro de Pedreira, o Movimento Negro Unificado (MNU), o coletivo Raízes de Dandá, a SOWETO Organização Negra, o Coletivo de Negras e Negros Raízes da Liberdade, o CONEPPA (Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades), o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp e a Djumbo. Dentre esses vários grupos, tem destaque a atuação de dos chamados “ativismos culturais negros”⁶²⁹ e dos coletivos e núcleos voltados à pauta da educação. Vale notar que, se a agenda antirracista não se encontra exclusivamente nesses grupos – inclusive em razão da circulação de militantes deles em outros grupos e campos – , eles são os entendidos como integrantes do movimento negro e seus

⁶²⁹ Giesbrecht, 2011a; Zanoli, 2019.

representantes na organização e foi principalmente através de suas agendas e ações que as questões relativas a esse ativismo foram articuladas na FMNCR.

1.1. Ativismos culturais negros

Dentre os “ativismos culturais negros”, encontram-se alguns dos mais antigos grupos da região, como o Festival Comunitário Negro Zumbi-FECONEZU (1978), o Urucungos, Puítas e Quinjêngues (1988) e a Casa de Cultura Tainã (1989), bem como grupos mais recentes, como a Comunidade Jongo Dito Ribeiro (2005) e a Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira (2008). Sua conexão, mais do que cronológica, é temática e de método: são, todos eles, grupos voltados à pesquisa e divulgação de repertórios culturais tradicionais, cuja proposta, grosso modo, é sintetizada na máxima de Solano Trindade: “pesquisar na fonte e devolver para o povo em forma de arte”.⁶³⁰ Os participantes mais experientes desses grupos são articuladores centrais da “comunidade negra” da cidade, da memória local e dos legados culturais e comunitários negros. Assim, sua relevância – não só na FMNCR, mas na cidade e nas redes mais amplas em que se inserem para além dela – se dá por sua longevidade, concentração de referências de militância e atuação nessas redes, mas também pela recuperação desses repertórios e memória.

Esses grupos começam a se formar no fim da década de 1970, um período de intensificação da resistência ao regime ditatorial e retomada dos movimentos populares no Brasil⁶³¹ e das organizações antirracistas campineiras. Intensificada ao longo da década seguinte em meio às discussões do centenário da abolição, a ideia de “retomada” faz referência a momentos prévios, quando o grande número de organizações negras existentes teria perecido financeiramente em razão do desinteresse e da falta de recursos de seu público ou sido sufocado por governos autoritários,⁶³² reorganizando-se, então, apenas no fim dos anos 1970.⁶³³

Dentre os grupos filiados à FMNCR, a retomada teria sido iniciada pelo Festival Comunitário Negro Zumbi, iniciado em 1978. O FECONEZU é um festival itinerante que acontece anualmente em cidades do interior de São Paulo⁶³⁴ e que foi iniciado por membros

⁶³⁰ Fundador do Teatro Popular Brasileiro e conhecido por suas iniciativas e produção cultural. Cf.: Gregório, 2005; Mello, 2009.

⁶³¹ Cardoso, 1983, 2008; Durham, 1984.

⁶³² Cf.: Maciel, 1997; Domingues, 2007a, 2008a, 2008b; Silva, 2012; Ribeiro, 2016; Sotero, 2015. Para uma lista das organizações e grupos em Campinas do pós-abolição à década de 1930, ver: Maciel, 1997, pp. 73-102. Nas décadas seguintes, ver: Giesbrecht, 2011a.

⁶³³ Hanchard, 2001.

⁶³⁴ Salvo no ano de 2013, quando o festival foi realizado em Poços de Caldas, no estado de Minas Gerais.

da Federação de Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP).⁶³⁵ Sua formação se insere em uma disputa acerca dos caminhos do movimento negro na época, a qual se dispunha, grosso modo, em duas perspectivas em antagonismo,⁶³⁶ uma centrada na discussão entendida como política – de inspiração marxista, enfatizando a discussão sobre raça e classe e voltada à interlocução com os partidos políticos formados na época – e outra vinculada à dimensão cultural, em que predominava o afastamento dos partidos e atuação por meio de atividades de caráter cultural (teatros, blocos de carnaval, leituras, discussões culturais, etc.). No segundo polo – em oposição à perspectiva organizativa do Movimento Negro Unificado (MNU), seu principal expoente, formado no mesmo ano e fruto do mesmo debate –, o FECONEZU propunha o fazer político a partir da cultura, levando as discussões étnico-raciais para as cidades do interior de São Paulo por meio de um festival cultural e celebrativo.⁶³⁷ Segundo Andrade,

A ideia fundamental era “plantar sementes” em cidades onde não haviam organizações sociais visando a realização do debate étnico-racial, ao mesmo tempo em que se vivenciariam, na prática, aquelas ideias e questões. A auto intitulação “Organização Quilombola” e a frase que caracteriza a iniciativa (uma filosofia, um “slogan”, diria, ainda que receoso de qualquer interpretação errônea), “O melhor do FECONEZU é sua GENTE”, oferecem a leitura do caráter popular dessa organização, dos valores então muito em voga de recuperação do Quilombo como referência e fundamento para se pensar coletividade, e de Zumbi dos Palmares como símbolo e inspiração.⁶³⁸

Na perspectiva dos envolvidos em sua realização, o FECONEZU almejaria proporcionar uma relação de pertencimento e reconhecimento, a partir de símbolos e valores próprios – o que incluía discussões sobre colonialismo e a imposição da cultura ocidental como partes da cultura política que promovia a servidão do negro⁶³⁹ – e que enaltescessem as culturas

⁶³⁵ Dentre eles, Luís Silva (Cutí) e Hamilton Cardoso. Em sua primeira década, o FECONEZU foi espaço de encontro e diálogo de uma série de intelectuais e entidades negras e envolvidos na produção cultural.

⁶³⁶ Segundo José Prettu, figura central na fundação e organização do FECONEZU, a concepção vigente naquele momento seria que “quem faz cultura não faz política, quem faz política não faz cultura” (Andrade, 2016, p.141).

⁶³⁷ Essa discussão reflete uma ruptura, no fim dos anos 1970, que originou duas linhas de atuação no movimento negro brasileiro. Na perspectiva de alguns dos participantes do grupo “político” à época, ele proporia “uma mudança mais profunda”, de caráter estrutural e político, em oposição a “uma mudança cultural”, “através da informação” e da “leitura de poemas” (Alberti e Pereira, 2007, p.237). Por sua vez, no grupo “culturalista”, em que, além do FECONEZU, insere-se, por exemplo, o bloco Ilê Ayiê, entendia-se que a proposta de atuação dos “políticos” não alcançaria grande parte da população negra. Como aponta Andrade (2016, p.121), “a ideia de cultura ainda era lida num sentido bastante limitado, quase que restrito às manifestações artísticas”. Ainda, segundo José Prettu (em Andrade, 2016, p.140), essa separação teria relação com uma divisão religiosa, uma vez que os grupos “políticos” tendiam a estar vinculados ao cristianismo, ao passo que a FEABESP não era inclinada nesse sentido. José Prettu também explica a Andrade que a formação do FECONEZU reflete a percepção de que havia nas cidades do interior, “uma dinâmica particular de mobilização” negra, a qual, “mais distante de pólos de discussão político-partidária e institucional, fortes na capital”, se expressaria pela perspectiva “culturalista” (Idem, p.141). Ver: Alberti e Pereira, 2007, pp.235-242; Andrade, 2016, cap. 2; Pereira, 2010, pp.167-174

⁶³⁸ Andrade, 2016, p.134.

⁶³⁹ Idem, p.141.

negras e fomentassem a identificação. A primeira relevância do FECONEZU para seus filiados e uma de suas principais propostas, portanto, era fomentar a identificação racial positiva:

Segundo Zé Prettu, muitos dos frequentadores e integrantes do FECONEZU acessavam esse e outros espaços de troca, primeiro para se entenderem como negros, num sentido social e identitário. Estes não poderiam se entender politicamente como ‘negros’, de acordo com os motivos já expostos, e acabavam por apresentar resistência às iniciativas do movimento negro “político”, que se davam por meio de certa “imposição brusca” e de ‘cima para baixo’.⁶⁴⁰

Entre o FECONEZU e os próximos grupos formados entre os ativismos culturais negros campineiros, há uma década de distância. Entretanto, suas narrativas, partindo da perspectiva da comunidade negra local,⁶⁴¹ apontam para continuidades entre esses períodos, em vez de vazios. Se, por um lado, há uma ausência de organizações negras “políticas” no sentido colocado acima, a proliferação de atividades e grupos culturais e voltados à sociabilidade da população negra e formados entre os anos 1950 e 1970 – bailes, sambas, reuniões, clubes noturnos, times de futebol, etc. – faria, em grande medida, a conexão entre esses dois períodos. Segundo Regina Teodoro, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e filiada às Promotoras Legais Populares:

Desde a adolescência eu já estava meio sem que sem saber na militância racial, né? Porque em 1970, o movimento negro estava no auge e Campinas, por ser uma cidade muito preconceituosa, muito racista, o movimento negro aqui, a população, a juventude negra aqui estava muito ativa. Mas era um ativismo diferente, o pessoal estava fazendo, eles faziam muitos bailes, muitas festas voltadas pra nós, era só o nosso povo preto. Então, hoje eu entendo que naquela época já militava na questão racial, porque a gente ia pros bailes toda semana, sempre tinha baile temático, baile africano, baile havaiano, pérola negra, bonequinha do café... e tinha as festas em Araraquara que era tradicionalmente da população negra, as festas de Jundiá, os encontros em Pirapora, então a gente era bastante ativo mas era mais.. pra nós era lazer. E hoje a gente entende que quem puxava isso estava fazendo uma ação racial de combate ao racismo, uma valorização das artes e da cultura negra, que eu vim saber isso muito depois, assim, vim compreender isso muito depois.⁶⁴²

Assim, uma série de associações, clubes e ambientes recreativos, bailes, festas, concursos de beleza, escolas de samba, afoxés, etc. é parte importante dos laços que

⁶⁴⁰ Andrade, 2016, p.142.

⁶⁴¹ Vale destacar, nesse sentido, a reconstituição feita por Giesbrecht (2011a) a partir da fala de Reginaldo Bispo, coordenador estadual do MNU, da missa realizada em 13 de maio de 1973 na Igreja de São Benedito, considerada um marco da retomada da organização coletiva antirracista em Campinas. Segundo a autora, “a missa em si era um manifesto com a intenção de problematizar e debater a celebração dessa data. Logo em seguida, teve início uma reunião cujo objetivo era discutir propostas para a institucionalização do movimento negro na cidade e a possibilidade de criação de instâncias de socialização e reaproximação da comunidade negra de Campinas, que poderia ser mais unida na opinião dos então presentes. *A maioria daquelas pessoas se conhecia, sendo muitas delas figuras públicas, como representantes de associações de bairro, artistas locais, diretores de clubes de futebol e de clubes recreativos, etc.* Dessa reunião resultaram a reabertura do clube Cultural Machadinho e a formação do Grupo de Teatro Evolução, como nos conta Bispo” (p.110-11, grifos meus).

⁶⁴² Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às Promotoras Legais Populares, em 12/07/2018.

constituem, em Campinas, uma comunidade negra que, com distintos níveis de atuação política em diferentes momentos históricos, se reconhece.⁶⁴³ Dentre eles, alguns tiveram destaque por sua atuação cultural, política e comunitária, como o Grupo de Teatro Evolução,⁶⁴⁴ o Clube Recreativo Machadinho⁶⁴⁵ e o Afoxé Ilê Ogum.⁶⁴⁶ Outros grupos performáticos, em especial teatros populares e/ou amadores, como Miroberfran,⁶⁴⁷ o Savúru,⁶⁴⁸ a Companhia de Teatro Celso Palmas⁶⁴⁹ e outras iniciativas como a Lavagem das Escadarias da catedral⁶⁵⁰ estariam, também, na conexão desses momentos.

Ainda na década de 70, alguns jovens da cidade envolvidos nesses grupos organizaram, a partir de 1973, a Semana da Arte e Cultura Negra em Campinas, encamparam uma série de debates (como acerca do 20 de novembro, no qual o FECONEZU e algumas

⁶⁴³ Assim como nos trabalhos de Érica Giesbrecht (2011a, 2011b), encontro a nomeação “comunidade negra” como uma terminologia êmica empregada para designar um grupo, sendo seus integrantes os participantes dos grupos negros organizados, sejam estes políticos ou culturais, e, com menor frequência, a população negra campineira em geral. Para Giesbrecht (2011a), ainda, “comunidade negra também designa associações negras do passado, como clubes, bandas, associações de bairro, grêmios, bailes, escolas ou instituições financeiras, revelando a intenção de continuidade dos sujeitos do presente com os do passado” (p.37).

⁶⁴⁴ Segundo Antônio Carlos Silva (TC), um dos fundadores do grupo, o Evolução foi fundado em 1971 por um grupo de amigos e atuou ao longo da década de 1970 produzindo, criando, realizando e divulgando coletivamente peças de teatro voltadas às condições de desigualdade vivenciadas pela população negra. Na roda de conversa *Memórias do movimento negro em Campinas*, realizada no MIS em 17 de setembro de 2017, Antônio Carlos Silva, principal administrador da Casa de Cultura Tainã, narra a fundação do grupo da seguinte forma: “Eu entro no grupo com 18 anos. O grupo exatamente foi fundado em 1971, em Campinas, e nasce de uma conversa minha com o Lumumba, em que a gente fala sobre a justiça [...]. A gente estudava na escola do Jonas, que era o Colégio Evolução, a gente fazia madureza lá, e a gente se conhecia da cidade, da ponte de ouro ali, Francisco Glicério, os pontos de encontro assim, sabe... Eu estava já começando a transitar pela cidade, ir pros bailes. Então, a galera, a negrada se encontrava, que era o ponto de encontro da negrada aqui em Campinas. Sexta-feira, depois das cinco horas da tarde, era [...], Francisco Glicério, General Osório, Largo do Rosário, até a 13 de maio ali, da frente da [...] até a 13 de maio, ficava preto ali – como acontecia em São Paulo na Rua Direita, no Viaduto do Chá, impressionante a negada. E conheci o Lumumba dali, mas a gente fica amigo na escola, no colégio Evolução. E a gente falando das indignações nossas, que a gente teve uma infância muito parecida também, né, de viver numa cidade racista, de ser preto numa cidade, sabe, com a história de Campinas”. Algumas das peças realizadas pelo grupo foram: *História do Samba*, *Sinfonia Negra*, *Gangazumba* e *Encontro com Deus* (Giesbrecht, 2011a, p.113). Cabe notar que o relato de TC quanto ao ano de formação do Evolução é diferente do de Bispo (nota 641).

⁶⁴⁵ O Clube Recreativo Machadinho foi aberto em 1945, na Vila Industrial, como um espaço de socialização e lazer para a população negra, então impedida de frequentar os mesmos estabelecimentos que os brancos. Reaberto em 1973, o clube tentou manter um ambiente de congregação política, mas acabou fechando novamente ao longo da década de 1980. Reaberto mais uma vez em 2009, o clube se manteve funcionando pelo menos até 2014 (Giesbrecht, 2011a, p.111-2).

⁶⁴⁶ Iniciado em 1984, além dos desfiles, o afoxé tinha uma proposta comunitária, organizando atividades e compras coletivas (Idem, p.114-5). Algumas participantes da FMNCR se conheceram inicialmente nesse afoxé.

⁶⁴⁷ Companhia de teatro atuante entre, aproximadamente, 1976 e 1982, incorporando uma série de formas culturais consideradas africanas, e cujas peças acompanhariam as pautas dos movimentos negros (Idem, p.116).

⁶⁴⁸ Grupo de teatro popular negro iniciado em 1979 e interrompido em 1988, quando parte significativa de seus participantes se envolveram no Urucungos, Puítas e Quinjêngues, que tinha proposta bastante semelhante. Retomou suas atividades na década de 1990 e segue ativo (Idem, p.117).

⁶⁴⁹ Companhia de teatro mantida pelo diretor Celso Palmas até a década de 1990 (Idem, p.117).

⁶⁵⁰ Iniciada em 1985 por Mãe Dango de Hongolo (Eunice de Souza) e Mãe Corajacy (Antônia Lima Duarte), duas importantes yalorixás da região, e realizada anualmente até os dias atuais, esse evento amplia a visibilidade das religiões de matriz africana na época, inserindo-as mais decisivamente no cenário cultural e político negro da cidade (Idem, p.119-20).

lideranças políticas também estiveram envolvidos), participaram de vários encontros nacionais da população e da militância negra e estabeleceram vínculos com militantes de outros estados.⁶⁵¹ Nas palavras de Antônio Carlos Silva (TC), fundador da Casa de Cultura Tainã, “essa coisa de circular em redes é uma coisa que a gente fazia”.⁶⁵² Assim, como salienta Erica Giesbrecht:

Ainda que nem todas essas instituições tenham perdurado até a década de 1980, [elas] formaram uma malha social composta por diferenciados pontos de convergência – clube esportivo e recreativo, movimento militante, companhias de teatro amador e grupos de dança e teatro popular – que permitiam simultaneamente a agregação e a circularidade de pessoas com interesses em comum, e tornavam o fluxo de ideias, acontecimentos, comportamentos e afetos extremamente dinâmico e multidirecionado.⁶⁵³

Nesse contexto, a chegada de Raquel Trindade (1936-2018) em 1988, folclorista com conhecimento de um vasto repertório de manifestações artísticas e culturais populares afro-brasileiras, marca a constituição de uma série de grupos. Filha de Solano Trindade e reconhecida como a principal herdeira de seu legado, durante aproximadamente um ano, Raquel ofereceu na Universidade Estadual de Campinas cursos de danças afro-brasileiras para turmas diversas, formadas por professores, funcionários, alunos e membros da comunidade negra campineira. De início, os cursos eram apenas para os alunos; no entanto, à pedido de Trindade, tornaram-se cursos de extensão e tiveram suas vagas abertas a outros membros da comunidade acadêmica e à sociedade campineira. Segundo Giesbrecht, “Raquel demonstrava claramente a intenção de levar o conhecimento folclórico a um segmento ainda hoje passível de exclusão, a fim de promover a regeneração da autoestima via valorização de aspectos culturais”.⁶⁵⁴ Desses cursos, formaram-se o Savúru e o Urucungos, Puítas e Quinjêngues (berimbaus, cuícas e atabaques, em idioma do tronco bantu), do qual a folclorista foi uma das fundadoras (juntamente a Ana Miranda, Benê Moraes e outros membros da comunidade negra campineira) e patrona. Com sua saída de Campinas, cerca de um ano depois, o grupo passou a ser tocado nas dependências do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp e, em 1991, formalizou-se como associação artística.⁶⁵⁵

⁶⁵¹ Segundo TC, por exemplo, em um desses encontros, realizado em 1973 ou 74 em Magé (RJ), teria sido formado o bloco Ilê Aiyê (Diário de Campo, 19/09/2017). Essa relação é evidenciada também por alguns dos interlocutores de Giesbrecht (2011a, p.117-118), que atribuem aos diálogos culturais, nos quais os grupos de Campinas teriam preponderância (em especial, nessa época, o Afoxé Ilê Ogum e o Teatro Evolução), a formação do Ilê Ayiê e do Olodum.

⁶⁵² As redes mencionadas por TC nessa fala incluem, além dos movimentos negros, a universidade, a qual, segundo ele, serviu de proteção e abrigo em muitos momentos durante o regime militar. Diário de Campo, 17/09/2017.

⁶⁵³ Giesbrecht, 2011a, p.117.

⁶⁵⁴ Giesbrecht, 2011a, p.149. Sobre os cursos, ver Giesbrecht, 2011a, p.148-150.

⁶⁵⁵ Nesse processo, o grupo reformulou a estrutura organizativa definida por Trindade – que, segundo Giesbrecht (2011a, pp.151-152), tinha uma infinidade de cargos, de modo a promover a participação de todos e honrar a

Desde então, o Urucungos tem um grande número de membros, embora parte grande deles não frequente seus ensaios semanais. Entre esses membros, majoritariamente negros, há grande diversidade etária e de classes. Os membros mais experientes se revezam nas funções de maior responsabilidade – criação, confecção e manutenção de figurinos, ensaios de músicos e bailarinos e organização de festas e eventos –, as quais, segundo Giesbrecht, foram sempre realizadas pelas mesmas pessoas.⁶⁵⁶ Depois de uma série de sedes distintas, em 2005, o Urucungos passou a alugar uma casa no bairro Bonfim, na qual permanece até hoje. Como os outros grupos descritos, o Urucungos está inserido em uma extensa rede de movimentos sociais, pontos de cultura, movimentos negros e ativismos culturais, e se mantém financeiramente principalmente por meio de suas apresentações e, mais eventualmente, com financiamentos institucionais voltados à cultura. Além da recuperação e apresentação de repertórios artísticos tradicionais – sambas, maracatu, coco, jongos, entre outros –, o grupo é conhecido por seus figurinos e apresentações vistosas, nas quais o público costuma ser chamado a participar.

Em paralelo ao Urucungos, em 1989, formava-se, pela liderança de Dona Toninha (Antônia Frutuosa Felisbino, uma conhecida liderança comunitária local) e TC (Antônio Carlos Silva), a Casa de Cultura Tainã. A Tainã, cuja fundação esteve relacionada a uma política municipal de fomento às casas de cultura nos anos de 1989 e 1990,⁶⁵⁷ deu prosseguimento às pesquisas e atividades culturais desenvolvidas pelo Teatro Evolução e outras associações,⁶⁵⁸ juntando uma série de artistas em atividades diversas (leitura de poemas, oficinas de confecção⁶⁵⁹ e toque de tambores, produção musical, peças de teatro, atividades de escrita coletiva, etc.). Ao fim da década de 1990, quando já atendia em torno de duas mil pessoas em uma série de atividades, a Tainã se muda para sua atual sede, um clube comunitário

contribuição dos membros. Juntamente aos cargos burocráticos, porém, manteve alguns cargos honoríficos, reservados aos membros mais experientes da comunidade e que têm por função manter os repertórios transmitidos pelo Urucungos, impedindo sua distorção e afastamento das manifestações culturais vistas como tradicionais.

⁶⁵⁶ Giesbrecht, 2011a, p.154.

⁶⁵⁷ Giesbrecht, 2011a, p.136. Segundo a autora, essa política deu origem a 14 casas de cultura na época, sendo nove delas autônomas e cinco vinculadas à administração municipal, das quais apenas a Tainã permaneceu em atividade “graças à versatilidade e mobilidade de sua equipe diretora”

⁶⁵⁸ Segundo TC, em entrevista concedida a Giesbrecht (2011a, p.137, grifos meus), “O Evolução era uma Tainã nômade. Não tinha um lugar. A nossa base era Campinas, a sede única que a gente já teve, na minha casa... imagina, uma coisa que nasceu no começo dos anos 70 e acabou no final dos anos 70... e até hoje tem correspondência que chega nesse endereço. A Escola de Samba Rosas de Prata, que foi campeã esse ano, nasceu ali. A casa também abrigou a Sede da Rosas de Prata. Eu fiz parte da fundação da Escola. E a Tainã é consequência de tudo isso. Porque na verdade, foi um espaço onde a gente conseguiu a atuação permanente. O problema da questão do negro no Brasil a gente continua discutindo isso. Mas, potencializou a arte como instrumento de senso de direção e de questionamento mesmo, assim, da realidade do negro no Brasil”.

⁶⁵⁹ Uma das atividades pelas quais a Tainã se tornou conhecida é a fabricação dos tambores de aço, que resultou na formação de uma orquestra, cujas apresentações geram remessas financeiras que sustentam parte de suas atividades.

concedido pela prefeitura de Campinas após uma série de protestos e reivindicações. Com recursos escassos, a casa foi mantida por meio de parcerias com órgãos públicos de cultura, instituições privadas e financeiras;⁶⁶⁰ entre 2002 e 2006, ela obteve fundos públicos por meio de sua participação no Orçamento Participativo Municipal, os quais foram direcionados, entre outras coisas, para a reforma do clube, que se encontrava em mau estado de conservação. Após uma série de percalços, o espaço é inaugurado em 2005. Desde então, além da atuação cultural, a Tainã realiza uma série de projetos voltados à comunidade e ao exercício da cidadania (biblioteca, atividades para a terceira idade e para a juventude, inclusão e educação digital,⁶⁶¹ banco comunitário de preservativos, etc.). Além de uma importante casa de cultura e centro comunitário, voltado a garantir o acesso da população local e outros grupos a cultura, tecnologia e lazer, um dos pontos de destaque da Tainã entre os grupos organizados de Campinas – e que a tornam especialmente relevante na FMNCR – é sua atuação como uma espécie de incubadora de movimentos sociais, a partir da qual foram engendrados vários grupos e espaços políticos na cidade.⁶⁶²

Um de seus importantes produtos é a Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Alessandra Ribeiro, sua fundadora, relaciona a concepção da CJDR a uma roda de jongo na Tainã no início dos anos 2000 – segundo ela, um momento de explosão das manifestações culturais negras na cidade –, dizendo “a gente já nasce em rede, já nasce de uma rede”:⁶⁶³

Olha, eu sou religiosa desde os 7 anos de idade, sempre tive vínculo com a ancestralidade. Há 16 anos atrás, eu tive um experimento ancestral numa roda de jongo que me levou a querer fazer uma roda de jongo na minha casa. E quando eu levei a roda de jongo pra minha casa, eu descobri que aquela perturbação espiritual que eu estava recebendo era um chamado do meu avô para recuperar essa raiz. Meu avô era de Minas, fazia jongo. Eu não o conheci em vida, nunca soube que ele fazia jongo. Conheci o jongo de outras maneiras, mas não era apaixonada pelo jongo. Achei o jongo bonito como qualquer outra manifestação [cultural], mas naquele momento houve um chamamento diferente. Eu já estava começando a conhecer grupos culturais da cidade por curiosidade cultural. Estava conhecendo o grupo Urucungos, a Tainã, mas eu não era ninguém na fila do pão, era só alguém que estava gostando de conhecer a cultura. Efetivamente o que trouxe esse compromisso mais desenhado de olhar a cultura ancestral, para além do terreiro, de uma outra forma foi reencontrar com meu avô Benedito Ribeiro, que eu não conheci em vida. E aí desde então, começa um processo de querer recuperar essa memória para dentro da família, querer recuperar

⁶⁶⁰ Desde seu início, a Tainã já teve parcerias com o Ministério da Cultura (MinC), bancos, recebeu financiamento da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa) por meio da Lei Rouanet, entre outros.

⁶⁶¹ Dessa linha de atuação da Tainã, surge a Rede Mocambos, outro importante projeto da Tainã, no qual participaram algumas das integrantes da FMNCR. Em linhas gerais, trata-se de uma ferramenta digital que interliga comunidades quilombolas em todos o país a partir da instalação de antenas e oficinas de orientação tecnológica.

⁶⁶² Outros grupos da FMNCR, como a Fazenda Roseira e o Quilombo Urbano Oziel-Monte Cristo-Gleba 7, realizam também essa função. No entanto, a Tainã se destaca nesse sentido, envolvendo e formando muitos grupos de performance campineiros, assim como agentes culturais nacionais e internacionais (Giesbrecht, 2011).

⁶⁶³ Entrevista Alessandra Ribeiro, 42 anos, participante e principal liderança da CJDR e da Casa de Cultura Fazenda Roseira, 08/08/2018. Para além da Tainã, essa rede é composta por Urucungos, Savúru, Afoxé Ibaô, Maracatucá e vários outros grupos e pontos de cultura dentro e fora de Campinas.

essa memória em comunidade, porque tinha que praticar o jongo pra entender o que era jongo e aí reunir pessoas diferentes, para além da família. E esse processo que começou meio que natural se transformou na Comunidade Jongo Dito Ribeiro, que tem essa missão de recuperar a memória do meu avô, permanente, mas compartilhar a experiência do jongo pra todos que queiram.⁶⁶⁴

Em 2001, a CJDR se volta a recuperar uma série de repertórios de jongs,⁶⁶⁵ articulando-se em torno do resgate, prática e salvaguarda dessas manifestações culturais, por sua vez vinculadas às tradições culturais africanas e à resistência dos escravizados.⁶⁶⁶ Declarado patrimônio imaterial pelo IPHAN em 2005, o jongo – danças em roda animadas por toques de tambores e tabaques e por cânticos – é visto pela CJDR como uma prática cultural e espiritual, a qual relaciona-se com os antepassados e com a prática de religiões de matriz africana e “escolhe seus participantes” a partir desse plano.⁶⁶⁷ Segundo Alessandra, o processo de recuperação do jongo na comunidade Dito Ribeiro envolveu uma dimensão que ela chama de cotidiana, referente ao entendimento prático do jongo mediante sua realização, o que por vezes engendrou ajustes e modificações nas práticas estabelecidas; igualmente, compreendeu uma dimensão de pesquisa, inclusive acadêmica,⁶⁶⁸ voltada à familiarização e análise da herança cultural negra brasileira. Em sua perspectiva, esse conjunto teria contribuído para as características da CJDR, que ela descreve como uma “comunidade jovem, urbana e acadêmica, militante e de mulheres negras”.⁶⁶⁹ A CJDR também congrega pessoas que vivem nas cercanias da Fazenda Roseira, que, desde sua ocupação em agosto de 2008, tornou-se sede da CJDR.

A Casa de Cultura Fazenda Roseira, antes Fazenda Roseira do Campo Grande, é parte e resultado da história da CJDR. Originalmente um gigantesco cultivo de

⁶⁶⁴ Entrevista Alessandra Ribeiro, 08/08/2018.

⁶⁶⁵ Os jongs têm diferentes origens (jongo mineiro, jongo fluminense, etc.) e modalidades, que resultam em diferenças nos cânticos e danças. Cf.: Simonard, 2005; Queiroz, 2011; Giesbrecht, 2011a; Ribeiro, 2016.

⁶⁶⁶ Nas investigações acerca do jongo, são sempre marcadas a mistura de palavras em português, expressões empregadas exclusivamente pelo grupo cantor e palavras de idiomas do tronco bantu, assim como a dificuldade de compreensão dos pontos tocados para pessoas de fora do grupo, o que é associado a um intento de não só marcar o tempo do trabalho e das atividades diversas (Lara e Pacheco, 2007) por meio dos cânticos, mas também à possibilidade de comunicação em linguagem cifrada (Giesbrecht, 2016; Ribeiro, 2016) e, portanto, de forma não compreensível aos de fora do grupo. Cf. tb. Levine, [1977] 2007, Cap.1.

⁶⁶⁷ Outros membros da comunidade expressam concepções similares, relatando sua chegada como algo que não sabem exatamente explicar e que remetem a um plano espiritual. Em um caso, uma das participantes usou o seguinte ponto (cantiga) para me explicar essa percepção: “*Como eu cheguei aqui, nem sei eu/ Caí nessa roda de jongo/ Vovô Dito sabia de tudo/ Vovô Dito mandou me chamar*” (Entrevista Máira Silva, 26 anos, integrante do Jongo Dito Ribeiro e da Fazenda Roseira, em abril de 2018)

⁶⁶⁸ Alessandra, que ingressou na faculdade de história na PUC-Campinas em 2005, dedicou sua trajetória acadêmica, da graduação ao doutorado, à investigação do jongo, bem como da herança cultural e urbana da população negra campineira.

⁶⁶⁹ Entrevista Alessandra Ribeiro, 08/08/2018.

café,⁶⁷⁰ até o fim de 2007 a Roseira era uma propriedade particular e alheia à comunidade em seu entorno, na região noroeste de Campinas. Segundo Alessandra, apesar de ter nascido e vivido sempre no bairro da fazenda:

Minha relação com a Roseira sempre foi às margens dela. [...] Eu acho que eu tenho contato próximo com a Roseira há 18 anos. A primeira vez que eu entrei aqui eu fiquei encantada de como tinha um lugar tão bonito quanto esse tão perto da minha casa e porque a gente tinha que ficar fora dele, à margem?⁶⁷¹

Segundo os relatos, os proprietários teriam vendido a fazenda (exceto o casarão principal, que se tornaria equipamento público) para um empreendimento imobiliário e, à medida em que desocupavam a casa, removiam portas, torneiras e outras peças históricas da casa que tinham valor econômico. Em função disso, a comunidade no entorno, que já vinha discutindo a possibilidade de usar parte do imenso terreno para o lazer dos moradores da região, decidiu ocupar a fazenda. Realizada sob a liderança de Alessandra, a ocupação teve seu período mais difícil até 2013, quando a CJDR foi reconhecida como patrimônio cultural da cidade, o que facilitou o processo de outorga pública, e foi encerrada em 2015 com a concessão oficial de uso da fazenda para a CJDR. A ocupação contribuiu para que a comunidade – que precisava se organizar para vigiar, cuidar e enfrentar ataques e tentativas de desocupação por parte dos antigos proprietários – fortalecesse seus laços e se tornasse mais organizada, além de situá-la numa rede de movimentos sociais, Estado e parcerias diversas. Segundo Maíra Silva, que participou da ocupação a partir de 2010:

Depois eu vi, assim, como quilombo urbano, eu posso dizer pra você as diferenças também quando você tá no campo e quando você está na cidade [...]. Aqui, a luta estratégica era outra [...], aqui você tem que ter uma articulação política mesmo, você tem que ter uma rede gigante, mas uma rede que esteja bem mais perto do que no campo. A gente teve no quilombo, que era uma rede de [emergência] tipo, “vai ter um negócio sério e agora a galera vai soltar a barragem”. Então, gente tinha que conversar com vários [parceiros], sabe, Greenpeace, não sei o que. Aquela coisa bem distante, mas que faziam um bum pra todo mundo ver que esse povo ia se inundar. E na cidade não, você tem que estar ali do lado do poder público, tem que conhecer as pessoas do poder público que podem te ajudar. Então, a estratégia da Roseira foi muito isso, sabe, de se aliar a algumas coisas pra que aquilo acontecesse, pelo bem mesmo, pelo bem registrado que é o jongo [...]. É tudo muito conectado e a gente acabou entendendo que o jongo era a Roseira, porque se não existisse o jongo, não existia a Roseira. Até um ponto, se não existia a Roseira, estava tranquilo, porque o jongo não surgiu lá, surgiu no quintal da dona Maria [Alice Ribeiro, mãe de Alessandra]. Mas depois a Roseira foi virando tão junto do jongo, estar naquele território por conta também de Dito Ribeiro, que veio pra Campinas.⁶⁷²

⁶⁷⁰ O terreno que se tornou, em 2010, a atual casa de cultura é uma fração bastante reduzida da fazenda do Século XIX, cujo desmembramento, além da área atualmente ocupada pela Roseira, deu origem a quatro bairros (Jardim Roseira, Vila Perseu, Leite de Barros e Jardim Ipaussurama). Cf.: Anexo VI (Mapas).

⁶⁷¹ Entrevista Alessandra Ribeiro, 08/08/2018.

⁶⁷² Entrevista Maíra Silva, em abril de 2018.

Situada nessa rede ampla e garantindo à comunidade negra controle sobre um “símbolo do capital cafeeiro e escravagista da região”,⁶⁷³ a conquista do espaço é motivo de orgulho em uma série de falas dos movimentos sociais locais, muitos dos quais usam o espaço para eventos maiores e conjuntos. Como a Tainã, a Roseira também constitui uma espécie de incubadora e, além de seus projetos, abre suas portas para uma série de movimentos sociais, cede suas premissas para reuniões de grupos, estimulando a geração e o fortalecimento de aglomerações políticas. A CJDR, por sua vez, orgulha-se de, enquanto patrimônio imaterial, ter fundamentado a concessão de um bem material, a fazenda, em um caso dito inédito no país. Por isso, comumente seus integrantes dizem que o Jongo “saiu da senzala e entrou na casa grande”.

1.2. Coletivos voltados à educação

Além dos ativismos culturais, eram significativas na FMNCR as pautas e debates fomentados por grupos voltados a questões relativas à educação, dentre os quais destacam-se o Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades (CONEPPA) e o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp (NCN). Verificável no número de atividades realizadas no período do trabalho de campo⁶⁷⁴ e na centralidade que suas pautas e proposições têm nesse momento, sua importância na organização diz respeito não apenas à relevância que a educação teve historicamente entre as pautas dos movimentos negros,⁶⁷⁵ mas também à disputa por ações afirmativas nas universidades estaduais paulistas, que foi bastante acirrada entre 2015 e 2017. Nesse cenário, esses grupos integraram a grande rede de movimentos sociais, grupos políticos, organizações setoriais, cursinhos populares, agentes institucionais, entre outros, que acompanharam e construíram ações voltadas à implementação de ações afirmativas nessas universidades e aos variados debates que perpassam esse processo.

O Núcleo de Consciência Negra da Unicamp foi formado, em sua atual configuração,⁶⁷⁶ no fim de 2012. Segundo Taina Santos, que frequentemente representou o

⁶⁷³ Fala do ex-vereador e atual deputado estadual Sebastião Arcanjo, o Tiãozinho, do PCdoB (até 2016, do PT), na *RC Memória do movimento negro de Campinas*, no MIS-Campinas (Diário de Campo, 17/09/2017).

⁶⁷⁴ Por exemplo: uma semana de debates na Faculdade de Educação da Unicamp com tema *Educar e Enegrecer*, na qual participantes da FMNCR participaram de uma conferência sobre educação e mulheres negras e, ao longo de três dias, o CONEPPA ofereceu um minicurso sobre suas atividades e pautas, em 2016; as audiências públicas sobre ações afirmativas na Unicamp, em 2016 e 2017; a Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, em outubro de 2016, entre outras.

⁶⁷⁵ Cf. Domingues, 2008b; Sales Santos, 2007.

⁶⁷⁶ Outros núcleos são lembrados pelas participantes da FMNCR que os integraram e, por vezes, comparados com o NCN: “Aí pela Unicamp [década de 1990] eu comecei a participar do Núcleo de Estudos Negros, né? Como o nome diz, a gente era focado mais na questão de uma epistemologia negra, de uma militância negra, mas que fosse acadêmica, pensar a questão de um NEABI na Unicamp, coisa que até hoje [não foi pra frente]... porque o NCN

NCN na FMNCR, o núcleo se organizou a partir de um evento em novembro de 2012 nomeado *Quem tem cor age*, um seminário sobre racismo e relações raciais, idealizado por duas estudantes da Unicamp e realizado por um grupo de estudantes majoritariamente negros. Desde sua formação, o NCN esteve envolvido nos debates pertinentes à educação e à implantação de ações afirmativas no ensino superior, acompanhando alterações na legislação e no debate público, buscando relações com movimentos negros e participando de atos, manifestações e debates.⁶⁷⁷ De fato, seu papel na organização pela inserção das ações afirmativas no vestibular da Unicamp não pode ser subestimada, tendo sido ele um dos mais importantes atores nessa disputa. O grupo, que tem alta rotatividade de membros e é composto predominantemente por pessoas jovens e de baixa renda,⁶⁷⁸ todas negras;⁶⁷⁹ é, para além disso, bastante diverso. Como aponta Taina, essa diversidade influencia o perfil do grupo:

Ali poderia ser um coletivo LGBT tranquilamente, porque tem pessoas lésbicas, tem gays... Tem [também] negros de pele clara, de pele escura – que é uma experiência diferente, né, como você é lido, [...] como que as pessoas olham para você, [...] como se constitui a negritude de uma pessoa que tem essa “passabilidade”, que tá transitando ali nessa coisa. Então tem pessoas que estão vivendo esses dilemas, tem pessoas que estão vivendo outros dilemas. Mulheres lésbicas, homens gays, homens bissexuais, professores, gente [que é] da Unicamp, [gente] que não é, tem funcionários da Unicamp [...]. Hoje começou a participar gente do PROFIS, aluno de cursinho, e aí até os nossos assuntos tiveram que mudar um pouco. *Ali não é um grupo de estudos*. Tem pessoas que foram ali com objetivos diferentes. Tem pessoas que foram ali porque sofreram racismos muito violentos e queriam entender, ou porque achou legal o movimento, se identificou, ou porque queria aprender, queria conhecer referenciais negros para uma questão intelectual ou pessoal. *Então isso foi aumentando nossa dimensão de preocupações*. E é isso que eu falo pra você do quanto é importante ter esses espaços coletivos.⁶⁸⁰

Além de várias atividades anuais – como a Calourada Negra e o próprio *Quem tem cor age*, que chegou à quinta edição em 2019 – ,⁶⁸¹ o NCN realizava encontros semanais entre seus participantes, voltados a debates e resolução de questões práticas, assim como outros

ressignificou, né? Eles têm outras demandas hoje, que não essa. Eu até concordo. Outra geração, né? Eles que estão à frente de um processo que é outro, né? Aí, tinha o Núcleo, e [nele] eu conheci outros funcionários, muitos funcionários negros.... aí eu me filiei ao PT e também comecei a participar de cursinhos populares. (Entrevista Eva, 08/12/2016)

⁶⁷⁷ Inada, 2018, pp.59-64.

⁶⁷⁸ Idem, pp.67-69.

⁶⁷⁹ Segundo Taina Santos, o grupo que formou inicialmente o NCN também era composto por pessoas brancas; no entanto, rapidamente percebeu-se a necessidade de um espaço de discussão exclusivamente formado por pessoas negras. A alta rotatividade dos membros, segundo ela, fez com que essa mudança acontecesse rapidamente.

⁶⁸⁰ Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016. A expressão “passabilidade” é geralmente usada por mulheres mais jovens da FMNCR, em referência à possibilidade de uma pessoa negra ser vista (“passar por”) como branca para a maioria das pessoas.

⁶⁸¹ Os temas dos eventos seguintes foram: “Racismo Institucional: omissão e perseguição” (2013); “Intelectualidade Negra: Conhecimento, Racismo e Epistemicídio” (sem informação de data); “A dissimulação do racismo e a interdição da cidadania negra: políticas sociais em tempos de golpe” (2017); “Estratégias de sobrevivência na falsa abolição” (2018).

seminários esporádicos, voltados a debater questões específicas – como um seminário sobre feminismo interseccional, em 2014, que marcou o início de conversas que, posteriormente, levaram à formação do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, como discutirei no próximo capítulo. Como sinaliza a fala citada acima, o NCN também é um espaço de encontro, orientação e apoio, em especial aos estudantes recém-chegados e acerca dos suportes oferecidos pela universidade:

Comecei a participar no meu primeiro ano [na universidade], logo nos primeiros meses que eu cheguei. E foi importante porque eu fiquei muito tempo sem bolsa, desmotivada, sabe? E precisava trocar ideia sobre algumas coisas, aí foi importante e fiquei lá. Ao mesmo tempo que vai surgindo essas afinidades, vão surgindo as diferenças, mas o que eu acho mais da hora é o momento que a gente consegue se respeitar nessas diferenças [...]. Eu não precisava ser amiga de todo mundo, mas por que não ver aquele lugar como um lugar que eu pudesse desabafar uma hora, tipo “gente, olha, aconteceu isso aqui comigo e eu não tô aguentando mais, alguém pode me ajudar?”. Foi se resignificando e até hoje está [desse jeito], porque esse espaço também é um espaço que as pessoas passam.⁶⁸²

O Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades (CONEPPA), por sua vez, foi formado no início de 2014 por profissionais da educação, especialmente professores de ensino fundamental e infantil, que atuam em regiões periféricas na Região Metropolitana de Campinas e são, em sua maioria, pesquisadores no campo da educação e atuantes em diversos segmentos do movimento negro. Sua fundação se dá em uma reunião da Coordenação Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) de Campinas, em que era discutido o Plano de Educação Municipal. Anteriormente à fundação do grupo, parte de seus integrantes já se reunia em algumas escolas para realizar atividades e discussões, além de editar o jornal *Informafricativo*, que começou a ser publicado no fim de 2012 e é voltado aos alunos e professores da rede pública e distribuído em algumas escolas.⁶⁸³

A organização do grupo e sua atuação partem da legislação que regulamenta as relações raciais no ambiente escolar e o ensino de história e cultura afro-brasileira, principalmente a Lei 10.639/2003, mas também leis e planos de metas municipais e estaduais, considerando as dificuldades para sua aplicação e, simultaneamente, a importância de tais

⁶⁸² Entrevista Taina Santos, 23/09/2016.

⁶⁸³ O primeiro *Informafricativo*, como relata seu produtor, Wilson Queiroz, reproduzia “um boletim de ocorrência de um rapaz que queria estudar e o patrão dizia que ele só precisava escrever ‘macaco’, ‘banana’ e ‘estepe” (Fala no Minicurso realizado pelo CONEPPA na Semana da Educação da FE-Unicamp, Diário de Campo, 25/10/2016). Segundo Queiroz, o jornal geralmente contém textos dos alunos e professores (“desde os [professores] que se prontificam [a ajudar] até os que acabam ajudando quando ficam constrangidos”), além de fornecer referências para pesquisas acerca das discussões sobre relações raciais. O jornal visa discutir temáticas próximas ao cotidiano dos alunos (por exemplo, a discussão dos movimentos de luta por terra no contexto da ocupação do Parque Oziel), apresentar personalidades (como Lélia Gonzalez, Martin Luther King e Nelson Mandela) e oferecer perspectivas afrocentradas a temas comuns e festas populares.

questões para o desenvolvimento pessoal e coletivo de crianças e jovens. Apesar da concentração no ensino de história, os professores que integram o CONEPPA – que, à época da pesquisa, eram aproximadamente dez, além de alguns parceiros – lecionam em diversas áreas (matemática, língua portuguesa, etc.). Segundo Eva, participante do CONEPPA e da FMNCR:

Então, o CONEPPA é isso: foram educadores e educadoras que se reuniram e resolveram socializar as suas práticas e sistematizar essas práticas como forma de cobrar as políticas públicas que já existem e também explicitar publicamente essas práticas. [...] Aplicar a lei, mas socializar e publicizar as práticas que a gente faz em sala de aula, porque, a despeito da lei [isso não é levado a sério] [...] Então a proposta do CONEPPA é essa, para além da aplicação da lei, é a aplicação da lei, é socializar e publicizar as práticas pedagógicas em africanidades.⁶⁸⁴

A ideia de “africanidades”, segundo membros do CONEPPA, é uma concepção forjada nas salas de aulas e pautada no cotidiano educativo dos alunos e professores nas comunidades periféricas. Não se trata de uma concepção fechada, mas, ao contrário, de uma proposição de abertura de estudos e experiências sobre uma série de práticas, histórias e questões relativas à população negra. Segundo Wilson Queiroz, um dos fundadores do CONEPPA:

Uma das potências do trabalho sobre africanidades é ter os diferentes olhares, porque a desumanização faz com que a gente precise desconstruir uma infinidade de coisas, e aí não cabe uma fórmula mágica, é a complexidade da experiência humana que vai trazer pra gente subsídios e aportes para entender o que a criança negra que tá na escola precisa. O que ela precisa é ser tratada da melhor forma possível para, na escola, ela conseguir “educar e enegrecer”, ser negra.⁶⁸⁵

Considerando, então, que a experiência educacional e o sucesso dos alunos está relacionado às “questões afetivas e representativas do sujeito”,⁶⁸⁶ o grupo busca inserir a temática no cotidiano escolar, sem esperar projetos ou momentos específicos, e situá-la como relacional e como responsabilidade de todos. Como explicou Elisa, participante do CONEPPA:

Como superar a história tradicionalmente contada quando os próprios professores não aprenderam perspectivas não europeias ou coloniais da história? [...] Os brancos são a maioria em ambientes acadêmicos, concursados. Um aluno negro que faz todo o percurso escolar no ensino público, por quantos professores negros ele passará e por quantos professores brancos? Se o branco esperar o negro pra falar sobre essa questão, que não é só uma questão do negro, é uma questão de relação, se não for o professor branco também pra compor essa luta, vai ficar complicado pra essa criança. A gente percebe fazendo projetos em sala de aula, a gente percebe como um professor branco, ainda que branco, consegue contribuir para a autoestima da criança negra e pra criança branca repensar seu papel, olhar como a criança branca pensa o negro e mudar esse processo.⁶⁸⁷

⁶⁸⁴ Entrevista Eva, 42 anos, filiada ao PT, ao CMNMG e ao CONEPPA, realizada em 08/12/2016.

⁶⁸⁵ Fala Wilson Queiroz, Diário de Campo, 25/10/2016.

⁶⁸⁶ Fala Wilson Queiroz, Diário de Campo, 25/10/2016.

⁶⁸⁷ Fala de Elisa na Semana da Educação-FE/Unicamp (Diário de Campo, 25/10/2016).

Nesse sentido, o CONEPPA procura levar em conta as diferentes posições integradas no projeto educativo – alunos brancos e negros, professores brancos e negros, cargos burocráticos, Estado e legislação – , desenvolvendo projetos e trocando experiências pedagógicas nas quais aparecem como referências: grupos de hip hop; poetas e escritores africanos, afro-brasileiros e autodenominados periféricos e marginais; a história de vários países africanos, referências de luta por igualdade, etc. São também realizadas atividades diversas, como visitas a museus, casas de cultura (como a Roseira e a Tainã), avaliações da presença negra nos livros didáticos e projetos de pesquisa com os alunos. Também no sentido de “subverter o currículo eurocêntrico” e “construir uma pedagogia étnica na escola”,⁶⁸⁸ o CONEPPA se integrou a outros grupos locais, participando de publicações como os *Caderno de Etnia*, voltados a pensar a contribuição das populações negras no Brasil e em Campinas.

1.3. Comunidade negra e território político

Uma rede antiga e complexa da cidade, na qual uma série de atores distintos se encontram – partidos políticos, grupos culturais, atores individuais, iniciativas mercadológicas, coletivos políticos, clubes e associações, etc. – e com relações fortes de parceria e coparticipação de membros com outras redes da cidade, os grupos negros campineiros são dificilmente enquadrados em uma formulação simples e que dê conta de todos eles. Um conceito que ajuda a pensar a importância e o lugar desses grupos na cidade e no mapa de organização coletiva de Campinas é o de “contrapúblicos subalternos”, de Nancy Fraser, que diz respeito a “arenas discursivas paralelas, nas quais membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos que, por sua vez, permitem que eles formulem interpretações de suas identidades, interesses e necessidades antagônicas [aos discursos e práticas hegemônicas]”.^{689xxxiv} Tais públicos se organizam em relação de oposição à “esfera pública oficial”⁶⁹⁰ que, dotada de “lentes retóricas culturalmente específicas, filtra e altera os enunciados possíveis” de modo a acomodar algumas formas de expressão e não outras”.^{691xxxv} Segundo Fraser, esses contrapúblicos teriam duas funções em sociedades estratificadas, como “espaços de acolhida e reagrupamento”^{692xxxvi} e, ao mesmo tempo, “bases e campos de treinamento para práticas de desordem [*agitational practices*] direcionadas a públicos mais

⁶⁸⁸ Diário de Campo, 25 e 26/10/2016.

⁶⁸⁹ Fraser, [1990] 1997, p.81.

⁶⁹⁰ Idem, p.82.

⁶⁹¹ Idem, p.83.

⁶⁹² Idem, p.82.

amplos”.^{693xxxvii} Forjando espaços de participação e discursos próprios, dispostos em oposição àqueles que circulam mais amplamente na esfera pública, assim como uma dinâmica de comunidade e recolhimento, esses públicos conseguiriam contrabalancear os desequilíbrios de participação vivenciados por grupos marginalizados nessas sociedades. Assim, não se equiparam a movimentos sociais ou grupos políticos, ainda que estes sejam atores privilegiados na formação desses discursos, mas são “arenas para a formação e a dramatização [*enactment*] de identidades sociais” culturalmente situadas e compostas simultaneamente por diferentes camadas.^{694xxxviii}

Considerando sua relevância na FMNCR e à luz do conceito de contrapúblicos subalternos, teço algumas considerações acerca dos grupos descritos até então, seu espaço narrativo e forma de organização. Em primeiro lugar, esses grupos constituíram importantes espaços de formação política para as participantes da FMNCR. Para algumas delas, eles foram espaços de acolhida e recepção na cidade – já que os grupos descritos até então são formados por uma parcela relevante de pessoas não oriundas de Campinas. Para outras, em sua maioria naturais da cidade, eles foram as portas de entrada na militância e constituição de sua consciência e perspectivas políticas, como já sinalizei anteriormente:

A gente estava numa média de 6 ou 7 adolescentes e a gente decidiu ajudar... Aí já era... acho que o quarto FECONEZU que foi em Jundiaí, e ajudamos. E aí também nos empolgamos, porque vimos muita gente bonita, muita gente diferente, muita gente que a gente talvez quisesse encontrar e aprender, conhecer, ser e namorar, sei lá, a gente viu um mundo que a gente não conhecia. Aí, terminado o FECONEZU, nós montamos o Grupo Afro-cultural de Jundiaí. Lembro que foi no meu aniversário, todo mundo foi lá, levou um bolinho e montou o grupo ali. E no outro ano, a partir do outro ano, que acho que foi em Taubaté, a gente começou ajudar a organizar o encontro, o FECONEZU. E dali pra cá, dentro do FECONEZU, não saí mais...⁶⁹⁵

quando eu cheguei lá [na Tainã], eu encontrei os primeiros movimentos culturais aqui da cidade. A Casa de Cultura Tainã é minha primeira experiência de um equipamento público que tinha a gestão de um *homem negro que fazia coisas de negro*. Por quase 20 anos, minha referência de cultura em Campinas era produtora, mas quando essa cultura se materializava, ela era *branca; não do nosso lado da cidade, do outro; e não a nossa cultura*. Território material, lugar, espaço físico... pensava: isso existe?⁶⁹⁶

Na verdade, a casa de cultura Tainã é um ponto fundamental na minha trajetória, porque aqui eu aprendi a questionar porque que os meus parceiros morrem e tudo bem, e não aparece na TV. E quando você começa a fazer esses questionamentos, que são do nosso cotidiano... Eu lembro, eu estudei nessa escola ali. Aqui atrás [da Tainã] tinha uma piscina. Toda segunda-feira tinha um morto na piscina. E a gente atravessava e ia pra escola, normal. Sabe aquela coisa, quando você se desumaniza? Você pula o cadáver e segue em frente. E aqui a Tainã me traz esse olhar de ser

⁶⁹³ Idem, *ibidem*.

⁶⁹⁴ Idem, p. 83 e 84, respectivamente.

⁶⁹⁵ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

⁶⁹⁶ Fala de Alessandra Ribeiro na RC *Memória do movimento negro de Campinas*, 19/09/17, MIS-Campinas.

humano, de questionar, de [dizer], não, isso não é normal. E isso são discussões muito próximas de movimento negro.⁶⁹⁷

É também nesses espaços, amplamente frequentados pela comunidade negra de Campinas, que muitas das integrantes da FMNCR se conheceram e começaram a se perceber como parte de um conjunto de militantes negras de Campinas – como diz Cibele Rodrigues, militante da FMNCR e uma das fundadoras da Casa do Hip Hop de Campinas, sabiam, “lógico, [que] existem negras na cidade de diversos setores e todas elas não se comunicavam. Ao mesmo tempo, todas nós sabíamos quem éramos as outras”.⁶⁹⁸

Em segundo lugar, o espaço narrativo ocupado por esses grupos é constitutivo da forma como as mulheres da FMNCR enxergam a cidade e se relacionam com ela. Dentre os grupos apresentados, encontramos o registro de um “passado negro”⁶⁹⁹ campineiro que incorpora a perspectiva da comunidade negra acerca da cidade e, especificamente nos grupos, toma a forma de “algo pouco conhecido e que se quer desvendar”.⁷⁰⁰ A constituição e reconstrução desse passado, que passa tanto por narrativas de seus membros mais antigos como por pesquisas dentro e fora da academia, enfatiza, em um primeiro momento, a magnitude do emprego de trabalho escravo em Campinas, a dependência da cidade dessa forma de trabalho (“a capital da escravaria”), a resistência local à abolição (“a última cidade a abolir a escravidão, no país que foi um dos últimos a abolir a escravidão”)⁷⁰¹ e um histórico de desmesurada crueldade, controle e punitividade em relação aos escravizados que ganhou fama dentro e fora da cidade e passou a integrar o imaginário popular da e sobre ela, inclusive na versão divulgada pelas instituições.⁷⁰² Essas narrativas destacam também grandiosas formas de resistência e insurreições, assim como a confecção de redes de sociabilidade e o papel desempenhado por elas nessas práticas. Salienta-se, nesse sentido, o papel de práticas como jongos, maracatus, calundus,⁷⁰³ candomblés, rodas de capoeira e sambas, além de bailes, clubes e atividades conjuntas.⁷⁰⁴

⁶⁹⁷ Entrevista Cibele Rodrigues, 36 anos, filiada ao PT e próxima da Casa de Cultura Tainã, em 25/09/2016.

⁶⁹⁸ Entrevista Cibele Rodrigues, 25/09/2016.

⁶⁹⁹ Giesbrecht, 2011a, pp.35-36.

⁷⁰⁰ Idem, *ibidem*.

⁷⁰¹ Diário de Campo, 15/10/2016 (Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia & Sarau das Aliadas).

⁷⁰² Ver, por exemplo, Seplama (Plano de Habitação Municipal), 2006, especialmente o Caderno de Subsídios (“Aspectos Históricos do Município”).

⁷⁰³ Forma de culto de matriz africana tomada como precursora do candomblé, que toma sua forma contemporânea (casas de culto, estrutura hierárquica, etc.) no século XIX. Cf.: Parés, 2007.

⁷⁰⁴ A tese de doutorado de Alessandra Ribeiro Martins (2016) é uma excelente síntese dos esforços reconstitutivos nesse sentido, reunindo e discutindo uma grande quantidade de espaços e práticas que atualizam esse passado e auxiliam no preenchimento dos hiatos ainda verificados no “passado negro” da cidade.

A comunidade negra da cidade, conforme apresentada pelos interlocutores dessa pesquisa, é cosida por essas atividades e, em um segundo momento, pelo processo de segregação da população negra campineira iniciado no pós-abolição. Em seus relatos, a segregação é qualificada como um processo de constante delimitação e reforço de barreiras físicas e simbólicas entre os grupos brancos e negros que tem como palco, especialmente, a região central da cidade. Por meio de uma série de investidas, nas quais a ação truculenta do poder público é orientada e justificada pela crescente pressão da sociedade branca por espaços exclusivos, baseada, por sua vez, na mobilização de estereótipos acerca da população negra e seus espaços e formas de sociabilidade, esse processo, que inicialmente fracionava áreas comuns da cidade (em especial, o centro), culmina na formação dos chamados “bairros negros”.⁷⁰⁵ O ápice do “projeto de higienização da cidade”, como nomeia TC,⁷⁰⁶ se dá ao longo da década de 1950 e 1960, quando são loteados terrenos em uma série de regiões então distantes do centro da cidade, como o Bonfim e o São Bernardo.⁷⁰⁷ Inscritos no marco dos projetos de “modernização” da cidade e de “revitalização” do centro que se são entre a década de 1930 e o fim dos anos 1960, esses “bairros negros”, juntamente ao Jardim Itatinga (do qual falarei na próxima seção) e outros espaços para os quais foram paulatinamente deslocadas os indesejados da cidade central – negros, pobres, prostitutas, vagabundos, etc. –, integram o primeiro momento de formação da periferia da cidade.

Apesar da dispersão habitacional e da perseguição a uma série de formas de sociabilidade negra que caracterizam os processos de reordenação da cidade iniciados no fim da década de 1930, TC sinaliza que o centro da cidade e o bairro Cambuí – principais áreas “higienizadas” nesse processo – mantêm, até os anos 1970, a concentração de clubes, bailes e atividades culturais voltadas à população negra. Em outras palavras, essas falas indicam que a

⁷⁰⁵ Para uma perspectiva acerca das condições de vida da população negra no pós-abolição, em especial o processo de dispersão e “limpeza” do centro, como ficou conhecido, e a construção da presença negra como um problema social, ver: Maciel, 1985; Giesbrecht, 2011a, 2011b; Ribeiro, 2016; Helene, 2019.

⁷⁰⁶ Fala Antônio Carlos Silva (TC), na RC *Memória do movimento negro em Campinas*, MIS (Diário de Campo, 17/09/2017).

⁷⁰⁷ Uma das primeiras vilas populares e operárias construídas nas várias rodadas do processo de urbanização de Campinas, ainda na década de 1950. Segundo TC, “o São Bernardo é o bairro que é feito para tirar os negros do bairro nobre. [...] Manda [todos do Cambuí e do centro] pra lá e temos uma concentração de negros no bairro, apelidado [na época] de Congo” (TC, 17/09/2017). A fala de TC, nascido e criado nesse bairro, é representativa de uma narrativa comum nos espaços de sociabilidade e, com menor frequência, debates políticos dos contrapúblicos negros da cidade, na qual o São Bernardo é visto como um caso exemplar. Com a expansão urbana do município, o bairro não é mais considerado periferia no sentido geográfico. No entanto, continua no centro das construções discursivas e simbólicas da população negra, abrigando, por exemplo, a Penitenciária Feminina de Campinas (PFC).

“impossibilidade de trânsito pelos espaços ‘brancos’”⁷⁰⁸ resulta na formação de uma “sociedade civil negra”.⁷⁰⁹

Dessa forma, a passagem desse momento, em que, segundo TC, “era negrada para tudo quanto é lado que você pode imaginar aqui [na região central]”,⁷¹⁰ para a atual distribuição racializada da população campineira no território compreende, com destaque, os âmbitos de sociabilidade e resistência político-cultural, extrapolando o sentido estritamente territorial da dinâmica centro-periferia. Ao falar de uma complexa rede de lazer e sociabilidade que se repôs localmente na mudança para o São Bernardo e de sua subsequente supressão pelo poder público, TC aponta para um processo de construção de abjetos urbanos:

E aí [agentes do Estado] derrubaram aquilo ali [o Clube 9 de Julho/Clube do Carabina, no São Bernardo] e fizeram o tal do parque infantil. Então assim, *o território sendo invadido de novo. Nós somos desterritorializados*, entende, e aí eles começam uma desconstrução... *O que é nosso não cabe*. Tirou o clube. [...] E aí eu vou pro parquinho, que hoje é chamado de creche [...]. E aí, quando se derruba aquilo, a tristeza me bate, sabe? Pô, primeiro palco que eu subi, meu padrinho me levava, tinha cinco anos de idade, e ver aquilo ser derrubado e ver aquele parquinho xarope, com aquelas professorinhas de laquê e parará, parará... E aí eu começo a entender que a batata, pro nosso lado, assa mais depressa. [...] Aí me rebelei de um jeito que eu acabo sendo tecnicamente expulso da parada [escola infantil]. Então, eu começo dentro da escola, do espaço educativo, a perceber que ser negro no Brasil não é um negócio muito legal.⁷¹¹

Na percepção de TC, portanto, a marginalização está para além de um processo linear e com um objetivo único e claramente definido; assim como as formas de resistência, essa marginalização é reposta e redimensionada em diferentes momentos, adquirindo novos sentidos, estratégias e focos.

Como salienta Giesbrecht, formação da comunidade negra campineira dependeu de mais do que a identificação racial, implicando em interesses, histórias e práticas comuns, além de um compromisso com “um processo coletivo que envolve solidariedade, convivência e resulta em identidade e conhecimento compartilhado”.⁷¹² Essa narrativa de longa duração da marginalização da população negra e de suas manifestações culturais e religiosas, complementada pelos laços de sociabilidade que permearam a reformulação dos movimentos sociais e grupos de militância nos anos 1970 parecem estar inseridos nesse campo de conexões simbólicas e narrativas. O vínculo entre passado e presente por essa lente da comunidade negra, para Alessandra Ribeiro, procura marcar uma ideia de “território político”. Segundo ela:

⁷⁰⁸ Giesbrecht, 2011a, p.108.

⁷⁰⁹ Collins, 2000.

⁷¹⁰ Idem.

⁷¹¹ TC, 19/07/2017, MIS.

⁷¹² Giesbrecht, 2011b, p.169.

quando a gente afirma que Campinas é a última cidade a abolir a escravidão não é uma questão geográfica, é uma questão política. Geograficamente, no território brasileiro, com certeza teve territórios que só ficaram sabendo que acabou a escravidão depois. Mas [em termos de] território político, até 1920, Campinas praticou escravidão dentro de um cenário político em que sabia que não tinha mais escravo. Então, é uma imposição de um poder sobre uma lei que é maior.⁷¹³

A sobreposição de espaços geográficos e políticos na fala de Alessandra indica uma concepção de território mais ampla do que os limites do município e abre possibilidades de compartilhamento e identificação com essa narrativa que não estão restritos aos “antigos” campineiros, que viveram partes dessa história ou a escutaram de seus pais e avós. Ao incluir tanto os naturais de Campinas como aqueles que chegam à cidade posteriormente ou recentemente, a comunidade negra campineira sustenta tanto laços “tradicionais” como representa uma coletividade ampliada e cujas barreiras são redefinidas em termos políticos e afetivos.⁷¹⁴ Amplificando aquilo que, nessa perspectiva, descreve a cidade, a ideia de “território político” permite aproximações a partir de variadas experiências e relações com a “memória tradicional” e permite conexões com outras “terras negras”,⁷¹⁵ suas experiências e formas de simbolizar e resolver conflitos semelhantes. Comparações frequentes são os Estados Unidos e os quilombos. No primeiro caso, a referência é geralmente voltada a marcar diferenças, como vemos na fala de Alceu Estevam, percussionista do Urucungos: “Lá nos Estados Unidos, os negros tiveram que perder sua identidade, sua ancestralidade, para ter direitos civis. Aqui, a gente ainda tá batendo a cabeça com isso”.⁷¹⁶

A referência aos quilombos faz o caminho inverso e nos leva ao terceiro ponto importante acerca desses grupos na FMNCR. Muitos deles apresentam-se como “quilombos urbanos”, ressaltando a relação próxima entre os membros e a proposta de manter um espaço de acolhimento, comunidade e humanização. Frases frequentes como “somos uma família” ou “operamos como uma comunidade”, apontam não só para as relações pretendidas entre os membros dos grupos, mas para uma dinâmica organizativa particular. Refiro-me especificamente aos relatos das participantes desses grupos acerca dos modos como estes lidam com eventuais problemas relacionados ao machismo, LGBTfobia e outras formas de

⁷¹³ Entrevista Alessandra Ribeiro, 42 anos, participante do Jongo Dito Ribeiro e da Casa de Cultura Fazenda Roseira, em 08/08/2018.

⁷¹⁴ Por exemplo, juntamente às referências negras locais que falaram na RC *Memória* (17/07/2019), falou também Andrea Mendes, que vive em Campinas há aproximadamente uma década, relatando as memórias do hip-hop local. Assim, há uma dimensão dessa memória que é pessoal ou herdada (de familiares, amigos, conhecidos ou mesmo de movimentos sociais e discursos anti-sistêmicos) e outra, espécie de memória reconstituída, que é buscada em pesquisas, diálogos e trocas.

⁷¹⁵ Perry, 2013.

⁷¹⁶ Fala de Alceu Estevam na RC *Memória...*, MIS-Campinas (Diário de Campo, 17/09/2017).

intolerância. Segundo elas, ao se definir como “comunidades” ou “famílias”, as soluções dos grupos para esses problemas, em especial quando ocorrem entre os membros, devem ser tratadas de formas descritas como “orgânicas” ou “práticas”, ou seja, inseridas na dinâmica da comunidade e considerando que, muitas vezes, as pessoas do grupo “podem até estar sendo [por exemplo] homofóbicas, mas *estão partindo de uma cultura comum em que é possível ser homofóbico*”.⁷¹⁷ Assim, a resposta “não vai aparecer como movimento social: [como uma declaração que diz] ‘essa casa não aceita isso’”,⁷¹⁸ mas levando em conta as relações existentes:

Não vou dizer que não existem machistas na comunidade. Tem. Eu não vou dizer que não tenha na comunidade ninguém que seja contra LGBT. Tem. É um processo. Essa pessoa não vai ser excluída por causa disso, mas ela vai ter que conviver com isso com respeito. É o que vai ser imposto a ela. E aí ela vai vendo quanta flexibilidade ela tem pra lidar com aquilo, ou se transformar com aquilo.⁷¹⁹

A gente sempre lidou [com essas questões], mas de uma forma prática: as pessoas [discriminadas] estão lá dentro. A gente costuma dizer que o FECONEZU é uma família, e, se é, a família tem todas as expressões. E aí, se a gente aceita, a gente aceita. Se a gente não aceita, a gente vai ter que discutir. E vai ter que discutir na prática. [...] Porque se é verdade que nós nos entendemos como família, então nós vamos sentar e conversar.⁷²⁰

Essa questão frequentemente encaminhou o debate sobre autonegação – especificamente, acerca de se considerar ou não feminista. Algumas das participantes desses grupos afirmam que essa é uma questão que não precisa ser respondida ou que não tem uma resposta única ou exata. Nesse sentido, refletindo sobre as práticas dos grupos que integra, Alessandra Ribeiro me diz não saber se são ou não feministas; segundo ela, essas comunidades não se prendiam em, sequer buscavam, definições de suas orientações políticas ou pautas fixadas nesse sentido. Ainda assim, marca, são “terreiros de galinha”, noção que ela explica cantando o seguinte ponto de jongo:

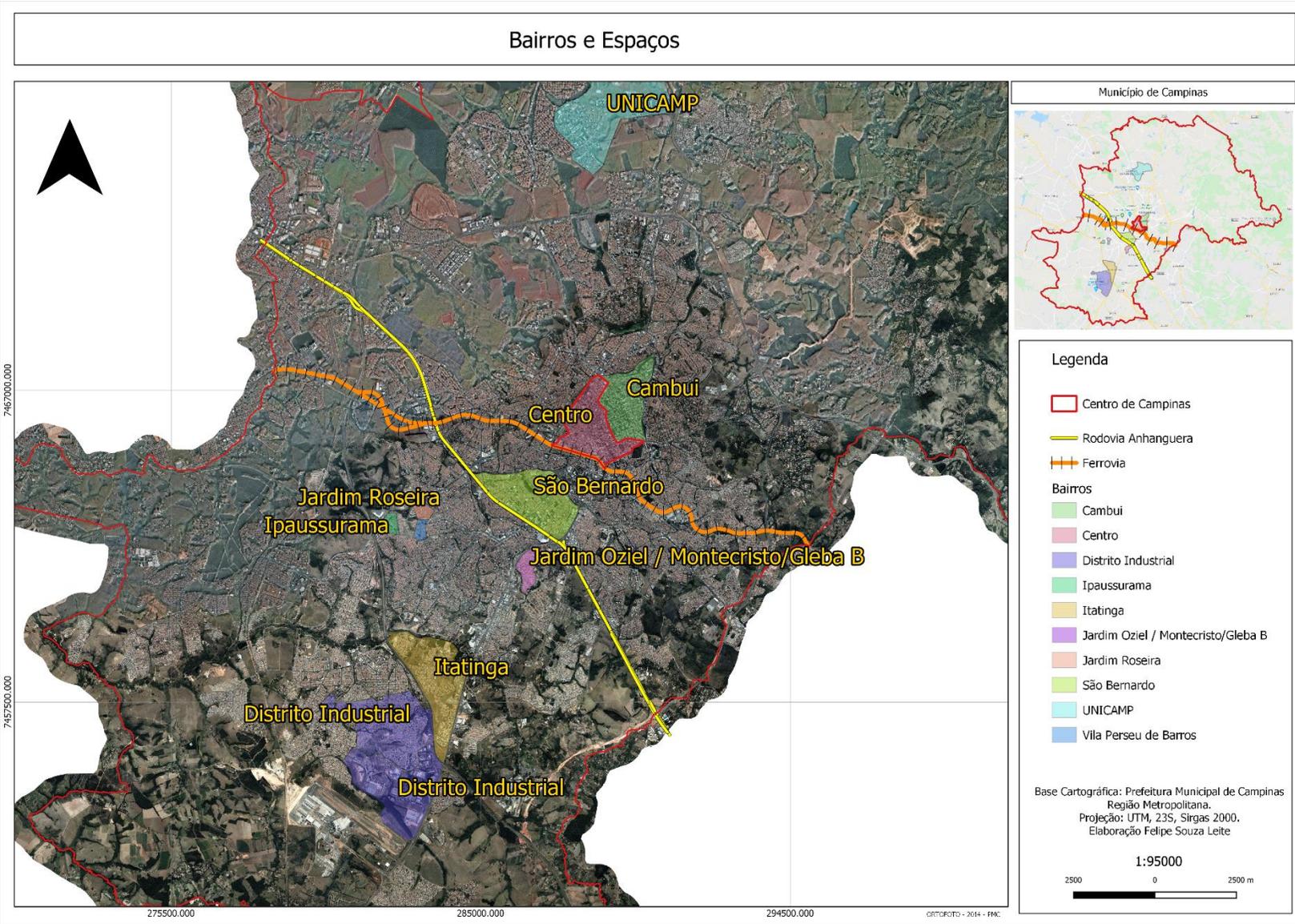
*No terreiro de vovó,
galo que canta,
pinto que pia,
galinha que manda.*

⁷¹⁷ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

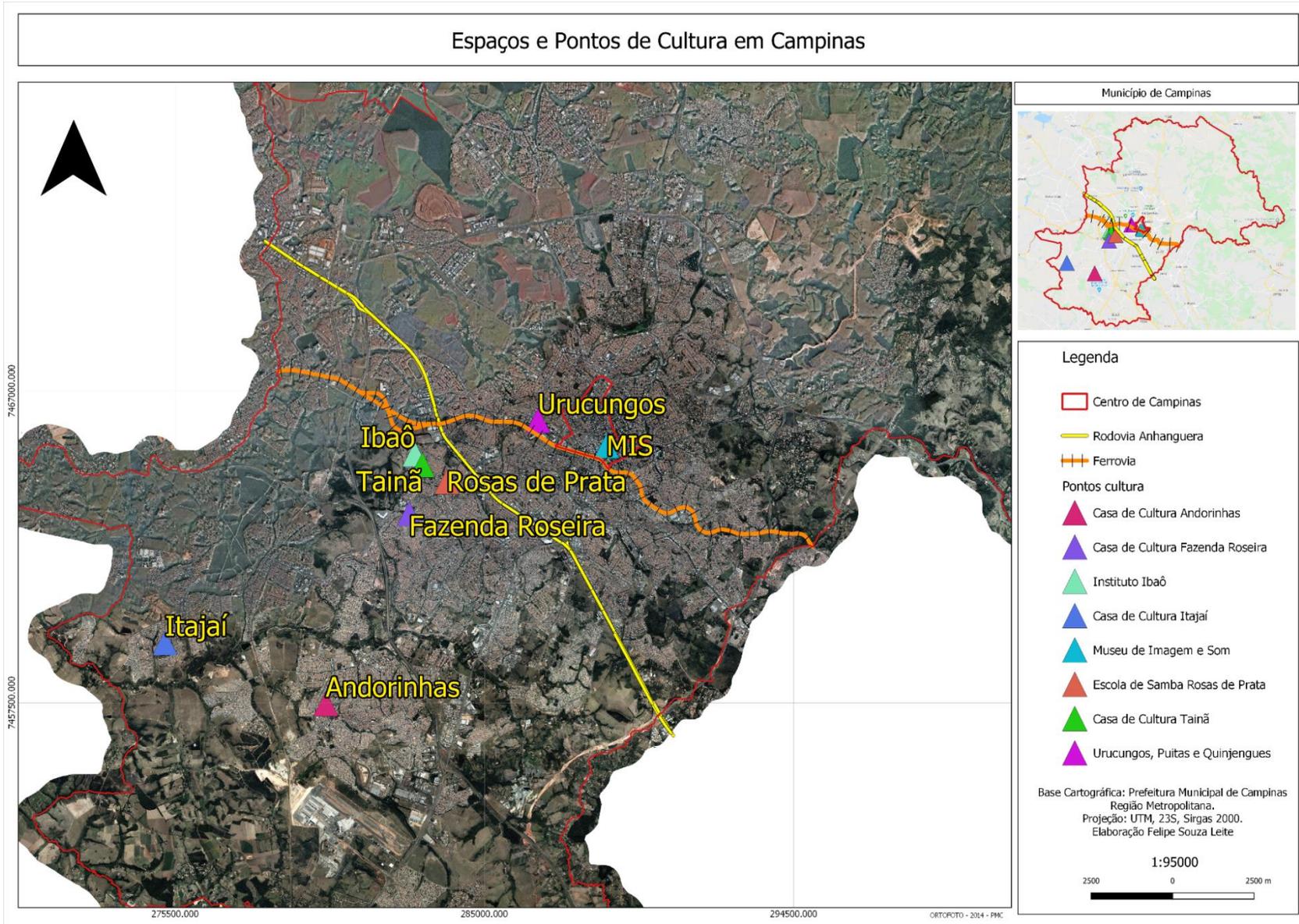
⁷¹⁸ Entrevista Alessandra Ribeiro, 08/08/2018.

⁷¹⁹ Entrevista Alessandra Ribeiro, 08/08/2018.

⁷²⁰ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.



Mapa 1 - Bairros e espaços



Mapa 2 - Espaços de sociabilidade e pontos de cultura em Campinas

2. Organizações trabalhistas

Neste item, tratarei de duas organizações em torno de questões trabalhistas, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo (Sind.Dom.) e a Associação de Profissionais do Sexo de Campinas Mulheres Guerreiras (AMG). As categorias representadas por essas organizações, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras sexuais, são centrais na FMNCR e, também, suas principais incursões nos debates atinentes ao mundo do trabalho. Dessa forma, representam os modos como os debates acerca de *trabalho* são incorporados e refletidos na FMNCR, além de fornecerem narrativas de longevidade das lutas das mulheres negras.

2.1. O Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo

A FENATRAD [Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, fundada em 1997] existe há 20 anos e há 20 anos vem fazendo as lutas, esses seminários, essas reuniões, essas audiências, essas conversas, esse monte de coisa e a gente ainda não consegue ter igualdade de direitos que vem-se lutando há 20 anos atrás né? [Para] falar a verdade, quando a dona Laudelina [de Campos Melo] cria a primeira associação de trabalhadoras domésticas em 1936, era essa a intenção: que as mulheres domésticas tivessem mesmos direitos que as mulheres da indústria né? Então, essa igualdade, que a palavra é tão moderna, não é não tão moderna. Para nós, ela já é muito antiga.⁷²¹

Em 1961, depois de cerca de quinze reuniões preparatórias, é fundada a Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campinas, com apoio técnico e político do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Imobiliária. A fundadora, Laudelina de Campos Melo, uma precursora da luta das trabalhadoras domésticas por direitos, havia chegado a Campinas na década de 1950 e já era bastante conhecida na cidade.⁷²² Dona Laudelina era uma ativa participante de diferentes organizações desde jovem, tendo passado por associações

⁷²¹ Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às PLPs. Em 12/07/2018.

⁷²² Antes de fundar a associação, Laudelina já tinha realizado breve campanha contra os anúncios de emprego nos jornais campineiros que diziam só contratar brancos e atuado em uma série diversa de organizações. Sobre a história de Dona Laudelina, cf. Pinto (1993),

culturais negras, uma incipiente associação de cozinheiras,⁷²³ organizado uma série de atividades voltadas à “valorização da raça” (concursos, bailes, festas, etc.), uma escola de dança para jovens negras, sido filiada à Frente Negra Brasileira⁷²⁴ e ao Partido Comunista. Tinha também, como sugere a parceria na fundação da Associação de Campinas, relações próximas e de apoio com organizações sindicais e trabalhistas da época.

Como na associação de trabalhadoras domésticas fundadas por Laudelina em 1936 na cidade de Santos – a primeira associação de domésticas no Brasil, fechada pelo Estado Novo no ano seguinte à sua fundação⁷²⁵ – o principal objetivo da associação de Campinas era o reconhecimento das trabalhadoras domésticas, equiparando seus direitos aos de outros trabalhadores e garantindo-lhes o direito de sindicalização. Além disso, a associação voltava-se à conscientização das trabalhadoras domésticas, auxílio em seus problemas no trabalho e à profissionalização da categoria, o que envolvia, principalmente, a alfabetização e educação das trabalhadoras. Também em semelhança à associação de Santos, uma série de atividades culturais e de lazer eram promovidas, segundo Joaze Bernardino-Costa, com o “objetivo de construção da solidariedade político-racial das trabalhadoras domésticas”.⁷²⁶ A Associação dividiu espaço de sede com mais 13 sindicatos que, em 1964, foram fechados pelo regime militar.⁷²⁷ A partir daí, ela funcionou como entidade beneficente até 1968, quando teve suas atividades encerradas em razão de um desentendimento entre as integrantes da diretoria.

A Associação só tornaria a funcionar informalmente em 1979, sob o comando de outras lideranças, em especial Anunciação Marquesa dos Santos. Em 1982, Marquesa e outra

⁷²³ Bernardino-Costa, 2015, p.77

⁷²⁴ A Frente Negra Brasileira esteve ativa de 1931 a 1937, quando, juntamente a outros partidos e organizações partidárias, foi extinta pelo Estado Novo. Formada em São Paulo em resposta à ausência de proposições voltadas à população negra por parte dos partidos políticos à direita e à esquerda, a FNB havia sido registrada como partido em 1936. Sua fundação, em São Paulo, foi possibilitada também pela experiência de organização prévia da população negra, em especial dos paulistas. Segundo Petrônio Domingues (2007b), a FNB “foi resultado do acúmulo de experiência organizativa da população negra no pós-Abolição” (Idem, p.348), expresso, nessa época, na forma de associações, “grêmios recreativos, sociedades cívicas e beneficentes” (idem, ibidem). Segundo ele, ao passo em que as atividades eram focadas no lazer e entretenimento dos participantes, essas associações “cumpriam, fundamentalmente, o papel de produtoras de uma identidade específica, de um “nós”, negros, em oposição a “eles”, brancos” (idem, p.348). O projeto da FNB, segundo o autor, é o da integração da população negra à sociedade brasileira, com questionáveis associações ao governo autoritário e ao integralismo. A Frente Negra cresceu rapidamente, chegando a ter de 25 a 30 mil filiados no auge da organização. Ela também se difundiu, abrindo filiais em várias cidades do interior paulista, assim como em outros estados do sudeste, e pactuando compromissos com grupos de outras regiões. Dentre estas filiais, a de Campinas, fundada em 1932, atingiu proeminência. Embora não tenhamos dados extensos acerca da ação dessa filial, sabe-se que nela funcionaram duas escolas e que tinha grande frequência (Domingues, 2008b, pp.529-30).

⁷²⁵ Cf.: Bernardino-Costa, 2015, pp.76-79.

⁷²⁶ Idem, pp.82-83.

⁷²⁷ A Elizabete Pinto (1993, p.412), Dona Laudelina alega só não ter sido presa no fechamento dos sindicatos pois o delegado, que era seu amigo, intercedeu dizendo que ela não era comunista, mas “idealista”.

integrante procuraram Dona Laudelina,⁷²⁸ que as auxiliou no processo de formalização da entidade, em 1983. Dali em diante, além de seguir com as atividades que realizara até 1968, a Associação concentrou seus esforços no processo da Constituinte, procurando inserir os direitos de sindicalização da categoria no texto constitucional. Segundo Bernardino-Costa, diálogos e tentativas de exercer pressão sobre parlamentares em Brasília foram algumas das principais atividades da entidade à época. Imediatamente após a promulgação da nova constituição, que, enfim, permitia a sindicalização das trabalhadoras, a associação de Campinas se converteu no Sindicato de Trabalhadoras Domésticas. Dona Laudelina faleceu em 1991 já como uma referência para organizações de mulheres negras e trabalhadoras domésticas no Brasil, deixando como herança ao sindicato a casa que fora sua, na vila Castelo Branco, onde até hoje ele funciona.⁷²⁹

Desde o falecimento de Dona Laudelina, o Sindicato seguiu tocando atividades semelhantes àquelas encampadas pela fundadora – panfletagens, audiências e debates, pressão sobre parlamentares, participações em eventos trabalhistas (específicos à categoria ou não). Entre 1968 e 2011, participou dos dez congressos nacionais da categoria, tendo organizado o de 1989, que aconteceu em Campinas. As diversas parcerias e proximidades com sindicatos, organizações e associações negras e de bairro e, posteriormente, grupos feministas,⁷³⁰ também continuam pautando as atividades e disputas do sindicato, assim como o esforço permanente de ampliar os direitos e políticas públicas para a categoria. Para Bernardino-Costa, a formação de redes é fundamental à atuação dos grupos organizados de trabalhadoras domésticas, os quais, desde a Associação de Santos, têm desenvolvido:

uma articulação política e intelectual pragmática, em que nenhuma proposição teórica e nenhum ator político serão desconsiderados *a priori*, podendo ser utilizados positivamente para a organização política do movimento. [...] Essa articulação com diversos movimentos sociais, atores políticos e grupos político-culturais será recorrente no movimento das trabalhadoras domésticas, resultando em uma

⁷²⁸ Segundo Dona Laudelina, elas já se conheciam: “Nós funcionávamos fazia cinco anos nos grupos [de bairro], na igreja, e ela não sabia que eu fui presidente da Associação das Empregadas Domésticas” (Pinto, 1993, p.427). Segundo Pilar Guimarães (2016), as três responsáveis pela rearticulação (Marquesa, Maria Helena Santiago e Regina Semião, esta última também incluída na FMNCR) eram das CEBs e Marquesa, da Pastoral Operária.

⁷²⁹ Segundo relata Pinto (1993, p.546), Dona Laudelina deixou sua casa de herança ao sindicato em regime de usufruto, o qual, em suas palavras, “não pode vender, não pode alugar, não pode dar; para usufruto do sindicato, até quando existir a última empregada doméstica no Brasil”.

⁷³⁰ Durante o trabalho de campo, as parcerias mais visíveis do Sind.Dom. eram com o Sindicato dos Metalúrgicos e da Construção Civil, que cediam espaço, recursos e apoiavam as atividades das Domésticas. O Sind.Dom. é vinculado à CUT e boa parte de suas lideranças é filiada ao Partido dos Trabalhadores. Na relação com os grupos negros, prevalecem encontros frequentes, coparticipação em eventos e convites mútuos, sem, no entanto, uma parceria mais formalizada. Dentre os movimentos feministas locais, o Sind.Dom. se relaciona, pelo menos, com as PLPs, algumas ONGs, a Marcha Mundial das Mulheres.

organização política e uma articulação teórica ricas, que não excluem contribuições classistas ou raciais, bem como, posteriormente, as do movimento feminista.⁷³¹

Nesse percurso, além de interlocuções com os governantes e com o Estado e da formulação e pressão para aplicação de uma série de políticas,⁷³² as trabalhadoras se envolveram no debate internacional acerca do trabalho decente e das condições de trabalho feminino, em especial nas Conferências Internacionais do Trabalho realizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que resultaram na convenção 189 de 2011.⁷³³ Segundo a liderança atual do Sind.Dom., Maria Regina Teodoro, que participou desses eventos e debates como representante dos sindicatos do Brasil, a convenção teria ampliado as possibilidades de negociação com o Estado brasileiro, resultando na Emenda Constitucional 72 de 2013, a chamada PEC das Domésticas:

Quando foi aprovado [convenção 189], quando chega aqui, os deputados, os senadores começam a tirar as intervenções [institucionais] que a gente tinha feito lá há dez anos atrás, de melhorias para nós, eles começam a tirar da gaveta para aprovar... [Mas] aí não era mais interessante que aprovasse, porque agora a gente tinha uma convenção para ser aprovada, não adiantava ficar aprovando leizinha, leizinha, leizinha se agora a gente tinha uma coisa total. E aí começa tudo de novo o processo, reuniões, debate, e então foi definido que precisava uma PEC, porque nós tínhamos a Constituição Federal, e para fazer emenda, para tirar aquela palavra da CLT, “exceto as trabalhadoras domésticas”, precisava de uma PEC. Discutiu, discutiu, discutiu-se, aprovou a PEC. Dois anos de discussão para aprovar a PEC. Até aí, estava tudo bem, desenhamos do jeito satisfatório para as domésticas e ficamos muito felizes quando ela foi aprovada.⁷³⁴

⁷³¹ Bernardino-Costa, 2015, p.79.

⁷³² Nos últimos 15 anos, por exemplo, o sindicato se empenhou no projeto *Trabalho Doméstico Cidadão*, voltado à escolarização e qualificação profissional das trabalhadoras domésticas – que, vale dizer, é uma das frentes de atuação do Sindicato desde a época de D. Laudelina –, e em trabalhos voltados à aplicação de uma área em Campinas construída pelo programa Minha Casa Minha Vida, cujas casas seriam reservadas a um grupo de trabalhadoras domésticas. O primeiro teria sido bastante bem-sucedido, com algumas das alunas tendo ido fazer faculdade a partir do curso, que empregava uma metodologia mista de educação popular e ensino formal; já o segundo, que dependia da aprovação de uma série de instâncias (prefeitura, governo federal, concessão do terreno por parte de empresas privadas, etc.), não chegou a ser realizado.

⁷³³ O texto da convenção pode ser acessado em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/convecao_189.pdf

⁷³⁴ Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018. Por “exceto as trabalhadoras domésticas”, ela se refere ao artigo 7 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada em 1943, no qual se lê: “Art. 7º: Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas [...]”. O artigo, que restringe os direitos atribuídos aos trabalhadores em geral não só às domésticas, mas também aos trabalhadores rurais e outros grupos, foi revogado pela PEC 66, posterior EC 72, e substituído por um parágrafo único, que diz: “São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.” (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm).

Em seguida, em junho de 2015, o Senado Federal aprova a Lei Complementar 150.⁷³⁵ De autoria do senador Romero Jucá (MDB-RO), a Lei 150 foi festejada como um avanço, regulamentando a EC72 (PEC das Domésticas) e tornando obrigatório o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de regulamentar uma série de outros direitos, como o valor da hora trabalhada, hora extra, seguro desemprego, licença maternidade, etc. No entanto, segundo Regina Teodoro, a 150 constituiu uma espécie de negação da EC72 à medida em que, em vez de equiparar os direitos das trabalhadoras domésticas aos de todos os trabalhadores, estabelece distinções na aplicação dos seus direitos trabalhistas – uma espécie de “novo microsistema jurídico de regulação e proteção do trabalho doméstico no Brasil”:⁷³⁶

Quando ela [PEC66/EC72] foi aprovada, teve que ir para a Comissão de Justiça e Trabalho, porque não dava pra ser igual [ao de outros trabalhadores] o FGTS [das domésticas], não dava pra ser igual o seguro desemprego, não dava pra ser igual o auxílio maternidade, não dava pra ser igual a nada e aí foi onde aprovou então a Lei 150, [em] que aí eles foram fragmentando tudo, então nosso FGTS ele é um mínimo, ele não é... eu posso ganhar três mil, mas é descontado 8% do salário mínimo federal, não é descontado sobre os três mil que eu ganho, então quando eu for receber eu não vou receber sobre o que eu ganho em si. O seguro desemprego é a mesma coisa, eu vou receber o seguro desemprego do salário mínimo federal, não é nem do Estado, é o federal.. e aí foi, o que se diz salário família é 0,03% [...]. A PEC [das Domésticas] foi aprovada, tirou algumas coisas [que queríamos], mas ela era satisfatória, o que não é [satisfatório] é a 150. A 150 não é, mas é a lei que ficou pra nós que essa que tirou tudo, tirou... a gente ficou com 0,0, tudo em uma vírgula antes do total. A gente não está com a totalidade. Eu falo que o Romero Jucá, ele fragmentou todos os nossos direitos, porque todo mundo tem 36 [direitos] e a gente continua com vinte e pouco ainda.⁷³⁷

Assim, em sua percepção, a legislação relega as trabalhadoras domésticas a um espaço de excepcionalidade, separado do regime geral, contrário, portanto, à equiparação visada. A fragmentação também é apontada na definição de empregado doméstico – na lei, “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana” – ⁷³⁸ a qual, ao excluir as diaristas, separa e reduz a categoria. Dessa forma, Teodoro salienta que parte significativa da categoria permanece informal e que muitas domésticas com trabalhos estáveis foram dispensadas ou tiveram sua carga de trabalho reduzida para que a contratação formal fosse evitada.

Com isso, segundo ela, tornou-se ainda mais difícil mobilizar as trabalhadoras domésticas para reivindicar a aplicação das leis e a extensão dos direitos, pois há muito receio

⁷³⁵ Cf.: Lei Complementar 150/2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm

⁷³⁶ Leite et.al., 2015.

⁷³⁷ Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018.

⁷³⁸ Brasil, 2015.

por parte das trabalhadoras de serem demitidas, punidas ou vistas como “arrumando confusão”. O que Teodoro nomeia “trabalho de conscientização” – isto é, a tentativa de organizar as trabalhadoras domésticas da região e informá-las sobre seus direitos, suportes e condições dignas de trabalho – ainda é, para ela, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo Sindicato e, ao mesmo tempo, o principal caminho para a redução da exploração. Nesse sentido, sua fala aponta para questões ainda mais complexas, muitas das quais referem-se, mais do que a qualquer texto jurídico ou direito formal, a uma espécie de dinâmica tradicional do trabalho doméstico:

Essa militância no sindicato [...], ela é muito surpreendente, porque com tantos anos de história, de luta, de organização das trabalhadoras domésticas, a gente tem muita trabalhadora doméstica ainda sem conhecimento, sem orientação, muita trabalhadora doméstica ainda com medo de dialogar com empregador, com medo de negociar salário, carga horária, muitas trabalhadoras domésticas ainda sendo exploradas de todas as formas. Assim, não dá pra dizer que melhorou, eu acho que na minha época mais jovem de doméstica, eu não vivi tantos problemas que elas viveram e vivem, e eu não sei se é porque a minha mãe sempre foi doméstica e a minha mãe sempre indicou a gente pra uma casa, né, e como ela já era cozinheira das famílias importantes da cidade... Então, eu não sei se foi isso que me proporcionou ter um trabalho mais decente, porque eu ganhava quase igual a ela, porque eu sempre fui babá. Cozinheira e babá eram os melhores salários, então eu ganhava quase igual a ela, embora ela que ficasse com o meu pagamento todo. Então, eu não tive as explorações que eu sentia naquele período, mas [de outras formas] que eu achava bacana, não sabia que era exploração. Era viajar com a patroa, ir pros restaurantes nos feriados... que aí eu não estava vendo que eu estava trabalhando, né? Pra mim, eu estava só acompanhando eles, mas eu não percebia que eu estava trabalhando. Viajar de férias, eu viajava de férias de férias... Ganhava dois salários, mas eu estava... De verdade, eu não estava sendo explorada, mas eu estava me limitando, eu não estava... O período que eu tinha pra ficar com a minha família eu continuava no trabalho, né, embora ganhando. Isso é um vazio que ficou muito grande. Talvez, se eu tivesse esse período de férias com a minha família eu entendesse que eu podia buscar outro tipo de trabalho... Eu quis outro tipo de trabalho, mas eu morava no emprego, aí você não tinha oportunidade de conversar com as outras pessoas e tal, e oportunidade de estudar, todo ano ela [a patroa] dizia “ah, o ano que vem a gente se organiza e você consegue estudar”. Todo ano ela dizia isso. E chegou o período que eu comecei a namorar, casei, e acabei não estudando, e aí só quando eu casei que eu fiquei dona do meu dinheiro, das minhas coisas, dona da minha vida, né? E então, quando eu viro diretora [sindical] que eu começo a enxergar essas questões e aí a gente começa a orientar as trabalhadoras para fazer diferente, né? Para ser diferente do que a gente foi e [as coisas] não consegue enxergar quando você está dentro de um trabalho. Mas mesmo assim é muito difícil, né?⁷³⁹

2.2. A Associação das Profissionais do Sexo de Campinas Mulheres Guerreiras

Após um processo longo de negociação e preparação, a Associação das Mulheres Guerreiras é formada em 2007⁷⁴⁰ por um grupo de trabalhadoras sexuais e com apoio

⁷³⁹ Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018.

⁷⁴⁰ Data de formalização da Associação. Cf.: Helene, 2019, p.40

de alguns grupos parceiros. Embora a organização seja recente, ela é resultado de um processo longo e marcado por vários momentos, que começa no início dos anos 1990, com uma série de reuniões das trabalhadoras sexuais em razão da escalada da violência do poder público contra elas no Jardim Itatinga. O Jardim Itatinga, uma gleba já loteada e bastante afastada da malha urbana, foi selecionado, em meados da década de 1960, especificamente para o propósito de receber as casas de prostituição expulsas, nessa época, da região central e do bairro Taquaral. Com uma única ligação com o restante da cidade, o acesso pela Rodovia Santos Dumont, privado de qualquer infraestrutura pública⁷⁴¹ e contando com a permissão tácita do poder público para o exercício do trabalho sexual, o Itatinga rapidamente se tornou conhecido como a maior zona confinada de prostituição da América Latina.⁷⁴²

Apesar das reivindicações pela remoção das prostitutas do centro e pela criação de uma zona específica para suas atividades remontarem ao pós-abolição, esses discursos ganham saliência nas décadas de 1950 e 1960, quando, convergindo com o deslocamento nos usos do espaço público e os projetos de modernização da cidade, constituem uma das forças centrais na expulsão e confinamento das trabalhadoras sexuais. Segundo Helene, tais projetos de modernização, que aconteceram em várias cidades na segunda metade do século XX,⁷⁴³ são relacionados à ampliação progressiva dos usos da rua que, até então ocupadas pelas classes baixas e pelos homens de vários estratos sociais, passam a servir para as atividades econômicas, o convívio e os passeios de membros de classes médias e altas, com destaque para as mulheres dessas classes. Assim, se até o início dos anos 1960, a série de estabelecimentos e lugares públicos frequentados pelas prostitutas determinava, simultaneamente, os “lugares de ‘má fama’, nos quais as ‘mulheres honestas’ não circulavam”,⁷⁴⁴ a diluição da separação espacial entre essas mulheres e a presença de “senhoras e senhoritas” e “putas” no mesmo espaço gera uma situação de ambiguidade social⁷⁴⁵ que torna imprescindível, do ponto de vista das elites, uma reorganização espacial da cidade e seus usos.⁷⁴⁶

Nesse contexto, a atribuição do Jardim Itatinga foi possibilitada por uma convergência entre poder público e membros da sociedade civil com o propósito de remoção

⁷⁴¹ Segundo Helene (2019), até os dias atuais, o único serviço público no Itatinga é o centro de saúde e até mesmo o transporte público que serve o bairro não adentra suas premissas, deixando os usuários na Rodovia. Até meados dos anos 1980, o bairro não era sequer conectado ao sistema de eletricidade e esgoto da cidade.

⁷⁴² Cf. Anexo VI. Para uma história do Itatinga a partir de sua formação, ver: Helene, 2019; Tavares, 2014.

⁷⁴³ Cf., por exemplo: Perry, 2013; Moraes, 1996; Rago, 1987.

⁷⁴⁴ Helene, 2019, p.65.

⁷⁴⁵ Mazzariol, 1977, p.11.

⁷⁴⁶ Helene, 2019, p.69.

das trabalhadoras sexuais da região central e que resultou, em 1966, na chamada “Operação Limpeza”, uma operação policial voltada à remoção violenta das casas de prostituição na região central da cidade,⁷⁴⁷ dando origem a uma “zona simbólica de confinamento”⁷⁴⁸ para a prostituição. Dado seu afastamento, segundo Tavares, o Itatinga estruturou uma “dinâmica própria, um ‘mundo à parte’”⁷⁴⁹ em que a ausência de serviços públicos e a grande distância do centro redundam em um complexo de atividades e serviços privados todos voltados às atividades prostitucionais. Contudo, a configuração do Itatinga como zona não pôs fim à violência policial contra as trabalhadoras sexuais,⁷⁵⁰ que seguiram se organizando esporadicamente em função do combate a essa violência.

Por volta de 1997, as trabalhadoras começam a procurar contatos com advogados envolvidos com movimentos sociais e instituições da cidade, com o Centro de Referência de Orientação e Apoio Sorológico (COAS/CTA), a Pastoral da Mulher Marginalizada e outros grupos, em busca de assessoria para se formalizar enquanto associação. Dessa vez, as razões eram principalmente as diversas formas de abuso a que eram frequentemente submetidas no centro da cidade – xingamentos e ataques por parte dos transeuntes e lojistas, os quais desejavam a remoção da prostituição remanescente no centro sob alegação de que as mulheres perturbavam e afastavam clientes; ações do poder público no sentido de impedi-las de usar o local, que iam da retirada de bancos públicos até violentas intervenções policiais, retenção de seus lucros por parte desses policiais, fichamento por vadiagem e tortura. Essas questões, vale dizer, ecoam as falas de outros grupos no interior do

⁷⁴⁷ Segundo Helene, enquanto a ação policial se dividia em expulsões violentas das trabalhadoras independentes e negociações com os/as proprietários/as de casas para realizar sua mudança para outro local, “planejadores da prefeitura acordavam com os corretores imobiliários a localização de um loteamento afastado da cidade, uma área despovoada, fora do perímetro urbano e onde não existissem residências, para realocar os bordéis e as demais prostitutas” (Idem, p.87). Esse processo, segundo ela, também dependeu da opinião pública, violência e repressão policial e, por fim, uma aliança entre planejamento urbano e mercado imobiliário. Segundo Mazzariol (1977, pp.15-18), foi central também a ação da justiça, que impulsionou a saída das trabalhadoras com prisões, ameaças, violência física e multas.

⁷⁴⁸ Tavares, 2014. Inicialmente, parte das casas e trabalhadoras mudaram-se para o Taquaral, um bairro próximo da região central, então quase totalmente desocupado. Em poucos anos, a atividade policial, além de manter a repressão e expulsão das prostitutas do centro, passou a realizar tais operações também no Taquaral, que, devido ao crescimento da cidade e à sua proximidade do centro e de áreas valorizadas ao norte da cidade, entrou no foco da expansão imobiliária. Assim, “logo após a criação do Jardim Itatinga, o Taquaral tornou-se uma das áreas mais valorizadas de Campinas” (Helene, 2019, p.85).

⁷⁴⁹ Tavares, 2014, p.89.

⁷⁵⁰ Tampouco à pressão da especulação imobiliária. Em um caso, após uma intervenção policial no bairro, um integrante da Secretaria de Planejamento Urbano da cidade declara a um jornal que “apesar de não existir nenhum estudo oficial para afastar as prostitutas do Itatinga, quando a ‘Zona de meretrício’ foi instalada, o Itatinga era bem distante das áreas mais adensadas que agora cresceram até lá e, por essa razão, a Zona não deixa os bairros do entorno ‘valorizarem’.” (Helene, 2019, p.94)

movimento de prostitutas.⁷⁵¹ Assim, o primeiro objetivo da organização era auxiliar as trabalhadoras no litígio em torno do uso centro da cidade, que reduzia sua vulnerabilidade à violência, e garantir seu direito ao espaço público de forma geral.⁷⁵²

Inicialmente, foram realizadas reuniões em hotéis da região central da cidade, nas quais se discutiu a violência e a marginalização sofridas pelas trabalhadoras nessa região e foram realizadas atividades como oficinas e encontros voltados ao diálogo e descontração. Em um segundo momento, passaram a discutir, juntamente aos parceiros, questões pertinentes à formação da associação – processos burocráticos, estatutos, regimes de votação, etc. Em 2006, em meio à preparação da associação, em razão de um novo pico de fechamento de hotéis no centro e violência contra as trabalhadoras lá e no Jardim Itatinga, as mulheres realizaram um protesto em que, usando máscaras, caminharam até a prefeitura, exigindo o fim da violência contra elas e seu direito de permanecer na região central. Ao fim da marcha, elas foram recebidas pela prefeitura e, nessa reunião, alguns compromissos foram firmados – dentre eles, o apoio do município à realização da associação.

Esse evento, juntamente aos debates que já ocorriam entre as trabalhadoras em suas reuniões, foram definidores do principal posicionamento das mulheres em seu agrupamento: a defesa de que suas atividades constituíam um trabalho. Essas conversas se deram em interlocução com os parceiros da associação que, além dos já mencionados, incluíam, nesse momento, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp, que realizava um projeto voltado ao apoio da formalização da associação, assim como grupos feministas e associações comunitárias.⁷⁵³ Os parceiros, além de participar dos debates, auxiliavam com questões jurídicas, burocráticas e organizativas necessárias à formalização. Contudo, rapidamente as trabalhadoras passaram a tocar a Associação de forma independente, assumindo, ainda que com apoios, o papel de liderança.

Desde sua formação, marcada pela votação da escolha do nome da associação, em 2007, a AMG tem como sede uma sala da Central Única dos Trabalhadores, no centro de Campinas, a qual dividiu, até 2019 (quando foi fundada uma outra sede no Jardim Itatinga), com o coletivo LGBT negro da periferia Aos Brados, do qual tratarei mais adiante.

⁷⁵¹ A primeira manifestação pública organizada por trabalhadoras do sexo no Brasil foi em 1979, em São Paulo, em reação às prisões e práticas de tortura da polícia sobre as prostitutas, que haviam levado à morte duas travestis e uma mulher grávida. Em 1987, é realizado o I Encontro Nacional de Prostitutas, amplamente frequentado, e é fundada a primeira associação de prostitutas do país, no Rio de Janeiro (Helene, 2019, 57-60).

⁷⁵² Como observa Helene, a escolha do centro e dos locais específicos de trabalho resulta de uma busca por proteção – estar próxima de conhecidos, ter quem observe os horários de saída e retorno com os clientes, onde deixar os documentos, hotéis de confiança, etc. (Helene, 2019, pp.30-31).

⁷⁵³ Helene, 2019, p.41.

Tendo como pauta principal a regulamentação do trabalho sexual, as mulheres da AMG se posicionavam de forma favorável e contribuíram para o Projeto de Lei 4.211/2012, conhecido como “Lei Gabriela Leite” e escrito pela própria Gabriela Leite, então a maior representante nacional das trabalhadoras sexuais organizadas, juntamente ao deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ).⁷⁵⁴ Em suas falas, elas explicam que a regulamentação não apenas atingiria um número imenso de mulheres (e, em menor medida, homens) empregadas no trabalho sexual, mas garantiria a fiscalização dos abusos e violências por parte dos clientes e do Estado e também da exploração de menores e tráfico de mulheres e meninas. A violência por parte do Estado continua sendo um dos principais problemas denunciados pela Associação. Ao longo do trabalho de campo, em uma série de eventos em que a AMG esteve presente (ou alguma das mulheres informou sobre a necessidade de apoio à Associação no microfone), foram denunciados homicídios, espancamentos, práticas de cárcere privado e outros crimes contra trabalhadoras do sexo, muitos dos quais seriam efetuados pela polícia.⁷⁵⁵

Outras atividades realizadas pela AMG, além de voltadas ao seu sustento independente (bazares, rifas, etc.), têm por objetivo a construção de orgulho e autoestima das trabalhadoras (como homenagens no 2 de junho, Dia Internacional da Prostituta; Dias da Beleza; distribuição de insumos de proteção, como preservativos; e informações sobre os serviços de saúde e atendimento disponíveis) e de seus direitos enquanto trabalhadoras (como a Semana de Visibilidade das Profissionais do Sexo, o Puta Dei, além da participação em uma série de congressos, encontros e redes de trabalhadoras sexuais no Brasil e no exterior, como a Rede de Prostitutas Brasileiras e o *Global Network of Sex Work Projects*)⁷⁵⁶ e cidadãs (serviços de saúde e educação, vagas em creches, ampliação da rede de transportes, etc.). Atualmente, suas parcerias mais frequentes incluem a Marcha das Vadias, a universidade, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e as Promotoras Legais Populares. Há anos, também participam

⁷⁵⁴ Cf. Projeto de Lei 4.211 de 2012. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829).

⁷⁵⁵ Acerca dos assassinatos, vale salientar o emprego da expressão “crime da mala”, que fazia referência a corpos de trabalhadoras sexuais assassinadas encontrados dentro de malas escondidas em lugares da cidade. Tais crimes só foram relatados em relação a trabalhadoras sexuais, de modo que os “crimes da mala” pareciam atingir exclusivamente essa população. Frequentemente, as denúncias de violência tinham como autor o poder público. Em 2013, por exemplo, oficiais da polícia “fecharam” o bairro e impediram as trabalhadoras de saírem das casas por três dias, efetuando, ao longo desse tempo, graves violências e atentados contra as trabalhadoras - impedindo, inclusive, que o atendimento médico necessário entrasse no bairro (Cf.: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/2013/10/26/violencia-no-bairro-jardim-itatinga-campinas/>).

⁷⁵⁶ Cf.: <https://www.nswp.org/featured-member/associa%C3%A7%C3%A3o-mulheres-guerreiras-warrior-women-association>).

de uma série de debates acerca de suas pautas em diversos ambientes – universidade, movimentos sociais, debates partidários, sindicatos, etc.

2.3. *Os lugares das trabalhadoras negras*

As duas organizações apresentadas nesse item constituem, juntas, o lugar de formulação da discussão e pautas acerca de trabalho na FMNCR. Duas categorias compostas, em sua maioria, por mulheres negras, pobres, frequentemente migrantes e com baixa escolaridade, as trabalhadoras domésticas e trabalhadoras sexuais são tidas como referências e precursoras da luta por direitos trabalhistas para as mulheres negras. Dessa forma, essa questão cara à sociologia e aos movimentos sociais chega na organização de Campinas necessariamente marcada por gênero, raça e espaço urbano. Para fechar, faço alguns apontamentos nesse sentido.

Em primeiro lugar, as lutas por reconhecimento⁷⁵⁷ das trabalhadoras domésticas e sexuais partem, ambas, da reivindicação de integração à noção institucional de trabalhador – isto é, ambas enfrentam o imperativo de “provar-se” trabalhadoras. Em seus discursos, as categorias enfatizam seu percurso nesse sentido, que passa, em primeiro lugar, pela reformulação da noção de trabalho para si mesmas:

Ser domésticas hoje é entender que o trabalho doméstico hoje é uma profissão. Hoje a gente entende que você não tá lá pra ajudar ninguém, você não tá lá só pra ganhar um dinheiro, você não tá lá pra não ficar em casa, como diziam. A gente tem compreensão que hoje o trabalho doméstico é uma profissão e a gente contribui pra sociedade com esse trabalho, embora digam o contrário. [...] As pessoas acham que a gente é ainda aquele resquício de escrava, que tá lá pra comer, pra ganhar uma roupa e pra por comida na boca das crianças. Então, eu não gosto muito disso, não. E nós não somos isso hoje.⁷⁵⁸

A Associação também me fez descobrir que o profissional do sexo, ele existe como um trabalho informal, nós estamos na CBO [Classificação Brasileira de Ocupações]. Ou seja, eu me vi como uma profissional, eu me vi assim dentro da associação. [...] Toda relação que você faz remunerado é um trabalho. Então, se é gratificante pra mim, se me satisfaz, que ele seja respeitado. [...] [Eu espero que a Associação] dê uma balança nos profissionais do sexo. Que nós entendamos que esse é o nosso trabalho, essa é uma profissão. Não é uma passagem, não é um bico.⁷⁵⁹

No primeiro caso, como salienta a fala da diretora do Sindicato das Domésticas, o posicionamento da categoria como “trabalhadoras” implica em superar sua associação a “aquele resquício de escrava”. Nesse sentido, as discussões teóricas e disputas

⁷⁵⁷ Fraser e Honneth, 2003.

⁷⁵⁸ Fala Regina Teodoro em entrevista para o vídeo *A doméstica que representou o Brasil no exterior* (Disponível em: <https://fr-fr.facebook.com/donasdesitcc/videos/a-dom%C3%A9stica-que-representou-o-brasil-no-exterior/2800324246685627/>).

⁷⁵⁹ Fala de Betânia Santos no documentário *Mulheres Guerreiras: desbravando estradas da vida* (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zgCf_QQjxRg).

intermovimentais de feministas negras brasileiras, nas quais o trabalho doméstico ocupa lugar central, são elucidativas. Familiarizada com o longo debate acerca de trabalho na teoria feminista, o qual procurava perturbar a naturalização do exercício de trabalho doméstico e de cuidados pelas mulheres, que sustentava sua desvalorização em termos simbólicos e materiais, assim como sua marginalização na agenda de direitos e políticas do Estado,⁷⁶⁰ Lélia Gonzalez evidenciou a conexão entre os papéis socialmente atribuídos às mulheres negras e a perpetuação de sua superexploração como trabalhadoras domésticas. Para Gonzalez, esses “lugares naturais”, concretizados nas figuras da mulata e da doméstica e que são repostos e perpetuados por meio de uma “seleção racial” no mercado de trabalho, se relacionam às funções desempenhadas pelas trabalhadoras negras na escravidão (sintetizadas, como vimos, na figura da mucama) que, como afirma Gonzalez, incluem uma “função trabalho” e uma “função sexo”. A valência conjunta dessas duas imagens – cujo emprego dependerá, segundo a autora, do momento e local em que as mulheres negras são vistas – se encontra na junção dessas duas funções, que aparece, no trabalho das domésticas, na dimensão da exploração sexual.⁷⁶¹

Ao pontuar o espaço de naturalização da sujeição das trabalhadoras domésticas a partir da escravidão, Gonzalez caracteriza esse espaço como marcado simultaneamente por gênero e raça. Em outras palavras, “provar-se trabalhadora” para as trabalhadoras domésticas – e, com isso, ser alçada à posição de sujeito de direitos – implica tanto em desvincular suas atividades do espaço de naturalidade das funções femininas como do estatuto de propriedade atribuído aos escravizados.

Para retomar essa conexão na história de Campinas, vale salientar que, segundo Helene, não eram apenas as trabalhadoras sexuais que estavam sujeitas à violência e aos processos de expulsão do centro que culminaram, na década de 1960, na Operação Limpeza. Ao contrário, o “estigma de puta” que justificava a violência contra tais profissionais e a sua expulsão da região central era colado a uma série mulheres que ocupavam o espaço público,

⁷⁶⁰ Cf., por exemplo: Kergoat, 2009; Hall, 1995; Fraser, 1994; Nicholson, 1994; Meda, 2002. De forma geral, esses trabalhos mostraram que a realização de tarefas domésticas e de cuidados pelas mulheres era atribuída a uma diferença natural ou biológica e, ao mesmo tempo, representava um dever (de mãe ou de esposa) relativo aos papéis sexuais. Por essas razões, assim como por sua realização no âmbito doméstico, esse trabalho era apontado como invisível e fora do escopo das atividades reconhecidas como tal – as realizadas na esfera pública – e, dessa forma, sujeitas a regulamentação pública e remuneração. Esses debates procuraram salientar o caráter histórico e social (e não natural ou biológico) da atribuição diferencial do trabalho a homens e mulheres e da relevância e reconhecimento das atividades realizadas por cada um deles, principalmente, valendo-se do conceito de divisão sexual do trabalho.

⁷⁶¹ Gonzalez, [1979a] 1982, 1984. “Os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito [a mucama]. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (1984, p.196). Cf. tb. Davis, 2002, 2003. Cf. tb. Giacomini, 1988; Bernardino-Costa, 2007; Brites, 2007; Corossacz, 2014.

tais como “ex-escravas, lavadeiras, empregadas, serviçais e outras trabalhadoras”.⁷⁶² Nesse sentido, um caso trazido por Cléber Maciel, que analisou as organizações negras no pós-abolição, é ilustrativo. Referindo-se às várias tentativas de desocupação das ruas e da região central nesse período, Maciel relata que frequentemente essas expulsões levavam à realização de trabalhos forçados, impostos, nos termos empregados publicamente à época, a “vagabundos”, “malandros”, “mendigos” e “pretas desocupadas”. Enquadradas, também, nas leis contra a vadiagem, essas “pretas desocupadas” eram muitas vezes abordadas pela polícia em suas próprias moradias, presas e colocadas para trabalhar em “casas de família”. Acerca de uma dessas operações, uma notícia publicada em 1923 na *Gazeta de Campinas*, citada por Maciel, afirmava que “a polícia está agindo contra as pretas desocupadas” e relatava que os policiais “percorreram vários cortiços, prendendo as mulheres ali residentes”. Por fim, a notícia diz: “o resultado dessa campanha será de benefício para as donas de casa que lutam com a falta de empregadas de cor de Campinas com um aparelhamento completo em matéria de sociedade, como se pode verificar”.⁷⁶³

A partir da reportagem mencionada por Maciel, a locução “quase da família”, muito utilizada por empregadores para descrever a relação que alegam nutrir com as trabalhadoras domésticas que empregam em suas casas e alvo de críticas frequentes pelas organizações de trabalhadoras domésticas, descreve, em vez de uma relação de pertencimento simbólico, um marcador de propriedade material: quase (propriedade) da família.⁷⁶⁴ O entrecruzamento entre raça, gênero, trabalho e espaço urbano aparece de forma semelhante em uma fala de Antônio Carlos Silva, TC, acerca do processo de expulsão da população negra da região central e de alguns bairros, os quais constituirão posteriormente algumas das áreas nobres da cidade:

E aí eu começo a ver minha mãe, minhas irmãs como empregadas domésticas, a história das mulheres nessa cidade. Chamo atenção de vocês porque até hoje tem a linha que liga com o Cambuí [bairro nobre]... a linha de ônibus, foi a linha principal da cidade, acho que uma das primeiras a ser criadas, Cambuí-São Bernardo, porque a

⁷⁶² Helene (2019, p.70) articula a dualidade “senhora branca” e “negra escrava” proposta por Aparecida Moraes (1996) como produtora de um código racializado na sexualidade brasileira, o qual, articulado à imagens da ‘mãe’ e da ‘puta’, restringia a sexualidade da primeira ao domínio da família (procriação) e o da segunda como exterior, potencialmente apropriável pelos senhores livres. Discutindo algumas histórias de trabalhadoras sexuais às quais o “estigma de puta” foi imposto antes mesmo de passarem a exercer a profissão, Helene sugere que “o simples fato de ser uma mulher não branca era uma forma de ser marcada como ‘puta’” (p.71)

⁷⁶³ Maciel, 1985, p.87, grifos meus.

⁷⁶⁴ Em tempo: a naturalização desse trabalho e os componentes simbólicos que a compõem talvez expliquem porque a constituição de grandes redes de movimentos, associações e diálogos por parte das trabalhadoras domésticas não tenha, como expliquei no capítulo 3, efeitos práticos satisfatórios para o grupo. Em outras palavras, além da disputa prática por direitos e pelo conteúdo específico desses direitos, trata-se de uma questão travada nos “horizontes de valores sociais compartilhados” (Fraser e Honneth, 2003) e que, portanto, não é transformada exclusivamente pela obtenção de direitos.

*mão de obra escrava continuava lá no bairro e eles precisavam ir desse lado. Para morar não, mas para trabalhar sim. Aí eu começo a ver isso na relação das mulheres, de trabalho, dentro da casa das patroas...*⁷⁶⁵

Ao salientar, ainda, os trânsitos *possíveis* ou *permitidos* (“pra morar, não, mas para trabalhar, sim”) entre essas duas regiões e populações segregadas, trânsitos estes marcados por relações de trabalho e servidão, TC torna a apontar para um lugar de naturalização desse trabalho.⁷⁶⁶

A fala de TC situa as trabalhadoras domésticas no espaço narrativo constituído pelos grupos negros campineiros – i.e., na narrativa da expulsão da região central, reclusão nos bairros negros e formação da comunidade negra campineira – e demonstra a implicação dessas trabalhadoras no contexto de reorganização da cidade. Nesse sentido, é digno de nota que, ainda que as trabalhadoras sexuais sejam, em sua maioria, mulheres negras e que, ademais, seu histórico de organização e resistência esteja profundamente vinculado aos projetos de modernização e revitalização da cidade iniciados no mesmo período que o loteamento dos primeiros bairros negros, as narrativas, críticas, trajetória organizativa e demandas das trabalhadoras sexuais raramente são inscritas no espaço narrativo formulado pelos grupos negros.

Como afirmei no segundo capítulo, além do aspecto comum aos discursos sobre trabalho que presenciei no trabalho de campo com a FMNCR – a enunciação de um “direito a ter direitos”, o emprego de dados estatísticos, políticos e econômicos para justificar a busca por reconhecimento pleno da profissão, além da valorização da história, das conquistas e das lideranças da organização – , a AMG costumava empregar uma segunda estratégia, que envolvia uma performance corporal que remetia a elementos do trabalho sexual, como *strip-teases* e danças sensuais, e apostava no afrontamento dos limites convencionais de relação com o público nesses espaços, confrontando-o com questões acerca de suas opiniões sobre o trabalho sexual. Nesse processo, a oradora enunciava questões que procuravam escancarar o moralismo que permeava as percepções das pessoas sobre as atividades prostitucionais e enfatizava sua subjetividade, escolha e satisfação em realizar esse trabalho. Essa dualidade é perceptível,

⁷⁶⁵ Fala Antonio Carlos Silva, 19/09/17, MIS-Campinas.

⁷⁶⁶ Note-se, ainda, a semelhança desses *trânsitos possíveis* ou *permitidos* com as circunstâncias descritas por Collins (1986) e hooks (1984) acerca das mulheres negras no período da segregação nos Estados Unidos. Vale citar esta última: “Estar à margem é ser parte do todo, mas fora do corpo principal. Para estadunidenses negros em uma pequena cidade do Kentucky, a linha do trem era uma memória constante da nossa marginalidade. Do outro lado daqueles trilhos estavam ruas pavimentadas, lojas nas quais não podíamos entrar, restaurantes nos quais não podíamos comer, e pessoas em cujo rosto não podíamos olhar. Do outro lado daqueles trilhos estava um mundo no qual podíamos trabalhar como faxineiras, zeladores, prostitutas, desde que fosse em uma capacidade de serviço. Podíamos entrar naquele mundo, mas não podíamos viver nele. Tínhamos sempre que voltar às margens, ao outro lado dos trilhos, para os barracos e casas abandonadas na borda da cidade” (hooks, 1984, p.xvi).

ainda, nas nomeações que as trabalhadoras empregam para se autodefinir: a AMG empregava preferencialmente as categorias “trabalhadoras sexuais” ou “profissionais do sexo”, enfatizando o aspecto de trabalho;⁷⁶⁷ contudo, quando o discurso se voltava à discussão da subjetividade e autoestima, da escolha da profissão e sua valorização, a categoria “puta” aparecia com mais frequência:

Sou puta, profissional do sexo, formada, com mestrado e doutorado na putaria. Tem pessoas que me perguntam: ah, você se orgulha de ser puta? Me orgulho, sim. Através do meu trabalho como profissional do sexo, eu tenho casa, tenho carro, tenho uma filha universitária, tenho duas filhas adolescentes. Com o meu trabalho. Então, a gente tem que ter essa liberdade de gostar da gente mesma e gostar do trabalho que a gente faz.⁷⁶⁸

Eu quero assim agradecê-la, Gabriela, por este certificado [...]. O meu certificado de putaria, de participar do meu primeiro encontro como *puta*, de me assumir como *puta*, gente. Onde, no centro [da foto], está essa mulher extraordinária que me ensinou a ser *puta* no primeiro dia que a conheci e que está me levando a ser *puta* hoje.⁷⁶⁹

Frequentemente, essas narrativas procuravam separar trabalho e exploração sexual e destacar as escolhas das trabalhadoras. Nesses discursos, os oponentes nem sempre implícitos eram os grupos feministas. Na fala de Marcela na roda de conversa *Mulheres Negras e Sexualidade: Diálogos Intergeracionais*, mencionada no capítulo anterior, a profissional e liderança da Associação de Mulheres Guerreiras é categórica nesse sentido, afirmando que a PL 4.211/2012 era um importante momento de autoria das trabalhadoras sexuais, que as retirava da “posição de objeto” em que eram postas, com destaque, pelas militantes feministas, para quem, segundo ela, “somos coitadas”. Em seguida, ao ser questionada sobre suas críticas ao feminismo, ela devolveu a pergunta – “O que é feminismo? Igualdade de direitos e liberdade ou receita de bolo?” – e discorreu sobre o imperativo, do ponto de vista das trabalhadoras sexuais, de separar o feminismo da lógica de determinar “o que pode e o que não pode” e do “moralismo que [o] domina”, salientando a necessidade discutir questões maiores, de “necessidade imediata” para as mulheres.⁷⁷⁰

Os grupos aos quais Marcela se refere, sem nomeá-los, são aqueles que defendem uma postura abolicionista quanto ao trabalho sexual, equiparando-o imperativamente à exploração sexual e opondo-se publicamente às demandas de regulamentação, por vezes situadas como exteriores (ou mesmo antagônicas) ao campo feminista. A principal expressão nesse sentido em Campinas é a Marcha Mundial das Mulheres, cuja formulação se dá em

⁷⁶⁷ Para essa questão, cf. Helene, 2019, pp.20-22.

⁷⁶⁸ Fala Betânia Santos no debate *Profissionais do sexo: unidas pelo respeito*, em 2012, na Unicamp.

⁷⁶⁹ Fala de Betânia Santos no evento *Cine Pagu: Um beijo para Gabriela*, em 2013, na Unicamp. O certificado em questão era uma foto de um encontro de trabalhadoras sexuais.

⁷⁷⁰ Diário de campo, 29/07/2016.

proximidade ao Partido dos Trabalhadores, e que têm grande influência no campo feminista e, segundo algumas interlocutoras dessa pesquisa, na conformação dos entendimentos e políticas de gênero defendidas pelo PT.⁷⁷¹ Por outro lado, a partir de 2013, coletivos jovens como a Coletiva das Vadias, que organiza a Marcha das Vadias em Campinas, procuraram construir suas posições acerca do trabalho sexual em interlocução com a AMG e constituíram-se em parceiros. Contudo, trata-se, nesse caso, de coletivos pequenos e recentes e que não buscam, ao que parece, influenciar debates partidários e abrir encaixes institucionais voltados a pautar a agenda do Estado.⁷⁷² Assim como as trabalhadoras domésticas, portanto, as profissionais do sexo estão inseridas em uma série de redes; contudo, essas redes mobilizam recursos limitados para seus objetivos. Em meio a essas disputas, a FMNCR procura trazer o debate do trabalho sexual para o espaço do feminismo negro, posicionando-se no debate feminista a partir desse debate (e outros), como veremos no próximo capítulo. Cabe salientar que a incorporação desse debate na organização é impulsionada não só pela participação da própria AMG, mas também pelas Promotoras Legais Populares e é também pautada pela aproximação das mulheres mais jovens (em especial as participantes do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e também o Aos Brados) com o debate acerca da prostituição.

Seguindo as indicações das relações da AMG no campo feminista e das relações entre patroas e empregadas domésticas mencionadas ao longo dessa seção, as lutas por reconhecimento de trabalhadoras domésticas e sexuais também são marcadas pela inscrição de diferenças significativas no tratamento da questão de gênero. Em ambos os casos, estão em jogo as fronteiras entre família, natureza, trabalho e (poder sobre o) corpo. No caso das trabalhadoras sexuais, a necessidade de organização é fundamentada em uma disputa pelo espaço urbano profundamente marcada por sentidos de feminilidade e família, nos quais, segundo Helene, a separação dos espaços era parte de uma construção por oposição. Para a autora:

a conduta daquela que seria considerada uma ‘mulher direita’ (‘honesta’) era constituída em oposição à da ‘mulher mundana’ (‘perdida’). A primeira fazia um esforço, portanto, para parecer-se o mínimo possível com a segunda, pois “qualquer atitude inadequada” era “motivo de comentários”, construindo assim toda uma oposição relacional entre esses dois papéis, a saber: não sair desacompanhada/‘expor-se’ nas ruas, bares ou restaurantes desacompanhada; agir de forma escandalosa/se

⁷⁷¹ Como explica Tavares (2014), as leituras da MMM “interpretam o tráfico de mulheres como continuum de um processo de globalização da prostituição e, por isso, progressivamente tratam o tráfico de mulheres e a prostituição de forma indiscriminada. Para essa organização, a prostituição seria uma forma da consolidação das relações de dominação masculina sobre o corpo feminino (subjugando-o à condição de mercadoria); e o tráfico de mulheres, a forma extremada como essa dominação atravessa as fronteiras nacionais, acompanhada do cárcere e de intensas violações de direitos humanos. No debate da MMM, a distinção entre prostituição livre e prostituição forçada não faz sentido: se a ‘comercialização do corpo’ é um processo marcado pela estrutura violenta de gênero, ela não pode ser lida como prática dotada de ‘liberdade’” (p.81).

⁷⁷² Acerca da Marcha das Vadias, cf. Gomes, 2018.

manter fiel aos padrões de ‘comportamento tradicional’; usar roupas chamativas/usar saias longas sem mostrar as pernas.⁷⁷³

Nesse contexto, como salienta Negrão, a prostituição, ainda que rechaçada e frequentemente alvo de ataques policiais, tinha um lugar institucionalizado e amplamente aceito nas experiências sexuais de jovens e homens casados, e que se relaciona à separação dos papéis femininos descritos acima – de um lado, a “esposa-mãe-dona-de-casa”,⁷⁷⁴ com pouco contato com a vida fora dos lares e submetida a uma moral segundo a qual “à esposa cabia procriar, rezar, gerir o lar, costurar, bordar, fazer quitutes e doces saborosos, trajar-se com cores sóbrias e discretas, servir sexualmente o marido de forma recatada, a preservar o pudor e a dignidade da mulher, educada para não manifestar desejos ou tomar iniciativas de uma relação sexual”,⁷⁷⁵ de outro, as prostitutas. Segundo a autora, “a prostituição era necessária para garantir a virgindade da namorada e para o marido não levar para o recôncavo do lar as coreografias eróticas e sexuais permitidas apenas nas casas de tolerância”⁷⁷⁶ e, dessa forma, como também destaca Helene, o “fato de homens frequentarem bordéis era visto como saudável e benéfico para a manutenção do casamento, sendo indicado também para os jovens, de modo a ‘aliviarem os impulsos típicos da idade’”.⁷⁷⁷ Dessa forma, para Regina Mazzariol, a prostituição é, por um lado, construída como um “problema social”⁷⁷⁸ cujo risco de contágio fundamenta o imperativo de expulsá-la e, por outro lado, vista como um “mal necessário”. Segundo ela: “Prostituição é pois a “sujeira” que deve ser varrida para um lugar onde não perturbe a ordem estabelecida, não pode conviver com a ordem por oferecer risco de contágio, mas também não deve ser destruída, por ser necessária à conservação da ideia de ordem”.⁷⁷⁹

Essas questões são centrais no histórico de ataques e agressões do poder público que levou à formação do Jardim Itatinga e, em outro momento, da Associação de Mulheres Guerreiras: em vez de reivindicar a extinção ou a criminalização da prostituição, o que está em questão é sua realocação em um espaço definido para suas atividades, confinado e, portanto, administrado e sujeito à vigilância. Assim, não se trata de dizer que a prostituição não tem lugar na sociedade, mas que tem um lugar específico, do qual ameaça sair à medida em que convive no mesmo espaço que é dito “familiar” – confundindo, conseqüentemente, as definições por oposição que marcam as fronteiras entre esses dois espaços e entre as duas

⁷⁷³ Helene, 2019, p.68.

⁷⁷⁴ Rago, 1987, p.62.

⁷⁷⁵ Negrão, 2013, p.2.

⁷⁷⁶ Idem, p.4.

⁷⁷⁷ Helene, 2019, p.66.

⁷⁷⁸ Mazzariol, 1977, p.13.

⁷⁷⁹ Idem, p.13.

experiências femininas encontradas neles. Nessa medida, como as trabalhadoras domésticas, as profissionais do sexo também são “quase da família” e são as fronteiras desse pertencimento parcial que se encontram no centro dessas disputas.

As discussões feministas negras que passam pela questão das trabalhadoras domésticas, – não apenas as formuladas por Lélia Gonzalez, mas também, por exemplo, as discussões acerca de creches que vimos no primeiro capítulo – evidenciam uma relação de complementariedade entre os lugares ocupados por mulheres negras e brancas na sociedade. Enfatiza-se, nesse sentido, que o trabalho de mulheres negras em funções invisíveis, mal remuneradas e sem atribuição de direitos (já que nem sequer são vistas como trabalho), permite e garante que as brancas sejam dispensadas do exercício dessas tarefas, seja para coordená-las como donas de casa, seja para pleitear a inserção no mercado de trabalho. Como no caso das trabalhadoras sexuais, a naturalização desse espaço depende da formação de pares de oposição que justifiquem as diferenças entre essas duas mulheres. Essas oposições são aparentes no trecho a seguir, retirado de uma carta recebida por Laudelina de Campos Melo no mesmo dia em que é aberta a primeira associação de trabalhadoras domésticas de Campinas, em 18 de maio de 1961. Como argumentos para rejeitar as “promessas sobremodo desairosas” que a Associação faria as trabalhadoras domésticas – e que, na perspectiva do escrevente, “joga[riam] contra os lares” – “promessas” estas que ele mesmo descreve como “liberdade, exigências, falta de polidez, férias, 8 horas de serviço, repouso remunerado e outros demais direitos adquiridos pelos trabalhadores”, o remetente, que assina somente “Observador Amigo”, discorre:

Em hipótese alguma, dna. Laudelina, ficará essa classe trabalhadora em uma posição de nível à do operário, pois, primeiro o operário trabalha exposto às intempéries, aos perigos, aos intransigentes caprichos dos patrões que se fundam nos direitos sindicais, e, sobretudo, matam sua fome com o alimento ganho adquirido religiosamente com o suor de seu corpo, tão humildemente coberto por rústicas indumentárias! Não acontece o mesmo com as *senhoras domésticas, em sentido ambíguo* (domésticas empregadas) que a começar: alimentam-se ao bel prazer; são donas de casa, vestem-se hoje com mais requinte, às vezes superando às suas patroas [...]. Apesar dessa comodidade que as mesmas possuem, *90% são vaidosas, desobedientes, faltosas nos horários, humilhando com palavras irreverentes à mártir patroa que, por necessidade as suportam*. Hoje, sem mesmo essa objetiva e altruística ideia sua, já elas têm até a petulância de dizer à patroa que lhe dê de uma a duas horas para irem ao cabeleireiro e à manicure! *A pobre patroa*, sem pestanejar e mesmo tergiversar não ousa negar a esses imperativos! [...] Uma escola religiosa de aprendizagem e maneiras seria o ideal porque na verdade as *empregadas são mal criadas e mal agradecidas às boas patroas*, em geral!⁷⁸⁰

Assim, em ambos os casos temos categorias que produzem tensionamentos e inscrevem diferenças nos debates acerca de trabalho a partir de marcações de vivências

⁷⁸⁰ Na íntegra em Bernardino-Costa, 2015, p.111-3, bem como no filme *Laudelina, suas lutas e conquistas* (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYL2Ki8ItGg&t=1137s>)

específicas de gênero, raça e espaço urbano – debates estes que também são reposicionados a partir de suas agendas, as quais são formuladas necessariamente no interstício entre esses diversos campos de experiências e categorias. Inseridas em regimes de confinamento e invisibilidade e com uma atuação que passa por “provarem-se trabalhadoras”, os interesses emancipatórios dessas categorias demandam, além de uma disputa prática por direitos e pelo conteúdo específico desses direitos, o deslocamento de “horizontes de valores socialmente compartilhados”⁷⁸¹ que perpassam não apenas a sociedade como um todo, mas também as agendas dos grupos com os quais dialogam e disputam. Em outras palavras, são lutas por reconhecimento inevitavelmente mediadas por fronteiras culturais e simbólicas arraigadas e que, talvez por isso, avancem vagarosamente, a despeito de suas redes, esforços e longos históricos de mobilização.

3. Feminismos populares

O terceiro conjunto de grupos na FMNCR seriam os feminismos populares, denominação empregada pelos próprios grupos e na qual estariam incluídos, pelo menos, o Grupo de Mulheres na Periferia (GMP), as Promotoras Legais Populares (PLPs) e o grupo Flores do DIC.⁷⁸² De forma geral, a ideia de “feminismo popular” sintetiza formulações políticas feministas voltadas às mulheres das classes baixas, definindo-se em relação ao feminismo “tradicional” ou “clássico”, que não tematizaria suficientemente as questões socioeconômicas e as experiências das mulheres nas periferias.

Considerando a amplitude histórica dos grupos, que começam a se organizar na década de 1970 e se estendem aos dias atuais, centrarei a exposição no Grupo de Mulheres na Periferia (GMP) e nas Promotoras Legais Populares (PLPs), dois grupos que representam os contornos gerais do feminismo popular em Campinas em dois momentos distintos e que têm preponderância na FMNCR e na cidade. Partindo deles, consideraremos, em primeiro lugar, a formação do feminismo popular – então identificado como “movimento de mulheres” –⁷⁸³ em um período de intensa disputa por terra urbana e por condições de vida na cidade. Em seguida, examinaremos a consolidação, expansão e os contornos do feminismo popular a partir do fim dos anos 1990.

⁷⁸¹ Fraser e Honneth, 2003.

⁷⁸² O grupo Flores do DIC foi formado em 2015 como uma associação comunitária feminista popular voltada às mulheres habitantes dos Distritos Industriais de Campinas. Há poucas descrições e atividades registradas pelo grupo, que, ao que parece, não está mais mobilizado.

⁷⁸³ Moreira, 2007; Medeiros, 2017.

3.1. O Grupo de Mulheres na Periferia

O primeiro estágio da formação dos feminismos populares em Campinas, entre o fim da década de 1970 e meados de 1980, se insere no quadro da emergência dos chamados movimentos populares, associações de bairro e grupos comunitários⁷⁸⁴ e está relacionado às demandas por equipamentos públicos e condições de vida no contexto da resistência ao regime ditatorial. Nesse contexto, o Grupo de Mulheres da Periferia (GMP) é fundado a partir do encontro promovido na Primeira Semana da Mulher, organizada pela Igreja Católica em junho de 1980 e voltada a discutir uma série de questões e aspectos da vida das mulheres nas periferias de Campinas, em especial as questões referentes ao mundo do trabalho.⁷⁸⁵ Com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁷⁸⁶ e da Pastoral Operária (PO), que se articulavam com os grupos trabalhadores e movimentos populares na resistência à ditadura, mas contando também com entidades como a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais),⁷⁸⁷ o GMP passou a articular uma série pré-existente de grupos de mulheres dos bairros periféricos e se tornou exemplar dos movimentos de mulheres formados em bairros nessa época.

As razões para sua formação também remontam às duas décadas precedentes, em especial à chegada de um grande número de trabalhadores migrantes⁷⁸⁸ e que é tomado como o segundo estágio do processo de formação das periferias de Campinas no século XX – sendo o primeiro aquele que resultou, por exemplo, na formação do São Bernardo e do Jardim Itatinga – , caracterizado pela busca de transformar a cidade em um polo tecnológico e científico. Trata-se de um momento de intensificação da segregação territorial da população campineira e forte crescimento das ocupações irregulares em áreas mais afastadas do centro da

⁷⁸⁴ Cf. Sader, 1988; Doimo, 1995.

⁷⁸⁵ Segundo Roy, a Semana juntou um pequeno grupo de mulheres, “esposas de grevistas ou militantes da PO que, desde 1979, encontrava-se” (Roy, 2012, p.22) e um grande número de mulheres participantes de CEBs que começavam a se organizar. Nos anos seguintes à sua formação, o GMP se encarregou de organizar a Semana.

⁷⁸⁶ A proximidade do grupo com as CEBs era tamanha que, “no primeiro ano e ainda por mais algum tempo, mesmo quando já tinha sua identificação própria consolidada, o grupo era identificado como ‘as mulheres das CEBs’” (Roy, 2012, p.30). Segundo Roy (Idem, p.20, grifos meus), as participantes costumam afirmar que “nascemos das CEBs”, até hoje denominando-se “filhas de CEB”.

⁷⁸⁷ A ANAMPOS, que reunia sindicatos, associações de moradores e movimentos voltados à obtenção de melhores condições de vida e serviços públicos, teve o papel de fortalecimento dos movimentos, estando relacionada também à origem da Central Única de Trabalhadores (CUT). A articulação esteve vigente entre 1980 e 1989. (Cf.: Pontual, 1989).

⁷⁸⁸ Embora a intensificação dos fluxos migratórios para Campinas a partir da década de 1960 tenha grande relação com a formação de grupos feministas populares, deve-se destacar a integração desses “migrantes de diversas regiões do país, *também negros*, [e] que vieram a Campinas em busca de melhores condições de vida” (Giesbrecht, 2011a, p.36, grifos meus) aos grupos anti-racistas, em especial os chamados ativismos culturais negros, tornando-se muitas vezes protagonistas dos mesmos, bem como às associações trabalhistas de domésticas e trabalhadoras sexuais.

cidade e frequentemente privadas de qualquer infraestrutura. Essas circunstâncias, potencializadas ainda pelo agravamento da vigilância e da violência por parte do poder público e agentes privados (em sua maioria, proprietários de terra e lotes ocupados) nas disputas por terra urbana (em especial nos processos de remoção forçada), resultam na formação de uma série de associações e movimentos nos bairros. Segundo reporta a narrativa do GMP:

Sem formação profissional, [os migrantes recém chegados] constituíam-se em mão de obra barata que contribuía para a riqueza dessa cidade. É nessa época [fim dos anos 1960 em diante] que as mulheres entraram na fábrica com salário desigual, dupla jornada e falta de creche para os filhos/as. O trabalho doméstico contratado já existia desde o período colonial sem nenhum direito trabalhista. Não existia um sistema habitacional para todos o que chegavam nem equipamentos públicos, principalmente de saúde, educação, creche e transporte. Com isso, aumentavam as favelas. No fim dos anos 1970, a prefeitura estava literalmente invadida pela Assembleia do Povo, com reivindicações de todos os tipos que marcaram muitas mulheres que dela participaram.⁷⁸⁹

Desse modo, a fundação do GMP esteve relacionada à busca de equipamentos públicos e condições melhores de vida, mas também, enfaticamente, à posição ocupada pelas mulheres nas comunidades e disputas políticas realizadas a partir delas. Segundo Roy, os problemas encontrados por mulheres operárias na representação sindical⁷⁹⁰ e os bloqueios à sua participação nos espaços de decisão nas comunidades,⁷⁹¹ teriam formado sua percepção da necessidade de organizações próprias das mulheres. Essa percepção, vinculada às suas relações pessoais e sociais, é expressa, na fala de uma das organizadoras da Semana da Mulher de 1980, como um paradoxo verificável na participação política e social das mulheres da periferia:

Foi [a semana de 1980] um primeiro passo para descobrir que a mulher tem um papel na sociedade. *Ela participa de tudo, mas não pode ter a decisão.* Vai à feira, leva o filho na escola, cuida da família e, com isso, ela sente e vê a realidade. [...] a gente não pode nem sair de casa para se reunir e discutir os problemas. Se vai sair de casa, precisa se justificar, tem que dar um jeitinho e quando volta nem acha jeito de discutir com o marido o que foi falado nas reuniões. *A mulher não participa de nada.*⁷⁹²

⁷⁸⁹ Roy, 2012, pp.19-20 [Relato da História do GMP construído por suas participantes e redigido por Roy]. A Assembleia do Povo (AsP), de caráter inédito e com papel de referência em relação aos outros grupos formados na época, esteve ativa em Campinas entre 1975 e 1982. Tratava-se de um movimento de habitantes de favelas e ocupações precárias, organizado a partir de associações de moradores, e que apresentava múltiplas reivindicações ao poder público, tendo como eixo central a habitação, principalmente a questão da posse de terra e da urbanização das favelas e ocupações. Segundo Lopes (1988, p.17), a AsP teria sido precedida pelas Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), sufocadas ao longo da década de 1970, com a criação das Administrações Regionais (ARs), que, propostas como um “novo ‘canal’ administrativo do executivo municipal nos bairros”, tinham por objetivo “impedir a continuidade da atividade política existente em muitas SABs da cidade e [...] ser mais um mecanismo de controle localizado dos moradores” (Idem, p.18) Cf. Lopes, 1988, 1997.

⁷⁹⁰ Roy, 2012, pp.21-22. “Aprendemos, junto com homens sindicalistas, que *a luta operária era uma luta só, isto é, a dos homens*” (Idem, p.21, grifos meus).

⁷⁹¹ Idem, p.30.

⁷⁹² Idem, p.53. Grifos meus.

Assim, de acordo com Lise Roy, o objetivo da organização, “ora explicitado, ora diluído na forma de empreender as lutas, era garantir o empoderamento, isto é, desenvolver em nós mesmas a autoestima e a autoconfiança em toda a vida familiar e social, no trabalho e na participação social, eclesial e política”.⁷⁹³

Mesmo centralizando as experiências e condições de vida das mulheres periféricas, a princípio, o GMP não se identificava com as reflexões e grupos declarados feministas. Formado como um ambiente de encontro e discussão de participantes de vários grupos e associações de bairro e mantendo, ao longo de sua atuação, a proximidade com esses grupos – “pois entendemos que a *realidade a ser mudada se inicia no lugar de vivência*” –⁷⁹⁴ o GMP assume, no primeiro momento, a denominação “movimento de mulheres”, rumando, nas décadas seguintes, para identificar-se como feminista popular. Segundo Roy, à época de sua formação, “havia poucas organizações feministas em Campinas. *Os objetivos e as mobilizações nem sempre coincidiam com os nossos anseios, e precisávamos nos capacitar para seu entendimento e aproximá-los da realidade concreta vivida*”.⁷⁹⁵ Desse modo, ainda que debates associados ao feminismo estivessem em curso desde o princípio da organização – que também se envolveu, ainda nos anos 1980, nos atos do 8 de Março em Campinas –⁷⁹⁶ somente a partir da década seguinte o GMP se aproximou desse campo e passou a se reivindicar feminista.

Durante os anos 1990, intensificaram-se as atividades de formação, estudos e diálogos internos e externos acerca de uma série de debates públicos em torno da condição e dos direitos das mulheres. Abraçando metodologias de educação popular, o grupo se engajou na discussão de textos e propostas feministas e ampliou sua interlocução e o debate com essas formulações, adotando as noções de “patriarcado” e “gênero” e dando mais ênfase à discussão

⁷⁹³ Idem, pp.22-23. Acerca da ideia de “empoderamento”, Roy (p.22, nota 8) explica que “na época [início dos anos 1980], não conhecíamos a palavra, mas descobrimos que ‘é o processo pelo qual as mulheres ganham poder interior para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, identidade própria e autoestima, exercer controle sobre suas relações pessoais e sociais e, assim, transformar as relações desiguais de poder em favor das mulheres’ (Boletim mimeografado em preparação à Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, de 1994)”. Cabe notar que esses objetivos se deram de formas distintas ao longo das décadas de atividade do GMP e, ainda segundo Roy, são também entendidos como a possibilidade de “*cuidar das nossas famílias e de nossos bairros nas lutas por direitos sociais; cuidar de nós, mulheres, na busca por saúde, autoestima, autonomia; cuidar do nosso país no entendimento e na construção de um projeto de sociedade viável para todos e todas, enfrentando o desafio da participação política nos espaços de decisões*” (Idem, p.25, grifos meus).

⁷⁹⁴ Idem, p.26, grifos meus.

⁷⁹⁵ Idem, p.21, grifos meus.

⁷⁹⁶ Por exemplo, na Semana da Mulher de 1982, os temas discutidos foram: saúde, “abrangendo o direito à vida e contra o controlidade da natalidade imposto pelo governo”; educação dos filhos e crianças; “relacionamento conjugal, abrangendo a sexualidade e as relações familiares”; trabalho e renda, “abrangendo desemprego, política sindical e sindicatos”; direito à creche “para a mulher trabalhadora, inflação, custo de vida, participação da mulher na sociedade e na política, direitos, violência e a mulher cristã na Igreja” (Idem, pp.52-53, grifos meus).

sobre violência contra as mulheres. A adoção das oficinas como formato principal de atividade coletiva, principalmente por serem meios de “propiciar a fala de todas as participantes”,⁷⁹⁷ tem destaque na orientação da perspectiva política do grupo rumo a um imaginário declaradamente feminista. Segundo uma das participantes do GMP à época: “[as oficinas] começavam com canto, dinâmica e depois tinha perguntas pros grupos e uma relatora. Muitas vezes se abria a palavra para depoimentos. Eu tenho guardado no coração depoimentos muito tristes, doloridos... *elas me ajudaram a construir a consciência e ser, mais adiante, uma feminista*”.⁷⁹⁸ Abrindo espaço para a construção de entendimentos feministas próprios e próximos da “realidade concreta vivida”, ao fim da década de 1990, o GMP já se entendia como situado no campo feminista, portando uma “nova visão política que construímos e o desafio de *fazer valer ‘a periferia política’ em que as mulheres se encontravam*”.⁷⁹⁹

Por fim, nos anos 2000, o GMP aprofundou seu alinhamento com a agenda, grupos e representações feministas, envolvendo-se na construção local da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), estabelecendo conexões com braços do Estado – por exemplo, por meio da Coordenadoria Municipal da Mulher (CMM, criada em 2002) e o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM) –, com a academia e com outras instituições que tivessem como agenda esses debates. Cabe salientar que um dos fatores que propiciaram essa aproximação foi a gestão municipal da prefeita Izalene Tiene (PT), entre 2001 e 2004, que era participante do GMP e assumiu o cargo após o assassinato do prefeito Toninho (Antônio da Costa Santos), do mesmo partido. Nesse sentido, deve-se apontar que, ainda que essa influência não seja nomeada nos relatos consolidados do grupo – o qual defende, em especial a partir dos anos 2000, que “quaisquer que sejam as cores dos governos, [...] a organização das mulheres deve ser autônoma e seus eventos comemorativos [e em protesto] devem ser suprapartidários” –,⁸⁰⁰ boa parte das mulheres do GMP é filiada ao Partido dos Trabalhadores. Como nota Sônia Alvarez, esse partido teve um papel relevante na conformação do campo feminista nas décadas de 1980 e 1990 e:

Algumas Comissões da Mulher, Assessorias, Coordenadorias, e outras agrupações feministas dentro das administrações do próprio partido, as suas administrações

⁷⁹⁷ Idem, p.54. “A oficina propunha ao grupo a *construção coletiva de uma nova ideia ou conceito, partindo da realidade concreta. Não havia líder* que sabia e transmitia conhecimentos. Existia apenas a figura de monitor/a do tema – pouco importava o nome dado – que suscitava a reflexão a ser feita pelo grupo por meio de técnicas apropriadas. Ele/a facilitava a expressão corporal, liberava a fala, dinamizava as discussões e organizava as informações recebidas, devolvendo-as ao grupo e explicitando o processo de aquisição de conhecimentos”. (Idem, p.55, grifos meus)

⁷⁹⁸ Idem, pp.54-55. Depoimento de Maria Inês Batista Dutra, participante do GMP nessa época.

⁷⁹⁹ Idem, p.25, grifos meus.

⁸⁰⁰ Idem, p.77.

municipais e estaduais, e suas tendências (como no caso das mulheres da Democracia Socialista) formaram importantes nós articuladores e produtores e disseminadores de conhecimentos e discursos que impulsionaram a ampliação e pluralização do campo feminista.⁸⁰¹

Para Jonas Medeiros, ainda, o próprio partido constitui um “nó articulador” do campo feminista popular.

Em todas as suas interlocuções, por fim, a atuação do GMP é voltada a pautar as questões das “mulheres populares” – expressão que, segundo Lise Roy, marcaria a origem social e de classes de suas participantes e seria oriunda da obra de Paulo Freire –, constituindo parte importante do campo feminista popular em Campinas.

3.2. *As Promotoras Legais Populares e a Associação Cida da Terra*⁸⁰²

As Promotoras Legais Populares (PLPs) são um projeto de educação popular jurídica feminista voltado à multiplicação de direitos humanos, com ênfase no combate à violência contra as mulheres. Sua principal e primeira atividade é um curso de formação voltado à capacitação de promotoras para a atuação em suas comunidades, curso este que versa sobre as diferentes formas de violência contra as mulheres, a legislação em torno dos casos, os procedimentos de socorro e denúncia, as formas de lidar com os diversos envolvidos nos casos e prestar atendimento e acolhimento à vítima, o funcionamento das instituições, machismo, racismo e direitos humanos. As realizadoras do projeto têm autonomia para adaptar sua carga horária e duração, assim como alterar, inserir ou reorganizar aulas e temas, aproximando os debates propostos pelo curso da realidade local e atendendo às necessidades específicas das participantes, o que resulta em variações de formato e atividades entre os cursos. Os cursos geralmente são realizados em regiões periféricas das diferentes cidades em que são aplicados e suas formas de organização e financiamento variam, sendo geralmente dependentes de uma série de arranjos, apontamento de responsáveis, obtenção de local, atribuição de tarefas e, em alguns casos, obtenção de auxílio financeiro ou suporte técnico para a participação de algumas das interessadas.

Atualmente difundido em toda a América Latina,⁸⁰³ o projeto foi iniciado no Chile e chegou ao Brasil em 1992 por meio de militantes organizadas na União de Mulheres de São Paulo, uma organização criada em 1981 por Maria Amélia Teles, uma

⁸⁰¹ Alvarez, 2014, p.28. Cf. tb. Medeiros, 2017, 2018.

⁸⁰² Associação fundada pelas Promotoras Legais Populares de Campinas.

⁸⁰³ Geledés, 2013, p.10.

conhecida militante feminista.⁸⁰⁴ De início, a aplicação do projeto foi encaminhada pela própria União, pela ONG Themis de Porto Alegre – fundada em 1992 em estreita relação com o projeto – , pelo Instituto de Advocacia Pública (IBAP) e pelo Movimento do Ministério Público Democrático (MPD). Os primeiros cursos de formação de PLPs no Brasil foram oferecidos em 1993, em Porto Alegre, e em 1994 em São Paulo.⁸⁰⁵

O curso chega em Campinas em 1996, realizado pela ONG SOS Ação Mulher e Família, cuja ação é voltada ao combate da violência contra as mulheres.⁸⁰⁶ Por razões não totalmente conhecidas, o curso é encerrado após duas edições, sendo reiniciado, com outra organização, em 2008.⁸⁰⁷ A mobilização em torno da retomada do projeto tomou alguns anos e teve como figura central Magali Mendes, formada no curso de 1996 e integrante ou próxima de uma gama de organizações. Segundo Regina Teodoro, uma das coordenadoras da Associação Cida da Terra:

Estava acontecendo muita violência com as mulheres de Campinas e região, e a Magali resolveu, falou, “Vamos, gente, vamos tentar trazer as PLPs”. A Magali tem uma coisa muito forte com as mulheres, né, o cuidado com as mulheres... ela que teve a ideia, chamou umas mulheres, eu, a Regina, a Kota, umas meninas da Unicamp, Edite. Sentamos aí umas quatro, cinco vezes para entender o que ela queria. Aí concordamos, e eu e ela acompanhamos [a negociação com a União de Mulheres].⁸⁰⁸

Segundo Magali, contudo, havia demanda prévia e ela era constantemente incentivada por algumas colegas de movimentos sociais a assumir a tarefa – dentre elas, a já mencionada coordenadora das PLPs em São Paulo, Maria Amélia Teles. Em sua perspectiva, porém, “isso não é uma coisa que se constrói sozinha, precisa construir um movimento”,⁸⁰⁹ de modo que, apesar da demanda ter se dado imediatamente após o encerramento dos cursos em 1997, sua retomada ainda tardou.

Após os debates e a negociação com a União de Mulheres de São Paulo, nos quais foi acordado que a União daria apoio ao grupo responsável por tocar o curso em Campinas enquanto ele era formado, a preparação tomou ainda dois anos – pois, além dos diálogos, parcerias e recursos a serem ajustados, algumas das mulheres que o organizariam ainda precisavam realizar o curso. Então, segundo Magali Mendes, em “2008, 2009 a gente iniciou

⁸⁰⁴ Cf. Rigonati, 2015.

⁸⁰⁵ Cf.: <http://promotoraslegaispopulares.org.br/quem-somos/>.

⁸⁰⁶ Cf. <https://www.sosmulherfamilia.org.br/home>.

⁸⁰⁷ Segundo Magali Mendes, a discussão sobre trazer o projeto das PLPs para Campinas começa em 1993, no primeiro curso em São Paulo. Ela, única interlocutora da pesquisa que havia tido contato com o curso anterior, realizado em 1996 e 1997, disse não ter conhecimento exato das razões que levaram ao fim do curso.

⁸⁰⁸ Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às Promotoras Legais Populares, em 12/07/2018.

⁸⁰⁹ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

um curso de PLPs com perfil militante. Porque não tinha esse perfil, era o perfil de ONG. E aí você vai, fica falando um monte de coisa, as mulheres ouvem, parece muito bacana, mas o que você faz com isso que você tá na mão? Essa é a pergunta”. Magali afirma que as mulheres que retomaram o projeto eram todas “traumatizadas com ONG” e, por isso, “foi muito tranquilo pra nós decidir que *a gente não queria um perfil de presidência, de ONG, que prendesse as mulheres à gente*”.⁸¹⁰

A crítica ao modelo associado às ONGs, visto como centralizador, sem resultado prático e assistencialista, se relaciona à experiência dessas militantes em diversos movimentos e às interlocuções destes com organizações não governamentais e reporta também uma crítica comum a organizações de mulheres negras e feministas formadas ao longo dos anos 1990, já mencionada no primeiro capítulo. Quando referem-se às ONGs, as mulheres, em especial as mais experientes, falam de ações realizadas por “favor” ou por dinheiro,⁸¹¹ a criação de nomes grandiosos e o afastamento dos grupos “populares” e tecem uma crítica ao que consideram uma confusão entre movimentos sociais e Estado, advogando por sua separação. Nesse sentido, as militantes afirmavam a necessidade de independência do poder público e frequentemente diziam que “movimento popular não é Estado”, alertando que sua atuação não deveria ter como propósito “substituir” o Estado ou resolver os problemas que cabem às instituições, mas pressioná-las para que o fizessem. A relação desejável com o Estado, portanto, era de pressão e não de inserção.⁸¹² Por fim, as ONGs são geralmente apresentadas como espaços compostos predominantemente por mulheres “acadêmicas”, brancas e de classe média-alta, as quais, segundo as interlocutoras da pesquisa, seriam hábeis e rápidas ao repor essas distinções sociais no contato com as militantes “populares”.⁸¹³

⁸¹⁰ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018 (ambas as falas citadas).

⁸¹¹ Em uma conversa informal, enquanto aguardávamos a entrada na PFC para uma das aulas do curso, uma das PLPs me relatava que seu desconforto com as tentativas de aproximação de uma ONG de Campinas do trabalho na PFC. Segundo ela, “Que interesse ela [a ONG] vai ter de resolver os problemas? Ela ganha dinheiro com isso” (Diário de campo, 28/06/2018).

⁸¹² Durante o trabalho de campo, o grupo não dispunha de recursos fora os levantados em atividades como bazares, almoços e atividades semelhantes. Acompanhei como colaboradora algumas conversas acerca da escrita de projetos para editais e captação de recursos, nas quais eram sempre pontuadas questões acerca do propósito e uso do dinheiro. Nesse período, a Associação Cida da Terra não chegou a se inscrever em nenhum dos editais considerados. Em 2019, uma das principais razões para a busca desses recursos, a obtenção de uma sede, foi resolvida com a aprovação em abril de 2019 do Projeto de Lei Ordinária 26/2019, de autoria da vereadora Mariana Conti (PSOL), que declara as PLPs de Campinas uma entidade de utilidade pública municipal. Em decorrência disso, alguns meses depois, em julho, as PLPs obtiveram duas salas para sua sede no Centro de Integração da Cidadania (CIC) do bairro Vida Nova.

⁸¹³ Acerca do curso de PLPs encerrado em 1997, Magali relata que uma das organizadoras teria levado os documentos para outra cidade e que, sem a perícia burocrática necessária, as mulheres que desejavam dar continuidade ao curso teriam compreendido que ele seria inviável sem essa documentação, ficando, em suas palavras, ficado “meio refém” das ONGs. Referindo-se a uma dessas militantes, diz que “ainda tinha essa coisa

A proposição de um “perfil militante” se opunha também a modelos mais atados à universidade, também comuns entre as PLPs. A esse respeito, as promotoras entrevistadas justificam sua posição dizendo que “não seríamos nós as doutoras da fala”⁸¹⁴ ou “as detentoras de uma formação popular em direitos para mulheres”.⁸¹⁵ A prioridade de formar um movimento social, além das tensões já mencionadas, parece relacionar-se à distinção entre conhecimento socialmente legitimado e formação popular. Assim, as PLPs de Campinas almejam transformar as participantes em formadoras populares mediante o compartilhamento de saberes, bem como apresentar as visões e pautas que o movimento defende e compartilha, tornando-as suas representantes tanto quanto as promotoras mais experientes. Esse é um ponto nevrálgico na percepção das participantes quanto à importância das PLPs em sua trajetória de militância, como evidencia a fala de Regina Teodoro sobre a ampliação de sua confiança e capacidade de diálogo e negociação em variadas instâncias políticas:

quando a gente [Sind.Dom.] discutia com os parlamentares, a gente falava o que queria e eles ficavam dizendo, “Ah, mas a constituição não garante”, “O ministério não garante”, bla bla bla, e a gente voltava [pra casa]. Hoje não. Hoje a gente consegue falar, “Não garante, mas eu estou dizendo que eu quero que você me diga por onde garante, porque que não garante eu já sei”. Jamais eu tinha esse empoderamento. Isso é por conta das PLPs, onde ela empodera qualquer mulher para ter a confiança do conhecimento de seus direitos e se ela não tem, na medida em que ela se forma dentro das promotoras, ela se capacita e ela cria coragem e ela sabe [...]. *A gente transforma a militância em formadora popular.* Hoje eu não falo mais que sou militante, não... *Eu sou militante, mas eu sou formadora popular.* Foram esses anos todos de intervenção política, sindical, partidária, *hoje eu digo que sou formadora popular.* Eu não preciso do Sindicato pra sentar com qualquer um e fazer os debates daquilo que eu acredito, né?⁸¹⁶

Dito de outro modo, a proposta do curso de PLPs em Campinas não é exclusivamente informar ou fomentar o que poderíamos chamar de empoderamento ou conscientização individual, mas formar para a ação política coletiva. Com essa orientação, o curso é a porta de entrada para a Associação Cida da Terra – algumas das militantes, inclusive, o fazem com o exposto propósito de participar da associação:

Eu nunca escondi isso nem das próprias PLPs, que eu fui fazer o curso para participar da Cida da Terra, que é a associação, que é onde se organiza [a ação das PLPs locais]... E eu acho que faz muita diferença no trabalho que a gente se propõe ter um curso mesmo, que consegue pautar [questões como um movimento social]. [...] nessa responsabilidade e visão de quem traz o curso pra Campinas do jeito que a gente faz hoje, que é pensar as PLPs como um movimento social, e não um curso de formação, e aí nesse sentido eu acho que eu fui fazer o curso pensando nisso, queria participar

bacana que essas pessoas sabem dizer que é ‘eu tenho estudo e você não’. Então, ela tinha vontade, mas não tinha como continuar com esse empecilho, que era o documento, e que na cabeça dela era um empecilho, mas, na verdade, não era” (Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018).

⁸¹⁴ Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018.

⁸¹⁵ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

⁸¹⁶ Fala de Regina Teodoro na Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, 15/10/2016.

da Cida da Terra e, num dado momento, eu percebi que só seria possível eu ter o diálogo que eu tenho com as PLPs hoje se eu passasse pelo curso e fosse PLP.⁸¹⁷

Durante o trabalho de campo, a Associação promoveu pelo menos cinco cursos, sediados nos bairros Vida Nova, Parque Oziel (curso voltado às mulheres mais jovens), DIC5 e Vista Alegre, além de um na Penitenciária Feminina de Campinas. À exceção do curso na PFC, eles tinham duas ou três aulas por semana, com carga horária semanal de 3h, exceto durante as férias escolares.⁸¹⁸ Com pequenas modificações, os cursos foram organizados em seis módulos voltados às discussões sobre organização feminista, instituições, direitos, movimentos sociais, violência, legislação, diversidade, saúde e direitos reprodutivos, comunicação, etc.⁸¹⁹ Na última aula de cada módulo, era realizada uma “vivência” – conversa ou atividade organizada a partir de um filme, produção artística ou fala de alguma convidada. Quase todas as aulas são dadas por convidadas especialistas e/ou engajadas na área em questão (militantes, professoras e pesquisadoras, defensoras públicas, conselheiras tutelares, agentes de saúde, advogadas, etc.). Ao fim do curso, é realizada uma formatura, que é frequentada por muitas PLPs, outros movimentos sociais, convidados das formandas e pessoas envolvidas direta ou indiretamente na realização do curso (como representantes e funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária, agentes de saúde, membros das associações de bairro, etc.), etc. A organização do curso é de responsabilidade principal da Comissão Pedagógica da Associação, formada por aproximadamente 5 mulheres, as quais dividem as tarefas entre si e costumam parcerias com movimentos e grupos populares nas comunidades.

Além do curso, as PLPs atuam diretamente nas comunidades, atendendo, acolhendo e acompanhando casos de violência contra as mulheres. A maior parte dos casos atendidos são de violência doméstica e, mais esporadicamente, estupros. No entanto, por conta

⁸¹⁷ Entrevista Mariana, 32 anos, participante do CMNLG, das PLPs e da Casa de Cultura Tainã, em 17/07/2018.

⁸¹⁸ O curso na PFC teve a mesma carga horária, porém concentrada em 4 meses, dada a possibilidade de transferência das participantes ou sua progressão para outros regimes de encarceramento no meio das atividades, o que de fato ocorreu.

⁸¹⁹ Nos cursos de Campinas, especificamente, os módulos foram: 1) “Gênero, patriarcado, movimento feminista e as PLPs”, no qual se discute a formação social de homens e mulheres, a história do movimento feminista e apresenta-se o projeto das PLPs; 2) “Para que serve o direito?”, com debates acerca dos três poderes, sociedade, Estado, direitos humanos e direito; 3) “Direitos e mobilização social”, que discute movimentos feministas, associações sindicais, movimentos de mulheres negras e interseccionalidade; 4) “Violência contra as mulheres”, que apresentou, no primeiro bloco a lei Maria da Penha, os conceitos de “ciclo da violência” e “cultura do estupro”, violência sexual, psicológica, emocional e patrimonial e, no segundo bloco, a lei do feminicídio, o funcionamento das Delegacias da Mulher, os diversos juizados e equipamentos da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência e o conceito de “violência de gênero”; 6) “Direito à diversidade”, que discutiu a laicidade do Estado, violência religiosa, geracional, diversidade sexual e os direitos e proteção a crianças e adolescentes; 7) “Construindo a sociedade do bem viver”, com debates sobre saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, comunicação não violenta, a ideia de “bem-viver” e, por fim, uma aula dedicada à avaliação do curso. Sobre outros cursos de PLPs no Brasil, cf.: Bonetti, 2000, 2005; Teles, s/d; Themis, 1998; Geledés, 2013.

das parcerias da Associação de Campinas, alguns atendimentos mais especializados eram realizados às vezes pelas promotoras mais experientes – tais como ações voltadas à proteção das profissionais do sexo, intervenções quanto a mulheres e meninas traficadas e mulheres transexuais na periferia. Internamente, ao fim da realização do curso, as mulheres passam a participar de uma série de reuniões, seminários locais e regionais, são inseridas em comissões, formações e debates voltados à compreensão das especificidades de vários grupos, articulação de demandas e prioridades de ação das PLPs.⁸²⁰

Embora o projeto já se inicie voltado às mulheres periféricas e considerando as questões inter-relacionadas de gênero e classe, assim como no GMP, suas participantes relacionam a entrada nas PLPs ao seu processo pessoal de definirem-se como feministas:

[Antes de entrar nas PLPs] não tinha ainda me autodeclarado feminista. Eu acho que as PLPs têm duas importâncias pra mim. A primeira importância é essa de perceber que de verdade tudo que eu fazia, tudo que eu acreditava era feminismo, né, porque mesmo estando dentro do FECONEZU desde o início eu comprei grandes paus com os caras e fui pra cima, e sempre defendi a posição das mulheres, né? Essa é uma coisa. A segunda coisa é que, para mim, as PLPs é uma estratégia de dialogar com as mulheres negras e pobres, porque, como PLP, eu dialogo mais, porque eu venho com um discurso, com a indagação de “quem somos nós mulheres”, né, que que nós somos na sociedade, que que é violência, e o que que é isso concreto que você tá passando, não é um discurso só racial, é um discurso mais completo do ponto de vista de que, se é verdade que eu [mulher e negra] sou a mais pobre do mundo, como PLP, eu dialogo com as mais pobres, com as minhas iguais, né?⁸²¹

3.3. *Periferias da periferia*

Os grupos feministas populares são importantes participantes da FMNCR e constituem referências práticas de militância e mobilização de mulheres, as quais são reverenciadas e honradas em uma série de atividades públicas, assim como na dinâmica cotidiana da organização. Sua relevância também se dá no plano do discurso e das visões de mundo, muitos dos quais são endossados pela FMNCR. Além das questões que descrevi no capítulo anterior como “ausência do Estado”, oriundas principalmente desses movimentos e fortemente vinculadas a eles, os modos como discutem e pensam a categoria “mulheres”, assim como seus encaixes e interlocuções com outros grupos, sindicatos e movimentos feministas, têm grande influência na FMNCR.

⁸²⁰ Há uma série de comissões voltadas, por exemplo, à comunicação, realização dos cursos, mapeamento de novos territórios, cuidados e revezamento no cuidado com a sede e atendimento ao público e questões temáticas (juventude, terceira idade, relações raciais, identidade de gênero, tráfico de mulheres e crianças, etc.).

⁸²¹ Entrevista Magali, 10/07/2018. Refere-se à formação como PLP, na segunda metade dos anos 1990.

Encontramos, nesses movimentos, discursos e ações políticas que partem das experiências das mulheres que habitam as periferias urbanas, considerando suas necessidades e condições de vida e formando comunidades políticas centradas nesse espaço.⁸²² A formulação de uma crítica à marginalidade,⁸²³ aqui, está atrelada às percepções das mulheres acerca das experiências nessas áreas urbanas, visando articular, a partir do chão comum da periferia, seus problemas cotidianos e demandas políticas. Nesse sentido, a crescente ênfase nas mulheres e o princípio de seu posicionamento no campo feminista verificados na atuação do GMP, podem ser pensadas como um processo de enquadramento dessas mulheres como uma espécie de “periferia da periferia”, perceptível na discussão acerca do nome do grupo em meados dos anos 1990:

Constatou-se [nesse período] também o crescimento geográfico do município. Assim, muitos bairros que até então eram periféricos, estavam rodeados por novos empreendimentos imobiliários ou ocupações em terrenos públicos. Em consequência, o nome não correspondia à realidade. No entanto, as reflexões sobre o empoderamento das mulheres prosseguiram, e as dificuldades na participação política apareciam com maior clareza. [...] Em 1999, consagrou-se Grupo de Mulheres *na* Periferia com a reflexão a partir da sugestão de Fátima Barbosa. A sigla GMP mantém-se até hoje, com um novo significado: *as mulheres continuam na periferia das decisões, sendo distantes do poder de decisão no mundo que as cerca.*⁸²⁴

A sugestão de mudar o nome de Grupo de Mulheres *da* Periferia para Grupo de Mulheres *na* Periferia, pautada na percepção dos distintos níveis de consolidação das periferias urbanas⁸²⁵ à época marcava, como já mencionado, uma proposta de discussão acerca do lugar ocupado pelas mulheres nos espaços decisórios das comunidades e do poder político. Concomitantemente, o grupo, até então distanciado dos debates feministas, passou a integrá-los e disputa-los a partir da “realidade vivida” nesses territórios e circunstâncias.

Percorrendo também os terrenos à margem das margens, as PLPs representam outro momento da articulação das mulheres populares, partindo de um contexto distinto daquele do GMP, assim como de outras relações. As alterações contextuais, como dito acerca do processo de renomeação do GMP, correspondem às transformações nos territórios entendidos como periferias urbanas, que ao longo dos anos 1980 e 1990, tornam instáveis as designações tradicionais da polarização geográfica entre “centro” e “periferia”. Ao mesmo tempo, a redução da importância de alguns atores (como as CEBs⁸²⁶ e os sindicatos operários) e a centralização

⁸²² Durham, 1984.

⁸²³ Lopes, 1988.

⁸²⁴ Roy, 2012, p.31, grifos meus.

⁸²⁵ Frúgoli Jr., 2005, p.144.

⁸²⁶ O deslocamento das CEBs, trabalhado em maior extensão por Medeiros (2017), já aparece no GMP. Ainda que as participantes mantenham a ética oriunda da das CEBs, as mudanças na organização da Igreja parecem desvinculá-la da atuação popular, como vemos nas falas seguintes: “Participo da comunidade, mas é tudo

de outros, como as ONGs e os grupos feministas, também integram esse quadro.⁸²⁷ Assim, as PLPs de Campinas portam desde seu início a denominação “feminista popular” e têm por objetivo expresso “atingir as mulheres da periferia”. Segundo Regina Teodoro, por exemplo:

acabamos vendo que nas PLPs a gente lida só com mulheres, então isso é muito bacana porque, pelo menos, nesse caminho a gente consegue fortalecer um grupo “x” de mulheres [...]. E isso é muito bom, isso ajuda a fortalecer tanto a questão racial, como as domésticas, como a mulher comum, as mulheres da periferia, a gente atinge mais elas diretamente. Então, eu acho que as PLPs foi uma chave que a gente achou pra tudo, e aí, a partir dela, a gente vai com as mulheres dos bairros, das associações, com as mulheres da periferia, fazendo outros... interferindo em outras situações importantes, sem que elas estejam envolvidas em movimento algum.⁸²⁸

Essa “chave para tudo” aponta para a conformação de um terreno compartilhado que permite que as PLPs enxerguem, a partir dessas periferias, outros grupos marginalizados. Tendo nascido voltado às mulheres e à discussão sobre classe social, à medida em que o movimento avança no entendimento das formas de violência que incidem sobre diferentes grupos de mulheres (trabalhadoras sexuais, transsexuais, traficadas, jovens, presidiárias, senhoras, donas de casa, etc.), outras periferias surgem, ainda mais longínquas de um centro que se torna cada vez mais complexo. Segundo uma das promotoras:

Nas PLPs, eu diria que a categoria periferia está sempre para *uma questão mais humana*, o sentido que eu acho que traduz sempre bem, que é a frase que a Magali sempre diz “as mulheres mais invisíveis do que nós”. Aí eu acho que a gente continua olhando talvez para esse espectro do privilégio, mas não de uma forma consciente e refletida como é no Lélia [Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez]. [...] Agora, me parece que *quando a gente usa “as mulheres mais invisíveis do que nós”, eu acho que essa periferia também vira isso*, entendeu? Quem são as mulheres mais invisíveis do que nós? Ah, são as mulheres presidiárias... Ah, são as mulheres em situação de rua... São as mulheres isso e aquilo. Mas aí a gente mobiliza uma pauta. Eu acho que todos os grupos, quando eu olho, do que a gente chama “mais invisíveis do que nós”, você tem uma pauta ali por trás. Então, profissionais do sexo, a questão da regulamentação, o trabalho não regulamentado; violências implicadas para uma mulher, para as mulheres aqui na penitenciária, esse lugar das mulheres em cárcere nessa sociedade que pune mais a mulher, né, que traz essa questão, por exemplo, de porque esse presídio [PFC] antes [quando era masculino] era conhecido na cidade e agora não é mais... Mas, percebe? Eu acho que a gente mobiliza alguma coisa que não é de forma muito hierárquica. [...] Quando eu olho [como PLP] para as trabalhadoras do sexo, *eu estou olhando para uma pauta*⁸²⁹

A reflexão e o processo de incorporação dessas pautas são associados, inicialmente, à própria presença dessas mulheres na Associação Cida da Terra. Assim, a

diferente... os padres não aceitam muito as CEBs, não sei porquê. Hoje só faz o que o padre manda. Antes era de baixo para cima, e hoje é o contrário. Ele que determina” (Valentina da Costa Souza). “Tudo é muito diferente na paróquia, não é como na comunidade... Hoje a coisa mais difícil é ouvir falar de luta na Igreja” (Madalena R.) (Roy, 2012, p.90).

⁸²⁷ Frúgoli Jr., 2005, pp.144-145.

⁸²⁸ Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018. Acerca desse “grupo ‘x’”, Teodoro explica que o foco central das PLPs, desde seu início, era “atingir as mulheres da periferia que estão morrendo, que estão sofrendo, que estão com dificuldade de viver com os filhos usuários de droga, e tudo isso”.

⁸²⁹ Entrevista Mariana, 17/07/2018.

formação e atuação enquanto PLPs de lideranças e participantes da AMG e de grupos voltados à população LGBTQI+, em especial a Casa Sem Preconceitos,⁸³⁰ estreitaram os laços entre esses grupos e resultaram, nas PLPs, em uma intensificação da reflexão e atuação sobre essas questões:

Esse foi um movimento que *as próprias corporalidades trazem*, né? E aí quando eu falo que as corporalidades trazem, por exemplo, eu olho para esse movimento que tem uma participação ativa das meninas de Jundiaí, das Clandestinas [grupo musical de hip hop feminino LGBT]... Não tem como você, enquanto movimento, em algum momento não parar, olhar e falar que não tem jeito, a gente vai ter que discutir sexualidade e orientação de gênero. Porque se não, não dá pra essas meninas estarem nesse grupo [as PLPs], porque elas são um grupo que pauta [sexualidade e gênero] no cotidiano delas, anteriormente a serem PLPs.⁸³¹

É, eu vir [para as PLPs], eu digo que eu gostei bastante porque *eu vejo as PLPs como redução de danos*, ele dá a abertura justamente para que a gente quebre.... Aí, as pessoas me ver, uma mulher trans, estar dentro do movimento das PLPs, te dá a liberdade de você falar um pouco do meu movimento, e elas reconhecerem, entenderem e através desse diálogo que a gente vai diminuindo e tentando quebrar um pouco dessa transfobia [...]. Através dessa liberdade de você ter várias pessoas de vários movimentos, negros, brancos, baixos, gordos, lésbicas, trans, abre para que a gente possa falar um pouco de cada movimento e expandir as questões.⁸³²

Em outras ocasiões, as parcerias podem ser ativamente buscadas em função de um tema ou área de atuação comum, mediante uma percepção de especial vulnerabilidade de um grupo de mulheres à violência. Essa percepção é geralmente derivada dos debates e observações das próprias PLPs em sua vivência das áreas periféricas específicas. É o caso, por exemplo, da questão do tráfico de meninas e mulheres, trazida principalmente a partir da discussão acerca do trabalho sexual, e que começava, ao fim do trabalho de campo, a ser percorrida pelo grupo por meio de um mapeamento do campo de atuação e pesquisa feminista em busca de associações proveitosas, que, em suma, auxiliassem em sua capacitação para lidar com essas questões. Em todos esses casos a parceria resulta numa abertura ou ampliação dos atendimentos especializados mencionados anteriormente, pensados à luz da especificidade dos grupos.

Isso não significa, porém, que essas questões não engendrem conflitos entre as PLPs ou que sejam trabalhadas sem maiores percalços. Ao contrário, geralmente há um desencontro de expectativas entre o grupo geral e as mulheres que querem encaminhar esses temas, o que resulta em debates acalorados e reuniões de mapeamento de expectativas e

⁸³⁰ Casa de abrigo para mulheres transsexuais e travestis em situação de rua. Cf.: Vídeo de divulgação (<https://www.youtube.com/watch?v=YWQDofABbVA>).

⁸³¹ Entrevista Mariana, 17/07/2018.

⁸³² Entrevista Suzy Cristel, organizadora da Casa Sem Preconceitos, 31/07/2018. Vale ressaltar que “redução de danos” refere-se a uma perspectiva de abordagem na assistência social, a qual Suzy realiza como profissional da assistência social. Cf.: IHRA, 2010.

estratégias. Um dos temas classificados como espinhosos e mais mencionados nesse sentido é, justamente e a despeito do grande número de PLPs negras, a discussão racial. Segundo as participantes, esse seria um debate difícil desde o princípio da organização, a qual, vinculada aos debates de gênero e classe, tem, em um primeiro momento, “uma recusa muito grande de discutir a questão racial”.⁸³³ Quando falam disso, as promotoras entrevistadas lembram que, apesar do “olhar popular”, a formulação do projeto de promotoras guarda vínculos com o “feminismo clássico” ou “tradicional”,⁸³⁴ o que, para elas, explica a exclusão ou a redução dos debates sobre a questão racial. Apesar da ampliação das discussões ao longo dos anos do projeto, esta contenda, que ocasionou a saída de várias promotoras em diferentes momentos, segue vigente. As formas de abordagem a esse conflito, para além de debates e formações, passam por um exercício de disposição, convivência e escuta, alinhado à percepção das mulheres de que “é muito novo pro feminismo discutir que o fato de que você ser feminista não significa que você não seja racista” e de que o racismo “é sempre um desafio na sociedade brasileira”.⁸³⁵ Assim, ainda que com tensões por vezes bastante agravadas, entende-se que essas questões devem ser resolvidas por meio de diálogos e “construídas coletivamente”:

A gente é de uma organização mista do ponto de vista racial, [então] a gente tem que ensinar, não dá pra [só brigar] se não, nós vamos expulsar todo mundo. [...] a gente conversou muito, então pra mim é essa a construção, né, porque nós não estamos falando de homens brancos com mais de cinquenta anos, nós estamos falando de mulheres que, em uma determinada medida, sofrem discriminação juntas e olham as outras sofrendo discriminação, que é o caso das brancas com as negras. Agora, o que que nós temos em comum? Nós temos em comum que nós estamos lidando com classe, então quem não é pobre está lidando com a pobreza, que é [definida por] gênero, raça e classe. Então, o que nós temos em comum é ser mulher e que nós estamos lidando com classe, então no lidar com a classe dá pra dialogar com elas [...]. Agora, qual é a minha possibilidade [de resolução desses conflitos]? [...]. E aí, o que que foi a resolução do encontro? Nós vamos afinar o nosso discurso em relação a racismo, a homofobia porque são duas questões que as pessoas não estão entendendo aqui dentro. Nós estamos falando de direção! A direção das PLPs não está entendendo, então nós vamos ter que entender, então todos os encontros nossos agora tem esses dois pontos.⁸³⁶

A gente enquanto grupo tem se pautado a construir isso, e que eu acho que isso só é possível porque existem, por exemplo, PLPs negras que toparam participar desse movimento mesmo. [...] Então, eu acho que isso é sempre difícil, o que tem de desafiador é um trabalho de construção. E isso não é feito em uma reunião, em um seminário, em uma aula. *Isso é feito num cotidiano, e num cotidiano tem que passar até por nós*⁸³⁷

⁸³³ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

⁸³⁴ Feminismo “clássico”, “branco” e “tradicional” são, por vezes, empregados como termos intercambiáveis.

⁸³⁵ Entrevista Mariana, 17/07/2018.

⁸³⁶ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

⁸³⁷ Entrevista Mariana, 17/07/2018.

Tanto no GMP como nas PLPs, o processo de automeação como feminista passou por uma marcação de especificidades, as quais são retomadas nos relatos dos embates com “as feministas”, no caso do GMP, e com o “feminismo clássico”, no caso das PLPs. Esse processo pode ser visto por meio do conceito de “campos discursivos de ação”⁸³⁸ que, como mencionado no primeiro capítulo, é proposto por Sônia Alvarez como um substituto ao de movimentos sociais. O conceito procura salientar a existência de um espaço de debates e ações políticas (especificamente, o feminismo) simultaneamente ocupado por uma ampla variedade de atores coletivos e individuais, os quais, situados em diferentes “lugares sociais, culturais e políticos”,⁸³⁹ disputam visões de mundo, significados e linguagens políticas. Nesse sentido, o conceito ressalta a pluralidade e heterogeneidade dos vários atores no campo feminista e toma suas disputas em torno de pertencimento e autenticidade como constitutivas desse campo. Assim, a formulação de uma identidade política – “feminista popular” – que se define, em oposição ao “feminismo clássico”, seja por meio da afirmação de uma priorização da “realidade vivida” das mulheres “dos bairros”,⁸⁴⁰ seja pela negação da “institucionalização” e do “formato ONG” ou, ainda, na sinalização dos limites desse “feminismo clássico” no que tange às questões de classe e raça, realça essas disputas por pertencimento e autenticidade no interior de um mesmo campo discursivo.

Contudo, vale sinalizar que essa disputa de representações e significados “*para e entre si*”⁸⁴¹ frequentemente se dá não apenas no interior de um único campo, mas em interlocução simultânea com embates travados com e em outros campos. Isso fica evidente no processo de constituição do GMP, no qual vemos que a constituição de uma identidade política, ao menos em um primeiro momento, se deu não apenas em oposição às “feministas”, mas – e talvez sobretudo – em disputas com associações de bairro, sindicatos e movimentos populares. Em outras palavras, essa identidade foi produzida na sobreposição de vários campos e em interlocução com categorias e visões de mundo distintas. Assim como Zanoli, observo que as conexões entre esses “campos” ou “movimentos” por meio da circulação de sujeitos que, consigo, faziam circular pautas, estratégias, categorias, etc. sempre ocorreram e que “delimitar um ‘campo’ a partir das ‘identidades políticas’ de um movimento social, ou a partir de suas demandas, é um modo, ainda que por vezes necessário, arbitrário de cortar a rede que conecta

⁸³⁸ Alvarez, 2014, p.16.

⁸³⁹ Idem, p.18.

⁸⁴⁰ Cf. tb. Perry e Caminha, 2008.

⁸⁴¹ Alvarez, 2014, p.19, grifos no original.

ativistas e que faz circular repertórios e enquadramentos associados à ação política”.⁸⁴² Dessa forma, temos aqui uma questão sobre como delimitar esses campos e, ao mesmo tempo, pensar sobre suas relações.

Um segundo ponto importante é que, à medida em que essas categorias de identidade política circulam entre os vários grupos e são acessadas por variados atores sociais, elas passam a marcar tendências políticas que independem da filiação aos grupos específicos (no caso, GMP e PLPs), ainda que se refiram a eles e procurem estabelecer relações de continuidade que se desdobram em aproximações de identidades políticas aparentemente distintas. Nesse sentido, noto que a denominação “feminista popular” também aparece na FMNCR como uma marcação de tendência ou alinhamento no campo feminista mais amplo, que pode ser empregada por mulheres não filiadas a esses grupos para descrever suas orientações e prioridades políticas, por vezes em sobreposição a outras denominações (“putafeminista popular” ou “feminista popular negra”, por exemplo). Trata-se, enfim, de uma forma de identificação predominante entre as mulheres mais experientes

Em uma das atividades da FMNCR, por exemplo, uma das participantes explica o sentido de feminismo negro perseguido pela organização nos seguintes termos:

é um feminismo popular, [...] é um feminismo de pessoas que não têm uma infraestrutura na vida... de vida, né? A gente ainda tá na sobrevida. Todo mundo trabalha, todo mundo tem filho pra criar, então é uma militância muito complexa e, por isso mesmo, muito afetuosa, de muita solidariedade, de muita sororidade e muito difícil.⁸⁴³

Ao aproximar a nomeação “feminismo popular” de “feminismo negro” – que, a princípio, constitui outra tendência política com suas particularidades –, a participante endossa as tensões a partir das quais a categoria “feminismo popular” foi forjada (com o “feminismo clássico”, mas também com as associações de bairro, sindicatos e movimentos populares), retoma a busca por uma identidade política a partir das periferias urbanas e das margens desses espaços políticos e, por fim, salienta a posição referencial que esses grupos ocupam na formação das jovens negras em Campinas.

Com isso, ao contrário do que alega Medeiros – que identifica uma “crise de sustentabilidade prolongada” nos feminismos populares na Zona Leste de São Paulo a partir da redução do escoamento de recursos públicos para seu financiamento e manutenção e a incorporação de alguns desses grupos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo –, não encontrei nessa pesquisa um esvaziamento ou

⁸⁴² Zanolli, 2019, p.29.

⁸⁴³ Fala de Cibele Rodrigues na Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, 15/10/2016.

crise de sentido e sustentabilidade entre os feminismos populares, em especial as PLPs de Campinas, mas sim sua reconstituição enquanto referência simultaneamente “ancestral” e presente para as recentes organizações feministas campineiras, mesmo quando estas, como a FMNCR, procuraram se organizar a partir de outras identidades políticas, tais como “feminismo negro”. Se a ausência majoritária de financiamentos provenientes do Estado e a preocupação em distinguir movimentos sociais e instituições que observamos entre os grupos campineiros possivelmente evitaram ou suavizaram uma crise semelhante nesse contexto, certamente a reivindicação dessa nomeação e sua vinculação com identidades políticas que vem se tornando progressivamente mais relevantes no cenário político contemporâneo não deve ser desprezada.

4. Interseccionais e Periféricos

Um último feixe de grupos incluídos na FMNCR é formado majoritariamente por jovens, geralmente entre 19 e 35 anos, organizadas em diversos coletivos políticos relativamente recentes, iniciados nos anos 2000 e, principalmente, a partir da década de 2010. Há, nesses grupos, uma parcela maior de participantes de fora de Campinas, a maior parte delas e deles vêm de outras cidades no estado de São Paulo e veio à cidade sem acompanhantes ou familiares. Algumas começaram seu percurso político já em Campinas, a partir de interlocuções com diversos grupos negros, feministas e discussões em ambientes diversos.

Nas atividades desses grupos, em sua maioria coletivos pequenos, a educação e a cultura aparecem como eixos prioritários, com grande número de atividades artísticas (saraus, batalhas de rap, shows, etc.) e formações. Trata-se de grupos de jovens negros e periféricos, LGBTQTI+ e feministas interseccionais (ou apenas “interseccionais”). São eles: o Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, o grupo Aos Brados!! Por uma vivência digna da sexualidade, o Coletivo Feminista Rosa-Lilás,⁸⁴⁴ o Coletivo de Negras e Negros Raízes da

⁸⁴⁴ O coletivo Rosa Lilás se descreve como “um coletivo feminista que atua em prol do desenvolvimento de políticas públicas no interior de São Paulo desde 2011. Lutamos contra a desigualdade e violência de gênero. #ÉPelaVidaDasMulheres”. Na página do grupo no Facebook, ele relata ser formado em Barão Geraldo, distrito na região noroeste de Campinas, onde está localizada a Unicamp, e afirma se organizar contra o machismo e violência, realizando reuniões periódicas, protestos, abaixo assinados, “beijaços” e “saiços”. Embora a página não vincule o grupo ao PSOL – exceto em seu e-mail (rosalilaspsol@...) –, suas participantes são todas filiadas ao partido e, segundo as interlocutoras dessa pesquisa, há grande proximidade. (Disponível em: <https://www.facebook.com/rosalilasfeminista/>)

Liberdade⁸⁴⁵ e o Quilombo Urbano OMG.⁸⁴⁶ Considerando a relevância de sua organização e pautas na FMNCR, olharei, no que se segue, para os dois primeiros. Sua nomeação como “interseccionais” e “periféricos” acompanha os modos como frequentemente os membros desses grupos descrevem a si mesmos e aos seus coletivos – embora os outros grupos da FMNCR já descritos também empreguem a noção de “periferia” para se referir ao seu campo de atuação, eles não costumam empregar o adjetivo “periféricos” para se autodescrever.⁸⁴⁷ Desse modo, esses grupos marcam a entrada dos termos “interseccional”/“interseccionalidade” e “periféricos” na rede da FMNCR.

4.1. *Aos Brados!!! Por uma vivência digna da sexualidade*

O Aos Brados é um grupo LGBT formado em 2001, a partir de uma cisão de um movimento LGBT mais antigo na cidade, o Identidade.⁸⁴⁸ O grupo é composto por pessoas entre 18 e 50 anos, em sua maioria jovens negros com baixa escolaridade, todas oriundas de bairros da periferia da região. Embora à época do trabalho de campo o grupo fosse majoritariamente masculino, os relatos acerca do AB enfatizam a participação das mulheres e a busca por um espaço igualitário e não machista ao longo de sua trajetória de formação e atuação, a qual contou com pausas e momentos de maior atividade. A sede do grupo é uma sala no prédio da Central Única dos Trabalhadores de Campinas – onde também era a sede da

⁸⁴⁵ O coletivo Raízes da Liberdade foi formado em 2014. Em sua página do Facebook, o grupo se define como um grupo de negras e negros contra o genocídio dos povos latino-americanos, diz ter sido formado após os protestos de Julho de 2013 e apresenta fortes críticas à atuação do governo de Dilma Rousseff à época. Segundo as participantes do coletivo com quem conversei, sua formação se relaciona também ao caso Cláudia da Silva e à marginalidade dos debates pertinentes à população negra no PSOL, partido com o qual está articulado de forma semelhante ao Rosa-Lilás. Segundo uma das filiadas, as disputas no partido têm sido levadas a partir de uma estratégia discursiva que joga com as ideias de “minorias” (política, em termos de representação) e “maioria” (demográfica, no país). Esse “enquadramento interpretativo” longo do movimento negro (cf. Rios, 2019) é ampliado de modo a incluir outros grupos parceiros – mulheres e LGBTs – como vemos, por exemplo, na *Semana da Maioria*, uma semana de atividades realizada, pelo menos, em 2014 e 2015, em que os organizadores eram participantes desses três grupos. (Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivoraizesdaliberdade/>)

⁸⁴⁶ O Quilombo Urbano OMG, formado em 2014, poderia, também, ter sido incluído entre quaisquer outros grupos elencados nesse capítulo, considerando seu funcionamento, similar à Tainã e à Roseira, como uma espécie de incubadora, sediando uma série de atividades das PLPs, de grupos do movimento negro, coletivos jovens, etc. Situo-o nesse grupo considerando que a maior parte de suas atividades são voltadas à juventude – cursinho popular, rodas de capoeira, atividades artísticas e culturais, cursos de PLPs jovens, etc. (Cf.: https://pt-br.facebook.com/pg/OMG.QuilomboUrbano/about/?ref=page_internal).

⁸⁴⁷ Cf. tb. Oliveira, 2019, especialmente o capítulo 3.

⁸⁴⁸ Conto a história do Aos Brados conforme ela me foi relatada por Lúcia Castro, a fundadora do grupo, e expressa ao longo das atividades do grupo que acompanhei – todas elas atividades externas (palestras, falas, atividades públicas, etc.). Uma versão mais completa e com algumas diferenças é reportada por Vinícius Zanolli (2019), cujo trabalho versou especificamente sobre o AB.

Associação de Mulheres Guerreiras à época da pesquisa – , obtida por conta das relações de suas fundadoras com a CUT e o PT.⁸⁴⁹

A história do coletivo confunde-se com a de uma de suas fundadoras, Lúcia Castro, cuja atuação em meio a uma rede extensa de espaços e organizações políticas da cidade – “ativismos LGBT, activismos culturais negros, terreiros de umbanda e candomblé, ativistas culturais de periferia, activismos populares, partidos políticos, centrais sindicais, dentre outros” – ⁸⁵⁰ contribuiu para o caráter multifacetado da militância do Aos Brados. Envolvida no Identidade desde sua fundação, em 1998, Lúcia apresenta diferentes razões para encerrar sua participação no grupo. Segundo ela, o Identidade era distante da realidade vivenciada pela população LGBT nos bairros periféricos e fora dos redutos da elite, concentrando-se em atividades voltadas à autoestima e sem propostas efetivas de intervenção na marginalização e violência vivenciada pelos LGBTs periféricos.⁸⁵¹ Além disso, ela menciona a prevalência das demandas dos homens no movimento⁸⁵² e sua reflexão sobre a possibilidade de integrar um grupo de lésbicas durante seu tempo no Identidade. De qualquer forma, a altercação com o Identidade chega ao ápice em 2000, quando Lúcia é expulsa do grupo e sai acompanhada por sua companheira e um pequeno grupo de militantes. Ela descreve sua questão com o Identidade como uma “briga de classe [social]”. Segundo ela,

O Identidade tinha uma posição muito acadêmica, a periferia sem informação do que é um computador, de ter um acesso à internet, celular. [...] Tinha palavras tecnológicas que a gente não compreendia e o grupo que andava comigo também não tinha essa compreensão. A gente não tinha acesso às redes sociais.⁸⁵³

o Identidade não fala isso [que a expulsou] em lugar nenhum, porque afinal de contas como é que você vai expulsar uma menina lésbica periférica preta que estava no Centro de Referência LGBT de Campinas, na criação do centro de referência? Então, têm essas coisas que são veladas pelo movimento LGBT e pelo movimento negro.⁸⁵⁴

⁸⁴⁹ Lúcia Castro é filiada ao partido desde a adolescência, quando foi expulsa da casa dos pais e encontrou, na ocupação que foi morar, apoio do partido e do MST. As outras fundadoras eram também, à época do nascimento do AB, filiadas; contudo, nenhuma delas permanece no grupo e não foi possível contatá-las.

⁸⁵⁰ Zanolli, 2019, p.24.

⁸⁵¹ Há, no entanto, variações na intensidade da crítica. Na primeira entrevista com Lúcia, em dezembro de 2016, sua posição quanto ao Identidade era especialmente crítica; quando voltei a entrevistá-la, em julho de 2018, Lúcia chegou a me dizer que o AB e o Identidade eram parceiros. As razões para essa mudança, segundo ela, teriam sido duas: primeiro, uma disputa na Parada Gay de Campinas (cf. Zanolli, 2013), a qual ela descreve como um golpe, situação na qual o AB e o Identidade teriam ficado do mesmo lado; também, segundo ela, o Identidade teria deixado de se comportar como “uma pedra no sapato” do AB à medida em que este se estabeleceu na cidade e manteve atuação sistemática para com a *população LGBT negra de periferia*.

⁸⁵² Para algumas análises acerca do papel dos homens nos movimentos LGBT e tensões a esse respeito, cf: Facchini, 2005; Falcão, 2017; Bulgarelli, 2018b.

⁸⁵³ Entrevista 1 Lúcia Castro, 43 anos, participante do AB, do Jongo Dito Ribeiro, da Fazenda Roseira e filiada ao PT, em 06/12/2016.

⁸⁵⁴ Entrevista Lúcia Castro, 45 anos, 19/07/2018 (2ª entrevista)

Nessa época, Lúcia, sua companheira e outros militantes periféricos do Identidade já publicavam, com muita dificuldade, o *Jornal Aos Brados* (JAB), escrito coletivamente e editado por Lúcia e sua companheira. O JAB foi editado até meados dos anos 2000 e, produzido por mulheres e conectado às questões LGBT em territórios periféricos, é descrito por Lúcia como o princípio do coletivo Aos Brados. O nome do jornal e do coletivo, segundo ela, representa “o brado da periferia”,⁸⁵⁵ que precisa gritar (“bradar”) para ser ouvida. Desde sua formação, o coletivo tem como perspectiva a atuação em relação à população LGBT da periferia, realizando principalmente atividades culturais voltadas à integração desse grupo no mundo do trabalho, na cidade e nos movimentos sociais. As várias dificuldades encontradas, segundo Lúcia, referem-se às múltiplas invisibilidades e violências às quais estão submetidos indivíduos LGBT, negros, pobres e habitantes de periferias, que além de excluídos e marginalizados socialmente, não tem suas questões discutidas e integradas em nenhum movimento social. Nesse sentido, diz:

Tentei sempre na [minha] história, na [minha] trajetória, levar isso pra dentro do PT, com pouco sucesso; pra dentro do movimento negro, com sucesso menor ainda, porque a gente, comunidade LGBT, não era vista, porque [diziam que] já que você é gay, vai fazer relações [políticas] com os gays. Ia pro movimento de mulheres [e diziam], ah, já que você é mulher, quer falar de gay, vai fazer ações com as mulheres ou com os gays, cada um dava uma fracionadinha no espaço e falava “aqui não serve”, “aqui não serve”.⁸⁵⁶

O foco principal dessas críticas está nos movimentos negros e LGBT. O segundo – por vezes intercambiado com a comunidade LGBT em geral – é apresentado como predominantemente branco e elitizado, enquanto que o primeiro, ao setorizar a questão LGBT e excluí-la de sua pauta, é acusado de lavar as mãos quanto à situação vivenciada pelos LGBTs negros e periféricos. Em ambos os casos, a prevalência dos homens nos processos decisórios e administração dos grupos é contabilizada por Lúcia como um fator que amplifica a exclusão do grupo LGBT negro periférico. Nesse sentido, o AB adota a proposição da interseccionalidade em sua atuação e como método de conexão com outras pautas e inserção (bem como crítica) numa rede múltipla e com diversos focos de atuação. Como salientou Zanoli,⁸⁵⁷ a interseccionalidade aparece no AB, sobretudo, como um marco interpretativo da realidade que, por sua vez, fundamenta o desenho de suas ações.

Até 2008, o grupo manteve atividades de proposta educativa, geralmente em resposta a situações de discriminação em territórios específicos e com foco na ampliação da

⁸⁵⁵ Entrevista 1 Lúcia Castro, 06/12/2016.

⁸⁵⁶ Entrevista 2 Lúcia Castro, 19/07/2018.

⁸⁵⁷ Zanoli, 2019, pp.36-38.

tolerância nas comunidades periféricas, tais como o projeto *Auto Estima, Cidadania e Visibilidade*, que atuava em comunidades periféricas nas quais eram verificadas violências contra a população LGBT e buscava aproximar os moradores e essa população. Nesse período, o AB também procurou se consolidar e se institucionalizar. Uma de suas investidas nesse sentido foi a tentativa tornar-se uma OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público) voltada a gerir um abrigo e uma instituição educacional para a população LGBT em situação de rua, que não foi exitosa. Vale dizer que o AB frequentemente se empenha em redigir projetos de financiamento de atividades, os quais, segundo Lúcia, raramente são bem-sucedidos.

A partir de 2008, a atuação do grupo é principalmente de teor cultural, com eventos e intervenções em que predominam apresentações artísticas (performances de *drag queens* e apresentações musicais, principalmente) e voltadas à sociabilidade e à integração social da população LGBT, negra e de periferia – tais como a *Feijuka da Diversidade*, uma feijoada preparada de acordo com os rituais do candomblé e servida ao público, e o *Pedala Bich@!*, em que o AB reúne a comunidade LGBT negra de periferia para um passeio de bicicleta pelas ruas da cidade, em especial aquelas que costumavam ser fechadas ao trânsito da população negra. Em todas essas atividades, o AB promove performances de *drag queens* negras, as quais, segundo Lúcia, são marginalizadas dos circuitos LGBT e impedidas de se apresentar nos clubes que costumam abrigar essas performances. Nesse período, sua interlocução com os ativismos culturais negros se intensificou à medida em que Lúcia passou, entre 2010 e 2012, a participar do Jongo Dito Ribeiro, o que ainda faz.⁸⁵⁸ Nessa medida, a discussão de raça passou a ter maior preponderância (em vez de estar subentendida na questão periférica e de classe), ganhando centralidade na “constituição do sujeito político do grupo”.⁸⁵⁹

4.2. Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez

O Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez (CMNLG) é formado no início de 2015 a partir de conversas entre um grupo de mulheres negras que se conheceram na

⁸⁵⁸ Segundo Lúcia, ela frequentava o jongo desde 2010. Contudo, passou a “entrar na roda” – isto é, dançar o jongo e ser efetivamente uma participante do grupo – em 2012. Esse íterim, segundo ela, seria devido à necessidade de enquadramento como “homem” ou “mulher” na roda do jongo, cuja dança é organizada em torno desses papéis. Embora seja uma mulher cisgênera (i.e., que é definida biologicamente como mulher e se identifica socialmente como mulher), Lúcia preferia usar as roupas e dançar como “ioiô” (o papel masculino do jongo), o que fez com que demorasse a se inserir – uma divisão que era tensionada, segundo ela, especialmente pelos homens do jongo.

⁸⁵⁹ Zanolli, 2019, p.162.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/Unicamp), onde estavam inseridas em diferentes capacidades (bolsistas de extensão, trabalhadoras contratadas, pesquisadoras, etc.). Essas conversas, iniciadas em uma atividade do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp mencionada no item sobre o NCN, versavam sobre feminismo negro e interseccionalidade. Todas as participantes, nessa época, encontravam-se em algum estágio da formação superior, e, à exceção de uma delas, tinham de 20 a 25 anos. Partindo dessa “inquietação intelectual”, como narram as participantes, fizeram um grupo chamado “Feminismo Negro Interseccional Campinas” no Facebook, onde passaram a postar textos e propor discussões acerca de temas que interessavam as participantes – afetividade, imagens estereotipadas, situações de racismo, experiências pessoais, apropriação cultural, entre várias outras. Com o crescimento acelerado do grupo online e os vários debates entre elas ao longo de atividades como ciclos de filmes, debates sobre questões raciais na cidade e encontros casuais, resolveram convocar uma reunião presencial. Vale dizer que o uso intenso das redes sociais, central nas novíssimas gerações feministas negras e em grupos feministas periféricos,⁸⁶⁰ deve ser relativizado nos grupos aqui estudados. Embora todos eles possuam páginas no Facebook e tenham na internet uma ferramenta central para sua organização, atividades e debates, as ativistas desse grupo têm nas redes sociais, acima de tudo, uma ferramenta de divulgação, priorizando as atividades “presenciais” ou fora das redes e criticando o ativismo exclusivamente online como ineficaz e “sem compromisso”.

Essa reunião e duas outras nos meses seguintes, ao longo das quais foi determinada a proposta do Coletivo – isto é, o formato do grupo e as formas e locais de atuação prioritárias – são tidas como as primeiras atividades do CMNLG. Nelas, as participantes propuseram-se a “escutar as percepções das presentes”, discutir o significado da identificação enquanto mulher negra, afetividade e experiências de racismo e sexismo, levando em conta e valorizando experiência pessoal de cada uma das participantes. A primeira dessas reuniões, realizada em março de 2015 na Casa de Cultura Tainã com aproximadamente 30 mulheres presentes, tinha como proposta encaminhar a discussão para um formato organizativo. Considerava-se, então, que o grupo poderia ser um coletivo ou um grupo de estudos. De forma geral, julgava-se importante centralizar, ainda que a partir de uma noção estrangeira – a interseccionalidade, conforme formulada por Kimberle Crenshaw – , a experiência das

⁸⁶⁰ Rios e Maciel, 2018; Medeiros, 2017.

mulheres negras brasileiras, percorrendo e investigando essa experiência e buscando suas especificidades. Segundo uma das mulheres presentes nesse momento:

A história dos Estados Unidos é uma história. Nós temos que ler mulheres negras brasileiras se a gente tá se propondo a fazer um negócio sério. A gente tem que conhecer e estudar os movimentos de feministas negras brasileiras. Não só ler, [mas também] participar. Aí entra a Frente [FMNCR]: conviver com essas pessoas. Aí entra a Marcha de Mulheres Negras, do Brasil inteiro. *Primeiro temos que pensar o que seria essa experiência para pensar o que seria a interseccionalidade a partir da nossa perspectiva.* Lógico que temos isso como horizonte. [...] A gente não pode pegar essas experiências e ir transplantando, que eu acho que é uma coisa que estão fazendo muito atualmente. Na minha opinião, esse coletivo [CMNLG], eu enxergo ele nessa chave: nós estamos trilhando um caminho para pensar o que é ser mulher negra brasileira, pra organizar isso, pra poder nos formar e formar outras pessoas, contribuir também nesse sentido.⁸⁶¹

Assim, pensando em uma formulação situada do conceito e partindo de uma proposição da heterogeneidade das mulheres negras brasileiras, definiu-se uma proposta de ação coletiva tendo por principal referência a filósofa Lélia Gonzalez. Como explica uma das participantes do Coletivo, essa escolha era voltada a “homenagear, trazer a memória da intelectual, da Lélia, que fazia essa discussão justamente de classe, raça e gênero nessa perspectiva que a gente considera interseccional, né, embora ela não tivesse... eu acho que não usou [esse termo]”.⁸⁶²

A proposta de ação do CMNLG se orientou para o desenvolvimento de formações políticas nos territórios periféricos de Campinas, as quais seriam voltadas especialmente à juventude. Segundo seu documento referencial, redigido na segunda e terceira reuniões, a *Proposta Político-pedagógica do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez*,⁸⁶³ essa priorização implicava em um mapeamento dessas comunidades e das formas de organização e atuação política já existentes neles,⁸⁶⁴ sobretudo as voltadas às mulheres negras, visando construir diálogos e trocas com esses grupos. A prioridade de atuação com a juventude em comunidades periféricas – em especial as jovens negras – se relaciona à trajetória das militantes, as quais declaram-se, todas, vindas da periferia, e teve centralidade na definição do formato do grupo. Segundo uma das participantes:

O Lélia [CMNLG] então tem essa proposta de trabalhar com formação em comunidades periféricas. Por que? A maioria de nós, não todas, somos acadêmicas. Então é um jeito de gente retribuir isso. Todas do Lélia saíram de comunidades

⁸⁶¹ Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016.

⁸⁶² Entrevista Eva, 08/12/2016.

⁸⁶³ PPP, 2015.

⁸⁶⁴ No documento que formaliza as propostas e atividades do grupo, encontram-se listados, por exemplo, os seguintes objetivos: “trabalhar com as comunidades de mulheres negras e grupos de jovens da periferia de Campinas/São Paulo/Brasil”, “conhecer as dinâmicas de resistência dos grupos periféricos já existentes e organizados de Campinas/São Paulo/Brasil”, “Mapear as comunidades de coletivos de mulheres negras de Campinas/São Paulo/Brasil” (PPP, p.1-2).

periféricas [...] então, é um jeito de retribuir esse conhecimento que eu tenho acesso e levar ele pra outras pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades que eu... porque é isso, né, *eu furei o bloqueio. Sou exceção entre um monte de gente dentro da regra e quero que essa exceção se torne regra.*⁸⁶⁵

A ideia de “furar o bloqueio” ao entrar na universidade aponta para dois elementos centrais da política do CMNLG, a relação com a universidade e com a educação superior e a noção de “privilégio”, frequentemente empregada por essas militantes. Tanto a discussão sobre “privilégios” como as questões em torno da educação superior são compartilhadas pelos outros grupos interseccionais e periféricos da FMNCR, como explicarei no próximo item.

Definidos os primeiros territórios prioritários e os grupos com os quais o CMNLG travaria diálogos, iniciaram-se as atividades. No período do trabalho de campo, o Coletivo realizava: atividades recorrentes com grupos de jovens e cursinhos populares; debates com o conselho tutelar; debates acerca da universidade e das relações entre os jovens e movimentos sociais diversos; ações conjuntas com MCs e organizadores dos eventos de hip hop na região, como a já mencionada *Batalha do Conhecimento*, em que os MCs jovens eram estimulados a compor letras sem o uso de estereótipos. Além disso, realizou também atividades com as trabalhadoras terceirizadas na Universidade Estadual de Campinas e buscou suporte às suas demandas na interlocução com os sindicatos e instâncias decisórias da universidade; atividades de formação com as trabalhadoras domésticas; e alguns cursos e rodas de leitura e cinema na Penitenciária Feminina de Campinas, que, depois, foram convertidas em um curso de PLPs para as detentas, realizado conjuntamente pelas PLPs e pelo CMNLG.

As formações são o instrumento principal desse coletivo, sejam elas para o público externo – abertas, para um público inscrito ou em parceria com outros movimentos e organizações, os quais trazem seus próprios públicos – ou interno, voltadas ao aprofundamento das próprias participantes em alguns temas e questões. São semelhantes às oficinas relatadas pelo GMP à medida em que tem como componente essencial o incentivo à fala de todas as presentes, fomentando reflexões acerca do debate a partir de suas experiências. As formações são geralmente iniciadas por uma apresentação e mediadas por uma palestrante na posição de especialista; esta, porém, é geralmente uma especialista *prática*, que, mesmo que estude ou pesquise a questão em pauta, a vivência também fora do contexto acadêmico, seja esta experiência em movimentos sociais, organizações, terreiros, entre outros. Os temas das

⁸⁶⁵ Entrevista Sidélia Silva, 29 anos, participante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e do FECONEZU, em 11/08/2016.

formações são geralmente referentes à formação histórica e social brasileira, centralizando a participação e o lugar reservado à população negra, com ênfase nas mulheres.⁸⁶⁶ Os repertórios intelectuais mobilizados nas formações incorporam, além de uma série de releituras de autores e temas clássicos do pensamento social brasileiro (Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Roger Bastide), teóricos raciais críticos (Kabengele Munanga, Walter Rodney, Kimberle Crenshaw), feministas negras brasileiras (como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, mas também Giovana Xavier, Djamila Ribeiro, Rosane Borges, entre outras) e norte americanas (principalmente Kimberle Crenshaw, Patricia Hill Collins, bell hooks e Angela Davis).

Essas reflexões são tomadas como aportes de diálogos e reflexões, mas suas proposições são sempre submetidas a considerações acerca de sua pertinência contextual. Dito de outro modo, procuram sempre aproximar os temas das vivências específicas das participantes do coletivo e das pessoas – quase sempre só mulheres – que integram o grupo. O objetivo das formações está relacionado à “ampliação do campo de visão político dos membros da comunidade e dos coletivos em relação à intersecção de raça, classe e gênero”.⁸⁶⁷ Além das formações, há também atividades culturais, as quais são vistas como modos mais palatáveis de interagir com os presentes nas atividades e grupos em foco.⁸⁶⁸

4.3. Mapeando as margens: periferia, privilégio e acesso

A despeito de suas diferenças de longevidade e rede de relações iniciais, o CMNLG e o Aos Brados tinham importantes semelhanças, as quais eram demonstradas em seu encontro na FMNCR. As participantes de ambos os grupos circulam muito entre os diferentes espaços políticos e estavam sempre presentes nas atividades da organização, muitas vezes responsabilizando-se por grande parte das várias tarefas que sua realização envolvia. Em meio a uma rede composta em grande parte por grupos com longas trajetórias, implicaram-se na formulação de debates como sexualidade e identidade de gênero, com os quais a maioria dos

⁸⁶⁶ No período do trabalho de campo, acompanhei dois ciclos de formações do CMNLG. No primeiro deles, em 2016 e 2017, os temas foram: 1) Interseccionalidade – Experiências Empíricas; 2) Além da Escravidão – Liberdade e Cidadania; 3) Panafricanismo; 4) Mestiçagem, Miscigenação e Branqueamento. No segundo, chamado *Curso de Relações Raciais: Estudos Contemporâneos*, os temas propostos foram: 1) Mestiçagem, miscigenação e colorismo; 2) A construção da branquitude; 3) Sincretismo, interação, assimilação e diluição da cultura; 4) Movimento negro: demandas históricas e sistemas políticos; 5) Problemáticas metodológicas nas pesquisas e análises sobre a questão racial; 7) Religiosidade, cultura e ancestralidade; 8) Sexualidade, gênero e masculinidade; 9) Retrocessos e estagnação política. O curso parou após a realização da 4ª aula por conta da greve dos caminhoneiros de 2018 e, por outras razões, deixou de ser realizado após essa pausa.

⁸⁶⁷ PPP, 2015, p.2.

⁸⁶⁸ Como na definição pelo uso dos saraus na FMNCR, procurou-se estabelecer uma forma de interação que “suavizasse” as discussões difíceis e oferecesse ambientes de sociabilidade e aproximação pessoal. Cf.: Abertura.

outros grupos tinha menor proximidade. Nessa sessão final, avaliarei três pontos comuns entre esses grupos: as discussões acerca da interseccionalidade; a resignificação e pluralização semântica da categoria periferia; e a relação com a universidade e com o ensino superior. Ainda que com pesos e elaborações distintas, esses elementos aparecem em todos os discursos aqui situados.

Acerca da noção de interseccionalidade, é preciso salientar, em primeiro lugar, os diferentes percursos do AB e do CMNLG em direção a essa noção. No caso do CMNLG, a noção de interseccionalidade esteve presente na formação do grupo e de suas preocupações iniciais e foi posta, antes de mais nada, como um objeto de análise. Nessa operação, partiu-se do conceito desenvolvido por Crenshaw e ele foi tomado como convite a uma reflexão contextualizada, a qual se baseou na intelectual negra Lélia Gonzalez e, posteriormente, nas próprias ações do coletivo com mulheres das periferias, jovens, mulheres encarceradas, trabalhadoras terceirizadas, entre outras. Com isso, as participantes tinham a expectativa de, em suas palavras, “pensar o que seria a interseccionalidade a partir da nossa perspectiva” e “[trilhar] um caminho para pensar o que é ser mulher negra brasileira”. Dessa forma, a discussão sobre o nome do grupo e, especificamente, se “interseccionalidade” ou “interseccional” deveriam constar nessa nomeação – isto é, se o grupo deveria chamar-se Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez ou Coletivo de Mulheres Negras e *Feminismo Interseccional* Lélia Gonzalez – teve posições distintas. Algumas participantes opinaram que “interseccional” não deveria ser usado como nomeação, uma vez que a proposta era justamente discutir o conceito e considerar sua pertinência; outras defenderam o uso do termo, alegando que ele marca a posição diferencial que ocupam na sociedade e em suas formulações políticas. Embora o nome decidido tenha removido o termo “feminismo interseccional”, a discussão permanece no nome da página do coletivo no Facebook, que carrega o nome do antigo grupo de debates: “Feminismo Negro Interseccional Campinas – Coletivo Lélia Gonzalez”.

Já o AB incorporou o termo ao longo de sua atuação. Como salienta Zanolli, o investimento do grupo em uma crítica às identidades fixas e atomizadas na mobilização social e sua substituição por uma perspectiva que procura focalizar “o combate a todas as formas de opressão” está relacionada, principalmente, à intensa circulação de filiados e lideranças do grupo em uma teia complexa de atores – que, como dito anteriormente, inclui movimentos populares, partidos políticos, movimentos negros, casas de cultura, movimentos LGBT, centrais sindicais, movimentos de periferia, entre outros. Desse modo, o autor mostra como o grupo passa a destacar aspectos das identidades dos participantes à medida em que as relações com cada um desses grupos se aproxima e se estabiliza, passando a se entender, finalmente, como

um “coletivo LGBT negro e periférico”.⁸⁶⁹ Assim, Zanolli vê no AB a ascensão de um “enquadramento” ou “marco interpretativo” que “valoriza o *combate a todas as formas de opressão e as interseccionalidades*” como parte de um processo mais amplo de intensificação das trocas e comunicação entre diferentes movimentos sociais e grupos políticos.⁸⁷⁰

Assim, se há concordância das participantes de ambos os grupos com a ideia de que as formas de injustiça e opressão que vivenciam não são separadas e precisam de uma abordagem conjunta e que, em alguma medida, constituem demandas silenciadas em outros grupos (feministas, negros, universitários, LGBT, etc.), ainda assim, diferentes caminhos e empregos da noção de interseccionalidade se seguem a essas compreensões comuns. Por fim, em ambos os grupos a interseccionalidade tem sido empregada como uma ferramenta de seleção de público e concepção de suas atividades e pautas, marco interpretativo da realidade, no sentido dado por Zanolli, e forma de nomeação, pelo menos, de seus membros – muitos dos quais se entendem como “feminista interseccional”, “militante interseccional”, entre outros termos semelhantes. Encontradas também em outros grupos e públicos com os quais as militantes interagem, as reflexões nesse sentido parecem ter aproximado a perspectiva desses dois grupos, que, durante o trabalho de campo, consideravam-se partilhando circunstâncias sociais e políticas, elaborações discursivas e propostas de ação.

Em segundo lugar, é digna de nota a expansão dos sentidos da categoria “periferia”, que, além de constar na autodefinição dos membros dos grupos como “periféricos” e em suas propostas de atuação, aparece em categorias formuladas pelos grupos, como “sexualidade periférica” e em falas como “[a Penitenciária Feminina] é uma periferia no sentido de exclusão... privação de liberdades. Tá numa periferia do direito de ir e vir”.⁸⁷¹ Em meio a uma rede de grupos antigos e para a qual a discussão acerca das periferias urbanas é central, esses sentidos marcam a especificidade e a singularidade das construções “de dentro para fora”⁸⁷² e dos usos do termo nos grupos analisados nessa seção.

Na perspectiva de uma das participantes do CMNLG, a definição de periferia comporta os seguintes elementos:

Eu acho que no Lélia [CMNLG] quando a gente pauta periferia enquanto categoria, a gente está apontando para uma localização mesmo geográfica da qual o Estado não garante as oportunidades nesse sentido de acesso. [...] E aí quando eu falo localização geográfica não é nem tanto, e não é mesmo, uma questão desse referencial do que é

⁸⁶⁹ Idem, p.30.

⁸⁷⁰ Idem, ibidem, grifos no original.

⁸⁷¹ Entrevista Eva, 08/12/2016.

⁸⁷² Frúgoli Jr., 2003, p.148.

centro e do que é borda, mas é pensar essa categoria mesmo da onde a gente olha, e você vê que ali está *um conjunto que quase nada é privilegiado*.⁸⁷³

Nessa primeira definição, embora o critério geográfico seja mobilizado, o que tem preponderância na definição é o acesso a oportunidades, serviços e bens sociais. A periferia aparece atrelada à noção de “privilégio”, uma categoria cara à atuação do CMNLG. A oposição entre “privilégio” e “periferia” que aparece nessa fala é frequentemente mobilizada nas proposições do CMNLG e de vários de seus interlocutores e públicos, em especial por jovens. Dessa forma, para além de um território específico, a “periferia” seria pensada como inversa ao “privilégio”, uma ideia que pode ser descrita como o acesso sistemático, irrestrito e historicamente garantido a um determinado bem social (ou um conjunto deles) por parte de um grupo específico, uma prerrogativa não estendida àqueles fora desse grupo. Todavia, embora “privilégio” seja muitas vezes aplicado de formas que sugerem sua fixidez – isto é, como um valor perene conferido a homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, pertencentes às classes médias e altas (isto é, com estabilidade financeira)⁸⁷⁴ –, o CMNLG procura aproximá-lo de um “espectro”:

essa ideia do privilégio, no Lélia [CMNLG] a gente tem sempre muito focado a questão da raça, a questão do gênero, a questão de alguma forma né, eu vou chamar de socioeconômica, né, para além da classe, mais pra trazer mais esse aspecto do que chegou ali de acesso à política pública do Estado, o que que ali é ofertado. *A nossa periferia ela está neste lugar direto de análise [...], fazendo essa decupagem, de qual é a escolaridade, qual é a... [...], se é universitária, se não é...*⁸⁷⁵

Assim, as *várias* periferias – caracterizadas nessa fala não como dadas a priori, mas como algo cuja definição depende de análise – assim como seu oposto, o “privilégio”, são entendidos como processos cumulativos e interseccionados, em que pesam uma série de camadas de marginalização integradas. Nesse sentido, por exemplo, tanto o “privilégio branco” como a “periferia negra” podem ser relativizados quando consideradas clivagens de classe ou sexualidade. Ainda, privilégio e periferia, nessa relação, são mediados pela noção de “acesso”. Enquanto o privilégio é associado à distribuição desigual de bens e recursos sociais a alguns grupos, justificada por ideias meritocráticas, as quais desconsideram a opressão e os diferentes eixos de poder social como moldadores de trajetórias e possibilidades, o “acesso”, por sua vez, descreve as trajetórias de pessoas que, mediante diferentes estratégias e por conta de variados fatores, conseguiram contornar as inúmeras dificuldades e barreiras relacionadas às identidades periféricas e ingressar em espaços privilegiados, como a

⁸⁷³ Entrevista Mariana, 32 anos, participante do CMNLG, das PLPs e da Casa de Cultura Tainã, em 17/07/2018.

⁸⁷⁴ Em alguns casos, outros critérios serão adicionados, como “com mais de 50 anos”.

⁸⁷⁵ Entrevista Mariana, 17/07/2018.

universidade. Assim, entre a garantia “natural” da inclusão social e a reprodução injustificada da marginalização, há o “furo de bloqueio”, o “acesso”.

Em contrapartida, a categoria “sexualidade periférica” operada pelo AOS Brados apresenta, também, uma construção multi-situada da periferia e propõe análises de experiências periféricas específicas. Um primeiro sentido que essa discussão toma é o de destacar vivências específicas das sexualidades não normativas na periferia, as quais podem ser apresentadas como qualitativamente melhores ou piores do que as “não periféricas” em momentos distintos.⁸⁷⁶ Nesse sentido, aproxima-se de um marco interpretativo ou sensibilidade analítica, auxiliando na construção de interpretações próprias a partir de problemas e relações específicos, e no desenho de estratégias e ações para encaminhar esses problemas. Num segundo registro, a ideia aponta para a crítica simultânea à invisibilidade desses grupos nos movimentos negros, sindicais e LGBT. Marcados, ao mesmo tempo, por sexualidade, raça, gênero, classe e acesso à educação formal, os membros do AB apontam, com essa crítica, para o que pode ser pensado como um “privilégio” de representação/enquadramento nos movimentos sociais.

Dentre os espaços de “privilégio” abordados por ambos os grupos, há grande destaque para o ensino superior e o acesso à universidade, em especial a universidade pública, tida como o ambiente do “privilégio” por excelência. Considerando o contexto específico das universidades estaduais paulistas no que tange à adoção das ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros, a caracterização da universidade nesses grupos se dá por uma perspectiva que congrega exclusão e disputa. Do ponto de vista da disputa, as integrantes do CMNLG, em sua maioria já previamente inseridas na universidade, tiveram um importante papel no processo

⁸⁷⁶ No primeiro sentido, por exemplo, Lúcia cita uma série de relações marcadas por vivências comunitárias. Reproduzindo uma fala de outra participante do AB, me diz: “[Ela dizia] Não tem separação! Aqui [na periferia] é uma coisa só, aqui... Travesti fazia assim pra mim [bate com o dedo na mesa]. Aqui, quando a Dona Maria tá com problema, somos nós [LGBTs] que cuidamos da Dona Maria”. Diz também: “Era uma periferia que a gente estava tendo discussão LGBT, era uma periferia [em] que a travesti era defendida pelo traficante. Mas, fora da periferia, a travesti era morta quando ela precisava trabalhar. E a gente não tinha essa conversa, a gente não tinha esse diálogo”. Em outros momentos, porém, referindo-se a ações voltadas a integrar LGBTs nas comunidades, em especial travestis e transsexuais, relatou episódios de grande violência. Também, segundo Lúcia, há uma especificidade na vivência das lésbicas na periferia, na qual é preciso “rompe[r] com a cultura heterossexista em mulheres homossexuais, [...] a questão do machismo, essa questão de que as meninas lésbicas iam para os bares... Porque é uma cultura periférica a questão da violência conta a mulher, porque o homem bate na mulher, bate na companheira porque deixou a casa suja, porque pediu pra trocar o chuveiro que queimou no horário do jogo... E as meninas lésbicas reproduzem isso. E isso é [porque] quando a gente fala de discutir questões muletas em relação ao machismo, e o fortalecimento, a autonomia e o empoderamento da mulher, a gente não faz o recorte das mulheres homossexuais. E o recorte das mulheres homossexuais com formação da periferia, formação e vivência na periferia. Então, por exemplo, a gente vê meninas que falam ‘vai pra dentro que aqui não é seu lugar’ para a outra menina. ‘Eu vou pro bar agora e vou tomar uma cachaça com os caras’, e aí fica no bar. Então é uma postura de bar, então traz a violência do bar pra dentro de casa.” (Entrevista 1 Lúcia Castro, 06/12/2016)

de inserção e desenho das ações afirmativas na Universidade Estadual de Campinas, participando e organizando protestos e ampliando sua interlocução com coletivos voltados a esse debate e grupos voltados à formulação de propostas.⁸⁷⁷ Enquanto exclusão, destaca-se o distanciamento entre universidade e a população campineira, um discurso predominante no Aos Brados, mas presente nos grupos campineiros organizados de forma geral. Associada à noção de “privilégio”, a universidade aparece, em ambos os casos, como um dos demarcadores por oposição da periferia.

Esse sentido é notável no Aos Brados, em que o qualificativo “acadêmico” é frequentemente empregado com um significado próximo a “elitizado” ou mesmo “elitista”. Entre vários outros exemplos, destaco uma fala de Lúcia Castro em 2016, em que ela me relatava um desentendimento que teve com um coletivo LGBT, que resultou em sua aproximação de outro grupo, apresentado como “periférico”. Perguntei a ela se o primeiro grupo era também formado por pessoas da periferia; rindo, ela me respondeu: “Nããão. Taquaral, Cambuí, central, acadêmica, psicóloga”. Aqui, “acadêmica” integra um conjunto de características apresentado como opostas às demarcações da “periferia”; “psicóloga”, na mesma linha, indica uma profissão para a qual o ensino superior é uma exigência, sugerindo que o acesso a ele demarca, também, quem está ou não na “periferia” à qual o grupo se refere.

A tensão entre “periferia” e “academia”, que é fundamental à atuação do CMNLG, aponta também para a precariedade do acesso, que, segundo as participantes, não implica na “suspensão dos privilégios” e, por conseguinte, das desigualdades. Ao contrário, as participantes afirmam que a entrada e a convivência na universidade são marcadas por uma série de novas (e renovadas) clivagens e experiências de opressão e silenciamento, como veremos no próximo capítulo. A marcação corporal é portadora dessas clivagens e opressões e o corpo toma centralidade na conformação desses marcadores e experiências, da mesma forma como em outros movimentos sociais contemporâneos.⁸⁷⁸ Com os “bloqueios” tomando formas específicas em cada espaço e circunstância, ter “acesso” a um ambiente de “privilégio” não transforma um corpo periférico em privilegiado. Nessa peleja entre cristalizações e denominações móveis e instáveis, a “periferia” se torna uma espécie de categoria guarda-chuva, que denuncia a construção de corpos abjetos e seu enclausuramento a uma série vasta de

⁸⁷⁷ Algumas das participantes do CMNLG, vale dizer, seguem inseridas em grupos e debates acerca desse tema, agora voltados à avaliação da aplicação das cotas e monitoramento de fraudes.

⁸⁷⁸ Cf., por exemplo: Facchini, Carmo e Lima, 2020; Lima, 2019; Gomes, 2018; Gomes e Sorj, 2014; Zanolli, 2019; Carmo, 2018.

margens e marginalidades, e passa a acompanhar esses corpos. Em outras palavras, a “periferia”, para os grupos analisados nesse item, é, também, onde esses corpos estiverem.

5. Discursos, disputas e encontros: a periferia em três tempos

Nesse capítulo, busquei apresentar parte dos vários grupos que compõem a FMNCR, considerando os debates envolvidos em sua formação e percurso, os principais “discursos oposicionais”⁸⁷⁹ desenvolvidos por eles e a posição que as diferentes questões assumidas pela FMNCR ocupam nesses discursos. Dado o grande número de grupos e a complexidade dos mesmos, a apresentação realizada, bastante reduzida, certamente não lhes faz justiça, visto que cada um deles poderia, sozinho, ser objeto de um texto próprio. Considerando essas limitações, selecionei um elemento comum a esses discursos, a discussão sobre a periferia, cujo destaque no campo procurei demonstrar nas conclusões de cada seção do capítulo. Nessa seção final, revisito brevemente os conceitos de “contrapúblicos subalternos” e “campos discursivos de ação” mobilizados ao longo do capítulo e, em um segundo momento, recapitulo os discursos sobre a ideia de periferia, procurando olhar para os encontros desses discursos na FMNCR.

Em primeiro lugar, como salientei na apresentação dos grupos negros e feministas populares, os conceitos de “contrapúblicos subalternos” e “campos discursivos de ação” – formulados, respectivamente, por Nancy Fraser e Sonia Alvarez – podem iluminar alguns aspectos da formação e do desenvolvimento desses grupos.

O primeiro conceito valoriza a construção de discursos que se opõem às narrativas hegemônicas acerca da sociedade e dos grupos marginalizados, discursos estes produzidos a partir dos olhares desses grupos. Dessa forma, ao emprega-lo para classificar as formulações discursivas dos grupos negros, meu objetivo era salientar que, a despeito das diferenças entre os diversos grupos, havia uma narrativa conjunta, atribuída à comunidade negra campineira como um todo e que fundamenta a concepção dessa comunidade a partir da percepção de um território compartilhado – o “território político”. Em outras palavras, essa narrativa fundamenta um vínculo que é expressado em termos de formação de uma comunidade e laços afetivos. Como afirmei ao discutir as organizações trabalhistas, contudo, nem todas as trajetórias negras estão igualmente incluídas nessa formação discursiva, ainda que sua experiência da cidade, um ponto central nesses discursos, seja bastante semelhante àquela

⁸⁷⁹ Fraser, [1990] 1997; Collins, 2000.

narrada pelos grupos negros. Isso também fica evidente na crítica formulada pelo Aos Brados, que frequentemente recorre à exclusão dos movimentos e comunidades negras para narrar a necessidade de criação de um grupo que olhe, simultaneamente, para sexualidade, raça, gênero, classe e periferia. Em outras palavras, esses grupos não necessariamente se percebem como parte da comunidade negra e, se o fazem, destacam as disputas envolvidas nessa incorporação. Dessa forma, ainda que Fraser procure destacar que a participação dos mesmos indivíduos em diferentes públicos pode fomentar alinhamentos a partir de aspectos compartilhados em seus discursos e conceda que isso muitas vezes acontece em meio a uma série de divergências, as quais podem ser ainda mais salientes do que os pontos comuns, o conceito de contrapúblicos subalternos não favorece a observação das diferenças e disputas que estão em questão na formação desses discursos e esferas públicas – diferenças estas que instabilizam esses discursos muitas vezes *por dentro* do próprio público, evidenciando que não estão em disputa apenas discursos hegemônicos e oposicionais, mas *diferentes hegemonias e oposições*.

Já o conceito de “campos discursivos de ação” destaca uma variedade de atores coletivos e individuais organizados em função de suas disputas de visões de mundo, linguagens políticas e significados em um determinado espaço discursivo – como o feminismo e o antirracismo, por exemplo. Nessa perspectiva, as disputas são constitutivas desses campos e seus resultados em termos de maior visibilidade ou “acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais”⁸⁸⁰ demonstram a existência de atores com diferentes recursos em termos de poder, recursos materiais e visibilidade no interior de um mesmo campo.

Como afirmei ao empregar esse conceito para olhar as disputas por meio das quais os grupos e militantes que se definem “feministas populares” passam a adotar essa nomeação – e, portanto, inserir-se (ou entender-se como inseridos) no campo feminista –, há rentabilidade em tratar tais disputas por pertencimento e autenticidade como intrínsecas a um mesmo espaço discursivo, iluminando as conexões e disjunções que formam os discursos e práticas contestatórias avançados pelos grupos, assim como, em certa medida, as diferentes institucionalidades desses atores. Não obstante, como também mencionei, essas disputas não se dão exclusivamente no interior de um único campo, mas – e isso aparece com muita clareza no campo analisado nessa pesquisa – *na interlocução simultânea entre e com vários campos*. Essa interlocução – bem como a possibilidade de que determinados discursos extrapolem um campo discursivo de ação e comecem a “enunciar outros universos de significados” que, além de

⁸⁸⁰ Alvarez, 2014, p.18.

demonstrarem percepções distintas acerca de “um mesmo mundo”, olham e procuram dar significados a “outros mundos” – ⁸⁸¹ se torna possível, com Alvarez, quando a autora nota que os campos discursivos de ação não são “bolhas autocontidas”, ou seja, “seus parâmetros e fronteiras, ou limites, são fluidos e formam parte das disputas políticas que os constituem e os reconfiguram”.⁸⁸² Assim, como salientei, a identificação como “feministas populares” foi produzida na sobreposição de vários campos. Isso fica ainda mais evidente no caso dos grupos interseccionais e periféricos, os quais, ao *disputar e se inserir*, ao mesmo tempo, em vários campos – como o feminismo, o antirracismo, a organização LGBT e das periferias, entre outros – são inequivocamente reduzidos se pensados como situados no interior de um mesmo (e único) campo. Para esses grupos, que operam nas fronteiras entre diversos campos e por meio de uma série de interlocuções com eles – algumas amistosas, outras conflituosas e, por vezes, as duas coisas ao mesmo tempo – a separação entre as disputas que se dão com um *exterior constitutivo* e no “interior” de um mesmo campo é artificial. Como veremos no próximo capítulo, no caso da FMNCR, é frequentemente na imbricação e fluidez entre essas duas dimensões – o que está *dentro* e o que está *fora* da organização – que são produzidas as disputas e aproximações que integram os principais debates da organização. Dessa forma, impõe-se a questão acerca de como delimitar um campo discursivo de ação sem, ao mesmo tempo, desconsiderar suas conexões com outros campos – já que aqui, assim como para Zanoli, o emprego desse conceito implica em um recorte que inevitavelmente fragmenta a rede e não privilegia a observação de conexões, relações e circulações que são fundamentais à sua construção e ação coletiva.

Em segundo lugar, no item final de cada seção, discuti os discursos, categorias e embates dos grupos conforme apareciam na FMNCR ou constituíam importantes temas de debate na organização. A categoria “periferia” é comum a todos eles e aparece frequentemente na atuação da FMNCR. Assim, sem pretender esgotar os sentidos conferidos e tampouco sugerindo que essa seja a única categoria que perpassava os grupos da FMNCR, procurei analisar os diferentes sentidos e trajetos associados à periferia em cada um dos discursos, imaginando-a como um espaço compartilhado entre as participantes e grupos da rede.

Esses sentidos se aproximam da sistematização de Heitor Frúgoli Jr. acerca dos significados de periferia em três momentos da produção da sociologia e da antropologia urbanas. O primeiro sentido apontado pelo autor é o de uma “espacialidade específica de

⁸⁸¹ Idem, p.47.

⁸⁸² Idem, p.46.

segregação social”,⁸⁸³ sentido este que encontramos principalmente nos discursos dos grupos negros e da Associação da Mulheres Guerreiras, os quais, ao narrar o processo de expulsão de grupos determinados da região central e sua realocação em espaços distantes ou separados, realizam uma crítica da noção de marginalidade que ressalta a implicação de características físicas e morais na formação das fronteiras físicas e simbólicas que ordenam o espaço urbano. Em segundo lugar, o autor aponta para compreensões da periferia como “um ‘processo’, voltado à busca de “melhoria de vida”, [...] o que envolvia o desenvolvimento de certas redes, bem como em muitos casos a criação de uma “comunidade política”⁸⁸⁴ que se orientava à luta pela obtenção de equipamentos urbanos coletivos frente ao Estado. Esse sentido se relaciona às narrativas dos feminismos populares, em especial do GMP, que formulam sua atuação a partir da discussão da “ausência do Estado”; contudo, essa atuação e identidade política também é constituída a partir da relação de não pertencimento a uma série de outros agrupamentos políticos – alguns dos quais são parte dessa comunidade política – , apontando, dessa forma, para segmentações internas à noção de periferia empregada pelo GMP. Por fim, a noção apareceria “inscrit[a] num campo diversificado de representações nativas”,⁸⁸⁵ no qual o declínio das formas tradicionais de organização política nas comunidades locais (por exemplo, as CEBs) dá lugar a novos atores sociais, mediações e produções de sentido acerca dessa periferia – com destaque para os rappers e grupos jovens, os quais “procuram, por meio da articulação de elaborações estéticas (que se valem de questões étnicas, de gênero, geracionais e morais, entre outras) [e narrativas], articular uma espécie de ‘singularização da periferia’ – cuja novidade consiste na produção e divulgação de uma representação local ou nativa, e não de ‘fora para dentro’”.⁸⁸⁶ Nesse sentido, a definição se aproxima das formulações dos grupos interseccionais e periféricos, cujos empregos da noção incorporam sentidos variados, móveis e marcados pelas mesmas questões sinalizadas por Frúgoli Jr. – gênero, raça, geração, etc.

Não pretendo afirmar a coincidência entre o que propõe Frúgoli Jr. e as formulações discursivas dos grupos filiados à FMNCR, mesmo porque o autor se refere a debates teóricos situados, respectivamente, na Escola de Chicago, nos estudos brasileiros sobre as periferias urbanas nas décadas de 1970 e 1980 e em achados mais recentes da sociologia e da antropologia urbanas, ao passo que, na presente pesquisa, trata-se sobretudo de formulações extraídas do campo. Contudo, essa aproximação é proveitosa por permitir ver a existência de

⁸⁸³ Frúgoli Jr., 2005, p.143.

⁸⁸⁴ Idem, p.141.

⁸⁸⁵ Idem, p.143.

⁸⁸⁶ Idem, p.148.

diferentes momentos e temporalidades nas narrativas desses grupos. Nesse sentido, cabe salientar que a diferença entre esses repertórios de sentidos, embora não seja reivindicada abertamente nos discursos da organização, é percebida por suas participantes. A diferença entre esses sentidos é demonstrada na fala abaixo, parte de uma resposta de uma participante mais experiente da FMNCR à questão sobre o que ela entendia por periferia:

Então, elas [as mais jovens] falam “periférica”, e esse “periférico” delas eu entendo que é [que] as pessoas que estão dentro dos espaços, nesse caso institucional, elas não atuam no sentido da mudança ou no sentido da inclusão... elas falam muito nisso. Eu, quando eu falo de periferia, eu falo de *periferia mesmo*, de quem não está no centro, de quem não está nos lugares que são considerados os lugares *top*, não sei, padrão... *Somos nós*.

Nessa fala, em que uma militante do campo feminista popular comenta a diferença entre sua visão de periferia e a que percebe nas construções dos grupos interseccionais, a diferença é percebida e marcada em termos de vocabulário e definição. Em contraste, o fechamento da frase (“somos nós”) remete a uma coexistência ou mesmo a um pertencimento. Aproveitando sua elaboração acerca da periferia a partir da experiência de privação e cerceamento de participação (“os lugares *top*”), perguntei se em sua concepção de periferia encaixavam-se jovens negras de classe média ou inseridas na universidade. Sua resposta foi: “Aí é uma pergunta. Eu não poderia dizer que incorpora porque são negras e nem que não incorpora porque são de classe média”. Dessa forma, a separação desses sentidos, usos e nomes da periferia é, também, instável.

Considerando esse movimento de diferenciação e aproximação, marcação e turvamento de fronteiras, sugiro que a ambiguidade é fundamental à conformação da noção de “periferia” na FMNCR, abrindo as possibilidades de um território compartilhado através das diferenças, uma espécie de “inter-periférico”. Na FMNCR, acompanhando a heterogeneidade entre as participantes, a periferia aparece como um espaço a partir do qual se visa *elaborar* (em vez de simplesmente encontrar) similaridades e distanciamentos. Dotada de sentidos plurais, que escapam à retidão de uma definição fechada ou de uma localização única, a periferia aparece amarrada pelo entendimento de que compartilham um espaço marginal na sociedade, o qual, dito em termos de território, corpo ou participação política e social, marca a diferença de um padrão ou norma. Nas palavras de uma das participantes mais jovens da FMNCR: “A gente é muito diferente, e aí uma das coisas fundamentais pela qual a gente se enxergou foi, mano, a gente não tá no discurso universalista. E é exatamente por isso que a gente tem que

dialogar”.⁸⁸⁷ Na ambiguidade, portanto, há um terreno comum: as margens da experiência universal.

⁸⁸⁷ Entrevista Sidélia Silva, 29 anos, participante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e do FECONEZU, em 11/08/2016.

Capítulo 5. *Sabemos o que nos separa. O que nos une?* Diferenças, disputas e alianças.

Nos dois últimos capítulos, discuti como a FMNCR procurou construir alinhamentos e aproximações por meio da constituição de uma agenda comum de militância e da manutenção de um ambiente de articulação de grupos políticos, ainda que esses alinhamentos tenham sido permeados por divergências acerca de suas prioridades e dos temas que circundam a agenda pública das organizações de mulheres negras, assim como pelas diferenças nos espaços e posições ocupados pelas participantes. Mais do que aproximar grupos e pautas, a construção da FMNCR implicava em um encontro das militantes, suas experiências, trajetórias e sensibilidades, entre as quais também precisava-se buscar alinhamentos apesar de todas as diferenças, tendo em vistas a constituição de um sujeito político. Nesse capítulo final, destaco as discussões e diferenças internas à FMNCR e aquelas que se deram com outros grupos e campos políticos da cidade, seu “exterior constitutivo”, retraçando as heterogeneidades reivindicadas na formação da organização e seus embates internos e externos. Compreendendo que a marcação de diferenças se dá sempre em uma relação e indica, por contraste, aquilo que se busca ser ou construir – e, portanto, que os eventos, atores e questões posicionadas nessa chave apontam para o percurso de constituição do sujeito político que a FMNCR buscou construir e posicionar na cidade –, o texto acompanha alguns dos exercícios de perceber, marcar e “lidar” com a diferença tão frequentes na atuação da FMNCR.

A Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região teve, no momento de sua formação, pouco mais de 30 mulheres. Entre elas, compartilhava-se, além dos cruzamentos de gênero e raça, a orientação política progressista e vinculada à esquerda do espectro político. À parte disso, as falas das participantes destacavam repetidamente a diversidade entre elas, suas experiências de vida e de militância, bem como filiações e relações com outros grupos políticos. Como vimos nos últimos capítulos, a pluralidade de experiências que se encontravam na FMNCR era vista como uma oportunidade de aprendizado e formação militante e, ao mesmo tempo, como algo que impunha desafios à organização coletiva. Nesse sentido, a noção de “aliadas” procurava salientar que as convergências eram produto de negociações e diálogos em função de objetivos políticos comuns e a frase que aparece no título desse capítulo – “Sabemos o que nos separa; o que nos une?” – era empregada com frequência para propor reflexões acerca desses objetivos e retomá-los. Ao trazer ao título do capítulo essa frase, frequentemente reivindicada em contextos em que as diferenças e os conflitos eram mais salientes do que aquilo

que era comum ou compartilhado, procuro dar destaque ao caráter processual, aberto e político das alianças formadas entre elas e com outros grupos. Em outras palavras, a construção de um sujeito político coletivo, na FMNCR, não deve ser tomada como automática ou natural. Tais procedimentos são perceptíveis nas formas como as participantes da FMNCR frequentemente descreveram a organização e suas participantes:

Deu-se o nome de Frente, porque são muitas mulheres de diversos setores, então não cabia num coletivo, porque um coletivo é uma coisa mais determinada. *Uma frente é... representa discutir lutas maiores, discutir pautas em comum, indiferente dos setores, entendeu?* [...] Estamos nesse momento de um ano discutindo identidade, o que é uma frente, para que a gente tenha o cuidado de que todas tenham a mesma compreensão. *A gente tem que reforçar o que nos une para que a gente não se perca nas nossas diferenças, porque somos negras, mas somos muito diferentes.* Temos de doutoras a domésticas, de evangélicas a pessoas do candomblé, da umbanda... Como que a gente trabalha isso? E tem sido uma experiência muito... na verdade assim, tem sido uma coisa de evolução, sabe?⁸⁸⁸

a gente tem que poder perceber os momentos, então perceber os momentos é exatamente *conseguir dialogar com as diferenças*, que é isso: elas são jovens, são universitárias, as outras são mais velhas, são trabalhadoras domésticas, as outras não são mais velhas mas são donas de casa, umas tem umas organizações radicais ou que se dizem radicais, outras não... a gente precisa aprender a lidar com isso, que, pra nós, *isso é lidar com a diversidade*. E, na prática, às vezes a gente consegue.⁸⁸⁹

Além de destacar a diferença e a heterogeneidade entre as participantes e apontar para a necessidade de alongar os debates acerca das características e propósitos da organização, essas falas salientam que a construção de um espaço capaz de reunir essas trajetórias e experiências de vida e de militância, assim como abrigar diferenças em termos de sexualidade, ocupação, classe, religião, posicionamento e filiação política, etc., também é vista como uma virtude ou mérito da organização. Dessa forma, “aprender a conviver”, “conseguir dialogar”, “reforçar o que nos une” e “perceber os momentos” são, ao mesmo tempo, desafios e conquistas. Nesse registro, ainda que imponha um caminho de diálogo, ajustes e afinamento, a diferença não é necessariamente problemática ou geradora de divisões insuperáveis entre as participantes.

A marcação de diferenças não acontecia exclusivamente entre as participantes. Os próprios objetivos da FMNCR diziam respeito às relações das participantes e grupos com um “exterior constitutivo” em que prevaleciam disputas por espaço e agendas, tensões entre percepções distintas da realidade e diferentes estratégias de ação, as quais culminam em afirmações de não pertencimento e desgaste. Em relação a isso, diziam que:

A gente meio que acaba se recolhendo entre a gente, ou dentro da Frente ou dentro de um coletivo para tranquilizar nossas ideias. E não só como movimento político, mas

⁸⁸⁸ Entrevista Cibele Rodrigues, 36 anos, filiada ao PT e próxima da Casa de Cultura Tainã, em 25/09/2016.

⁸⁸⁹ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

também para nós [pessoalmente]. [...] Então eu trago mais ou menos a noção de quilombo da Beatriz Nascimento para identificar isso, que é a gente recolher para a gente sair mais fortalecida e disputar esses espaços políticos, que são politicamente frágeis e psicologicamente desgastantes. Então, a gente acaba se voltando para a gente para poder se fortalecer minimamente para estar nos espaços.⁸⁹⁰

Essa formulação indica que a unidade visada na FMNCR procurava situar as participantes em uma comunidade fabricada, na qual suas agendas, questões, formulações e disposição seriam fortalecidas e reestabelecidas para a disputa com outros grupos e em outros espaços políticos. Outras falas salientam percepções semelhantes, relacionando a formação da FMNCR à necessidade de “fortalecimento e empoderamento, de acolher a demanda e a gente dividir o que na verdade a gente, no processo de liderança, tem de melhor”.⁸⁹¹ Nesse sentido, a FMNCR procurava não apenas “fortalecer” as agendas das mulheres negras na rede constituída e estabilizada por ela, mas também em redes externas. Nas palavras de uma das participantes, tratava-se de “ter um momento de conversar entre nós pensando numa política mais geral, porque a Frente pra mim é isso: pensar uma política mais geral”. Nessa “política mais geral”, incluíam-se o movimento feminista, os partidos políticos, as instituições e, em certa medida, o movimento negro e o movimento de mulheres negras nacional. Dessa forma, um dos propósitos da FMNCR era incrementar as condições de diálogo das participantes em uma série de grupos nos quais estavam inseridas (dentro e fora da organização) e ampliar suas chances de ocupar espaços de poder e decisão nesses espaços.

a Frente, no [primeiro] momento, ela era aberta, então podia ir coletivos ou pessoas, indivíduos e num segundo momento a gente decide que ela é aberta, mas quem responde são as organizações. Para mim quando a gente decide isso é uma pegada muito de obrigar as mulheres a se organizar, a compor pensamentos. Se não, a gente não diferencia [que] não tô falando por mim, o que eu falo [é] pelas PLPs, então eu preciso pensar no que as PLPs pensam pra eu dizer, porque senão eu vou estar dizendo que as PLPs são a favor de uma coisa que na prática elas são contra. Então, eu tenho que ter mais responsabilidade, então pra mim a Frente é um pouco isso né?⁸⁹²

Em outras palavras, ao posicionar as participantes como representantes de uma identidade política coletiva e sustentada por uma série de grupos e redes, a proposta da FMNCR era construir, ampliar e transmitir capital político para e entre as participantes, ampliando suas possibilidades de inserção e, por meio disso, constituir “uma força na cidade”.⁸⁹³

Dessa forma, para forjar sua unidade, a FMNCR precisou investir simultaneamente nas percepções de espaços compartilhados entre as mulheres – seja em suas

⁸⁹⁰ Diário de campo, 23/10/2016. Cf. Smith, 2016.

⁸⁹¹ Entrevista Lúcia Castro 1, 43 anos, filiada ao PT, à CUT, à CJDR e ao Aos Brados, em 08/12/2016.

⁸⁹² Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, julho de 2018.

⁸⁹³ Entrevista Lúcia Castro 2, 19/07/2018.

relações com diferentes espaços políticos, seja naquilo que procurou-se elaborar como condições sociais compartilhadas – e em sua patente heterogeneidade de perfis. Tendo em vista as reivindicações de heterogeneidade das participantes e sua recusa de uma identidade única e fechada, o capítulo olhará, em um primeiro momento, para os encontros e diferenças entre as participantes, os conflitos e tensões resultantes dessas diferenças e as tentativas e estratégias empregadas para contorná-los ou acomodá-los na organização. Em segundo lugar, levando em conta a proposição de construção de uma representação unificada das mulheres negras na cidade, observará seus trânsitos por diversos espaços e suas relações com esses espaços e campos políticos, considerando as formas como a FMNCR procurou se posicionar em cada um deles e veicular uma identidade institucional e política em seu “exterior constitutivo”.⁸⁹⁴ Contudo, como veremos, esses espaços – por exemplo, “movimento feminista” e “partidos políticos” – não estão separados uns dos outros na prática e tampouco a dimensão do “exterior constitutivo” é passível de desagregação em relação às diferenças percebidas entre as participantes. Pelo contrário, é precisamente das conexões entre esses diferentes espaços e participantes que emergem os principais conflitos e questões entre as mulheres da FMNCR. Por fim, discuto a noção de “aliadas”, que sintetizou o pacto eminentemente político entre as mulheres da FMNCR, destacando, a partir dessa ideia, as práticas de “prefiguração” presentes na organização e que integram suas estratégias voltadas à aproximação de diferentes, e as dinâmicas de cooperação intergeracional e seus efeitos nos processos de constituição de capital político para a organização.

1. “As mais velhas” e “as meninas”

[A FMNCR] dá conta de uma coisa também de uma coisa que eu sempre desejei: envelhecer bem, envelhecer sem culpa, envelhecer tomando consciência de que tudo que eu fiz até agora foi para abrir caminho, para manter o caminho para quem vem atrás. Só cumpro a minha parte histórica e pra mim movimento é isso, cumprir sua parte histórica, né? Agora é o momento das meninas.⁸⁹⁵

Escuto de meninas [mais jovens] os discursos delas, eu trabalho com adolescentes. Esses discursos são muito avançados pro meu, de menina periférica,

⁸⁹⁴ Alvarez, 2014.

⁸⁹⁵ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

porque querendo ou não, eu cedi ao machismo. Elas cedem ainda, mas muito menos. Aí você vê a Karol Conká como ela faz a cabeça das meninas, porque é um rolê de falar, “Então, é isso: supera, querido”. Entendeu? Quando no meu rolê, eu tinha que falar “Supera”, mas eu não podia [só] falar “Supera”. Eu tinha que dar uma volta, provar o meu proceder, o meu isso, o meu aquilo, entendeu? Então, assim, é muito diferente, mas ao mesmo tempo muito preocupante porque ainda é um discurso vazio que não tem essas construções sociais, que não dão essas proporções de indivíduo [completo], ainda é tratado como camadinhas. [Que diz] “Olha, onde você vai se enquadrar?”, “Eu vou me enquadrar aqui”, “Então se enquadra e fica de boa”. E aí não, quando a gente discute na Frente, a gente quer discutir o que? Que eu posso ser o que eu quiser. Inclusive eu posso ser mãe de quatro filhas, militante, educadora social, grafiteira, eu posso ser tudo.⁸⁹⁶

As falas acima indicam percepções de diferenças e delimitações geracionais, particularmente três. Na primeira delas, temos uma das mulheres mais experientes da FMNCR, que reflete sobre envelhecimento e a formação de uma nova geração de ativistas – “as meninas”. Na segunda, uma das participantes dessa nova geração aponta, ainda, mais algumas “meninas”, “as adolescentes” e pontua conquistas e problemas presentes em seus discursos. A diferença geracional indicada nessas falas apareceu de forma constante, ainda que nem sempre tão aberta, nas interações entre as mulheres da FMNCR e em seus trânsitos e percepções acerca da sociedade e de outros grupos organizados. No primeiro sentido, a diferença geracional constituiu um elemento central da dinâmica das relações internas à organização, com efeitos na divisão do trabalho e nas prioridades temáticas e estratégicas das mulheres; no segundo, demarcou diferentes percepções e interpretações da realidade e das interlocuções com diferentes campos.

Em primeiro lugar, temos um grupo cuja importância é constantemente marcada na FMNCR e que é geralmente tratado como “as mais velhas”. Entre elas, encontramos mulheres cujas vastas experiências ativistas reportam à reorganização dos movimentos sociais e associações comunitárias nos anos 1970 e 1980 e que estiveram envolvidas em momentos centrais nas trajetórias dos movimentos negros, de mulheres negras, populares, sindicais,

⁸⁹⁶ Entrevista Cibele Rodrigues, 36 anos, filiada ao PT e próxima da Casa de Cultura Tainã, em 25/09/2016.

trabalhistas e comunitários ao longo das últimas décadas. Geralmente elas iniciaram sua militância em movimentos voltados às discussões de raça e classe e, a partir deles, inseriram-se na militância feminista, levando em conta essas perspectivas. Algumas delas expressavam pouca identificação com a noção de feminismo, mesmo quando já estavam inseridas em grupos feministas populares.

Com vasta bagagem também nas disputas entre os movimentos sociais e outros atores no campo político, em especial aquelas voltadas à interlocução com partidos, sindicatos e com o movimento feminista, as “mais velhas” constituem algumas das principais referências da FMNCR, concentram respeitabilidade e deferência, estruturam as relações da FMNCR com outros grupos da cidade e, dessa forma, movimentam o capital político necessário ao posicionamento da organização no “mapa” das organizações ativistas de Campinas. São também militantes conhecidas e respeitadas na cidade, de modo que, em algumas ocasiões, mediaram os conflitos das mulheres mais jovens com outros grupos e sustentaram suas intervenções, conferindo maior peso a elas. Portadoras de muitos contatos e redes amplas, garantiam a obtenção de recursos necessários às atividades e protestos da FMNCR (carros de som, megafones, impressões de panfletos, doação de materiais necessários às atividades, suporte financeiro, etc.). Ainda que não fossem as responsáveis pela logística dos eventos, estavam sempre presentes em sua organização e em todos os processos nesse sentido.

Geralmente, não estiveram envolvidas nos conflitos cotidianos que aconteciam em torno de logística, divisão do trabalho e pequenas brigas entre as participantes; em alguns casos, porém, eram chamadas para intervir nessas questões e ajudar na resolução dos conflitos, como presenciei em mais de uma ocasião. Segundo uma das mulheres mais jovens me relatou, o fato das “mais velhas” serem muito respeitadas e ouvidas imprimia seriedade à conversa – em suas palavras, “ninguém vai ficar pagando de louco com ela[s]” – e fazia com que as questões fossem trabalhadas com maior “responsabilidade e compromisso”, o que levava a uma saída mais rápida e eficaz para os problemas.⁸⁹⁷ Sua posição enquanto referências do grupo não impediu que, em alguns casos, fossem interpeladas de forma crítica pelas participantes mais jovens, nem que não existissem tensionamentos em torno de suas posições, como sinalizam as duas afirmações abaixo:

ela [militante mais jovem] me deu uma chamada e eu dei uma recuada e falei “é verdade, vocês estão certas”. Ela me chamou né pra responsabilidade, assim, ela não me falou isso, mas eu entendi [desse jeito]. [...] e recuei mesmo, porque ela me fez enxergar [que] “pô, [...] você vai deixar a gente com esse problema aqui?”. E é real, a

⁸⁹⁷ Diário de campo, 15/09/2016.

gente tem que ter responsabilidade com as coisas que a gente cria, que a gente organiza, que a gente contribui.⁸⁹⁸

São embates individuais que acabam se sobrepondo ao grupo. Ou porque você é mais velha, ou porque você é uma militante muito respeitada, ou porque você é de [religião de] matriz [africana] e exige um respeito... São coisas muito intuitivas, mas que elas produzem um tipo de audiência e que é coisa que não é para ser confrontada mesmo, dá para entender a legitimidade dessas afirmações, mas, assim, a mim, por exemplo, se fosse uma coisa só de um coletivo, do Lélia [CMNLG], por exemplo, eu não aceitaria. Eu iria colocar na mesa [...]. Mas é a Frente, é muita gente pensando, muita gente diferente, embora a pauta seja, digamos assim, única... mulheres negras, né, demandas de mulheres negras. Mas, como coletivo eu me incomodaria. Ou eu sairia do coletivo ou a gente precisaria definir um perfil.⁸⁹⁹

Cabe salientar que algumas participantes da FMNCR que não se encaixam nessa faixa etária, nem se incluem da mesma forma nesse grupo das “mais velhas” são, também, vistas como referências. É o caso de mulheres que, apesar de serem significativamente mais jovens e terem menor tempo de militância do que “as mais velhas”, são lideranças de seus espaços e grupos e, dessa forma, não costumam ser percebidas ou qualificadas como jovens.

O segundo grupo seria o da mais nova geração (às vezes, como na fala do início desse item, “adolescentes”), formado por mulheres de até 20-25 anos e que, como vimos, têm seus discursos vistos simultaneamente como “mais avançado[s]” e menos políticos. Esse grupo não era representado de forma contínua na FMNCR e, ainda que algumas mulheres dessa faixa etária e desses grupos tenham participado de algumas de suas reuniões, os coletivos que organizam suas questões e reflexões não fazem parte da associação. Em contrapartida, eram o principal público dos saraus, formações e eventos abertos da FMNCR.

As agendas políticas desse grupo pareciam divergir bastante daquelas das “mais velhas” e das “meninas”. Durante o trabalho de campo, seus grupos e espaços coletivos costumavam promover debates e eventos restritos a mulheres negras, nos quais eram explorados temas como afetividade, estética e subjetividade, e vendiam-se produtos e serviços como tranças, turbantes, roupas, maquiagem, livros, etc. Esses debates, que aconteciam com intensidade em suas páginas e grupos nas redes sociais, eram percebidos de forma crítica pelas militantes da FMNCR, que os consideravam excessivamente focados em questões vistas como individuais (em detrimento da organização coletiva), criticavam os preços dos produtos vendidos e a comercialização dos valores do feminismo negro e avaliavam que, por conta disso, esses debates tinham limitações em termos de intervenção social nas condições globais das mulheres negras:

⁸⁹⁸ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

⁸⁹⁹ Entrevista Eva, 42 anos, filiada ao PT, ao CMNLG e ao CONEPPA, realizada em 08/12/2016.

quando as pessoas vem falar do negócio de autoestima, que eu acho outra merda... você não tem porra nenhuma, ta todo mundo desempregado, você é o mais pobre do mundo. Que porra é essa de auto estima? Como que você vai ter autoestima? Não é uma questão de autoestima, é uma questão de dignidade. Você não tem o mínimo pra se viver com humanidade. Aí vai dizer que a mulher negra tem baixa autoestima? [...] Se eu sair da pobreza, tiver condição, acesso aos bens sociais, puder fazer escola, puder trabalhar, ter comida pra pôr na minha mesa... Se mesmo assim eu tiver com a minha autoestima baixa, eu vou pro psicólogo, porque aí eu também vou ter dinheiro pra pagar psicólogo, ne? Pode ser ralo isso que eu tô falando, mas pra mim isso é básico. [...] É capitalismo! [...] É eu deixar meu cabelo crespo, que aí eu tô gastando dinheiro, porque crespo é dinheiro, você tem que ir cabelereira, pagar a cabelereira pra deixar seu cabelo crespo. Você tem que consumir roupa pra você se sentir bem. Então essa autoestima pra mim tem a ver com consumo. Eu fico olhando e falo, gente, por que ninguém combate isso teoricamente? Fico vendo as nossas meninas que estão indo pra academia preocupadas com isso em vez de se preocupar em teorizar porque a gente depois da abolição não mudou de situação econômica? Por que a nossa relação econômica não é igual? Por que nós somos as mais pobres? [...] Essa coisa de cabelo pra mim já estava superada. O tanto que a gente brigou [contra isso]... Pensei que essa meninada nova vinha aí pra falar como é que a gente sai dessa condição. E não é isso. Aí sim, você vê uma menina da quebrada falando do cabelo é uma coisa. Agora você vê uma mulher acadêmica, doutora presa nisso! Gente, o que ta acontecendo?⁹⁰⁰

Como a fala sinaliza, alguns desses temas não são vistos como “novos” (“o tanto que a gente brigou”) e sua mobilização no cenário atual é associada às jovens negras que estão na universidade. Em outras ocasiões, também realizaram críticas aos debates sobre afetividade e criticaram as formas como essas jovens se relacionavam com redes parceiras da FMNCR e de outros movimentos sociais compostos por pessoas brancas, destacando o investimento que haviam feito na consolidação de parcerias e os problemas trazidos pelos descuidos das mais jovens com essas relações. Um exemplo relevante diz respeito às relações com os movimentos feministas, os quais são alvos de críticas por parte de todas as participantes da FMNCR, assim como dessa nova geração de ativistas. Segundo as interlocutoras da pesquisa, contudo, a nova geração tem menor disposição à disputa interna pelos espaços desse movimento (como seria o caso das “mais velhas”) e costumam propor soluções aos problemas nesses espaços que, em vez de salientar que a responsabilidade pelo desmantelamento de formas de opressão deve ser compartilhada entre opressores e oprimidos e procurar constituir parcerias (como enfatizariam as participantes mais jovens da FMNCR), primariam pelas punições e pela implosão dos espaços compartilhados. De forma geral, essas posturas eram mal vistas pelas duas primeiras gerações que, embora reconhecessem os problemas e a necessidade de articulação autônoma, não advogavam pela ausência das mulheres negras de espaços compartilhados com outros movimentos sociais. No caso do movimento feminista, cabe notar que essas posturas também se reportavam ao tempo e investimento nessas disputas e relações

⁹⁰⁰ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

em que as militantes mais velhas haviam se empenhado ao longo de suas trajetórias. O relato a seguir, embora não se refira diretamente à FMNCR, é demonstrativo:

Porque é isso: eu não vou ficar reclamando, eu vou construir. E foi isso que eu falei para as meninas quando teve um problema aqui no encontro estadual de PLPs em Campinas. Teve uma situação de racismo, e aí eu olhei e falei assim: tá, então tá, mas eu queria perguntar um negócio pra vocês, é um encontro de PLPs, não é um encontro feminista [mais amplo], só vem PLPs aqui dentro, o que que nós vamos fazer? Nós vamos meter o pé e estourar tudo ou nós vamos trazer o problema e construir? *Porque destruir aqui é destruir as PLPs e eu sou PLP, eu não vou deixar uma organização que eu ajudei a construir, eu não vou deixar, eu não vou colocar ela em risco.* Então, pra mim a gente tem que ter responsabilidade com isso, tudo bem? Tudo bem, mas eu tô com vocês, eu sei que a minha presença do lado de vocês dá força, então eu vou lá na frente junto com vocês, não vou abrir minha boca, eu vou lá pra mostrar que eu tô junto com vocês. [...] [Depois, na reunião com a coordenação das PLPs,] eu falei: ó gente, sinceramente eu não queria perder [a delegação que gerou o caso de racismo] porque elas formam PLPs há mais de seis anos, elas têm tido um puta de um sacrifício pra fazer a formação de PLPs, elas se equivocaram, não dá pra dizer que não é racismo, mas elas se equivocaram [e] eu não gostaria de perdê-las. Então por mim elas não vão embora, se eu tiver que dialogar com elas e dizer “fiquem”, eu vou pedir pra elas ficarem, porque se não elas não vão, inclusive, aprender. Elas, como direção das PLPs na cidade delas, estão lidando com mulher negra, então algumas coisas elas não podem reproduzir. Já foi colocado aqui o ponto que as pessoas acharam que era racismo então agora elas tem que ficar.⁹⁰¹

É importante frisar que, em alguns casos, a diferença de idade entre as participantes mais jovens da FMNCR e essa nova geração era mínima ou até inexistente, de modo que, apesar das classificações geracionais se reportarem às faixas etárias, trata-se muito mais de uma distinção em torno de estilos e linguagens políticas e formas de organização, nesse sentido, e de capital e potencial de influência política, em outros. Entre as participantes da organização cuja faixa etária se aproximava mais dessa nova geração, as formas de retratar as diferenças entre os grupos tendiam a ser menos valorativas e procuravam salientar os diferentes momentos e necessidades ao longo das trajetórias de militância. No entanto, mesmo quando contemporizam tais divergências, não deixam de marcá-las:

aqui na cidade tem outras meninas que tão fazendo a discussão de feminismo negro [...]. Elas propõem “Ah, vamos lá no Taquaral hoje conversar sobre sexualidade de mulheres negras”, “Vamos hoje no Ibaô falar sobre colorismo”, “Vamos em tal lugar”. Elas se encontram uma vez por mês, uma vez a cada dois meses, não sei qual é a frequência. [...] De vez em quando a gente faz coisas juntas é que é outra frequência, algumas [delas são] de outros lugares. [...] [Elas] estão mais pra conversar, esse é o momento delas. *A gente tá mais na ação... elas também estão*, mas a gente tá mais nesse momento de consolidar um espaço, que é a Frente de Mulheres Negras, que é esse espaço debatendo com o Estado, por exemplo, como que a gente leva esse contraponto da nossa perspectiva, que a gente leva pra discutir com o Conselho de Direitos Humanos, leva pra discutir com.... as pessoas até que nos procuram e querem saber, ver essa questão das relações raciais. *A gente tá mais nesse âmbito de debater, disputar. Elas também estão disputando*, mas a gente tá nesse momento, a gente tá se consolidando como um lugar que as pessoas possam contar. Por exemplo, teve um caso da DDM que uma menina foi na Delegacia da Mulher, que uma menina sofreu

⁹⁰¹ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

assédio lá, a gente fez um ato lá. Em relação aos órgãos públicos também, se posicionar frente aos órgãos públicos. Essas meninas tão em um outro momento, que é o que foi o meu momento há alguns anos atrás, de grupo de [discussão de] feminismo [...]. *Mas estão também fazendo política, se posicionando.* Tem também meninas da PUC que estão fazendo inúmeras coisas lá sobre questão racial, rap, dentro do Ibaô, que é um ponto de cultura negra, mas agora elas estão debatendo sobre as mulheres negras. Artistas negras que estão produzindo, querendo levar essa perspectiva para o que elas estão fazendo. Na Frente isso também existe, [mas] elas estão também fazendo isso num outro tempo.⁹⁰²

Por fim, apesar de algumas dessas críticas terem sido mencionadas nas entrevistas (geralmente após o término das gravações), elas costumavam aparecer principalmente em conversas informais em ambientes fechados e, ainda que as mulheres da FMNCR procurassem enfatizar, em suas falas públicas, a necessidade de pensar na maioria das mulheres negras e não dispensar uma crítica ao capitalismo, em nenhum momento fizeram críticas diretamente a esses grupos nesses contextos.

O conjunto das participantes mais jovens da FMNCR, por vezes referido como “as meninas”, tem, de forma geral, mulheres entre 25 e 35 anos, além de algumas acima dos 35. Como temas comuns aos seus debates, encontramos, assim como uma série de questões compartilhadas com os dois outros grupos, as questões referentes à universidade, educação, periferia, juventude, identidade e cultura. Quase sempre se definem como “periféricas”, sendo que essa categoria é mobilizada de formas e com frequências variadas em seus discursos. São elas também que fazem as primeiras incursões e debates acerca da ideia de interseccionalidade. As mulheres desse grupo eram maioria na formação da FMNCR e algumas acumulavam grandes responsabilidades na organização, cuidando da logística dos eventos, do traslado de convidados, da contabilidade dos fundos recolhidos e gastos, entre outras coisas. Por conta disso, existiram, entre elas, alguns conflitos em torno da sobrecarga de algumas e discussões acerca da reorganização da divisão das tarefas entre elas.

Suas experiências de militância eram bastante variadas: para algumas, o início dessa trajetória era próximo à formação da FMNCR, enquanto outras já contavam mais de uma década de experiência em organizações coletivas diversas. Entre aquelas que tinham até 35 anos, a participação em organizações coletivas foi geralmente iniciada em movimentos formados por jovens e vinculados ao espaço universitário ou estudantil (como o movimento estudantil, secundaristas, grupos de discussão e coletivos na universidade ou em espaços vinculados a projetos de extensão, como a ITCP). Elas eram todas universitárias ou com ensino superior completo e uma parcela estava na pós-graduação. Em sua maioria, não eram filiadas a

⁹⁰² Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016.

partidos políticos ou próximas de sindicatos. Dentre as mulheres acima dos 35 anos, em contrapartida, as trajetórias políticas tinham sido iniciadas em movimentos periféricos (como o hip hop), em associações vinculadas à Igreja (como os APNs) e em proximidade aos Partido dos Trabalhadores e o MST. Em uma faixa etária intermediária e sendo integrantes de grupos majoritariamente frequentados por jovens, mas também de grupos mais antigos e com público variado, essas participantes costumavam ser vistas como jovens, ainda que, em seus coletivos, sua diferença de idade e experiência política fosse notada e salientada em falas como “[ela] já é militante, tá discutindo política faz tempo”, “ela já tem 40 anos, não é de hoje que ela tá debatendo isso” e “ela manja disso, trabalha com isso faz tempo”.⁹⁰³ Enquanto entre as mulheres de até 35 anos quase nenhuma era filiada a partidos, aqui a filiação era majoritária. Em contraposição, havia um número menor de universitárias e mulheres com ensino superior completo. Algumas delas, inclusive, entendiam-se como completamente separadas (ou mesmo segregadas) da universidade.

Em suas diferentes expressões, esse grupo tinha uma série de semelhanças com as “mais velhas”, como a preocupação com a organização coletiva, a ação em relação ao Estado e às instituições, as disputas diretas com outros movimentos sociais e uma série de temas e agendas políticas. Com a mais nova geração, compartilhavam principalmente as preocupações em torno de sexualidade e identidade de gênero e a importância do uso das redes sociais, ainda que em menor intensidade – nesse caso, para debates, divulgação de atividades e comunicação em torno da organização de eventos. Havia também algum interesse nas conversas acerca de afetividade, subjetividade e estética, as quais, contudo, não costumavam ser alçadas aos espaços de debate político, a não ser eventuais menções breves. Em geral, estas eram principalmente conversas durante os cafés e pausas nas atividades. Compartilhavam, por fim, alguns termos (como, além da própria interseccionalidade, “privilégio”, “lugar de fala”, entre outros) e, conseqüentemente, a preocupação em defini-los e discuti-los. Tais termos eram apropriados de formas e intensidades distintas por essas militantes, que, reconhecendo sua importância e ganhos, procuravam distanciar-los do centro da atividade política.

Dessa forma, as diferenças geracionais verificadas na FMNCR e em seu entorno não eram fixas e em coincidência com as faixas etárias, mas eram definidas a partir de relações e posições no campo demarcadas por meio de linguagens, estilos, estratégias e

⁹⁰³ Diário de campo, 15/08/2016, 23/09/2016 e 25/09/2016.

perspectivas políticas, referindo-se também ao acúmulo de experiência de militância e capital político.⁹⁰⁴

Elas também demonstram, para as duas gerações mais jovens e em sua relação com as militantes mais experientes, a constituição de diferentes formas de perceber e receber a herança ativista do movimento de mulheres negras e, de forma mais ampla, as condições sociais compartilhadas pelas mulheres negras brasileiras. Por um lado, a marcação de uma herança comum aproxima-se, como notou Íris do Carmo, da formulação de Avtar Brah de uma “diferença como relação social” – isto é, de uma forma de diferença entre grupos sociais ampliados (como a diferença racial e/ou de gênero), inscrita em “genealogias históricas de sua experiência coletiva”⁹⁰⁵ e definida por meio de “narrativas coletivas compartilhadas dentro de sentimentos de comunidade”. Tal diferença é organizada por meio de “trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que *produzem as condições* para a construção das identidades de grupo”,⁹⁰⁶ em especial quando essas práticas são dispostas em oposição às trajetórias de outros grupos e militâncias – isto é, quando é revivida na interação entre os grupos. Nesse sentido, trata-se de algo que aponta para o espaço comum ocupado por várias gerações e para uma diferença que unifica experiências que, em outros contextos, seriam distintas. Por outro lado, os processos de diferenciação e disputa inscritos na reivindicação dessa herança comum remontam àquilo que Brah denomina “diferença como experiência”, um lugar de formação subjetiva cujos produtos não se dão como reflexão “transparente [de] uma realidade pré-determinada”.⁹⁰⁷ Nesse sentido, destaca-se, apesar de uma realidade compartilhada ou ao menos compreendida como majoritária (a condição social, política e/ou aspectos da vida cotidiana das mulheres negras brasileiras), as diversas formas de conceber e imaginar essa realidade comum, engendrando posicionamentos, estratégias, problemas, linguagens e estilos políticos distintos. Como pode ser visto nas relações das militantes, e conforme salienta Brah, “na prática, a experiência como relação social e como o cotidiano da experiência vivida não habitam espaços mutuamente exclusivos”.⁹⁰⁸ Isso fica ainda mais evidente na relação das várias militantes da FMNCR com a universidade.

⁹⁰⁴ Cf. tb.: Carmo, 2018; Gomes, 2018; Medeiros, 2017; Rios e Maciel, 2018; Lima, 2016, 2018; Facchini, Carmo e Lima, 2020.

⁹⁰⁵ Brah, 2006, p.362.

⁹⁰⁶ Idem, p.363, grifos no original.

⁹⁰⁷ Idem, p.360.

⁹⁰⁸ Idem, p.364.

2. A universidade

A FMNCR se formou em um momento em que as disputas por inserção e permanência na universidade, especialmente a universidade pública, se acirravam em Campinas – onde, além da Universidade Estadual de Campinas, encontra-se uma série de outras instituições de ensino superior, como a Pontifícia Universidade Católica, a Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação e a Faculdade de Campinas. Consequentemente, essa questão, que já estava no cenário nacional há alguns anos,⁹⁰⁹ tomou espaço central nos debates e redes em que a organização esteve envolvida. Embora as ações afirmativas ainda não estivessem em vigor nas universidades da cidade, parte das participantes da FMNCR, posteriormente inseridas nessa disputa, eram ou haviam sido beneficiárias de políticas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos),⁹¹⁰ assim como da ampliação da rede de ensino superior.⁹¹¹ A mobilização em torno do acesso ao ensino superior, assim como a contestação das formas como a universidade se organiza, foram, portanto, pontos nodais dos debates e agendas da FMNCR e de outros movimentos sociais locais na época, evidenciando, também, diferenças entre as mulheres da organização.

De forma geral, a universidade era apresentada como dissociada da realidade em seu entorno, separada da população da cidade e, principalmente, da periferia. Nesse sentido, os diálogos sobre essas questões e as transformações visadas no ensino superior costumavam incluir colocações como “todo mundo [na cidade] acha que ali é só um hospital” e “quando passei na Unicamp, minha mãe contou para os vizinhos e eles perguntaram se eu estava doente ou tinha me machucado”. Ainda que alguns – especialmente os membros mais experientes dos movimentos – destaquem momentos de solidariedade e trocas entre universidade e movimentos sociais, como as relatadas por TC no período da ditadura militar, de forma geral, a universidade era vista como um espaço de “privilégio”, elitismo e descolamento dos problemas cotidianos enfrentados pela parte marginalizada da sociedade. Assim como a “condição periférica” é reconhecida não só na ocupação do território, expressando-se inclusive por meio de marcações no corpo e como categoria de identidade, a

⁹⁰⁹ Cf. M. Lima, 2010; S. Lima, 2019; Melo, 2019.

⁹¹⁰ O PROUNI é um programa iniciado em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), que concede bolsas para estudantes de baixa renda em universidades privadas. Algumas das mulheres mais jovens da FMNCR que estudavam em universidades federais do estado de São Paulo, como a UFSCar e a Unifesp, também sinalizavam a importância do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), criado em 2007, em suas trajetórias.

⁹¹¹ Cf. Sotero, 2013.

noção de “acadêmica” também têm implícitas uma série de outras características, demarcando fronteiras de reconhecimento e legitimidade de fala,⁹¹² bem como de classe.

A percepção da universidade também é dimensionada por meio das relações que as militantes e grupos tiveram com pesquisadores. Frequentemente, a pesquisa acadêmica era descrita como uma atividade que gerava prestígio e conforto financeiro para os pesquisadores, os quais dispunham da história e da experiência das/os militantes sem qualquer contrapartida ou apresentação dos resultados para o grupo. Embora essa crítica seja feita por todas elas, são relatos, principalmente, das militantes mais experientes, cuja relação mais longeva com “as acadêmicas” conta com mais desacordos e estranhamentos, como demonstra a fala de Regina Teodoro:

Se não fosse as Promotoras Legais [Populares, PLPs], eu não teria dado conta de construir a Frente [FMNCR], de estar dentro dessa construção da Frente com diferentes pessoas críticas, partidárias, universitárias, porque a gente, como doméstica, a gente teve muito problema com as acadêmicas. Aprendi como fala: é “acadêmicas”. A gente teve muito problema com as acadêmicas. A gente tem 80 anos de história enquanto dirigente de sindicato de domésticas, uma categoria que veio a ter direitos agora, em 2015, e as acadêmicas que ganharam dinheiro fazendo a nossa história para o mundo inteiro, não nos respeitaram. E não nos respeitam também, só que hoje a gente sabe lidar com elas de igual para igual. Então hoje eu sei que eu posso sentar com as minhas acadêmicas parceiras ou as que não são parceiras, e eu posso sentar e discutir de igual para igual sem ter medo de falar bobagem.⁹¹³

As conversas e falas rumavam nesse sentido com frequência e as militantes mais experientes costumavam se queixar do que viam como um “modismo acadêmico” – isto é, em suas palavras, que “agora todo mundo quer falar da mulher negra”. Conforme essas conversas avançavam, elas tornavam a expressar frustração com as pesquisas que nunca chegavam a ver e irritação com a forma como as mulheres negras eram retratadas nesses textos assumindo invariavelmente a posição de vítima e de categoria “estatística”: “já estou de saco cheio desse povo todo querendo me dizer quem é a mulher negra, coitadinha da mulher negra, olha a mulher negra”. Em suas percepções, havia pouco interesse nos fazeres políticos e sociais dessas mulheres, resultando na abstração das disputas políticas concretas de trabalhadoras domésticas, trabalhadoras sexuais e mulheres “de base”, grupos majoritariamente formados por mulheres negras, os quais seriam pouco estudados por essa chave, já que não se dedicavam

⁹¹² Segundo Lúcia Castro, por exemplo, muitas de suas contribuições em diferentes grupos políticos campestres foram desprestigiadas - e mesmo, em sua percepção, sua própria figura teria sido rechaçada - por ser ela “uma negra periférica, não acadêmica” e por suas conquistas, em última instância, serem “construção de uma militante negra, sem formação acadêmica até o momento, e toda essa questão” (Entrevista).

⁹¹³ Fala de Regina Teodoro na Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, 15/10/2016.

especificamente à discussão sobre “quem é a mulher negra”.⁹¹⁴ Tais percepções, que ecoam uma série de produções feministas negras, são bem sintetizadas por Julia Sudbury em sua análise sobre as organizações feministas negras na Inglaterra:

Quando as mulheres negras têm um papel relevante em relatos de mobilização política negra, esse papel não é o de ativistas, mas de símbolos da opressão negra. [...] As imagens das mulheres negras como vítimas tornam-se alternativas à possibilidade de agência das mulheres negras. As mulheres negras são invisíveis e, ao mesmo tempo, altamente visíveis na esfera pública política.^{915xxxix}

As militantes também reclamavam da falta de pesquisas acerca de questões que consideravam efetivas na transformação dos lugares ocupados por mulheres negras na sociedade, como políticas de geração de renda, trabalho e moradia. Por fim, destacavam que as/os produtores desses trabalhos geralmente pouco alteravam sua perspectiva política a partir dos diálogos travados no curso de suas pesquisas, o que, em sua percepção, significaria entendê-las como sujeitos políticos e de suas próprias histórias e, ao mesmo tempo, conceber a atividade de pesquisa como uma construção intersubjetiva e política. Desse modo, enquanto algumas advogavam pela alteração no curso percebido das pesquisas acadêmicas, outras preferiam não se envolver ou colaborar com pesquisas e alegavam que “é sempre melhor a gente mesmo contar a nossa própria história”.⁹¹⁶

2.1. *Domésticas e doutoras*

As discussões e ideias referentes a contar a própria história e a crítica à posição de vítima das mulheres negras (em contraposição à ênfase em sua subjetividade e produção) na produção acadêmica refletem não apenas uma questão acerca de quem pode ou deve falar por e sobre quem, mas também apontam para as formas, métodos, posições, perguntas e abordagens que permeiam a construção do conhecimento. Nesse contexto, a entrada de uma série de jovens negros na universidade nos últimos anos era vista na FMNCR como um êxito e razão de orgulho, representando as conquistas e avanços dos movimentos negros e de mulheres negras, e a ampliação da possibilidade de negociação das condições em que – como produtoras de conhecimento ou foco de análise – as mulheres negras se relacionam com a universidade.

⁹¹⁴ Nesse ponto, a crítica se voltava também aos grupos e movimentos feministas, os quais estariam, também, envolvidos nesse “modismo”, ao passo que, nos debates específicos acerca dessas duas categorias de trabalhadoras, se oporiam às demandas formuladas por esses grupos.

⁹¹⁵ Sudbury, 1998, p.55.

⁹¹⁶ Diário de campo, 17/05/2016.

Contudo, esse novo quadro não se dá sem tensões. Em que pese as afirmações de que a ampliação do ingresso nas universidades constituem conquistas e vitórias, para as ingressantes e universitárias, ela é acompanhada da abertura de um novo leque de questões e problemas. Em seus relatos, a integração nesse ambiente é posta como estressante e conflituosa, desvelando novos aspectos do machismo e do racismo. Em primeiro lugar, destacam a série de esforços e dificuldades encontradas no próprio processo de inserção, marcadas, em especial, pelas dificuldades financeiras e pelo imperativo de estudar e trabalhar, muitas vezes em mais de um emprego:

Tinha uma possibilidade quando eu me formei [no ensino médio], que era: ou ia trabalhar de telemarketing, que eu tinha acabado a escola e eu não podia ficar sem trabalhar porque tinha que ajudar a minha mãe, ou [ia] prestar vestibular. E eu queria estudar, só que eu não tinha condições. Aí um dia me falaram que tinha um negócio que chamava universidade pública, aí eu peguei e falei como é que faz? “Tem que fazer uma prova”. Aí eu falei para minha mãe, “Mãe, eu quero estudar e tal, existe uma prova”. Aí a gente foi e tal... Nossa, muito zoadado esse processo, foi naqueles cursinhos mó caros, iludida, achando que ia conseguir fazer. Aí vi a mensalidade, muito cara. Aí eu fiz aquelas provas pra ganhar bolsa, aí eu cheguei a ganhar bolsa de 50% no [Colégio] Etapa, mas ainda ficou 500 reais a mensalidade. Aí não tinha condições de eu fazer. Ai eu fiquei muito chateada na época, triste... Aí, a gente conseguiu achar um cursinho popular. Aí eu fiz um cursinho popular lá, fiz correndo, sabe quando você pega já o bonde andando? Já tinha começado porque eu fiquei nesse rolê de tentar [bolsas em cursinhos privados]. Aí, eu consegui passar na UNESP. Tanto que eu fui num curso que eu nem queria, eu só fui mesmo pra começar e ter tempo pra estudar, porque trabalhando é menos tempo.⁹¹⁷

É até difícil explicar porque parece que é uma arquitetura que é pra isso, sabe? Os espaços não te encaixam, [acaba sendo um] espaço de humilhação. Porque no ensino médio eu fui convencida a prestar o vestibular, que era uma coisa na minha cabeça que eu ia terminar o ensino médio, faço o técnico e vou trabalhar, e aí por causa dos espaços de militância, as pessoas me convenceram a prestar vestibular, no sentido de que “olha, melhor coisa que uma trabalhadora tem a fazer na sua idade é ter bolsa trabalho na Unicamp”. Então fui pra Unicamp com isso, achei que não passava no vestibular, mas daí passei no vestibular. [Pensei], ah, tenho direito a assistência estudantil né? E aí é isso, [essa questão] está entre militantes, direito de acesso e permanência estudantil, mas o Sistema de Apoio ao Estudante [SAE-Unicamp] não trata como permanência estudantil, não trata como direito, então cada uma das idas lá eram terríveis, torturantes. E aí nisso, eu falo, bom, não vou terminar o curso, vou procurar um emprego, mesmo que seja um emprego precarizado. [...] Até que chegou a cartinha do jubramento. Mas, como eu já estava no “estou, mas não estou [na Unicamp]”, e aí estava procurando, estava nisso dos empregos que não eram fixos. Aí, quando chega a carta do jubramento é a hora que você fala, olha, agora não tem mais o que decidir, agora é um emprego formal, voltar a fazer cursinho e organizar a vida. [...] Alguns meses de cursinho e eu falei, gente, como que vai ser isso? Tinha uma série de dúvidas [...] Já tinha tido a experiência na Unicamp, então tinha muito receio de passar de novo né, por uma situação de ingresso, não dou conta, ingresso, sai, então tinha isso de estar fazendo cursinho e eu mesmo tentava, mas [pensava] o que que eu vou fazer? Fazer o que na Unicamp? E aí eu resolvi. Eu tinha provas do Enem já feitas e saiu o processo de inscrição no PROUNI. [...] Eu nem sabia exatamente porque que eu estava fazendo cursinho. [...] Foi o que eu descobri ali nessa saída da Unicamp, que é eu não tinha condição [de lidar com isso]. O primeiro emprego que eu arrumei, e foi difícil né, eu fiquei fazendo entrevista e você faz aquilo

⁹¹⁷ Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016.

de ficar um mês, dois meses com a gente, o que que vai acontecer? Das sete e meia às seis da tarde pra pagar conta, você tem que fazer opção se vai a pé, ou paga o transporte, não come todo dia, então você vai fazendo malabarismo assim.⁹¹⁸

Assim, em termos materiais, a dificuldade se manter na faculdade, considerando a conciliação dos horários e obrigações de trabalho e estudos, o pagamento e o tempo de transporte entre os vários lugares de estudo e trabalho e a necessidade de auxiliar financeiramente a família, cuidar de parentes, entre outras questões, é também problematizada a partir da precariedade das políticas de permanência estudantil. Essas políticas são vistas como insuficientes e a atuação da legislação e da burocracia institucional que as gere – o que é feito, segundo as entrevistadas, de forma a dificultar o acesso dos estudantes e restringir os critérios de elegibilidade – foi algumas vezes classificada como “perseguição institucional”. Sobre o PROUNI, por exemplo, uma das entrevistadas me explicou que, como os critérios de manutenção das bolsas eram definidos pelas próprias universidades e geralmente estabeleciam a comprovação de uma renda muito baixa para o subsídio às mensalidades, os bolsistas, que frequentemente trabalham, enfrentavam um dilema ao procurar empregos com melhor remuneração que, no entanto, não seriam suficientes para cobrir as mensalidades. Entre as possíveis promoções no emprego – e, com elas, a perda das bolsas para o pagamento da mensalidade da universidade – e a permanência nos estágios mantendo as bolsas de estudos, a segunda opção acabava sendo a única possível.

Adicionalmente, as críticas se reportavam à própria convivência no espaço universitário. Nesse sentido, referiam-se ao estranhamento quanto aos professores e outros estudantes, com os quais raramente mantinham-se relações de empatia e amizade; à percepção da diferença social em relação a estes; à forma de militância encontrada nesse ambiente, percebida como ocasional e recreativa; o desencantamento com as disciplinas e o currículo, vistos como afastados das questões prementes na sociedade e “encastelados”:

Não cheguei a me formar em pedagogia, foi cada vez ficando mais difícil, mais difícil, porque era uma dinâmica de trabalho, faz o curso de pedagogia, mas o curso de pedagogia exige estágio que é durante o dia, porque é com as crianças... Aí também havia todos os desencantos com o curso porque eu queria pensar política pública de educação e a faculdade de educação não era apresentada pra mim naquela época, mas acho que não é mesmo né, tentam fazer com que não seja o espaço de discutir política pública de educação. [...] E aí esses desencontros, essas dificuldades de manter o curso, a Unicamp não foi um espaço tranquilo, pelo contrário, era o espaço [que] pra mim ficava o tempo todo assim “aqui não é o seu lugar”, “aqui não é o seu lugar”.⁹¹⁹

Em 2004 [...], primeiro ano que eu entro na Unicamp, eu ouço um conselho: para você sobreviver na universidade, acha alguma coisa que você goste de fazer aqui. E não

⁹¹⁸ Entrevista Virgínia, 32 anos, filiada ao PSOL, ao Coletivo Raízes da Liberdade e ao Coletivo Feminista Rosa-Lilás, em 20/07/2018.

⁹¹⁹ Entrevista Virgínia, 20/07/2018.

será nas aulas [...]. E aí eu descobro o programa das comunidades quilombolas, que estava no começo [...]. Eu olhava pra mim, assim, me parecia que eu não tinha muito empatia com a Unicamp, precisava trabalhar, e aí precisava fazer outras coisas na minha vida que eu sabia que não era movimento estudantil, e em especial porque – eu ainda tenho acho que bastante dessa visão – pra mim, via de regra, o estudante da Unicamp, em especial das Ciências Humanas, ele é um militante que tem prazo, ele é militante durante os anos dele de graduação e depois ele vai para a pós, ele vai pra empresa da família, ele vai fazer qualquer outra coisa.⁹²⁰

A Unicamp é o quintal da minha casa praticamente, quando eu era criança eu brincava lá. [...] [Estudar lá] é uma coisa que a gente sempre demandou. Não que fosse algo da minha escolaridade, “Ah, vocês vão estudar na Unicamp”. Não. As professoras falavam que a gente ia ser empregada doméstica, ninguém falava de Unicamp. Aliás, uma professora falava porque o marido dela é professor na Biologia, mas ela falava assim, para delimitar o status dela de classe média, diferente do nosso. Então, ela falava com esse intuito. [...] tanto que ninguém da nossa turma estudou lá... Pouca gente, uns 3 ou 4 além de nós, dessas pessoas da nossa geração. Aí, lá, quando eu entro na Unicamp, com 20 anos, aí eu começo a sentir falta [do debate étnico-racial], né? Porque é um lugar que apesar de ter tido... de ser minha casa praticamente, eu me sentir em casa, aí eu começo a perceber algumas hostilidades.⁹²¹

As menções a desconfortos e ofensas nesse sentido, portanto, incluem tanto as tramas constituídas nas interações com o ambiente e as pessoas e a marcação de diferenças nessas interações, frequentemente assinaladas pelas militantes, como de manifestações abertas – tais como pichações e falas racistas.⁹²² Como salienta a última fala, a convivência na universidade é, por vezes, geradora da necessidade de reelaboração da identidade negra; ou melhor, os processos de diferenciação que enfrentam na universidade frequentemente fez com que essas militantes sentissem a necessidade de discutir essa identidade de forma política:

minha mãe e meu pai são negros. [...] *Então, eu não precisei me diferenciar em nenhum momento da minha vida de ninguém.* Pra mim eu era negra, ok. Isso aí já é, princípio, o conceito. [...] Mas eu não tinha que impor para essas pessoas a questão racial. Eu não tinha que impor pra eles. Quando eu saí dessa esfera, eu tive que impor, que foi quando eu fui pro movimento estudantil. Ali, sim. Então é um percurso que chega um momento da sua vida, principalmente nesses lugares que a maioria das pessoas são brancas, que se você não falar o que você é, alguém vai falar. Eu acho que daí que surge essa necessidade de você falar “eu sou negra”. [...] Mas aí como que você percebe? É um olhar, é o jeito que a pessoa te trata, é o jeito que ela fala do seu cabelo, são algumas preferências que as pessoas dão, [como se estivessem] falando, “Você não é igual, você é diferente”. Aí, você vai [percebendo], “é, eu sou negro”, “eu sou negra”, até um momento que você fala, “Não, eu sou negra e eu vou falar o que eu sou”, entendeu? [...] Esse processo aí de ir pro universo branco, só me fez [dizer] “eu sou negra, e daí?”, fez eu ter segurança disso, ter que me afirmar. [...] E aí essa trajetória minha da família, universidade, periferia e sair da periferia, foi aí que essa questão racial bateu, sabe, que eu tive que falar, eu sou negra e ser negro na

⁹²⁰ Entrevista Mariana, 32 anos, participante do CMNLTG, das PLPs e da Casa de Cultura Tainã, em 17/07/2018.

⁹²¹ Entrevista Eva, 42 anos, filiada ao PT, ao CMNLTG e ao CONEPPA, realizada em 08/12/2016.

⁹²² Durante o processo de discussão e formulação da política de ações afirmativas na Unicamp, assim como posteriormente, uma série de manifestações racistas – como pichações nos banheiros e bibliotecas, além de comentários públicos, como o do professor da Faculdade de Medicina que afirmou no Twitter que a política de ações afirmativas implicava em trocar “cérebros por nádegas” – marcou profundamente essas militantes.

minha experiência social e na minha perspectiva é isso, isso, isso, não isso que você tá falando.⁹²³

Isso eu sempre soube [que era negra]. Embora, qual era a diferença? [...]. Mas assim, eu sempre soube que eu era negra, mas não tinha aquela coisa assim, também não tinha aquela coisa assumida, “sou negra”, aquela coisa assim. A gente sempre tretou por causa de racismo, bateu na cara, minha mãe xingava, brigava, sempre foi assim. Mas não tinha essa afirmação de identidade, não existia isso, mas a gente sempre soube. [...] Então, isso vem mais depois que eu entro na Unicamp... Aí surge uma necessidade, porque as pessoas querem atenuar. Até chegaram a falar pra minha irmã, "Ah, você é descendente do que? De português, de espanhol?", aí a minha irmã, "Não, de africanos". Aí a professora ficou sem graça, aí ela [disse], "Ah, você é descendente de imigrantes africanos?". Tinha essa sutileza. Imigrantes! É uma expressão um pouco estranha, considerando as condições em que os africanos foram “convidados” a vir aqui. Muito estranho, né? Aí essa coisa de me afirmar negra, ela vem depois.⁹²⁴

A percepção de que a entrada na universidade ressignifica a identidade negra no sentido de torna-la “política” ou “politizada” já foi sinalizada por outros pesquisadores. Stephanie Lima, por exemplo, salienta que “grande parte dos sujeitos contemplados pelas políticas [de acesso à universidade] passam a se auto identificar como ‘negras e negros’ depois de suas entradas na universidade”, de modo que “os processos de ‘entender-se como negro’ e ‘tornar-se negro’ estão completamente imbricados ao processo de fazer dessa identidade uma identidade política”.⁹²⁵ Assim, embora a maior parte das participantes da FMNCR declarem que já se entendiam como negras, a politização dessa identidade, conforme as falas acima indicam, esteve relacionada à convivência no espaço universitário.

Como salientou Márcia Lima, o ingresso de jovens negros e outros grupos socialmente marginalizados na universidade, como a população LGBT, não indica apenas a diversificação do corpo discente, mas também a redefinição de agendas de pesquisa.⁹²⁶ Isso também aconteceu entre minhas interlocutoras, que realizavam e apontavam para a tradução dessas questões e dificuldades em pesquisas e trabalhos acadêmicos voltados a caracterizar as dimensões de exclusão e as variadas barreiras encontradas para a plena inserção na universidade e em outros espaços. A construção de pesquisas alinhadas às suas realidades e voltadas a expandir sua compreensão e intervenção sobre estas realidades é retratada como um ponto de virada, decisão e alteração da trajetória, e pensada como um compromisso coletivo e situado. Concomitantemente, elas salientam a valorização de formas de conhecimento produzidas fora da academia e de uma discussão epistemológica voltada à seleção de objetos e problemas para

⁹²³ Entrevista Taina Santos, 23/09/2016.

⁹²⁴ Entrevista Eva, 08/12/2016.

⁹²⁵ S. Lima, 2019, p.76

⁹²⁶ M. Lima, 2018, p.99. Cf. tb. Figueiredo e Grosfoguel, 2009.

a análise e à construção de novas metodologias, que visem contornar os problemas de interlocução entre pesquisadores e os grupos analisados:⁹²⁷

Minha primeira crise acadêmica-militante foi na graduação, que é quando o meu orientador fala, “Você vai querer ser objeto de pesquisa ou vai querer sofrer o impacto de estudar e pesquisar o momento presente que você vive?”. E aí foi muito difícil definir se eu ia dar conta dos desafios acadêmicos diante dos desafios da militância e da vivência em uma comunidade. Eu não tinha certeza de que eu ia ter filtro do que eu posso escrever academicamente e do que eu tenho que resolver no meu quintal e nem se eu ia conseguir os afastamentos necessários que uma pesquisa teórica e empírica exige. Então, era muito conflito. Mas eu vi que eu gostei disso. Eu me sinto mais confortável em ser uma acadêmica que pesquisa o que eu vivo do que desplugada, com todos os desafios que isso impõe.⁹²⁸

a gente tem que pensar outras formas de dar visibilidade, ter um pensamento realmente diverso, não só ilustrativo. A gente tem que ver e valorizar essa produção da diáspora africana nas Américas, pensar a experiência negra daqui. Mas a gente também tem que resgatar as nossas ancestrais aqui. Nós vamos ficar só falando da Angela Davis, da bell hooks, da Patrícia Hill Collins? E a Lélia Gonzalez, a Beatriz Nascimento, que foram mulheres fundamentais? [...] Se a gente realmente quer resolver problemas de história, essas mulheres foram apagadas da história. Elas foram apagadas. Por que a gente não vai resgatar elas também? Sabe, é um movimento também, e é uma tarefa que eu acho que a gente tem. Por isso que se for pra construir um negócio assim, então a gente tem que pensar na nossa realidade brasileira, na nossa história, nas nossas mulheres que debateram e aí [saíram] do senso comum que eu estava te falando. [...] Você vai olhar para aquilo de que maneira? Gente, ninguém fez isso, se a gente não fizer, quem vai fazer? Você entende o que eu acho que a gente poderia fazer? A gente não precisa fazer mais do mesmo. Por que a gente vai fazer? A gente tá propondo feminismo negro para reproduzir coisas que a gente tá criticando? Se o que o movimento negro até hoje fez foi questionar epistemologicamente tudo, a filosofia das coisas, como é pensada a liberdade, a humanidade, o certo e o errado, agora vamos reproduzir isso? Sabe, então assim, a gente tem que se formar, informar com mais elementos. Esse é um momento importante pra gente poder levar isso pra nossa vida de professoras.⁹²⁹

As duas falas também iluminam os modos como as experiências acadêmicas e militantes das interlocutoras dessa pesquisa se encontraram e se influenciaram – no primeiro caso, com a pesquisa como parte central da recuperação de repertórios e histórias fundamentais à articulação dos movimentos (especificamente, os jongos da região Sudeste e os processos de

⁹²⁷ Contudo, se a crítica às formas de construção de conhecimento legitimadas são preponderantes entre algumas das mais jovens da FMNCR, ela já aparecia de alguma forma nas atividades de grupos mais antigos, que apostam na educação popular como método de transmissão de conhecimento. Nesse sentido, Regina Teodoro me relata a experiência do projeto *Trabalho Doméstico Cidadão*, voltado à qualificação profissional e ampliação da escolaridade de trabalhadoras domésticas (Cf. Alves, 2013), dizendo que: “A gente mostrou que existe métodos que qualificam uma trabalhadora doméstica sem [ela] precisar ficar oito anos de uma sala de aula, porque as formadoras populares capacitadas para dar formação para mulheres mais velhas, sem escolaridade, sem tempo, cansada e não sei o que, e não sei o que, conseguia alcançar aquilo pretendia, e aí foi realmente um sucesso a formação. [...] [Para] o que que serviu isso? Para mostrar que embora a gente não tenha conhecimentos acadêmicos, a gente sabe os caminhos que devemos seguir e os processos que a gente tem que fazer para alcançar essa dignidade de trabalho de vida, essa qualificação que é tanto é exigida, né?” (Entrevista Regina Teodoro, 12/07/2018)

⁹²⁸ Entrevista Alessandra Ribeiro, 42 anos, participante do Jongo Dito Ribeiro e da Casa de Cultura Fazenda Roseira, em 08/08/2018.

⁹²⁹ Entrevista Taina Santos, 23/09/2016.

patrimonialização e salvaguarda possíveis aos mesmos); no segundo, com a militância ativamente informando os focos, interesses e métodos de pesquisa.

Algumas das reflexões produzidas recentemente pelos jovens negros inseridos na academia são vistas com pessimismo pelas militantes mais experientes que, como já mencionado, apontam para os riscos de individualização das questões coletivas, de críticas distanciadas da realidade concreta das maioria das mulheres negras, assim como de reproduzir uma posição subordinada e/ou racista⁹³⁰ ao tramar uma crítica a essa posição. Em geral, tais reflexões são voltadas às discussões sobre afeto e subjetividade e, em alguns casos, às perspectivas apresentadas por essas jovens em relação às mulheres negras organizadas – como vimos no capítulo 3, nas discussões acerca de classes sociais. Nas meditações das ativistas mais experientes, a ampliação da relação com a academia e a produção de conhecimento legitimado são marcadas por uma tensão reflexiva entre as práticas vigentes, as representações sociais oriundas desse espaço e os propósitos políticos da ampliação do ingresso. Em outras palavras, elas perguntam, acerca da universidade e das pesquisas: para que e para quem elas servem, têm servido e deveriam servir?

Eu não acho que preto tem que estudar só teoria, acho que tem que estudar química, física, tem que estudar mecânica, tem que estudar aquilo que ele quiser estudar, se quiser estudar, mas eu acho que tem algumas respostas que os negros que estão nas humanas não estão prestando atenção. Precisa prestar atenção e estudar aquilo que vai ser importante para o coletivo. Sei que estudar é uma atitude egoísta, sei que estudar, se você não sentar e ler o que você tem que ler, você não vai conseguir desenvolver, elaborar nada, não vai tirar... eu sei disso, mas eu acho que o nosso esforço tem que ser de pensar respostas capazes de solucionar problema, capazes de apontar, para quem lê, caminhos, porque se não, não adianta muito, né? [Dizer] A minha tese é a melhor do mundo, mas vai ficar engavetada pro resto da vida, e aí não adianta. E aí, quando a gente fala da universidade pública, para mim universidade pública tem que pensar nisso também. E aí, se a instituição não pensa, eu, pobre, vindo da periferia, eu, negra, vindo da periferia, eu, eu, eu, tenho que ter esse compromisso.⁹³¹

Além de salientar a necessidade de atenção à condição da maioria das mulheres negras, com ênfase na questão de pobreza, classe, trabalho e vulnerabilidade à ação do Estado – ênfases que se aproximam do que Facchini, Carmo e Lima nomearam, para outros movimentos sociais recentes, de “pesquisa útil” e “estímulo ao anti-intelectualismo”⁹³² –, sugere-se a necessidade de superação do “momento de denúncias e protestos” a partir do qual

⁹³⁰ Nesse ponto, destaca-se o debate acerca da “solidão da mulher negra” (Pacheco, 2008), visto por algumas das militantes como reproduzindo estereótipos racistas acerca dos jovens negros: “Tá colocado até como estratégia do racismo: vocês [negros] vão sobreviver até aqui, [porque] nós vamos matar os meninos. E aí a gente se coloca contra os meninos como se fosse uma questão de afetividade?”. No entanto, em alguns discursos, admite-se que uma “menina negra, pobre, analfabeta da periferia” tenha problemas enquadrados como rejeição e solidão.

⁹³¹ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

⁹³² Facchini, Carmo e Lima, 2020, p.11.

o movimento negro, principalmente, teria logrado obter a ampliação da participação dos jovens negros na universidade, e, em seu lugar, a concentração na busca de soluções e caminhos para os principais problemas práticos enfrentados pelos grupos marginalizados. Seja pela produção de conhecimento ou pelo “retorno à comunidade” na forma de atuação profissional direta, nessa perspectiva, o “bom uso” do conhecimento acadêmico é aquele voltado à população privada de acesso a ele:

Sofrimento psíquico da mulher negra [na universidade]! Falei, olha gente, vocês também, com todo respeito, quero dizer para vocês: que sofrimento psíquico é esse? A primeira coisa que a gente tem que perguntar [é]: o que que as mulheres negras vem fazer na universidade? O que que elas estão buscando na universidade? Talvez o que elas estejam buscando não é o que a universidade pode dar. Você precisa saber o que a universidade pode dar para saber se você quer aquilo. [...] O que que a pessoa vem buscar aqui? Carinho, atenção, ir para festas de estudantes? Se você souber o que você vem fazer, para que que você quer aquilo, você vai suportar algumas coisas em detrimento de outras... até do seu objetivo. E a universidade não é boa nem com os brancos, vai ser boa para a gente? Se os brancos não são bons com os próprios brancos na academia, por quê seriam com a gente? Então vocês não sabem o que é racismo! Vai sofrer mesmo, vai sofrer. Então, vamos entender o que a gente tá buscando. Não tô dizendo que os negros não têm que estar na universidade, em particular as mulheres negras, mas o que não pode é ter uma ilusão do que é a universidade. Se não a gente vai pensar que universidade é igreja, e não é; universidade não é família. A universidade, a gente precisa entrar aqui sabendo exatamente o que ela vai reproduzir: ela vai reproduzir todo o racismo que existe na sociedade, inclusive porque aqui ela é um centro de pensamento. Aqui se formou o pensamento, aqui se legitima o pensamento. [...] Então, eu tenho que ter uma obrigação política de entrar ali e criar condições políticas para que venham mais. E daí eu concordo e gosto da ação da meninada da Unicamp. Acho que foi fantástico aquilo que eles fizeram [disputa por ações afirmativas]. [...] Mas é isso: você tem um papel político, cara.⁹³³

Por sua vez, as ativistas inseridas na universidade apontam para as complexificação das relações de pertencimento a partir dessa dupla localização, já que o acesso ao ensino superior faz com que sejam entendidas como “acadêmicas” ou “doutoras”. O uso do termo “acadêmico/a”, como na pesquisa de Stephanie Lima, tinha frequente teor acusatório, situado em oposição ao domínio da disputa política e, na fala de algumas militantes, à ideia de “periferia” ou “periférico”.⁹³⁴ De forma semelhante, o termo “doutoras” também era frequentemente empregado em oposição a “militantes”. Na perspectiva das mulheres que já militavam antes de entrar na universidade, o ingresso ressignificou seu enquadramento como militantes, produzindo uma espécie de liminaridade – nem plenamente acadêmica, nem completamente militante – e funcionando como um fator de diferenciação no contexto da militância.

⁹³³ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

⁹³⁴ S. Lima, 2019. “Universitário/a” também ganha esse sentido, embora mais eventualmente, podendo ser usada também em referência ao meio físico ou burocrático da universidade ou a uma pessoa situada em um estado transitório – o que os interlocutores de Stephanie Lima chamam de “em situação universitária” (2019, p.81).

Então, estou muito atenta em ajuda a cuidar desses jovens agora que estão na academia. Meu olhar tá muito focado para eles, porque eu vivenciei na carne o que é você ser jovem, pobre, periférica na academia e a dor que a academia te traz, porque ela realmente te oprime, mas eu também sofri a opressão do movimento, que tá tão habituado a ver “O Outro” pesquisador que tem dificuldade de reconhecer quando somos nós mesmos. O que é ter que lidar com aquela menina que eu ajudei a formar como militante e agora ela é uma doutora? Qual o limite da relação do meu mestre que eu chamo de mestre, e do mestre para comigo quando eu estou na condição de doutora e que tenho autonomia de escrita?⁹³⁵

Aí tem [na FMNCR] a galera acadêmica, que dizem que a gente quer se sobrepor, mas é tudo mentira. Eu não tô nem aí. Aí tem um grupo de professores... Imagina, eu nunca... eu detesto me afirmar como professora. Detesto, detesto. Eu acho uma categoria muito complicada [que] reivindica para si uma intelectualidade, uma superioridade que não existe. Imagine que dentro de um grupo de um movimento social eu vou me impor como isso. Posso me apresentar como tal, igual aquele dia lá, po, é a aula que eu dou, no máximo isso, mas não afirmar. Eu sou militante. Então, mas tá lá o pessoal [acadêmico]. Aí a [militante mais experiente] fala "as doutoras", "Ah, vocês doutoras aí que ficam brigando". Eu falei, ai, eu não, o povo brigou comigo, mas eu não tô brigando porque eu sou doutora.⁹³⁶

A dupla posição que ocupam “as doutoras” deu origem a debates diversos e até mesmo a âmbitos próprios de diálogo e troca de conhecimentos. Por exemplo, foi formado nessa época, na Casa de Cultura Fazenda Roseira, o CEPIMA (Centro de Ensino e Pesquisa Interdisciplinar de Matriz Africana), que procurava juntar pesquisadores em diferentes temas referentes às matrizes africanas e posteriormente ao fim do trabalho de campo iniciou disciplinas e cursos em nível de pós-graduação. Além de dialogar sobre suas pesquisas e trocar conhecimentos, o propósito do grupo também era fornecer apoio e criar redes. Outras formas de cooperação e trabalho conjunto também marcam a convivência entre essas posições percebidas como diferentes. Retomando os discursos de heterogeneidade, complexidade e convivência, as participantes da FMNCR frequentemente salientam os empregos conjuntos ou alternados do conhecimento acadêmico e do conhecimento militante, de cunho prático e político e situado em uma política do cotidiano. O conhecimento acadêmico, nesse sentido, também se insere na organização de uma divisão do trabalho entre as ativistas que atribui às universitárias a produção dos textos e divulgação da FMNCR, algumas oficinas de debate e a formação de parcerias com a universidade para alguns projetos, além de diálogos entre elas.e

Então, vamos em cima do que nos une, e aí eu tenho que convencer a preta acadêmica de que olha, isso é bacana, importante, mas fala sobre isso que é melhor pra nós, me ensina isso... Quantas vezes [falei para a] Mariana, “Neguinha, [alguém] me chamou pra falar de tal coisa, entendo bosta nenhuma disso e eu tenho que estar nessa mesa, Mariana pega os papeis pra mim, imprimia e falava “ó, Magali, aqui está tudo de mais novo que existe sobre esse assunto, leia que você vai conseguir fazer”, eu lia e ia lá dava as minhas, entendeu? Porque eu fui convidada porque a minha representação é importante [...]. Agora, eu tenho reconhecer que eu não falo sobre tudo, eu falo sobre

⁹³⁵ Entrevista Alessandra Ribeiro, 08/08/2018.

⁹³⁶ Entrevista Eva, 08/12/2016.

algumas coisas, agora, puta, se perder aquele espaço ali, não sou eu que vou perder, é o coletivo que eu faço parte. Então, eu tenho que falar. Agora, eu não sei falar sobre isso, [mas] eu sei transformar aquilo que eu li em palavras, significados, isso eu sei fazer. Para quem que eu vou pedir ajuda? Eu vou olhar pra ela e falar “você estudou e aí eu não estudei, porque...”? Não, eu não posso falar isso, porque o que ela faz não é pra ela, e o que eu faço não é pra mim, eu faço é pra quem... sabe? [...] Eu tenho que ir, mas eu não posso ir pra falar bobagem, eu tenho que ir pra falar algumas coisas que têm sentido, onde é que eu vou encontrar essas coisas que têm sentido? Como militante eu não consigo, sinceramente, ler um livro por semana... Como militante que tem que limpar a casa, que tem que lavar a louça, tem que lavar roupa, eu só não faço comida porque eu não gosto, mas eu sou uma dona de casa também. Então, o que que eu faço? Eu tenho que buscar quem sabe, e que como é importante pra mim poder buscar uma pessoa como a Mariana, buscar uma pessoa como a Sidélia, que eu não preciso me humilhar, que eu posso dizer com sinceridade “porra, eu não entendo nada disso”, e elas olharem e, como vocês dizem, “linkar” as coisas e me preparar. Nossa, é um ano que eu ganho porque eu não preciso ficar fazendo coisas que não é a minha praia.⁹³⁷

Dessa forma, não há apenas antagonismos entre essas diferentes posições, mas a busca de cooperação e trocas. O conhecimento “militante”, extraído do cotidiano ativista, bem como dos talentos políticos e retóricos adquiridos na experiência prática, como aqueles marcados na fala acima, costumam ser valorizados nas interações e falas das mulheres – como demonstra a posição referencial das militantes “mais velhas”, parte das quais tem nível de educação formal menor do que as mais jovens. Os ajustes entre essas duas formas de conhecimento na FMNCR se dão em meio a uma trajetória mais longa de interpelação e negociação dessas militantes com o espaço universitário. Nesse contexto, o encontro de questões mais antigas e críticas recentes, formuladas à luz de um novo cenário, potencializa as reflexões sobre as relações das mulheres negras com as instituições e contribui para a formação de novos ativismos, com variadas relações com as militantes com longas trajetórias.

3. O movimento de mulheres negras

Como as discussões em torno da Marcha de 2015 permitem compreender, as participantes da FMNCR têm diferentes relações com o movimento de mulheres negras. Entre as participantes mais experientes, algumas estiveram presentes e se empenharam na construção de eventos como o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, e de instâncias representativas como o Fórum de Mulheres Negras. Essas participações se deram principalmente por meio de suas relações com os movimentos negros (como o FECONEZU e as casas de cultura), mas também pelo Grupo de Mulheres na Periferia e por outras relações com o campo feminista. Entre as mais jovens, o histórico do movimento de mulheres negras e

⁹³⁷ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

a produção de suas principais intelectuais – como, além de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Matilde Ribeiro, entre outras – são referências que as militantes procuraram conhecer e com as quais buscaram se familiarizar em seu processo de formação política. Ainda assim, os principais debates a esse respeito na FMNCR foram canalizados pela movimentação para a Marcha das Mulheres Negras de 2015.

Como já apresentei anteriormente, as principais questões em relação à Marcha referiam-se às sua forma de organização – isto é, ao modelo dos Comitês Impulsores, vistos como “centralizadores” e desconectados das diversas organizações estaduais e municipais, e, em segundo lugar, à distribuição dos recursos, que, entendia-se, privilegiava figuras de destaque do movimento, em detrimento do auxílio à base e da atenção às especificidades regionais – e ao conteúdo político e programático do Manifesto da passeata – em que, por sua vez, criticava-se o caráter “não reivindicatório” da passeata, o caráter heteronormativo do Manifesto e a desatenção às lutas em torno das políticas de ação afirmativas nos estados. Esses pontos permitem algumas considerações acerca da relação da FMNCR com o movimento de mulheres negras nacional – em especial, à parte que era percebida como mais institucionalizada e legitimada, no interior desse campo.

Em primeiro lugar, a ideia que a organização da Marcha seria “centralizada” – isto é, que concentraria as principais decisões no Comitê Nacional, sem abertura suficiente para diálogos “horizontais” e deliberações “realmente” coletivas refletia, por oposição, a busca das participantes por uma organização “descentralizada”, “horizontal” e “não hierarquizada”.

E aí [decidiram que] iam ter os comitês impulsores, né, e nessa perspectiva dos comitês impulsores, [quem participava] era convidado, porque tinha um Comitê do Estado de São Paulo [formado por comitês municipais que] se reuniram e desdobrava no Estado, [existiam] os comitês também municipais para poder ajudar as delegações dos Estados. E aí, quando começou essa conversa, eu acho que isso talvez foi a última coisa que sobrou de mim do anarquismo e que talvez não seja tão pouca coisa: eu tenho uma desconfiança sempre muito grande com a organização partidária e uma organização estruturada. Eu acho que, via de regra, quando a gente organiza um grupo que tem alguma forma de estrutura de condução dessas formas que a gente conhece, sabe, coordenação, direção, a gente centraliza, a gente cria um processo de unilateralidade e acaba com a horizontalidade. E aí, a Frente surge nessa ideia.⁹³⁸

A Frente é uma frente de muitas lideranças de muitos coletivos. Então, institucionalizar uma coisa que é plural é muito mais difícil do que quando é uma coisa única. [...] [Em grupos “centralizados”,] O núcleo de gestão, o núcleo que articula, o núcleo que fala com as pessoas e as pessoas que são agregadas [são os mesmos], é sempre a partir dessa mesma centralidade. Então, acho que isso centraliza muito.⁹³⁹

⁹³⁸Entrevista Mariana, 32 anos, participante do CMNLG, das PLPs e da Casa de Cultura Tainã, em 17/07/2018.

⁹³⁹Entrevista Alessandra Ribeiro, 08/08/2018.

A estrutura “centralizada” de organização da Marcha é relacionada à ingerência dos grupos de mulheres negras mais prestigiosos, com mais recursos, relações com o Estado e organismos internacionais de regulação – em especial, evidentemente, as ONGs fundadas nos anos 1990. As críticas às ONGs partem, principalmente, de algumas das “mais velhas”, que alegam que tais organizações priorizam a obtenção de financiamentos em vez de mobilizar a base, apontam gastos excessivos, assim como a formação de figuras importantes, em detrimento de uma construção coletiva:

Porque o nosso movimento, no Brasil, a gente pode considerar que é um movimento que nasce lá atrás, no tempo da escravidão. Pra mim, isso é tranquilo. Das lutas, da participação das mulheres na luta. Mas se a gente pensar o movimento mais contemporâneo, *nascemos tolhidas pelas ONGs*. E pra mim ONG tem nome e sobrenome. [...] E eu não sou ninguém pra negar a importância dela [personalidade vinculada a ONGs] para o Brasil, mas para o avanço da nossa luta coletiva, foi nosso entrave. Porque quando a gente pensa num encontro e na organização de mulheres negras, *a gente tá pensando nas mulheres pobres, não em financiamento*. Quando você pensa em financiamento, a ONG mais poderosa tecnicamente e financeiramente do Brasil, aí você também não quer largar o osso. [...] Não é uma coisa coletiva. Para mim, isso é assumir nossos equívocos. Movimento é movimento, movimento não tem nome. [...] Não está centrado em ninguém. Pra mim movimento é isso. Movimento tem que se movimentar. Um movimento feminista tem que ser sucedido por outras mulheres, não por “A mulher”. Essa é a concepção que eu tenho de movimento. Se você construir no seu momento histórico, na sua parte histórica, com a sua capacidade política. Não é construir nomes, é construir movimento. Construir ações que deixem possibilidades de continuidade enquanto o problema existir.⁹⁴⁰

Algumas das mulheres mais jovens acompanhavam essas críticas. Essa foi uma conversa frequente durante o primeiro momento de formação da FMNCR e voltou a aparecer durante seu processo de “desmobilização”, no segundo semestre de 2017. Em função do II Encontro de Negras Jovens Feministas, que aconteceu em setembro 2017 em São Paulo, uma das ONGs realizou uma atividade de preparação com um grupo grande de jovens negras em um hotel-fazenda no interior de São Paulo. Em conversas informais, os gastos com o hotel-fazenda foram caracterizados como um luxo desnecessário e que deveria ter sido revertido para a ampliação da participação. Apesar dessa opinião majoritária, algumas defendiam a participação de jovens da FMNCR nesse tipo de evento, argumentando que elas deveriam se

⁹⁴⁰ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018. Cabe salientar uma das falas trazidas por Sônia Santos (2008) em seu estudo sobre as ONGs de mulheres negras. Segundo ela, as “ONGs tendem a ter mulheres maduras, em vez de mais jovens. Nesse sentido, me recordo de uma das minhas colaboradoras mais jovens, Grace, de 32 anos, me contando que as mulheres mais experientes nas ONGs em que ela participava eram as mais velhas e que era difícil competir com elas pela promoção de ideias e projetos na organização. Ela disse: ‘elas simplesmente não se aposentam, Sônia, elas ficam pra sempre! E eu respeito elas, mas eu minhas companheiras queremos espaço para trabalhar nas nossas ideias na organização, então seria ótimo se elas nos deixassem fazer isso!’” (p.176).

incluir em *tudo* que dissesse respeito às mulheres e jovens negras e uma das integrantes da FMNCR participou do encontro.⁹⁴¹

Em dezembro do mesmo ano, algumas jovens da FMNCR organizaram o I Encontro de Jovens Negras de Campinas e Região, na Casa de Cultura Tainã. O encontro, que teve a duração de um fim de semana e foi frequentado por aproximadamente 150 mulheres com idade média de 26 anos,⁹⁴² foi organizado em eixos de discussão e formação, sendo eles: saúde, educação, cultura, religiosidade, tecnologia, identidade de gênero e sexualidade, colorismo e feminicídio.⁹⁴³ O evento foi realizado com auxílio de movimentos sociais, apoio de alguns políticos da cidade e parceiros diversos, que ofereceram diferentes contribuições financeiras e materiais (comida, colchões, transporte, etc.), além do espaço e força de trabalho. Dessa forma, as participantes contaram com abrigo, comida e creche para as crianças de forma gratuita, o que foi destacado como um mérito nas falas ao longo do evento. Ao propor um encontro semelhante ao realizado pela ONG, mas com meios de financiamento distintos e, no entendimento das participantes, públicos mais amplos, esse encontro simbolizava uma disputa

⁹⁴¹ A divergência de posições nesse sentido é vista, também, após a “desmobilização” da FMNCR, em 2018, na percepção e participação das mulheres antes envolvidas na FMNCR no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, que comemorava as três décadas do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988. Algumas das mulheres relatavam incômodo pela realização do evento, destacando que os Encontros de 1988 e 1991 terminaram com grandes divergências entre as presentes e, portanto o encontro de 2018 celebrava uma “união” que não havia se concretizado. Outras delas, por sua vez, participaram do Encontro de 2018 e do processo preparatório, ampliando sua interlocução com outros grupos do movimento de mulheres negras nacional e, em alguns casos, passando a ocupar posições de representação.

⁹⁴² Segundo as respostas das fichas de inscrição disponíveis no GoogleForms (<https://docs.google.com/forms/d/1XcBovcSpUcHXAVHzNVzdZXYrSn27i60lhjkhvCXroc/viewanalytics>), o Encontro reuniu mulheres de 14 a 56 anos, com uma maioria de estudantes (51,7%), trabalhadoras (30,2%) e militantes (16,1%) – as outras descrições empregadas (“um pouco de cada”, “aprendiz de militante” e “desempregada”) tinham menos de 1% das participantes, cada uma. A maioria cursava ou já tinha completado o ensino superior (59%) e uma boa parte cursava ou tinha concluído o ensino médio (28%). Dentre os coletivos, movimentos sociais ou instituições aos quais as participantes se encontravam vinculadas, incluíam-se uma série de universidades (UFSCar, Unicamp, UFRJ, UFPR, Faculdades Anhanguera, ESAMC, PUC, etc.) e escolas secundárias ou técnicas (Escolas Estaduais e Municipais, ETECAPs, ETECs, etc.), vários coletivos e grupos recentes (Coletivo das Pretas, Movimento Hip-hop Araras, Quilombo Vermelho, Rolê das Pretas, #PretaEu, Indique Uma Mina, FICAFRO, entre outros), grupos mais consolidados do movimento negro e culturais (FECONEZU, Afoxé Ilê Ogum, ONG Casa da Dinda, Associação de Capoeira Motta e Cultura Afro, Pontos de Cultura de Matriz Africana em Campinas, entre outros), grupos de estudos e coletivos universitários (Núcleo de Consciência Negra Teresa de Benguela, da PUC-Campinas, NCN-Unicamp, Grupo TRAMA da UFSCar, etc.), grupos do movimento feminista (PLPs, Marcha Mundial das Mulheres) e obras sociais (CEDAP, Imene, Obra Social São João Bosco). Além deles, encontravam-se outros grupos que haviam participado da FMNCR, como o Quilombo Urbano e o Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez. Várias participantes declararam-se “independentes” ou “não filiadas a coletivos”, algumas das quais indicaram procurar conhecer grupos de militância aos quais gostariam de se filiar no evento.

⁹⁴³ A ficha de inscrição também incluía uma pergunta sobre qual eixo despertava maior interesse das participantes. O principal interesse das presentes foi no eixo Cultura (24,1%), seguido por Educação (23,4%), Feminicídio (15,2%), Colorismo e Identidade de Gênero e Sexualidade (cada um deles com 11%), Saúde (7,6%), Religiosidade (6,2%) e, por último, Tecnologia (1,4%).

em torno de formas de organização no campo do movimento de mulheres negras e demonstrava sua pluralização e a variedade de posições abrigadas, atualmente, em seu interior.

Na mesma direção, as participantes criticavam o domínio das “personalidades” do movimento sobre a SEPPIR e destacavam, novamente, que esse domínio implicava na ofuscação das necessidades das mulheres negras “da base” e fora do eixo Rio-São Paulo. Os relatos reforçavam as brigas do movimento negro e de mulheres negras em favor da escolha de Matilde Ribeiro – e não de lideranças mais conhecidas e provenientes das ONGs – como primeira ministra da SEPPIR e, ainda que reconhecessem a escassez de recursos atribuídos à Secretaria, salientavam como ela restringia fundos para grupos menos conhecidos e fora dos grandes centros. Referindo-se a um encontro na região Norte, em que as solicitantes dos recursos teriam ouvido da Secretaria que “[nesse] interiorzão do Pará, quem é que vai para esse encontro?”, uma das participantes da FMNCR relata:

você reúne [nesse encontro] mais de... quase 700 mulheres com um recurso em espécie de oito mil reais e eu tenho certeza absoluta que do jeito [que] hoje, aqui no estado de São Paulo, se pensa movimento, você não reúne 50 pessoas com oito mil reais, que dirá pra ficar em atividade de uma sexta a um domingo, fazendo todas as refeições, se hospedando. Por que? Porque a gente ainda tem algumas noções de movimento que também são o movimento do privilégio e pra mim, esse primeiro momento, o que a Frente não faz é essa escolha de ir participar de uma marcha com as escolhidas, que aí quando a gente chega em Brasília, isso se pauta muito, porque as milhares de mulheres que foram não foram essas meia dúzias das escolhidas que tinha a passagem e tudo garantido. [...] Pensar que uma Frente tem que servir disso, tem que servir desse movimento de que a gente construa movimento do qual não participa só quem é privilegiada.⁹⁴⁴

Apesar das críticas e da percepção negativa acerca das ONGs e das formas “centralizadoras” tomadas pelo movimento de mulheres negras entre algumas das participantes da FMNCR, as falas de algumas das militantes acerca da noção de “bem-viver” sinalizam que, antes de mais nada, a busca por se diferenciar da Marcha e as críticas à mesma relacionavam-se a agendas locais que, naquele momento, eram prementes para as militantes. Entre essas agendas, destaca-se o apoio à disputa por cotas em localidades em que a questão ainda não estava encerrada, discussões em torno de sexualidade e a consideração à marginalização de grupos específicos de mulheres negras:

Aí a gente colou na organização aqui de Campinas [para a Marcha] e aí eu, particularmente, coloquei algumas questões que achei que não tinha como construir pautado naquilo [que estava sendo proposto pelo CI]. Tinha várias questões. A Marcha era [orientada pela ideia de] bem-viver, o nome da Marcha. Mas assim, o que era bem viver? Estava muito amplo, de modo que deixava algumas coisas para fora. Bem-viver não estava discutindo o que achávamos que tinha que ser discutido, por exemplo condições de trabalho. Isso é bem-viver. Cotas, não citava em nenhum momento. Era um manifesto que falava talvez de uma perspectiva ainda, na minha

⁹⁴⁴ Entrevista Mariana, 32 anos, participante do CMNLG, das PLPs e da Casa de Cultura Tainã, em 17/07/2018.

opinião, hétero, que não falava desse lugar de como era a violência sobre mulheres negras lésbicas, transexuais, etc. E aí, a gente debateu tudo isso aqui com as meninas do Núcleo [NCN-Unicamp]. E aí eu coloquei [essas questões]. Aí, dessa discussão, da crítica, surgiu a discussão da gente fazer alguns encontros das mulheres negras de Campinas para organizar o nosso manifesto, que nós íamos levar para a Marcha. A ideia não era romper, mas somar criticamente. Começamos a fazer alguns encontros e daí surgiu a Frente de Mulheres Negras.⁹⁴⁵

Eu lembro de nós irmos em uma reunião em São Paulo da construção da Marcha que discuti pontos do manifesto, e na reunião de São Paulo tinha uma proposta pré-definida pra debate, aí com acréscimo, destaque. E nós fomos embora daquela reunião em São Paulo pensando, “olha, tem diversos pontos de partida [para pensar as mulheres negras]”. Nós interferimos lá, nós acrescentamos coisa, e a gente falou só é um ponto de partida com as alterações que nós fizemos. Mas o foco [do debate da FMNCR] se deu muito das discussões que tinham aqui também em Campinas. Então, [aqui] estava muito latente a preocupação com o debate, essa “é a mulher, a mulher, mulher”! Tinha uma preocupação imensa com esse debate porque tinha sido uma disputa de um dos 8 de Março, da construção do 8 de Março em Campinas, isso estava muito colocado, [por exemplo] a questão das profissionais do sexo. Então, aqui em Campinas estava muito colocado o debate sobre as mulheres vulneráveis, as mulheres invisíveis, e como isso tinha que estar de forma marcada no nosso manifesto, e a gente olhava para a construção nacional, mesmo pra São Paulo, assim, tem um foco muito grande numa ideia que é muito genérica, que é o bem viver. E aí, não é negar a ideia do bem viver, é só que é mais concreto, é mais específico, a gente tem questões latentes [que] a gente quer marcar a partir aqui de Campinas. Então, não é o bem viver genérico, que eu acho que é, me parece que é uma das grandes diferenças dos textos e mesmo da discussão [do CI e da FMNCR] porque como você busca um processo de unidade entre leituras de realidades muito distintas, entre perspectivas programáticas no plano geral distintas, me parece que era mais viável você construir um documento mais geral, né, o bem viver né, a luta contra o racismo. E aí, aqui, me parece que tinha condição disso, do que eram as pautas específicas, de aprofundar, de fazer marcações, porque tinha uma unidade já em torno de [mulheres negras], ela já tinha uma história né, em Campinas, tinha uma história de outros enfrentamentos.⁹⁴⁶

Assim, as críticas à forma de organização e ao conteúdo político-programático da Marcha se relacionavam às avaliações das participantes acerca de um segmento específico dos movimentos de mulheres negras e procuravam dar expressão a agendas locais e a uma percepção de luta política e organização coletiva “não centralizada”, “horizontal” e “não hierarquizada”. Dessa forma, os posicionamentos da FMNCR quanto à Marcha – considerando, ainda, a importância desta na formação da FMNCR e em suas possibilidades de se colocar como um ator coletivo relevante no cenário local, constituindo uma fonte de capital político empregada pela FMNCR em seus posicionamentos em espaços políticos da cidade – parecem estar voltados à marcação de diferenças e perspectivas a partir das quais a FMNCR procura se inserir no campo dos movimentos de mulheres negras, posicionando-se como um ator específico e independente nesse mapa.

⁹⁴⁵ Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016.

⁹⁴⁶ Entrevista Cristiane Anizeti, 32 anos, filiada ao PSOL e participante do Coletivos de Negras e Negros Raízes da Liberdade e do Coletivo Feminista Rosa-Lilás, em 12/07/2018.

Dessa forma, se as críticas que a FMNCR direciona à Marcha remetem a algumas das disputas que marcaram o movimento de mulheres negras no curso de algumas décadas, elas também são testemunhos e evidenciam a consolidação e a pluralização desses movimentos e, com isso, a ampliação das disputas, perspectivas e formas de pensar e experienciar a política. Assim como, para Jurema Werneck, a formação dos movimentos de mulheres negras na década de 1980 “não foi um racha em relação ao movimento negro, foi sim um salto de qualidade, por conta das necessidades sobre a reflexão sobre a própria diversidade”,⁹⁴⁷ a formação da FMNCR não deve ser pensada como um rompimento em relação à Marcha, que lhe dá condições de organização, mas, parafraseando uma das entrevistadas, uma “adição crítica” ao campo dos movimentos de mulheres negras. Como a experiência da FMNCR demonstra, esse campo plural e em expansão deve ser pensado não apenas por meio de rompimentos, oposições, aproximações e filiações absolutas; ao contrário, como vimos em relação à Marcha, há mais nuances nessas relações, melhor compreendidas a partir compartilhamentos parciais e instáveis, encontros e desencontros.

4. O movimento negro

Os grupos do movimento negro têm grande importância na FMNCR, um grande número de representantes – quase todas as mulheres da organização tem ou passaram a ter relações com os grupos negros da cidade – e grande peso em sua agenda, o que aparece em pautas como o combate ao genocídio da juventude negra, à seletividade da justiça e ao encarceramento em massa da população negra, a pressão pela aplicação e pelo monitoramento da lei 10.639 e das ações afirmativas, entre outras. São também importantes formadores políticos e entradas na militância para algumas das mulheres da organização e fornecem narrativas e espaços de convivência comunitária, além de estrutura física para uma série das suas atividades.

As maior parte das mulheres mais experientes da FMNCR têm longa relação com movimentos como o FECONZU e a Casa de Cultura Tainã. Com um histórico de atuação bastante centrado nos ativismos culturais, elas expressavam distanciamento em relação aos grupos que descreviam como portadores de maior capital político, o que era medido por sua proximidade com a universidade, os partidos políticos (em especial, o PT) e o Estado,

⁹⁴⁷ Lemos, 1997, p.50.

afirmando que essas relações afastavam os militantes e os próprios movimentos da base, tornando-os competitivos e individualistas.

Se você for ver, o FECONEZU faz 40 anos esse ano. O MNU, que é “o” movimento nacional e reconhecido pela academia, também faz 40 anos. Então, qual a diferença? O MNU se propôs a ser político, partidário nos moldes tradicionais. O FECONEZU se propôs a ser cultural e a pensar a cultura como política. Acho que esse é o ponto. A cultura é política e a nossa expressão maior de rejeição [política], ou até de aceitação, é através da cultura.⁹⁴⁸

muitas pessoas negras que formaram, que viraram liderança em algum momento, em algum ponto, elas voam, né? Elas não ficam mais no movimento. Elas voam, ou vai pra algum cargo ou um mandato, ou vai pra uma universidade fora daqui, sai do país... Não que isso é ruim, mas são lideranças que vão embora e enfraquecem aquele grupo específico. Nossa, tem muitas lideranças, né, [e] as próprias lideranças não permite que o outro se faça líder, né?⁹⁴⁹

Apesar do distanciamento, as militantes também valorizavam as conquistas desses movimentos, em especial as referentes à institucionalização do antirracismo no Estado, e salientavam, em alguns casos, que sua aproximação ou simpatia pessoal para com o PT se relacionava ao percurso de militância negra no interior do partido. Apontamentos sobre a concretização da SEPPIR, da SPM, das ações afirmativas, da PEC das Domésticas, entre outras políticas e direitos obtidos no período dos governos petistas, serem devidas à ação dos movimentos sociais e à pressão dos militantes incluídos no partido eram comuns:

Até porque toda essa construção de movimento negro que culmina com a criação do SEPPIR foi feita por negros do movimento negro. Antes de ser petistas eram do movimento negro, mas eram petistas. E no momento que o Lula ganha, ele encaminha essas coisas não porque ele é bonzinho e não porque ele não é racista – e eu também não tô dizendo que ele é racista. Ele encaminha porque existe internamente no partido deles um conjunto de militantes que tem um projeto. [...] Eu posso afirmar que esse projeto para os negros de um poder nacional, parte deles [militantes no interior do PT], porque eles dialogam com a gente. O SEPPIR não foi uma invenção, foi um projeto.⁹⁵⁰

Grupos como o MNU e a UNEGRO e coletivos negros vinculados a partidos políticos estavam representados na FMNCR e assinaram sua Carta-Manifesto. Suas participações nas atividades eram em números pequenos (geralmente uma ou duas representantes nas atividades mais frequentadas e nem sempre só mulheres) em relação à participação dos grupos de ativismo cultural e coletivos voltados à educação. Em alguns casos, estiveram ausentes (suas representantes moravam em outras cidades), o que não acontecia com o outro grupo, cujas representações eram sempre fartas nas atividades. Suas poucas falas públicas foram sucintas – apresentações breves do movimento, afirmando sua presença e apoio

⁹⁴⁸ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

⁹⁴⁹ Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às Promotoras Legais Populares, em 12/07/2018.

⁹⁵⁰ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

à agenda da FMNCR e indicando suas próximas atividades e debates.⁹⁵¹ De modo geral, as relações eram amistosas e não havia tensões evidentes entre as participantes de ambos os grupos.

As participantes mais jovens da FMNCR, por outro lado, tinham diferentes relações e trajetórias de militância antirracista. Entre aquelas que afirmavam ter alguma experiência de participação no movimento negro e seus debates, a aproximação tinha se dado por meio de grupos culturais e manifestações de cultura popular e periférica – como o Afoxé Ilê Ogum, o Urucungos, Puítas e Quinjêngues, maracatus, baterias e sambas e o hip hop – e, por vezes, de grupos vinculados à Igreja, como as CEBs, que tinham interlocuções com o movimento. Contudo, segundo elas, os debates raciais não se davam de forma articulada nesses espaços e tendiam a ressaltar a questão de classe (no caso das CEBs) e de identidade periférica (no caso do hip hop):

Tinha [o debate racial] daquela forma muito rústica de dizer “você é preto” e “você é branco” e não discutir as questões. Porque hip hop é um movimento de periferia, e na periferia não se discute isso, todos tem as mesmas condições sociais. Então tem o playboy e tem o periférico, não tem o branco e negro. [...] Aí quando nós começamos no processo de organizar o hip hop, os movimentos sociais se aproximaram. E aí dentro dos movimentos sociais, inclusive o movimento negro, alguns tinham uma resistência com o hip hop e outros acolhiam. Eles fizeram esses debates, e esses debates a gente vem discutindo dentro do hip hop, mas é sempre de uma maneira assim, não é como num movimento social que a gente coloca como um problema social ou cultural. [...] Apesar de te garantir alguma identidade, trazer alguma reflexão, não coloca essa discussão num papel social.⁹⁵²

Em outros casos, haviam se aproximado do movimento negro por meio da participação em grandes eventos acadêmicos com suas lideranças ou de encontros como o ENJUNE (Encontro Nacional da Juventude Negra) e salientavam a importância desses encontros em suas trajetórias e pensamentos como militantes, assim como na formação de redes ativistas. O ENJUNE, especialmente, é associado à constituição de novas estratégias e formatos de militância negra a partir da juventude e a mudanças na constituição dos espaços militantes.

2007, 2008 é um ano substancial para a minha geração de militância negra, que é o ENJUNE, a primeira vez que começa a acontecer os Encontros Nacionais da Juventude Negra. E aí nos Encontros Nacionais da Juventude Negra, eu participava de um grupo que era o Quilombo Favela, e muito porque [desde] 2004 eu já vinha trabalhando com os quilombos. [...] Eu não conheço ninguém que tenha, da minha geração, que passou pelo ENJUNE [e] não vai te dizer de como o ENJUNE foi significativo. [...] O ENJUNE eu acho que é esse momento de juventude negra que você consegue reunir toda a diversidade de temas, que tinha hip hop, comunicação, gênero, cotas, o nosso [grupo de trabalho] que era pequeno, quilombo-favela, religião, enfim, educação de forma genérica, tinha muita [diversidade temática]. E eu acho que

⁹⁵¹ Tentei entrevistar uma participante da Soweto e uma da UNEGRO, que aceitaram. Porém, as entrevistas não chegaram a ser marcadas, em um caso por conta de dificuldades de contato e, em outro, porque a militante estava em uma viagem.

⁹⁵² Entrevista Cibele Rodrigues, 36 anos, filiada ao PT e próxima da Casa de Cultura Tainã, em 25/09/2016.

é uma primeira experiência que a nossa geração não tinha tido, que era, por exemplo, isso que já se tem e que a galera faz muito, essa ideia dos encontro afro-centrados. Então, era muito novo você imaginar um encontro com cinco mil jovens negros e negras. [...] E aí eu acho que foi uma experiência [de construção] do [nosso] ponto de vista, né? [...] Não era esse mesmo movimento que hoje a gente vê né, de tantos grupos, e talvez eu acho que esse tenha sido um desdobramento para organização da juventude negra e talvez dos pós jovens negros do ENJUNE, que eu acho que esse número de coletivos que a gente vai ver com o Lélia [CMNLG], você vai ver muito coletivo hoje de mulheres negras, de jovens negros, né [...] eu acho que o ENJUNE ele nos propiciou primeiro uma aprendizagem que nenhum de nós tinha, que eram contatos nacionais, que daí de repente você conhece jovem negro e que tá fazendo algum tipo de trabalho em tudo que era lugar. E aí já é 2009, eu já estou há cinco anos acompanhando essa pauta dos quilombos de forma orgânica, eu já tenho um trabalho de técnico do MAB e do MOAB [...] e aí eu já cheguei na Tainã⁹⁵³

Frequentemente, os relatos remetem à busca por discussões de gênero e sexualidade nesses movimentos, seja nos grupos negros da cidade ou em outros espaços. Algumas integrantes afirmavam um problema de enquadramento dessas questões tanto nos movimentos “políticos” como nos “culturais”, razão pela qual não se sentiam incluídas nos movimentos negros, e diziam que a criação da FMNCR tinha por propósito unir as duas vertentes. Em outros casos, a crítica se voltava à discussão de sexualidade e às tentativas de encontro entre a comunidade LGBT e o movimento negro que, segundo elas, não se deram de forma satisfatória ou aberta:

Lá atrás, a gente consegue entender que os LGBTs tinham que se aproximar [do movimento negro]. Só que cada vez que os LGBTs iam levar uma demanda pro movimento negro, o movimento negro nos respondia assim: “Então, eu acho importante essa fala que você trouxe aqui, mas isso você tem que discutir com o movimento LGBT”. Aí você vinha no movimento LGBT [e ouvia] “eu acho importante essa fala que você trouxe aqui, mas esse recorte do movimento negro, você tem que discutir lá no movimento negro”. Então, nós LGBTs negros sempre ficamos nessa coisa: empurra pra lá, empurra pra cá, empurra pra lá, empurra pra cá. [...] Então essa história e essa trajetória é de uma mulher negra que chegou dura nos espaços e sempre pediu um apoio e o povo [dizia] “não, vocês tem que discutir lá com aquele povo LGBT”. E o LGBT é branco, cara! É uma comunidade embranquecida, que vive num processo de academia. Tá aqui [dois pesquisadores] que sempre me perguntam do movimento negro [e] eu falo, “pô, a gente só apanhou lá dentro”. Porque [o movimento negro] não recebia essa demanda.⁹⁵⁴

As questões levantadas pelas participantes mais jovens sinalizam que a forma como os movimentos negros trabalharam as questões “específicas” em seu interior, seja por meio de debates e negociações políticas, seja por resoluções tomadas como “família” ou “comunidade” não foi, a princípio, suficiente para que essas mulheres se sentissem incluídas. Nesse sentido, a questão em torno de sexualidade e a inclusão da população LGBT talvez seja o mais amplo desacordo com o movimento negro que reverberava na FMNCR e, segundo as

⁹⁵³ Entrevista Mariana, 17/07/2018. Nesses encontros, Mariana afirma ter conhecido muitas pessoas com as quais ainda se relaciona, trabalha ou milita, inclusive Alessandra Ribeiro, liderança da CJDR e da Fazenda Roseira.

⁹⁵⁴ Fala de Lúcia Castro na roda de conversa *Memória dos movimentos negros de Campinas*, MIS, 19/07/2017.

militantes que procuravam articular esses debates, ainda que eles tivessem avançado em alguns sentidos, continuavam difíceis. Um dos questionamentos era referente à participação de *drag queens* e da população LGBT negra de forma geral na Marcha Zumbi, que acontece em Campinas todos os anos no 20 de Novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra. Em várias falas, Lúcia Castro, liderança do Aos Brados, afirmou a participação tímida desse grupo na marcha devia-se à resistência do movimento negro em acolher as demandas LGBT e à recusa em reconhecer os membros LGBT da comunidade negra, como Madame Satã e vários outros “negros LGBTs que fizeram histórias e trajetórias que não são contadas”.⁹⁵⁵ Ela alegava que, como ao longo da Marcha aconteciam uma série de manifestações culturais, a inclusão de *drag queens* seria uma forma lúdica de integrar o público LGBT, pois o problema que a maior parte das pessoas teria com esse público se daria em função do contato físico – isto é, não gostariam de testemunhar beijos ou carícias que indicassem uma relação íntima –, algo que não faria parte dos espetáculos das *drags*. Dessa forma, segundo ela, “se você apresenta uma *drag queen* você vai conseguir fazer um processo de transformação naquele preconceito né, arraigado que as pessoas têm naquilo que não conhecem”.⁹⁵⁶ Suas críticas ao movimento negro se deram em diferentes espaços e ela era sempre aberta em suas posições nesse sentido, inclusive em contextos de debate direto com representantes desse movimento.

Contudo, algumas das participantes chamavam atenção para outras formas de organização, em alguns casos menos institucionalizadas, e ponderavam avanços nas discussões de gênero e sexualidade, assim como em outras questões que entendiam como importantes (como, por exemplo, as diferenças regionais). A perspectiva feminista e as ações das mulheres nesses grupos são vistas como responsáveis por esses avanços. Um exemplo é o CEDENPA, uma antiga organização negra paraense cuja discussão sobre a experiência negra na Amazônia, segundo Mariana, teria sido seu primeiro contato com um pensamento voltado a integrar as categorias de opressão e poder – no caso, raça e região –, levando-a a pensar gênero e raça de forma conjunta e, posteriormente, estudar a noção de interseccionalidade.⁹⁵⁷

Algumas militantes relatavam uma multiplicação recente dos coletivos de jovens negros e afirmavam que a ampliação do engajamento desses jovens e sua proposição de discutir temas da agenda de gênero e sexualidade tinha influência da militância e dos debates

⁹⁵⁵ Entrevista 2 Lúcia Castro, 19/07/2018.

⁹⁵⁶ Fala Lúcia Castro, 19/07/2017.

⁹⁵⁷ Vale lembrar que, como afirmei na apresentação da FMNCR anterior ao capítulo 2, algumas das práticas associadas ao CEDENPA, como a participação dos homens nos eventos feministas para cuidar das crianças e da cozinha, haviam influenciado o formato das atividades da FMNCR.

feministas negros, que abriram espaço para o questionamento da universalização do sujeito do movimento negro e inseriram outros termos e questões em suas conversas. Elas entendiam a formação desses coletivos e debates como constituintes de novas formas de ativismo negro, que partiam da juventude:

Também uma coisa muito importante que o feminismo negro acabou provocando nos homens negros [é que] tem surgido alguns grupos de homens negros que estão debatendo a condição deles, de homem, entre eles. [...] Aí surgiram vários [grupos], Bicha Nagô que é lá de São Paulo, que são só homens negros gays, tem outro em São Paulo, o Bloco dos Gays Pretos, que são homens negros se reunindo pra ver a condição deles dentro da experiência que eles tem, de ser trans, de ser gay, de ser bissexuais, de ser homossexuais, entendeu? E eu acho que o feminismo negro abriu espaço pra isso dentro do movimento negro, porque essas pessoas estão se colocando enquanto sujeito, enquanto lugar de fala. E questionando também até esse princípio de universalidade, que, ah, “o negro”. Não é “o negro”, existem pessoas diferentes nessa experiência. [...] É uma coisa que pra minha geração é interessante porque eu sempre escutei muita gente falar que a juventude não se envolvia com política, não discutia política. Pelo contrário, tá discutindo. De uma outra forma, mas tá discutindo.⁹⁵⁸

Por fim, algumas se declaravam apartadas das discussões e espaços organizativos do movimento negro e afirmavam que, com a filiação à FMNCR, pretendiam ampliar seu conhecimento e participação nesses espaços. Essa necessidade, segundo relatam, partia da ausência do debate racial em outros ambientes de militância nos quais estavam inseridas. É o caso, na fala abaixo, das conversas que ocorrem no interior de um partido político:

[no grupo do partido] tinha muito uma coisa assim [...] que a gente se olhava muito e falava “a gente precisa muito descobrir o que é o movimento negro, quais são as pautas, o que é o movimento negro em Campinas”. A gente sempre colocou uma necessidade de discutir, porque nas organizações de esquerda tem um debate da centralidade do trabalho, e aí as vezes tem umas disputas das questões das mulheres, a questão de negros e negras, [que] são acessórios né, são secundários. E a gente falava [que] o que a gente precisa é ir acumulando [conhecimento] suficiente para a gente conseguir colocar um debate de que não é acessório, mas que é fundamental, né? [...] A classe ela existe em concreto, né, ela não é uma abstração, que é o operário inglês do século dezenove, ela é real. E a classe real é feminina, a classe real é negra, mas como que a gente organiza esses debates [...]. Então, na verdade, ao mesmo tempo que quando a gente vai pra um espaço de auto-organização tem muito aquilo de eu quero falar do sofrimento, eu quero né.. a gente sempre preocupou muito assim, “aqui a gente vai também elaborar estratégias para ocupar os outros espaços”.⁹⁵⁹

Assim como em outros casos, a FMNCR parece ter constituído um espaço de aproximação entre os movimentos negros locais, nos quais algumas das participantes mais jovens passaram a atuar ou acompanhar a partir de sua entrada na FMNCR. De forma geral,

⁹⁵⁸ Entrevista Taina Santos, 23/09/2016. A fala de Taina acerca do pouco envolvimento da juventude e as transformações recentes nesse sentido foram ecoadas por outros militantes no período da pesquisa e em diversas atividades que acompanhei ao longo da pesquisa.

⁹⁵⁹ Entrevista Cristiane Anizeti, 20/07/2018.

ainda que não participassem do movimento negro, elas situavam a FMNCR como parte desse movimento e de seu legado.

5. O movimento feminista

No dia 6 de março de 2016, uma postagem na página de Facebook da FMNCR continha uma imagem com a legenda: “Sim, mulheres negras podem e são feministas”. Na imagem, uma mulher negra empurra um policial com seu corpo, tentando afastá-lo de um homem negro caído no chão, sobre o qual o policial, que porta uma arma de fogo de tamanho comparável à perna da mulher, pressiona seu joelho. Ao lado da personagem central, outra mulher negra com uma sacola de compras observa a situação com um semblante sério e sóbrio. Há na imagem, ainda, uma citação de Audre Lorde, “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”, seguida pela frase “8 de Março também é dia da mulher negra”. Essa postagem foi parte de uma série de convocatórias, comentários e relatos breves publicados na página da FMNCR no Facebook ao longo da organização do ato do dia 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher. De forma geral, o tom das mensagens e publicações apresenta uma crítica ao caráter excludente do movimento feminista – como lemos na legenda de outra imagem publicada, que diz: “ficamos sempre perplexas com como feministas podem ser racistas”. A página também apresenta chamados para a abertura do feminismo a grupos de mulheres marginalizadas em seus discursos e práticas: “afinal, 8 de Março é dia da mulher, seja ruiva ou negra, trans ou XX, hétero ou lésbica ou bi, periférica ou rica, médica ou profissional do sexo...”.

Como sugerem essas mensagens, a relação das participantes da FMNCR com grupos e movimentos feministas vistos como hegemônicos é marcada por tensões. Por “feminismos hegemônicos”, me refiro a grupos geralmente antigos, com mais recursos, acesso a espaços no Estado e relações próximas com partidos políticos, alguns com histórias relacionadas à Igreja, tradicionalmente envolvidos na construção dos principais atos e mobilizações feministas na cidade, como o ato anual no 8 de Março, principalmente a Marcha Mundial das Mulheres.⁹⁶⁰ Além destes, também há tensões alguns grupos feministas universitários, vinculados a partidos de esquerda, especialmente os relacionados ao PSTU

⁹⁶⁰ Emprego a noção de “feminismos hegemônicos” para nomear os grupos que eram percebidos das formas descritas nesses parágrafos. Essa ideia não costumava aparecer no campo e as militantes da FMNCR, como já mencionei, referiam-se a eles como “feminismo tradicional”, “feminismo clássico” ou apenas de “as feministas” – por vezes seguido de uma declaração como “que eu também sou” ou “sou feminista, mas feminista popular”, ou ainda, em alguns casos, “as mulheres do grupo tal” e “as feministas brancas”.

(Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados). Esses grupos, de forma geral, discordam em uma série de pontos e entram muitas vezes em conflito; no entanto, esses conflitos não são centrais da perspectiva da FMNCR –ainda que fossem conhecidos e debatidos, não redundavam em um tratamento específico ou diferenciado aos vários grupos feministas, que geralmente eram referidos como bloco. As menções também incorporam questões ou embates com grupos não campineiros, e frequentemente os grupos descritos dessas formas não eram nomeados.

A percepção de dificuldades nas relações com esses grupos antecede a formação da FMNCR, de modo que uma das primeiras deliberações coletivas, logo após a ida à Marcha das Mulheres Negras, foi acerca de sua inserção nos espaços feministas já estabelecidos na cidade. Parte das integrantes da FMNCR defendia a busca de inserção nesses espaços, enquanto outras advogavam pela realização de programações e atos como força autônoma e separada. Além disso, foi discutido quais espaços seriam disputados, quem seriam as encarregadas desse processo e quais estratégias seriam empregadas. A decisão de buscar integrar os debates feministas da cidade também se inscreveu em uma divisão do trabalho entre as participantes, em que as responsáveis por essa disputa, especialmente em relação ao 8 de Março, seriam algumas das militantes mais jovens. O recorte geracional foi justificado de duas formas pelas participantes da FMNCR: por um lado, tratava-se de uma seleção em função de maior paciência e disponibilidade de tempo das mais jovens, cujos históricos de polêmicas com alguns desses grupos e lideranças seriam mais curtos e menos marcados; discutia-se, além disso, a necessidade de incorporar mais amplamente as mulheres mais jovens nos quadros de organização feminista, algo que aparece como preocupação entre algumas das feministas mais experientes da FMNCR, que costumam mencionar a falta de espaço para as mulheres jovens no feminismo. Por fim, as militantes afirmavam que a divisão do trabalho e as tarefas foram definidas em função do interesse das participantes e que, portanto, as mais jovens teriam optado por se envolver com essa questão. Isso não significa que as “mais velhas” tenham se ausentado dessa disputa, como veremos adiante.

A partir dessa decisão, a FMNCR participou de reuniões amplas sobre as Delegacias da Mulher, discussões na Câmara Municipal e outros espaços sobre a chamada “ideologia de gênero”, o projeto do Escola Sem Partido e temas afins, reuniões diversas voltadas a delinear de estratégias para problemas das mulheres da região – aumento do número de casos de feminicídio e poucas formas de auxílio institucional disponíveis, por exemplo. Contudo, o ato do 8 de Março foi o principal terreno de disputa entre a FMNCR e grupos feministas locais e é representativo das tensões com o campo feminista.

5.1. O ato do 8 de Março

A resistência das participantes mais experientes a participar dos espaços feministas já estabelecidos se deve principalmente às discussões ao longo da organização dos atos do 8 de Março. Além das disputas mais longevas, como mencionei na Introdução, nos anos anteriores à formação da FMNCR, em especial a partir de 2013, o ato vinha sendo palco de uma série de divergências entre grupos vinculados a partidos à esquerda do PT, que defendiam que as bandeiras comuns levadas ao protesto deveriam incorporar críticas ao governo de Dilma Rousseff, e grupos mais próximos ao PT, que se opunham a essa pauta, destacando os avanços dos governos petistas em uma série de questões sociais e econômicas, dentre os quais encontravam-se a MMM e o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Entre acusações de partidarismo, elitismo e racismo, tais disputas foram acirradas ao longo desse período e chegaram a causar uma divisão no ato em 2014, que contou com duas passeatas simultâneas.

O ato é realizado em Campinas todos os anos e é frequentado por uma grande variedade de organizações e grupos do campo feminista e de outros campos – coletivos voltados à discussão sobre sexualidade e identidade de gênero, setoriais de partidos, sindicatos e associações de classe, mulheres de movimentos negros e de associações de bairros, assim como muitas participantes “independentes” (não filiadas a grupos políticos), bandas, baterias e grupos culturais.⁹⁶¹ Ele costuma ser organizado conjuntamente por uma série de coletivos e grupos a partir de uma primeira reunião convocada pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Nessa reunião é proposto e votado um calendário de encontros, alguns contornos do processo organizativo, como, por exemplo, quais critérios determinarão a assinatura do manifesto conjunto e a participação plena no processo de deliberação. Uma série de pautas são levantadas para serem discutidas ao longo dos encontros seguintes.

O dia do ato é iniciado com um encontro de todas as participantes em um “ponto de concentração” no centro da cidade e, a partir dali, a passeata segue com palavras de ordem, hinos e toques de bateria pelas ruas mais movimentadas da região central de Campinas,

⁹⁶¹ Alguns grupos presentes nos atos entre 2015 e 2018 são: a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Vadias, a União de Mulheres Brasileiras, representantes de ONGs como SOS Ação Mulher e Sempre Viva Organização Feminista, uma série de coletivos feministas universitários e periféricos, o Grupo de Mulheres da Periferia, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, o Sindicato Professores do ensino Oficial do Estado de SP (APEOESP) e setoriais dos sindicatos dos químicos, bancários, trabalhadores da Unicamp e metalúrgicos, o grupo Minha Campinas, o coletivo Rosa-Lilás (vinculado ao PSOL), o grupo Pão e Rosas (vinculado à LER-QI [Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional], que é percebida como próxima do PSTU), o grupo Urucungos, Puítas e Quinjengues, o grupo Marias do Jongo, representações de comunidades e ocupações como Menino Chorão e Mandela, as Brigadas Populares, cursinhos populares, as Promotoras Legais Populares, a Bateria Alcalina, grupos de afoxé e capoeira, entre vários outros.

dinâmica de deliberação, as relações entre os grupos e o tratamento de algumas pautas, é descrito pelas participantes, como “catastrófico”, “politicamente frágil”, “difícil”, “cansativo” e “psicologicamente desgastante”, características que atribuem à necessidade de frequentemente reagir a falas, formas de organização e relações racistas e excludentes, além de disputar a ampliação da participação e da fala das presentes. Dentre os pontos mencionados, destaco a “exotificação” das mulheres negras e de sua participação e produção política, expressada em falas como “que bom que vocês chegaram para rodar saia e trazer um axé para a nossa manifestação”; convites para “apresentações culturais” durante o ato político e ênfase nas “cores”, “maquiagens” e “indumentária” das mulheres negras; seu tratamento como vítimas permanentes (no mesmo sentido apontado na discussão sobre pesquisas acadêmicas);⁹⁶² declarações e debates acalorados entre participantes de outros grupos, que alegavam que a Marcha das Mulheres Negras de 2015 e da Marcha das Margaridas eram “governistas”, e as mulheres da FMNCR, que afirmavam que essas opiniões expressavam o menosprezo de grupos feministas pelas formas de protesto das mulheres negras e as tentativas de reduzir a relevância desses protestos no campo feminista. Dessa forma, as participantes da FMNCR entendiam que suas contribuições eram frequentemente situadas em um domínio cultural alheio ou anterior ao debate político e salientavam que, no contexto dessas relações, eram sempre vistas como limitadas ou menos capazes de participar do processo de deliberação conjunta nos espaços feministas.

Elas também formulavam críticas às dinâmicas de deliberação e participação nas reuniões para o ato – especialmente à decisão por votações, à restrição ao número de falas por organização e à decisão que apenas organizações que tivessem participado de todas as reuniões poderiam assinar ou solicitar modificações no manifesto – e no próprio formato deliberado para o ato – em especial, às decisões prévias acerca de quem falaria no carro de som durante o ato, em qual momento e à reserva da maior parte das falas aos grupos organizados. Essas questões eram geralmente definidas na primeira reunião e, a princípio, só voltavam a ser discutidas após muita pressão por parte dos grupos que não haviam participado dessa reunião. Em contraposição, as militantes da FMNCR que acompanhavam o ato compreendiam tais

⁹⁶² Algumas das militantes lembravam-se sempre de uma reunião entre grupos feministas, em que uma liderança partidária local referiu-se às “mulheres negras e outras deficientes”. À essa afirmação, seguiu-se um debate sobre o conteúdo racista percebido na frase, com as participantes da FMNCR ameaçando expor o partido publicamente por não “dar formação racial para seus militantes” e a liderança partidária acusando-as de segmentar a esquerda. Por fim, a mulher “partidária” se desculpou e a situação se encerrou no próprio evento.

elementos como formas engessadas de organização, em que uma multiplicidade de regras se sobrepõe ao imperativo de pluralidade e heterogeneidade das mulheres representadas no evento. Como as falas no ato eram reservadas às representantes de coletivos, em 2016, a FMNCR tentou, sem sucesso, negociar para ter três falas, alegando que era formada por 19 grupos. Segundo as participantes, uma dessas falas seria voltada à representação das demandas das mulheres negras (“enquanto FMNCR”), uma dedicada ao debate do trabalho sexual (“enquanto Associação das Mulheres Guerreiras”) e uma cedida à mulher que representava as demandas das transsexuais. A decisão de não ampliar as falas para que a companheira transsexual pudesse falar foi interpretada como “silenciamento” e tomada como exemplar dos problemas da forma de participação, que não priorizava a diversidade e a pluralidade. Este conflito culminou durante o ato, como relata uma das participantes:

Ao longo da marcha [do 8 de Março], e aí a gente entende também um pouco de como é a estrutura de militância dessas mulheres, vem todas as falas de movimentos sociais. Na hora que a marcha concentra no final, todas as falas seriam essas falas de bloco. Basicamente, nesse primeiro momento, elas imaginaram que seriam apenas falas de partidos e sindicatos. E aí nesse momento a gente enquanto Frente de Mulheres Negras com vinte coletivos queria falar no bloco. E ela [liderança da MMM] disse que não, vocês *não podem* falar no bloco. *Aí chegou no limite do limite, uma mais velha nossa, chega pra outra mais velha do grupo delas e fala assim: “Eu acho melhor você passar a fala, porque elas [mulheres mais jovens da FMNCR] vão tomar o microfone. Você escolhe como vai ser”*. E a gente ia mesmo. [...] A gente foi pra pegar o microfone e ela abriu uma votação pra gente ter direito à fala, nos termos de “Alguém discorda que a Frente de Mulheres Negras *pode* falar?”. Aí ninguém se manifestou. [...] A gente fez uma chamada para nós mulheres negras, mulheres populares, periféricas, trans e travestis irmos para marcha e fazer um bloco. Quando chegou lá, o nosso bloco tinha essa composição e em vários momentos das nossas falas, nós fomos vaiadas. Foi um show de horrores.⁹⁶³

Quando contavam esse evento, as militantes explicavam que esses conflitos eram exemplares das relações com os grupos feministas, justificando o afastamento que muitas mulheres negras organizadas preferem manter em relação a esses grupos. Referindo-se ao ato de 2016 em uma roda de conversa posterior, por exemplo, uma das participantes da FMNCR afirmou que “[por isso] a gente acaba se recolhendo entre a gente”, porque “é uma conversa tensa o tempo todo, você já vai preparada para tretar, o tempo todo você tem que ficar tretando”. Esse caso também demonstra o papel que as “mais velhas” desempenham nos conflitos, empregando sua influência e imprimindo peso às ações das mais jovens nesses contextos.

Em função das tensões nesse primeiro ato, em 2017, a FMNCR tornou a se dividir internamente quanto à participação, inclusive com algumas das participantes defendendo que a data deveria ser abandonada pelas feministas negras em favor de uma

⁹⁶³ Diário de Campo, 23/10/2016. A chamada à qual a fala se refere, uma vídeo-chamada nomeada *Frente - rumo ao enegrecimento do feminismo*, encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v0ZI1r4Z4bw>

concentração exclusiva no 25 de Julho, Dia da Mulher Afro-latina e Caribenha. Por fim, as militantes concordaram em dar continuidade à disputa do espaço, não apenas para não ceder às organizações com as quais a FMNCR antagonizava, mas também por conta das continuadas tensões em torno das pautas das trabalhadoras sexuais e mulheres LGBTQI (especialmente, as transsexuais) no ato, questões que também foram centrais nas altercações de 2016. Dessa forma, no segundo ano de participação, os grupos da FMNCR realizaram eventos em paralelo ao ato do 8 de Março – como, por exemplo, uma dinâmica de conversa e atividades com as mulheres da Penitenciária Feminina de Campinas – e a participação da organização no ato se centrou principalmente no apoio às trabalhadoras sexuais e mulheres transsexuais.

Os conflitos desses grupos com o movimento feminista dizem respeito ao que então era percebido como a sua exclusão dos espaços de deliberação, no caso das mulheres transsexuais, e a negação de sua “posição de sujeito”, no caso das trabalhadoras sexuais – o que envolvia conflitos em torno de pautas e disputas por nomeação, mas também mecanismos de participação e debate que visariam “silenciar” suas representantes. No caso das mulheres trans, as participantes da FMNCR ressaltavam, como exemplos, uma série de falas de feministas da cidade na organização do ato, que reforçavam a data como pertencente às “mulheres biológicas” ou cisgêneras (tais como “A gente tem que pautar mulheres, não questão de gênero” e “8 de Março é dia das mulheres, não do gênero”); remetiam aos impedimentos de fala à mulher trans que participava da organização em 2016; e, posteriormente, às vaias às colocações das mulheres transsexuais no dia do ato; diziam, ainda, que muitas vezes os convites para mulheres trans participarem em eventos feministas que seriam “só para sair na foto”, já que suas falas não seriam encaminhadas juntamente às outras pautas, mas suprimidas ou negligenciadas.

Na questão sobre o trabalho sexual, o debate se dava entre as trabalhadoras sexuais organizadas em torno da regulamentação da profissão e uma série de grupos feministas que defendem uma postura abolicionista quanto ao trabalho sexual, equiparando-o inequivocamente à exploração sexual e opondo-se publicamente às demandas por regulamentação, por vezes situadas como exteriores (ou mesmo antagônicas) ao campo feminista.⁹⁶⁴ Como vimos no capítulo anterior, trata-se especialmente da MMM nesse caso. Consequentemente, os debates em torno dessas pautas são acrescidos por uma disputa de

⁹⁶⁴ Acerca dos diferentes posicionamentos feministas a respeito do trabalho sexual, ver: Tavares, 2014, cap.3.

nomeação, em que os termos “prostituta”, por um lado, e “profissional do sexo”/“trabalhadora sexual”, por outro lado, sintetizam posições políticas distintas e geram conflitos.⁹⁶⁵

O fato dessas terem sido as principais agendas defendidas pela FMNCR no processo de construção do ato de 2018 – inclusive assegurando a continuidade de sua participação no ato – demonstram que o papel desses dois conjuntos de questões não é secundário na conformação das disputas da FMNCR com o campo feminista e de sua visão do campo político. Assim, as representantes da organização se esforçaram por garantir espaços de fala para mulheres desses grupos e disputaram, juntamente a elas, questões como o emprego de suas formas de nomeação autodefinidas, sua participação e incorporação de forma plena nos espaços feministas e a formulação das pautas do ato em acordo com as narrativas e formulações desses grupos. Tais exercícios de alinhamento, como venho pontuando ao longo da tese, eram tidos como o objetivo principal da FMNCR e, simultaneamente, seu mérito.

O ato de 2017 era retratado de forma menos tensa do que o de 2016 por duas razões. A primeira delas, de teor mais geral, diz respeito à articulação global que, nesse ano, procurou fomentar uma greve geral internacional no 8 de Março e que, dessa forma, engendrou uma participação muito mais ampla na passeata, contexto no qual as principais tensões foram diluídas. A segunda razão diz respeito ao contexto local. Em 31 de dezembro de 2016, treze pessoas foram assassinadas em uma comemoração de ano novo, dentre elas, nove mulheres. O crime, que tinha como alvo principal a ex-esposa do atirador, Isamara Filier, e o filho de oito anos dos dois foi classificado pelos círculos militantes da cidade como um feminicídio e seguido por uma articulação para pressionar o poder público a adotar essa mesma classificação acerca do crime, enquadrando-o na Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) e apurar seus detalhes – por exemplo, embora o atirador tivesse se suicidado após o assassinato, acreditava-se que a munição pesada utilizada no crime indicava a participação de outras pessoas. Em função dessas questões, um grupo de militantes feministas organizou o Nenhuma a Menos – Campinas, que buscava uma articulação de várias forças políticas da cidade em torno do caso Isamara.⁹⁶⁶ Os protestos

⁹⁶⁵ Um dos conflitos em 2016 se relacionou ao emprego da nomeação autodefinida do movimento: as mulheres da FMNCR queriam incluir uma menção de apoio às trabalhadoras sexuais, expressando solidariedade ao grupo por conta do assassinato de nove trabalhadoras sexuais encontradas em uma vala, no fim de 2015. Em contrapartida, alguns dos grupos percebidos como hegemônicos se posicionavam contra essa menção ou insistiam que deveria ser endereçada às “prostitutas”, a despeito da categoria de automeiação da AMG ser “trabalhadoras sexuais”.

⁹⁶⁶ Assinavam o manifesto do Nenhuma a Menos, além da própria FMNCR, 16 de seus grupos (AB, AMG, Tainã, Fazenda Roseira, CMNLG, Raízes da Liberdade, Rosa-Lilás, CJDR, CONEPPA, Djumbo, GMP, Raízes de Dandá, NCN-Unicamp, PLPs [também os grupos de Hortolândia e Jundiaí], Sind.Dom. e UNEGRO) e mais: 2 setoriais de partido (Coletivo Mulheres do PT, Mulheres do PSOL – SP); 4 representações de mandatos de vereadores (Mariana Conti, Sâmia Bonfim, Carlão e Pedro Tourinho), conselhos e centros de referência (Conselho Federal de Psicologia, Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas, Conselho Municipal

com esse título ou bandeira (*Ni una menos*) foram inicialmente organizados em 2015, na Argentina, contra o feminicídio de uma jovem de 14 anos grávida. A partir de 2016, essas marchas e grupos passaram a acontecer em vários países da América Latina, chegando ao Brasil em 2017, conjuntamente ao momento em Campinas, onde o grupo recém organizado logrou realizar, em 5 de janeiro de 2017, um imenso protesto (segundo as organizadoras, o evento chegou a ter 2 mil pessoas).⁹⁶⁷ A principal articuladora desse grupo era uma das participantes da FMNCR, que também era filiada ao PT. Com isso, algumas das participantes da FMNCR sugeriam que o ato de 5 de janeiro havia fornecido capital político à participante internamente ao partido, ao qual também eram filiadas as principais organizadoras da MMM, e, conseqüentemente, contribuído para equilibrar a posição da FMNCR em relação à MMM no campo feminista.

Nos dois anos seguintes, a FMNCR reduziu sua participação no evento e terminou encampando um “racha”. Em 2018, quando a organização já estava em um período de retração de atividades e marcada por questões e divisões internas referentes aos partidos e à participação da organização nas eleições, como veremos adiante, um número menor de representantes acompanhou a formação do ato. Com a iminência da prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e a ascendência da MMM – que, embora não se declare partidária, era percebida dessa forma em razão de suas principais lideranças serem filiadas ao PT –, propunha-se a realização do ato em Campinas em 3 de março, um sábado, e a junção com o ato na capital paulista no dia 8, quinta-feira, tendo como principal pauta a liberdade do ex-presidente. Embora não existisse ainda um posicionamento fechado da FMNCR quanto à data e as pautas, algumas das participantes que acompanhavam o 8 de Março sinalizaram que a organização acompanharia a proposição de realizar o ato em 3 de março e juntar-se ao 8 de Março na capital paulista. Ao reportar essa discussão de volta para o grupo, a decisão foi vista como unilateral e o grupo decidiu não segui-la. Justificando sua decisão de indicar que a

dos Direitos da Mulher de Campinas, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Hortolândia, Conselho Regional de Psicologia - Subsede Campinas, Centro de Referência LGBT de Campinas, CEAMO Centro de Apoio à Mulher); outras centrais sindicais e grupos vinculados a elas (APEOESP e Mulheres da APEOESP, Coletivo de Mulheres da CUT Campinas, Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT Sindicato da Construção Civil de Campinas e Região, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, Secretaria Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT-SP, SindiPetro Campinas, CUT-SP), grupos feministas (Marcha Mundial das Mulheres, Minas da Luta, Coletivo Juntas!, Rede Feminista de Juristas, UBM União Brasileira de Mulheres, Grupo de mulheres Pão e Rosas), grupos estudantis e da juventude (Centro Acadêmico de Pedagogia da Unicamp, Coletivo de Juventude Domínio Público, Frente Pró Cotas da Unicamp), entre outros (Advogados Independentes Campinas, Agentes da Pastoral Afro do Brasil, AFUSE, Associação da Parada Orgulho LGBT de Campinas, Baque Mulher Maracatucá, Coletivo Parajás, Comunidade Menino Chorão, JPT Campinas, MAIC – Movimento dos Advogados Independentes de Campinas, MAIS Movimento Por Uma Alternativa Socialista, Oyá-ò Estética Preta).

⁹⁶⁷ Sobre o *Ni Una Menos*, cf: Nijensohn, 2018; Marques, 2019.

FMNCR acompanharia a decisão dos outros grupos, uma das mulheres que representava a organização no 8 de Março explica:

[Indiquei que a FMNCR seguiria a decisão] porque nós tínhamos tirado, né, no movimento LGBT de mulheres, o movimento de mulheres, o movimento da Marcha [Mundial] de Mulheres, em todos os movimentos já tinha tirado em que nas suas cidades [que] a gente, no oito [de Março], a gente estaria em São Paulo, muito na questão do Lula Livre, porque a gente entende que é um preso político e o PSOL também entendeu isso através da fala da Marcela [Moreira, presidenta do PSOL de Campinas], né, que a gente estava num processo contrário à questão do golpe... Aqui, ó, as próximas reuniões que eu fui e avisei [a FMNCR no grupo do WhatsApp] [...] e aí eu passei quais eram as organizações e o que foi definido, né, na construção [da reunião] do [Sindicato dos] Bancários, fui avisando. E o povo [da FMNCR] veio [dizendo] “Ó, o ano passado a Frente na reunião da organização do oito de março defendeu que o ato de mulheres seria no dia oito de março na rua e acho importante que esse ato seja no dia oito e pronto”, *que era muito a questão de como as meninas queriam se apresentar uma força para dentro da cidade né?* Então, ficou muito envolvido nisso, e aí eu coloquei que fui na reunião e as pessoas [da FMNCR] colocaram que não, não poderia ser [no dia 3 de março]. Aí eu falei “*mas que dia que eu não falo mais pela Frente?*”, que afinal, nos outros anos anterior quem foi na reunião do oito de março foi eu e [outras duas participantes da FMNCR], então fomos nós que levamos o oito de março pra dentro da Frente, porque eu sempre participei da ação do oito de março na cidade, sempre participei da construção, e aí quando eu falei do oito de março na Frente de Mulheres Negras, o pessoal falou, “mas o que que a gente vai fazer lá?” e eu falei “nós vamos ocupar o nosso espaço de mulher negra”. E aí foi que a gente compôs o oito de março nos anos anteriores, mas que eram feitos no dia do sábado, e quando a gente ocupa esse lugar teve um... estremeceu a base do movimento do oito de março, e começou a respeitar a Frente, então quando a gente chegou dentro do encontro dos anos depois o pessoal [perguntou] “e a Frente, indica qual data?”, [e eu disse] “Olha, eu acho que é seguir todas as datas do movimento”, entender que o Lula Livre era um pedido emergencial na questão contrária ao golpe, né, e a participação no dia oito [faria com] que a gente pudesse aglutinar mais mulheres negras.⁹⁶⁸

Em meio à discussão sobre representação e fala conjunta, as representantes da FMNCR no 8 de Março leem a questão de “se apresentar como uma força para dentro da cidade” como uma necessidade de marcar diferenças em relação à MMM (e aos grupos hegemônicos no campo feminista de modo geral) e, ao mesmo tempo, ao PT – partido ao qual algumas delas são filiadas e que estava no centro das discordâncias entre as mulheres da FMNCR, como veremos adiante. Cabe salientar que todas as participantes da FMNCR tinham concordância com a percepção de instabilidade institucional, com a ideia de que o impedimento do governo Dilma Rousseff constituía um golpe de Estado e mesmo com a noção de que a prisão do ex-presidente Lula era política. Contudo, apenas as filiadas ao PT consideravam central a bandeira “Lula Livre” e muitas discordavam que essa fosse a prioridade do momento. Assim, ciente de que sua postura seria tratada como “partidária”, a participante citada acima enfatiza que outros partidos estavam de acordo com a proposição. Porém, como sua fala aponta,

⁹⁶⁸ Entrevista Lúcia Castro, 45 anos, em 19/07/2018.

a matéria foi interpretada como uma discussão sobre quem e como falar pela organização coletiva. As participantes que discordavam de sua decisão apontam para essa mesma questão:

eu acho que esse é o desafio: entender como que a gente se constitui dentro de uma frente, mas o que nos une na Frente eu acho que isso é uma discussão superada, eu não acho que a gente tenha discordância de pauta, eu acho que [o que] a gente teve [problemas], [acerca] dos tropeços, é a [questão da] condução das pautas, a condução, que é a condução de perceber que não dá pra eu falar em nome da Frente, e por que que não dá pra mim? Eu não posso falar em nome da Frente, porque ela é um coletivo, então se [...] para um grupo [menor] é complicado em algumas situações ter uma representação única, uma frente não pode ter isso nunca. Ela tem que ter um exercício de muitas caras, e de muitas caras juntas sempre, porque eu preciso perceber a responsabilidade de que significa falar quando eu tenho no viés de um nome “Frente de Mulheres Negras” vinte e tantos coletivos. Isso é uma puta de uma responsabilidade que não dá [para ninguém levar sozinho]. Então, eu acho que a nossa grande questão é resolver como que se dá essa condução, porque uma parte considerável de quem está na Frente ainda não aprendeu a despersonalizar e não aprendeu porque ainda não tem trajetória de movimento, e de movimento, movimento [mesmo], não dessa ideia do que a gente brinca, do “eu entidade”.⁹⁶⁹

E ai fica falando como Frente mas não se pauta naquilo que foi aprovado. Porque é isso: se eu sou da Frente, a Frente ta dizendo que é pela legalização do aborto, eu tenho que chegar [nos outros grupos em nome da FMNCR] pela legalização do aborto. Todo lugar que tiver, eu sou pela legalização do aborto, e ainda dizer “ó gente, vocês estão equivocadas, que vocês tão dizendo contra, mas estavam lá na reunião, como a gente, é pela legalização do aborto, então por tabela nós aqui também somos”.⁹⁷⁰

Em meio a essas controvérsias, o grupo que participava da construção da passeata acabou se juntando, sem representar a FMNCR, ao ato em São Paulo, enquanto o restante das mulheres formulou atividades em Campinas. Esse foi o último conflito em que a FMNCR esteve envolvida enquanto organização. As crescentes dificuldades de reunir as participantes após esses conflitos e outras tensões atravessadas pelas relações com os partidos políticos acabaram levando ao que as participantes tratavam como a “desmobilização” da rede, termo que, à época do trabalho de campo, era preferido por demonstrar as intenções de “remobilização”.⁹⁷¹ Posteriormente à desmobilização, no ato de 2019, parte das mulheres seguiu participando da construção do 8 de março organizada pela MMM, enquanto outra parte se juntou e formou um coletivo temporário voltado à organização “autônoma” e “horizontal” do ato e a pautar sua construção nas periferias de Campinas, não mais apenas na região central. As diferenças entre as participantes da FMNCR que o evento evidencia dialogam com a percepção de Avtar Brah, para quem “os feminismos negro e branco não devem ser vistos como categorias essencialmente fixas e em oposição, mas antes como campos historicamente

⁹⁶⁹ Entrevista Mariana, 17/07/2018.

⁹⁷⁰ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

⁹⁷¹ Nesse período, nenhuma das militantes com as quais tive contato afirmava ter saído da FMNCR ou decretava seu fim. Ao contrário, elas diziam em uníssono que ainda participavam da organização, mas que ela estava “desmobilizada” ou “desativada”.

contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais”.⁹⁷² Em outras palavras, demonstra as diferentes percepções e relações possíveis com o campo feminista – que, via de regra, era posicionado como um espaço de/em disputa –, as quais são significadas por outras posições e espaços ocupados pelas mulheres da FMNCR.

5.2. *A FMNCR e o feminismo*

Tão importantes quanto as tensões efetivas entre a FMNCR e o campo feminista em Campinas são as motivações dessas disputa, as posições várias das participantes em relação a tais conflitos e as concepções de feminismo e ativismo que subjazem a elas. Se essa disposição acompanha as relações com os movimentos feministas que essas mulheres tiveram ao longo de suas trajetórias, as razões para disputar esses espaços parecem organizadas em torno da possibilidade de influenciar os grupos “na base”, intervir na formulação de políticas e apoios locais e garantir espaço (e credibilidade) de fala e diálogo para mulheres que se entendem como à margem do campo feminista. Nesse sentido, acompanhando as críticas dos grupos feministas inseridos na FMNCR, os movimentos feministas são caracterizados como distantes e dissociados da experiência cotidiana de muitos grupos de mulheres locais, bem como vinculados a espaços e posturas engessadas e unilaterais, como aquelas verificadas entre as “acadêmicas” e as “partidárias”.

Contudo, ainda que entrem em conflito, em especial, com a forma de organização, conduta e possibilidade de fala e pluralidade nos espaços e grupos feministas, as participantes da FMNCR não rejeitavam o feminismo ou a totalidade das pautas entendidas como tal. Considerando suas perspectivas enquanto uma organização feminista negra (por vezes adjetivado como “popular”, por vezes como “periférico”), bem como os problemas e pautas de grupos como as mulheres transexuais e profissionais do sexo, cuja inserção no campo feminista a FMNCR pleiteia, a análise predominante entre as participantes é que, embora os espaços feministas sejam abertos, eles não são inclusivos. Nesse sentido, as posturas relatadas pelas participantes acerca dos conjuntos de demandas – segundo as interlocutoras da pesquisa, formuladas majoritariamente na ausência de diálogo com suas organizações – e os conflitos em razão delas são tematizados como integrantes de um padrão de comportamento ou relação entre o campo feminista e esses grupos, e inserem-se em vigorosas críticas.

⁹⁷² Brah, 2006, p.331.

O enquadramento do problema com o campo feminista em termos de “objetificação” e “exotificação”, que acompanham as colocações de Marcela, integrante da Associação de Mulheres Guerreiras, trazidas no terceiro capítulo, demonstra que a questão está para além da disputa por pautas e inclusão nominal, mas envolve o reconhecimento de sujeitos políticos diversos e plurais e sua participação como pares na atuação feminista. Nesse sentido, Magali Mendes relata sua participação e apoio à formação inicial da Marcha das Vadias em Campinas, em 2011. Segundo ela, a MdV “foi um divisor de águas entre o feminismo cristão e um feminismo com mais possibilidades. Aqui teve uma discussão sobre esse lance de chamar de vadia, mas eu disse ‘gente, é jovem’, vamos lá apoiar as meninas. Quando o feminismo teve espaços pra jovens?”⁹⁷³ A discussão sobre “chamar de vadia” e os usos do corpo e da nudez como um elemento político, que são vistas como problemáticas do ponto de vista das mulheres negras e periféricas não apenas em Campinas,⁹⁷⁴ são, nesse contexto, menos importantes do que abrir espaço para um grupo que, em sua perspectiva, tem acesso limitado às organizações feministas “tradicionais” ou consolidadas. Tais questões são também contrastadas à possibilidade de ampliar a organização feminista para além do “feminismo católico”, que é visto como limitador de uma série de pautas – como, nas palavras de uma interlocutora, que “Jesus não deixa abortar”. Vale lembrar também que a MdV em Campinas tem fortes vínculos com a organização das trabalhadoras sexuais.⁹⁷⁵

Desse modo, as mulheres da FMNCR visaram definir, a partir de sua prática e experiência local e dos vários grupos que compunham a organização, uma formulação própria de feminismo, encampando ampliações – diriam elas, redefinições – do campo e dos sentidos atribuídos ao feminismo na região. De forma geral, as percepções de feminismo veiculadas pelas mulheres da FMNCR deslocam a centralidade de práticas e reflexões vinculadas a espaços específicos ou formas de organização coletiva nessa definição, enfocando uma atuação

⁹⁷³ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

⁹⁷⁴ Essa discussão em torno da Marcha das Vadias, que aconteceu em vários lugares do mundo, tem como principal objeção a de que a hiperssexualização do termo colocaria as mulheres negras em uma posição diferente e prejudicada em relação às brancas no uso da nudez como ferramenta política. Para um argumento completo nesse sentido, assim como discussões sobre a MdV de forma geral, cf. Gomes, 2018. Cf. tb. Bilge, 2013.

⁹⁷⁵ Acerca dessa parceria, já mencionada no capítulo anterior, cabe salientar que em 2013, a MdV, as PLPs, a AMG e uma série de outros grupos feministas “autônomos” e formados principalmente por mulheres jovens já havia tentado criar uma organização conjunta, a Frente de Luta Feminista de Campinas. Segundo Tavares (2014, pp.88-89), “Durante as reuniões, foram latentes as críticas à Marcha Mundial das Mulheres, em especial à forma como suas pautas são construídas de “cima para baixo”, sem levar em consideração a articulação de outras entidades feministas. Por isso depositavam expectativas de que a “Frente Feminista” poderia ser um espaço construído de forma horizontal com as demais organizações feministas”. Com isso, a autora chama atenção também para “um debate interno para que a Frente não se constituísse como espaço de “oposição” à Marcha Mundial das Mulheres na cidade” (p.88).

cotidiana semelhante ao que Jonas Medeiros chamou de “primado da experiência” – isto é, a dispensa de organização formal e reivindicação expressa do feminismo e, em vez disso, a ênfase no cotidiano:⁹⁷⁶

E aí feministas... PLPs são as tais feministas, né? [...] Outro dia, não sei, foi ano passado... Ainda tenho dificuldade de entender o feminismo [e essas falas de que] feminista é lésbica, feminista é sapatão, feminista é não sei o que... e aí eu fiquei fazendo um retrato da minha infância e das mulheres da minha família, e eu penso, por exemplo, que a minha tia, que me criou, ela era feminista. Porque ela dizia que a gente nunca tinha que abaixar a cabeça. Quando eu dizia que era uma coisa e vinha a outra pessoa dizer que não era aquilo, [ela dizia que] era isso. Porque a gente tinha que defender aquilo que a gente dizia que [a gente] era, [aquilo no] que [a gente] acreditava. Então ela era uma mulher sem leitura, de roça, só teve o marido, que o marido fazia ela lavar e passar o terninho branco dele para ele sair, quando ela sabia que ele ia sair com a amante... Então, quando ela fazia isso com a gente, criança, eu tinha 9 anos e eu fui maltratada na escola e aí contei – porque a gente na minha infância sempre contava o que tinha acontecido – e ela falou “se te chamarem de negrinha, você fala ‘sou negrinha mesmo’. Se te chamarem que seu cabelo é ruim, você fala que o cabelo não é ruim, o cabelo é meu e se falarem da sua roupa, ‘ah, você não tem o uniforme igual todo mundo tem, você fala: ‘Essa roupa minha tia que fez pra mim, melhor do que comprar na rua’”. E isso era o que? Não sei, acho que era feminismo da época [50 anos atrás]. [...] Era o que essa mulher? Feminista da época. [...] Dona Laudelina, quando ela fala que ela vê uma notícia no jornal e aí que eles estão procurando trabalhadora portuguesa, cozinheira portuguesa, não sei o que, ela vai... ela chama o dono do jornal e pede explicação para aquilo. O que será que é isso que ela tá fazendo? “Vamos arrumar isso aqui”? E naquela época, né? Daí o dono do jornal, que é o Correio, ele senta com ela e muda a notícia, muda a forma de chamar a trabalhadora no jornal. *Ela tá fazendo o que? Ela tá fazendo feminismo negro naquele momento, né? Está fazendo feminismo negro e do trabalho naquele momento. O feminismo, sempre, ele, pra mim, hoje, eu acho que o feminismo é toda mulher que defende aquilo que ela quer pra ela ou pra família ou para as outras, né?* Porque Dona Laudelina fez para as outras. A minha tia fez para a família. [...] [Isso é o] Empoderamento da mulher negra naquilo que ela quer e acredita, no que ela quer fazer.⁹⁷⁷

minha mãe dizia “você é mulher, você tem que ter independência financeira”. Para ela, por mais que ela não seja uma feminista militante, minha mãe não estudou, não tem graduação, tá terminando a escola agora, mas ela já tinha essa postura, essas ideias [de que] você é mulher, você não pode depender de ninguém financeiramente, você não pode morar na casa de homem nenhum, porque é o contrário, se você for morar com um homem, ele que tem que morar na sua casa, porque se ele encher o saco você expulsa, você tem que ter suas coisas, sua vida, você não precisa ficar dando satisfação para homem nenhum do quanto você ganha, o que você tem, quando você sai para trabalhar, enfim... Ideias assim, valorizando essa autonomia minha... e dela.⁹⁷⁸

Além da ideia frequente de que “aprenderam” a ser feministas com mulheres que não necessariamente empregavam esse termo, essa noção de feminismo pautada na atuação cotidiana também aparece em algumas falas como uma percepção ou um processo de reconhecimento de si. É o caso de uma das participantes que me relata que uma das experiências importantes ao dialogar com grupos feministas foi “perceber que, de verdade, tudo que eu fazia,

⁹⁷⁶ Medeiros, 2017, p.187.

⁹⁷⁷ Fala de Regina Teodoro na Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, 15/10/2016.

⁹⁷⁸ Entrevista Taina Santos, 25 anos, filiada ao NCN e ao CMNLG, em 23/09/2016.

tudo que eu acreditava era feminismo, né?”, o que relaciona à sua atuação nos movimentos negro e sindical, em que “desde o início eu comprei grandes paus com os caras e fui pra cima, e sempre defendi a posição das mulheres, né?”⁹⁷⁹ Essa retórica voltada à classificação retrospectiva de práticas, condutas e formas de organização como feministas – ainda que de forma despojada, por vezes dispensando a nomeação – marca uma diferença entre “nomear-se como” ou “militar como” feminista, por um lado, e “agir como” feminista, por outro. Trata-se de algo da ordem de uma conduta, atitude ou conjunto de práticas em que mulheres fortes, autônomas, líderes de suas famílias e comunidades, e que lutaram para mantê-las em termos materiais, afetivos e políticos são identificadas e classificadas como feministas a posteriori. Em alguns casos, ainda, essas formulações de significados do feminismo vinculados às experiências diretas são posicionadas em argumentos voltados a perturbar a narrativa de que a mulheres negras procuraram disputar o feminismo apenas a partir dos anos 1980, enfatizando a longevidade da prática feminista entre as mulheres negras.

Ainda que aqui vejamos tensões imensamente maiores, trata-se de uma relação semelhante à encontrada com o movimento de mulheres negras, nas quais a FMNCR também procura marcar uma posição, disputar significados e consolidar um espaço para si; contudo, é notável que, com o MMN, as participantes posicionam essas disputas como *internas* ao campo, enquanto que as questões com os grupos feministas ainda retratam uma tentativa de *entrada* em um campo que as ignora e silencia. Ao incorporar pautas e grupos vistos como alienados das organizações feministas (“as mulheres mais invisíveis do que nós”) e afirmarem-se feministas a partir de formulações e definições relacionadas ao cotidiano e às necessidades desses grupos “invisíveis”, as mulheres da FMNCR procuravam *redefinir* ou *reposicionar* a diferença que encontravam posta no interior do campo feminista. Dito de outro modo, ao desafiar alguns dos consensos do campo acerca de quem é ou não feminista, o que constitui uma ação nesse sentido e quais questões estão fora desses limites, sugerindo que os próprios limites são definidos a partir de posições marcadas de raça, classe, religião, moralidade, filiação partidária, sexualidade, etc., a FMNCR dá outro significado a essas definições, particularizando-as – “o feminismo” passa a ser “o feminismo branco” –, e propõe uma releitura de suas diferenças nesse campo por uma ótica que valoriza suas ações e trajetórias. Se a cisão gerada pelas diferentes posições em relação ao 8 de Março de 2018 nos mostra, seguindo Avtar Brah, que “os feminismos negro e branco não devem ser vistos como categorias

⁹⁷⁹ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

essencialmente fixas e em oposição, mas antes como campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais”⁹⁸⁰ – já que, como vimos naquele caso, há uma série ampla de possibilidades de percepção e relações das mulheres da FMNCR com as “feministas brancas”, as quais são significadas por suas redes de relações políticas e pelos espaços e grupos que ocupam – , não deve ser ignorado que a cristalização do “feminismo branco” (ou hegemônico, tradicional, clássico, etc.) também tem seu uso, pois é a partir dela que, por vezes, vão ser constituídas as diretrizes de filiação e aproximação do campo feminista. Ao ampliar, reformular e arregimentar essas diferenças – entre as participantes da FMNCR e entre elas e o campo feminista – dissociam-se de práticas feministas associadas à negação das diferenças entre as mulheres e salientam uma prática que dispensa nomeações e que se exerce no cotidiano, aproximando

Não é construir nomes, é construir movimento. Construir ações que deixem possibilidades de continuidade enquanto o problema existir. [...] Nós temos [no nosso movimento] 1, 2, 3 [pessoas com nomes “grandes”], mas não é todo mundo. O resto é movimento. E aí a gente inclusive disputa internamente o movimento. Como o feminismo hoje é uma coisa muito ampla, de internet, de sei lá o que, a gente acaba disputando ideologicamente ele. Eu não vejo o feminismo se não demonstrar ou separar que existe mulher de várias cores, de várias classes sociais. Particularmente, não considero mulher rica feminista. Mas é a minha compreensão, não é a do movimento, então você tem que considerar ideologicamente quem são essas mulheres. É um leque de coisas, não é uma coisa só. Eu fico imaginando que a gente tem muito para avançar ainda.⁹⁸¹

6. Os partidos políticos

Como as participações no ato do 8 de Março já demonstram, as relações da FMNCR com os partidos políticos são um foco de tensão entre as participantes e estão implicadas em seus conflitos com outros campos e movimentos sociais. Essas relações tiveram bastante relevância na dinâmica da organização, definindo alguns de seus caminhos, inclusive, como mencionei, a ruptura entre as militantes, na qual estiveram imiscuídas posições relativas ao campo feminista, as relações e filiações aos partidos políticos e as diferentes percepções das participantes acerca da conjuntura política e de circunstâncias locais. Envolvidos de forma direta ou indireta em praticamente todas as suas querelas, os partidos estão no centro das críticas às formas de política vistas como mais “institucionalizadas”, “centralizadoras” e colocadas em oposição ao que se espera como ação de um movimento social/popular.

⁹⁸⁰ Brah, 2006, p.331.

⁹⁸¹ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

Há um número significativo de filiadas a partidos políticos na organização: a maior parte das mulheres acima dos 50 anos é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), à exceção de uma filiada ao PCdoB e poucas não filiadas a nenhum partido. Como salienta Sônia Alvarez, o PT foi um importante ator no campo feminista nos anos 1980 e 1990⁹⁸² e desempenhou, juntamente às centrais sindicais e movimentos populares que compunham a sua base, o papel de um “nó articulador” – isto é, de um ponto nodal que articulava uma série de grupos militantes. Para Medeiros, esse papel se deu principalmente com os chamados feminismos populares, que estão frequentemente associados a sindicatos, movimentos populares, associações de base e partidos políticos.⁹⁸³ Como vimos com o GMP, a ideia de “feminismo popular” é desenvolvida mantendo uma relação entre essas organizações e o conjunto de condições de vida dos grupos pautados por eles – habitantes das periferias, classe trabalhadora, “populares” e “de base” – e, ao mesmo tempo, marcando a perspectiva das mulheres, que se organizam, entre outras coisas, para entrar ou participar plenamente desses espaços (e não para sair ou autonomizar-se deles). Parte significativa das mulheres mais experientes da FMNCR estão vinculadas a esses grupos ou entendem sua militância a partir da identidade de “feministas populares”. Como na pesquisa de Medeiros, uma das implicações dessa nomeação é a forte relação com o PT: são mulheres geralmente filiadas ao partido desde a década de 1980 ou 1990, ou seja, com pelo menos 25 anos de participação partidária. Entre as poucas não filiadas nessa faixa etária, ainda, encontramos uma forma de vínculo expressa como fidelidade partidária, uma forma de relação que leva em conta o histórico do partido, em especial, o trabalho de base até meados dos anos 1990⁹⁸⁴ e partes de seu projeto de governo a partir nos anos 2000:

eu só lamento que o PT tá uma merda, mas, sinceramente, foi o primeiro voto que eu dei, tenho convicção que vai ser o último. Até eu morrer eu vou votar no PT, porque é uma coisa que eu construí, [...] porque eu tenho uma identidade com ele mesmo sabendo todos os problemas que eles passaram.⁹⁸⁵

Essa relação de fidelidade, segundo as participantes, não redundava em filiação partidária pois esta é vista como limitadora das ações e conexões políticas das militantes. Segundo Magali Mendes, por exemplo, estar em um partido político “tira a mobilidade”, “te

⁹⁸² Alvarez, 2014, pp.27-28.

⁹⁸³ Medeiros, 2017.

⁹⁸⁴ É importante notar também que, no contexto de grandes mobilizações populares e uma série de ocupações na cidade – como Eldorado dos Carajás e Oziel/Monte Cristo –, o PT e movimentos próximos ou vinculados a ele ocupam, em alguns casos, a função de acolhimento e proteção, incorporando relevantes dinâmicas afetivas. Algumas participantes da FMNCR formularam sua relação com o partido nesses espaços, em articulação com necessidades de sobrevivência, moradia e coletivização dos dilemas enfrentados por elas e por suas famílias.

⁹⁸⁵ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

bota numa caixinha” e atrapalha o trânsito e diálogo mais fluido que deve caracterizar a ação dos movimentos sociais. A ideia de que a filiação partidária, em especial ao PT, é limitadora contrasta com a posição que o partido ocupava na mobilização de redes e bases amplas nos anos 1980 e 1990, demonstrando deslocamentos nesse cenário mesmo do ponto de vista das mulheres da primeira geração de ativismo.

A despeito do grande número de filiadas e da relação de fidelidade encontrada nesse grupo, a maior parte das mulheres tinham críticas ao partido. Essas críticas questionavam o lugar reservado às questões raciais e de gênero no partido, seu compromisso com a base, assim como a “profissionalização” dos militantes inseridos no Estado, que tornaria os movimentos sociais dependentes e “cooptados”. Por fim, são criticadas as alianças feitas pelo PT enquanto governo. Ainda que valorizassem e defendessem as conquistas dos governos Lula e Dilma Rousseff – em especial: a PEC das Domésticas; a SEPPIR; o modelo de participação por Conferências temáticas e de dimensão municipal, estadual e federal; políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e políticas de direitos básicos, como o Mais Médicos – , a “profissionalização” dos militantes e as decisões governamentais eram vistas como problemáticas e descaracterizavam o partido. Como ouvi em alguns momentos, para algumas delas o PT “não é mais militância. É qualquer coisa, menos militância”.

Essas críticas costumavam ser manifestadas pelas filiadas principalmente em conversas informais e ambientes restritos, como reuniões de organização e atividades sem muitos participantes de fora. As conversas geralmente aconteciam enquanto fazíamos comida ou café para uma reunião ou atividade e nelas as participantes discutiam abertamente suas percepções e incômodos. O que era dito nesses momentos não costumava ser repetido nas entrevistas e, quando a conversa era direcionada nesse sentido, as respostas eram evasivas ou justificavam as críticas anteriores, sem reiterá-las, com falas que partiam de “com todos os problemas que sabemos” ou “apesar de tudo”. Em alguns casos, a dualidade entre o que era dito em espaços fechados e o posicionamento público em favor do PT eram evidentes. Em um caso, testemunhei uma de suas filiadas conversar durante uma tarde inteira sobre os problemas do partido com outras militantes, boa parte também filiada, dizendo-se frustrada e cansada. Algum tempo depois, quando fui entrevistá-la, iniciou a entrevista apresentando-se como “fulana de tal Lula da Silva” e se esquivou de todas as questões sobre o partido, sem citá-lo nominalmente e com respostas que apenas indicavam que problemas na estrutura partidária e na interlocução entre partidos e movimentos são inevitáveis e acontecem em todos os ambientes partidários. Chamo atenção para isso não para “acusar” essas militantes de “partidarismo”, mas para assinalar que, segundo as participantes, a situação de crise enfrentada pelo partido (e mais

amplamente, pelas instituições democráticas) à época justificava a necessidade de, a despeito de suas críticas, manter a imagem pública de coesão e unidade.

Entre as mais jovens, acompanhando suas diferenças em outros sentidos, duas posições apareciam. Aquelas entre os 35 aos 50 anos também eram majoritariamente filiadas ao PT e suas relações com o partido também haviam sido construídas a partir da militância em grupos religiosos (como os Agentes de Pastoris Negros), movimentos sociais (principalmente o movimento estudantil e o movimento negro), centrais sindicais (CUT) e ocupações urbanas. Em geral, tinham uma relação relativamente longa com o partido, com 10 a 15 anos de filiação. Entre elas, as críticas eram mais contundentes e, em alguns casos, públicas. Compartilhavam com o grupo anterior a reprovação à particularização da questão étnico-racial por meio de sua alocação em setoriais, pouca capilaridade nos projetos partidários e a baixa qualidade dos debates e propostas fora desse ambiente restrito; adicionalmente, acompanhando a relevância da discussão sobre homofobia e transfobia nesse grupo, o debate acerca da inclusão da população LGBT também tomava preponderância. Entre elas, era comum a avaliação negativa da relação com os movimentos sociais enquanto o PT estava no governo e das alianças realizadas tendo em vista a governabilidade. Além das questões entretidas pelas mulheres mais experientes, questionavam a rejeição de modelos de ação afirmativa e de paridade numérica e a ausência de pessoas negras nos postos mais altos do partido; apontavam a redução da contribuição negra ao âmbito da cultura e a ausência de especialistas e debatedores negros nos eventos e espaços; se queixavam da produção de políticas públicas sem atenção à segmentação por gênero e raça nos programas de governo locais. Frases de teor acusatório como “PT não quer saber de preto”, “partido coxinha!” e “os únicos negros lá [na Fundação Perseu Abramo] são a tiazinha do café e o porteiro” aconteciam frequentemente, não só em conversas informais e privadas, mas em discussões públicas na FMNCR, no partido e em outros âmbitos. Por conta dessas críticas, algumas dessas mulheres chegaram a formular um coletivo para contestar o PT:

A proposta [do Coletivo Claudia da Silva], como a maioria das mulheres é uma maioria petista, a proposta é atuar o ano que vem [2017] nessa questão de pautar a questão da representatividade negra dentro do partido, que não existe. Não existe representatividade negra. *O PT criou lugar de negro*. Criou a CEPPIR, com C [Coordenadoria] na cidade, com S no nível federal, que nem existe mais, e os setoriais de combate ao racismo e a secretaria nacional de combate ao racismo. Então, como se fossem lugares para os negros debaterem as questões deles, que nunca se transformam em questões do partido, e não existe essa questão de quadros representativos, principalmente no campo majoritário, de negras e negros. Então, o [Coletivo] Claudia vai atuar nisso daí no ano que vem. Tentar, né? [...] É, o canhão [do Coletivo] tá voltado para o PT, porque se a gente observar que não vai [para frente o debate], né, a gente se retira, faz um coletivo separado, não sei. Talvez um dia o PT tenha que explicar porque não tem negro [no partido]. Não sei. É um problema deles depois. Mas assim, a gente vai pautar e eles vão ter que apresentar os argumentos

deles, que vão ser racistas, então eles vão ter que publicizar esses argumentos, porque até agora os que foram apresentados não têm o menor sentido.⁹⁸⁶

Em contraposição às militantes mais experientes, que mantinham uma postura pública de defesa do partido, essas participantes só costumavam se posicionar nessa direção quando se tratava de contrastá-lo com outras filiações partidárias. Por exemplo, em uma formação em 2016, o grupo de mulheres que havia participado da construção do ato do 8 de Março daquele ano relatava os problemas vivenciados, referindo-se às participantes de outros movimentos feministas apenas como “uma mulher da MMM”, “uma militante do PT”, “um grupo do PSTU”, etc. Uma das presentes provocou: “Pode dizer quem é! Pode falar!”. À medida em que as falas passaram a conter nomes, a maior parte dos quais eram vinculados à MMM e ao PT, uma das presentes, que já havia se apresentado como filiada ao PT e feito um convite para uma próxima formação em que ela debateria racismo na esquerda e nos partidos, respondeu com o nome de uma liderança local do PSOL e indicando uma fala que considerava racista. Seguiu-se uma breve discussão sobre se aquela fala era ou não racista, na qual a militante em questão alegava que “não era só o PT” que tinha pessoas racistas.

Entre as mulheres na faixa dos 20 aos 35 anos, havia poucas filiadas e o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) – entendido como à esquerda do PT e como relativamente mais aberto ao diálogo sobre questões como raça, gênero e sexualidade – era predominante. Nesse caso, a filiação ou simpatia partidária se seguia principalmente aos debates e ações políticas na universidade e organizadas por movimentos estudantis. A relutância à filiação e a desconfiança em relação aos partidos era maior nesse grupo, mesmo quando declaram-se apoiadoras ou afinadas com as propostas de algum deles. De forma semelhante ao sinalizado em outros trabalhos voltados às “novas gerações” dos movimentos feministas, como os de Carla Gomes e Íris do Carmo,⁹⁸⁷ geralmente, a atuação partidária era enquadrada como autoritária e hierárquica, por um lado, e limitadora e com poucas relações com a base, por outro, enquanto que a organização em movimentos sociais era preferida por trabalhar mais diretamente com as pessoas e ter maior abertura a diálogos “horizontais”. Referindo-se aos

⁹⁸⁶ Entrevista Eva, 42 anos, filiada ao PT, ao CMNLG e ao CONEPPA, realizada em 08/12/2016. Segundo Eva, ao tomar como homenageada uma vítima de um assassinato brutal por parte da polícia – Claudia Silva Ferreira, moradora da região de Madureira, no Rio de Janeiro, que foi baleada e arrastada presa à parte de trás de uma viatura policial por 350 metros em março de 2014, em um caso que se tornou emblemático da letalidade da polícia brasileira –, o Coletivo visa “explicitar o que é esse massacre do Estado contra uma mulher periférica negra”. Segundo ela, ainda, o Coletivo não é filiado à FMNCR por ser “partidário” e, também, porque não reivindica uma identidade em termos religiosos, o que, em sua perspectiva, seria o caso da FMNCR.

⁹⁸⁷ Gomes, 2018; Carmo, 2018. Cf. tb. Gonçalves, Freitas e Oliveira, 2013.

partidos como “centralizadores” e “não horizontais”, uma das participantes explica seu distanciamento:

[Nos partidos,] você fica aí rendida numa situação [...], porque tem um momento que não tem jeito: partido de centralismo democrático, a hora que você tem a pauta é a pauta, você não desvia a pauta assim tão fácil. Tem esse caminho, tá tudo desenhado, vai nesse caminho, vai nesse caminho. E aí, você me fala, não posso [desviar dessa linha e considerar outras questões], porque aí você tem ali uma linha de condução, de ideias... O partido, igual a [outra participante] estava falando aí do PT, não tem jeito, cada tendência vai ter uma pessoa que é responsável, não é um coletivo tão grande assim que pensa o que é a tendência.⁹⁸⁸

Dessa forma, algumas diziam que *nunca* iriam se filiar a partidos; essa tônica foi mantida, mesmo quando as relações com os partidos se estreitaram de alguma forma.⁹⁸⁹

A desconfiança acontecia inclusive entre as filiadas. Segundo me relatou uma delas, referindo-se a uma “crise pessoal” sobre ocupar um espaço de poder em um mandato: “ainda mais agora que a gente foi avançando no debate sobre cotas, eu sempre fico olhando, assim, que a insegurança passa a ser se a gente ocupa formalmente os espaços, enquanto figurantes [...], [e] aí serve pra dizerem ‘olha, a chefe de gabinete é uma mulher negra’, mas qual que é a política [que o partido desenvolve], né?”. Assim, à medida em que o campo progressista é pressionado para a inclusão de negros, mulheres, LGBTs e outros grupos, emergem questões sobre o conteúdo efetivo dessa participação – isto é, se a inclusão desses grupos é apenas uma tentativa de “solucionar” a pressão por representatividade ou se constitui uma disposição para o encaminhamento de políticas específicas para esses grupos e formuladas por eles (o que algumas entrevistadas chamam de “auto-organização”):

tem uma coisa que a gente até começou a discutir em relação às mulheres, negros e negras, que é uma crítica mesmo, olhar [para] os anos anteriores [para entender] a forma como esse debate foi organizado na esquerda [e] não só do ponto de vista da disputa, né? Por exemplo, ver que a centralidade [do debate] é do trabalho e essas questões são acessórias, ou se essas questões são fundantes, ou se a interseccionalidade entre elas é uma disputa política. Mas acho que, para além disso, nós mesmos caímos numa armadilha que foi a gente falar sobre a gente e só, essa ideia do setorial dentro dos partidos. Então, até no último congresso do PSOL, estadual, aqui em São Paulo, [a gente] provocou um pouco esse debate do que são setores dentro de um partido. Essa ideia do setorial, inclusive quando eu coloco na mesma nomenclatura mulheres, negros e negras, LGBTs, saúde, antiproibicionismo... aí, vão surgindo *temas ao invés de auto-organização* e que têm o mesmo nome. E aí, pra mim, eu acho que é um erro que a gente vem cometendo e acaba caindo nessa lógica. Parece preciosismo – “ah, o que que é o setorial?”, “a gente é um setor”. Já o setor da classe, quando colocam espaço de auto-organização junto com pautas específicas [do partido quanto à questão de classe], para assim dizer, parece que é a mesma pauta. E a outra questão é: as mulheres discutem as mulheres, negros discutem negros. E aí eu

⁹⁸⁸ Entrevista Mariana, 32 anos, participante do CMNMG, das PLPs e da Casa de Cultura Tainã, em 17/07/2018.

⁹⁸⁹ Após a desmobilização da FMNCR, uma de suas participantes não filiadas foi trabalhar como assessora de uma deputada estadual do PSOL e outra delas participou de uma série de debates do partido, por exemplo; ambas permaneceram sem filiação partidária. Vale dizer que, apesar das críticas, em nenhum dos grupos aconteceram desfilições ou rompimentos com os partidos no período do trabalho de campo.

acho que tem dois problemas: um porque a gente não se forma para discutir política geral, e aí fica mais difícil intervir mesmo e ter política concreta pra mulher, pra negritude; e a outra é que as responsabilidades ficam setorizadas né, então combater o racismo é responsabilidade de negros, a mesma coisa em relação ao machismo, ah, problema das mulheres.⁹⁹⁰

A “setorização” que a militante descrevia como uma forma de tornar particulares as discussões relativas a vários grupos e pautas e atribuir sua responsabilidade exclusivamente aos sujeitos dessas pautas (mulheres, negros, população LGBT) também acontece entre os grupos “particularizados”. Nesse sentido, ela relatou que a discussão sobre a Marcha das Mulheres Negras, que avançou rapidamente no Raízes da Liberdade, um grupo de auto-organização de militantes negros filiados ao PSOL, teria dependido de uma decisão desse grupo de levar a questão ao grupo feminista vinculado ao partido, o Coletivo Feminista Rosa-Lilás. Segundo ela, essa decisão foi resultado de uma discussão interna ao Raízes da Liberdade, em que algumas das mulheres queriam construir a organização para a Marcha em conjunção com o Rosa-Lilás, enquanto outras expressavam a percepção de que o ele era um espaço de mulheres brancas – em suas palavras, “entre as meninas que construíram o Raízes, [havia] um entendimento diferente sobre o Rosa: ‘Ah, não, o Rosa é espaço das meninas brancas, não me cabe’”, uma postura que, segundo ela, se estendia aos grupos e coletivos feministas em geral. Ao defender que o debate deveria ser construído conjuntamente com o Rosa-Lilás, então, ela procurava disputar esse espaço e pressionar para a inclusão da pauta racial no grupo: “senão gente vai dar de pronto que a gente discute racismo e que o Rosa Lilás é o local do feminismo branco”.⁹⁹¹

Entre as não filiadas dessa faixa etária, por fim, havia simpatia pelo projeto político identificado ao PSOL. No entanto, essa simpatia e alinhamento com o conteúdo político-programático do partido era diferente da fidelidade partidária descrita para o primeiro grupo. Com efeito, o rompimento crítico público e notório, em especial via redes sociais, podia acontecer a qualquer momento, como foi o caso nas eleições de 2018, nas discussões referentes às candidaturas de Indianare Siqueira (PSOL-RJ) e Douglas Belchior (PSOL-SP),⁹⁹² em que

⁹⁹⁰ Entrevista Cristiane Anizeti, 32 anos, filiada ao PSOL e participante do Coletivo de Negras e Negros Raízes da Liberdade e do Coletivo Feminista Rosa-Lilás, em 12/07/2018.

⁹⁹¹ Entrevista Cristiane Anizeti, 12/07/2018.

⁹⁹² No primeiro caso, o PSOL do Rio de Janeiro indeferiu a candidatura a deputada federal de Indianare Siqueira, militante transativista, alegando que tal decisão se dava em função de atos violentos que ela haveria realizado em relação a outros grupos militantes, o que a candidata alegava não ser verídico e, ainda, já estar sendo resolvido diretamente com os grupos em questão (cf.: <http://desacato.info/eleicoes-sem-travestis-e-transexuais-tambem-e-golpe-diz-indianare-siqueira-ao-ter-candidatura-negada-pelo-psol-rj/>). No caso de Belchior, o então pré-candidato a deputado federal por São Paulo alegava que o partido oferecia recursos díspares a candidatas negros e brancos e propunha que o partido abrisse debate sobre isso (cf.: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/08/02/A->

várias das mulheres da FMNCR expressaram-se repetidas vezes nas redes sociais contra as decisões do PSOL, acusando-o de racismo e transfobia. Se havia uma forma de fidelidade entre as não filiadas desse grupo, curiosamente, ela era endereçada ao PT, embora se desse em termos diferentes do grupo anterior: não se tratava necessariamente de votos ou filiação, mas da valorização e defesa dos “avanços” e “conquistas” das gestões presidenciais petistas em contraposição às críticas recebidas pelo partido na esfera pública, frequentemente por parte de pessoas alinhadas à esquerda. Por exemplo, nos meses que antecederam a eleição presidencial de 2018, uma das mulheres sem filiação publicou no Facebook alguns comentários pessoais em que alegava, em suma, que “antipetismo é racismo”. Nesses posts, que geraram discussões em grande número de comentários, ela vinculava as reações ao PT às políticas de ação afirmativa, direitos das trabalhadoras domésticas, ampliação do poder de consumo das classes baixas e políticas sociais de transferência de renda e direitos básicos. No curso dos debates, tornou-se evidente que seu público-alvo não era apenas o antipetismo identificado com a direita, mas um conjunto de pessoas de esquerda que, em um contexto de avanço do conservadorismo e crescimento da violência contra a população negra, mulheres, LGBTs, moradores de ruas e movimentos sociais, enfatizava a necessidade de crítica ao PT ou de “autocrítica” por parte do mesmo. Em sua perspectiva, tratava-se de uma postura “irresponsável” e “alienada” da realidade das pessoas afetadas por essas políticas – típica, segundo ela, do que esse conjunto de mulheres costuma chamar de “esquerda branca” ou, mais esporadicamente, “esquerda branca universitária”, categorias acusatórias que eram frequentemente empregadas pelas mulheres mais jovens da FMNCR.⁹⁹³

6.1. O lugar dos partidos na FMNCR

A discussão acerca da relação entre a FMNCR e os partidos políticos aconteceu logo nos primeiros meses da organização, mas principalmente a partir de 2016, quando se aproximavam as eleições municipais. A discussão foi desencadeada por algumas militantes do PT, que questionaram a inclusão do nome da FMNCR em um folheto relacionado

[quest%C3%A3o-racial-nas-candidaturas-do-PSOL-em-S%C3%A3o-Paulo](#)). Em ambos os casos, as participantes da FMNCR endossaram as críticas dos candidatos, acusando o partido de racismo e transfobia.

⁹⁹³ Tais categorias, vale dizer, referem-se a pessoas (não necessariamente militantes) identificadas com a esquerda e os ideais progressistas, mas cuja atuação e pensamento são vistos como alheios ou distantes das questões prementes à classe trabalhadora, à população negra e, mais ocasionalmente, às mulheres, o que é associado ao fato de serem majoritariamente pessoas das classes média e alta, brancas e que “não tem disposição” para “avançar” nesses debates. “Esquerda branca” aparece como um guarda-chuva, com uma série de especificações internas – tais como as feministas brancas e universitárias, os militantes do movimento estudantil, entre vários outros.

ao PSOL. O folheto era um convite para um debate do programa de uma candidata a prefeita e a organização aparecia abaixo do nome de uma das debatedoras, como parte da apresentação de sua trajetória como militante.⁹⁹⁴ As mulheres que solicitavam a discussão acerca das relações com os partidos afirmavam que a questão não havia sido discutida coletivamente e que isso deveria ter sido feito antes que o nome da FMNCR fosse usado no folheto; para outras participantes, contudo, o uso do nome da organização era esperado e não problemático, uma vez que a FMNCR visava ampliar o espaço e o poder de deliberação e ação política das participantes nos diversos âmbitos e grupos em que estivessem inseridas:

Se num determinado momento o partido dela falou, chamou ela pra falar e ela disse “Eu sou da Frente”, ela não tá mentindo. Ela não tá mentindo, ela é da Frente mesmo [...]. E que bom se a gente conseguiu estimular ela pra ir pra qualquer partido e falar “Ó, vocês estão sendo machistas com a gente”, “Olha, a gente quer ser direção”.⁹⁹⁵

A discussão acerca da relação da FMNCR com os partidos se deu em decorrência dessa situação. Segundo as militantes, a conversa se deteve principalmente na questão sobre se o grupo se manifestaria em relação às eleições, posicionando-se em favor alguma *candidata* ou partido *de esquerda* – não foi considerado apoio à direita nem a candidatos do sexo masculino – ou mesmo emitindo alguma nota, carta ou declaração geral, mas também versou sobre os encontros entre instâncias partidárias e a FMNCR dados em apresentações, participações e debates e como a organização pretendia lidar com esses eventos. Entre os partidos de esquerda considerados, incluíam-se PT, PSOL e PCdoB. Não havia identificação ou proximidade com outros partidos de esquerda, sendo que o PSTU, em especial, era alvo de forte rejeição por ter negado emitir posicionamento contrário ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, defendendo, na ocasião do processo de impedimento, a bandeira “Fora Todos”, o que foi visto como uma “falta de responsabilidade política”. Outro ponto mencionado nessa discussão foi se cabiam na FMNCR mulheres negras de direita, uma vez que a pauta era alinhada e mobilizava perspectivas identificadas como de esquerda. Essa questão surgiu algumas vezes, mas não precisou ser enfrentada mais seriamente, pois tais postulantes não surgiram.

Levando em conta as diferentes filiações, a desconfiança quanto aos partidos e a percepção de que as propostas e objetivos desenvolvidos na FMNCR dependiam de “autonomia” e “independência” em relação a eles e outras instâncias e grupos, as participantes acabaram decidindo pelo não envolvimento partidário e eleitoral da organização – o que não

⁹⁹⁴ A descrição do folheto, ao qual não tive acesso direto, e seu conteúdo se baseia nas entrevistas e conversas.

⁹⁹⁵ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

significava que as participantes, individualmente ou em nome de seus coletivos, não pudessem expressar preferências na eleição. Contudo, para várias das participantes, a questão não foi resolvida e, a despeito da decisão, havia vínculo e apoio político a candidatos e partidos. Elas alegavam que, mesmo após a deliberação coletiva de não empregar o nome dos partidos em conjunção à FMNCR, apareceram referências a mandatos que apoiaram atividades da FMNCR financeiramente nas falas e posicionamentos públicos da organização. Outras participantes alegam que nunca houve apoio declarado a candidatos, mandatos e, sobretudo, a partidos. Segundo elas, porém, em um contexto politicamente adverso e considerando a dificuldade de conseguir avanços nas agendas dos movimentos sociais, não seria razoável deixar de dialogar com os políticos da esquerda local e entendem que o problema não era por conta das decisões internas à FMNCR quanto à política partidária e eleitoral, mas se relacionava às disputas *entre* partidos diferentes e, particularmente, desses partidos pelo capital político acumulado pela FMNCR.

[Quando os partidos entram na conversa] aí você vê que enrosca, então sim, eu acho que [os problemas da FMNCR] tá bem relacionado com isso. A gente, quando constrói a Frente, você está construindo espaço que inclusive você está ganhando legitimidade, né, isso foi importante para diversas construções na cidade, mesmo pra mudar a cara do 8 de Março, para disputar a cara do 20 de Novembro, e [a FMNCR] é o espaço de acúmulo que vai ganhando referência política. E aí [vem a questão], “Ah, mas esse acúmulo agora vai contribuir com o programa do PSOL?”, “Ah, esse acúmulo vai contribuir com o programa do PT?”. Então, isso vai causando mesmo [um problema].⁹⁹⁶

Agora, eu não posso deixar de dialogar com a [vereadora do PSOL], que é a única vereadora [mulher], é uma vereadora de esquerda, pelo menos aquilo que no Brasil se diz esquerda, e é uma mulher que foi eleita por mulheres, pela juventude, com a pauta feminista, gente! Isso não quer dizer que eu vá votar nela pra deputada estadual, mas eu não posso deixar de reconhecer, inclusive, que quando essa pauta do juizado estava na mão do [vereador pelo PT], as mulheres da Marcha Mundial [das Mulheres] não fizeram porra nenhuma. Seguraram, seguraram porque elas achavam que vinha a Casa da Mulher Brasileira pra cá, que era da Dilma, e elas estavam na SPM e elas que dominavam. E não fizeram bosta nenhuma. E a [vereadora do PSOL] começou a encher o saco, encher o saco e tá aí inaugurada a vara [da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campinas]. E o movimento de mulheres não é capaz de reconhecer que isso é uma pauta de todo mundo! Foda-se se foi o PSOL que levou [a pauta adiante], por que que o PT não levou? É a mesma história da regulamentação das prostitutas: a merda toda é porque foi o Jean Wyllys [PSOL-RJ] que levou.⁹⁹⁷

Como indicam algumas dessas falas, esses problemas foram associados sobretudo ao PT, ao qual mesmo algumas de suas filiadas atribuem uma postura dominadora sobre o campo da esquerda. Retomando a desconfiança e as críticas à “particularização” das questões de grupos majoritariamente excluídos dos espaços de poder, algumas participantes da

⁹⁹⁶ Entrevista Cristiane Anizeti, 32 anos, filiada ao PSOL e participante do Coletivos de Negras e Negros Raízes da Liberdade e do Coletivo Feminista Rosa-Lilás, em 20/07/2018

⁹⁹⁷ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

FMNCR caracterizam o ambiente partidário como avesso às agendas das mulheres (sobretudo negras), em especial o petista. Nesse sentido, uma das filiadas ao PT explicou que, em sua perspectiva, o problema de uma aproximação entre a FMNCR e os partidos era que isso serviria para o “favorecimento pessoal” de membros dos partidos, em sua maioria brancos e não comprometidos com a luta ao racismo, e que “é a questão do panfleto que esses partidos acabam usando, entendeu? Ah, [falamos de] ‘preto’, ‘negra’, mentira! Depois não vão empoderar dentro da estrutura [do partido]. Principalmente o PT, que tem uma estrutura de combate ao racismo, mas quando vai discutir a questão racial é uma dificuldade tremenda”.⁹⁹⁸ Segundo essas percepções, as estruturas hierárquicas e a orientação predominantemente machista dos partidos impede que as mulheres os disputem internamente e, como no relato acima, frequentemente as participantes alegavam que os partidos “usam” as mulheres para conseguir votos, para candidaturas sem investimento real e para “bater nos outros e deixar os homens como bonzinhos”. Nesse último sentido, o raciocínio é por vezes estendido às mulheres “partidárias” no movimento feminista, que disputariam mais com outras feministas do que com os homens de seus partidos – nas palavras de uma das integrantes da FMNCR, “[as] ‘esquerda-mulher’ são boas para bater na gente, não são boas para bater nos caras”.

Ainda que tenha sido palco de uma série de tensões na FMNCR, enquanto a organização esteve ativa, ela buscou ampliar a participação de suas participantes nos partidos aos quais eram filiadas, empregando o capital político que construía e tinha à disposição nesse sentido. Como salienta uma das participantes:

[...] se eu referendar você como uma mulher do PSOL que é da Frente, se eu referendar a outra como uma mulher do PT que é da Frente, se eu referendar a outra que é do PCdoB que é da Frente, quem ganha é a Frente. [...] [A FMNCR nos] potencializava: se eu não sou ninguém na minha organização quando eu represento a minha organização na Frente, eu volto sendo alguém. Era isso, e nem isso algumas pessoas entenderam. Era isso: potencializava a gente: “Eu sou a negra que representa o PT na Frente”, “eu sou a negra que representa o PSOL na Frente”, sabe, “eu sou negra que representa...” e mesmo que as pessoas não dessem bola pra mim aqui, me deixassem pra lá, eu voltava pro poder. Então, assim, e essas coisas tem que ter maturidade para enxergar, porque se você não tiver maturidade você vai ficar se perdendo naquilo que os homens se perdem [que é]: não tô aqui [na FMNCR] para fazer disputa partidária, eu tô aqui, ao contrário, para dizer o que que o partido não fala sobre mim e aqui eu descobri o que que o partido não fala sobre mim e eu tô aqui para falar. Então, se a gente unificasse a nossa pauta e jogasse ela pra dentro dos partidos, nossa, a gente ia fazer a revolução. [...] [Para isso] você precisa ter bala na sua agulha, aí não dá pra ficar [dizendo] “Não, porque você está me discriminando”, não. Você vai ter que dizer “Olha, o problema da [mulher negra] é esse, esse e esse, nós estamos aqui pra ocupar esse, esse e esse espaço por causa disso, disso e disso, tá bom, gente? [Se] não tá bom, eu vou pra outro partido, vocês que escolhem, eu tô aqui há vinte anos e vocês ainda

⁹⁹⁸ Entrevista Eva, 42 anos, filiada ao PT, ao CMNLG e ao CONEPPA, realizada em 08/12/2016.

não investiram em mim, ah, porque eu sou da Frente, e aí tem vinte entidades assinando ali”. Putz, o medo dos caras é grande, né?⁹⁹⁹

Embora aparentemente o peso das disputas entre partidos e filiadas tenha sido maior do que o das buscas por ampliação de seus espaços nos próprios partidos, cabe salientar que diversas estratégias foram aplicadas nesse sentido durante o período em que a FMNCR esteve ativa – tais como, especialmente, a formação de candidaturas, atos de solidariedade entre as participantes e enfrentamentos diretos com os partidos. Primeiro, duas participantes da FMNCR se candidataram à Câmara dos Vereadores nas eleições de 2016 e uma disputou as prévias internas do PT para ser candidata a vice-prefeita na mesma eleição, o que foi estimulado pelas participantes da organização. Tais candidaturas e disputas internas ao partido eram vistas como importantes mesmo pelas mulheres que não tinham filiação partidária, as quais em alguns momentos ressaltaram e saudaram publicamente a importância, o ineditismo e mesmo a coragem daquelas candidaturas por “bancar fazer uma campanha dentro de um partido que não entende uma mulher, negra, lésbica, periférica como prioritária”, sem as quais transformações nas estruturas partidárias não seriam possíveis – “Se não tiver [isso], a gente não muda, fica sempre e sempre a velha e boa política reação partidária”.¹⁰⁰⁰

Em segundo lugar, as participantes não filiadas participaram de debates organizados tanto pelo PSOL como pelo PT em diferentes momentos, tendo como objetivo pressionar pela inclusão das questões raciais e de gênero nos programas, e filiadas a diferentes partidos geralmente compunham conjuntamente as mesas de discussão organizadas pela FMNCR – por exemplo, uma mesa sobre direitos trabalhistas em 2016 tinha como participantes uma filiada ao PT e ao Sind.Dom. e duas filiadas ao PSOL, uma delas advogada trabalhista. Em algumas ocasiões, contudo, algumas não filiadas se recusaram a participar de eventos partidários para apoiar a ampliação dos diálogos dos partidos com suas próprias filiadas. Em um caso, por exemplo, uma delas recebeu um convite para um debate no PSOL, ao que respondeu “chame as mulheres negras do seu partido”. Segundo Cristiane Anizeti, filiada ao PSOL, isso dizia respeito a uma decisão da FMNCR de “[uma] fortalece[r] a outra onde ela estiver, então assim, é um debate do PSOL para o PSOL, então porque você não vai chamar as mulheres negras do PSOL?”.¹⁰⁰¹

Os enfrentamentos diretos foram pontuais, mas centrais na série de eventos e diferenças que resultaram na desmobilização da FMNCR. O caso mais relevante nesse sentido,

⁹⁹⁹ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

¹⁰⁰⁰ Fala pública registrada no diário de campo, 23/10/2016.

¹⁰⁰¹ Entrevista Cristiane Anizeti, 20/07/2018.

que aconteceu já nos últimos meses da articulação e envolveu diversos grupos locais, tratou de um estupro que estava sendo processado juridicamente, em que o perpetrador era filiado ao PT e participantes e próximo a uma série de movimentos sociais da cidade. As mulheres da FMNCR tinham diferentes opiniões sobre o caso; algumas defendiam que a organização não devia se envolver, pois o homem em questão não era filiado a nenhum dos grupos da FMNCR e não se tratava de uma mulher negra; outras julgavam que, como se definia feminista e abrigava organizações feministas, a FMNCR deveria se posicionar publicamente e cobrar o partido e as organizações às quais ele era filiado por uma posição e ameaçavam retirar suas organizações da FMNCR caso não houvesse posicionamento. Entre as que pressionavam por um posicionamento, havia aquelas que pretendiam confrontar o acusado diretamente, o que as participantes mais experientes consideravam arriscado, sugerindo que, em vez disso, exigissem que o partido e, em especial, a corrente à qual o acusado era filiada, tomasse uma postura e o expulsasse. Foi decidido, por fim, que uma das “mais velhas”, que não tinha filiação, conversaria diretamente com o principal líder da corrente partidária. Segundo essa militante, o telefonema foi pleno de tensionamentos de ambas as partes, com a liderança partidária alegando que o acusado precisava ser ouvido e ela respondendo que, apesar de não ser petista, considerava que a esquerda deveria ser preservada por conta do momento político de retrocessos e crescimento do conservadorismo e que, por essa razão, sugeria que ele buscasse uma solução para o caso, já que ela não tinha o poder de controlar as ações das participantes mais jovens, mas vinha sugerindo a elas que “talvez a gente possa resolver de uma outra forma”. Segundo ela, essa negociação só tinha sido possível por conta do capital político acumulado pela FMNCR, já que alguns meses antes este mesmo líder partidário teria acompanhado uma atividade da organização e testemunhado sua capacidade de mobilização:

no 25 de julho do ano passado [2017], nós fizemos um ciclo de cinema né, e [ele] foi lá pra ver. Chegou lá, estava cheio, ele ficou quietinho. Terminou, ele foi embora. Nunca mais mexeu com a gente, porque ele entendeu que essas mulheres não estão brincando. [...] Porque a gente mobilizou mulher preta, mobiliza preta [de vários grupos], mulher preta que foi nas reuniões da Frente, nós mobilizamos e era a Frente que estava fazendo aquilo. [...] E aí nós fizemos [o ciclo de cinema] e estava cheio mesmo, você não tinha [menos que] cento e poucas pessoas, não tinha menos, né? Pra sala do MIS, acho que cabe umas cem, cento e poucas [pessoas], e tinha gente de pé. Então é isso que eu acho [que] por exemplo é uma percepção que no partido eles não dão pra gente.¹⁰⁰²

Contudo, a situação de enfrentamento relatada acima gerou uma série de conflitos entre as mulheres da FMNCR, em que algumas das filiadas alegavam que suas

¹⁰⁰² Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

posições tinham sido negligenciadas e acusavam as outras militantes de dividir os movimentos sociais da cidade por conta da questão, entendendo que elas propunham rompimentos com todos os que não repudiassem oficialmente e publicamente o caso e o acusado. O grupo que requeria posicionamentos, por sua vez, alegava que as filiadas tiveram a chance de posicionar e cobrar uma postura, o que inclusive garantiria seu crescimento no interior da estrutura partidária, mas não quiseram fazê-lo – pois, como alegavam em relação a outras mulheres “partidárias”, sua fidelidade partidária se colocaria acima de sua lealdade ao grupo formado na FMNCR. No decorrer dos acontecimentos referentes a esse caso, as conversas sobre o posicionamento da FMNCR em relação aos partidos se tornaram cada vez mais espinhosas, rumando para debates sobre representação e legitimidade de fala – isto é, como no caso das disputas com os grupos feministas, sobre quem pode falar pela organização, em que circunstâncias e de que forma –, as quais se espalharam para outros debates entre as mulheres. Essas disputas, imbricadas com aquelas referentes ao movimento feminista, terminaram por constituir o núcleo das questões que levaram à desmobilização da FMNCR.

7. Aliadas: antecipações e diálogos intergeracionais.

Nesse capítulo, explorei as diferenças reivindicadas pelas mulheres da FMNCR em seus discursos e como essas aparecem nas relações entre elas, na própria organização, e em suas relações com outros grupos, instituições e coletivos. Como sugere o título do capítulo, as dinâmicas de diferença e aproximação entre as participantes não se encontram separadas de suas relações com os campos externos à FMNCR. Ao contrário, é justamente nas relações práticas com os campos nos quais procuram se inserir (e com os quais disputam significados e linguagens, mas também práticas e horizontes emancipatórios, compostos por diferentes normatividades) que as diferenças são afirmadas e aquilo que as une se torna objeto de contestação. Em outras palavras, como indiquei ao fim do capítulo anterior, o “exterior” e o “interior” são noções em movimento e disputa. Para finalizar esse capítulo, indico algumas características da noção de “aliança” ou “aliadas/os” empregadas pela FMNCR.

A noção de “aliadas”/“os” é empregada de forma abundante pelas participantes e nas atividades, indicando o conjunto das mulheres da organização, assim como os grupos¹⁰⁰³ e indivíduos vistos como seus parceiros e apoiadores. Ela aponta que as

¹⁰⁰³ Por exemplo, alguns dias antes da passeata do 8 de Março de 2016, um post na página da FMNCR no Facebook nomeava como “parceiro” o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras da Unicamp, que havia doado pacotes de água mineral para a ida à passeata. O post afirmava que “parcerias como essa nos encorajam à luta” (Disponível

participantes concebem sua ação política a partir de acordos, diálogos, negociações, trocas e contratos, e não como um resultado “natural” ou evidente de suas posições em termos de gênero e raça. Dessa forma, pressupõe também uma dimensão processual, de pactuação e repactuação ao longo de suas interações. Uma explicação acerca dessa noção aparece em uma fala durante o *Sarau das Aliadas*:

O Sarau das Aliadas é um sarau que tem seu nome inspirado em uma referência para várias de nós, que é a Dina Di, que foi lá do *Visão de Rua*.¹⁰⁰⁴ Ela trazia muito forte essa ideia do que é “aliada” e [que] *aliada é aliada*. A gente tem feito no sarau muito esse embate com essa fala boba machista de que mulher concorre, mulher não consegue andar junto e eu acho que o Sarau das Aliadas tem sido muito esse momento... a gente até reformulou o nome. A gente não tem uma MC, a gente tem uma DC, que é uma dama de cerimônias... a gente não tem um mestre de cerimônia, porque todos os aliados que chegam ao nosso sarau, eles estão chegando ali pra compor, mas sabendo que eles estão compondo enquanto aliados e que isso requer também uma série de responsabilidades, como essa que foi narrada. Se a gente precisa ir pra Brasília, os aliados de plantão seguram o reggae com as crianças, o trampo, nas plenárias os aliados têm garantido essa cena... eles ocupam a cozinha, cozinham o dia inteiro, cuidam das crianças. Porque se não a gente sempre fica nessa dúvida e nessa divisão que é assim, pô, as minas que ficam na cozinha, elas não conseguem estar na plenária conversando. E aí isso é um pouco do nosso contexto do Sarau das Aliadas [...] e a gente fica muito contente de com as aliadas do Sarau das Minas, ter conseguido compor essa agenda de pensar uma audiência num formato de um sarau, e desde já muito honradas e representadas pela figura da Ju. Porque eu acho que aliada é aliada, né? Mulher que luta é mulher que luta.¹⁰⁰⁵

Nessa fala, a noção de “aliadas” é contraposta, em primeiro lugar, às concepções e expectativas comuns em relação às mulheres (competitividade, dificuldade de reunião, etc.), à composição dos espaços (por exemplo, de que haveria um mestre de cerimônias tocando o sarau) e às formas de organização (homens cuidando das crianças para as mulheres discutirem política). Nesses sentidos, assume uma dimensão de antecipação de formas de sociabilidade vistas como mais igualitárias e dos resultados esperados da ação política – algo semelhante ao que Íris do Carmo discutiu, para redes de jovens ativistas feministas, por meio da noção de “prefiguração”, isto é, a “busca por construir o mundo que se almeja a partir do espaço habitado no presente” e a construção de “cenários nos quais ativistas expressam os ‘fins

em:

<https://www.facebook.com/frentemulheresnegras/photos/a.794814183973953/852547884867249/?type=3&theater>.

¹⁰⁰⁴ Dina Di, nome artístico de Viviane Lopes (1976-2010), foi uma rapper campineira, vocalista do grupo *Visão de Rua*. Segundo Cibele Rodrigues, ela (Cibele) e mais uma amiga fizeram a “marca” Aliadas como uma assinatura de grafitti, demarcando o pequeno número de mulheres no “rolê”. Em suas palavras: “Dá pra nomear [as mulheres que participavam] porque eram muito poucas mesmo. Então eu vim desse movimento do que é ser uma mulher negra dentro desse contexto super machista [...] e o que era ser essa mulher dentro do hip hop foi uma coisa que eu fui levando e só fiz essa avaliação depois de muitos anos, de não ser a mina dos caras. Tinha as minas? Tinha, mas eram as minas dos caras, não eram as minas protagonistas dos rolês e eu fui uma da minas que eu me pus nesse rolê de ser protagonista do rolê, mas eu era um mano, a mina-mano” (Entrevista, 25/09/2016).

¹⁰⁰⁵ Fala de Mariana na Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia & Sarau das Aliadas, 15/10/2016

políticos das suas ações através dos ‘meios’, ao invés dos ‘fins’ justificarem os ‘meios’”¹⁰⁰⁶No caso da FMNCR, tais resultados (ou “fins”) relacionam-se ao princípio que todos são responsáveis pelo desmantelamento das formas de opressão (em especial, os comprometidos com justiça social). Como afirmou uma das participantes em um dos saraus da FMNCR:

Outra coisa é que as mulheres jamais poderiam, principalmente nós negras, 12h pra ir, 12h pra vir, 7h pra Marcha [de 2015]... e quem que cuida das crianças dessas mães? Pai Adriano, vocês, os pais. E elas não eram crianças grandes, então tem que também lembrar que é compromisso deles, mas que *não é histórico*. Não é histórico. Mulher preta saindo pra viajar pra Brasília, como diz a maioria, pra fazer bagunça. Porém, os maridos ficaram com essas crianças, e eu creio que muito bem, porque nenhuma das mães reclamou ou falou nada disso. Isso também precisa ser colocado. É essa a construção desse debate, a construção de igualdade.¹⁰⁰⁷

A ideia de uma “construção de igualdade” também se relaciona ao colocado por Carmo, para quem “prefiguração denota experimentação”, ou seja, “algo que se tem a intenção de testar, sem ter certeza ou estar segura sobre os resultados, orientada à produção de novos códigos e tendo como objetos de intervenção o corpo, o tempo e o espaço”¹⁰⁰⁸

Ainda que tais práticas não sejam propriamente “novas” – pois, como salientou uma das ativistas, eram baseadas em experiências já aplicadas em grupos mais longevos do movimento de mulheres negras, como o CEDENPA –, sua aplicação na atuação da FMNCR era vista como um elemento diferencial em relação às práticas costumeiras do movimento feminista e os espaços em que as feministas circulavam em Campinas. Em primeiro lugar, essa diferença era marcada na coordenação de forças com os homens (“os aliados de plantão”), em contraposição às feministas “institucionalizadas” e/ou “partidárias”, que, como mencionei, são percebidos como “formadas” para brigar com outros grupos de mulheres, mas não para “bater nos caras”. Segundo, refere-se à possibilidade de alianças com outras “mulheres que lutam” – como Ju, apresentada na fala, uma jovem branca PLP e que participa de uma série de eventos com as mulheres da FMNCR e de suas atividades. Assim, embora a relação com as feministas “tradicionais”, “clássicas” ou “brancas” fosse predominantemente tensa, algumas mulheres e grupos eram vistos como aliados à medida em que compunham atividades conjuntas e se dispunham à reflexão sobre seus “privilégios”. A noção de “mulher que luta” também apareceu algumas vezes em contraposição às “acadêmicas” brancas, percebidas como alheias à luta feminista na prática; contudo, nem todas as “acadêmicas” eram enquadradas dessa forma,

¹⁰⁰⁶ Carmo, 2018, p.30, ambas.

¹⁰⁰⁷ Fala de Regina Teodoro na Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia, 15/10/2016.

¹⁰⁰⁸ Idem, p.96. A autora também nota, contudo, que certas práticas “prefigurativas” (como a substituição de uma estética vista como feminina por outra, que desafiaria esses padrões) geram tensionamentos entre as mulheres envolvidas no “rolê”, por vezes sendo entendidas como possibilidades restritas às participantes “privilegiadas”.

à medida em “cediam espaço de fala” nas atividades em que participavam ou auxiliavam projetos dos grupos por meio de sua influência no espaço universitário. Por exemplo:

não vou exigir dela [feminista “acadêmica”] que ela compreenda a fundo o feminismo negro interseccional que a Mariana fala, ou que a Luíza fala, não consigo exigir isso dela, o que eu consigo olhar nela, é que quando ela vem a Campinas dar um curso de professora visitante ou sei lá o que, que ela passa seis meses no curso, ela chama um monte de [militantes] de Campinas. Primeiro, ela avisa que ela ta vindo pra a gente dizer se quer fazer o curso ou não, segundo, ela pega várias de nós pra falar no curso, e que ela não precisava fazer isso. Ela não precisava fazer isso por uma série de motivos, até porque ela ta na academia, o que que nós temos a ver com academia?¹⁰⁰⁹

Novamente, como mencionei no quinto item desse capítulo, fica patente que as categorias feminismo “negro” e “branco” – além das subdivisões e especificidades internas deles – não são fixas, mas relacionais, de modo que as classificações podem variar de acordo com essas práticas e promover a alteração do status de uma “feminista branca/clássica/tradicional” para o de uma “aliada”.

Se a “aliança” pretendida na FMNCR implicava em acordos e negociações entre os grupos filiados, as mulheres da FMNCR e designava, também, sua relação com outros campos que perpassam e se relacionam à sua atuação, como os tratados nesse capítulo, é notável, ainda, que essa aliança foi constituída por meio de cooperações intergeracionais que, conjuntamente, procuravam constituir o capital político visado para a FMNCR. À medida em que a organização se volta à disputa por espaços percebidos como externos, cobrando que esses fossem “inclusivos” e procurando fomentar novas divisões de poder nos campos de atuação da FMNCR – ou, nas palavras de uma de suas integrantes, conforme elas tentavam “bagunçar os lugares na mesa” – a formação e o acúmulo desse capital político torna-se ainda mais relevante, garantindo suas condições de entrada e diálogo nesses espaços (lembremos, nesse sentido, do caso do Nenhuma a Menos). Nesse sentido, as participantes apontavam para a aliança entre os vários grupos filiados, que imprimiam peso às suas falas e atuação. A presença de militantes experientes, conhecidas e respeitadas em Campinas também desempenhou um papel nesse sentido, como aparece nas mediações que elas por vezes realizavam entre as participantes mais jovens e os espaços de disputa, como aquelas referentes ao Ato do 8 de Março de 2016. Nesse sentido, essa transmissão de capital político das mais experientes para as mais jovens colocou novas militantes em evidência e permitiu que se projetassem no cenário local, como afirmado por Alessandra Ribeiro:

Com certeza [a FMNCR construiu capital político para novas lideranças]. Acho que a gente tem uma geração de jovens negras que a gente não tinha e que a gente já

¹⁰⁰⁹ Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

identifica com muito mais facilidade. Meninas que eu nunca tinha ouvido falar, nem sabia onde estavam, e que agora a gente as acessa. Isso é muito legal.¹⁰¹⁰

Contudo, ao mesmo tempo em que os grupos e as “mais velhas” imprimiram seriedade e respeitabilidade à FMNCR e à atuação das participantes mais jovens em diferentes contextos, as mais jovens, que organizavam e divulgavam a maior parte das atividades parecem ser as principais responsáveis pelo público das atividades, já que a maior parte dos frequentadores de seus vários eventos – saraus, formações, rodas de conversa, etc. – eram jovens negras que, em muitos casos, já conheciam essas participantes ou seus coletivos. Essa conexão é reconhecida também pelas mais velhas, que afirmam que os grupos que “tem muita juventude, pra eles encher sala não é problema, não é problema, eles dão três telefonadas, todo mundo se articula e vem”. Essa “capacidade de mobilização” da juventude – que, como vimos, é tida como algo novo para essa geração – é também uma fonte reconhecida de capital político, que proporcionou a constituição da FMNCR como um ambiente validado e legítimo de militância em Campinas.

Assim, enquanto uma parte do grupo mantinha a “mobilização cotidiana” e encabeçava as disputas com outras organizações militantes e espaços, o outro intervinha aplicando sua influência na arbitragem dessas disputas e na movimentação e obtenção dos recursos necessários aos objetivos do grupo. De forma semelhante, enquanto as trajetórias da “mais velhas” forneciam os elementos de pertencimento a uma comunidade ou tradição de mobilização, a reverência das mais jovens frente a essas experiências, tidas como “ancestrais”, consolidava as militantes históricas como referências:

E isso assim, eu acho que a Frente me deu, as meninas me valorizam de uma forma que eu nunca...sabe que eu não tinha pensado? Eu falei, porra.. mas não é verdade? E me deu muita potência, é isso, é muito legal, né, e ao me dar isso também, me tirou uma coisa que até então me parecia necessário, eu tinha que estar em todo lugar, eu tinha que estar a todo tempo. Aí, eu falei, não, agora eu também eu já tenho uma experiência, agora eu posso falar também, agora eu não preciso estar presente, não preciso de achar que estou dominando tudo. Acho que a Frente que me deu isso, né? [...] E essa importância o meu caso me fez aprender, porque eu era uma pessoa que eu tinha que estar 24 horas tinha que estar em todo lugar, me achava necessária em todos os lugares, que é uma coisa muito da juventude que você tem que depois entender. E acho que a Frente me deu isso pra entender: no momento em que elas me convidam pra cumprir um papel, no momento que elas me colocam na frente de algumas coisas, eu falei “pô, é verdade”.¹⁰¹¹

Dessa forma, a FMNCR se pautou, todo o tempo e em todas as suas relações, em uma aliança *entre diferentes*, procurando ocupar plenamente os interstícios e espaços em que diferentes marginalidades são forjadas. Em sua proposta de uma aliança *pelos margens* e

¹⁰¹⁰ Entrevista Alessandra Ribeiro, 08/08/2018.

¹⁰¹¹ Entrevista Magali Mendes, 10/07/2018.

nos diferentes acordos, parcerias, disputas e buscas por alinhamento, encontramos, destacadamente, um exercício de abertura, ocupação e, posteriormente, *redefinição* das diferenças impostas por fora, que as centraliza como o lugar a partir do qual são formuladas ações conjuntas. Em outras palavras, são principalmente as *diferenças* e a *pluralidade* – e não igualdade ou as semelhanças – que constituem o material dessas alianças. Em dinâmicas que, por um lado, definem as fronteiras entre as participantes, grupos e espaços e, por outro lado, borram essas mesmas fronteiras, os acordos e vínculos são definidos por meio de zonas de contato e através de espaços de divergência. Nessas zonas, o principal terreno compartilhado parece ser, novamente, o das margens, e algumas das mais importantes complicações no percurso referem-se às formas de ocupação do “centro” – que, como nas narrativas acerca da periferia, é portador de sentidos plurais e diversos para as participantes. Se, à medida em que FMNCR procura circunscrever um grupo e dotá-lo de agência política no cenário local, essa unidade por vezes implode, sendo ou não repactuada posteriormente, esses compartilhamentos indicam porque, mesmo a partir da desmobilização da rede, vários esforços conjuntos permanecem.

Considerações finais

Muitas dúvidas, né? Muitas polêmicas e isso é muito bom. Eu só queria, antes de ir embora, deixar uma, que a Lélia Gonzalez dizia: até que ponto a solidariedade entre mulheres e homens negros nos aproxima ou nos afasta? Até que ponto a luta de gênero aproxima ou afasta as mulheres brancas e negras?¹⁰¹²

Esse trabalho buscou analisar os movimentos e feminismos contemporâneos de mulheres negras brasileiras tendo como chave e foco de observação os debates sobre a produção de desigualdades simultâneas, considerando os vários eixos de poder e opressão levados em conta nessas operações, assim como a negociação das diferenças e a construção de alianças e redes. Para isso, observou um grupo que esteve ativo em Campinas entre 2015 e 2017/2018, a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região. Ao longo do trabalho, procurei sistematizar as agendas do grupo, suas referências, relações e os lugares a partir dos quais essas pautas e questões eram construídas e, por fim, o modo como elas eram rearranjadas na construção de um novo espaço de encontro desses movimentos e militantes que, em maior ou menor medida, já tinham interlocuções em variadas esferas públicas e espaços políticos. Enfatizei, nesse percurso, como os debates e ações políticas da FMNCR partiam da afirmação de uma série de diferenças – entre as participantes, mas também entre a FMNCR e os espaços “internos” e “externos” que ela procurou ocupar e disputar – e como essas mesmas diferenças, e não sua negação ou a tentativa de forjar uma identidade única, foram empregadas como o material para as alianças pretendidas e ativamente buscadas na e pela organização. Em outras palavras, procurei demonstrar como a FMNCR buscou construir alianças entre grupos e militantes que se entendiam como diferentes a partir do acionamento de margens compartilhadas por elas.

Nos primeiros dois capítulos, situei o contexto em que a organização se inseria no cenário nacional dos movimentos e feminismos de mulheres negras brasileiras, tendo por objetivo demonstrar como a organização era representativa de tendências e transformações recentes nesse cenário, bem como nos movimentos sociais em geral, e levando em conta as relações desses deslocamentos com a conjuntura política e social e com o acúmulo do MMN

¹⁰¹² Fala de Hilda, na formação Interseccionalidade – Experiências Empíricas, em 23/10/2016.

ao longo de sua trajetória. Dessa forma, aspectos por meio dos quais a FMNCR procurava se distinguir de uma série de espaços – como, de diferentes formas: os movimentos feministas vinculados a partidos políticos e/ou tidos como “institucionalizados”; os próprios partidos e sindicatos, percebidos como autoritários e centralizados; as parcelas dos movimentos negros e de mulheres negras que também eram percebidos dessas maneiras – , tais como a “horizontalidade”, a pluralidade de representação e a instabilidade de seu sujeito político e as próprias disputas com outros espaços eram compartilhados geracionalmente. Ao mesmo tempo, a FMNCR não era um espaço político com um perfil delimitado em termos de geração, sexualidade, filiação partidária, classe, etc. ou frequentada exclusivamente por um público, mas procurava constituir um espaço de diversidade em que as diferenças entre as participantes não fossem relegadas a segundo plano, e que estivessem no cerne da atuação política da organização. Nesse sentido, ela representa e testemunha a expansão e pluralização no interior do campo do movimento de mulheres negras, integrando uma variedade de forças distintas desse campo e, como tal, teve como principal tarefa “lidar com a diversidade” entre suas participantes, seus projetos e grupos de filiação. Essa tarefa, em seus aspectos político, conflitivo e negociado ao longo de toda a atuação da FMNCR, foi o principal foco da tese.

Com isso em mente, no Capítulo 3 procurei demonstrar como, em seu processo de formação e consolidação, a organização campineira se beneficiou de um momento percebido como histórico para o movimento de mulheres negras e, tendo a Marcha das Mulheres Negras de 2015 – ela mesma demonstrativa das novas formas de organização propostas pelo MMN no contexto recente – como um elemento proporcionador de oportunidades políticas, procurou forjar uma agenda unificada pautada sobre críticas à injustiça institucionalizada. Ao recuperar a agenda da FMNCR a partir de três conjuntos de preocupações – identidade, classe e as relações com o Estado e com as instituições – entendidos, juntamente a Nancy Fraser, como críticas à injustiça institucionalizada, procurei demonstrar, ainda que com as limitações de não ter acompanhado o momento inicial de formulação dessa agenda em campo, como a retidão de uma pauta unificada e cuja produção era afirmada como um amplo e tranquilo consenso era, na prática, marcada por uma série de divergências e debates que faziam com que ela fosse melhor compreendida como uma série de processos de debates, disputas, posicionamentos e reposicionamentos, que, efetivamente, mantiveram-se em curso ao longo da atuação da organização, mesmo quando há muito essa agenda já era apresentada como fechada. Assim, o universo de experiências demarcadas por geração, classe, ocupação e sexualidade no interior de cada uma das questões colocadas na pauta, implicam em diferentes percepções e ordenamentos de prioridades, inclusive – e, talvez, especialmente – no que tange à interpretação

das principais experiências demarcadas pelo cruzamento de gênero e raça. Dessa forma, além de demonstrativas do atual estágio de complexidade dos feminismos negros brasileiros, as disputas por princípios, prioridades e agendas do grupo demonstram que essa complexidade, no período recente da história brasileira, implica em novas considerações e interpretações da sociedade e da realidade.

Fruto tanto da complexificação e pluralização do feminismo negro brasileiro, como dos contextos sociais, memórias e estratégias a partir dos quais foram formadas, esse diálogo entre formulações “novas” e “clássicas”, por assim dizer, encontra-se diretamente relacionado aos contextos de produção dessas ideias e aos problemas colocados pelos diferentes grupos e militantes em seu processo de formação e atuação política. Nessa medida, no Capítulo 4 procurei discutir os lugares coletivos a partir dos quais essas experiências e perspectivas foram forjadas – ou, melhor dito, contextualizar as diferentes trajetórias coletivas aportadas à associação e evidenciar as várias concepções de ação política que vigoravam nos espaços “centralizados” que constituíram a FMNCR, o endereçamento dado às pautas nesses espaços e, por fim, as diferentes temporalidades e interpretações presentes na constituição de espaços comuns. Ainda mais do que no capítulo anterior, argumentei pela heterogeneidade e pela ambiguidade do pertencimento, que permitia que uma militante ou grupo estivesse, ao mesmo tempo, dentro e fora de um mesmo espaço, identificando, por meio da categoria êmica “periferia”, o jogo entre pertencimento e separação, diferença e identificação que demarca os hiatos entre as várias percepções e experiências, nos quais inscrevem-se sentidos plurais de identidade e política. Apesar desses hiatos (ou talvez por conta deles), a categoria aponta para um espaço em que convergem diferentes marginalidades e a partir do qual suas várias diferenças e semelhanças são elaboradas tendo em vista alianças políticas.

A complexidade dessas redes – aquela que a FMNCR formou e sustentou ao longo de sua atuação e as redes prévias que mobilizou para isso –, as quais portam traços comunitários que extrapolam a dinâmica de formação e ação política e que, ao mesmo tempo, formam-se a partir de múltiplas afinidades e disputas, com geometrias bastante variáveis, fez com que alguns dos principais construtos analíticos voltados à compreensão da ação dos movimentos sociais contemporâneos demonstrassem importantes limitações no que tange à compreensão das fronteiras que atualmente são tematizadas nesses movimentos. Ao mesmo tempo em que reivindicava e dinamizava a memória e as tradições militantes e comunitárias de uma série de grupos, a atuação da FMNCR se inseria em meio a novos ativismos que têm buscado, muitas vezes, salientar conexões entre pautas e estratégias distintas e fomentar a solidariedade através dessas diferenças. Frente a isso, ainda que auxiliem a observar as redes,

conexões e trocas por meio das quais a FMNCR se organizou, esse conceitos implicam ora em cortes arbitrários em uma rede mais ampla e interconectada, ora na negligência aos conflitos e hegemonias internas a esses grupos.

Ao centralizar as diferenças entre as participantes e as variadas formas como constroem sua interlocução com outros espaços organizados e de poder, o Capítulo 5 procura amarrar essas diferenças mais decisivamente às relações entre as participantes em termos de experiência ativista, social e capital político, assim como às circulações das militantes em espaços “externos” à FMNCR – ainda que, como pontuei no parágrafo anterior e em diferentes lugares da tese, “interno” e “externo” sejam categorias tão disputadas quanto identidade e pertencimento. Ao afirmar essas diferenças e buscar dar novos sentidos a elas, tomando-as como matéria para a construção de “alianças” – entendidas como pactos entre diferentes e baseadas em “responsabilidades compartilhadas”, ativados por pautas conjuntas e um nexo de vulnerabilidade e invisibilidade, por um lado, e solidariedade, por outro lado, bem como por uma lógica de prefiguração e cooperação intergeracional –, a FMNCR procurou enfrentar uma questão comum a todos esses grupos: a necessidade de acumular capital político e poder para disputar os espaços nos quais essas militantes e grupos procuram se inserir. Em outras palavras, ao representar uma multiplicidade de experiências, as quais convergem na escassez de condições de disputa de espaços de poder, a FMNCR procurou se constituir como uma fiadora de condições de viabilização das disputas dos diversos grupos. Dessa forma, em meio às diversas concepções acerca das prioridades da organização, suas formas de ação e, além disso, nas próprias discussões acerca do que constitui uma militante, disputa-se, também, para que servem e como se constituem sujeitos políticos coletivos. No caso da FMNCR, como argumentei, esses sujeitos políticos coletivos se constroem, acima de tudo e a despeito de sua heterogeneidade, como fundamentos de disputa por espaços de fala e decisão.

Como procurei demonstrar no primeiro capítulo, há uma historicidade na percepção de diferenças e na provisoriedade das noções de identidade coletiva constituídas pelos movimentos e feminismos de mulheres negras, a qual, de certa forma, já é marcada na variação dos termos empregados para descrevê-lo e na heterogeneidade entre as várias proposições ativistas e internamente a cada uma delas. Se tais diferenças foram predominantemente compreendidas a partir das relações dos grupos políticos de mulheres negras com uma série de outros campos e atores – como o movimento feminista, o movimento negro, outros movimentos sociais, a esquerda progressista, o Estado, as organizações internacionais e os partidos políticos –, meu trabalho procurou olhar para como essas diferenças podem ser pensadas *por dentro* dos agrupamentos de mulheres negras, propondo compreender

os processos e mecanismos por meio dos quais as alianças pretendidas eram pactuadas, consolidadas, implodidas e, por vezes, repactuadas.

Apesar dos embaraços gerados por suas diferentes perspectivas acerca das relações do movimento com os atores nomeados no parágrafo anterior, das concepções de opressão e poder e das estratégias políticas voltadas a assegurar seus objetivos, assim como de suas diferenças internas e conflitos, as organizações do movimento de mulheres negras prosperaram, proliferaram-se e constituíram variadas zonas de comunicação e troca. O mesmo pode ser dito da organização analisada nessa tese.

Em meio a uma série de conflitos, a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região se desmobilizou entre o fim de 2017 e o início de 2018. Não houve um momento de deliberação acerca desse término e, quando concluí o trabalho de campo, a maior parte das mulheres continuava expressando a intenção de reverter o afastamento e resolver os problemas que haviam levado a ele. Após esse momento, algumas das militantes e organizações seguiram realizando ações conjuntas, como, por exemplo, as intervenções na Penitenciária Feminina de Campinas, a participação conjunta de militantes de diversos grupos da FMNCR nas atividades nacionais do movimento de mulheres negras (como o Encontro Nacional de Mulheres Negras – 30 anos) e a constituição de um ato autônomo no 8 de Março em 2019 e que, posteriormente, logrou negociar com as organizações do movimento feminista os formatos e locais para retomar o ato unificado. Assim, as redes estabilizadas e consolidadas ao longo da atuação da organização permaneceram e progrediram. Desse modo, o sujeito coletivo e as alianças políticas pautadas em diferenças que a FMNCR propunha lograram avançar os propósitos das mulheres da região, mesmo quando a organização já não estava mais ativa. Nesse sentido, o perecimento da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região não deve ser entendido como a falência de seus objetivos, mas, ao contrário, é sinal de seu êxito.

Retomo na epígrafe a fala de Hilda, sua última colocação no evento com o qual iniciei a Introdução desse trabalho. Ao perguntar pelas aproximações possíveis do grupo, a militante “histórica” aponta para uma questão que permeou a atuação da FMNCR: como constituir solidariedade e identificação em um contexto em que, não raro, prevalecem as diferenças? Essa não é uma questão trivial. Como na discussão sobre interseccionalidade que se desenvolveu nesse episódio, a atuação da FMNCR foi permeada pela necessidade de construção de espaços de tradução e pactuação e, como o conceito discutido naquele evento, as formulações sobre a diferença ocupam um lugar aberto e disputado.

A partir daí, a interseccionalidade pode ser pensada como um emblema, a partir do qual as disputas no campo dos movimentos e feminismos de mulheres negras podem ser organizadas e suas transformações e composições ao longo de diferentes contextos sociais e políticos podem ser percebidas – ou, em outras palavras, uma referência a partir da qual as diferenças que permeiam esse campo se revelam e são dispostas como debates e disputas. Nessa medida, a ideia é apenas um dos pontos dos quais se pode partir para elaborar um mapa de um território de disputas, debates e práticas que é, efetivamente, muito mais complexo. Por outro lado, sua acolhida e as consequentes discussões que aporta ao campo dos feminismos negros brasileiros é também demonstrativa do deslocamento ou alteração de condições políticas, sociais e econômicas que acompanham a formação de novas gerações ativistas, deslocamentos estes que sublinham transformações não pouco relevantes na sociedade brasileira. Nesse contexto, a aproximação de teorias e conceitos estrangeiros para refletir e atuar sobre a realidade vivida não é apenas um penduricalho voltado a demonstrar a erudição de suas enunciatórias, mas, por outro caminho, essa busca por vocabulários políticos novos ou complementares é demonstrativa da complexificação das lutas políticas, que não mais acomodam-se às gramáticas estabelecidas nos períodos anteriores, e, como pontuei em alguns momentos da tese, da aproximação de grupos variados (inclusive em dimensão transnacional) e cujas disputas concretas possuem, também, zonas de contato e espaços de divergência.

Se a trajetória da FMNCR pode ser vista como uma série de exercícios de alinhamento e parceria entre as mulheres presentes, reconhecendo suas diferenças e repactuando (ou não) as coalizões através delas – ou como “um exercício constante de lidar com a diversidade” – , a urgência de pensar projetos semelhantes e sua viabilidade em tempos como os nossos, em que os canais de diálogo público têm se fechado e as posições políticas e sociais têm sido exacerbadas e tomadas como fundamento de separação e ataques, ainda que possa parecer óbvia, não pode passar sem ser dita.

Os crescentes retrocessos no domínio simbólico e ideológico e as reações conservadoras e violentas ao avanço dos direitos de mulheres, negros, LGBTs, quilombolas, indígenas, sem-terra, entre uma série de outros grupos tradicionalmente postos à parte da “distribuição do bolo”, o desmascaramento do racismo cordial brasileiro e outras reações às transformações no que Chaguri, Cavalcante e Netto chamaram de “inércia da reprodução social do homem médio”¹⁰¹³ e que caracterizam a sociedade brasileira, ininterruptamente, há quase

¹⁰¹³ Chaguri, Cavalcante, Nicolau Netto, 2019, s/p [online].

uma década, são bem sintetizados na proposição destes autores, segundo a qual, para muitos, “o mundo precisa voltar a ser politicamente indivisível (‘Brasil acima de tudo’), ‘sexualmente’ binário (‘meninos de azul, meninas de rosa’), intelectualmente raso (‘sem mimimi’ se torna argumento) ou desprovido de empatia e alteridade (crítica ao ‘vitimismo’)”.¹⁰¹⁴

Em contraposição à tendência de “reprivatização”¹⁰¹⁵ encontrada nesses discursos e à dimensão violentamente homogeneizadora de práticas políticas e sociais a que temos assistido, a experiência da FMNCR revela uma rejeição forte à homogeneização e à negação da multiplicidade e da pluralidade de experiências que precisam necessariamente ser acomodadas em qualquer projeto de diálogo democrático e que vem caracterizando as novas gerações e os movimentos sociais contemporâneos. Ao buscar representar uma pluralidade de posições distintas (mulheres encarceradas, mulheres de periferia, LGBTs negros e periféricos, trabalhadoras sexuais, jovens negras na universidade e na periferia, trabalhadoras informais, mulheres de terreiros, entre outros grupos) a partir de diálogos e encontros entre grupos organizados e, ainda, sintetizando-as por meio do acionamento de uma noção ampla de marginalidade – e que nega apenas a perspectiva que Haraway chamaria de “o truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum” – ¹⁰¹⁶, a FMNCR é parte de um contingente amplo de ativistas de diferentes grupos e segmentos que vêm oferecendo poderosas formulações de oposição às práticas excludentes e violentas que são atualmente reafirmadas como o lugar por excelência da construção da cidadania nacional – ainda que manifestações semelhantes sejam encontradas, atualmente, pelo mundo inteiro. Tais formulações, tão plurais como aquelas e aqueles que as enunciam, apontam para os procedimentos e pactos indicados pelos movimentos sociais contemporâneos para responder aos desafios de uma época que insiste em não cumprir suas promessas emancipatórias. Em vez de rebatê-las, dispensá-las ou taxa-las de antemão como “extremismo identitário”, “inclusividade excludente” e mesmo “fascismo identitário” – como têm feito alguns intelectuais brasileiros, cujas supostas defesas de liberdades e da “esquerda progressista” resvalam em caracterizações incrivelmente semelhantes aos discursos reacionários e antissociais que alegam combater – , seríamos sábios em ouvi-las.

¹⁰¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁰¹⁵ Fraser, 1989 [2013].

¹⁰¹⁶ Haraway, 1995, p.19.

Referências

ABDALLA, Julia de Souza. *Reconhecimento, redistribuição e equidade de gêneros: o trabalho doméstico na teoria social contemporânea*. Tese de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2015.

_____. *Participação paritária versus a experiência das mulheres negras norte-americanas: o caso da exploração sexual*. In.: CAMARGO, S; PEREIRA DA SILVA, Josué (Orgs.). *A teoria crítica na multiplicidade de suas vozes*. São Paulo: Annablume, 2017.

_____. *Conhecimento como práxis emancipatória: o caso da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região*. In.: Anais FG11WW13, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472297_ARQUIVO_Conhecimentocomopraticaemancipatoria.pdf . Acesso em setembro de 2018.

ABRAHÃO, Fernando Antônio. *A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940*. In.: Revista História Econômica e História de Empresas, vol.19, no.2, 2016, pp. 295-317.

ABREU, Martha. *Slave mothers and freed children: emancipation and female space in debates on the “free womb” law, Rio de Janeiro, 1871*. In.: Journal of Latin American Studies, vol.28, Issue 3, Outubro, 1996, pp.567-580.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento e Justificando, 2018.

ALARCÓN, Norma. *Traddutora, traditora: a paradigmatic figure of Chicana feminism*. In.: Cultural Critique, no. 13, 1989. pp. 57-87.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. *Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1504.pdf . Acesso em: março de 2020.

_____. (Orgs.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

ALEXANDER, M. Jacqui. *Pedagogies of crossing: meditations on feminism, sexual politics, memory, and the sacred*. Durham: Duke University Press, 2005.

ALEXANDER-FLOYD, Nikol. *Disappearing acts: reclaiming intersectionality in the social sciences in a post-black feminist era*. In.: Feminist Formations, vol.24, n.1, 2012. Pp.1-25.

_____; SIMIEN, Evelyn. *Revisiting “What’s in a Name?”. Exploring the Contours of Africana Womanist Thought*. In.: Frontiers, vol. 27, no. 1, 2006. Pp. 67-89.

ALONSO, Angela. *A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer*. In.: Novos Estudos CEBRAP, edição especial, São Paulo, junho de 2017.

_____; MISCHÉ, Ann. *Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests*. In.: Bulletin of Latin American Research, 2016.

ALVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brazil. Women’s movements in transition politics*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. *Latin American Feminisms “Go Global”*. In.: ALVAREZ, S; DAGNINO; E.; ESCOBAR, A (Eds.). *Cultures of politics, politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. Boulder: Westview Press, 1998.

_____. *Advocating feminism: the Latin American NGO ‘boom’*. In.: International Feminist Journal of Politics, 1:2, 1999, pp.181-209. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/146167499359880> . Acesso em: 26 de dezembro de 2019.

_____. *Para Além da Sociedade Civil: reflexões sobre o campo feminista*. In.: Cadernos Pagu (43), Janeiro/junho de 2014, pp.13-56.

_____; BAIRROS, Luiza. *Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros*. In.: Revista Estudos Feministas, 20(3), 384, setembro-dezembro 2012, pp.833-850.

ALVES, Francisca Elenir. *De Escrava a Cidadã: Educação, trabalho e emancipação das Trabalhadoras domésticas*. Tese de doutorado em educação. FE/UFBA, 2013.

AMNB [Articulação de Mulheres Negras Brasileiras]. *Marcha das Mulheres Negras*. E-book, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf> . Acesso em abril de 2020.

ANDERSON, Karen. *Changing woman: a history of racial ethnic women in modern America*. Nova York: Oxford University Press, 1996.

ANDRADE, Luiz Fernando C. *Movimento Negro e a Cultura Política no Brasil (1978-1988): o caso de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFSCar, 2016.

ANDREOTTI, Maria Beatriz. *Vestígios industriais em Campinas: deslocamento produtivo e patrimônio industrial*. Dissertação de Mestrado em História, IFCH-Unicamp, Campinas, 2015.

APPADURAI, Arjun. *Democracy fatigue*. In.: GEISELBERGER, Heinrich (Ed.). *The great regression*. Malden: Polity Press, 2017.

ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho. *A transformação da política na favela: desconstruindo a “ausência do Estado”*. In.: Revista Antropolítica, n. 38, Niterói, 2015, p.299-319.

AZERÊDO, Sandra. *Teorizando sobre gênero e relações raciais*. In.: Revista Estudos Feministas, ano 2, 1994, pp. 203-216.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX [1987]*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Para além das “relações raciais”: por uma história do racismo*. In.: *Anti-racismo e seus paradoxos. Reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 77-126.

AZEVEDO, Maria Stella. *Meu tempo é agora*. 2ª Ed.. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2010.

BAENINGER, Rosana; MAIA, Paulo; RODRIGUES, Izilda; SOARES, Carla. *Migração em São Paulo*. In.: Textos NEPO, 22, 1992. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_22.pdf . Acesso em: 2 de outubro de 2019.

_____. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do polo industrial paulista*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1992.

BALBINO, Jéssica. *Pelas margens: vozes femininas na literatura periférica*. Dissertação de Mestrado, IEL/Unicamp, 2016.

BAIROS, Luiza. *Nossos feminismos revisitados*. In.: Revista Estudos Feministas, n.2, 1995. Pp.458-462.

_____. *Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994)*. In.: Afro-Ásia, no.23, 2000. S/p. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990/13591>

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-Rio, 2005.

BEAL, Frances M. *Black Women's Manifesto; Double Jeopardy: To Be Black and Female*. Third World Women's Alliance, 1969. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/45a/196.html>. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa. *Rajadas y alzadas: de Malinches a comandantes. Escenarios de construcción del sujeto femenino indígena*. In.: LAMAS, Marta (coord.), *Miradas Feministas sobre las mexicanas del siglo XX*. Cidade do México, 2007. pp.191-236.

BENHABIB, Seyla. *Diferença sexual e identidades coletivas: a nova constelação global* (Tradução de Ana Claudia Lopes). In.: Cadernos de Filosofia Alemã, v.22, n.4, 2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese de Doutorado, UnB, 2007.

_____. *Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil*. In.: Estudos Históricos, vol. 26, no.52, 2013. pp. 471-489.

_____. *Saberes subalternos e descolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2015a.

_____. *Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil*. In.: Revista Sociedade e Estado, vol.30, no.1, Janeiro/Abril, 2015b, pp.147-63.

BILGE, Sirma. *Intersectionality Undone. Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies*. In.: DuBois Review, 10:2, 2013, pp. 405-424.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades*. In.: Mediações, v.20, no.2, 2015. Pp.27-55.

BLAY, Eva Alterman. *Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro*. In.: In.: BLAY, E; AVELAR, L. (Orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp, 2017.

BONETTI, Alinne L. *Entre feministas e 'mulheristas': Uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

_____. *A ONG e a antropóloga: da experiência etnográfica à experiência profissional*. In.: Revista Humanas, 27, 2005, p.159-178.

BORGES DA SILVA, Eliane. *Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista*. In.: Anais do Congresso *O desafio da diferença*, UFBA, 2000. Disponível em: http://www.desafio.ufba.br/gt6-003.html#_ftn1 . Acesso em: Maio de 2020.

BOURDIEU, Pierre. *What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups* (Tradução de Loic Wacquant). In.: *Berkeley Journal of Sociology*, s/d. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2290040/mod_resource/content/1/Bourdieu%20-%20What%20makes%20a%20social%20class.pdf . Acesso em: Maio de 2020.

BOYCE-DAVIES, Carole. *Left of Karl Marx. The political life of black communist Claudia Jones*. Durham: Duke University Press, 2008.

BRAH, Avtar. *Cartographies of diaspora. Contesting identities*. Londres: Routledge, 1996.

_____. *Diferença, diversidade, diferenciação*. In.: *Cadernos Pagu*, 26, 2006. Pp.329-376.

_____. *The Scent of memory: strangers, our own and others*. In.: *Feminist Review*, no. 100, 2012, pp.6-26.

BRASIL. Decreto de 20 de Novembro de 1995 (Criação do GTI Valorização da População Negra). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/DNN/Anterior_a_2000/1995/Dnn3531.htm .

_____. Presidência da República. *Construindo a democracia racial. Atos e palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso*. 1995 a 1998. Brasília: 1998. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial> . Acesso em maio de 2020.

_____. Presidência da República (SPM-PR). *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: 2008.

_____. Projeto de Lei 4.211, de 2012. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. Acesso em abril de 2020.

_____. Emenda Constitucional 72, de 2 de abril de 2013 [PEC das Domésticas]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm . Acesso em março de 2020.

_____. Lei Complementar 150, de 1 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm . Acesso em março de 2020.

_____. Decreto n.10.087, de 5 de novembro de 2019 (Revoga uma série de decretos, inclusive o que dispõe da criação do GTI de Valorização da População Negra). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D10087.htm#art1

BRITES, Jurema. *Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores*. In.: *Cadernos Pagu*, vol.29, julho-dezembro, 2007. pp.91-109.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo. A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

BULGARELLI, Lucas. *Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010*. In.: SOLANO GALLEGOS, Ester (Org.). *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018a.

_____. [ALERTA TEXTÃO] – *Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação online e offline (2015-2016)*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2018b.

CAETANO, Daniela; BARBARINI, Eliane; QUEIROZ, Wilson. *As africanidades no contexto educacional da rede municipal de Campinas*. In.: *Anais do II Seminário Internacional sobre Infâncias e Pós-colonialismos: pesquisas em busca de pedagogias descolonizadoras*, 2015. Pp.191-

200. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=63890> . Acesso em maio de 2020.

CALDWELL, Kia. *Fronteiras da diferença: raça e gênero no Brasil*. In.: *Revistas Estudos Feministas*, ano 8, vol. 2, 2000, pp.91-108.

_____. *Negras in Brazil. Re-envisioning Black Women, Citizenship, and the politics of identity*. Rutgers University Press, 2007.

CAMARANO, Ana Amélia; ABROMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. In.: *Revista Brasileira de Estudos da População*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf . Acesso em 2 de outubro de 2019.

CAMP, Stephanie. *Closer to freedom: enslaved women and everyday resistance in the plantation South*. The University of North Carolina Press, 2004.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. *Código de Posturas de Campinas de 1880* (primeira parte). Disponível em: <http://arqcamp.campinas.sp.gov.br/index.php/p3?symfony=7usmvrct24s12rds1kv617cuq1>

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. *Código de Posturas de Campinas de 1880* (continuação). Disponível em: <http://arqcamp.campinas.sp.gov.br/index.php/p1?symfony=7usmvrct24s12rds1kv617cuq1>

CAMPOS, Vera F. A. *Mae Stella: perfil de uma liderança religiosa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CARASTATHIS, Anna. *Identity categories as potential coalitions*. In.: *Signs*, Vol. 38, No. 4, 2013. pp. 941-965.

_____. *Intersectionality. Origins, Contestations, Horizons*. University of Nebraska Press, 2016.

CARDOSO, Ruth C. L. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. In.: Sorj, Bernardo; Tavares de Almeida, Maria Hermínia (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Movimentos sociais na América Latina*. In SORJ, Bila; ALMEIDA, Maria Hermínia T. (Orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-61* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Pp. 313-350. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=19017> . Acesso em: 10 de outubro de 2019.

CARDOSO, Claudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2012.

_____. *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*. In.: *Revista Estudos Feministas*, vol. 22, no.3, 2014, pp. 965-986.

_____. *História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões*. In.: *Anais do Fazendo Gênero* 8, 2008.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (Orgs.). *Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia. A longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume, 2006.

CARMO, Íris Nery. *O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo*. Tese de doutorado, IFCH/Unicamp, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Identidade Feminina*. In.: Cadernos Geledés, IV. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 1993a.

_____. *A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas*. In.: Cadernos Geledés, IV. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 1993b.

_____. *Gênero, raça e ascensão social*. In.: Revista Estudos Feministas, ano 3, no.2, 1995. pp.544-552.

_____. *Enegrecer o feminismo. A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Divulgado online, [199-]. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecer-o-feminismo.pdf> e também em <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em janeiro de 2020.

_____. *A batalha de Durban*. In.: Revista Estudos Feministas, vol.10, n.1 (Dossiê Durban), 2002. Pp.209-214.

_____. *Mulheres em movimento*. In.: Estudos Avançados, vol.17, n.49, 2003. Pp.117-132.

_____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

_____. *Mulheres Negras e Poder: um ensaio sobre a ausência (s/d)*. In.: Carneiro, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólem livros, 2019.

_____; CURY, Cristiane. *O poder feminino no culto aos orixás*. In.: LARKIN DO NASCIMENTO, Elisa (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____; _____. *O candomblé*. In.: LARKIN DO NASCIMENTO, Elisa (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

CAROLINA, Áurea. *Marielle, símbolo da transição democrática brasileira*. Jornal Nexo, 01 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/tribuna/2019/Marielle-s%C3%ADmbolo-da-transi%C3%A7%C3%A3o-democr%C3%A1tica-brasileira>. Acesso em: Junho de 2020.

CASIMIRO, Flávio H. C. *As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo*. In.: SOLANO GALLEGOS, Ester (Org.). *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CESTARI, Mariana; FONTANA, Mônica. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. In.: Revista Rua [online], Campinas, 2014, pp.167-185.

CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria). *Fêmea* (jornal). Ano 3, no.29, Brasília, junho de 1995.

CHAGURI, Mariana; CAVALCANTE, Sávio; NETTO, Michel Nicolau. *O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família*. Anais do 43º Encontro da ANPOCS 2019.

_____; _____. *O Conservadorismo Liberal do Homem Médio*. Época, 10 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/artigo-conservadorismo-liberal-do-homem-medio-23358236>. Acesso em Junho de 2020.

CHUN, Jennifer; LIPSITZ, George; SHIN, Young. *Intersectionality as a social movement strategy: Asian Immigrant Women Advocates*. In.: Signs, vol. 38, no.4, 2013, pp.917-940.

COLLINS, Patricia Hill. *Learning from the outsider-within: the sociological significance of Black feminist thought*. In.: Social problems, vol. 33, no.6, 1986, pp. 14-32.

_____. *It's all the family: Intersections of Gender, Race, and Nation*. In.: Hypatia, Vol. 13, No. 3, Part 2, 1998a, pp. 62-82.

_____. *Intersections of Race, Class, Gender, and Nation: Some Implications for Black Family Studies*. In.: Journal of Comparative Family Studies, Vol. 29, No. 1, 1998b, pp. 27-36.

_____. *Fighting words: Black women and the search for justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998c.

_____. *Black feminist thought. Knowledge, consciousness and the politics of empowerment* [1990]. 2a edição. Nova York: Routledge, 2000.

_____. *Black sexual politics: African-Americans, gender, and the new racism*. Nova York: Routledge, 2004.

_____. *From Black power to hip hop. Racism, nationalism, and feminism*. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

_____. *Piecing together a genealogical puzzle: intersectionality and American pragmatism*. In.: European Journal of Pragmatism and American Philosophy, III, 2, 2011, pp.88-112.

_____. *Looking back, moving ahead: Scholarship in service to social justice*. In.: Gender & Society, vol. 26, no.1, 2012, pp.14-22.

_____. *Still brave? Black feminism as a social justice project*. In.: On Intellectual Activism. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

_____. *The difference that power makes: intersectionality and participatory democracy*. In.: Investigaciones feministas, 8(1), 2017.

_____. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

_____; BILGE, Sirma. *Intersectionality: Key Concepts* (e-book) Polity Press: 2016.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. *A black feminist statement* [1977]. In.: JAMES, J.; SHARPLEY-WHITING, T.D. *The Black Feminist Reader*. Malden: Blackwell Publishers, 2000. Disponível em: <https://combaheerivercollective.weebly.com/the-combahee-river-collective-statement.html>.

COROSSACZ, Valéria Ribeiro. *Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relações de domínio*. In.: Revista Estudos Feministas, 22(2), maio-agosto, 2014. pp.521-542.

CORREA, Mariza. *Sobre a invenção da mulata*. In.: Cadernos Pagu, 6-7, 1996, pp. 35-50.

COSTA, Claudia Lima; Ávila, Eliane. *Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”*. In.: Revista Estudos Feministas, 13(3), 2005, pp.691-703.

COSTA, Haroldo. *Mae Beata de Yemonjá. Guia, cidadã, guerreira*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CRENSHAW, Kimberle. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. In.: University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, no. 1, 1989, pp. 139-67. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>

_____. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* [1989]. In.: JAMES, J.; SHARPLEY-WHITING, T.D. *The Black Feminist Reader*. Malden: Blackwell Publishers, 2000.

_____. *Mapping the margins. Intersectionality, identity politics and violence against women of color*. In.: Stanford Law Review, vol. 43, 1991, pp. 1240-1299. Disponível em: http://socialdifference.columbia.edu/files/socialdiff/projects/Article_Mapping_the_Margins_by_Kimblere_Crenshaw.pdf. Acesso em: 13 de Junho de 2017.

_____. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. In.: Revista Estudos Feministas, vol.10, no.1, 2002, pp.171-88.

_____. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. In.: VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2016.

COOPER, Anna Julia; LEMERT, Charles; BHAN, Esme (Eds.). *The Voice of Anna Julia Cooper*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica e En La Frontera, 2013.

D'ANDREA, Tirajú Pablo de. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Anatomia do novo neoliberalismo*. Revista Instituto Humanitas Unisinos [online], 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em Setembro de 2020.

DAVIS, Adrienne. *“Don’t let anyone bother yo’ principle”. The sexual economy of American slavery*. In.: HARLEY, Sharon; THE BLACK WOMEN AND WORK COLLECTIVE (Eds.). *Sister circle: black women and work*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2002.

_____. *Slavery and the roots of sexual harassment*. In.: MacKinnon, Catharine, Siegel, Reva (eds.), *Directions in sexual harassment law*. Yale University Press, 2003, pp. 457-478. Disponível em: <https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=471009102086025123064100005068090123061037004077091082097072001101007118124115111091001009026029106125054080114097121115092074024034037055050079118031089014073120086009052113094025077116020095022010101097092078068076116090005113086086022101091084096&EXT=pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

DAVIS, Angela. *Reflections on the black woman's role in the community of slaves*. In.: *The Black Scholar*, vol. 3. No.4, 1971. Pp.2-15.

_____. *Rape, racism and the capitalist setting*. In.: *The Black Scholar*, vol.12, no.6, 1981. Pp. 39-45.

_____. *Mulheres, raça e classe* [1981]. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Kathy. *Intersectionality as buzzword? A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful*. In.: *Feminist Theory*, vol.9, n.1, 2008. Pp.67-85.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Anpocs, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. In.: *Tempo*, vol.12, no.23, 2007a, p.100-122.

_____. *Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil*. In.: *Cadernos Pagu*, 28, janeiro-junho, 2007b, p.345-374.

_____. *Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos*. In.: *Dimensões*, Vol. 21, 2008a, p.101-124.

_____. *Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação*. In.: *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, set./dez 2008b, p.517-532.

_____. *Como se fosse bumerangue. Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico*. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.28, n.81, 2013. Pp.155-170.

DURHAM, Eunice. *Movimentos sociais. A construção da cidadania*. In.: *Novos Estudos CEBRAP*, n.10, 1984. Pp.24-30.

EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de minha mãe e um dos lugares de nascimento de minha escrita* [2005]. In.: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Pp.16-21. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html> . Acesso em: 05 de setembro de 2019.

_____; DOMINGOS DE LIMA, Juliana. *Conceição Evaristo: minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra* (Entrevista com Conceição Evaristo). 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99> . Acesso em: 05 de setembro de 2019.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

_____; SÍVORI, Horácio. *Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia*. In.: *Cadernos Pagu*, n.50, 2017.

_____; CARMO, Íris; LIMA, Stephanie. *Sujeitos, teias e enquadramentos: processos de mudança nos movimentos feminista, negro e LGBTI brasileiros*. No prelo (Em fase de publicação).

FALCÃO, Thiago H. O. *Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2017.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSFUGUEL, Ramón. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. In.: *Sociedade e Cultura*, v.12, n.2, 2009. Pp.223-234.

_____. *Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira*. In.: *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol.9, n.2, 2018, pp.1080-1099.

FRASER, Nancy. *Sex, lies and the public sphere. Some reflections on the confirmation of Clarence Thomas*. In.: *Critical Inquiry*, vol. 18, no. 3, 1992. Pp. 595-612.

_____. *Rethinking the public sphere. A contribution to the critique of actually existing democracy* [1990]. In.: FRASER, N. *Justice Interruptus: critical reflections on the post-socialist condition*. Nova Iorque, Routledge, 1997.

_____. *Struggle over needs: outline of a socialist-feminist critical theory of late-capitalist political culture* [1989]. In.: FRASER, N. *Fortunes of Feminism: From State-managed capitalism to neoliberal crisis*. New York: Verso, 2013.

_____. *After the family wage* [1994]. In.: FRASER, N. *Justice Interruptus: critical reflection on the "postsocialist" condition*. Londres: Routledge, 1997, pp. 41-69.

_____. *Reframing justice in a globalizing world* [2004]. In.: FRASER, N. *Fortunes of feminism: From State-managed capitalism to neoliberal crisis*. New York: Verso, 2013.

_____. *Feminismo, capitalismo e a astúcia da história*. In.: *Mediações*, vol.14, no.2, 2009. Pp. 11-33. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505/3782> . Acesso em: 14 de outubro de 2019.

_____. *Progressive neoliberalism versus reactionary populism: a Hobson's choice*. In.: GEISELBERGER, Heinrich (Ed.). *The great regression*. Malden: Polity Press, 2017.

_____; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition: a political-philosophical exchange*. Nova York: Verso, 2003.

_____. Olson, Kevin (Ed.). *Adding insult to injury. Nancy Fraser debates her critics*. Verso, 2008.

_____, GORDON, Linda. *A Genealogy of dependency: Tracing a keyword of the U.S. welfare state* [1994]. In.: FRASER, N. *Fortunes of Feminism: From State-managed capitalism to neoliberal crisis*. New York: Verso, 2013.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 2006. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/4393>. Acesso em: 3 de outubro de 2019.

FREITAS, Viviane Gonçalves de. *De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. 2017. Tese de Doutorado, ICP/UnB, 2017.

FREITAS, Jefferson; PORTELA, Poema; FERES JÚNIOR, João; BESSA, Águida; NASCIMENTO, Vivian. *Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2018)*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema, IESP-UERJ), 2020. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/levantamentos/politicas-de-acao-afirmativa-nas-universidades-federais-e-estaduais-2013-2018/>. Acesso em: Junho de 2020.

FRÚGOLI JR, Heitor. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. In.: Revista de Antropologia, São Paulo, Usp, v.48, no.1. P.133-165.

_____.; CAVALCANTI, Mariana. In.: *Territorialidade da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro*. In.: Anuário Antropológico/2012, Brasília, UnB, 2013, v. 38 n.2: 73-97.

GARCIA, Ana Leticia Guimarães. *Espaços urbanos derivados da implantação de conjuntos habitacionais e áreas de ocupação ilegal: o caso da região do distrito industrial de Campinas*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. FEC/Unicamp, 2011.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Mulheres da cidade d'Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador*.

_____. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum, e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Salvador: EDUFBA, 2006.

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos em nuestra America*. Buenos Aires: America Libre, 2013.

GELEDÉS (Instituto da Mulher Negra). *Mulher Negra*. Caderno IV, Edição Comemorativa de 23 anos. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulheres Negra, 1993.

_____. *Manual para promotoras legais populares (PLPs)*. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2013.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação*. In.: Revista Estudos Feministas, vol.14, no.1, 2006, pp. 85-101.

GIESBRECHT, Erica. *O Passado negro: a incorporação da memória negra da cidade de Campinas através de performances de legados musicais*. Tese de Doutorado, IA/Unicamp, 2011a.

_____. *A memória em negro*. Campinas: Pontes Editores, 2011b.

GILLIAM, Angela; GILLIAM, Onik'a. *Negociando a subjetividade de mulata no Brasil*. In.: Revista Estudos Feministas, no.2, 1995, pp.525-43.

GOMES, Carla de Castro; SORJ, Bila. *Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil*. In.: Revista Sociedade e Estado, vol. 29, no.2, 2014. Pp.433-447.

_____. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IFCS/UFRJ, 2018.

GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima; OLIVEIRA, Elismênia. *Das idades transitórias: as "jovens" no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas*. In.: Revista Feminismos, v. 1, n. 3, 2013.

GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira. Uma abordagem político-econômica* [1979a]. In.: MADEL, Luz. *Lugar de Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher* [1979b]. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Disponível em: <https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura-etnicidade-e-trabalho.pdf>. Acesso em maio de 2020.

_____. *Mulher negra* [1981]. In.: GONZALEZ, L. *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018. Pp.103-108.

_____. *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* [1982]. In.: GONZALEZ, L. *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

_____. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20%20GONZALEZ%2C%20L%2C%A9lia%20%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20%20GONZALEZ%2C%20L%2C%A9lia%20%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2019.

_____. *Entrevista: mito feminino na revolução malê* [1985]. In.: GONZALEZ, L. *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

_____. *Por un feminismo afrolatinoamericano* [1988a]. In.: Isis International, vol. IX (Mujeres, Crisis y Movimiento. America Latina y El Caribe), 1988.

_____. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

_____. *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social* [1988c]. In.: GONZALEZ, L. *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

_____. *As Amefricanas do Brasil e a sua militância* [1988d]. In.: GONZALEZ, L. *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

_____. *Mulher Negra*. In.: LARKIN DO NASCIMENTO, Elisa (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

_____.; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil*. In.: Afro-Ásia, 27, 2002, p.121-160.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. *Solano Trindade: Raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro-brasileiro (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2005.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. *A renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa*. In.: Utopía y Praxis Latinoamericana, vol. 16, núm. 53, 201. pp. 71-83. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/279/27919220007.pdf>

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. In.: Novos Estudos CEBRAP, n.43, 1995. Pp.26-44.

GUIMARÃES, LATOYA. *Negras jovens feministas: nossos passos vem de longe*. In.: *Diálogo jovem: uma agência de notícia jovem e feminista – blog da articulação brasileiras de jovens feministas*. 5 de outubro de 2008. Disponível em: <https://dialogoj.wordpress.com/2008/10/05/negras-jovens-feministas/> . Acesso em março de 2020.

GUIMARÃES, Pilar Carvalho. *De trabalhadoras a militantes: a luta das mulheres do sindicato de trabalhadoras domésticas de Campinas-SP*. Dissertação de Mestrado, FE-Unicamp, 2016.

HALL, Catherine. *White, male and middle class*. Cambridge: Polity Press, 1995.

HALL, Stuart. *Race, the floating signifier*. 1997. Disponível em: <http://www.mediaed.org/transcripts/Stuart-Hall-Race-the-Floating-Signifier-Transcript.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

_____. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. *Avtar Brah's cartographies: moment, method, meaning*. In.: *Feminist Review*, no.100 (*Recalling the scent of memory*), 2012, pp.27-38.

HARAWAY, D. *A cyborg manifesto: Science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth-century*. In.: HARAWAY, D. *Simians, cyborgs, and women. The reinvention of nature*. Nova York: Routledge, 1991.

_____. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. In.: *Cadernos Pagu*, vol. 5, 1995. pp. 07-41

_____. *"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. In.: *Cadernos Pagu*, vol.22, 2004. Pp.201-246.

HANCHARD, Michael. *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HANCOCK, Ange-Marie. *Intersectionality. An intellectual history*. Nova York: Oxford University Press, 2016.

HARDING, Rachel. *A refuge in thunder. Candomblé and alternative spaces of Blackness*. Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

_____. *É a senzala! Slavery, women, and embodied knowledge in Afro-Brazilian Candomblé*. In: GRIFFITH, R. Marie; SAVAGE, Barbara D. (Eds.). *Women and religion in the African diaspora knowledge, power, and performance*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

HELENE Ramos, Diana. *A invenção do Jardim Itatinga: o zoneamento urbano da Prostituição*. Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, julho de 2012, São Paulo.

_____. *Preta, pobre e puta. A segregação urbana da prostituição em Campinas - Jardim Itatinga*. Tese de Doutorado - UFJR. Rio de Janeiro, 2015.

_____. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero. A segregação urbana da prostituição em Campinas*. São Paulo: Annablume, 2019.

HENRY, Paget. *Caliban's reason. Introducing Afro-Caribbean Philosophy*. Nova York: Routledge, 2000.

HIRATA, Helena. *Trabalho doméstico: servidão voluntária* (tradução: Ana Montoia). In.: Coleção cadernos da coordenadoria especial da mulher – PMSP, no.8 (Dezembro, 2004)

_____. *Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. In.: *Tempo Social*, vol. 26, no.1, 2014, pp. 61-73.

HODGANEU-SOTELLO, Pierette; AVILA, Ernestine. *I'm here, but I'm there: the meanings of Latina transnational motherhood*. In.: *Gender & Society*, vol.11, no.5, 1997. Pp.548-571.

HOOKE, Juliet. *Theorizing race in the Americas. Douglass, Sarmiento, DuBois, and Vasconcelos*. Nova York: Oxford University Press, 2017.

HOOKE, bell. *Feminist theory. From margin to center*. Nova York: South End Press, 1984.

_____. *Yearning. Race, gender, and cultural politics* [1990]. Nova Iorque: Routledge, 2015.

_____. *Teaching to transgress: education as the practice of freedom*. Nova Iorque: Routledge, 1994.

_____. *Intelectuais negras*. In.: Revista Estudos Feministas, vol.3, n.2, 1995. Pp. 464-478.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama> . Acesso em: Outubro de 2020.

IHRA (International Harm Reduction Association). *O que é redução de danos?* (Briefing). Londres, 2010. Disponível em: https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf . Acesso em: 19 de outubro de 2019.

INADA, Angélica K. *quando a Unicamp falou sobre cotas: trajetória de militância do núcleo de consciência negra e frente pró-cotas da Unicamp*. Dissertação FE/Unicamp, 2018.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Avançada). *Igualdade Racial*. In.: *Políticas sociais – acompanhamento e análise*. Brasília, 2003. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4672/1/bps_n.7_IGUALDADE_RACIAL7.pdf

_____. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília, 2011.

JACCOUD, Luciana de B.; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf> .

JAQUETTE, Jean S. *Introduction*. In.: JAQUETTE, J. (Ed.). *Feminist Agendas and Democracy in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2009.

JAIN, Devaki. *Women, development, and the UN. A sixty-year quest for equality and justice*. Bloomington: Indiana University Press, 2005.

JONES, Claudia. *An end to the neglect of the problems of the Negro woman*. 1949. Disponível em: <https://palmm.digital.flvc.org/islandora/object/ucf%3A4865>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho* (verbetes) In.: HIRATA, H; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H; SENOTIER (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. In.: Novos Estudos CEBRAP, no.86, 2010.

KERNER, Ina. *Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo*. In.: Novos Estudos, 93, Jul. 2012 (Dossiê teoria crítica), pp. 45-58.

KING, Deborah K. *Multiple Jeopardy, Multiple Consciousness: The Context of a Black Feminist Ideology*. In.: Signs, Vol. 14, No. 1, 1988. pp. 42-72

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

KRASTEV, Ivan. *Majoritarian futures*. In.: GEISELBERGER, Heinrich (Ed.). *The great regression*. Malden: Polity Press, 2017.

LARA, Sílvia Hunold; PACHECO, Gustavo (Orgs.). *Memória do jongo, as gravações históricas de Stanley Stein: Vassouras, 1949*. Campinas: Cecult, 2007.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In.: LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO (Orgs.). *Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2019. pp.21-86.

LAWRENCE, Keith; KELEHER, Terry. *Structural Racism*. (Transcrição da fala na *Race and Public Policy Conference*) 2004. Disponível em: <https://www.intergroupresources.com/rc/Definitions%20of%20Racism.pdf> . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Lais; LEITE, Letícia. *A nova lei do Trabalho Doméstico (Comentários à Lei Complementar n. 150/2015)*. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEMES, Letícia Grazielle de Freitas. *Criminosos, Fugitivos e Litigantes pela Liberdade: os Escravos Traficados para Campinas, 1860-1888*. In.: Resgate, vol. 23, no.29, Jan/Jun 2015, pp.95-106.

_____. *Vivendo um “espetáculo de misérias”: a experiência dos escravos traficados para Campinas, 1860-1888*. Dissertação de Mestrado em História. IFCH/Unicamp, 2016.

LEMONS, Rosália de Oliveira. *Feminismo negro em construção. A organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, UFRJ. 1997.

_____. *Mulheres negras marcham em 2015 pelo bem viver*. In.: SER Social, vol.17, no.36, 2015, pp.207-224.

_____. *Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. Tese de doutorado. Escola de Serviço Social, UFF, 2016a.

_____. *Os feminismos negros: reações a sistemas de opressões*. In.: Revista Espaço Acadêmico, no.185, pp.12-25, 2016b.

LEVINE, Lawrence. *Black culture and black consciousness. Afro-American folk thought from slavery to freedom [1977]*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

LIMA, Ivan de Oliveira. *Conjuntos habitacionais e segregação socioespacial: o Distrito Industrial de Campinas (DIC)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. IG/Unicamp, 2013.

LIMA, Márcia. *Desigualdades raciais e políticas públicas. Ações afirmativas no governo Lula*. In.: Revista Novos Estudos, vol.87, julho de 2010, pp.77-95.

_____. *A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais*. In.: Revista de Antropologia, v. 61 n. 1, 2018 (online). pp.95-102.

LIMA, Stephanie. *“Nós negros e LGBT estamos aqui!”: raça, gênero e sexualidade na ação política em universidades brasileiras*. In.: Conexão Política, v. 8, n. 1, jan/jun, 2019, pp.71-89.

LOPES, Doraci Lopes. *O movimento da Assembleia do Povo e a crítica da “marginalidade”*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1988.

_____. *Marginais da história? O movimento dos favelados na Assembleia do Povo (1979/1986)*. Campinas: Editora Alínea, 1997.

LORDE, Audre. *The transformation of silence into language and action* [1977]. In.: *Sister outsider*. Berkeley: Crossing Press, 2007.

_____. *The master's tools will never dismantle the master's house* [1979]. In.: *Sister Outsider*. Berkeley: Crossing Press, 2007.

_____. *Age, race, class and sex: women redefining difference* [1980]. In.: *Sister outsider*. Berkeley: Crossing Press, 2007.

LUGONES, María. *The Coloniality of Gender*. In.: *Words and Knowledges Otherwise*, Spring 2008, pp. 1-17.

_____. *Rumo a um feminismo descolonial*. In.: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, pp. 935-952.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais. Negros em Campinas: alguns aspectos (1888-1926)*. Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1985.

_____. *Discriminações raciais – Negros em Campinas (1888-1826)*. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1997.

MAGALHÃES PINTO, Ana Flávia; FREITAS, Felipe S. *Luíza Bairros, uma “bem lembrada” entre nós (1953-2016)*. In.: *Afro-Ásia*, 55, 2017. Pp.215-276.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: pedaços e trajetos*. In.: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.35, 1992. P.191-203.

_____. *Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos*. In.: *Anuário Antropológico/2012*. Brasília, UnB, v.38, no.2, 2013, p.53-72.

MARCA DAS MULHERES NEGRAS. *Carta das Mulheres Negras 2015*. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>
Acesso em 20 de junho de 2017.

MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. *American Apartheid. Segregation and the Making of the Underclass*. Boston: Harvard University Press, 1998.

MARCA ZUMBI. *Jornal da Marcha*, outubro de 1995, p.4. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PJOMASP10199500X.pdf>

MARICATO, Ermínia (Ed.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

MARQUES, Brenda. *A atuação do movimento Ni Uma Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016)*. In.: *Fronteira*, Belo Horizonte, vol.18, n.35, 2019.

MATTOS, Bianca; SANTOS, Heloísa H. O.; MATTOS, Suzana. *Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país*. In.: JOHAS, Bárbara; AMARAL, Marcela; MARINHO, Rossana (Orgs.). *Violências e Resistências: estudos de gênero, raça e sexualidade*. Teresina: EDUFPI, 2020.

MAY, Vivian. *Pursuing intersectionality, unsettling dominant imaginaries*. Nova York: Routledge, 2015.

MAZZARIOL, Regina Maria. *“Mal necessário”. Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas*. Dissertação de Mestrado. IFCH - Unicamp, 1976.

MCCALL, Leslie. *The complexity of intersectionality*. In.: *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol.30, n.3, 2005. Pp.1771-1800.

MEDA, Dominique. *Le temps des femmes*. Paris: Flammarion-France, 2002.

MEDEIROS, Jonas M. S. *Movimentos de mulheres periféricas na zona leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos*. Tese de doutorado em educação. FE/Unicamp, 2017.

_____. *Mudanças estruturais em contrapúblicos da Zona Leste de São Paulo: do “feminismo popular” ao “feminismo periférico”*. In.: Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018.

MEDEIROS, Rogério de Souza. *Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos*. In.: PIRES, Roberto Rocha. *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

MELO, Renata da Silva. *A notícia por quem vive: reflexões sobre lugar de fala a partir de um caso na Cidade de Deus*. In.: Anais do 43º Encontro da ANPOCS, SPG28 (Sobre Periferias Urbanas), 2019.

MELLO, Maurício de. *O encontro da cultura popular e os meios de comunicação na obra de Solano Trindade: os anos de Embu das Artes (1961-1970)*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, ECA/USP, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-07102009155102/publico/solano.pdf>. Acesso em 9 de outubro de 2019.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. *Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012)*. In.: Opinião Pública, Campinas, vol. 22, nº 2, agosto, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016222350>

MIGUEL, Luís Felipe. *A reemergência da direita brasileira*. In.: SOLANO GALLEGOS, Ester (Org.). *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MOHANRAM, Rhadika. *Black body. Women, colonialism, and space*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MOHANTY, Chandra Tapalde. *Feminism without borders. Decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham: Duke University Press, 2003.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta?* São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MORAES, Alana; TIBLE, Jean. *Quando novos personagens entram em cena?*. In: MORAES, Alana; TARIN, Bruno; TIBLE, Jean. (Orgs.). *Cartografias da Emergência: novas lutas no Brasil*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. Dissertação de Mestrado. IFCH/Unicamp, 2007.

MOURA, Carlos A.; GREGORI, José. *Consciência negra e democracia*. In.: Parcerias Estratégicas, n.3, 1997. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/21/21

MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. In.: Cadernos Pagu, 42, 2014. Pp. 201-248.

MOYA, Paula M.; HAMES-GARCÍA, Michael (Eds.). *Reclaiming identity: realist theory and the predicament of postmodernism*. Berkeley: University of California Press, 2000.

MUNANGA, Kabengele. *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil*. Entrevista com Kabengele Munanga. In.: *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004, pp. 51-56.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2011.

NASH, Jennifer C. *Re-thinking intersectionality*. In.: *Feminist Review*, No. 89, 2008, pp. 1-15

_____. *Intersectionality and its discontents* (Resenha). In.: *American Quarterly*, Volume 69, Number 1, March 2017, pp. 117-129, 2017.

_____. *Black feminism reimaged after intersectionality*. Durham: Duke University Press, 2019.

_____; FALCÓN, Sylvanna M. *Shifting analytics and linking theories: A conversation about the “meaning-making” of intersectionality and transnational feminism*. In.: *Women's Studies International Forum* 50, 2015, pp. 1–10.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Memória a desvendar os cenários de prostituição em Campinas (1940-1970)*. In.: *Anais do X Encontro Regional Sueste de História Oral*, Campinas, 2013.

NICHOLSON, Linda. *Feminism and Marx. Integrating kinship with the economic*. In.: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Eds.). *Feminism as Critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994, pp.16-30.

NIJENSOHN, Malena. *Por un feminismo radical y plural: Repensando las coordenadas teóricas y políticas de un nuevo feminismo desde una lectura cruzada de Judith Butler, Ernesto Laclau y Chantal Mouffe*. In.: *Cadernos Pagu*, no.54, 2018.

O'CONNOR, Alice. *Race and Class in Chicago-School Sociology: the underclass concept in historical perspective*. In.: Trotter, Joe W.; Lewis, Earl; Hunter, Tera W. (Eds.) *The African-American urban experience: perspectives from the colonial period to the present*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.

OLIVEIRA, Danielle Regina. *Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2019.

OLIVEIRA, Roberto V.; RAMALHO, José R.; ROSENFELD, Cinara. *A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais*. In.: *BIB*, no.90, 2019, pp.1-28.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Beijing declaration and platform for action*. Pequim: 1995. Disponível em: https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Beijing_Declaration_and_Platform_for_Action.pdf

_____. *World conference against racism, racial discrimination, xenophobia, and related intolerance. Declaration and programme of action*. Nova Iorque: ONU, 2002.

_____. (Organização Internacional do Trabalho – OIT). *Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos* (Convenção 189). 2012. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/convecao_189.pdf. Acesso em março de 2020.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. *Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015*. In.: Revista Perseu, no.11, ano 7, São Paulo, 2016.

OYEWUMI, Oyeronke. *The invention of women. Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PACHECO, Ana Claudia L. "*Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar*". *Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. Tese de Doutorado. IFCH/ Unicamp, 2008.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitário*. La Paz: Creative Commons, 2010.

PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PARMAR, Pratibha. *Other kinds of dreams*. In.: Feminist Review, no.31, 1989. Pp.55-65.

PEREIRA, Carlos Alberto M; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. *Patrulhas ideológicas: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980. Pp.202-212 [Entrevista com Lélia Gonzalez].

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. *Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras*. Dissertação de mestrado, ICS/UnB, 2013.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social*. Tese de doutorado, IESP/Uerj, 2016.

PEREIRA, Bergman de Paula. *De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição*. In.: Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH: 50 anos. São Paulo, 12 a 22 de julho de 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf . Acesso em: 13 de setembro de 2017.

PEREIRA, Amilcar. "*O mundo negro*": *a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2010.

PERRY, Keisha-Khan. *Black women against the land grab: the fight for racial justice in Brazil*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

_____. *Geographies of Power. Black women mobilizing intersectionality in Brazil*. In.: Meridians, vol. 14, no. 1, 2016, pp.94-120.

_____, CAMINHA, Ana Cristina da Silva. "*Daqui não saio, daqui ninguém me tira*": *poder e política das mulheres negras da Gamboa de Baixo, Salvador*. In.: Gênero, vol.9, no.1, 2008. Pp. 127-153.

_____, SOTERO, Edilza. *Amefricanidade: The Black Diaspora Feminism of Lélia Gonzalez*. In.: LASA Forum, vol. 50, no.3 (Dossier El Pensamiento de Lélia Gonzalez, in legado y un horizonte), 2019, pp.60-64.

PHILLIPS, Layli (Ed.). *The womanist reader*. Nova Iorque: Routledge, 2006.

PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. In.: Sociedade e Cultura, v.11, n.2, 2008. Pp.263-274.

_____; PEREIRA DE MELO, Hildete; MALUF, Sônia W.; PUGA, Vera L. *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

PINTO, Elisabete A. M. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991)*. Dissertação de Mestrado, FE/Unicamp, 1993.

PIRES, Thula; SANTOS, Ellen. *Agenda política do movimento de mulheres negras na Constituinte de 1987/99: atuação interseccional na construção de demandas*. In.: PIRES, Thula; FLAUZINA, Ana (Orgs.). *Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024)*. Brasília: Brado Negro, 2016.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2005.

_____. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Tese de Doutorado em História, IFCH/Unicamp. 2012.

PONTUAL, Pedro. *Rumo à central dos movimentos populares*. In.: *Movimento Popular*. Pólis/CPV, n.1, abril, 1989, p.7-16. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/Livro-Movimento-Popular.pdf>. Acesso: 19 de outubro de 2019.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Zahar, 2020.

QUASHIE, Kevin. *The Sovereignty of Quiet: Beyond Resistance in Black Culture*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2012.

QUEIROZ, Vítor A. T. *Olha só, ô meu tambú, como chora o candongueiro: as estrelas e os toques da tradição no jongo de Guaratinguetá e Campinas – SP*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2011.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Kuanza, 2006 [1990]. p. 126-129.

_____; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres Negras de Bertioga a Beijing*. In.: *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, no.2, 1995, pp.446-457.

_____. *O feminismo em novas rotas e visões*. In.: *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, no. 3, 2006, pp.801-811.

_____. *Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização*. In.: *Revista Estudos Feministas*, vol. 16, no.3, 2008, pp.987-1004.

RIBEIRO Martins, Alessandra. *Matriz Africana em Campinas: territórios, memória e representação*. Tese de doutorado, PUC-Campinas, 2016.

_____. *Requalificação urbana: a fazenda Roseira e a comunidade Jongo Dito Ribeiro Campinas/SP*. Dissertação de mestrado, PUC-Campinas, 2011.

RIGONATI, Denise Truguilho. *Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2015.

RIOS, Flavia. *A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar*. In.: *Plural, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.21.1, 2014, pp.73-96.

_____. *A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia*. In.: BLAY, E; AVELAR, L. (Orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp, 2017.

_____. *Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016)*. In.: GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Orgs.). *Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2019. pp.255-284.

_____; FREITAS, Viviane Gonçalves. *Nzinga informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro*. In.: Cadernos Adenauer, XIX, nº1, 2018.

_____; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. *Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo*. In.: Lutas Sociais, vol.22, no.40, 2018. Pp.36-51.

_____; MACIEL, Regimeire. *Feminismo negro brasileiro em três tempos*. In.: Labrys, études féministes/ estudos feministas, v. 1, p. 120-140, 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm> . Acesso em 01 de setembro de 2019.

RITCHIE, Andrea J. *Invisible no more. Police violence against Black women and women of color*. Boston: Beacon Press, 2017.

RIZZATTI, Helena Fonseca. *O recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP (1990-2014): as ocupações urbanas - um estudo dos usos do território da região sul*. Dissertação de Mestrado - IG/UNICAMP. Campinas, 2014.

ROCHA, Camila. *O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?* In.: In.: SOLANO GALLEGU, Ester (Org.). *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018a.

_____. *“Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira*. Tese de Doutorado em Ciência Política, FFLCH-USP, 2018b.

RODRIGUES, Cristiano. *As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras*. 2006. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2006.

RODRIGUES, Fabíola. *O plano ‘Prestes Maia’ e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista*. In :Urbana, vol. 4, no.4, Março de 2011. Dossiê: Os Eruditos e a Cidade. CIEC/Unicamp. Pp.127-151.

ROLLINS, Judith. *Between women: domestics and their employers*. Philadelphia: Temple University Press, 1985.

ROLAND, Edna. *O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas*. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

ROMERO, Mary. *Introducing intersectionality*. Londres: Polity press, 2018.

ROSE, Tricia. *How Systemic Racism Works in an era of Racial Equality*. Conferência da Professora Tricia Rose, CSREA/Brown University, outubro de 2018.

ROY, Lise. *Mulheres fazendo história: história do Grupo de Mulheres na Periferia de Campinas (1980-2010)*. Campinas: Editora Setembro, 2012.

RUÍZ, Vicki L. *From out of the shadows: Mexican women in the Twentieth-Century America*. Nova York: Oxford University Press, 1998.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade* [1969]. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTANA, Luís Carlos. *Da gestação a crise de uma “caminhada”: as CEBs na Igreja de Campinas: pastoral, Pedagogia e política (1968 a 1984)*. Dissertação de Mestrado, FE/Unicamp, Campinas, 1988.

SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos. A história de vida de uma guerreira*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. *Feminismo negro diaspórico*. In.: Revista Gênero. Niterói, vol.8, no.1, 2o. Sem. 2007, pp.11-26.

_____. *Brazilian Black Women’s NGOs and Their Struggles in the Area of Sexual and Reproductive Health: Experiences, Resistance, and Politics*. Tese de Doutorado. University of Texas, Austin, 2008. Disponível em: <https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/18370/santoss73364.pdf?sequence=2&isAllowed=y> . Acesso em: 4 de dezembro de 2019.

_____. *As ONGs de mulheres negras no Brasil*. In.: Sociedade e Cultura. Goiânia, vol. 12, no.2, 2009, pp.275-288.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Tese de doutorado em Sociologia, UnB, 2007.

_____. *Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: um Balanço*. In.: TOMO, n. 24, 2014, pp.37-84. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/download/3185/2787> . Acesso em: 5 de janeiro de 2020.

SANTOS, Hélio; SOUZA, Marcilene G.; SASAKI, Karen. *O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior no Brasil*. In.: Estudos Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia [online], v.94, n.237, 2013. Pp. 542-563. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3q/pdf/tenorio-9788523209346-04.pdf>

SANTOS, Ellen Mendonça Silva dos. *Movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro: Amefricanidade, interseccionalidade e a implementação de políticas públicas na constituinte de 1988*. Monografia em Direito, PUC-Rio, 2015.

SANTOS, Martha. *“Slave mothers”, partus sequitur ventrem, and the naturalization of slave reproduction in nineteenth-century Brazil*. In.: Tempo (Niterói), vol. 22, no.41, set-dez, 2016, pp.467-487. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2016/10/3-Dossi%C3%AA-Slave-Mothers-Martha-Santos.pdf> Acesso em: 28 de dezembro de 2019.

SCHUCHMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”. Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, USP, 2012.

SCHWARZSTEIN, Sandra; BARROS, Nícia V. *A longa jornada social das mulheres do espaço privado ao público*. In.: Sociedade em Debate, v.24, n.2, 2018. Disponível em: <http://rle.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/1816/1184> .

SEHAB (Secretaria de Habitação de Campinas). *Plano municipal de Habitação*. 2011. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/habitacao/plano-habitacao.php> Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

SEPLAMA (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas). *Plano diretor 2006*. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/index.php> . Acesso em Março de 2020.

SEGATO, Rita Laura. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. In.: E-cadernos ces [Online], vol.18, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533> . Acesso em: 15 de junho de 2019.

_____. *Genero, politica e hibridismo en la transnacionalizacion de la cultura Yoruba*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 2, 2003, pp. 333-363.

SHARPLEY-WHITING, T. Denean. *Black Venus. Sexualized savages, primal fears, and primitive narratives in French*. Durham: Duke University Press, 1999.

SILVA, Dafne Sponchiado Firmino da. *Para dentro das portarias, por detrás das cancelas: Características e condicionantes da autosegregação das elites em Campinas*. Dissertação de Mestrado em Demografia, NEPPO-IFCH/Unicamp, 2016.

SILVA, Joselina da. *Mulheres negras: histórias de algumas brasileiras*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

_____. *O I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980*. In: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2014.

_____. *O pensamento das mulheres negras expressos nos jornais do movimento negro dos anos oitenta*. In.: Anais do Fazendo Gênero 11, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498856348_ARQUIVO_Finalissimo_textofazendogenero2017.pdf. Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

_____; PEREIRA, Amauri Mendes. *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2014.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. *Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)*. In.: Lua Nova, São Paulo, 85, 2012, p.: 227-273.

SILVA, Sidélia Luíza de Paula. *Indicadores dos espaços de mulheres: uma reflexão sobre a interseccionalidade*. 2016. No prelo.

_____. *Reflexões acerca do processo de terceirização de algumas funções na Universidade Estadual de Campinas e as ações do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – STU*. 2017. No prelo.

SILVA, Tauana O. G.; WOLFF, Cristina S. *O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)*. In.: Cadernos Pagu, 55, 2019.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. 2ª edição*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

SMITH, Christen A. *Towards a Black feminist model of Atlantic liberation: remembering Beatriz Nascimento*. In.: Meridians, vol.14, n.2, 2016. Pp.71-87.

SPILLERS, Hortense. *Mama's baby, papa's maybe: an American grammar book*. In.: JAMES, J.; SHARPLEY-WHITING, T.D. *The Black Feminist Reader*. Malden: Blackwell Publishers, 2000.

SIMONARD, Pedro. *A construção da tradição no jongo da serrinha: uma etnografia visual do seu processo de espetacularização*. Tese de doutorado, UFRJ, 2005.

SOLANO, Esther. *Crise da democracia e extremismos de direita*. São Paulo: Fredrich-Ebert-Stiftung, 2018.

SOTERO, Edilza Correia. *Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo*. In.: MARCONDES, M.M., PINHEIRO, L. QUEIROZ, C, QUERINO, A.C., VALVERDE, D (Orgs.). *Dossiê Mulheres Negras. Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. Pp. 35-52.

_____. *Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo*. Tese de doutorado em Sociologia. FFLCH/USP, 2015.

SOUSA, Leone Campos; NASCIMENTO, Paulo. *Brazilian identity at a crossroads: the myth of racial democracy and the development of black identity*. In: International Journal of Politics, Culture, and Society, vol.19, no.3/ 4, Jun. 2008, pp.129-143.

SOUSA, Juliana. *A moral das senzalas e o trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo: luta coletiva e (sub)representação do conflito nos tribunais da justiça do trabalho*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. IFCH/Unicamp, 2019.

SOUZA, Vivian Alves da Silva. *Feminismo negro como perspectiva descolonial: movimento de mulheres negras e a construção de uma perspectiva feminista negra no Brasil dos anos 1980*. Dissertação de Mestrado, IESP/Uerj, 2015.

SOUZA-LOBO, Elizabete. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

STERLING, Cheryl. *Women-space, power, and the sacred in Afro-Brazilian culture*. In.: The Global South, Vol. 4, No. 1, 2010, pp. 71-93

_____. *African roots, Brazilian rites. Cultural and national identity in Brazil*. New York: Macmillian, 2012.

STERNBACH, Nancy; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHRIK, Patricia; ALVAREZ, Sonia. *Feministas na América Latina: de Bogotá a São Bernardo*. In.: Revista Estudos Feministas, no. 2, ano 2, 1994. Pp. 255-295.

_____. *Feminists in Latin America: from Bogotá to San Bernardo*. In.: ESCOBAR, A.; ALVAREZ, S. (Eds.). *The making of social movements in Latin America. Identity, strategy, and democracy*. Boulder: Westview Press, 1992.

STETSON, Erlene. *Studying slavery: some literary and pedagogical considerations on the Black female slave*. In.: HULL, Gloria T.; BELL SCOTT, Patricia; SMITH, Barbara. *All the women are white, all the Blacks are men, but some of us are brave*. Nova York: The Feminist Press, 1982. Pp.61-85.

SUDBURY, Julia. *"Others kinds of dreams". Black women's organisations and the politics of transformation*. Londres: Routledge, 1998.

TAVARES, Aline Godois de Castro. *A organização da zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP*. Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp. Campinas, 2014.

TELES, Maria Amélia. *Promotoras Legais Populares. Direitos: um projeto com classe, raça e gênero*. In.: Mandrágora: Gênero, Religião e Políticas Públicas, s/d. P.125-134. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/download/5561/4547>. Acesso em: 7 de outubro de 2019.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2011.

TINSLEY, Omi'seke Natasha. *Ezili's mirrors. Imagining black queer genders*. Durham: Duke University Press, 2018.

THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. *A Experiência das Promotoras Legais Populares (Cartilha)*. 1998. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_themis_promotoras_legais_pop.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

TRUSCAN, Ivona; BOURKE-MARTIGNONI, Joanna. *International human rights law and intersectional discrimination*. In.: The Equal Rights Review, vol.16, 2016. Pp.103-131.

VARGAS, João H. Costa. *Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro*. In.: Revista de Antropologia, vol. 48, no.1, 2005, pp.75-131.

_____. *When a favela dares to become a gated condominium: the politics of race and urban space in Rio de Janeiro*. In.: Latin American Perspectives, vol. 33, no.4, 2006, pp. 49-81.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2006.

_____. *Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo*. In.: Revista da ABPN, v. 1, n.1, mar-jun, 2010, pp.52-63.

VITAL, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política. Uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll e Instituto de Estudos da Religião, 2013.

XAVIER, Regina Célia. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado - IFCH/UNICAMP Campinas, 1993.

WACQUANT, Loic. *Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano*. In.: Mana - Estudos de Antropologia Social, 2(2), 1996, p.145-161.

WALBY, Sylvia. *Complexity theory, system theory, and multiple intersecting social inequalities*. In.: Philosophy of the Social Sciences, vol.37, n.4, 2007. Pp.449-470.

WEBER, Max. *Classe, estamento, partido*. In.: *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: LTC, 1982.

_____. *Os três tipos puros de dominação legítima: dominação racional, dominação tradicional, dominação carismática*. In.: *Economia e Sociedade*, vol.1. Brasília: Editora UnB, 2000.

WELLS, Ida B. *Southern Horrors. Lynch law in all its phases*. Satya Books, 2017.

WERNECK, Jurema Pinto. *O samba segundo as ialodês: mulheres negras e a cultura midiática*. Tese de Doutorado em Comunicação, UFRJ, 2007.

_____. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o racismo e o sexismo*. In.: Revista da ABPN, vol.1, n.1, 2010. Pp.8-17.

_____. *Racismo institucional e saúde da população negra*. In.: Saúde e Sociedade, v.25, n.3, 2016. pp.535-549.

WILSON, Angelia (Ed.). *Situating intersectionality. Politics, policy, and power*. Palgrave Macmillan: 2013.

WYNTER, Sylvia. *On how we mistook the map for the territory, and re-imprisoned ourselves in our unbearable wrongness of being, of désêtre. Black Studies toward the human project*. In.: GORDON, Lewis; GORDON, Jane (Eds.). *Not only the master's tools. African-American Studies in Theory and Practice*. Boulder: Paradigm Publishers, 2006.

XAVIER, Xavier, Regina Célia. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1993.

YATES, Luke. *Rethinking prefiguration: Alternatives, micropolitics and goals in social movements*. In.: Social Movement Studies, n. 14, v. 1, 2015.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YUVAL-DAVIS, Nira. *Intersectionality and Feminist Politics*. In.: European Journal of Women's Studies, vol.13, n.3, 2006. Pp.193-209.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza* (2ª Edição). São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. *Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.12, n.35, 1997.

ZANOLI, Vinícius P. C. *A visibilidade em disputa: notas sobre a utilização do espaço Vinícius Pedro Correia Urbano pelo movimento LGBT em Campinas*. In.: Anais do Fazendo Gênero 10, 2013.

_____. *“Bradando contra todas as opressões!”: uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos*. Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 2019.

Anexos

Anexo I: Trabalho de Campo – Entrevistas e Eventos.

Entrevistas:

Entrevista com Sidélia Silva, 29 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, em 11/08/2016, duração de 1h18.

Entrevista com Taina Santos, 25 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, do Núcleo de Consciência Negra, 23/09/2016, duração de 1h30.

Entrevista com Cibele Rodrigues, 35 anos, integrante do movimento hip hop, o Nenhuma a Menos Campinas e do Partido dos Trabalhadores, 25/09/2016, duração de 43 minutos.

Entrevista com Mariana, 32 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez e da Casa de Cultura Tainã, 27/10/2016, duração de 2h, e 17/07/2018, duração de 3h.

Entrevista com Lúcia Castro, 42 anos, integrante do Aos Brados, do Jongo Dito Ribeiro, do Partido dos Trabalhadores e da Fazenda Roseira, 06/12/2016, duração de 2h35, e 19/07/2018, duração de 1h29.

Entrevista Eva, 45 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, do CONEPPA e do Partido dos Trabalhadores, 08/12/2016, duração de 2h13.

Entrevista Maíra Silva, 25 anos, integrante do Jongo Dito Ribeiro e da Fazenda Roseira, em abril de 2018, duração de 1h41.

Entrevista Magali Mendes, 55 anos, filiada às PLPs, ao FECONEZU e ao STU, 10/07/2018.

Entrevista Regina Teodoro, 63 anos, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, filiada ao FECONEZU e às Promotoras Legais Populares, em 12/07/2018.

Entrevista Cristiane Anizeti, 32 anos, filiada ao PSOL e participante do Coletivos de Negras e Negros Raízes da Liberdade e do Coletivo Feminista Rosa-Lilás, em 20/07/2018, duração de 1h16.

Entrevista Alessandra Ribeiro, 42 anos, participante do Jongo Dito Ribeiro e da Casa de Cultura Fazenda Roseira, em 08/08/2018, 1h30

Entrevista Suzy Cristel, 42 anos, participante da Associação de Mulheres Guerreiras, do Identidade, das Promotoras Legais Populares e da Casa Sem Preconceitos, em 31/07/2018, 19 minutos.

[CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE]

Eventos:**2016**

Semana da mulher afro-latina e caribenha: 1. Roda de conversa mulheres negras e direitos (28/07/2016, no Sindicato da Construção Civil); 2. Roda de conversa mulheres negras e sexualidade (29/07/2016, no Estação Guanabara).

Frango, Polenta e Política das Promotoras Legais Populares, 21/08 na Fazenda Roseira.

Sarau das Aliadas, 25/09, na Casa de Cultura Tainã.

Audiência Pública da Juventude Negra e de Periferia & Sarau das Aliadas, 15/10, n/o Quilombo Urbano OMG.

Formação Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez #1 – Interseccionalidade: experiências empíricas, 23/10, na Casa de Cultura Tainã.

Semana da Educação da Unicamp: 1. **Conferência** “Resistir, ocupar, mulher negra em todo lugar”, em 24/10; 2. **Minicurso** CONEPPA (Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades), em 25, 26 e 27/10.

Mesa Feminismo Negro, 09/11, Prédio Básico da Unicamp, com duas participantes da Frente e uma estudante da Unicamp.

Café com Carolina – discussão sobre juventude, negritude e gênero organizada pelo Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, 12/11, na Maloca Arte e Cultura.

Formação Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez #2 - Além da escravidão: liberdade e cidadania, 04/12, na Casa de Cultura Tainã.

Defesa de doutorado de Alessandra Ribeiro, Matriz africana em Campinas: territórios, memória e representação, em dezembro de 2016, na PUC-Campinas.

1ª audiência pública sobre cotas - Cotas e Ações Afirmativas: perspectiva histórica e o papel da universidade pública no Brasil, 13/10, na Reitoria da Unicamp.

2ª audiência pública sobre cotas – Cotas e Ações afirmativas: experiências nacionais e internacionais, em 18/11, na Reitoria da Unicamp.

3ª audiência pública sobre cotas – O PAAIS, seus alcances e limites, em 12/10, na Reitoria da Unicamp.

2017

Reunião Nenhuma a Menos Campinas: Femicídio, em 23/01, no Centro Cultural Esperança Vermelha.

Mesa “o papel da puta no feminismo e na esquerda”, em 23/03, no CIS Guanabara.

Formação Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez #4 – Mestiçagem, miscigenação e branqueamento, 02/07, na Casa de Cultura Tainã.

Frango, Polenta e Política das Promotoras Legais Populares, 20/08, na Fazenda Roseira.

Reunião Regulamentação da Prostituição, em 12/09, no Centro Cultural Esperança Vermelha.

Mulheres, café e política: roda de conversa sobre a associação Mulheres Guerreiras, 16/09, na sede da CUT.

Roda de Conversa: Memória dos movimentos negros de Campinas, 19/09/17, no Museu da Imagem e do Som.

Feijuka da Diversidade do Aos Brados!, 08/10, no Sindicato dos Petroleiros de Campinas.

Mesa Mulheres Negras e Violência, 13/11, na Unicamp.

2018

Curso PLPs Penitenciária Feminina de Campinas (maio a agosto).

Curso de Relações Raciais do CMNLG (maio a julho).

Anexo II: Questionário

Roteiro geral:

1. Trajetória de militância:

- Nome e idade;
- Como ingressou na militância? Havia familiares ou pessoas próximas envolvidas com movimentos sociais ou espaços políticos? (Se sim, quem? Como essa(s) pessoa(s) participou desse processo?)
- De quais grupos, movimentos ou organizações participou?
- Quais pautas, questões e agendas são os mais importantes para você? Tem um “eixo central” na sua militância?
- Sentia que suas questões e preocupações eram contempladas nos ambientes de militância que frequenta/frequentou? Por que?
- É ou já foi filiada a algum partido? (Se não, apoia algum partido ou candidato?)
- Como vê a relação os atuais partidos de esquerda?
- Entende-se como feminista? Quais experiências foram importantes para isso?

2. Filiação e relações com os grupos nos quais milita:

- Quais os focos desses coletivos? Que tipo de ação empreendem (formações, protestos e atos, participação institucional)? Como financiam suas atividades?
- Com que associações/movimentos empreendem parcerias ou diálogos? Como a pauta desses parceiros interfere ou participa das preocupações do seu coletivo?
- Tem antagonismos com algum grupo? Por quais razões?
- Vocês apoiam candidatos/partidos? Qual a relação do grupo com partidos?
- Sente-se contemplada pela pauta e pelas estratégias dos grupos que participa? Como esses grupos lidam com questões “exteriores” à sua pauta central (ex.: como um grupo feminista lida com raça)? De que forma essas questões apareceram na trajetória do grupo?

3. Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região

- Estava na FMNCR desde o início dela? Se sim: como chegou nela? Como foi esse momento? Por qual razão ela foi criada? Que indivíduos e grupos foram importantes nesse processo?
- Como define a FMNCR (feminista, feminista negra, popular, antirracista)? Qual é o projeto da FMNCR?
- Como ela se organiza e se financia? Que papéis você desempenha na FMNCR?
- Como foi o processo de negociação nos coletivos para a assinatura da Carta-Manifesto?
- O que acha da pauta e da forma de organização da Marcha de Mulheres Negras de 2015?
- Qual é ou deve ser o foco da FMNCR depois da Marcha? Como foi a decisão de torná-la contínua?
- Qual a relevância da FMNCR na sua militância? Que questões você considera importantes e espera projetar nas discussões internas e pautas da Frente? Que tipo de ação você espera dela ou construiu de alguma forma nela? A FMNCR contribuiu para sua formação enquanto militante? De que forma?
- Quais as principais dificuldades e antagonismos na experiência da FMNCR?
- Qual a posição da FMNCR quanto aos partidos políticos? Concorda com essa posição?
- A FMNCR formou ou deu capital político para as participantes? Quais? De que forma?

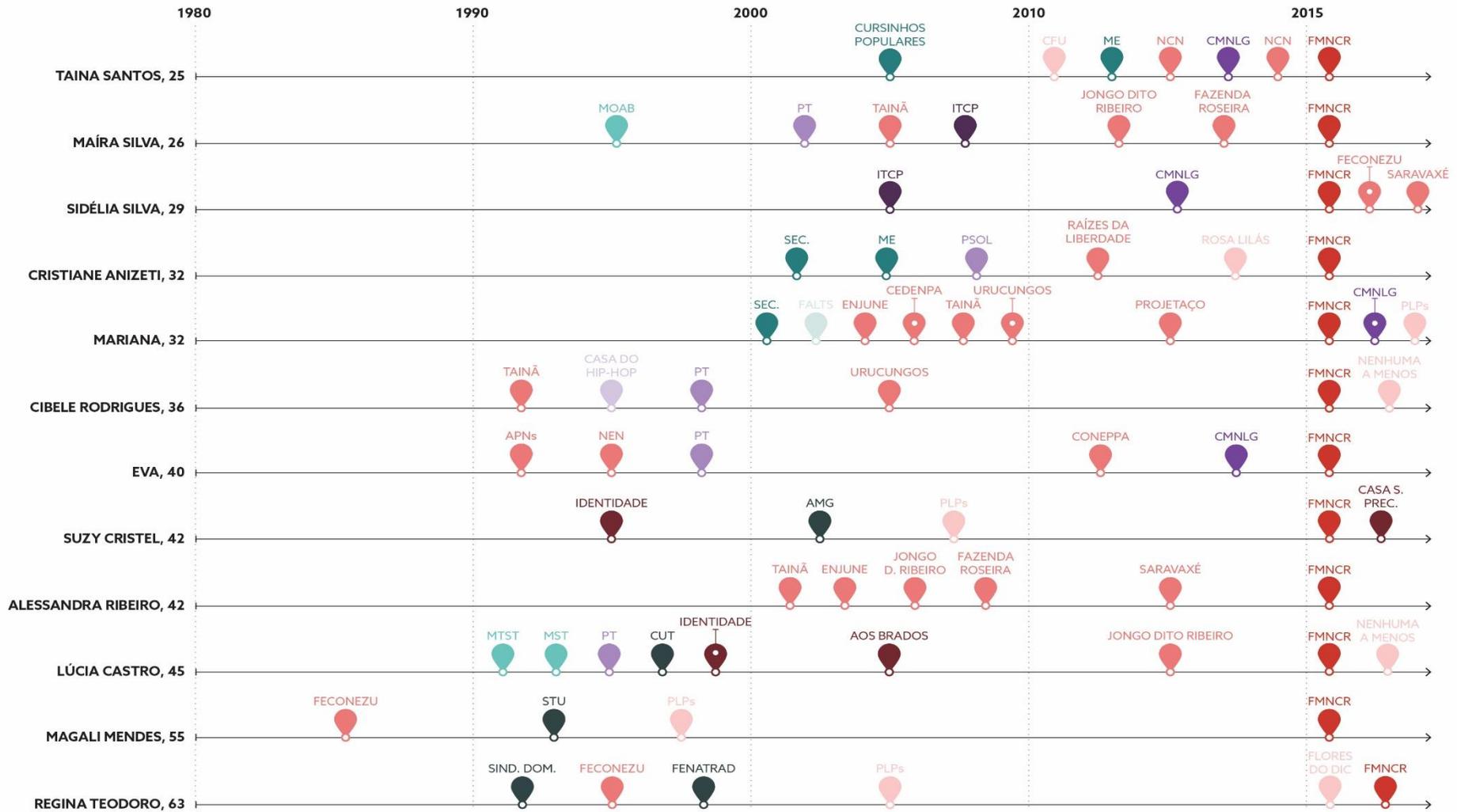
Anexo III: Perfil e Trajetória de Organização Coletiva das Militantes

PERFIL BREVE DAS ENTREVISTADAS (na data das entrevistas)

Nome e idade	Data da Entrevista	Estado civil e filhos	Ocupação e vínculo	Escolaridade
Sidéia Silva, 29	11/08/2016	Solteira, sem filhos	Contadora, CLT	Mestrado
Taina Santos, 25	23/09/2016	Solteira, sem filhos	Historiadora,	Superior incompleto
Cibele Rodrigues, 36	25/09/2016	Casada, 4 filhas	Educadora social, CLT	Médio completo
Lúcia Castro, 45 (2ª entrevista)	06/12/2016 19/07/2018	Solteira, sem filhos	Motorista, estudante universitária.	Médio completo
Eva, 42	08/12/2016	Solteira, sem filhos	Professora, CLT	Doutorado em curso
Maíra Silva, 26	Abril/2018	Casada, sem filhos	Sem vínculo formal/ bolsista	Mestrado
Magali Mendes, 55	10/07/2018	Casada, 2 filhos	Aposentada (concurada)	Superior completo
Regina Teodoro, 63	12/07/2018	Separada, 2 filhos	Diarista, sem vínculo formal	Médio completo
Mariana, 32 (2ª entrevista)	27/10/2016 17/07/2018	Solteira, sem filhos	Produtora cultural freelancer, doutoranda.	Doutorado em curso
Cristiane Anizeti, 32	20/07/2018	Solteira, sem filhos	Advogada, CLT	Superior completo
Suzy Cristel, 42	31/07/2018	Solteira, sem filhos	Redutora de danos, CLT.	Médio completo
Alessandra Ribeiro, 42	08/08/2018	Separada, 1 filha	Administradora, s/info.	Doutorado completo

INFOGRÁFICO 1A

TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS MILITANTES DA FMNCR ENTREVISTADAS



INFOGRÁFICO 1B

TRAJETÓRIA PARCIAL DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS MILITANTES DA FMNCR NÃO ENTREVISTADAS



LEGENDA

- AMG** Associação das Mulheres Guerreiras
- APN** Agentes de Pastorais Negros
- CASA S. PREC.** Casa sem Preconceito
- CEDEPA** Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará
- CFU** Coletivo Feminista da Unesp
- CMNLG** Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez
- CONEPPA** Coletivo Negro de Práticas Pedagógicas em Africanidades
- CUT** Central Única dos Trabalhadores
- ENJUNE** Encontros Nacionais da Juventude Negra
- FALTS** Frente Alternativa pela Transformação Social
- FECONEZU** Festival Comunitário Negro Zumbi
- FENATRAD** Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
- FMNCR** Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região
- ITCP** Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
- LAVAGEM ESC.** Lavagem ritual das escadarias da catedral de Campinas
- ME** Movimento estudantil universitário
- MNU** Movimento Negro Unificado

- MOAB** Movimento dos Atingidos por Barragens do Vale do Ribeira
- MST** Movimento dos trabalhadores rurais sem terra
- MTST** Movimento dos trabalhadores sem teto
- NCN** Núcleo de Consciência Negra da Unicamp
- NEN** Núcleo de Estudos Negros da Unicamp
- NENH. A MENOS** Nenhuma a Menos
- PLPS** Promotoras Legais Populares - Associação Cida da Terra
- PSOL** Partido do Socialismo e Liberdade
- PT** Partido dos Trabalhadores
- RAÍZES DA L.** Coletivo de Negras e Negros Raízes da Liberdade
- ROSA LILÁS** Coletivo Feminista Rosa-Lilás
- SARAVAXÉ** Saravaxé - Amigos da Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo.
- SEC** Secundarista
- SIND. DOM.** Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo
- STU** Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp
- TAINÃ** Casa de Cultura Tainã
- URUCUNGOS** Urucungos, pitas e quinjêngues

MOMENTO DE ENTRADA NO GRUPO



TIPOS DE GRUPOS

- SINDICAL TRABALHISTA
- ESTUDANTIL
- TERRA MORADIA
- ANARQUISTA
- LGBTQI
- FRENTE
- NEGRO
- FEMINISTA
- EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
- FEMINISTA NEGRO
- PARTIDÁRIO
- CULTURAL PERIFÉRICO

Design do infográfico
Rafael Baldam

Anexo IV: Carta-Manifesto (2016)





FRENTE DE MULHERES NEGRAS DE CAMPINAS E REGIÃO
Contato: frentemulheresnegras.cps@gmail.com

Março 2016
Volume 1. Edição 1

CARTA MANIFESTO



Apresentação

A Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região começou a ser construída no dia 25 de julho de 2015, quando reunidas na Casa de Cultura Tainã, nós, mulheres negras de diferentes coletivos, organizações, entidades e movimentos sociais pactuamos construir ações permanentes de combate e erradicação do racismo, machismo, sexismo e pobreza.

Entre as ações, deliberamos a participação na Marcha Nacional de Mulheres Negras – 18 de novembro de 2015 – e pensamos o quanto seria interessante sintetizarmos uma posição das mulheres de Campinas, no sentido de contribuir para o debate do que é o “Bem-Viver”, que está diretamente ligado às nossas questões interseccionadas entre raça, gênero e classe.

A partir daí, nossa proposição foi a de estabelecer um debate amplo e autogestado com mais mulheres negras que hoje integram a FRENTE: coletivos e movimentos sociais dos municípios de São Paulo, Pedreira e Hortolândia, que participaram da Plenária de Mulheres Negras ocorrida no dia 1º de Novembro, na Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Nessa Plenária também deliberamos que nossa marcha, que é permanente e constante, possui caráter denunciatório e reivindicatório.

Todo último domingo do mês realizamos o SARAU DAS ALIADAS, 13h às 20h, na Casa de Cultura Tainã.

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.” (Conceição Evaristo)

**Agenda Sarau
1º semestre de
2016:**

13/03; 24/04; 29/05;
26/06; 31/07

ONDE?

Casa de Cultura
Tainã (R.Inhambu,
645— VI. Padre
Manoel da Nóbrega)

Por que Marchamos?

- ◆ Pela Marcha e Mobilização Permanente de Mulheres Negras! Em marcha sempre!
 - ◆ Pela visibilidade de nossas lutas, em defesa de nossos direitos, nossa cultura, tradição e ancestralidade;
 - ◆ Pelo reconhecimento de nossas guerreiras negras, como Aquatune e Dandara, que contribuíram para a formação do povo brasileiro;
 - ◆ Pelo fim do racismo em todos os seus modos de incidência;
 - ◆ Pela afirmação de nossa identidade
 - ◆ Pelo empoderamento político das mulheres negras;
 - ◆ Pela ocupação dos espaços de poder;
 - ◆ Pelo fim do machismo, do sexismo, da lesbofobia, bifobia e transfobia em todos os seus modos de incidência;
 - ◆ Pelo fim do preconceito e da discriminação de qualquer natureza;
-
- ◆ *Para que o enfrentamento ao racismo e a todas as formas correlatas de opressão seja também de responsabilidade de homens e mulheres não negras e organizações democráticas, progressistas e humanitárias;*

Agenda de Reuniões

Nossas reuniões de articulação e construção da Frente são realizadas em espaços diferentes para que possamos ter uma atuação descentralizada e compartilharmos nossos espaços.

As próximas reuniões acontecem:

- Dia 3 de abril de 2016(em Pedreira)
- Dia 5 de junho de 2016 (no Quilombo Urbano OMG);
- Dia 7 de Agosto de 2016 (local a confirmar).

- ◆ Pelo respeito e preservação das religiões de matrizes africanas;
- ◆ Contra a intolerância religiosa, e pelo reconhecimento e preservação dos saberes materiais e imateriais da população negra (cultura, tecnologia, arquitetura, culinária etc.);
- ◆ Contra a retirada de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras;
- ◆ Contra a retirada de direitos e a precarização do trabalho, que nos afeta mais duramente, como o expresso em projetos como o da ampliação ilimitada da terceirização;
- ◆ Por mais emprego, melhores salários e igualdade salarial para as mulheres negras;
- ◆ Pela garantia de direitos para trabalhadoras e trabalhadores que hoje estão na economia informal, com inclusão no regime de previdência e proteção social;
- ◆ Por direitos previdenciários e contra os cortes expressos nas MPs 664 e 665/2015;
- ◆ Pela valorização do trabalho e do emprego doméstico (respeito e regulamentação de toda as conquistas previstas na Lei complementar 150/2015);

- ◆ Pelo acolhimento e garantia de direitos, incluindo a inserção nas universidades e no mercado de trabalho, para as mulheres imigrantes e refugiadas;
- ◆ Pela garantia de políticas de ação afirmativa e reparação nos concursos públicos;
- ◆ Pelo fim da pobreza e pela ampliação dos direitos;
- ◆ Contra a exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes;
- ◆ Contra todas as formas de violência contra as mulheres e em defesa do PL 643/2015, pela reestruturação e abertura das Delegacias de Defesa da Mulher 24 horas;
- ◆ Em defesa do reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas (com fortalecimento e mais investimentos no desenvolvimento das políticas públicas destinadas a essa população), e respeito ao direito às terras indígenas;
- ◆ Em defesa do uso das áreas que não cumprem a função social constitucional para a reforma agrária, com titulação preferencial para as mulheres desses movimentos e comunidades;
- ◆ Na defesa da moradia digna, do direito à cidade e à urbanidade – por políticas públicas de efetivação do direito à moradia para mulheres negras, com aumento dos investimentos e unidades de programas habitacionais em nível federal, estadual e municipal, aceleração dos processos de desapropriação de imóveis fechados para especulação imobiliária e destinação destes imóveis para moradias populares;
- ◆ Pela efetivação de políticas de acesso e permanência com recorte racial nas universidades privadas, com regulamentação do ensino e criação do Plano Nacional de Universidades Privadas;
- ◆ Pelo direito à educação pública de qualidade, acesso e permanência na universidade. Garantia da implementação da Lei das Cotas Raciais de acesso às universidades na USP, Unesp e Unicamp (contra o PIMESP) e de acesso pelas cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas ou particulares;
- ◆ Pela efetiva implementação da Lei 10.639/03 (obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica), pela garantia do direito de monitoramento da implementação da referida Lei pelas organizações da sociedade civil e para que avancemos na obrigatoriedade do respeito à lei no ensino superior;
- ◆ Pela garantia de inclusão da educação com perspectiva de gênero e raça nas escolas e Planos de Educação em todos os níveis, como política de combate à discriminação e à violência machista, racista e LGBTfóbica;
- ◆ Em defesa do Sistema Único de Saúde, pela efetivação do Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra e contra o racismo institucional;

Marchamos carregando toda nossa indignação, carregando nossas diversas identidades... negras, mulheres, periféricas, mães, mães de jovens, esposas, solteiras, arri-mos de família...

Marchamos pelas meninas negras, pelas jovens negras, pelas mulheres negras e nossas

- ◆ Em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos (aborto legalizado e seguro): pelo fim da violência obstétrica e das mortes das mulheres negras por aborto, e pela redução da mortalidade materna;
- ◆ Contra a redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação dos jovens;
- ◆ Contra o genocídio da juventude negra e periférica;
- ◆ Pela desmilitarização das polícias e pelo fim da justiça militar, contra as revistas vexatórias e pelo respeito à lei que proíbe tais revistas;
- ◆ Contra a seletividade do sistema penal e do Judiciário, que criminalizam e encarceram a população negra, e em especial a mulher negra (cujos índices de cárcere aumentaram em 246% na última década);
- ◆ Pela garantia de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal para a população idosa, em particular as mulheres negras (na cultura, saúde, educação, lazer, moradia, enfrentamento à violência e acesso e mobilidade);
- ◆ Pela democratização dos meios de comunicação e por políticas que garantam o pleno exercício do direito à comunicação e à liberdade de expressão às mulheres negras: com ações de combate ao racismo e à intolerância religiosa nos meios;
- ◆ Pelo fortalecimento da mídia popular e comunitária;
- ◆ Pelo fim das verbas publicitárias para veículos que induzem ao racismo;
- ◆ Pela garantia da participação e da representatividade da mulher negra na mídia;
- ◆ Contra o Racismo Institucional, nas suas diversas formas;
- ◆ Pela visibilidade social da profissional do sexo de maneira digna, contra uma construção que tende a marginalizá-la e pelo reconhecimento e regularização legal da profissão;
- ◆ Pela construção de alianças entre homens e mulheres no combate à violência e todas as vilipendências cotidianas;
- ◆ Para que todas as mulheres negras possam viver e amar!

**"ATRAVÉS DESTA CARNE, QUE É NÓS,
NÓS SOMOS VOCÊ, VOCÊ É NÓS!"**

Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região é construída por:

- Aos Brados!! A Vivência Digna da Sexualidade;
- Associação Mulheres Guerreiras
- Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira
- Casa de Cultura Tainã/ Rede Mocambos
- Coletivo de Mulheres Negras Lélia González
- Coletivo Feminista Rosa Lilás
- Coletivo de Negras e Negros Raízes da Liberdade
- Comunidade Jongô Dito Ribeiro
- CONEPPA (Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades)
- Djumbo
- FECONEZU
- Flores do DIC
- Grupo de Mulheres na Periferia
- Grupo de Teatro e Danças Populares Urucungos, Puítas e Quijengues
- Promotoras Legais Populares Cida da Terra
- Movimento Negro de Pedreira
- Movimento Negro Unificado (MNU)
- Raízes de Dandá
- SOWETO Organização Negra

Anexo V: Dados dos grupos

	<u>Nome Completo</u>	<u>Ano</u>	<u>Autodefiniçã o</u>	<u>Identidade Instituciona l</u>	<u>Sede própria</u>	<u>Membro s aprox.</u>	<u>Principais atividades</u>	<u>Públi co</u>
Feconezu	Festival Comunitário Negro Zumbi	1978	Antirracista	Organização comunitária	Não	20	Festival anual; exposições e acervos de cultura negra	250
MNU*	Movimento Negro Unificado	1978	Antirracista	Movimento social	-	-		-
GMP	Grupo de Mulheres na Periferia	1980	Feminista popular	Movimento social	Não	15	Reuniões de grupos comunitários; protestos; participação institucional	50
Urucungos	Urucungos, Puítas e Quijengues	1988	Antirracista	Organização cultural	Sim	20	Ensaaios e apresentações culturais	100
UNEGRO*	União de Negros para a Liberdade	1988	Antirracista	Movimento social	-	-	Formações, protestos, eventos de discussão.	-
Tainã	Casa de Cultura Tainã	1989	Antirracista	Casa de cultura	Sim	10	Orquestra de tambores de aço, formações e oficinas, espaço para articulação de outros grupos políticos	100
Soweto*	SOWETO Organização Negra	1991	Antirracista	Organização da sociedade civil	Sim	-	Oficinas, debates e formações	20
AB	Aos Brados!!! Por uma vivência digna da sexualidade	2001	LGBT negro e periférico	Coletivo	Não	10	Atividades Culturais e Educativas	30
CJDR	Comunidade Jongo Dito Ribeiro	2005	Antirracista	Organização cultural	Sim	20	Ensaaios e apresentações culturais	100
PLPs	Promotoras Legais Populares	2005	Feminista popular	Movimento social	Sim	30	Cursos e intervenções em casos de violência contra as mulheres	40
Flores do DIC	Flores do DIC	2005	Feminista popular	Movimento social	Não	-	Protestos e Reuniões Comunitárias	-
Djumbo	Djumbo Fortalece a Autoestima	2006	Antirracista	Marca de design	Não	2	Desenvolvimento e comercialização de roupas e acessórios	-

AMG	Associação das Profissionais do Sexo de Campinas Mulheres Guerreiras	2007	Sindical	Associação trabalhista	Sim		Articulações para a regulamentação do trabalho sexual; apoio e informações às trabalhadoras; ações voltadas a autoestima	30
Fazenda Roseira	Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira	2008	Antirracista	Casa de cultura	Sim	15	Ensaaios e apresentações culturais; debates e oficinas; espaço para articulação de outros grupos políticos	80
Raízes de Dandá	Movimento Raízes de Dandá	2011	Antirracista	Coletivo	Não	-		-
Rosa-Lilás	Coletivo Feminista Rosa-Lilás	2011	Feminista	Coletivo	Não	15	Debates e participação em atividades do movimento feminista; articulação interna ao PSOL	
Raízes da Liberdade	Coletivo de Negras e Negros Raízes da Liberdade	2014	Antirracista	Coletivo	Não	15	Debates e participação em atividades do movimento negro; articulação interna ao PSOL	30
CONEP A	Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades	2014	Antirracista	Coletivo	Não		Debates, reuniões e formulação de estratégias para aplicação da Lei 10.639; publicação jornal <i>Informafricativo</i>	20
CMNLG	Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez	2015	Feminista negro	Coletivo	Não	10	Formações, rodas de conversa, atividades em cursinhos, com trabalhadoras e na PFC	30
MN-P*	Movimento Negro de Pedreira	-	Antirracista	-	-	-	-	-
Sind.Dom.	Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Laudelina de Campos Melo**	1989	Sindical	Sindicato	Sim	-	Debates sobre direitos, trabalho de conscientização, panfletagem, articulação com outros grupos, pressão sobre poder público	40
NCN	Núcleo de Consciência Negra da Unicamp**	2012	Antirracista	Coletivo	Não	20	Reuniões fechadas, espaços de debate, evento <i>Quem tem cor age</i>	50
Quilombo OMG	Quilombo Urbano Oziel-Monte Cristo-Gleba B**	2014	Antirracista	Espaço de cultura		-	Espaço para articulação de grupos políticos, coletivos jovens, cursos de formação, bandas de rap e atividades culturais	30-100

* Grupos sem dados.

** Grupos que assinaram a CM depois da Marcha.

Notas de Tradução

Introdução

- ⁱ “worldwide rejection of liberal democracy and its replacement by some sort of populist authoritarianism” (Appadurai, 2017, p.19)
- ⁱⁱ “women of color are differently situated in the economic, social, and political worlds” (Crenshaw, 1991, p.1250)
- ⁱⁱⁱ “positions both physically and culturally marginalized within dominant society” (Idem, ibidem)
- ^{iv} “[...] information must be targeted directly to them in order to reach them” (Idem, ibidem)
- ^v “denial of a fundamental dimension of our subordination and precludes the development of a political discourse that more fully empowers women of color” (Idem, p.1252)
- ^{vi} “because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that doesn’t take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated” (Crenshaw, 1989, p.140).
- ^{vii} “they therefore have a clearer view of oppression than other groups who occupy more contradictory positions vis-a-vis white male power - unlike white women, they have no illusions that their whiteness will negate female subordination, and unlike Black men, they cannot use a questionable appeal to manhood to neutralize the stigma of being Black” (Collins, 1986, p.19).
- ^{viii} “the overall social organization within which intersecting oppressions originate, develop, and are contained” (Collins, 2000, pp.227-228)
- ^{ix} “particular arrangement of intersecting systems of oppression, e.g., race, social class, gender, sexuality, citizenship status, ethnicity and age” (Idem, p.299);
- ^x “a particular organization of its domains of power, e.g., structural, disciplinary, hegemonic, and interpersonal”;
- ^{xi} “organization of hierarchical power relations for any society” (Idem, ibidem).
- ^{xii} “contains few pure victims or oppressors” (Idem, p.287).
- ^{xiii} “is responsive to human agency” (Idem, p.290).
- ^{xiv} “its *raison d’être* is not simply to provide more complex and comprehensive analysis of how and why social inequalities persist [...] but also to engage questions of social justice” (Collins e Bilge, 2016, cap.8, p.17 [e-book]).
- ^{xv} “attempt to forge a complex and interactive understanding of the relationships between history, social organization, and the forms of consciousness, both personal and collective” (Idem, Cap. 8, p.7).
- ^{xvi} “intersecting power relations shape identities, social practices, institutional arrangements, and cultural representations and ideologies in ways that are contextualized and historicized” (Idem, cap.8, p.18)
- ^{xvii} “an approach to understanding human life and behavior rooted in the experiences and struggles of disenfranchised people” (Idem, cap.2, p.2)
- ^{xviii} “A praxis perspective does not merely apply scholarly knowledge to a social problem or set of experiences but rather uses the knowledge learned within everyday life to to reflect on those experiences as well as on scholarly knowledge. This praxis perspective does not separate scholarship from practice, with scholarship providing theories and frameworks, and practice relegated to people who apply those ideas in real-life settings or to real-life problems. Instead, this set of concerns sees both scholarship and practice as intimately linked and mutually informing each other, rejecting views that see theory as superior to practice” (Idem, cap.2, p.18).

Notas de Rodapé

Nota 16: “replaces democracy as a regime favouring the emancipation of minorities with democracy as a political regime that secures the power of majorities” (Krajev, 2017, p.103)

Nota 34: “coherent, legible origin, describing a particular moment of intersectionality’s creation”; “presuming that intersectionality emerged not through debate or collaboration but through a singular voice, historical moment, or foundational text”; “who coined the term, who its inaugural scholar is, and whose terrain intersectionality ‘originally’ was”; “that trace how concepts emerge from multiple traditions or that analyze how different theoretical traditions treat the same concept differently” (Nash, 2019, p.39).

Nota 36: “the problem with identity politics is not that it fails to transcend difference, as some critics charge, but rather the opposite – that it frequently conflates or ignores intragroup differences” (Crenshaw, 1991, p.1242).

Nota 53: “how social institutions are organized to reproduce Black women’s subordination over time” (Collins, 2000, p.277); “power operates by disciplining people in ways that put people’s lives on paths that make some options seem viable and others out of reach” (Collins e Bilge, 2016, cap.1, p.9); “influences everyday experiences and the individual consciousness that ensues” (Collins, 2000, p.276); “people’s lives, how people relate to one another, and who is advantaged or disadvantaged within social interactions” (Collins e Bilge, 2016, p.10)

Capítulo 1

^{xix} “(...) the empowerment of Black women within their own communities, and the development of local, national, and transnational advocacy networks and coalition-building” (Santos, 2008, p.166).

^{xx} “(...) on the formation of Black women’s collective racial and political identity” (Santos, 2008, p.209).

^{xxi} “Working through alliances these organizations elaborate strategies and discourses, particularly advocacy tactics – to impact public policy, and so directly challenge Brazilian State to take responsibility in the eradication of the mechanisms that have caused socio-economic disparities and marginalization among women and Blacks in the country. This is a very interesting way of constructing social projects to resist State dominance, because the alliance with other marginalized groups allow for each one of them to contribute with their specific and distinct knowledge concerning what oppression means, and how it manifests for each group in terms of gender, race, class and sexuality. [...] Another vital advantage of building resistance through coalitions is that this system seems to favor the possibilities for building new social processes in which power and resources can be equally accessed and distributed. Thus, the networks and other forms of alliances seem to be crucial for any social movement group in confronting State power” (Santos, 2008, pp.209-210).

^{xxii} “a traditionally stuck machine” (Santos, 2008, p.272).

^{xxiii} “they [oppositional discourses] contest established boundaries separating ‘politics’ from ‘economics’ and ‘domestics’” (Fraser, [1989] 2013, p.67)

Notas de Rodapé

Nota 380: “Latinidades had elements of an academic symposium, a political organizing event, an African cultural heritage event, and a mass-music festival rolled into one” (Collins e Bilge, 2016, cap.1, p.23)

Nota 408: “Africana Womanism is an ideology created and designed for all women of African descent. It is grounded in African culture, and[,] therefore, it necessarily focuses on the unique experiences, struggles, needs, and desires of Africana women. It critically addresses the dynamics of the conflict between the mainstream feminist, the Black feminist, the African feminist, and the Africana womanist” (Hudson-Weems apud Alexander-Floyd e Simien, 2006, p.67).

Nota 426: “Interestingly, reprivatization discourses blend the old and the new. On the one hand, they seem merely to render explicit need interpretations which could earlier go without saying. But, on the other hand, by the very act of articulating such interpretations, they simultaneously modify them. Because reprivatization discourses respond to competing, oppositional interpretations, they are internally dialogized, incorporating references to the alternatives they resist, even while rejecting them” (Fraser [1989] 2013, p.68).

Capítulo 3

^{xxiv} “justice requires social arrangements that permit all to participate as peers in social life. Overcoming injustice means dismantling institutionalized obstacles that prevent some people from participating on a par with others, as full partners in social interaction”(Fraser [2004] 2013, p.193).

^{xxv} “injustices [...] rooted in social patterns of representation, interpretation and communication” (Fraser e Honneth, 2003, p.13).

^{xxvi} “institutionalized patterns of cultural value” (Fraser e Honneth, 2003, p.29).

^{xxvii} “Her superexploitation [Jones’s] thesis rests on the fact that black women, by virtue of being located as they are in society, among the most exploited and most underpaid of workers, tend to be those whose value of their labor power various other class fractions (including other exploited workers) benefit from” (Boyce-Davies, 2007, posição 1128 [e-book]).

^{xxviii} “since Black women are often heads of households, entire black communities will remain in poverty if the black women stay underpaid and super-exploited” (Boyce-Davies, 2007, posição 1100).

^{xxix} “We assume that the terms used to describe social life are also active forces shaping it” (Fraser e Gordon, 1994, In.: Fraser, 2013, p.84).

^{xxx} “Black women who work yet remain poor form an important segment of the Black working class” (Collins, 2000, pp.61-62).

^{xxxi} “It seems that I have to say Black women are the same and harmed by being treated differently or that they are different and harmed by being treated the same. But I cannot say both” (Crenshaw, [1989] 2000, p.216).

^{xxxii} “The type of Black feminism advanced within Black Lives Matter [BLM] illustrates the significance of how collective social movements from below bring an oppositional standpoint to questions of participatory democracy. *Advancing a social justice agenda requires deepening democratic participation, actions that highlight the creative tension between the desirable, the possible, the probable and the practical.*” (Collins, 2017, p.34, grifos meus).

^{xxxiii} “the master’s tools will never dismantle the master’s house” (Lorde, [1979] 2007)

Notas de Rodapé

Nota 581: “By the end of the 1970s, the image of poor minority families mired in an endless cycle of unemployment, unwed childbearing, illiteracy, and dependency had coalesced into a compelling and powerful concept: the urban underclass. In the view of many middle-class whites, inner cities had come to house a large population of poorly educated single mothers and jobless men—mostly black and Puerto Rican who were unlikely to exit poverty and become self-sufficient. In the ensuing national debate on the causes for this persistent poverty, four theoretical explanations gradually emerged: culture, racism, economics, and welfare” (Massey e Denton, 1998, pp.4-5).

Nota 599: “Institutional racism occurs within and between institutions. Institutional racism is discriminatory treatment, unfair policies and inequitable opportunities and impacts, based on race, produced and perpetuated by institutions (schools, mass media, etc.). Individuals within institutions take on the power of the institution when they act in ways that advantage and disadvantage people, based on race” (Lawrence e Keleher, 2004, p.1).

Nota 608: “We affirm the lives of Black queer and trans folks, disabled folks, undocumented folks, folks with records, women, and all Black lives along the gender spectrum. Our network centers those who have been marginalized within Black liberation movements” (Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/about/>)

Capítulo 4

^{xxxiv} “parallel discursive arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses, which in turn permit them to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs” (Fraser, [1990] 1997, p.81).

^{xxxv} “culturally specific rhetorical lenses that filter and alter the utterances they frame”; “accommodate some expressive modes and not others” (Fraser, [1990] 1997, p.83).

^{xxxvi} “spaces of withdrawal and regroupment” (Fraser, [1990] 2013, p.82).

^{xxxvii} “bases and training grounds for agitational practices directed toward wider publics” (Fraser, [1990] 1997, p.82).

^{xxxviii} “arenas for the formation and enactment of social identities” (Fraser, [1990] 1997, p.83).

Notas de Rodapé

Nota 766: “To be in the margin is to be part of the whole but outside the main body. For black Americans living in a small Kentucky town, the railroad tracks were a daily reminder of our marginality. Across those tracks were paved streets, stores we could not enter, restaurants we could not eat in, and people we could not look directly in the face. Across those tracks was a world we could work in as maids, as janitors, as prostitutes, as long as it was in a service capacity. We could enter that world, but we could not live there. We had always to return to the margin, to beyond the tracks, to shacks and abandoned houses on the edge of town” (hooks, 1984, p.xvi).

Capítulo 5

^{xxxix} “Where Black women do play a key role in accounts of black political mobilisation, that role is not of activists, but of symbols of black oppression. (...) Images of black women as victims become alternatives to the possibility of black women’s political agency. Black women are at once invisible, and highly visible in the public political sphere” (Sudbury, 1998, p.55).

Notas de Rodapé

Nota 940: “NGOs are more likely to have mature adult women instead of youngest ones. In this regard, I recall one of my younger collaborators, Grace, 32 years old, telling me that the more experienced women in her NGOs are the oldest and that it is difficult to compete with them in terms of promoting ideas and projects in the organization. She said: they just don’t retire, Sonia, they stay forever! And I respect them, but my peers and I want some space to work on our ideas in the organization, so it would be great if they let us do it!” (Santos, 2008, p.176).